



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 102ª SESSÃO À 104ª SESSÃO DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA

VOLUME 29 Nº 27
1º JUL. A 5 JUL.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS
BRASÍLIA – BRASIL
2005

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA (2005-2006)

PRESIDENTE	Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador TIÃO VIANA (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO	Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO	Senador JOÃO ALBERTO DE SOUZA (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO	Senador PAULO OCTÁVIO (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO	Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB-TO)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senadora	SERYS SLHESARENKO (PT-MT)
2º Senador	PAPALÉO PAES (PSDB-AP)
3º Senador	ALVARO DIAS (PSDB-PR)
4º Senador	AELTON FREITAS (PL-MG)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	Antonio Leite	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney	P-SOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	P-SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
S/ Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
S/ Partido	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Moraes		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUI	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Wirlande da Luz

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			
Reflete sobre o momento crítico da política brasileira e os financiamentos públicos. Senador Mozarildo Cavalcanti.	177	Tece comentários sobre o artigo intitulado “Vergonha de ser honesto”, de autoria do jornalista e ex-presidente do Citibank, Alcides Amaral, publicado no jornal Folha de S.Paulo, edição de 27 de junho de 2005. Senador Reginaldo Duarte.	260
ARTIGO DE IMPRENSA			
Discorre a respeito da transcrição do artigo “O despudor explícito”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal Folha de S.Paulo, edição de 28 de maio de 2005. Senador Álvaro Dias.	139	Discorre a respeito da entrevista concedida pelo Deputado Roberto Jefferson, ao jornal Folha de S.Paulo, publicada na edição do dia 6 de junho de 2005. Senador Teotônio Vilela Filho.	261
Discorre a respeito do artigo “Quem te viu, quem te vê”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal Folha de S. Paulo, edição de 11 de junho de 2005. Senador Leonel Pavan.	141	Comenta a entrevista concedida pelo Deputado Fernando Gabeira, publicada na revista Veja, edição de 15 de junho de 2005. Senador Flexa Ribeiro. ...	266
Comenta sobre a matéria intitulada “Mais um na mira”, publicada na revista Veja, edição de 15 de junho de 2005. Senador Flexa Ribeiro.	142	Tece comentários aos artigos intitulados “Desencanto petista” e “A cara da crise”, publicados na revista Isto É em sua edição de 15 de junho de 2005. Senador Álvaro Dias.	383
Discorre a respeito da transcrição do artigo “Contaminou”, publicado no jornal Folha de S.Paulo, edição de 7 de junho de 2005. Senador Teotônio Vilela Filho.	143	Comenta o artigo intitulado “Chega de abafa”, de autoria do articulista Tales Alvarenga, publicado na revista Veja do dia 15 de junho de 2005. Senador Leonel Pavan.	391
Comenta sobre a matéria “Para socióloga, tese de golpismo é ‘erro tático’ dos governistas”, publicada no jornal Folha de S.Paulo, edição de 27 de junho de 2005. Senador Reginaldo Duarte.	145	Tece comentários ao artigo intitulado “Lula em seu labirinto”, de autoria do jornalista André Petry, publicado pela revista Veja em sua edição de 22 de junho de 2005. Senador Flexa Ribeiro.....	393
Solicita transcrição de entrevista do Ministro Edison Vidigal, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, publicada na revista IstoÉ, edição da semana iniciada em 03/07/2005. Senador Mozarildo Cavalcanti.	177	Comenta a respeito da transcrição do artigo ‘Lula Traído’, publicado no O JORNAL, edição de hoje, de Maceió-AL. Senador Teotônio Vilela Filho..	397
Comenta a respeito das matérias publicadas pela Revista Época, edição de 13 de junho do corrente, intituladas “O PT assombra o Planalto” e, “A reeleição de Lula corre riscos”. Senador Leonel Pavan.....	240	ATUAÇÃO PARLAMENTAR	
Solicita transcrição de várias matérias referentes à corrupção, publicadas pela imprensa nacional, durante o mês de junho do corrente. Senador Álvaro Dias.	250	Justificativas as palavras usadas por S.Exa. durante a interpelação ao Deputado Roberto Jefferson, em depoimento na CPI dos Correios. Senador Ney Suassuna.	136
		CALAMIDADE PÚBLICA	
		Cobra ações do Governo Federal a fim de evitar a epidemia de dengue no Estado de Roraima e solicita informações ao Ministro da Saúde sobre as	

	Pág.		Pág.
providências adotadas para evitar o surto de dengue em Roraima. Senador Mozarildo Cavalcanti. .	116	que dá poderes aos servidores de carreira da Advocacia das Casas do Congresso Nacional para acompanhar a tramitação e intervir nos processos oriundos de Comissões Parlamentares de Inquérito, de que trata a Lei 10.001, de 4 de setembro de 2000. Senador Álvaro Dias.	183
CONCURSO PÚBLICO		CRISE POLÍTICA	
Tece comentários sobre o ingresso na carreira pública mediante concurso público. Aparte ao Senador Álvaro Dias. Senador Mozarildo Cavalcanti.	74	Comenta acerca da crise política no Governo Lula. Senador Pedro Simon.	64
CORRUPÇÃO		Comentários ao pronunciamento do Presidente Lula, neste último final de semana, sobre o combate à corrupção. Senador Jorge Bornhausen.....	187
Tece comentários sobre a crônica de Ignácio Loyola Brandão, comparando os ideais do cronista com a atual conjuntura política brasileira. Senador Arthur Virgílio.	74	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
Comenta o acúmulo de denúncias de corrupção no Governo Lula. Senador Heráclito Fortes....	188	Defende o Projeto de Lei do Senado 138, de 2002 - Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento. Senador Antônio Leite.	336
Comenta o pronunciamento do Senador César Borges, associando-o à Comissão Parlamentar de Inquérito. Aparte ao Senador César Borges. Senador José Agripino.	228	DIREITOS HUMANOS	
Discorre acerca da reportagem publicada pela revista Veja, da primeira semana de julho de 2005, sobre empréstimo ao PT avalizado pelo Senhor Marcos Valério. Senador José Agripino.	229	Discorre sobre a Avaliação da Caravana do Conselho Regional de Medicina de Pernambuco ao sertão daquele Estado que reproduziram um relatório sobre a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes. Senador Wirlande da Luz.	79
Tece comentários ao pronunciamento do Senador José Agripino, sobre o empréstimo ao PT avalizado pelo Senhor Marcos Valério. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Antônio Carlos Magalhães.	231	DISCRIMINAÇÃO RACIAL	
Comenta os acontecimentos políticos envolvendo o Partido dos Trabalhadores. Senador Antônio Carlos Magalhães.....	231	Comunica a realização em Brasília, no dia 20 de novembro de 2005, da “Marcha Zumbi Mais 10”, para relembrar os dez anos da “Marcha Zumbi dos Palmares pela Cidadania e pela Vida”, realizada em 1995 e anuncia que o movimento negro espera que o Estatuto da Igualdade Racial seja promulgado no mesmo dia 20 de novembro. Senador Paulo Paim.	165
Tece comentários aos acontecimentos políticos envolvendo o Partido dos Trabalhadores. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. Senador Jorge Bornhausen.	232	EDUCAÇÃO	
Comenta as denúncias de corrupção nos Correios e os supostos pagamentos de propina a deputados conhecida como “mensalão”, e suas implicações para a governabilidade do país. Senador Álvaro Dias.	250	Discorre acerca da construção de um prédio no Centro Federal de Ensino Tecnológico do Estado de Roraima (Cefet) destinado à Educação Superior. Senador Mozarildo Cavalcanti.	52
(CPI)		Comenta o pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti, apoiando a construção do prédio	
Comenta sobre a CPI do mensalão. Senador Álvaro Dias	71		
Comenta acerca da CPI do mensalão e do desejo do povo que os políticos corruptos sejam punidos. Aparte ao Senador Álvaro Dias. Senador Augusto Botelho.	73		
Justifica a apresentação de um Projeto de Lei do Senado 245, de 2005, de autoria de S.Exa.,			

Pág.	Pág.
no Centro Federal de Ensino Tecnológico do Estado de Roraima (Cefet). Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Wirlande da Luz.	53
Tece comentários ao pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti a respeito da construção do prédio no Centro Federal de Ensino Tecnológico do Estado de Roraima (Cefet). Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Augusto Botelho...	54
Reivindica a criação de unidades de ensino descentralizado-Unedes em Roraima-RR ao Ministério da Educação. Senador Mozarildo Cavalcanti. .	233
ELOGIO	
Elogia o Senador Eduardo Azeredo. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. Senador Tasso Jereissati.	364
Elogia o Senador Eduardo Azeredo. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. Senador Flávio Arns.	366
Elogia o Senador Eduardo Azeredo. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. Senador Flexa Ribeiro.	366
Elogia o Senador Eduardo Azeredo. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. Senador Marco Maciel.	367
Elogia o Senador Eduardo Azeredo. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. Senadora Lúcia Vânia.	367
Elogia o Senador Eduardo Azeredo. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. Senador Heráclito Fortes.	367
Elogia o Senador Eduardo Azeredo. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. Senador Garibaldi Alves Filho.	368
Elogia o Senador Eduardo Azeredo. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. Senador João Capiberibe.	368
Elogia o Senador Eduardo Azeredo. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. Senador Antônio Carlos Valadares.	368
Elogia o Senador Eduardo Azeredo. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. Senador Gilberto Mestrinho.	369
Elogia o Senador Eduardo Azeredo. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. Senador Roberto Saturnino.	369
Elogia o Senador Eduardo Azeredo. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. Senador Osmar Dias.	370
Elogia o Senador Eduardo Azeredo. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. Senador Ney Suassuna.	371
Elogia o Senador Eduardo Azeredo. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. Senador Mozarildo Cavalcanti.	371
ENSINO SUPERIOR	
Participação de S.Exa. em solenidade na Escola Superior de Agricultura de Mossoró, na última sexta-feira. Senador Garibaldi Alves Filho.	238
FORÇAS ARMADAS	
Defende reajuste para os militares e reaparelhamento das Forças Armadas. Senador Edison Lobão.	1
Discorre acerca do reajuste para os militares e reaparelhamento das Forças Armadas. Aparte ao Senador Edison Lobão. Senador Paulo Paim.....	2
GOVERNO ESTADUAL	
Discursa sobre as denúncias veiculadas pela imprensa acerca de irregularidades ocorridas durante o governo de S.Exa. no Estado de Minas Gerais. Senador Eduardo Azeredo.	361
Comenta as denúncias veiculadas pela imprensa acerca de irregularidades ocorridas durante o governo de Eduardo Azeredo no Estado de Minas Gerais. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. Senador Jorge Bornhausen.	362
Comenta as denúncias veiculadas pela imprensa sobre as irregularidades ocorridas durante o governo de Eduardo Azeredo no Estado de Minas Gerais. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. Senador Antônio Carlos Magalhães.....	363
Tece comentários ao pronunciamento do Senador Eduardo Azeredo acerca das denúncias de irregularidades ocorridas no Governo de Eduardo Azeredo. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. Senador José Agripino.	364
Comenta as denúncias veiculadas pela imprensa sobre as irregularidades ocorridas durante o governo de Eduardo Azeredo no Estado de Minas Gerais. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. Senador Tião Viana.	365
Comenta as denúncias veiculadas pela imprensa sobre as irregularidades ocorridas durante o governo de Eduardo Azeredo no Estado de Minas Gerais. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. Senador César Borges.....	365
Comenta as denúncias veiculadas pela imprensa sobre as irregularidades ocorridas durante o governo de Eduardo Azeredo no Estado de Mi-	

	Pág.		Pág.
nas Gerais. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. Senador Cristovam Buarque.	366	Faz condecorações de S.Exa. com o troféu Guerreiro Amazônico, conferido pela Associação das Indústrias e Empresas de Serviços do Pólo Industrial do Amazonas, ocasião em que completa 19 anos de existência. Senador Arthur Virgílio.	395
Comenta as denúncias veiculadas pela imprensa sobre as irregularidades ocorridas durante o governo de Eduardo Azeredo no Estado de Minas Gerais. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. Senador Augusto Botelho.	369	HOMENAGEM PÓSTUMA	
GOVERNO FEDERAL		Justifica requerimento de voto de pesar pelo falecimento, em Santa Catarina, do Professor e Sociólogo Jacó Anderle. Senadora Ideli Salvatti.	190
Comenta as relações entre os Poderes Executivo e Legislativo. Senador Álvaro Dias.	71	JUSTIÇA ELEITORAL	
Histórico do governo Lula desde sua eleição até as atuais denúncias de corrupção. Senador César Borges.	227	Apelo pela aprovação urgente de projeto de lei em tramitação do Congresso, que obriga a quebra de sigilo bancário de cidadãos eleitos para exercer cargos públicos. Senador Mozarildo Cavalcanti. ..	177
Comenta as cobranças de posicionamento do Presidente Lula a fim de superar a crise política. Senador Pedro Simon.	329	Comenta o pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti, apoiando a aprovação urgente de projeto de lei em tramitação do Congresso, que obriga a quebra de sigilo bancário de cidadãos eleitos para exercer cargos públicos. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Augusto Botelho. .	179
Comenta o pronunciamento do Senador Pedro Simon, sobre o posicionamento do governo Lula para superar a crise política. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Sibá Machado.	331	LICITAÇÃO	
HOMENAGEM		Cobrança de investigações das denúncias de irregularidades na empresa Cobra. Senador Heráclito Fortes.	188
Louva a indicação do nome da Ministra Marina Silva para receber o Prêmio Nobel da Paz. Senador Sibá Machado.	325	Faz uma leitura de “Nota de esclarecimento” sobre processo licitatório entre o Governo do Estado do Acre e a Empresa “ASA Comunicação”, em resposta à matéria publicada no jornal Folha de S.Paulo, edição de hoje. Senador Tião Viana. .	238
Discursa sobre o registro dos 20 anos do Programa Calha Norte, criado em dezembro de 1985 pelo então presidente José Sarney. Senador Romeu Tuma.	337	MENSAGEM	
Comenta o registro dos 20 anos do Programa Calha Norte, criado em dezembro de 1985 pelo então presidente José Sarney. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Mozarildo Cavalcanti.	338	Mensagem nº 167, de 2005 (nº 390, de 2005, na origem), do Presidente da República, que restitui autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 234, de 2005), que altera os arts. 54, 57, 59, 60, e 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, e o art. 192 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, e dá outras providências, o qual sanciona e transforma na Lei nº 11.127, de 28 de junho de 2005.	8
Discursa sobre homenagem ao Senado Federal pela aprovação da PEC Paralela, que irá ser promulgada, em 05 de julho de 2005, pelo Congresso Nacional. Senador Paulo Paim.	341	Mensagem nº 168, de 2005 (nº 388, de 2005, na origem), do Presidente da República, que solicita ao Senado Federal a retirada da indicação da Senadora Denise Maria Ayres Abreu, para exercer o cargo de conselheira do Conselho Administrativo	
Comenta a satisfação pela recuperação da saúde do ex-Governador Miguel Arraes. Senador Antônio Carlos Valadares.	382		
Comemoração, no dia 27 de junho de 2005, dos 66 anos da fundação do Município de Sarandi, no Estado do Rio Grande do Sul. Senador Leonel Pavan.	391		
Aplauda à iniciativa da Associação Brasileira de Agências de Publicidade que fez oportuna conclamação, nos meios de comunicação, diante das denúncias que envolvem empresas do ramo contratadas pelo Governo Federal. Senador Arthur Virgílio.	395		

Pág.	Pág.
de Defesa Econômica – Cade, enviada ao Senado Federal com a Mensagem nº 213, de 2005.	8
Mensagem nº 169, de 2005 (nº 381, de 2005, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Luiz Sérgio Gama Figueira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na República da Estônia, desde que obtido o <i>agrément</i> do governo desse país.	150
Mensagem nº 170, de 2005 (nº 414, de 2005, na origem), do Presidente da República, que nos termos do § 1º do art. 6º da lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, envia ao Senado Federal, com vistas ao encaminhamento à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, a Programação Monetária para 3º Trimestre de 2005.	273
Mensagem nº 171, de 2005 (nº 422, de 2005, na origem), do Presidente da República, que informa o período em que o Presidente da República ficará ausente do País, em virtude de viagem a Gleanegles, na Escócia, a fim de participar de reunião ampliada do G-8 com o Brasil, África do Sul, China, Índia e México.	292
MOVIMENTO TRABALHISTA	
Solicita registro de documento em apoio à Nova Central Sindical dos Trabalhadores, fundada em um congresso realizado nos dias 28 e 29 de junho, que elegeu o Presidente José Calixto Ramos. Senador Paulo Paim.	341
ORÇAMENTO	
Discursa sobre a paralisação dos recursos do Fundo de Universalização do Sistema de Telecomunicações - Fust em virtude da ausência de diretrizes governamentais claras. Senador Flexa Ribeiro.	345
Comenta sobre a paralisação dos recursos do Fundo de Universalização do Sistema de Telecomunicações - Fust em virtude da ausência de diretrizes governamentais claras. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Eduardo Azeredo.	346
PARECER	
Parecer Nº 1.050, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 19, de 1987, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado “cópias das notas, taquigráficas e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 103.878-1, do Estado do Rio de Janeiro, o qual declarou inconstitucionalidade da Lei nº 4.106, 26-7-62 e do Decreto nº 53.977, 22-6-64”. Senador Marcelo Crivella.	20
Parecer Nº 1.051, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 22, de 1999, (nº 73/1999, na origem), do Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, que encaminha ao Senado Federal cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, bem como do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 206.777/99, através do qual se declarou a inconstitucionalidade do art. 1º e 2º, inciso I, alínea “a”, e inciso II, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 6.580, de 5 de dezembro de 1989, do Município de Santo André-SP. Senador César Borges.	25
Parecer Nº 1.052, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 22, de 2000 (nº 45/2000, na origem), do Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhado ao Presidente do Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, peças referentes à decisão daquela Corte nos autos da Ação Originária nº 627-9/RS, que declarou a inconstitucionalidade do vocábulo “mensal”, constante do art. 1º e de todo o texto do art. 2º, ambos da Lei nº 8.878, de 18 de julho de 1989, do Estado do Rio Grande do Sul. Senadora Serys Slhessarenko.	32
Parecer Nº 1.053, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 2, de 2005 (nº 164/2004, na origem), de dezembro de 2004, do Supremo Tribunal Federal, encaminhado, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da referida legislação, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte nos Embargos Declaratórios, interposto nos autos do Recurso Extraordinário nº 2199344-2, de 2004, que declarou a inconstitucionalidade da expressão: “a qualquer título”, do artigo 133 da Constituição do Estado de São Paulo (nomeações para cargos em comissão). Senador Edison Lobão.	38
Parecer Nº 1.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 3, de 2005 (Of. nº 1-P/MC, de 6-1-05, na ori-	

	Pág.		Pág.
gem), do Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, que encaminha ao Presidente do Senado Federal, para fins previstos no art.52, X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido nos autos do Recurso Extraordinário nº401436-0, que declarou a inconstitucionalidade parcial, sem redação de texto, do art. 11 da Medida Provisória nº 2.225-45, de 4 de junho de 2001. Senador Edison Lobão.	42	Sugere a criação de usina de biodiesel para atender o pequeno lavrador. Senador Alberto Silva.	185
Parecer Nº 1.055, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 147, de 2005 (nº1.384/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Vip FM de Promissão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pirapozinho, Estado de São Paulo. Senador Aloizio Mercadante.....	46	Discursa sobre a falta de políticas agrícolas de desenvolvimento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sob a condução do Ministro Roberto Rodrigues e relata os prejuízos sofridos por produtor no Estado do Espírito Santo, causados pela Delegacia Federal da Agricultura. Senador João Batista Motta.	333
Parecer Nº 1.056, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2005 (nº 1.747/2003, na casa de origem), que institui o Dia Nacional de Combate à Pobreza. Senador César Borges.	49	POLÍTICA DE TRANSPORTES	
Parecer Nº 1.057, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2003, de autoria do Senador Paulo Octávio, que altera a redação dos arts. 50 e 52 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento urbano e dá outras providências. Senador Antônio Carlos Magalhães.	308	Apresenta a Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, um plano de recuperação das estradas brasileiras. Senador Alberto Silva.....	67
Parecer Nº 1.058, de 2005 (Da Comissão Diretora), apresentando a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2004 (nº 4.338, de 2001, na casa de origem), que denomina Presidente Juscelino Kubistchek a rodovia BR-020, Brasília-Fortaleza, que consolida as Emendas nº 1 e 2, da Comissão de Educação, aprovadas pelo Plenário. Senador Tião Viana.....	359	Tece comentários ao pronunciamento do Senador Alberto Silva a respeito do estado de calamidade das estradas brasileiras. Aparte ao Senador Alberto Silva. Senador Ney Suassuna.	68
POLÍTICA AGRÍCOLA		Comenta o pronunciamento do Senador Alberto Silva, apoiando o plano de recuperação das estradas brasileiras. Aparte ao Senador Alberto Silva. Senador Augusto Botelho.	70
Tece considerações sobre a crise enfrentada pelos agricultores brasileiros. Senador Ney Suassuna.	70	Reivindica investimentos nas estradas federais do Estado de Rondônia. Senador Valdir Rupp.	137
Comenta o pronunciamento do Senador Ney Suassuna acerca da crise enfrentada pelos agricultores brasileiros. Aparte ao Senador Ney Suassuna. Senador Alberto Silva.	70	Discute proposta para recuperação das estradas brasileiras. Senador Alberto Silva.	381
Faz considerações acerca da crise enfrentada pelos agricultores brasileiros. Aparte ao Senador Ney Suassuna. Senador Álvaro Dias.	71	Comenta a proposta para recuperação das estradas brasileiras. Aparte ao Senador Alberto Silva. Senador Antônio Carlos Valadares.	382
		POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE	
		Comenta a respeito da atuação do IBAMA em Roraima. Senador Augusto Botelho.	76
		Discursa sobre os desafios da humanidade em conseguir padrões sustentáveis que não sejam predatórios para com o meio ambiente. Senador Valmir Amaral.	396
		POLÍTICA ECONÔMICO FINANCEIRA	
		Avalia a desaceleração do ritmo de crescimento da economia brasileira. Senador Aloizio Mercadante.	147
		POLÍTICA ENERGÉTICA	
		Construção da usina hidrelétrica do Estreito e o seu impedimento, por falta de licença ambiental do IBAMA. Senador Eduardo Siqueira Campos. ..	220

Pág.	Pág.
	POLÍTICA PARTIDÁRIA
Comenta o pronunciamento do Senador Eduardo Siqueira Campos, apoiando a construção da usina hidrelétrica do Estreito. Aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos. Senador Alberto Silva.	222
Discursa sobre a necessidade de adoção de uma política positiva para o setor do biodiesel. Senador Alberto Silva.	347
Discute o adiamento da construção do Gasene, gasoduto que garantiria o abastecimento do Nordeste, e o risco da falta de energia naquela região. Senador César Borges.	377
Comenta o adiamento da construção do Gasene, gasoduto que garantiria o abastecimento do Nordeste quanto à oferta de gás. Aparte ao Senador César Borges. Senador Rodolpho Tourinho.	378
Comenta o adiamento da construção do Gasene, gasoduto que garantiria o abastecimento do Nordeste quanto à oferta de gás. Aparte ao Senador César Borges. Senador Antônio Carlos Valadares.	379
 POLÍTICA FUNDIÁRIA	
Protesta contra a extensão de terras da União nos ex-territórios, sob a forma de reservas indígenas, reservas ambientais e áreas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra. Senador Mozarildo Cavalcanti.	321
Comenta o pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti a respeito das reservas indígenas, reservas ambientais e áreas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Amir Lando.	322
Tece comentários ao pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti a respeito das reservas indígenas, reservas ambientais e áreas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Papaléo Paes.	323
 POLÍTICA INDIGENISTA	
Questiona a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol. Senador Augusto Botelho. .	223
Comenta o pronunciamento do Senador Augusto Botelho sobre a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol. Aparte ao Senador Augusto Botelho. Senador Mozarildo Cavalcanti. .	226
Comenta o pronunciamento do Senador Augusto Botelho acerca da demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol. Aparte ao Senador Augusto Botelho. Senador Wirlande da Luz.	226
	Defesa do Partido dos Trabalhadores e de seus membros atingidos por denúncias de corrupção. Senadora Ideli Salvatti.
	190
	Comenta o pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti, apoiando a defesa do Partido dos Trabalhadores e de seus membros atingidos por denúncias de corrupção. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senadora Fátima Cleide.
	192
	Tece comentários ao pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti acerca da crise política em vigência no Partido dos Trabalhadores. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Paulo Paim.
	192
	Anuncia o posicionamento do PDT para superação da crise política. Senador Osmar Dias. ..
	332
	Reafirma a posição do PSDB em relação ao governo federal. Senador Eduardo Azeredo.
	361
	Comenta o posicionamento do PSDB em relação ao governo federal. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. Senador Arthur Virgílio.
	361
	Comenta a posição do PSDB em relação ao governo federal. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. Senador Sérgio Guerra.
	363
	Tece comentários ao pronunciamento do Senador Eduardo Azeredo a respeito da posição do PSDB em relação ao Governo Federal. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. Senador Eduardo Suplicy.
	368
	Discursa sobre reunião da executiva nacional do PT para deliberação sobre as recentes denúncias de corrupção. Senador Sibá Machado.
	371
	Discute a oposição realizada pelo PFL ao Governo Lula. Senador Jorge Bornhausen.
	373
	Comenta a oposição realizada pelo PFL ao Governo Lula. Aparte ao Senador Jorge Bornhausen. Senador Eduardo Suplicy.
	374
	Comenta a oposição realizada pelo PFL ao Governo Lula. Aparte ao Senador Jorge Bornhausen. Senador José Agripino.
	375
	Comenta a oposição realizada pelo PFL ao Governo Lula. Aparte ao Senador Jorge Bornhausen. Senador Arthur Virgílio.
	376
 POLÍTICA SOCIAL	
	Faz reflexão sobre o preconceito generalizado. Senador Papaléo Paes.
	269
	Manifesto contra o preconceito aos portadores da síndrome de Down. Senador Papaléo Paes.
	269

VIII

	Pág.		Pág.
Discute a influência da desnutrição sobre o desaparecimento de crianças no mundo. Senador Papaléo Paes.	394	Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2005, que dispõe sobre a proteção aos colaboradores para o combate ao crime organizado. Senador Pedro Simon.	300
PREVIDÊNCIA		Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2005, que acrescenta à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o Art.72-A, que limita os gastos com publicidade oficial. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	303
Adverte o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, sobre queixa feita contra a Previ, o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, pelo presidente da Telecom Itália no Brasil, Paolo dal Pino. Senador Heráclito Fortes.	134	Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2005, que altera o Código Penal e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para elevar o período mínimo de cumprimento da pena na concessão do livramento condicional a condenados por crimes hediondos. Senador Hélio Costa.	348
PREVIDÊNCIA SOCIAL		PROJETO DE RESOLUÇÃO	
Comenta a importância da aprovação, em 6 de junho de 2005, da PEC Paralela. Senador Paulo Paim.	112	Projeto de Resolução Nº 63, de 2005, que suspende a execução da Lei nº 4.106, de 26 de julho de 1962, e do Decreto nº 53.977, de 22 de julho de 1964. Senador Romeu Tuma.	21
Tece comentários sobre a aprovação da PEC Paralela. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Mozarildo Cavalcanti.	113	Projeto de Resolução Nº 64, de 2005, que suspende a execução do art.1º e do art.2º, inciso I alínea “a”, e inciso II, alíneas “a” e “b”, da Lei Municipal nº 6.580, de 5 de dezembro de 1989, de Santo André, São Paulo. Senador César Borges.	26
Tece comentários sobre a aprovação da PEC Paralela. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Wirlande da Luz.	113	Projeto de Resolução Nº 65, de 2005, do Senado Federal, que suspende a execução do vocábulo “mensal”, constante do art. 1º e todo o art. 2º da lei nº 8.878, de 18 de julho de 1989, do Estado do Rio Grande do Sul. Senadora Serys Slhessarenko. ...	33
Tece comentários sobre a aprovação da PEC Paralela. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Heráclito Fortes.	114	Projeto de Resolução Nº 66, de 2005, que suspende a execução, no art. 133 da Constituição do Estado de São Paulo, da expressão “a qualquer título”. Senador Romeu Tuma.	39
Comenta a concessão de liminar do Supremo Tribunal Federal proposta pelo PFL e pelo PSDB que impugnava a Medida Provisória 242/05. Senador Jorge Bornhausen.	187	Projeto de Resolução Nº 67, de 2005, que suspende parcialmente, sem redução de texto, a execução do art. 11 da Medida provisória nº 2.245-45, de 4 de junho de 2001. Senador Edison Lobão. ...	44
PROJETO DE LEI DA CÂMARA		PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO	
Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2005 (nº 432/2005, na Casa de origem), que define as diretrizes da Política de Prevenção e Atenção Integral à Saúde da Pessoa Portadora de Hepatite, em todas as suas formas, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, e dá outras providências.	158	Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2005, que dá nova redação ao inciso XI do art. 167 da Constituição Federal. Senador Pedro Simon. ..	12
PROJETO DE LEI DO SENADO		Proposta de Emenda à Constituição Nº 34, de 2005, que dá nova redação ao inciso LXXVI do art. 5º da Constituição Federal. Senador Pedro Simon.	15
Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2005, que dá poderes aos servidores de carreira da Advocacia das Casas do Congresso Nacional para acompanhar a tramitação e intervir nos processos oriundos de Comissões Parlamentares de Inquérito, de que trata a Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000. Senador Álvaro Dias.	163	REFORMA POLÍTICA	
Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2005, que cria o Fundo de Garantia das Execuções e dá outras providências. Senadora Ana Júlia Carepa.	292	Tece comentários sobre a importância da reforma política no país. Senador Maguito Vilela.	239

Pág.	Pág.
REQUERIMENTO	
Requerimento Nº 745, de 2005 (Requerimento nº 24-Cas), que requer, nos termos do art. 267 e parágrafos, do Regimento Interno do Senado Federal, a reconstituição do PLC nº 94, de 2000, por motivo de extravio, quando distribuído ao Senador Júlio Eduardo para relatar, em 9-11-2000. Sala das Sessões, 1º de julho de 2005. Senadora Patrícia Saboya Gomes.	77
20	Comenta o pronunciamento do Senador Augusto Botelho, apoiando a reforma sanitária no Sistema Público de Saúde brasileiro. Aparte ao Senador Augusto Botelho. Senador Mozarildo Cavalcanti.
Requerimento nº 746, de 2005, que requer homenagem, voto de pesar e condolências a família pelo falecimento do Professor e Sociólogo, Jacó Anderle, Secretário de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Santa Catarina. Senadora Ideli Salvatti.	175
193	Reflete sobre a situação mundial e nacional da hanseníase, reascendendo o entusiasmo na luta contra a prevalência da doença no Brasil. Senador Tião Viana.....
Requerimento nº 747, de 2005, que requer homenagem, voto de pesar, condolências a família, voto de aplausos pelo falecimento do Professor e Sociólogo, Jacó Anderle, Secretário de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Santa Catarina. Senador Leonel Pavan.	176
193	Comenta o pronunciamento do Senador Tião Viana sobre a situação mundial e nacional da hanseníase, reascendendo o entusiasmo na luta contra a prevalência da doença no Brasil. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Mozarildo Cavalcanti.
Requerimento nº 748, de 2005, que requer , nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nº 100, de 2004, que institui o Programa Nacional do gás (Progás), 101, de 2004, que institui o Plano Setorial de Desenvolvimento do Gás, e 226, de 2005, sobre a importação, exportação, processamento, transporte, armazenagem, liquefação, regaseificação, por regularem a mesma matéria. Senador César Borges.	194
273	Apoio à aprovação do Projeto de Lei 131, de 2001, de autoria do Senador Geraldo Althoff, que cria o Serviço Social da Saúde (Sess) e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde (Senass). Senador Antônio Leite.
Requerimento nº 749, de 2005, que requer, voto de Lembrança pelo transcurso do 10º aniversário de falecimento do jornalista Umberto Calderaro Filho, criador da Rede Calderaro de Comunicações, do Amazonas. Senador Arthur Virgílio.	196
273	Comenta o pronunciamento do Senador Antônio Leite, incluindo o fim da greve dos servidores públicos da Saúde e da Previdência Social. Aparte ao Senador Antônio Leite. Senador Paulo Paim. ..
Requerimento Nº 750, de 2005, que requer, nos termos do art. 78 do Regimento Interno do Senado Federal, subsidiando o art. 58, § 1º da Constituição Federal, seja revista a composição dos representantes do Senado Federal, da Comissão Mista Temporária, criada através do Requerimento nº 1, de 2005-CN, destinada a, num prazo de 90 dias, analisar e consolidar as Propostas Legislativas de Redivisão Territorial, vez que o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB- não mais integra o Bloco de Apoio ao Governo. Senador Mozarildo Cavalcanti.	237
383	Reivindica ações urgentes do governo no sentido de que sejam providenciadas vacinas contra o vírus H5NI, prevenindo uma eventual pandemia da gripe asiática. Senador Ney Suassuna.
SERVIÇO PÚBLICO	
Discorre sobre a realização de simpósio a respeito de política nacional de Saúde. Senador Augusto Botelho.	355
76	Discute a Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2003, que altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público. Senador Marco Maciel.
SOBERANIA NACIONAL	
Alerta a Polícia Federal sobre a possível presença de guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) em território brasileiro. Senador Romeu Tuma.	337
Tece comentários ao pronunciamento do Senador Romeu Tuma, apoiando-o sobre o alerta à Polícia Federal a respeito de Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) em território brasileiro. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Mozarildo Cavalcanti.	338

Ata da 102 Sessão Não Deliberativa, em 1º de julho de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Álvaro Dias, Romeu Tuma, Edison Lobão, Augusto Botelho,
Wirlande da Luz e Mozarildo Cavalcanti*

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº SCTC/12/2005

Brasília, 30 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a Vossa Excelência providências cabíveis para que sejam prestadas as informações solicitadas ao Ministério da Cultura, pela Mesa Diretora (Ofício SF nº 245 de 8 de março do corrente), por meio do Requerimento nº 1.447, de 2004, de autoria do Senador Osmar Dias, à época Presidente da Comissão de Educação, uma vez que o prazo para resposta, segundo o que preceitua o § 2º do art. 50, da Constituição Federal, já se encontra esgotado. Em anexo cópia do requerimento e do espelho da sua tramitação.

Agradecendo as providências que Vossa Excelência determinar a respeito, aproveito o ensejo para renovar meus protestos de alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Sérgio Cabral**, Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência procederá à reiteração das informações solicitadas pelo **Requerimento nº 1.447, de 2004**, ao Ministro de Estado da Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Encerrou-se no último dia 30 de junho o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2005**, nº 1.652/2003 na Casa de ori-

gem, que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão do empregado doméstico e dá outras providências.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Há oradores inscritos.

Passo a palavra, por cessão do Senador Juvêncio da Fonseca, ao ilustre Senador Edison Lobão, por 15 minutos.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado. Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faz algumas semanas que tenho tratado, desta tribuna, de um assunto que afeta profundamente as nossas Forças Armadas. Trata-se do seu equipamento de natureza militar que, ao longo dos tempos, vai-se tornando obsoleto, não substituído, não atualizado, e também do salário dos militares das três Forças.

Sr. Presidente, não desejo criar dificuldades de natureza nenhuma ao Governo por conta, já não direi dessas denúncias, porque elas são públicas – os acontecimentos são públicos – dessas reivindicações que, em nome dos militares, eu aqui faço com certa frequência. Quero apenas alertar para a necessidade inadiável desse atendimento, seja no que diz respeito aos equipamentos das Forças Armadas, seja quanto aos salários dos oficiais, dos praças e soldados.

Já da vez anterior, eu dizia que um recruta recebe apenas R\$160,00 por mês, o que, no meu entendimento, é a configuração de uma irregularidade, porque, pela lei, ninguém pode perceber vencimento inferior a um salário mínimo.

É gritante, Sr. Presidente, a injustiça que, exaustivamente, está sendo imposta aos militares e às suas instituições. A ambos, pela penúria a que têm sido expostos, seja, como disse há pouco, pelos vencimentos humilhantes na comparação com outras categorias do funcionalismo público, seja pelo sucateamento do material bélico que lhes incumbe acionar e manter

para o cumprimento de seus deveres constitucionais de defesa da Pátria.

Em discursos que já proferi desta tribuna abordando o mesmo assunto, tive a oportunidade de lembrar trecho de um documento oficial do Estado Maior do Exército, em que se dizia que os militares brasileiros, por sua própria formação ética, tinham escrúpulos em tornar públicos seus reclamos.

É uma verdade. O País testemunha a discrição dos militares quanto aos seus reclamos, cujas reivindicações têm obtido divulgação graças à coragem e à excepcional disposição de suas esposas, mães e filhos.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Lobão, vou pedir um aparte no momento em que V. Ex^a entender mais adequado ao longo de seu pronunciamento.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Pois não, Senador Paim. Agradeço a V. Ex^a desde logo.

Contudo, não se devem confundir escrúpulos com conformismo, nem a meritória discrição com o silêncio dos cemitérios.

São notórias as dificuldades financeiras da União, amplamente anunciadas a cada dia pelas nossas autoridades. No entanto, parece-me passar dos limites o fato de que outras carreiras do serviço público federal têm sido merecidamente beneficiadas, enquanto outras, entre as quais as dos militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, não o são.

Comandantes militares, em oportunidades anteriores, já se expressaram sobre a situação “preocupante” vivida pelas Forças Armadas em função dos problemas de salários e de renovação de material. Pertence ao comandante da Marinha – segundo as últimas Ordens do Dia dessa Arma – a opinião de que “se todas as demais categorias tiverem aumento e os militares não, essa situação pode-se agravar”. Haveria um sentimento de frustração pelo fato de que o salário desses militares não é reajustado “enquanto muitas outras categorias de Estado estão recebendo aumentos”.

Agora, mais recentemente, a 11 deste mês de junho, a imprensa divulgou trechos de declarações atribuídas ao respeitado comandante da Marinha, Almirante Roberto de Guimarães Carvalho, que se referiu à insatisfação que grassa na instituição em virtude dos sérios problemas que, atualmente, a afetam.

Segundo noticiário que recorto da **Folhapress**, o comandante Carvalho ressaltou a sua preocupação “com o clima nos quartéis” e fez menção à “insatisfação na tropa, mas os chefes estariam conseguindo conter os subordinados”. E destaca, na Ordem do Dia

que assinou naquela data, as carências da Marinha que estão a exigir prontas soluções.

O comandante da Marinha foi provavelmente delicado ao não citar George Orwell que, no livro **A Revolução dos Bichos**, criou a expressão de que “todos são iguais, mas alguns são mais iguais do que outros...”

Veja, Sr. Presidente, que, infelizmente, têm procedência as minhas preocupações.

Ouçoo o eminente Senador do Rio Grande do Sul, Senador Paulo Paim, com todo prazer.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Edison Lobão, primeiramente, quero comungar com suas preocupações e com o tema que V. Ex^a traz ao debate. V. Ex^a demonstra que é preciso que o Governo olhe com muito carinho o movimento legítimo dos servidores civis e militares. V. Ex^a dá destaque às esposas dos militares. Todos os dias, vindo ao Congresso, nós as vemos ali, na trincheira, na resistência, solidárias com seus maridos, na busca de que se cumpra o acordo dos 33%. Foram dados 10%, e falta ainda algo em torno de 23%. Ontem, V. Ex^a nos ajudou muito na PEC paralela. Demorou, mas o acordo foi cumprido. Não vou tratar desse tema agora. Espero também que esse acordo firmado seja cumprido. Sei que há empenho do Presidente da República e também do Vice-Presidente, para que o atendimento a esse percentual de reajuste seja efetivamente assegurado. V. Ex^a, tranqüilo, como é sempre – e, para mim, V. Ex^a é um dos exemplos de Parlamentar pela forma como conduz o debate –, faz uma cobrança, que eu, do Partido dos Trabalhadores, Partido da Base do Governo, endosso na hora. O Governo tem de olhar com carinho e atender essa justa reivindicação dos nossos servidores militares, que estão nessa expectativa. Grande parte da população também está. Se V. Ex^a me permitir, dou um gancho. Sei que há solidariedade entre os servidores militares e civis. Grande parte dos servidores civis também está em greve neste momento, na busca de entendimento na mesa de negociação. Apenas destaco que, na questão dos militares, já há acordo. Trata-se de cumprir o acordo firmado no momento anterior e de abrir a negociação, agora, com os servidores civis. Meu aparte é rápido para cumprimentar V. Ex^a. Parabéns pela forma muito respeitosa – assim entendo – como V. Ex^a se dirige ao Governo, mas exigindo decisão, solução e atendimento aos servidores militares. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – De V. Ex^a, Senador Paulo Paim, eu não poderia esperar senão uma atitude dessa natureza. V. Ex^a tem sido um Parlamentar extremamente coerente na sua linha de atuação nesta Casa. Suas vistas não se voltam apenas para

um segmento, para um estamento da sociedade, mas, sim, para todas as causas meritórias desta.

A questão que envolve os militares a mim me parece mais grave, embora, nos demais casos, também haja gravidade, em razão do fato de que são eles os garantidores da segurança nacional e de que a eles é proibida qualquer outra atribuição que não seja a do seu ofício de natureza militar. Portanto, há que se olhar para o setor militar, para as nossas Forças Armadas, com um cuidado especial, não porque eles estejam armados, mas porque prestam um serviço de natureza especialíssima à Nação brasileira.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, estou lendo, no **Jornal de Brasília** de hoje, uma declaração atribuída ao Vice-Presidente da República, que é o Ministro da Defesa. S. Ex^a diz que o aumento dos militares pode sair este mês. Repito: pode. O Vice-Presidente José Alencar, nosso ex-colega do Senado, diz que está trabalhando nesse sentido, que o Governo está interessado e que acredita – S. Ex^a está no campo da fé ainda e o faz com prudência – que provavelmente, no mês de julho, esses 23% prometidos, acordados, possam ser, afinal, repassados aos integrantes das Forças Armadas Brasileiras.

Eu me regozijo com o Ministro da Defesa, Vice-Presidente José Alencar, pelo esforço que faz e pela crença que tem na solução desse grave problema.

Mas quero acrescentar uma informação que eu diria de natureza quase dramática também, Senador Paulo Paim e Senador Romeu Tuma, que preside esta sessão. Recentemente, o Brasil adquiriu navio aeródromo, um porta-aviões. Para esse navio adquiriu mais 23 aeronaves. Mandou treinar os pilotos no exterior, o que fizeram muito bem a Marinha brasileira, o Governo brasileiro. O treinamento de cada piloto deste custou US\$1 milhão. Pois bem, desses 23 aviões adquiridos, apenas dois estão em funcionamento por falta de recursos para a reposição de determinados componentes. Isso significa que os demais pilotos que não voam estão desaprendendo aquilo que aprenderam a um elevado custo para a Nação brasileira. US\$1 milhão custou o treinamento de cada piloto, e apenas dois dos 23 aviões estão em funcionamento!

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Não podemos prosseguir nessa situação. Se não podíamos manter um porta-aviões funcionando adequadamente, não deveríamos tê-lo adquirido, então, até porque, atrás dos prejuízos de natureza militar e financeira, vem a frustração dos nossos oficiais.

Mas volto ao tema do salário dos militares. E peço a atenção do Senado para a revelação que vou

fazer, com base nos números que estão aí: um Major da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal percebe, nos dias atuais, um salário bruto de R\$6.847,88, e, vitorioso o Projeto de Lei da Câmara nº 5.030, de 2005, em tramitação, passará a perceber merecidamente R\$8.182,45. Esse salário supera os vencimentos totais atuais dos Generais-de-Brigada e Generais-de-Divisão e praticamente se iguala ao dos Generais do Exército que ganham, respectivamente, R\$7.355,00 e R\$7.928,00 e R\$8.564,00. Com isso, estou dizendo que um Major da Polícia Militar do Distrito Federal recebe, merecidamente, o que ganha um General do Exército.

Como podemos manter a disciplina que é indispensável, numa situação dessa natureza?

(Interrupção do som.)

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Somente o patriotismo das Forças Armadas é capaz de manter nossos oficiais, cabos, soldados e sargentos dentro do rigoroso cumprimento do seu dever à pátria? Na escala mais baixa, o soldado da Polícia Militar do Distrito Federal recebe R\$2.198,26, e o das Forças Armadas, R\$743,00. O brasileiro conscrito recebe nas Forças Armadas R\$168,00, quase a metade, pois, do salário mínimo, o que, no meu entendimento, é proibido.

Ressalte-se, Sr. Presidente, que não sou contrário aos vencimentos dos militares da Polícia Militar e dos Bombeiros Militares do Distrito Federal e que vou, inclusive, votar a favor da proposição que procura reajustá-los.

(Interrupção do som.)

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – O que causa perplexidade é a escandalosa disparidade dos critérios, que já vem de longa data, na avaliação salarial dos que prestam serviços à Nação. Afinal, o custeio da Polícia Militar e dos Bombeiros Militares do Distrito Federal, bem como o dos militares das Forças Armadas, nasce da mesma fonte, que é o Orçamento da União. Portanto, pode-se dizer que todas essas categorias funcionais têm um mesmo empregador, que é o Governo Federal. Torna-se, portanto, um disparate que o mesmo padrão trate desigualmente os seus iguais.

São conhecidas – repito – as dificuldades financeiras por que passa o Brasil. Não se nega a realidade. O que se nega...

(Interrupção do som.)

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – (...) ou, ao menos, se põe em dúvida, é a hesitante afirmação atribuída a técnicos fazendários e de planejamento, de que para os militares e servidores do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, faltam os instrumentos de

reajustes e remanejamentos orçamentários relativos a salários que não faltam para outras categorias.

Sr. Presidente, encerro, pedindo a V. Ex^a que considere como lido o restante do meu discurso, porque devo cumprir as disposições regimentais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Edison Lobão, senti não estar em plenário para pedir um aparte a V. Ex^a, porque sabemos da importância do seu discurso em uma hora tão grave do nosso País.

As Forças Armadas são responsáveis pela segurança interna e externa: participam de missões arriscadas no exterior, servindo as organizações internacionais; defendem a nossa soberania nas fronteiras. Não podemos virar as costas para esses heróis anônimos, que, dia a dia, se comportam como homens de civildade exemplar, não reagindo àqueles que lhes viram as costas e não cumprem as palavras empenhadas perante os grandes chefes, que são os comandantes das três Forças.

V. Ex^a nos dá uma notícia boa, e temos de vigiar, para ver se realmente será cumprida: a passagem dos 23% comprometidos pelo Comandante-em-chefe das Forças Armadas.

Parabéns a V. Ex^a! Desculpe-me por, aqui da Presidência, tê-lo interrompido.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, V. Ex^a empresta elevação ao discurso que acabo de pronunciar, seja por se tratar do Senador Romeu Tuma, seja por estar no exercício dessa Presidência.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR EDISON LOBÃO.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, é gritante a injustiça que, exaustivamente, está sendo imposta aos militares e às suas instituições, seja pela penúria a que têm sido expostos, pelos vencimentos humilhantes na comparação frente a outras categorias do funcionalismo público, seja pelo sucateamento do material que lhes incumbe acionar e manter para cumprirem seus deveres constitucionais de defesa da Pátria.

Em discursos que já proferi desta tribuna abordando o mesmo assunto, tive a oportunidade de lembrar trecho de um documento oficial do Estado Maior do Exército em que se dizia que os militares brasileiros, por sua própria formação ética, tinham escrúpulos em tornar públicos seus reclamos.

É uma verdade, Sr. Presidente. O País testemunha a discrição dos militares quanto aos seus reclamos,

cujas reivindicações têm obtido divulgação graças à coragem e à excepcional disposição de suas esposas, mães e filhas.

Contudo, não se deve confundir escrúpulos com conformismo, nem a meritória discrição com o silêncio dos cemitérios.

São notórias as dificuldades financeiras da União, amplamente anunciadas a cada dia pelas nossas autoridades. No entanto, parece-me passar dos limites o fato de que outras carreiras do serviço público federal têm sido merecidamente beneficiadas, enquanto outras, entre as quais as dos militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, não o são.

Comandantes militares, em oportunidades anteriores, já se expressaram sobre a situação “preocupante” vivida pelas Forças Armadas em função dos problemas de salários e de renovação de material. Pertence ao comandante da Marinha – segundo as últimas Ordens do Dia dessa Arma – a opinião de que “se todas as demais categorias tiverem aumento e os militares não, essa situação pode se agravar”. Haveria um sentimento de frustração pelo fato de que o salário dos militares não é reajustado, “enquanto muitas outras categorias de Estado estão recebendo aumentos”.

Agora mais recentemente, no dia 11 do mês de junho, a imprensa divulgou trechos de declarações atribuídas ao respeitado Comandante da Marinha, Almirante Roberto de Guimarães Carvalho, que se referiu à insatisfação que grassa na instituição em virtude dos sérios problemas que atualmente a afetam. Segundo noticiário que recorto da **Folhapress**, o comandante Carvalho ressaltou a sua preocupação “com o clima nos quartéis” e fez menção à “insatisfação na tropa, mas os chefes estariam conseguindo conter os subordinados.” E destaca, na Ordem do Dia que assinou naquela data, as carências da Marinha que estão a exigir prontas soluções.

O comandante da Marinha foi provavelmente delicado ao não citar George Orwell, que, no livro **1948**, criou a expressão de que “todos são iguais, mas alguns são mais iguais do que outros...”

Veja, Sr. Presidente, que infelizmente têm procedência as minhas preocupações.

Um Major da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal percebe, nos dias atuais, um salário bruto de R\$6.847,88 e, vitorioso o PLC N^o 5.030/2005 em tramitação, passará a perceber, merecidamente, R\$8.182,45. Esse salário supera os vencimentos totais dos generais de brigada e de divisão e praticamente iguala-se ao do general de exército, que ganham respectivamente R\$7.355, R\$7.928 e R\$8.564.

Na escala mais baixa, o soldado PM do Distrito Federal recebe R\$2.198,26, e o das Forças Armadas, R\$743,00. O brasileiro conscrito recebe nas Forças Armadas R\$168,00, quase a metade, pois, do salário mínimo.

Ressalte-se, Sr. Presidente, que não sou contrário aos vencimentos dos militares da Polícia Militar e dos Bombeiros Militares do Distrito Federal, e vou inclusive votar a favor da proposição que procura reajustá-los.

O que causa perplexidade é a escandalosa disparidade dos critérios, que já vem de longa data, na avaliação salarial dos que prestam serviços à Nação. Afinal, o custeio da Polícia Militar e dos Bombeiros Militares do Distrito Federal, bem como o dos militares das Forças Armadas nasce da mesma fonte, que é o Orçamento da União. Portanto, pode-se dizer que todas essas categorias funcionais têm um mesmo empregador, que é o Governo federal. Torna-se, portanto, um disparate que o mesmo padrão trate desigualmente os seus iguais...

São conhecidas – repito – as dificuldades financeiras por que passa o Brasil. Não se nega a realidade. O que se nega, ou ao menos se põe em dúvida, é a hesitante afirmação atribuída a técnicos fazendeiros e de planejamento de que para os militares e servidores do Exército, da Marinha e da Aeronáutica faltam os instrumentos de reajustes e remanejamentos orçamentários, relativos a salários, que não faltam para outras categorias de servidores por tais meios justamente beneficiados.

Brasília, Sr. Presidente, tem sido palco de freqüentes concentrações de milhares de trabalhadores, que, felizmente, são bem recebidos por nossas autoridades, e até mesmo ajudados, segundo consta, com verbas públicas, para se localizarem e alimentarem. Em relação aos familiares dos militares federais, parece-me que as gentilezas das autoridades não se repetem com a mesma boa vontade. Foi o que me disseram as lideranças dessas senhoras respeitáveis, em defesa dos seus maridos, que recebi em meu gabinete.

Sr^{as} e Srs. Senadores, essas são algumas das razões que, conforme disse no início deste discurso, em mim suscitam grande preocupação. “A falta de justiça”, como registra nossos Anais numa fala de Ruy Barbosa, “é o grande mal da nossa terra, o mal dos males, a origem de todas as nossas infelicidades, a fonte de todo nosso descrédito, é a miséria suprema desta pobre nação”.

Minha esperança é a de que minha preocupação não tenha fundamento ou qualquer seqüela, com o Governo federal conseguindo cumprir o quanto antes o compromisso inafastável de fazer justiça àqueles que,

além do trabalho diuturno, têm por dever oferecer suas vidas em defesa da Pátria.

Era o que eu tinha a dizer, solicitando que se incorpore a este pronunciamento o texto da Ordem do Dia do Almirante Roberto de Guimarães Carvalho na solenidade comemorativa dos 140 anos da Batalha Naval de Riachuelo.

Obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDISON LOBÃO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)*

Brasília, DF.

Em 11 de junho de 2005

ORDEM DO DIA Nº 2/2005.

Assunto: Aniversário da Batalha Naval do Riachuelo

“INIMIGO À VISTA”

Esse foi o brado de um dos vigias da Força Naval brasileira que, na manhã do dia 11 de junho de 1865, encontrava-se fundeada no Rio Paraná, em frente à cidade de Corrientes, não muito distante da desembocadura de um pequeno afluente, o Riachuelo. Com isso, Barroso foi alertado sobre a ameaça que se aproximava.

Hoje, quando felizmente vivemos um longo período sem envolvimento em conflitos externos, nenhum dos nossos vigias daria o mesmo brado, tendo em vista a inexistência de inimigos e ameaças claramente configurados. Entretanto, não devemos nos iludir com essa falsa sensação de segurança, pois ela também ocorreu entre Riachuelo e a Primeira Guerra Mundial e entre os dois conflitos mundiais. Todos nós temos a obrigação de não esquecer as lições da nossa história.

Mas não estamos desatentos. A inexistência de inimigos e ameaças claramente configurados não significa, em absoluto, que a Força Naval não tenha dificuldades. Elas existem e algumas são bastante sérias, implicando em riscos. Todas são do conhecimento dos escalões superiores da cadeia de comando.

As soluções para sanar tais dificuldades têm que incluir, necessariamente, a urgente recuperação do poder aquisitivo da remuneração dos militares, e também dos nossos dedicados servidores civis. Elas devem também possibilitar uma melhora dos patamares financeiros dos orçamentos da Força, atual e futuros, sem postergação do atendimento aos problemas emergenciais. Só assim será possível recuperar parte do tempo perdido, prontificando os meios hoje indis-

poníveis, executando de forma completa as rotinas de manutenção previstas, melhorando o adestramento e o estado de prontidão. As soluções devem prever ainda os recursos indispensáveis para o início de um Programa de Reparcelamento, de médio/longo prazo, que garanta a substituição dos meios que já foram retirados de atividade nos últimos anos e também daqueles que, inexoravelmente, irão atingir os seus tempos limites de vida útil, quer por total obsolescência, quer pela razão custo-benefício de mantê-los ativos. Isso é vital para a Marinha.

Reconhecemos que serão necessários recursos de certo porte, mas o custo a ser pago pela sociedade brasileira será certamente muito maior, caso o País precise e não tenha uma Marinha minimamente aparelhada e pronta, o que já ocorreu em alguns momentos da nossa história, como, por exemplo, às vésperas de Riachuelo.

“O BRASIL ESPERA QUE CADA UM CUMPRA O SEU DEVER”

Esse foi um dos sinais que Barroso mandou içar nas adriças do seu navio capitânia, a Fragata “Amazonas”, naquela gloriosa manhã.

Os Heróis de Riachuelo cumpriram a ordem do seu comandante, escrevendo uma página de glória para a nação brasileira. Muitos chegaram ao sacrifício extremo, morrendo em combate, como o Guarda-Marinha Greenhalgh e o Marinheiro Marcílio Dias, ambos a bordo da canhoneira “Parnaíba”, que havia sido abordada por quatro navios da então força oponente.

A Marinha cumpriu o seu dever, como já o fizera antes de Riachuelo, nas lutas pela consolidação da nossa independência e no enfrentamento dos diversos conflitos internos e externos do Brasil Império, e continuou a fazê-lo após Riachuelo, nos dois conflitos mundiais.

No primeiro deles, foi a única Força Armada a atuar em ações bélicas no exterior, por meio da Divisão Naval em Operações de Guerra, a gloriosa DNOG, que, após cruzar o Atlântico, operou na área marítima entre o Senegal e o Estreito de Gibraltar.

No segundo, patrulhando as nossas águas, participando da escolta dos navios que transportaram a Força Expedicionária Brasileira para a Itália, e integrando o sistema de proteção a 575 comboios aliados, que totalizaram 3.164 navios, em rotas que se estenderam das nossas costas até Trinidad, no Caribe. Nunca é demais lembrar que na Segunda Guerra Mundial, cujo sexagésimo aniversário do seu término comemoramos recentemente, o maior número de vítimas brasileiras

ocorreu no mar, não só da Marinha de Guerra, mas também da nossa valorosa Marinha Mercante.

A Marinha continua e continuará a cumprir o seu dever, dentro do que lhe é possível realizar.

“SUSTENTAR O FOGO QUE A VITÓRIA É NOSSA”

Esse foi o último sinal de Barroso, já na fase final da batalha.

Esse é o sinal que renovo a todos os integrantes da Marinha, homens e mulheres, militares e civis, ao mesmo tempo em que transmito o meu reconhecimento a todos eles, pelo empenho com que, apesar de todos os fatores adversos, vêm procurando cumprir, com disciplina e total dedicação, as suas tarefas: zelando pelos interesses nacionais na nossa imensa Amazônia Azul; atuando nas principais bacias hidrográficas brasileiras; participando dos trabalhos que culminaram com a proposta brasileira apresentada na Organização das Nações Unidas sobre o prolongamento da nossa Plataforma Continental, o que permitirá que seja estabelecida, no mar, a nossa última fronteira; contribuindo para o desenvolvimento científico-tecnológico do País; conduzindo o Programa Antártico; ministrando o Ensino Profissional Marítimo; mantendo a sinalização náutica; cuidando da segurança da navegação e da salvaguarda da vida humana no mar; atendendo às operações de busca e salvamento; garantindo a segurança de algumas das nossas embaixadas no exterior; integrando forças de paz; provendo assistência médico-hospitalar a milhares de brasileiros nos rios da nossa Amazônia Verde; e tomando parte em inúmeras ações cívico-sociais.

Sustentemos o fogo, com o entusiasmo de sempre, pois somos marinheiros.

Manter essa crença é nosso dever perante a Nação e, também, o compromisso que temos não só com o Almirante Barroso, recentemente incluído pelo Congresso Nacional no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília, mas também com todos aqueles que sacrificaram as suas vidas naquela manhã, nas proximidades da desembocadura de um pequeno afluente, o Riachuelo.

Roberto de Guimarães Carvalho
Almirante-de-Esquadra
Comandante da Marinha

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– V. Ex^a será atendido, Senador Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– A Presidência comunica às Sr^{as} e Srs. Senadores que a sessão conjunta do Congresso Nacional, anteriormente convocada para ontem, 30 de junho, foi

transferida para terça-feira, dia 5 do corrente, às 20 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à leitura de expedientes e apreciação de matérias de competência do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Com referência à **Medida Provisória nº 252, de 2005**, informo que, quanto à Emenda nº 443, recebida em 29 de junho passado, determinei sua juntada ao processo da referida Medida, sua publicação e envio à consideração do Relator.

É a seguinte a emenda:

EMENDA Nº 443

Adite-se Medida Provisória nº 252, os seguintes artigos:

“Art. 72-A Os produtos industrializados nas áreas de livre comércio criadas pelas Leis nº 7.965, de 22 de dezembro de 1989, nº 8.210, de 19 de julho de 1991, nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, nº 8.857 de 8 de março de 1994 e pelo art. 11 da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, ficam isentos do imposto sobre produtos industrializados, quer se destinem ao seu consumo interno, quer a comercialização em qualquer outro ponto do território nacional.

§ 1º A isenção prevista no **caput** deste artigo aplica-se aos produtos elaborados com matérias-primas de origem regional provenientes dos segmentos animal, vegetal, mineral cerâmico, vidro, agrosilvopastoril, agroindustrial ou da biodiversidade, observada a sustentabilidade ambiental da região e conforme definido em regulamento.

§ 2º Excetua-se da isenção prevista no **caput** deste artigo os seguintes produtos:

I – armas e munições

II – fumo

III – bebidas alcoólicas

IV – automóveis de passageiros, e

V – produtos de perfumaria ou de toucador, preparados e preparações cosméticas, salvo os classificados nas posições 3303 a 3307 da Nomenclatura Comum do Mercosul, se destinados, exclusivamente, a consumo interno nas áreas previstas no **caput**, ou quando produzidos com utilização de matérias-primas da fauna e flora regionais em conformidade com o processo produtivo básico.

Art. 72B. A remessa de produtos nacionais ou nacionalizados, para industrialização nas áreas previstas no **caput** do art. 72A, será

realizada com suspensão do imposto sobre produtos industrializados.

§ 1º A suspensão de que trata o **caput** converte-se em isenção quando cumpridas as condições estabelecidas no art. 72A

§ 2º hipótese da remessa de produtos nacionais ou nacionalizados, destinados às áreas previstas no **caput** do art. 72A, com a finalidade de serem reembarcados para outros pontos do território nacional, os quais deverão ser estocados em armazéns ou embarcações sob controle da Superintendência da Zona Franca de Manaus, não se aplica o disposto no **caput**.

Art. 72-C – Os incentivos fiscais previstos nesta lei aplicam-se exclusivamente aos produtos elaborados por estabelecimentos industriais cujos projetos tenham sido aprovados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus”.

Justificação

A presente proposta de emenda possibilita a elaboração de produtos com insumos oriundos dos recursos naturais regionais amazônicos e sua comercialização para o todo território nacional, com o mesmo tratamento fiscal já previsto, em relação ao Imposto sobre Produtos Industrializados, na legislação em vigor para as áreas alvos da emenda. O que ela amplia, em relação à legislação existente, é o seguinte:

a) a lista dos insumos albergados: incentiva o uso de qualquer matéria prima oriunda dos recursos naturais regionais; e

b) a natureza das operações incentivadas: possibilita que essa produção realizada a partir de insumos oriundos da biodiversidade regional possa ser destinada a qualquer fim e em todo território nacional.

No atual quadro legal os incentivos restringem-se, apenas, a matérias-primas agrícola e extrativa vegetais, isto é, não incluem insumos de origem animal, mineral e nem mesmo as de origem na agroindústria. Além disso, tais incentivos só se destinam à produção de produtos destinados ao consumo local, isto é, não incluem a possibilidade de que tais produtos sejam remetidos para outras partes do território nacional. Usando apenas matéria prima vegetal (extrativa e agrícola) e podendo apenas fabricar para consumo local, onde não existe mercado amplo que justifique investimentos significativos, esse quadro legal resulta inócua como estímulo à indústria regional.

A emenda proposta não cria nenhum incentivo novo e nem novas áreas de exceção e não causa impacto na arrecadação tributária, já que as atividades econômicas dessa natureza nas áreas que o projeto pretende incentivar (áreas de livre comércio) são, praticamente, nulas. Portanto não se pode falar de renúncia de algo que não existe. Entretanto, se tais atividades forem incentivadas elas representarão, no futuro, uma base tributária adicional para o erário público. E de uma área que recebe incentivos – o Pólo Industrial de Manaus – que a união arrecada 63% de tudo que é arrecadado na Região Norte.

As ALC foram criadas, em diversos momentos e por diversas leis (7.965/1.989, 8.210/1.991, 8.256/1.991, 8.387/1.991 e 8.857/1.994) com objetivo, sempre, de levar o desenvolvimento socioeconômico para essas áreas remotas da Amazônia em razão do isolamento em que se encontram das dinâmicas econômicas nacionais. Entretanto, depois da abertura econômica do Brasil para o comércio internacional essas áreas perderam o atrativo central de suas atividades que era o comércio de bens estrangeiros. Face à essa nova realidade algumas dessas áreas nem sequer tiveram concluídas suas implantações. A verdade é que, essas áreas continuam isoladas das rotas econômicas da nacionalidade e, portanto, de qualquer dinâmica significativa comprometida com o desenvolvimento.

Essas são as razões da presente proposta de emenda.



O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Esgotou-se no último dia 30 de junho o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2003**, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta dois artigos à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 – Lei da Concessão e Permissão de prestação de serviços públicos, que impedem que concessionárias e permissionárias de serviço público interrompam a prestação de bens ou serviços sem aviso prévio ao consumidor e que efetivem na cobrança da conta mensal diferenças relativas a contas já pagas e dá outras providências.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Presidência comunica ao Plenário que, de acordo com as normas constantes da Resolução do

Congresso Nacional nº 1, de 2003, adotadas pela Presidência (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004), fica aberto, a partir desta data, o prazo para interposição de recurso por 1/10 (um décimo) dos representantes de cada Casa, por 5 (cinco) dias úteis, para que sejam apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 6 e 7, de 2005-CN**, tendo em vista publicação em avulsos, nesta data, dos pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Os recursos serão recebidos na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– Nº 167, de 2005 (nº 390/2005, na origem), de 28 de junho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 234, de 2005), que altera os arts. 54, 57, 59, 60 e 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, e o art. 192 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.127, de 28 de junho de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Mensagem nº 167, de 2005, juntada ao processado do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 234, de 2005, vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11, da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

Sobre a Mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 168, DE 2005 (Nº 388/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
Solicito a Vossas Excelências a retirada da indicação da Senhora Denise Maria Ayres Abreu, para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, enviada a essa Casa com a Mensagem nº 213, de 2005.

Brasília, 27 de junho de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**

Aviso nº 634 – C. Civil

Brasília, 27 de junho de 2005

Assunto: Retirada de indicação.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República solicita a retirada da indicação da Senhora Denise Maria Ayres Abreu, para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, enviada a essa Casa com a Mensagem nº 213, de 2005.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A **Mensagem nº 168, de 2005**, anexada ao processado da Mensagem nº 128, de 2005, será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Sobre a mesa ofícios do Presidente do Supremo Tribunal Federal que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. nº 774/P

Brasília, 23 de junho de 2005

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 24845

IMPETRANTE: Efraim de Araújo Morais

IMPETRADA: Mesa do Senado Federal

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária realizada em 22 de junho de 2005, por maioria, rejeitou as questões preliminares suscitadas neste processo, inclusive aquela proposta pelo Senhor Ministro Eros Grau. Prosseguindo no julgamento, e também por votação majoritária, o Tribunal concedeu o mandado de segurança, nos termos do voto do relator, para assegurar, à parte impetrante, o direito à efetiva composição da Comissão Parlamentar de Inquérito, de que trata o Requerimento nº 245/2004, devendo, o Senhor Presidente do Senado, mediante aplicação analógica do art. 28, § 1º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, c/c o art. 85, **caput**, do Regimento Interno do Senado Federal, proceder, ele próprio, à designação dos nomes faltantes dos Senadores que irão compor esse órgão de investigação legislativa, observado, ainda, o disposto no § 1º do art. 58 da

Constituição da República, vencido o Senhor Ministro Eros Grau.

Votou o Presidente, Ministro Nelson Jobim. Ausente, justificadamente, a Senhora Ministra Ellen Gracie.

Atenciosamente, – **Nelson Jobim**, Presidente.

Of. nº 775/P

Brasília, 23 de junho de 2005

MANDADO DE SEGURANÇA Nº. 24847

IMPETRANTE: José Jorge de Vasconcelos Lima

IMPETRADA: Mesa do Senado Federal

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária realizada em 22 de junho de 2005, por maioria, rejeitou as questões preliminares suscitadas neste processo, inclusive aquela proposta pelo Senhor Ministro Eros Grau. Prosseguindo no julgamento, e também por votação majoritária, o Tribunal concedeu o mandado de segurança, nos termos do voto do relator, para assegurar, à parte impetrante, o direito à efetiva composição da Comissão Parlamentar de Inquérito, de que trata o Requerimento nº 245/2004, devendo, o Senhor Presidente do Senado, mediante aplicação analógica do art. 28, § 1º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, c/c o art. 85, **caput**, do Regimento Interno do Senado Federal, proceder, ele próprio, à designação dos nomes faltantes dos Senadores que irão compor esse órgão de investigação legislativa, observado, ainda, o disposto no § 1º do art. 58 da Constituição da República, vencido o Senhor Ministro Eros Grau.

Votou o Presidente, Ministro Nelson Jobim. Ausente, justificadamente, a Senhora Ministra Ellen Gracie. Atenciosamente, – **Nelson Jobim**, Presidente.

Of. nº 778/P

Brasília, 23 de junho de 2005

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 24.831

IMPETRANTES: Pedro Jorge Simon e outro(a/s)

IMPETRADO: Presidente do Senado Federal

LITISCONSORTES

PASSIVOS: Líder do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo no Senado Federal, Senadora Ideli Salvatti

Líder do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, Senador Duciomar Gomes da Costa

Líder do Partido Socialista Brasileiro – PSB, João Alberto Rodrigues Capiberibe

Senhor Presidente,

Comunico a vossa Excelência que o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária realizada em 22

de junho de 2005, por maioria, rejeitou as questões preliminares suscitadas neste processo, inclusive aquela proposta pelo Senhor Ministro Eros Grau. Prosseguindo no julgamento, e também por votação majoritária, o Tribunal concedeu o mandado de segurança, nos termos do voto do relator, para assegurar, à parte impetrante, o direito à efetiva composição da Comissão Parlamentar de Inquérito, de que trata o Requerimento nº 245/2004, devendo, o Senhor Presidente do Senado, mediante aplicação analógica do art. 28, § 1º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, c/c o art. 85, **caput**, do Regimento Interno do Senado Federal, proceder, ele próprio, à designação dos nomes faltantes dos Senadores que irão compor esse órgão de investigação legislativa, observado, ainda, o disposto no § 1º do art. 58 da Constituição da República, vencido o Senhor Ministro Eros Grau. Votou o Presidente, Ministro Nelson Jobim. Ausente, justificadamente, a Senhora Ministra Ellen Gracie.

Atenciosamente, – **Nelson Jobim**, Presidente.

Of. nº 780/P

Brasília, 23 de junho de 2005

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 24.846
IMPETRANTE: Jorge Konder Bornhausen
IMPETRADA: Mesa do Senado Federal

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária realizada em 22 de junho de 2005, por maioria, rejeitou as questões preliminares suscitadas neste processo, inclusive aquela proposta pelo Senhor Ministro Eros Grau. Prosseguindo no julgamento, e também por votação majoritária, o Tribunal concedeu o mandado de segurança, nos termos do voto do relator, para assegurar, à parte impetrante, o direito à efetiva composição da Comissão Parlamentar de Inquérito, de que trata o Requerimento nº 245/2004, devendo, o Senhor Presidente do Senado, mediante aplicação analógica do art. 28, § 1º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, c/c o art. 85, **caput**, do Regimento Interno do Senado Federal, proceder, ele próprio, à designação dos nomes faltantes dos Senadores que irão compor esse órgão de investigação legislativa, observado, ainda, o disposto no § 1º do art. 58 da Constituição da República, vencido o Senhor Ministro Eros Grau.

Votou o Presidente, Ministro Nelson Jobim. Ausente, justificadamente, a Senhora Ministra Ellen Gracie.

Atenciosamente, – **Nelson Jobim**, Presidente.

Of. nº 781/P

Brasília, 23 de junho de 2005

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 24.849
IMPETRANTE: José Agripino Maia
IMPETRADA: Mesa do Senado Federal

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária realizada em 22 de junho de 2005, por maioria, rejeitou as questões preliminares suscitadas neste processo, inclusive aquela proposta pelo Senhor Ministro Eros Grau. Prosseguindo no julgamento, e também por votação majoritária, o Tribunal concedeu o mandado de segurança, nos termos do voto do relator, para assegurar, à parte impetrante, o direito à efetiva composição da Comissão Parlamentar de

Inquérito, de que trata o Requerimento nº 245/2004, devendo, o Senhor Presidente do Senado, mediante aplicação analógica do art. 28, § 1º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, c/c o art. 85, **caput**, do Regimento Interno do Senado Federal, proceder, ele próprio, à designação dos nomes faltantes dos Senadores que irão compor esse órgão de investigação legislativa, observado, ainda, o disposto no § 1º do art. 58 da Constituição da República, vencido o Senhor Ministro Eros Grau.

Votou o Presidente, Ministro Nelson Jobim. Ausente justificadamente, a Senhora Ministra Ellen Gracie.

Atenciosamente, – **Nelson Jobim**, Presidente.

Of. nº 782

Brasília, 23 de junho de 2005

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 24.848
IMPETRANTE: Demóstenes Lázaro Xavier Torres
IMPETRADA: Mesa do Senado Federal

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária realizada em 22 de junho de 2005, por maioria, rejeitou as questões preliminares suscitadas neste processo, inclusive aquela proposta pelo Senhor Ministro Eros Grau. Prosseguindo no julgamento, e também por votação majoritária, o Tribunal concedeu o mandado de segurança, nos termos do voto do relator, para assegurar, à parte impetrante, o direito à efetiva composição da Comissão Parlamentar de Inquérito, de que trata o Requerimento nº 245/2004, devendo, o Senhor Presidente do Senado, mediante aplicação analógica do art. 28, § 1º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, c/c o art. 85, **caput**, do Regimento Interno do Senado Fe-

deral, proceder, ele próprio, à designação dos nomes faltantes dos Senadores que irão compor esse órgão de investigação legislativa, observado, ainda, o disposto no § 1º do art. 58 da Constituição da República, vencido o Senhor Ministro Eros Grau.

Votou o Presidente, Ministro Nelson Jobim. Ausente, justificadamente, a Senhora Ministra Ellen Gracie.

Atenciosamente, – **Nelson Jobim**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência esclarece à Casa que os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, foram indicados pelas Lideranças e designados por esta Presidência na sessão do dia 23 do corrente.

Em consequência da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal e da designação dos membros da referida Comissão, ficam prejudicados os Recursos nºs 5 e 6, de 2004, que vão ao Arquivo.

Os expedientes lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A Presidência declara prejudicado o **Requerimento nº 708, de 2005**, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 230, de 1995, e nº 43, de 2005-Complementar, em virtude de serem incompatíveis os ritos de tramitação dos referidos Projetos.

Nesses termos, as mencionadas proposições permanecem tramitando autonomamente, retornando o Projeto de Lei do Senado nº 230, de 1995, ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e o Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2005-Complementar, ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

SGM-P Nº 1.229/05

Brasília, 30 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para os fins constantes do art. 12 da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, a Medida Provisória nº 241, de 2005, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$299.594.749,00, para os fins que especifica”.

Atenciosamente, – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Com referência ao expediente que acaba de ser lido, esta Presidência informa que promulgou a Lei nº 11.130, de 1º de julho de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler:

É lido o seguinte:

OF/LID/Nº 297/2005

Brasília, 30 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Rogério Teófilo/AL, em substituição ao meu nome, e o Deputado Cláudio Magrão/SP, em substituição ao Deputado Rogério Teófilo, para ocuparem as vagas de titular e suplente, respectivamente, na Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP nº 254/05, que “dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso, o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS”.

Atenciosamente, – Deputado **Dimas Ramalho**, Líder do PPS.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. CCC Nº 1607/05

Porto Alegre, 8 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, de ordem do Excelentíssimo Governador do Estado, Senhor Germano Rigotto, temos a honra de dirigir-nos a Vossa Excelência, ratificando o recebimento do OF. SF nº 716/2005, datado de 16 de maio último, com Relatório Final sobre o assassinato da Missionária Doroty Stang, informando-lhe que passamos ao conhecimento do Secretário de Estado da Justiça e da Segurança, Senhor José Otávio Germano.

Na oportunidade, aproveitamos para transmitir-lhe o nosso apreço e consideração, colocando-nos à disposição sempre que necessário.

Atenciosamente, – **Alberto Oliveira**, Chefe da Casa Civil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– O expediente que acaba de ser lido vai à publicação e juntado ao processado do Ato do Presidente do Senado Federal nº 8, de 2005.

Sobre a mesa, propostas de emenda à Constituição que passo a ler.

São lidas as seguintes:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 33, DE 2005**

**Dá nova redação ao inciso XI do art.
167 da Constituição Federal.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art.1º Dê-se, ao inciso XI do art. 167 da Constituição Federal, a seguinte redação:

XI – a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195 para a realização de despesas distintas das ações de que trata o art. 194. (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Quando da primeira reforma previdenciária, na Constituição Federal de 1988, que resultou na Emenda Constitucional nº 20, de 1998, apresentei emenda à PEC com o intento de restringir o uso das receitas do orçamento da seguridade, exclusiva e especificamente, para as despesas e ações da seguridade social. Na época já se diagnosticava o completo desvirtuamento das receitas oriundas da Cofins e da CSLL, apuradas, para o então ano de 1996, mais de 7 bilhões de reais, sendo que, destes, somente pouco mais de 3 bilhões foram efetivamente utilizados em gasto previdenciário. Naquele cenário, conjecturava-se que o desvio de verba era para reforçar o notório e imperioso superávit fiscal.

Minha emenda foi parcialmente acatada, o texto constitucional em vigor vincula, apenas em parte, receita e despesa da seguridade – especificamente no que se refere às contribuições incidentes sobre a folha e a dos salários (C.F. 195 I a e II).

Entretanto, com a posse do novo Governo em 2002, novamente repetiu-se o sistemático bordão sobre o déficit previdenciário e sobre a necessidade de uma nova reforma para contrapor contas negativas

que podem jamais se resolver. Os números últimos davam como da ordem de 40 bilhões o “rombo” nestas contas da seguridade. Mais uma vez raciocínios difusos e lógicas transversais forneciam, a bel-prazer do usuário, qualquer quantificação destes montantes. De fato, de um lado, o governo expunha uma fissura no orçamento da seguridade que, se a reforma não fosse a cabo, o País se inviabilizaria. Por outro lado, as representações sindicais e trabalhistas apresentavam, com idêntico rigor lógico formal, que a questão de fato era o desvio de verbas e que, ao final, se considerada a seguridade em seu amplo conceito – saúde, previdência e assistência social teríamos, até – um quadro, pasmem! – superavitário.

Há grave distorção nos dados apresentados relativos à questão previdenciária, seja no setor público seja no âmbito do regime geral da previdência social.

Diversas entidades, tais como a Anfip e a unafisco, quantificam outra realidade nas contas da previdência, evidenciando uma desnecessidade de reformulação no sistema, e sim uma necessidade urgente de aprimoramento gerencial.

Os sindicatos e associações demonstram que a simples reestruturação legal constitucional da previdência não é o melhor nem o único meio de acertar suas contas. Além disso, há ainda a questão dos débitos ou potenciais haveres da seguridade que podem chegar a mais de 200 bilhões. Temos que cobrar de quem deve, retirando benefícios tributários e modernizando o aparato judicial previdenciário, seja na legislação, seja na parte operacional, seja ampliando a Procuradoria do INSS.

Tal discrepância me levou a uma solicitação de auditoria do Tribunal de Contas da União sobre as contas públicas relativas ao Orçamento da Seguridade Social, identificando suas receitas totais – inclusive as oriundas de transferência do orçamento fiscal – e suas realizações em despesas com a previdência social, assistência social e saúde de seus segurados, nos setores públicos e privado, no exercício de 2002.

Hoje, mais uma vez, a imprensa dá notícia de que segundo os Auditores da Associação Nacional dos Fiscais da Previdência social – ANFIP – há novos e escabrosos desvios de receita da seguridade, tal como trechos da matéria publicada na **Folha de S. Paulo**, no dia 11/04 do corrente, transcrita a seguir:

**Governo desvia verba da Previdência,
diz estudo**

Sem amparo legal o governo subtraiu R\$17,63 bilhões da arrecadação da seguri-

dade social no ano passado para engordar o superávit primário, afirma estudo elaborado pela Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social). Segundo a entidade, os recursos desviados contribuíram com 36% da meta de ajuste fiscal da União – excluindo estatais federais.

Pelas contas da entidade, o sistema de seguridade social-previdência, assistência social e saúde registrou um saldo positivo de R\$42,53 bilhões em 2004. O excedente, de acordo com a Anfip, foi alocado no pagamento de gastos fiscais ou contabilizado diretamente no cálculo do superávit primário (receita menos despesas, exceto os juros da dívida).

As contribuições sociais, estabelece a Constituição, são receitas vinculadas criadas para financiar a seguridade social. Governos recentes e o atual, no entanto, fazem uso de um mecanismo (emenda ao texto constitucional) que garante a desvinculação de 20% da receita de impostos e contribuições: a DRU (Desvinculação de Receitas da União).

Com base em informações extraídas do Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira), do fluxo de caixa do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e do Tesouro Nacional os fiscais da Previdência concluíram, porém, que o governo federal ultrapassou o limite legal da DRU.

A Anfip calcula que a desvinculação das contribuições sociais – entre elas Cofins e CPMF – autorizaria o governo a gastar fora da seguridade social R\$24,9 bilhões no ano passado. Os R\$17,63 bilhões restantes deveriam ser aplicados no sistema. Não foi o que aconteceu, alega a entidade.

Os auditores da Previdência destacam que essa não foi uma peculiaridade de 2004. Entre 2000 e 2004, foram utilizados R\$165 bilhões da seguridade social para contribuir com o superávit primário. Desse montante, R\$76,84 bilhões teriam excedido o limite permitido para desvinculação das contribuições. “Tendo em vista o total comprometimento do Orçamento fiscal com as necessidades de financiamento da dívida pública, os superávits são alcançados através do orçamento da seguridade social”, diz a Anfip.

Previdência superavitária

O levantamento elaborado pelos fiscais ainda reforça uma antiga tese da Anfip e de defensores da seguridade social. O regime geral de Previdência não é deficitário, uma vez que o sistema do qual faz parte goza de superávits crescentes. Em 2004, o saldo positivo da seguridade cresceu 34% em relação ao ano anterior.

“Ao isolar o RGPS (Regime Geral de Previdência Social) do sistema de seguridade social e distorcer a composição de seu orçamento, as fontes oficiais omitem para a sociedade que os repasses constitucionais que deveriam ser alocados em saúde, previdência e assistência social são, na execução, realocados para cobertura de gastos fiscais e obtenção de superávit primário”, afirma o estudo da Anfip. Pelo raciocínio contábil predominante, o resultado do INSS é tido como a diferença entre a arrecadação das contribuições previdenciárias e o pagamento de benefícios. No ano passado, esse pagamento superou a receita previdenciária em R\$32 bilhões-o que é chamado de déficit da Previdência.

Mas, como a Constituição destina a receita das contribuições sociais para a seguridade, seria correto, segundo a Anfip, imaginar que tal arrecadação seria suficiente não só para anular o déficit da Previdência como ainda restariam recursos.

Isso porque, mesmo depois de pagar todos os benefícios previdenciários e saldar todas as despesas previstas com saúde e assistência, houve um saldo positivo na seguridade Social no ano passado, de R\$42,53 bilhões. Para a Anfip, esse adicional de arrecadação das contribuições deveria ser usado na expansão de ações da seguridade Social”


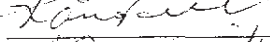






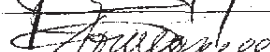



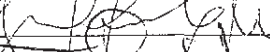
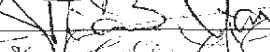
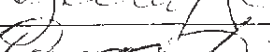
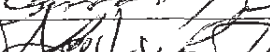
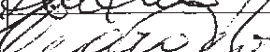
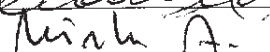
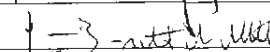

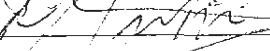
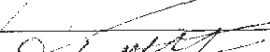





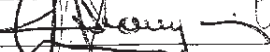




De forma que, com a intenção de apresentar uma solução perene e sólida para os crescentes gastos nas ações totais da seguridade social – previdência, saúde e assistência social e, ao mesmo tempo dirimir de vez quaisquer dúvidas sobre a situação fiscal específica da previdência, ou seja, no pagamento das pensões e aposentadorias públicas e privadas, é que ofereço esta proposição, sobre a qual espero contar com o apoio de meus pares.

Sala das Sessões, 1º de julho de 2005. – Senador **Pedro Simon**.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, DE 2005

Dá nova redação ao inciso XI do art. 167 da
Constituição Federal.

ASSINATURAS DOS SENHORES SENADORES

01 Assinatura:		Nome: PEDRO SIMON
02 Assinatura:		Nome: RAMER TEBET
03 Assinatura:		Nome: LEONAR QUINTANILHA
04 Assinatura:		Nome: ALMEIDA LIMA
05 Assinatura:		Nome: HERACITO FORTE
06 Assinatura:		Nome: LUIZ OMURO
07 Assinatura:		Nome: EDUARDO ACCREDO
08 Assinatura:		Nome: MARCO MOTTA
09 Assinatura:		Nome: CELSO
10 Assinatura:		Nome: ROMEU TUMA
11 Assinatura:		Nome: MAGUITO
12 Assinatura:		Nome: TORLE
13 Assinatura:		Nome: FLAVIO MARTINS
14 Assinatura:		Nome: GILBERTO MESQUITA
15 Assinatura:		Nome: TIAS VIANA
16 Assinatura:		Nome: CIBELEZ KLES
17 Assinatura:		Nome: ALVARO DIAS
18 Assinatura:		Nome: SAURILIO
19 Assinatura:		Nome: CASSIO
20 Assinatura:		Nome: CRISTIANO
21 Assinatura:		Nome: JOÃO BAPTISTA MOTTA
22 Assinatura:		Nome: HAROLD COSTA
23 Assinatura:		Nome: SÉRGIO FRAZÃO
24 Assinatura:		Nome: PAULO PAIM
25 Assinatura:		Nome: SÉRGIO CABRAL
26 Assinatura:		Nome: IDELI SALVATTO
27 Assinatura:		Nome: CÉSAR BORGES
28 Assinatura:		Nome: BRUNO MESQUITA JR
29 Assinatura:		Nome: SÉRGIO SLESSARENKO
30 Assinatura:		Nome: EMANUEL
31 Assinatura:		Nome: EMANUEL
32 Assinatura:		Nome: CRIVIERA

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

.....
 Art. 167. São vedados:

XI – a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

I – cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;

II – proteção à maternidade, especialmente à gestante;

III – proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;

IV – salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;

V – pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º.

§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar.

§ 2º Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

§ 3º Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei.

§ 4º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.

§ 5º É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

§ 6º A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.

§ 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:

I – trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II – sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.

§ 8º Os requisitos a que se refere o inciso I do parágrafo anterior serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 9º Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.

§ 10. Lei disciplinará a cobertura do risco de acidente do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo regime geral de previdência social e pelo setor privado.

§ 11. Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei.

§ 12. Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária para trabalhadores de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário mínimo, exceto aposentadoria por tempo de contribuição.

.....
 (À Comissão de Justiça e de Cidadania.)

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
 Nº 34, DE 2005**

**Dá nova redação ao inciso LXXVI do
 art. 5º da Constituição Federal.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Dê-se, ao inciso LXXVI do art. 5º da Constituição Federal, a seguinte redação:

“LXXVI – são gratuitos o registro e a primeira emissão dos documentos:

- a) certidão de nascimento;
- b) certidão de casamento;
- c) certidão de óbito.” (NR)

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Pela terceira vez, volto a submeter aos meus pares, proposta de emenda à Constituição, nestes termos.

Em 26 de agosto de 1997, havia submetido a proposta de emenda à Constituição, nos mesmos termos, que tomou o nº 27, e recebeu do relator, Senador Esperidião Amin, voto favorável, com louvor. Entretanto, adveio a Lei nº 9.534, de 10-12-97, – alterando as Leis nºs 6.015, de 31-12-73; 8.935, de 18-11-94, e 9.265, 12-2-96 – que trata da **não-cobrança** dos emolumentos pelo registro civil de nascimento e pelo assento de óbito, bem como pela **primeira certidão respectiva**. Com isso, deu-se por superada a minha proposição.

A Lei nº 9.534, no entanto, foi mais uma lei que “não pegou”, pela alegação dos cartórios de que não podem sobreviver sem a cobrança de tais emolumentos.

Via-se, portanto, que aquela proposição continuava atualíssima, pelo que, achei por bem reapresentá-la a esta Casa.

Nessa segunda vez, ela tomou o nº 22, de 1999, e foi aprovada nesta Casa, com louvor, após cumpridos os trâmites previstos no art. 60 da Constituição Federal. Na Câmara dos Deputados, ela tomou o nº 76, de 2003, que, submetida à Comissão de Constituição, Justiça e de Redação, recebeu, inicialmente, parecer pela **constitucionalidade**, da parte do relator, Deputado Gonzaga Patriota, parecer este revisto, logo a seguir, com voto pela inconstitucionalidade, sob a alegação de que “há uma perda: a gratuidade aplicar-se-ia apenas à primeira emissão dos documentos”.

Ora, a alegada “perda”, já é vigente hoje, diante do que determina a Lei nº 9.534, de 10 de dezembro de 1997, em seus arts. 1º, ao alterar o art. 30 de Lei nº 6.015/1973, e 3º, ao acrescentar o inciso VI ao art. 1º da Lei nº 9.265/1996.

O propósito de manter a gratuidade **apenas** na primeira emissão desses documentos é o de que o cidadão dedique o devido zelo à sua guarda, diante da importância que ele adquiriu, especialmente após a vigência da Lei nº 9.434, de 7 de abril de 1997.

Por esta razão é que volto a insistir na proposta de emenda à Constituição, nos mesmos termos em que a propus, inicialmente. Na ocasião, justificava aquela proposição, nestes termos:

“Max Fleiuss, do Instituto Histórico e Geográfico, em sua **História Administrativa do Brasil** (Cia. Melhoramentos de S. Paulo, edição 1922, pág. 216), depõe sobre o assunto:

“Registro Civil – Em 1851 tratou-se de mandar executar o regulamento de registo dos nascimentos e óbitos; 10 anos mais tarde, o decreto legislativo nº 1.144, de 11 de setembro de 1861, fez extensivos os efeitos civis, dos casamentos celebrados na forma das leis do Império, aos católicos, e determinou fossem regulados o registo e provas destes casamentos e dos nascimentos e óbitos das mesmas pessoas, bem como estatuto as condições necessárias para que os pastores das religiões toleradas pudessem praticar atos sujeitos ao registo civil.”

“Para execução do art. 2º desse decreto, expediu-se, em 1863, o de nº 3.069, de 17 de abril, regulando a forma do registo. Um aviso de nº 35, de 10 de fevereiro de 1864, expedido em consulta da secção do Império, do Conselho de Estado, distinguiu os casos em que deveriam ser registradas as certidões ou atos religiosos celebrados por ministros e pastores de religiões diferentes da do Estado, e mandou publicar, pelos jornais de maior circulação, os nomes dos ditos pastores e ministros, que tivessem os seus títulos registados na forma do art. 52 da lei de 1863.”

“Em 1865 o aviso nº 491, de 21 de outubro, também em consulta do Conselho de Estado, decidiu que os casamentos, que então fossem feitos só civilmente, não produziriam efeitos legais; e o de nº 495, de 25 desse mesmo mês, estipulou quais os casos em que os casamentos misto, para lograrem legitimidade, podiam ser exclusivamente celebrados com a intervenção do ministro católico ou de outro sacerdote, por ele ou pelo ordinário autorizado, em presença de duas ou três testemunhas, depois de obtida a dispensa do impedimento **cultus disparitas** e de assinar a parte protestante o compromisso de educar os filhos segundo os preceitos da religião católica”.

Mas as primeiras providências legislativas propriamente ditas, tornando obrigatório, aos nacionais, o registo civil se encontram na Lei nº 1.829, de 9 de setembro de 1870, art. 20, mandada observar pelo Decreto Executivo nº 5.604, de 25 de abril de 1874. Dependendo, porém, ainda, de aprovação legislativa esse regulamento, em sua parte penal, foi, por Aviso de nº 462, de 30 de agosto de 1879, mandado continuar em execução o regulamento de 1863, quanto ao registo civil dos católicos.

Em 1887, foi novamente o Governo autorizado a organizar esse serviço e a reformar o decreto de 1874; **mas, somente em 1888 foi expedido o novo regulamento para o registo civil dos nascimentos, casamentos e atos, que começou a vigorar a partir do dia 1º de Janeiro de 1889.” (grifo nosso)**

Vê-se, portanto, tratar-se, o registo civil de nascimentos, casamentos e óbitos, de instituição que só foi oficializada às vésperas do advento da República, à custa de tentativas várias e que, certamente, ainda não se firmou inteiramente até os dias de hoje. Pelos sertões do Brasil, é costume, ainda, aguardar que a criança atinja a idade escolar ou pouco menos, para se providenciar o seu registo, para que não se gaste tempo e dinheiro com filho que não “vingue”, isto é, que não sobreviva.

Os casamentos, entre as classes mais pobres, especialmente nos dias de hoje, pela burocracia e, especialmente, pelas despesas envolvidas, entre elas a do próprio registo, são omitidos. Os registros de óbitos, então, são ainda mais raros, entre essas classes, até mesmo em razão da pequena ou nenhuma conseqüência prática advinda da morte de um de seus representantes, como direitos a heranças e pensões.

É fundamental, portanto, que se facilite e, de algum modo, se incentive a tarefa de providenciar tais registros, a fim de que se obtenham dados e informações corretas sobre a população existente no País, sem que seja necessário dar-se à tarefa insana de contar “cabeça a cabeça” cada habitante que nasce, que se casa e que morre.

A Administração Pública de um país tem como dever precípua servir à população desse país, por todos os meios e modos. Conhecer essa população é, portanto, tarefa primordial dessa Administração. Sem isso, ela estará atuando às cegas ou, o que é pior, em

benefício de uns tantos privilegiados que conseguem afirmar-se como cidadãos.

A cidadania só se exerce por completo se os cidadãos são plenamente conhecidos e reconhecidos e têm consciência da plenitude de seus direitos e deveres. Para tanto, a primeira de todas as atitudes é dotar o cidadão de um registo junto ao Serviço Público, ao nascer, ao constituir uma nova unidade familiar para a geração de filhos e, finalmente, quando se dá o inexorável fim, a morte.

A gratuidade dos serviços de registros de nascimento, casamento e óbito e do fornecimento das certidões respectivas deve, portanto, ser garantida pelo Estado, que os exercerá diretamente ou, de forma terceirizada, através dos Cartórios de Registros Cíveis, como é costume até aqui.

O Capítulo I do Título II da Constituição Federal, ao tratar “Dos direitos e deveres individuais e coletivos”, assegura, no **caput** do art. 5º:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à **igualdade**, à segurança e a propriedade, nos termos seguintes: (grifo nosso)

.....
LXXVI – são gratuitos para os **reconhecida**mente pobres, na forma da lei:

- a) o registro civil de nascimento;
- b) a certidão de óbito.

A Lei nº 7.844, de 18-10-89, ao dispor sobre a matéria, alterando o art. 30 da Lei nº 6.015, de 31-12-73, estabelece:

“Art. 30. Das pessoas reconhecida

pobres não serão cobrados emolumentos pelo registro civil de nascimento e pelo assento de óbito e respectivas certidões.

§ 1º O estado de pobreza será comprovado por declaração do próprio interessado ou a rogo, em se tratando de analfabeto, neste caso acompanhada da assinatura de duas testemunhas.

§ 2º A falsidade da declaração ensejará a responsabilidade civil e penal do interessado.”

Ora, a primeira dificuldade que se apresenta é a de assegurar-se a igualdade estatuída pelo art. 5º da Constituição, diante de tantas disparidades entre os

cidadãos, disparidades essas que só têm feito crescer, com o liberalismo inconseqüente que vem sendo imposto ao País, ultimamente.

Tratar igualmente os desiguais é perpetuar as desigualdades. Daí a ressalva do inciso LXXVI. Entretanto, ao assegurar aos reconhecidamente pobres a gratuidade do fornecimento das certidões de nascimento e óbito, tal dispositivo cria duas novas dificuldades: a primeira delas, obrigar a que o cidadão cumpra uma etapa burocrática antes de se propor a obter os ditos documentos; a segunda, a “medida” do que venha a ser “reconhecidamente pobre”, o que há de variar para cada um dos avaliadores e até mesmo, conforme as circunstâncias, por parte do mesmo avaliador.

Diante de tais dificuldades e considerando que apenas cerca de 8 milhões dos 157.079.573 (IBGE-1996) de brasileiros atingem a faixa de contribuintes do imposto de renda – um parâmetro para avaliação, feita por exclusão, do que seja reconhecidamente pobre – melhor nos parece que a gratuidade seja estendida a todos os cidadãos e que o Estado assuma o custeio do fornecimento de tais documentos, valendo-se dos recursos oriundos dos impostos arrecadados dos que dispõem de renda bastante para torná-los contribuintes.

É de se considerar, ainda, que a Constituição assegura, sem qualquer ressalva: a gratuidade do ensino fundamental (art. 208, inciso I), a saúde (art. 196), além de outros direitos. Ora, assegurados os direitos fundamentais elencados no **caput** do art. 5º, parece-nos que os registros e os documentos respectivos correspondentes aos fatos e atos fundamentais na vida do cidadão devem ser-lhe garantidos, sem maiores óbices, sejam de natureza burocrática ou financeira. A forma de garantir a gratuidade fica a critério do Estado: assumindo diretamente esta função primordial e equipando-se para ela – o que nos parece mais adequado – ou “terceirizando-a”, através do ressarcimento aos Cartórios das despesas incorridas.

O texto da História Administrativa do Brasil, transcrito ao início desta justificação, não esclarece como se deu a implantação dos “registros” de nascimento, casamento e óbito: que organismo burocrático – estatal ou privado – assumiu esse serviço público e se ele era prestado gratuitamente ou mediante paga. Sabe-se que, em nossos dias, “os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público”, nos termos do art. 236 da Consti-

tuição Federal, regulamentado pela Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.

No dia 7 de abril de 1997, foi sancionada a Lei nº 9.454, originária de Projeto de minha autoria, instituindo o número único de registro civil. Determina o seu art. 5º:

“O Poder Executivo providenciará, no prazo de cento e oitenta dias, a regulamentação desta lei e, no prazo de trezentos e sessenta dias, o início de sua implementação”. O Executivo não cumpriu esses prazos, o que nos propicia assegurar a gratuidade de que trata esta Proposta de Emenda à Constituição, a fim de que ela se proceda sob um regime único, isto é: o da gratuidade do registro e da primeira emissão do documento de identidade. Sobretudo se considerarmos que é propósito aplicar ao suporte material desse registro – o cartão de identidade – a mais avançada tecnologia existente no mercado, que permite, por meio magnético, a agregação de novos dados, à medida que se façam necessários. Deste modo, é possível fazer constar de um mesmo cartão todo o histórico do cidadão, desde o seu registro de nascimento, – passando por todos os demais eventos/circunstâncias que, hoje, levam à geração de um documento novo – até à certidão de óbito, o que, convenhamos, representa uma verdadeira “carta de alforria” para o cidadão que, nas circunstâncias atuais, está sujeito a carregar consigo até 21 cadeirinhas diferentes para se identificar nas diversas circunstâncias.

Pareceu-nos importante esclarecer que apenas “a primeira emissão” de tais documentos será fornecida gratuitamente, a fim de motivar o cidadão a exercer o devido zelo na guarda de seu documento.

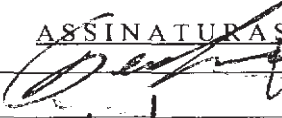
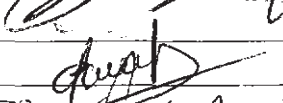
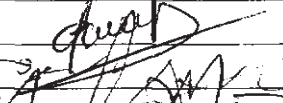
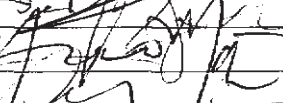

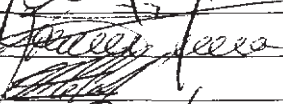
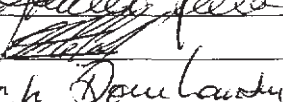
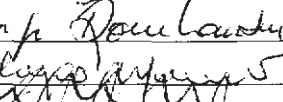
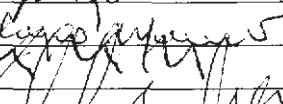
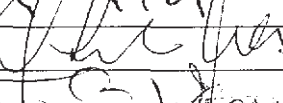
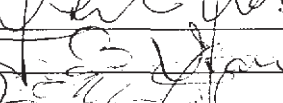
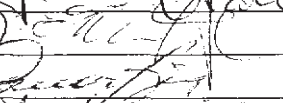
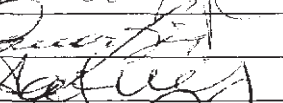
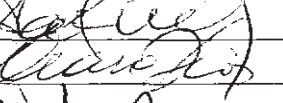
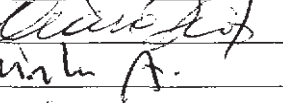
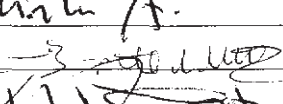
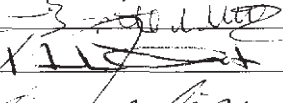
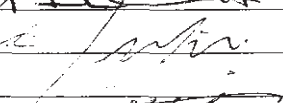
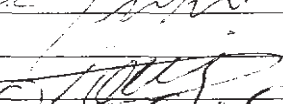
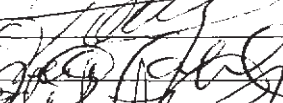

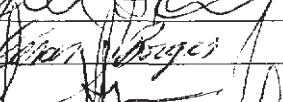
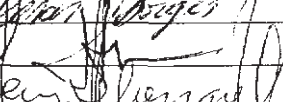
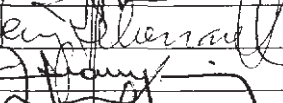
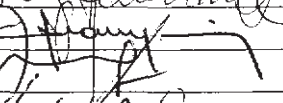
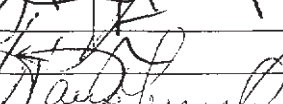
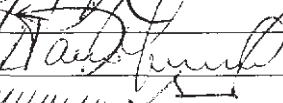
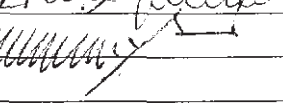
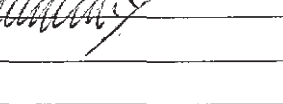
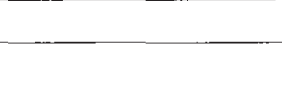

Encareço aos meus ilustres pares que dispensem o melhor de suas atenções a esta proposição que tem o objetivo de resgatar, ao cidadão, o direito a ter simplificado o exercício de sua cidadania, tão sacrificado por razões outras além da burocracia que se quer ver reduzida com este instrumento.”

Sala das Sessões, 1º de julho de 2005. – Senador **Pedro Simon**.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 34, DE 2005

Dá nova redação ao inciso LXXVI do art. 5º da
Constituição Federal.

ASSINATURAS DOS SENHORES SENADORES

01 Assinatura:		Nome: PEDRO SIMON
02 Assinatura:		Nome: HERÁCLITO FOFÉ
03 Assinatura:		Nome: LUIZ OTÁVIO
04 Assinatura:		Nome: EDUARDO AZEREDO
05 Assinatura:		Nome: MARCO MATTÁ
06 Assinatura:		Nome: CASSIANO
07 Assinatura:		Nome: RODERIC TUMA
08 Assinatura:		Nome: MAGUITO
09 Assinatura:		Nome: JORGE
10 Assinatura:		Nome: ALUIZIO MARANHÃO
11 Assinatura:		Nome: FLAVIO MARANHÃO
12 Assinatura:		Nome: GILVERSON MESQUITA
13 Assinatura:		Nome: TIAGO UAIACÁ
14 Assinatura:		Nome: CARLOS ROBERTO
15 Assinatura:		Nome: ARNALDO DIAS
16 Assinatura:		Nome: SCATENA
17 Assinatura:		Nome: CRISTIANO
18 Assinatura:		Nome: JOÃO BAPTISTA MATTÁ
20 Assinatura:		Nome: HEITOR COSTA
21 Assinatura:		Nome: SÉRGIO FÁRIA
22 Assinatura:		Nome: PAULO PAIM
23 Assinatura:		Nome: SÉRGIO CABRAL
24 Assinatura:		Nome: IDELI SALVATTI
25 Assinatura:		Nome: CÉSAR BORGES
26 Assinatura:		Nome: GERALDO MESQUITA JR.
27 Assinatura:		Nome: SERYS SLHESSA RENKO
28 Assinatura:		Nome: ORNAIZ MOATIZ
29 Assinatura:		Nome: CELSO
30 Assinatura:		Nome: JOSÉ DELIPINO
31 Assinatura:		Nome: TASSO FERREIRA
32 Assinatura:		Nome: FERNANDO BEZERRA
33 Assinatura:		Nome:
34 Assinatura:		Nome:
35 Assinatura:		Nome:

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....

LXXVI – são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

- a) o registro civil de nascimento;
 - b) a certidão de óbito;
-

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– As proposta de emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias serão publicadas e remetidas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 745, DE 2005
(Requerimento nº 24-Cas)

Requer, nos termos do art. 267 e parágrafos, do Regimento Interno do Senado Federal, a reconstituição do PLC nº 94, de 2000, por motivo de extravio, quando distribuído ao Senador Júlio Eduardo para relatar, em 9-11-2000.

Sala das Sessões, 1º de julho de 2005.

Sala das sessões.

HERALDO FORTES

WIRLANDE DA LUZ

MÃO SANTA

REGINALDO DUARTE

PAULO PAIM

FLÁVIO REIS

INÉLI SAVATTI

AUGUSTO BOSTELHO

FLEXA RIBEIRO

EDUARDO AZEVEDO

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– A Presidência defere o requerimento que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.050, DE 2005

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Ofício nº “s” nº 19, de 1987, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Federal encaminhando ao Senado “cópias das notas, taquigráficas e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 103.878-1, do Estado do Rio de Janeiro, o qual declarou inconstitucionalidade da Lei nº 4.106, 26-7-62 e do Decreto nº 53.977, 22-6-64.”

Relator: Senador **Marcelo Crivella**

I – Relatório

A matéria sob exame esteve distribuída ao eminente Senador Amir Lando que lhe ofereceu sucinto parecer, como cabe neste tipo de processo, em obediência a um rito processual, meramente formal, de vez que o seu objetivo, em termos práticos, já foi alcançado desde a publicação do acórdão do Supremo Tribunal que declarou inconstitucionalidade da lei em referência.

Vejam os membros desta comissão que o julgamento pela Suprema Corte ocorreu por volta de 1987 (!) quando considerou inconstitucional uma lei do Estado do Rio de Janeiro datada de 1962 e do seu decreto de regulamentação editado em 1964. Tais normas referiam-se à desapropriação de um conjunto residencial edificado em terras da União; feita a desapropriação, os imóveis seriam revendidos aos seus ocupantes. Portanto, eram disposições legais restritas aos interesses das partes. A “suspensão” da execução da lei, por ato do Senado Federal, em obediência ao inciso X do art. 52 da Constituição, visa a universalizar os efeitos dessas decisões do STF; tal providência, no caso presente, está sendo adotada com um atraso de 18 anos!

Creio que algo precisa ser consertado, neste particular, na nossa Constituição, pois que é evidentemente absurda essa condição atribuída ao Senado da República para a prática de um ato meramente simbólico e, substancialmente, sem qualquer eficácia, quando levado a termo com tamanha dilação. Ou se estabeleçam prazos para a manifestação desta Casa ou se considere que cabe ao Supremo Tribunal Federal apenas comunicar (para fins de registro e arquivo...), que julgou inconstitucional uma determinada lei.

De qualquer forma, faço minhas as palavras do eminente Senador Amir Lando ao relatar este processo ainda na legislatura passada.

“Pelo Ofício “S” nº 19, de 1987 (nº 95/87-PIMC, do mesmo ano, na origem), o Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhou a esta Casa, para os fins previstos no inciso X do art. 52 da Constituição Federal, cópias das notas taquigráficas e do acórdão lavrado nos autos do Recurso Extraordinário nº 103.878-1, do Estado do Rio de Janeiro, no qual aquela Suprema Corte declarou a inconstitucionalidade da Lei nº 4.106, de 26 de julho de 1962 e do Decreto nº 63.977, de 22 de junho de 1964.

Estabelece, no essencial, a lei em referência, **in verbis**:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desapropriar por utilidade pública o conjunto residencial edificado em terreno da União, situado no Estado da Guanabara, às Ruas Pacheco Leão, Fernando de Magalhães, D. Estela, Caminhoá, Abreu. Filho, da Escola e da Fábrica, localizadas na antiga “Chácara do Algodão” sob o nº 12, Lagoa Rodrigo de Freitas.

Parágrafo único. Provado, por título hábil de domínio, que os terrenos em que está construído esse conjunto residencial pertencem a terceiros, a desapropriação se estenderá a tais terrenos.

Art. 2º Os imóveis desapropriados serão revendidos, pelo preço da desapropriação, aos seus ocupantes que se interessarem pela aquisição.

Art. 3º Os ocupantes dos prédios desapropriados terão preferência na Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, para obtenção de empréstimos, com o prazo de 15 anos, juros legais, a fim de que possam adquirir os bens desapropriados.

Já o mencionado Decreto nº 53.977, de 1964, apenas declarou de utilidade pública a área a ser desapropriada, estabelecendo para essa medida cláusula de vigência.

Intentada a expropriatória, contra ela insurgiu-se a expropriada na ação ordinária que rendeu ensejo ao recurso extraordinário mencionado à epígrafe, em cujo julgamento assim se manifestou o Egrégio Supremo Tribunal Federal, **verbis**:

“EMENTA:– Desapropriação. lei que autoriza desapropriação para o fim de revenda a particulares, pelo preço correspondente à indenização, com garantia de financiamento da Caixa Econômica Federal. Inconstitucionalida-

de. Inexistência de interesse social a justificar a desapropriação. Precedentes do STF.

Recurso conhecido e provido.”
É o Relatório.”

II – Voto

“Nos termos do inciso X do art. 52 da Constituição Federal, compete ao Senado Federal, privativamente, “suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal”.

Ainda segundo a mesma Constituição, “somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público” (art.9 7).

De seu turno, estabelece o Regimento Interno desta Casa, em seu art. 101, inciso III, que a esta Comissão compete “propor, por projeto de resolução, a suspensão, no todo ou em parte, de leis declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (const., art. 52, X) prescrevendo, ainda, no art. 387, que o projeto deve ser instruído «com o texto da lei cuja execução se deva suspender, do acórdão do Supremo Tribunal Federal, do parecer do Procurador-Geral da República e da versão do registro taquigráfico do julgamento”.

Pelo que se extrai dos autos, a decisão já transitou em julgado, cabendo ainda aduzir, quanto ao requisito do apontado art. 97 da Lei Fundamental, que questão, segundo ata em anexo, foi chancelado onze Ministros da Suprema Corte.

Relativamente aos requisitos regimentais acima mencionados, tampouco existem reparos a consignar, dado o seu inteiro atendimento nas várias processado.

Diante do exposto, o nosso voto propositura do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 63, DE 2005

Suspende a execução da Lei nº 4.106, de 26 de julho de 1962, e do Decreto nº 53.977, de 22 de junho de 1964.

O Senado Federal, no uso da competência que lhe confere o art. 52, X, da Constituição Federal, e tendo em vista o decidido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 103.878/RJ, resolve:

Art. 1º Fica suspensa a execução da Lei nº 4.106, de 26 de julho de 1962, e Decreto nº 53.977, de 22 de junho de 1966.

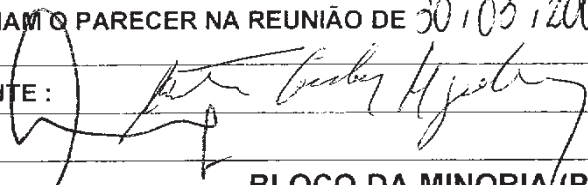
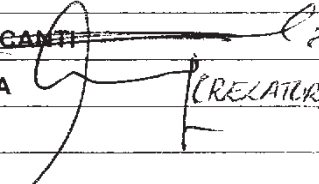
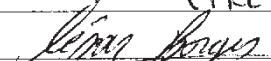
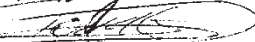

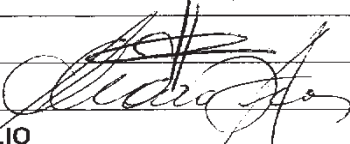
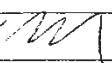

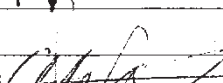
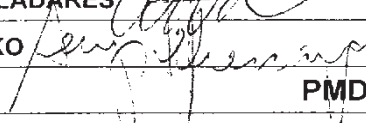
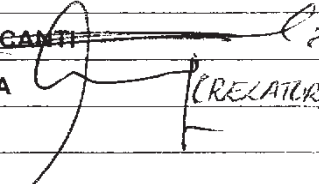
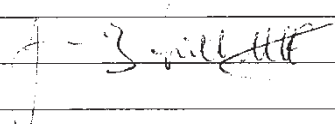

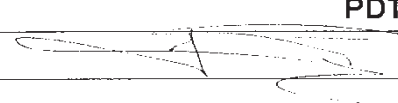
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala da Comissão,

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: OFS Nº 19 DE 1987

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 30/03/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: 	
RELATOR: 	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES 	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES 	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO 	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
ALMEIDA LIMA	6-TASSO JEREISSATI
ÁLVARO DIAS 	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) * 	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLYCY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
FRANCISCO PEREIRA 	4-JOÃO CAPIBERIBE
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES 	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESARENKO 	7-MARCELO CRIVELLA  (RELATOR)
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
JOÃO BATISTA MOTTA 	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL 
MAGUITO VILELA	4-GERSON CAMATA
(VAGO) **	5-LEOMAR QUINTANILHA
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES 	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 22/03/2005

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(**) O Senador Romero Jucá afastou-se do exercício do mandato em 22/03/2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado da Previdência Social.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: OFS Nº 19, DE 1984

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X				1 - ROMEU TUMA				
CÉSAR BORGES	X				2 - MARIA DO CARMO ALVES				
DEMÓSTENES TORRES	X				3 - JOSÉ AGRIPINO				
EDISON LOBÃO	X				4 - JORGE BORNHAUSEN				
JOSÉ JORGE	X				5 - RODOLPHO TOURINHO				
ALMEIDA LIMA	X				6 - TASSO JEREISSATI				
ALVARO DIAS	X				7 - EDUARDO AZEREDO				
ARTHUR VIRGILIO	X				8 - LEONEL PAVAN				
JUVENCIO DA FONSECA (PDT) *	X				9 - GERALDO MESQUITA JUNIOR(*)				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOIZIO MERCADANTE					1 - DELCÍDIO AMARAL				
EDUARDO SUPLICY					2 - PAULO PAIM				
FERNANDO BEZERRA					3 - SÉRGIO ZAMBIASI				
FRANCISCO PEREIRA	X				4 - JOÃO CAPIBERIBE				
IDELI SALVATTI					5 - SIBA MACHADO				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				6 - MOZARILDO CAVALCANTI	X			
SFRY'S SHESSARENKO	X				7 - MARCELO CRIVELLA	X			
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMEZ TEBET					1 - NEY SUASSUNA				
JOÃO BATISTA MÓTTA	X				2 - LUIZ OTAVIO				
JOSÉ MARANHÃO					3 - SÉRGIO CABRAL	X			
MAGUITO VIEIRA					4 - GERSON CAMATA				
VAGO					5 - LÉOMAR QUINTANILHA				
PEDRO SIMON					6 - GARIBALDI ALVES FILHO				
TITULAR - PDT					SUPLENTE - PDT				
JEFFERSON PERES	X				1 - OSMAR DIAS				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 30 / 03 / 2005

Antônio Carlos Magalhães
 Presidente
 Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)
 U:\CCJ\2005\Reuniao\Votacao nominal.doc (atualizado em 22/03/2005)

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

TEXTO FINAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 63, DE 2005

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e, eu, Presidente, nos termos dos arts. 48, item 28, e 91, item 2, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2005

Suspende a execução da Lei Federal nº 4.106, de 26 de julho de 1962, e do Decreto Federal nº 53.977, de 22 de junho de 1966.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução da Lei Federal nº 4.106, de 26 de julho de 1962, e do Decreto Federal nº 53.977, de 22 de junho de 1966, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 103.878-1 – Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Amir Lando**

I – Relatório

Pelo Ofício “S” nº 19, de 1987 (nº 95/87-P/MC, do mesmo ano, na origem), o Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhou a esta Casa, para os fins previstos no inciso X do art. 52 da Constituição Federal, cópias das notas taquigráficas e do acórdão lavrado nos autos do Recurso Extraordinário nº 103.878-1, do Estado do Rio de Janeiro, no qual aquela Suprema Corte declarou a inconstitucionalidade da Lei nº 4.106, de 26 de julho de 1962 e do Decreto nº 63.977, de 22 de junho de 1964.

Estabelece, no essencial, a lei em referência, **in verbis**:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desapropriar por utilidade pública o conjunto residencial edificado em terreno da União, situado no Estado da Guanabara, às Ruas Pacheco Leão, Fernando de Magalhães, D. Estela, Caminhoá, Abreu Filho, da Escola e da Fábrica, localizadas na antiga “Chácara do Algodão” sob o nº 12, Lagoa Rodrigo de Freitas.

Parágrafo único. Provado, por título hábil de domínio, que os terrenos em que está construído esse conjunto residencial pertencem a terceiros, a desapropriação se estenderá a tais terrenos.

Art. 2º Os imóveis desapropriados serão revendidos, pelo preço da desapropriação, aos seus ocupantes que se interessarem pela aquisição.

Art. 3º Os ocupantes dos prédios desapropriados terão preferência na Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, para obtenção de empréstimos, com o prazo de 15 anos, juros legais, a fim de que possam adquirir os bens desapropriados.”

Já o mencionado Decreto nº 53.977, de 1964, apenas declarou de utilidade pública a área a ser desapropriada, estabelecendo para essa medida cláusula de vigência.

Intentada a expropriatória, contra ela insurgiu-se a expropriada na ação ordinária que rendeu ensejo ao recurso extraordinário mencionado à epígrafe, em cujo julgamento assim se manifestou o Egrégio Supremo Tribunal Federal, **verbis**:

“**Ementa**: – Desapropriação. Lei que autoriza desapropriação para o fim de revenda a particulares, pelo preço correspondente à indenização, com garantia de financiamento da Caixa Econômica Federal. Inconstitucionalidade. Inexistência de interesse social a justificar a desapropriação. Precedentes do STF. Recurso conhecido e provido.”

É o relatório

II – Voto

Nos termos do inciso X do art. 52 da Constituição Federal, compete ao Senado Federal, privativamente, “suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal”.

Ainda segundo a mesma Constituição, “somentepelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão

os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público” (art. 97).

De seu turno, estabelece o Regimento Interno desta Casa, em seu art. 101, inciso III, que a esta comissão compete “propor, por projeto de resolução, a suspensão, no todo ou em parte, de leis declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (Const., art. 52, X)”, prescrevendo, ainda, no art. 387, que o projeto deve ser instruído “com o texto da lei cuja execução se deva suspender, do acórdão do Supremo Tribunal Federal, do parecer do Procurador-Geral da República e da versão do registro taquigráfico do julgamento”.

Pelo que se extrai dos autos, a decisão já transitou em julgado, cabendo ainda aduzir, quanto ao requisito do apontado art. 97 da Lei Fundamental, que o aresto em questão, segundo ata em anexo, foi cancelado por nove dos onze Ministros da Suprema Corte.

Relativamente aos requisitos regimentais acima mencionados, tampouco existem reparos a consignar, dado o seu inteiro atendimento nas várias peças que integram o processado.

Diante do exposto, o nosso voto é no sentido da propositura do seguinte:

“PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 2000

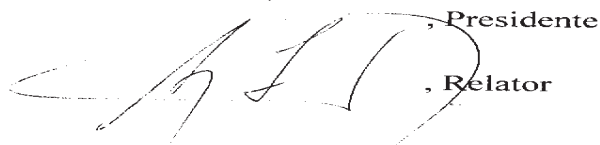
Suspende a execução da Lei nº 4.106, de 26 de julho de 1962.

O Senado Federal, no uso da competência que lhe confere o art. 52, X, da Constituição Federal, e tendo em vista o decidido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 103.878-1/RJ, resolve:

Art. 1º Fica suspensa a execução da Lei nº 4.106, de 26 de julho de 1962.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala da Comissão,

 , Presidente
 , Relator

Ofício nº 48/05 – Presidência/CCJ

Brasília, 26 de abril de 2005

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada em 30 de março de 2005, esta Comissão deliberou, em

caráter terminativo, pela aprovação dos Projetos de Resolução oferecidos como conclusão dos Pareceres da CCJ aos Ofícios “S” n.ºs: 19/1987; 45/2000; 22/2002; 62/2000; 87/1997; 21/1998; 22/2000; 100/1997; 23/2000; 74/1998; 21/2002; 77/1998; 20/2004; 11/2002, que tramita em conjunto com 15/2002 e 17/2002; 2/2001; 4/2001; 29/2002; 2/2005; 4/2002; 6/2002; 19/2002; e 29/2004. 13/1999; 22/1999; 43/1999; 3/2005; 17/2001; 23/2001;

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

PARECER Nº 1.051, DE 2005

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 22, de 1999, (nº 73/1999, na origem), do Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, que encaminha ao Senado Federal cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, bem como do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 206.777/99, através do qual se declarou a inconstitucionalidade do art. 1º e 2º, inciso I, alínea a, e inciso II, alíneas a e b, da Lei nº 6.580, de 5 de dezembro de 1989, do Município de Santo André-SP.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Pelo Ofício “S” nº 22, de 1999 (Ofício nº 73-P/MC, de 27-5-1999, na origem) o Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, enviou ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado, da versão do registro taquigráfico e do acórdão prolatado pela Excelsa Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 206.777/99, que declarou a inconstitucionalidade do art. 1º e 2º inciso I, alínea **a** e inciso II, alíneas **a**, e **b** da Lei nº 6.580, de 5 de dezembro de 1989, do Município de Santo André, Estado de São Paulo.

Em resumo, temos que o Município de Santo André, do Estado São Paulo, interpôs Recurso Extraordinário no Supremo Tribunal Federal, com base no art 102, III, **a**, da Constituição Federal, contra acórdão do Primeiro Tribunal de Alçada de São Paulo, que decidiu serem ilegítimas as exigências do Município petionário, que estabeleceu Imposto Predial e Territorial

Urbano calculado com base em alíquota progressiva e taxa de limpeza pública e taxa de segurança.

Sustentou o Município de Santo André – SP que a decisão ofendeu os arts. 145, I II §§ 1º e 2º; 156, I, § 1º; 182, §§ 1º, 2º e 4º, II, todos da Constituição Federal.

A Procuradoria-Geral da República, em parecer do Subprocurador-Geral Roberto Monteiro Gurgel dos Santos, manifestou-se pelo desprovemento do recurso.

O Ministro Ilmar Galvão, Relator, observou que o exame dos dispositivos legais em questão demonstra que a taxa de limpeza pública se destina à remuneração dos serviços não apenas de coleta de lixo domiciliar, mas também de limpeza de ruas em geral, sem possibilidade de qualquer distinção entre as duas destinações, como corretamente acentuado na decisão recorrida.

Desse modo, não se estaria diante de serviço público divisível e referido a determinados contribuintes, pelo menos no que tange à limpeza de logradouros públicos, não podendo, portanto, ser custeado por meio de taxa, mas pelo produto de impostos gerais (conforme estatui o art. 145 da Lei Maior).

Como conclusão, o Senhor Ministro-Relator decidiu pelo provimento parcial do pedido, declarando a inconstitucionalidade do art. 1º e do art. 2º, I, a, e II, **a** e **b**, da Lei nº 6.580, de 5 de dezembro de 1989, que dispõe sobre a taxa de limpeza pública em referência.

O Voto do Ministro Ilmar Galvão foi acolhido pela unanimidade dos demais Ministros presentes ao julgamento.

A decisão foi a seguinte:

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu, em parte, do recurso e, nessa parte, deu-lhe provimento, e declarou a inconstitucionalidade do art. 1º e do art. 2º, inciso I alínea **a**, e inciso II, alíneas **a** e **b**, todos da Lei nº 6.580, de 5-12-1989, do Município de Santo André. Votou o Presidente. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello (Presidente). Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Carlos Velloso (Vice-Presidente). Plenário, 25-2-1999.

Consigne-se, ainda, a título de esclarecimento, que, quanto à questão da progressividade do IPTU, o Senhor Ministro-Relator informa que tal progressividade já havia sido declarada inconstitucional em outro julgamento. (A propósito, cabe aqui recordar que a Emenda Constitucional nº 29, de 2000, posterior ao julgamento em questão, passou a permitir tal progressividade).

Por fim, quanto ao terceiro e último ponto da demanda, a questão da taxa de segurança, o senhor

ministro-relator proveu o pedido do Município de Santo André, considerando-a constitucional.

Essas decisões foram também acolhidas pela unanimidade dos demais Ministros do Supremo presentes ao julgamento.

II – Análise

Cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a matéria, de acordo com o art. 101, III, do Regimento Interno desta Casa Parlamentar.

Nos termos do art. 52, X, da Constituição Federal, compete, privativamente, ao Senado Federal suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

Outrossim, o assunto está regulamentado, além do art. 101, III, nos arts. 386 a 388 do Regimento Interno desta Casa, que prevêm o conhecimento pelo Senado Federal de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, mediante comunicação do Presidente do Tribunal ou representação do Procurador-Geral da República, sendo que, no caso em tela, esse conhecimento se fez mediante a primeira das alternativas.

A comunicação do Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal se fez acompanhar de cópia do acórdão, com relatório e votos, do registro taquigráfico do julgamento, do texto legal questionado, bem como do parecer da Procuradoria-Geral da República, estando cumpridas todas as exigências contidas no art. 387 do Regimento Interno do Senado Federal.

Por fim, segundo entendemos, à luz dos autos, faz-se oportuno e conveniente retirar do ordenamento jurídico o texto legal de que se trata aqui, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede incidental

conferindo esta Casa, desse modo, efeito **erga omnes** à decisão do Pretório Excelso nos autos do Recurso Extraordinário nº 206.777-6/São Paulo.

III – Voto

Ante o exposto, e, em especial, com base nos arts. 101, III e 388 regimental desta Casa, opinamos pela apresentação do projeto de abaixo:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 64, DE 2005

Suspende a execução do art. 1º e do art. 2º, inciso I alínea a, e inciso II, alíneas a e b, da Lei Municipal nº 6.580, de 5 de dezembro de 1989, de Santo André, São Paulo.

O Senado Federal, nos termos do disposto no art. 52, X, da Constituição Federal e considerando a

declaração de inconstitucionalidade de texto de diploma legal conforme decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 206.777-6, Resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do art. 1º e do art 2º, inciso I alínea a, e inciso II, alíneas a e b, todos da

Lei nº 6.580, de 5 de dezembro de 1989, do Município de Santo André, Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, – César Borges, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: 0FS Nº 22 DE 1999

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 30.03.2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :	<i>Antônio Carlos Magalhães</i>
RELATOR:	<i>SEN. CÉSAR BORGES</i>
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES (RELATOR)	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
ALMEIDA LIMA	6- TASSO JEREISSATI
ÁLVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) *	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLICY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
FRANCISCO PEREIRA	4-JOÃO CAPIBERIBE
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESARENKO	7-MARCELO CRIVELLA
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
JOÃO BATISTA MOTTA	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
MAGUITO VILELA	4-GERSON CAMATA
(VAGO) **	5-LEOMAR QUINTANILHA
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 22/03/2005

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(**) O Senador Romero Jucá afastou-se do exercício do mandato em 22/03/2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado da Previdência Social.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: C.F.S. Nº 22, DE 1999

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X				1 - ROMEU TUMA				
CÉSAR BORGES	X				2 - MARIA DO CARMO ALVES				
DEMÓSTENES TORRES	X				3 - JOSÉ AGRIPINO				
EDISON LOBÃO	X				4 - JORGE BORNHAUSEN				
JOSÉ JORGE					5 - RODOLPHO TOURINHO				
ALMEIDA LIMA	X				6 - TASSO JEREISSATI				
ALVARO DIAS	X				7 - EDUARDO AZEREDO				
ARTHUR VIRGÍLIO					8 - LEONEL PAVAN				
JUVÊNCIO DA FONSECA (PPJ) *	X				9 - GERALDO MESQUITA JUNIOR(*)				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALCÍZIO MERCADANTE					1 - DELCÍDIO AMARAL				
EDUARDO SUPLICY					2 - PAULO PAIM				
FERNANDO BEZERRA					3 - SÉRGIO ZAMBIASI				
FRANCISCO PEREIRA	X				4 - JOÃO CAPIBERIBE				
IDELI SALVATI					5 - SIBÁ MACHADO				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				6 - MOZARILDO CAVALCANTI	X			
SÉRY SHELJSSARENKO	X				7 - MARCELO CRIVELLA	X			
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMEZ JEBET					1 - NEY SUASSUNA				
JOÃO BATISTA MOTTA	X				2 - LUIZ OTÁVIO				
JOSÉ MARANHÃO					3 - SÉRGIO CABRAL	X			
MAGUITO VILELA					4 - GERSON CAMATA				
VAGO					5 - LEOMAR QUENTANILHA				
PEDRO SIMON					6 - GARIBALDI ALVES FILHO				
TITULAR - PDT					SUPLENTE - PDT				
JEFFERSON PERES	X				1 - OSMAR DIAS				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 30 / 03 / 2005

Senador *Antônio Carlos Magalhães* Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF) (C.C./2005/Reunião/Votação nominal.doc (atualizado em 22/03/2005))

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

TEXTO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 64, DE 2005

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos dos arts. 48, item 28, e 91, item 2, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2005

Suspende a execução do art. 1º e do art. 2º, inciso II alíneas a e b, da Lei Municipal nº 6.550, de 5 de dezembro de 1989, do Município de Santo André, no Estado de São Paulo.

O Senado Federal resolve:

Art. 2º suspensa a execução do art. 1º e do art. 2º, inciso I, alínea **a**, e inciso II, alíneas **a** e **b**, todos da Lei Municipal nº 6.580, de 5 de dezembro de 1989, do Município de Santo André, no Estado de São Paulo, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 206.777-6 – São Paulo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 145. A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios poderão instituir os seguintes tributos:

I – impostos:

II – taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição:

III – contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

§ 1º Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a es-

ses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

§ 2º As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

Art. 156. Compete aos municípios instituir impostos sobre:

I – propriedade predial e territorial urbana;

§ 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

I – ser progressivo em razão do valor do imóvel; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

II – ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

II – imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

**EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 29,
DE 13 DE SETEMBRO DE 2000**

Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Bernardo Cabral**

I – Relatório

Foi recebido neste Senado Federal, às 14h44 de 31 de maio do ano em curso, o ofício identificado acima, firmado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, então o Ministro Celso de Mello, no qual Sua Excelência remete, “para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal”, cópia da Lei nº 6.580, de 5 de dezembro de 1989, do Município de Santo André, Estado de São Paulo. Acompanham o expediente, ainda, cópia da manifestação da Procuradoria Geral da República nos autos, certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido em razão do julgamento do Recurso Extraordinário nº 206.777.

O julgamento referido pronunciou a inconstitucionalidade incidental do art. 1º e do art. 2º, inciso I, alínea a, e inciso II, alíneas a e Recebido por esta Casa, foi despachado a esta Comissão em 2 de junho do ano em curso, para ser apreciado sob decisão terminativa, nos termos regimentais.

A Lei Municipal gurreada “dispõe sobre a taxa de limpeza pública do Município de Santo André”. O art. 1º estabelece o fato gerador, qual seja a prestação, pela Prefeitura, do serviço de limpeza pública, e dispõe que esse tributo será devido “pelos proprietários ou possuidores, a qualquer título, de imóveis edificadas ou não, e pelos comerciantes eventuais ou ambulantes”. O art. 2º estabelece a base de cálculo da taxa.

Veiculada a matéria constitucional federal pelo remédio extremo, opinou a Procuradoria Geral da República pelo desprovimento do recurso (fls. 6), entendendo que a matéria constitucional controversa, a progressividade do IPTU e das taxas de serviços urbanos, em face dos arts. 182 e 145, da Constituição Federal, somente é admitida para o fim extra fiscal de assegurar o cumprimento da função social da propriedade. A manifestação é sustentada pela jurisprudência pretérita da Suprema Corte.

No julgamento, o acórdão vencedor, da lavra do eminente Ministro Ilmar Galvão, salienta o descabimento do uso da taxa para a remuneração dos serviços de coleta de lixo domiciliar e de limpeza de ruas, indistintamente, configurando lançamento ilegítimo de taxa calculada sobre atividade estatal exercida **uti universi**, impedindo o destaque a individualização do tributo. Acresce que “a parcela da taxa alusiva à limpe-

za dos logradouros públicos é calculada com base na área edificada e na metragem linear da testada principal dos imóveis, elementos que a jurisprudência do STF tem por insuscetíveis de servir de base de cálculo das taxas, por tratar-se de fatores que concorrem para a formação do valor venal do imóvel, base de cálculo do IPTU”(fls. 11).

No julgamento, pleno, unânime, foi colhida a “declaração da inconstitucionalidade dos dispositivos enumerados, alusivos à taxa de limpeza urbana”.

É o relatório.

II – Parecer

O sistema de controle de constitucionalidade de normas, no Brasil, em que pese ser dos mais complexos de que se tem notícia, ainda não apresenta, quer na concepção teórica, quer na prática, um funcionamento livre de críticas. O debate da questão constitucional federal, propiciado tanto pela via difusa quanto pela concentrada, com fundos diferenças quanto à legitimação ativa, competência, limites materiais da lide, efeitos e eficácia, não apresenta, ainda, uma perfeição que permita o desafogo do Judiciário, em especial do Supremo Tribunal Federal, da enorme quantidade de processos repetidos que lhe chegam para decisão. Os reclamos por uma solução parecem estar com o atendimento encaminhado pelo trato que o Congresso Nacional vem dando a duas propostas de Emenda à Constituição que estenderão os efeitos vinculantes, hoje privativos da decisão em ação declaratória de constitucionalidade, tanto a cautelar quanto a definitiva, às decisões em ação direta de inconstitucionalidade e às súmulas, em determinadas condições. Esses temas voltaram a ganhar fôlego quando da retomada da tramitação da proposta de emenda à Constituição que pretende realizar a reforma constitucional do Judiciário.

O nosso sistema, por ser cópia e colagem parcial dos existentes à época de lançamento das bases do controle de constitucionalidade no Brasil, trouxe do modelo americano a competência judicial para o proferimento das decisões sobre a constitucionalidade da norma, sem se preocupar, contudo, em adaptar ao nosso sistema as **stare decisis** produtoras de eficácia vinculante. A solução encontrada foi uma adaptação, entre nós, e a **posteriori**, do modelo francês de intervenção legislativa.

À mingua de uma solução mais firme e definitiva para a condição da lei dada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle difuso de constitucionalidade, cujos efeitos, processualmente, são produzidos e limitados **inter partes**, manteve o constituinte ordinário de 1997-98 a competência do Senado Federal (CF, art. 52, X) para “suspender a exe-

ção, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva” do Supremo Tribunal Federal. Essa figura, introduzida no sistema brasileiro pela Carta de 1934, perdeu, de acordo com algumas lições doutrinárias (Gilmar Ferreira Mendes, in *Direitos Fundamentais e Controle de Constitucionalidade*, Celso Bastos Editor, São Paulo, 1998, pp. 376-7), muito de sua utilidade, à vista do controle abstrato de normas sensivelmente incrementado pelo sistema da Carta Política vigente. Permanece, contudo, útil para o trato adequado da decisão incidental de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal.

Essa suspensão estende os efeitos da decisão proferida no feito por aquele Tribunal, ampliando o leque dos beneficiáveis por ela na medida em que, se não retira da lei a sua condição, impede, irrevogavelmente, a produção de seus jurídicos efeitos.

Trata-se, não obstante a força dos efeitos, de atribuição facultativa deste Senado Federal, segundo as melhores lições doutrinárias. Facultativa, política, irreversível e, ocorrendo, atrelada à extensão material do julgado do Supremo Tribunal Federal (na lição precisa do Ministro José Celso de Mello Filho, in *A Constituição Federal Anotada*, 2ª edição, Saraiva, São Paulo, 1986, p. 183), representando essas questões matéria preclusa no âmbito doutrinário e, em grande medida, também no jurisprudencial. Vai, portanto, veicular juízo de valor, de fundo eminentemente político, de conveniência política, desta Casa, quanto à necessidade de suspensão da norma impugnada pela via da exceção.

Apesar de não haver prazo para a deliberação suspensiva senatorial (conforme praxe Regina Maria Macedo Nery Ferrari, in: **Efeitos da Decisão de Inconstitucionalidade**, 3ª edição, RT, São Paulo, 1992, p. 115), temos para nós, no caso, a conveniência política da suspensão imediata da lei municipal atacada. A doutrina brasileira é farta em lições nobilíssimas dando as limitações ao poder estatal de tributar como garantias fundamentais da pessoa contribuinte no Brasil, e, nessa condição, são, também, cláusulas pétreas (CF, art. 60, § 4º, IV). A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal já admitiu, expressamente, que tais limitações à atividade tributária estatal não podem ser vulneradas sequer por emenda à Constituição.

A relevância dos direitos comprometidos, então, é bastante para justificar a atuação desta Casa Legislativa. Vem desde a **Magna Charta**, de 1215, a lição da necessidade de contenção da voracidade tributária do Estado, e incumbe a este Senado apresentar solução política à vigência da Lei do Município de Santo André, quando esta, incidentalmente reconhecida como ofensiva à Constituição Federal, resta prejudicando

todos os contribuintes do tributo impugnado que não tenham, ainda, colhido êxito em ações judiciais contra a norma indicada.

Cumprе ressaltar que já é assente na doutrina o cabimento da atuação senatorial no caso de lei municipal, conforme Clemerson Merlin Clève, reproduzindo lição do eminente Ministro José Celso de Mello Filho:

“A competência do Senado Federal não se restringe aos atos normativos federais. Com efeito, cabe ao Senado, como órgão da Federação, suspender a execução, igualmente dos atos normativos (leis, decretos) estaduais e municipais.” (**A Fiscalização Abstrata da Constitucionalidade no Direito Brasileiro**, RT, São Paulo, 1995, p. 94 – grifamos.)

A suspensão parcial da norma impugnada perante a Suprema Corte é assente na doutrina especializada, desde que o Senado se contenha nos limites do julgado daquele Tribunal.

Pelo exposto, e na forma do Projeto de Resolução adiante proposto, somos pela **suspensão do art. 1º e do art. 2º, inciso I alínea a, e inciso II, alíneas a e b, da Lei Municipal nº 6.580, de dezembro de 1989, de Santo André, São Paulo.**

É nosso voto.

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 1999

Suspende a execução do art. 1º e do art. 2º, inciso I alínea a, e inciso II, alíneas a e b, da Lei Municipal nº 6.580, de 5 de dezembro de 1989, Santo André, São Paulo.

O Senado Federal, considerando a declaração incidental de inconstitucionalidade de lei constante de decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 206.777, de 25-2-99, resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do art. 1º e da alínea **a** do inciso I e das alíneas **a** e **b** do inciso II do art. 2º da Lei Municipal nº 6.580, de 5 de dezembro de 1989, de Santo André, Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões,

, Presidente

, Relator

Ofício nº 48/05-Presidência/CCJ

I – Relatório

Brasília, 26 de abril de 2005

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada em 30 de março de 2005, esta comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação dos Projetos de Resolução oferecidos como conclusão dos Pareceres da CCJ aos Ofícios “S” nºs: 19/1987; 45/2000; 22/2002; 87/1 997; 21/1998; 22/2000; 100/1997; 23/2000; 74/1998; 62/2000; 21/2002; 77/1998; 20/2004; 11/2002, que tramita em conjunto com 15/2002 e 17/2002; 13/1999; 2/2001; 4/2001; 29/2002; 2/2005; 3/2005; 22/1 999; 17/200 1;43/1999;23/2001;4/2002; 6/2002; 19/2002; e 29/2004.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

PARECER Nº 1.052, DE 2005

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 22, de 2000 (nº 45/2000, na origem), do Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Presidente do Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, peças referentes à decisão daquela Corte nos autos da Ação Originária nº 627-9/RS, que declarou a inconstitucionalidade do vocábulo “mensal”, constante do art. 1º e de todo o texto do art. 2º, ambos da Lei nº 8.878, de 18 de julho de 1989, do Estado do Rio Grande do Sul.

Relatora: Senadora **Serys Slhessarenko**.

Deu entrada neste Senado Federal o ofício identificado acima, firmado pelo excelentíssimo senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Carlos Velloso, no qual Sua Excelência remete, para os fins previstos no art. 52, X da Constituição Federal, cópia da Lei nº 8.878, de 18 de julho de 1989, do Estado do Rio Grande do Sul, juntamente com cópias do pronunciamento da Procuradoria-Geral da República e da certidão de trânsito em julgado do acórdão.

Tal lei teve o vocábulo mensal, constante do art. 1º, e todo o art. 2º, declarados incidentalmente inconstitucionais nos autos da Ação Originária nº 627-9/RS.

Cuida-se, na origem, de apelação interposta de decisão de juiz monocrático, autuada no Supremo Tribunal Federal como Ação Originária em face do que preceitua o art. 102, I, n, da Carta da República, visto que mais da metade dos membros do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul declararam-se suspeitos ou impedidos por estarem promovendo ação com idêntico pedido.

Buscava-se concessão de abono de férias de um terço sobre o salário normal dos autores da ação, Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, o que estava obstado pelos dispositivos citados da legislação gaúcha.

Trafegando pelo mérito constitucional do pedido, o Supremo Tribunal Federal assentou a incompatibilidade da legislação estadual questionada com a Carta da República, em cujos art. 39, § 3º, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998, e art. 70, XVII, estão assentados o direito do trabalhador, e, por expresse, do servidor público, à percepção do benefício do adicional de férias.

II – Análise

O sistema de controle de constitucionalidade de normas, no Brasil, em que pese ser dos mais complexos de que se tem notícia, ainda não apresenta, quer na concepção teórica, quer na prática, um funcionamento livre de críticas. O debate da questão constitucional federal, propiciado tanto pela via difusa quanto pela concentrada, com fun-

das diferenças quanto à legitimação ativa, competência, limites materiais da lide, efeitos e eficácia, não apresenta, ainda, uma perfeição que permita o desafogo do Judiciário, em especial do Supremo Tribunal Federal, da enorme quantidade de processos repetidos que lhe chegam para decisão.

Os reclamos por uma solução parecem estar atendidos, em grande medida, pela previsão da possibilidade de súmula vinculante veiculada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004 (Reforma do Poder Judiciário), como referido acima.

À míngua do início da utilização efetiva desse eficaz instrumento de contenção da proliferação abusiva de causas repetidas, mormente nas áreas tributária, previdenciária e administrativa, mantém-se a utilidade da previsão de competência do Senado Federal (CF, art. 52, X) para suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal. Essa figura, introduzida no sistema brasileiro pela Carta de 1934, perdeu, de acordo com algumas lições doutrinárias (Gilmar Ferreira Mendes, in *Direitos Fundamentais e Controle de Constitucionalidade*, Celso Bastos Editor, São Paulo, 1998, pp. 376-7), muito de sua utilidade, à vista do controle abstrato de normas sensivelmente incrementado pelo sistema da Carta Política vigente. Permanece, contudo, útil para o trato adequado da decisão incidental de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal.

Essa suspensão estende erga omnes os efeitos da decisão proferida no feito por aquele Tribunal, ampliando o leque dos beneficiáveis por ela na medida em que, se não retira da lei a sua condição, impede, irrevogavelmente, a produção de seus jurídicos efeitos. Os efeitos são, segundo lição jurisprudencial da Justiça Federal de segundo grau, *ex tunc*.

Trata-se, não obstante a força dos efeitos, de atribuição facultativa deste Senado Federal, segundo as melhores lições doutrinárias. Facultativa, política, irreversível e, ocorrendo, atrelada à extensão material do julgado do Supremo Tribunal Federal (na lição precisa do Ministro José Celso de Mello Filho, in *A Constituição Federal Anotada*, 2ª edição, Saraiva, São Paulo, 1986, p. 183), representando essas questões matéria preclusa no âmbito doutrinário e, em grande medida, também no jurisprudencial. Vai, portanto, veicular juízo de valor, de fundo

eminentemente político, de conveniência política, desta Casa, quanto à necessidade de suspensão da norma impugnada pela via da exceção.

Apesar de não haver prazo para a deliberação suspensiva senatorial (conforme Regina Maria Macedo Nery Ferrari, in *Efeitos da Decisão de Inconstitucionalidade*, 3ª edição, RT, São Paulo, 1992, p. 115), temos para nós, no caso, a conveniência política da suspensão imediata dos dispositivos legais impugnados, por ser o Direito Administrativo um dos maiores responsáveis pela multiplicação exponencial de feitos idênticos, efeito que tem na excessiva litigiosidade dos Poderes Públicos uma das suas maiores causas. Como o caso em tela versa direito de servidor público, com potencial para grande número de demandas, cremos na necessidade da suspensão.

III – Voto

Pelo exposto, o voto é pela suspensão do vocábulo mensal, constante do art. 1º, e todo o art. 2º, da Lei nº 8.878, de 18 de julho de 1989, do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 65, DE 2005

Suspende a execução do vocábulo – “mensal”, constante do art. 1º e todo o art. 2º da Lei nº 8.878, de 18 de julho de 1989, do Estado do Rio do Sul.

O Senado Federal, no uso de competência que lhe confere o art. 52, X, da Constituição e tendo em vista a declaração incidental de inconstitucionalidade de norma jurídica constante de decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da Ação Originária nº 627-9/RS, Resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do vocábulo “mensal”, constante do art. 1º, e todo o art. 2º da Lei nº 8.878, de 18 de julho de 1989, do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões,

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: DFS Nº 22 DE 2000

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 30, 03, 2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Antônio Carlos Magalhães</i>	
RELATORA: <i>Antônio Carlos Magalhães</i> / <i>Luiz Carlos Bressaneto</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES <i>(Presidente)</i>	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES <i>Demóstenes Torres</i>	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO <i>Edison Lobão</i>	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
ALMEIDA LIMA	6- TASSO JEREISSATI
ÁLVARO DIAS <i>Álvaro Dias</i>	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT)* <i>Juvêncio da Fonseca</i>	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLICY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
FRANCISCO PEREIRA <i>Francisco Pereira</i>	4-JOÃO CAPIBERIBE
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos Valadares</i>	6-MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i>
SERYS SLHESSARENKO <i>Serys Slhessarenko</i>	7-MARCELO CRIVELLA <i>Marcelo Crivella</i>
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
JOÃO BATISTA MOTTA <i>João Batista Motta</i>	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL <i>Sérgio Cabral</i>
MAGUITO VILELA	4-GERSON CAMATA
(VAGO)**	5-LEOMAR QUINTANILHA
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRÉS <i>Jefferson Pérés</i>	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 22/03/2005

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(**) O Senador Romero Jucá afastou-se do exercício do mandato em 22/03/2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado da Previdência Social.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSIÇÃO: *CLB* Nº 20, DE 2005

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X				1 - ROMEU TUMA				
CÉSAR BORGES	X				2 - MARIA DO CARMO ALVES				
DEMÓSTENES TORRES	X				3 - JOSÉ AGRIPINO				
EDISON LOBÃO	X				4 - JORGE BORNHAUSEN				
JOSÉ JORGE					5 - RODOLFO TOURINHO				
ALMEIDA LIMA	X				6 - TASSO JEREISSATI				
ALVARO DIAS	X				7 - EDUARDO AZEREDO				
ARTHUR VIRGÍLIO					8 - LEONEL PAVAN				
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT)*	X				9 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*)				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOÍZIO MERCADANTE					1 - DELCÍDIO AMARAL				
EDUARDO SUPLICY					2 - PAULO PAIM				
FERNANDO BEZERRA					3 - SÉRGIO ZAMBIASI				
FRANCISCO PEREIRA	X				4 - JOÃO CAPIBERIBE				
IDELI SALVATI					5 - SIBÁ MACHADO				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				6 - MOZARILDO CAVALCANTI	X			
SÉRY SHELHARENKO	X				7 - MARCELO CRIVELLA	X			
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMPEZ TEBET					1 - NEY SUASSUNA				
JOÃO BATISTA MOTTA	X				2 - LUIZ OTÁVIO				
JOSÉ MARANHÃO					3 - SÉRGIO CABRAL	X			
MAGUITO VIEIRA					4 - GERSON CAMATA				
VAGO					5 - LEOMAR QUINTANILHA				
PEDRO SIMON					6 - GARIBALDI ALVES FILHO				
TITULAR - PDT					SUPLENTE - PDT				
JEFFERSON PERES	X				1 - OSMAR DIAS				

TOTAL: 45 SIM: 44 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 30 / 03 / 2005



Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)
J:\CCJ2005\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 22/03/2005)

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

TEXTO FINAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 65, DE 2005

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos dos arts. 48, item 28, e 91, item 2, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

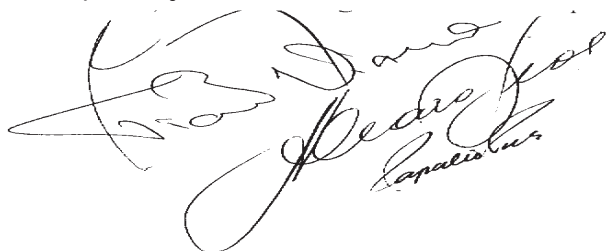
RESOLUÇÃO Nº , DE 2005

Suspende a execução do vocábulo “mensal”, constante do art. 1º, e todo o art. 2º da Lei Estadual nº 8.878, de 18 de julho de 1989, do Estado do Rio Grande do Sul.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do vocábulo “mensal”, constante do art. 1º, e todo o art. 2º da Lei Estadual nº 8.878, de 18 de julho de 1989, do Estado do Rio Grande do Sul, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos da Ação Originária nº 627-9 – Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta resolução entram em vigor na data de sua publicação.



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XVII – gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

SEÇÃO II

Dos Servidores Públicos

(Redação dada Dela Emenda
Constitucional nº 18, de 1998)

Art. 39. A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores

designados pelos respectivos Poderes. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 79, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

SEÇÃO IV

Do Senado Federal

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

X – suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:
I – processar e julgar, originariamente:

n) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados;

EMENDA CONSTITUCIONAL
Nº 45, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2004

Altera dispositivos dos arts. 5º 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 1038, 111-A e 130-A, e dá outras providências.

Documento anexado pela Secretaria-Geral da Mesa nos termos do art. 250, parágrafo único do Regimento Interno.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Bernardo Cabral**

I – Relatório

Pelo Ofício “S” nº 22, de 2000 (nº 45 de 13-4-00 na origem), o Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminha a esta Casa, para os efeitos do art. 52,

X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido na ação originária nº 627, “que declarou a inconstitucionalidade do vocábulo “mensal”, constante do art. 1º e de todo o texto do art. 2º, ambos da Lei nº 8.878, de 18 de julho de 1989, do Estado do Rio Grande do Sul”.

A ação originária tem como apelante o Estado do Rio Grande do Sul, contra sentença do Juiz de Direito da Quarta Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, que julgou procedente ação originária ajuizada por Conselheiros do Tribunal de Contas daquele Estado para o fim de reconhecer-lhes o direito de terem calculado sobre os vencimentos correspondentes aos dois meses de férias a que fazem jus, anualmente, o aumento previsto no art. 70, XVII, c/c., art. 39, § 3º, da Constituição Federal, verbis:

“Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XVII – gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.”

“Art. 39.

§ 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.”

Os dispositivos mencionados da Lei nº 8.878/89 têm o seguinte enunciado:

“Art. 1º É assegurada aos Conselheiros, Auditores e Procuradores junto ao Tribunal de Contas do Estado, quando no gozo de férias regulamentares, a percepção, juntamente com os vencimentos, da gratificação correspondente a um terço (1/3) da respectiva remuneração mensal.

Art. 2º A gratificação não excederá, em cada ano, a um terço (1/3) da remuneração mensal, vedada, no caso de acumulação de férias, a dupla percepção de benefícios.”

A Procuradoria Geral da República opinou pelo não provimento da apelação, ressaltando que a Constituição Federal, “no inciso XVII do art. 7º não fixou o prazo de férias anuais que os trabalhadores têm direito, se de 30, 60 ou 90 dias. Cingiu-se o texto constitucional a garantir o direito de os trabalhadores e servidores públicos (art. 39, § 3º) receberem 1/3 a mais de suas remunerações normais enquanto estiverem no gozo de suas férias anuais. Nada mais disse, nada mais impôs. (...) Em verdade, o art. 2º da Lei estadual nº 8.878/89 afronta o disposto nos arts. 7º, inciso XVII e 39, § 3º

da Constituição Federal e merece, por essa razão, ser declarado, incidentalmente, inconstitucional”.

O Parecer do Relator da Ação no Supremo Tribunal Federal, Senhor Ministro Maurício Corrêa, começa por reconhecer o Pretório Excelso como o foro adequado para o julgamento da matéria, com base no art. 102, inciso I, letra n da Constituição Federal, por serem os membros do órgão estadual impedidos, em sua maioria, para o feito.

Em seguida, o Parecer do Senhor Relator cita os artigos da Constituição Federal afrontados pela referida lei e menciona que, pelo art. 66 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, os magistrados têm direito a férias anuais remuneradas de sessenta dias desdobradas em dois períodos. Assim, “resulta evidente que o abono de 1/3 do salário normal deve incidir sobre o período de férias anuais legalmente definido, abrangendo, inclusive, os que fazem jus a sessenta dias de férias anuais, mesmo que desdobradas em dois períodos. Com efeito, se o abono de férias instituído pela Constituição estabelece o mínimo de um terço a mais do que o salário normal durante o período de férias, sem limitar o tempo de sua duração, resulta evidente que ela deve ser paga sobre todo o período de férias previsto em lei”.

Conclui, assim, o parecer, votando pela declaração de inconstitucionalidade do vocábulo “mensal” do art. 1º e de todo o texto do art. 2º da Lei nº 8.878, de 18-7-89, do Estado do Rio Grande do Sul.

O Tribunal, então, em decisão unânime, declarou a inconstitucionalidade dos mencionados dispositivos da lei gaúcha.

É o relatório.

II – Voto

Nos termos do inciso X do art. 52 da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal “suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal”.

Assim, em atenção ao disposto no inciso III do art. 101 do Regimento Interno do Senado, que atribui à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a competência para apresentar o projeto de resolução, suspendendo lei ou dispositivos de lei declarados inconstitucionais, e tendo sido observadas as exigências contidas no art. 387 do mesmo Regimento, cumpre a esta Casa a formulação de Projeto de Resolução, na seguinte forma:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 2000

Suspende a execução do vocábulo “mensal” constante do art. 1º e de todo o texto do art. 2º da Lei nº 8.878, de 18-7-89, do Estado do Rio Grande do Sul.

O Senado Federal,

Considerando a declaração de inconstitucionalidade de dispositivos do Diploma Legal, constante de decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos Autos da Ação Originária nº 627,

Resolve:

Art. 1º Fica suspensa a execução do vocábulo “mensal”, constante do art. 1º e de todo o texto do art. 2º da Lei nº 8.878, de 18-7-89, do Estado do Rio Grande do Sul, declarados inconstitucionais por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal nos Autos da Ação Originária nº 627.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,



Ofício nº 48/05-Presidência/CCJ

Brasília, 26 de abril de 2005

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada em 30 de março de 2005, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação dos Projetos de Resolução oferecidos como conclusão dos Pareceres da CCJ aos Ofícios “S” nºs: 19/1987; 45/2000; 22/2002; 87/1997; 21/1998; 22/2000; 100/1997; 23/2000; 74/1998; 62/2000; 21/2002; 77/1998; 20/2004; 11/2002, que tramita em conjunto com 15/2002 e 17/2002; 13/1999; 22/1999; 43/1999; 2/2001; 4/2001; 29/2002; 2/2005; 3/2005; 17/2001; 23/2001; 4/2002; 6/2002; 19/2002; e 29/2004.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

PARECER Nº 1.053, DE 2005

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 2, de 2005 (nº 164/2004, na origem), de 20 de dezembro passado, do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art.

52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da referida legislação, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte nos Embargos Declaratórios, interposto nos autos do Recurso Extraordinário nº 2199344-2, de 2004, que declarou a inconstitucionalidade da expressão: “a qualquer título”, do artigo 133 da Constituição do Estado de São Paulo (nomeações para cargos em comissão).

Relator: Senador **Edison Lobão**

I – Relatório

Mediante o Ofício S nº 2, de 2005 (Of. nº 164, de 20-12-2004, na origem), o Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, peças referentes à decisão daquela Corte Suprema nos autos do Recurso Extraordinário nº 219.934-2, de 2004, em que declarou a inconstitucionalidade da expressão “a qualquer título” do art. 133 da Constituição do Estado de São Paulo (nomeações para cargo em comissão).

O mencionado art. 133 da Constituição Estadual está redigido nos seguintes termos:

Art. 133. O servidor, com mais de cinco anos de efetivo exercido, que tenha exercido ou venha a exercer, a qualquer título, cargo ou função que lhe proporcione remuneração superior à do cargo de que seja titular, ou função para a qual foi admitido, incorporará um décimo dessa diferença, por ano, até o limite de dez décimos.

Os embargos declaratórios no recurso tiveram como embargantes a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e o Estado de São Paulo, e no Supremo Tribunal atuou como relatora a Senhora Ministra Ellen Gracie, que citou julgamento dado anteriormente em recurso relatado pelo Senhor Ministro Octávio Galloti, o qual declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do mesmo dispositivo da Constituição daquele Estado. A declaração se baseou no teor contido no inciso II do art. 37 da Constituição Federal, cujo comando dispõe que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Em seu voto, a Senhora Ministra começa por mencionar que os embargos defendem alguns pontos

comuns: o desvio de função é constitucional; o instituto da estabilidade financeira é constitucional e tem sido acolhido pelo STF; o art. 133 da Carta estadual visa somente garantir ao servidor efetivo o direito de incorporar um décimo da remuneração do cargo em comissão que tenha exercido, caso a retribuição deste tenha sido maior.

Menciona, então, que a questão fundamental é saber se o instituto da estabilidade financeira é compatível com o dispositivo constitucional em vigor, opinando afirmativamente. A seguir, ressalta que o ponto a ser analisado é se a situação ilegal do servidor, desviado de sua função, que recebia vencimentos de cargo diferente daquele para o qual havia prestado concurso justifica ou não a declaração de inconstitucionalidade do mencionado art. 133.

Confrontando o dispositivo da Constituição Estadual com o da Constituição Federal, cita o voto vencedor do Ministro Galotti dirimindo a questão e asseverando que a situação sob exame não se traduz na investidura em novo cargo, mas apenas no reconhecimento de atributo especial a ele inerente – a sua remuneração. Assim, permitir a sua percepção, apenas por não se fazer acompanhar de mudança na denominação do cargo, seria esvaziar o mandamento do art. 37, II, da Constituição, comprometendo-lhe, desenganadamente, a substância.

A Ministra conclui que o citado voto é adequado ao caso, mas a declaração de inconstitucionalidade, tal como expressa, produziu efeito mais amplo do que o pretendido, pois a intenção do julgado não foi o de atingir o instituto da estabilidade financeira. Se este instituto e a nomeação para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação são amparados pela Constituição, não há razão para declarar inconstitucional, na sua totalidade, o dispositivo citado da Carta bandeirante, e nem o art. 19 de seu ADCT, também objeto do recurso, que determina que para os efeitos do disposto no art. 133, é assegurado ao servidor o cômputo do tempo de exercício anterior à data da promulgação desta Constituição.

Somente a parte do dispositivo que permite a incorporação “a qualquer título” é que se mostra inconstitucional, por permitir que o servidor que tenha prestado concurso para um cargo venha a receber proventos de cargo diferente, para o qual se exija outro concurso.

Com esses argumentos, a Senhora relatora acolhe em parte os embargos, e o Tribunal, por unanimidade, recebeu-os também em parte e declarou a inconstitucionalidade da expressão “a qualquer título” constante do art. 133 da Constituição do Estado de São Paulo.

O Ministério Público opinou pelo não conhecimento do recurso, citando das Súmulas nºs 282 e 356 do STF. A primeira enuncia que é inadmissível o recurso extraordinário quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada. A segunda enuncia que o ponto omissis na decisão, sobre a qual não forma opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento.

II – Análise

Nos termos do inciso X do art. 52 da Constituição Federal, compete ao Senado Federal, privativamente, suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

Foram atendidas as exigências regimentais constantes do art. 387 do Regimento Interno do Senado Federal, relativas à documentação que deve instruir o processo enviado ao Senado pelo Supremo Tribunal Federal, ou seja: o texto do dispositivo legal examinado, cópia do acórdão do Supremo Tribunal Federal, do Parecer do Procurador-Geral da República e da versão do registro taquigráfico do julgamento.

III – Voto

Ante o exposto, em atendimento à norma constitucional citada e ao inciso III do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando-se, ainda, serem inegáveis a conveniência e a oportunidade de imprimir-se, no caso, eficácia **erga omnes** à declaração de inconstitucionalidade emanada do Supremo Tribunal Federal, o nosso voto é no sentido da proposição do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 66, DE 2005

Suspende a execução. no art. 133 da Constituição do Estado de São Paulo, da expressão “a qualquer título”.

O Senado Federal, no uso da competência que lhe confere o art. 53, X, da Constituição Federal, e considerando a inconstitucionalidade declarada pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 219.934-2, do Estado de São Paulo, Resolve:

Art. 1º Fica suspensa a execução no art. 133 da Constituição do Estado de São Paulo, da expressão “a qualquer título”.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: OFS Nº 2 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 30/03/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Antônio Carlos Magalhães</i>	
RELATOR: <i>Edison Lobão</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES <i>Demóstenes Torres</i>	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO (RELATOR)	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
ALMEIDA LIMA <i>Almeida Lima</i>	6- TASSO JEREISSATI
ÁLVARO DIAS <i>Álvaro Dias</i>	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO <i>Arthur Virgílio</i>	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT)* <i>Juvêncio da Fonseca</i>	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLICY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
FRANCISCO PEREIRA <i>Francisco Pereira</i>	4-JOÃO CAPIBERIBE
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antonio Carlos Valadares</i>	6-MÓZARILDO CAVALCANTI <i>Mózarildo Cavalcanti</i>
SERYS SLHESARENKO <i>Serys Slhessarenko</i>	7-MARCELO CRIVELLA <i>Marcelo Crivella</i>
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
JOÃO BATISTA MOTTA <i>João Batista Motta</i>	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO <i>José Maranhão</i>	3-SÉRGIO CABRAL <i>Sérgio Cabral</i>
MAGUITO VILELA	4-GERSON CAMATA
(VAGO) **	5-LEOMAR QUINTANILHA
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES <i>Jefferson Péres</i>	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 22/03/2005

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(**) O Senador Romero Jucá afastou-se do exercício do mandato em 22/03/2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado da Previdência Social.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSIÇÃO: *CLB* Nº 20, DE 2005

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X				1 - ROMEU TUMA				
CÉSAR BORGES	X				2 - MARIA DO CARMO ALVES				
DEMÓSTENES TORRES	X				3 - JOSÉ AGRIPINO				
EDISON LOBÃO	X				4 - JORGE BORNHAUSEN				
JOSÉ JORGE					5 - RODOLFO TOURINHO				
ALMEIDA LIMA	X				6 - TASSO JEREISSATI				
ALVARO DIAS	X				7 - EDUARDO AZEREDO				
ARTHUR VIRGÍLIO					8 - LEONEL PAVAN				
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT)*	X				9 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*)				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOÍZIO MERCADANTE					1 - DELCÍDIO AMARAL				
EDUARDO SUPLICY					2 - PAULO PAIM				
FERNANDO BEZERRA					3 - SÉRGIO ZAMBIASI				
FRANCISCO PEREIRA	X				4 - JOÃO CAPIBERIBE				
IDELI SALVATI					5 - SIBÁ MACHADO				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				6 - MOZARILDO CAVALCANTI	X			
SÉRY SHELHARENKO	X				7 - MARCELO CRIVELLA	X			
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMPEZ TEBET					1 - NEY SUASSUNA				
JOÃO BATISTA MOTTA	X				2 - LUIZ OTÁVIO				
JOSÉ MARANHÃO					3 - SÉRGIO CABRAL	X			
MAGUITO VIEIRA					4 - GERSON CAMATA				
VAGO					5 - LEOMAR QUINTANILHA				
PEDRO SIMON					6 - GARIBALDI ALVES FILHO				
TITULAR - PDT					SUPLENTE - PDT				
JEFFERSON PERES	X				1 - OSMAR DIAS				

TOTAL: 45 SIM: 44 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 30 / 03 / 2005



Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)
J:\CCJ2005\Reuniao\Votacao nominal.doc (atualizado em 22/03/2005)

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

**TEXTO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 66, DE 2005**

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 4º, item 28, e 91, item 2, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2005

Suspende a execução da expressão “a qualquer título” no art. 133 da Constituição do Estado de São Paulo.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução da expressão “a qualquer título” no art. 133 da Constituição do Estado de São Paulo, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 219.934-2 – São Paulo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

TÍTULO X

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Art. 19. Os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, há pelo menos cinco anos continuados,

e que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37, da Constituição, são considerados estáveis no serviço público.

§ 1º O tempo de serviço dos servidores referidos neste artigo será contado como título quando se submeterem a concurso para fins de efetivação, na forma da lei.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos ocupantes de cargos, funções e empregos de confiança ou em comissão, nem aos que a lei declare de livre exoneração, cujo tempo de serviço não será computado para os fins do **caput** deste artigo, exceto se tratar de servidor.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica aos professores de nível superior, nos termos da lei.

Ofício nº 48/05-Presidência/CCJ

Brasília, 26 de abril de 2005

Assunto: decisão terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada em 30 de março de 2005, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação dos Projetos de Resolução oferecidos como conclusão dos Pareceres da CCJ aos Ofícios **S** nºs: 19/1987; 45/2000; 22/2002; 87/1997; 21/1998; 22/2000; 100/1997; 23/2000; 74/1998; 62/2000; 21/2002; 77/1998; 20/2004; 11/2002, que tramita em conjunto com 15/2002 e 17/2002; 13/1999; 22/1999; 43/1999; 2/2001; 4/2001; 29/2002; 2/2005; 3/2005; 17/2001; 23/2001; 4/2002; 6/2002; 19/2002; e 29/2004.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

PARECER Nº 1.054, DE 2005

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Ofício “S” nº 3, de 2005 (Of. nº 1-P/MC, de 6-1-05, na origem), do Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Presidente do Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido nos autos do Recurso Extraordinário nº 401436-0, que declarou a inconstitucionalidade parcial, sem redação de texto, do art. 11 da Medida Provisória nº 2.225-45, de 4 de junho de 2001.

Relator: Senador **Edison Lobão**

I – Relatório

Pelo Ofício “S” nº 3, de 2005 (Of. nº 1-P/MC, de 6 de janeiro de 2005, na origem), o Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal enviou ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, juntamente com cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado, do diploma legal objeto de decisão e da ata dos registros taquigráficos do julgamento, cópia do acórdão prolatado pela Excelsa Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 401436-0 (Goiás), que declarou a inconstitucionalidade parcial, sem redução de texto, do art. 11 da Medida Provisória nº 2.225-45, de 4 de junho de 2001, de modo a excluir do seu alcance as hipóteses em que o servidor se recuse, explícita ou tacitamente, a aceitar o parcelamento previsto no dispositivo.

O dispositivo impugnado dispõe sobre o parcelamento dos valores devidos pela União até 31 de dezembro de 2001, em decorrência da aplicação do art. 8º da medida provisória em questão, que trata do pagamento aos servidores civis do Poder Executivo, a partir de janeiro de 1995, do reajuste pelo índice residual de três vírgula dezessete por cento concedido aos demais Poderes da União e aos Militares.

Consoante expressa no item III da Ementa do decisor, trata-se de declaração da inconstitucionalidade parcial, sem redução do texto, do art. 11 da Medida Provisória nº 2.225-45/2001, mediante interpretação conforme, de modo a excluir do seu alcance as hipóteses em que o servidor se recuse, explícita ou tacitamente, a aceitar o parcelamento previsto.

A douta Procuradoria Geral da República opinou no sentido do não provimento do Recurso Extraordinário interposto pela União.

No seu voto condutor inicial, o eminente Ministro-Relator, Carlos Velloso, se pronunciou em favor do conhecimento e provimento do Recurso. Após o voto-vista proferido pelo ilustre Ministro Sepúlveda Pertence, o eminente Relator retificou seu voto, para dar provimento parcial ao Recurso.

O Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária do dia 31 de março de 2004, por unanimidade, ausente o Senhor Ministro Nelson Jobim, decidiu conhecer do Recurso e negar-lhe provimento para dar interpretação conforme e declarar a inconstitucionalidade parcial, sem redução de texto, do dispositivo legal em questão.

O acórdão foi publicado no Diário da Justiça do dia 3 de dezembro de 2004 e, juntamente com extrato de ata do registro taquigráfico do julgamento, cópia do parecer do Ministério Público e do dispositivo legal impugnado, encaminhado ao Senado Federal por ofício de 6 de janeiro do corrente ano, competindo a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania se manifestar sobre a matéria, de acordo com o art. 101, III, do Regimento Interno desta Casa.

II – Análise

Nos precisos termos do art. 52, X, da Constituição Federal, compete, privativamente, ao Senado Federal suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

Trata-se, no presente caso, do art. 11 da Medida Provisória nº 2.225-45, de 2001, declarado parcialmente inconstitucional, sem redução de texto, de modo a excluir do seu alcance as hipóteses em que o servidor se recuse, explícita ou tacitamente, a aceitar o parcelamento previsto no dispositivo.

Trata-se de entendimento findado em amplo consenso na doutrina pátria e internacional, que preleciona a distinção entre norma e texto (ou disposição) normativo(a). Como assevera o Ministro Eros Grau, em seu prestigioso livro *Ensaio e Discurso sobre a Interpretação/Aplicação do Direito* (Malheiros, 2ª edição, 2002, p. 79),

A interpretação [...] é o meio de expressão dos conteúdos normativos das disposições, meio através do qual pesquisamos as normas contidas nas disposições. Do que diremos ser – a interpretação – uma atividade que se presta a transformar disposições (textos, enunciados) em normas (grifos no original).

Na mesma linha, explica o jurista Zeno Veloso o instituto da declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto:

A declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto significa reconhecer a inconstitucionalidade de um ato normativo sob algum aspecto, em determinada situação, debaixo de determinada variante.

A norma impugnada continua vigendo, na forma originária. O texto continua o mesmo, mas o Tribunal limita ou restringe a sua aplicação, não permitindo que ele incida nas situações determinadas, porque, nestas, há a inconstitucionalidade. Nas outras, não. (Controle Jurisdicional de Constitucionalidade. Del Rey, 2ª edição. p. 165).

A comunicação do Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal se fez acompanhar de cópia do acórdão, com relatório e voto, de extrato de ata do registro taquigráfico do julgamento, da Lei questionada, bem como do parecer da Procuradoria-Geral da República, estando cumpridas todas as exigências do art. 387 do Regimento Interno do Senado Federal.

III – Voto

Ante o exposto, observadas as normas constitucionais e regimentais pertinentes à matéria, considerando a jurisprudência sedimentada na Suprema Corte e atendendo, mais, à conveniência e oportunidade, impõe-se que se formule projeto de resolução, em obediência ao art. 388 do Regimento Interno do Senado Federal.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 67, DE 2005

Suspende parcialmente, sem redução de texto, a execução do art. 11 da Medida Provisória nº 2.245-45, de 4 de junho de 2001.

O Senado Federal, no uso da competência que lhe confere o inciso X do art. 52 da Constituição Federal, e considerando a declaração de inconstitucionalidade parcial de dispositivo de diploma legal constante de decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribu-

nal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 401436-0, Resolve:

Art. 1º É parcialmente suspensa, sem redução de texto, a execução do art. 11 da Medida Provisória nº 2.225-45, de 4 de junho de 2001, ficando excluído do seu alcance as hipóteses em que o servidor se recuse, explícita ou tacitamente, a aceitar o parcelamento previsto no dispositivo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: OFS Nº 3 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 30.03.2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Antônio Carlos Magalhães</i>	
RELATOR: <i>SEN. GLEISON LUBÃO</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO <i>Edison Lobão</i>	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
ALMEIDA LIMA	6- TASSO JEREISSATI
ÁLVARO DIAS <i>Álvaro Dias</i>	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) <i>Juvêncio da Fonseca</i>	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLICY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
FRANCISCO PEREIRA <i>Francisco Pereira</i>	4-JOÃO CAPIBERIBE
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos Valadares</i>	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO <i>Serys Slhessarenko</i>	7-MARCELO CRIVELLA
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
JOÃO BATISTA MOTTA <i>João Batista Motta</i>	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL <i>Sérgio Cabral</i>
MAGUITO VILELA	4-GERSON CAMATA
(VAGO) **	5-LEOMAR QUINTANILHA
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 22/03/2005

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(**) O Senador Romero Jucá afastou-se do exercício do mandato em 22/03/2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado da Previdência Social.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSIÇÃO: *CFES* Nº 3, DE 2005

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES					1 - ROMEU TUMA				
CÉSAR BORGES	X				2 - MARIA DO CARMO ALVES				
DEMOSTENES TORRES	X				3 - JOSÉ AGRIPINO				
EDISON LOBÃO	X				4 - JORGE BORNHAUSEN				
JOSÉ JORGE					5 - RODOLPHO TOURINHO				
ALMEIDA LIMA	X				6 - TASSO JEREISSA II				
ALVARO DIAS	X				7 - EDUARDO AZEREDO				
ARTHUR VIRGÍLIO					8 - LEONEL PAVAN				
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) *	X				9 - GERALDO MESQUITA JUNIOR(*)				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOIZIO MERCADANTE					1 - DELCÍDIO AMARAL				
EDUARDO SUPLICY					2 - PAULO PAIM				
FERNANDO BUZURRA					3 - SÉRGIO ZAMBIASI				
FRANCISCO PEREIRA	X				4 - JOÃO CAPIBERIBE				
IDELI SALVATTI					5 - SIBÁ MACHADO				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				6 - MOZARILDO CAVALCANTI	X			
SERY'S SHLESSARENKO	X				7 - MARCELO CRIVELLA	X			
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMEZ TEBET					1 - NEY SUASSUNA				
JOÃO BATISTA MOLTA	X				2 - LUIZ OTÁVIO				
JOSE MARANHÃO					3 - SÉRGIO CABRAL	X			
MAGUITO VILELA					4 - GERSON CAMATA				
VAGO					5 - LOMAR QUINTANILHA				
PEDRO SIMON					6 - GARIBALDI ALVES FILHO				
TITULAR - PDT					SUPLENTE - PDT				
JEFFERSON PERES	X				1 - OSMAR DIAS				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 30 / 03 / 2005

Antônio Carlos Magalhães
 Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
 Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF) (U:ACCJ2005)Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 22/03/2005)

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

**TEXTO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 67, DE 2005**

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e, eu, Presidente, nos termos dos arts. 48, item 28, e 91, item 2, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2005

Suspende parcialmente, sem redução de texto, a execução do art. 11 da Medida Provisória Federal nº 2.225-45, de 4 de junho de 2001.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É parcialmente suspensa, sem redução de texto, a execução do art. 11 da Medida Provisória Federal nº 2.225-45, de 4 de junho de 2001, ficando excluído do seu alcance as hipóteses em que o servidor se recuse, explícita ou tacitamente, a aceitar o parcelamento previsto no dispositivo, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 401.436-0 – Goiás.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



Ofício nº 48/05-Presidência/CCJ

Brasília, 26 de abril de 2005

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada em 30 de março de 2005, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação dos Projetos de Resolução oferecidos como conclusão dos Pareceres da CCJ aos Ofícios S nºs: 19/1987; 45/2000; 22/2002; 87/1997; 21/1998; 22/2000; 100/1997; 23/2000; 74/1998; 62/2000; 21/2002; 77/1998; 20/2004; 11/2002, que tramita em conjunto com 15/2002 e 17/2002; 13/1999; 22/1999; 43/1999; 02/2001; 04/2001; 29/2002; 02/2005; 03/2005; 17/2001; 23/2001; 04/2002; 06/2002; 19/2002; e 29/2004.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

PARECER Nº 1.055, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 147, de 2005 (nº 1.384/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Vip FM de Promissão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pirapozinho, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Aloizio Mercadante**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 147, de 2005 (nº 1.384, de 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Vip FM de Promissão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pirapozinho, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade preten-

dente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 147, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o re-

ferido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante a sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 147, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Vip FM de Promissão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pirapozinho, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.


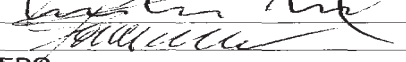
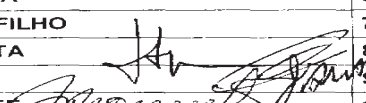
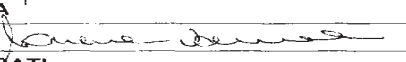
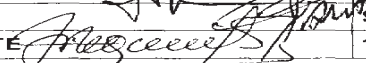
Sala da Comissão, 14 de junho de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO



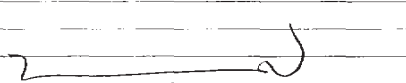
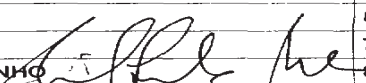
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 147/2005 NA REUNIÃO DE 14/06/05
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  (senador Helio Costa)


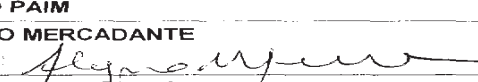
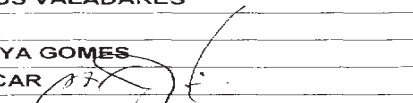
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL 
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA 
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA 
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA 
REGINALDO DUARTE 	10- TASSO JEREISSATI

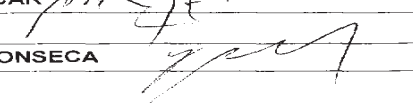
PMDB

HÉLIO COSTA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA 	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA 	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA 
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
WIRLANDE DA LUZ	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO 	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (RT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE 	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	RELATOR 
FLÁVIO ARNS	3- FERNANDO BEZERRA
IDELI SALVATTI	4- DELCÍDIO AMARAL
ROBERTO SATURNINO	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
MOZARILDO CAVALCANTI	6- MAGNO MALTA
SÉRGIO ZAMBIASI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES 
	8- NEZINHO ALENCAR

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNIO DA FONSECA 
-----------------	--

COMISSÃO DE ELEIÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 147105

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					JOSÉ AGRIPINO	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO	X				EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA	X				SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA	X			
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
GERSON CAMATA	X				PAPALÉO PAES				
SERGIO CABRAL					MÃO SANTA	X			
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
WIRLANDE DA LUZ					VAGO				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					PAULO PAIM				
CRISTOVAM BUARQUE	X				ALOIZIO MERCADANTE	X			
FATIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					DELÍCIO AMARAL				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI					NEZINHO ALENCAR	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVÊNCIO DA FONSECA	X			

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01



SENADOR HÉLIO COSTA
Presidente da Comissão de Educação

SALA DAS REUNIÕES, EM 14 / 05 / 2005

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

Of. nº CE/85/2005

Brasília, 29 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a V. Ex^a que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, na reunião realizada no dia 14 de junho p.p., os Projetos de Decretos Legislativos de

nºs: 147, 186, 191, 195, 204, 206, 215, 219, 220, 221, 223, 224, 230, 232 e 236 de 2005.

Atenciosamente, – Senador **Hélio Costa**, Presidente da Comissão de Educação.

PARECER Nº 1.056, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2005 (nº 1.747/2003, na casa de origem), que institui e Dia Nacional de Combate à Pobreza.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 31, de 2005 (PL nº 1.747, de 2003, na Câmara dos Deputados), de autoria do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, que institui o dia 14 de dezembro como Dia Nacional de Combate à Pobreza.

Como justificção, o autor alega que a data escolhida presta homenagem ao dia 14 de dezembro de 2001, quando foi promulgada a Emenda Constitucional nº 31, que criou o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Na Câmara dos Deputados, a referida proposição foi aprovada pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. No Senado Federal, O PLC nº 31, de 2005, será apreciado por esta Comissão de Educação.

II – Análise

Sem dúvida é muito bem-vinda a iniciativa de instituir o Dia Nacional de Combate à Pobreza, que possibilitará a realização de eventos simultâneos em todo o País e dará maior visibilidade e eficiência aos diversos trabalhos voltados para essa finalidade.

Decorrente de iniciativa do ilustre Senador Antonio Carlos Magalhães, responsável primeiro pela Proposta de Emenda à Constituição nº 67, ainda em 1999, o Fundo representa uma abordagem ampla e conseqüente sobre a questão da pobreza, em que todos os seus ângulos, e não somente a fome, estão abordados, sendo seu objetivo viabilizar a todos os brasileiros o acesso a níveis dignos de subsistência, mediante ações suplementares de nutrição, habitação, saúde, educação, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida.

Com efeito, o Fundo Nacional de Combate à Pobreza vem garantindo os recursos necessários ao financiamento de ações de transferência direta

de renda e de apoio às populações mais pobres do País, e, atendendo, assim, a diversos programas assistenciais, inclusive ao "Fome Zero" do atual Governo.

O Dia Nacional de Combate à Pobreza será, portanto, a data dedicada a prestar as justas homenagens a todos os indivíduos e entidades que se preocupam e

se dedicam ao combate à pobreza e às desigualdades sociais existentes em nosso País.

III – Voto

Diante e no mérito do exposto, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2005.

Sala da Comissão, em 21 de junho de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 31/05 NA REUNIÃO DE *DIACRIS*
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: <i>1 Helio Costa Senador Helio Costa</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES RELATOR: <i>Helio Costa</i>
MARIA DO CARMO ALVES <i>mar. alv.</i>	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL <i>Marco Maciel</i>
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN <i>Leonel Pavan</i>	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE <i>Reginaldo Duarte</i>	10- TASSO JEREISSATI
PMDB	
HÉLIO COSTA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA <i>Gerson Camata</i>	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
WIRLANDE DA LUZ <i>Wirlande da Luz</i>	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	
AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE <i>Fátima Cleide</i>	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS <i>Flávio Arns</i>	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO <i>Roberto Saturnino</i>	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sérgio Zambiasi</i>	8- NEZINHO ALENCAR
PDT	
AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

EMENDA CONSTITUCIONAL
Nº 31, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2000

Altera o Ato das Disposições constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Foi lido anteriormente o Parecer nº 1.056, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2005** (nº 1.747/2003, na Casa de origem), que institui o *Dia Nacional de Combate à Pobreza*.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Com referência ao **Ofício nº 48, de 2005**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lido em 15 do corrente, a Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as seguintes matérias, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciadas pelo Plenário:

- **Projeto de Resolução nº 63, de 2005** (OFS nº 19/87), que suspende a execução da Lei nº 4.106, de 26 de julho de 1962, e do Decreto nº 53.977, de 22 de junho de 1964;
- **Projeto de Resolução nº 64, de 2005** (OFS nº 22/99), que suspende a execução do art. 1º e do art. 2º, inciso I, alínea a, e inciso II, alíneas a e b, da Lei Municipal nº 6.580, de 5 de dezembro de 1989, de Santo André, São Paulo;
- **Projeto de Resolução nº 65, de 2005** (OFS nº 22/2000), que suspende a execução do vocábulo “mensal”, constante do art. 1º, e todo o art. 2º da Lei nº 8.878, de 18 de julho de 1989, do Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Resolução nº 66, de 2005** (OFS nº 2/2005), que suspende a execução, no art. 133 da Constituição do Estado de São Paulo, da expressão “a qualquer título”; e
- **Projeto de Resolução nº 67, de 2005** (OFS nº 3/2005), que suspende parcialmente, sem redu-

ção de texto, a execução do art. 11 da Medida Provisória nº 2.245-45, de 4 de junho de 2001.

A Presidência esclarece que a Comissão Diretora, em observância à competência prevista no inciso V do art. 98 do Regimento Interno, adequou a redação dos Projetos de Resolução aprovados ao que prescreve a Lei Complementar nº 95, de 1998.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A Presidência esclarece que a Comissão Diretora, em observância à competência prevista no inciso V do art. 98 do Regimento Interno, adequou a redação dos Projetos de Resolução aprovados ao que prescreve a Lei Complementar nº 95, de 1998.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Com referência ao Ofício nº 85, de 2005, da Comissão de Educação, a Presidência comunica ao Plenário, que nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, par que o Projeto de Decreto Legislativo nº 147, de 2005, aprovado pela Comissão de Educação, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Voltamos à lista de oradores.

Concedo a palavra, por 15 minutos, ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Pela ordem, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, não sei se o nosso grande companheiro de trabalho – tive a alegria muito grande de estar com ele na Mesa, sempre nos orientando de forma muito correta – pode nos ajudar na pergunta que faço à Mesa. Tenho recebido inúmeros telefonemas, já hoje pela manhã, no sentido de saber quando será promulgada a PEC da previdência, naturalmente, a de nº 8.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A Secretaria da Mesa, por meio do Dr. Carreiro, está preparando os autógrafos para serem levados ao Senhor Presidente para promulgação, principalmente da Emenda nº 8, porque a Emenda nº 7, conforme ficou bem esclarecido perante o Plenário ontem, retorna à Câmara dos Deputados, pois há pontos importantes a serem aprovados, em razão da supressão ou da relocalização do Relator na matéria que veio da Câmara.

Acredito que, ao início da semana, terça-feira, provavelmente, estará tudo pronto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Então, pelo menos a impressão que nos dá – quero colocar nesses moldes – é a de que a PEC principal, os 14 pontos, aqueles positivos, que interessam à grande maioria da população, poderá ser promulgada, no máximo, na terça-feira.

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Carreiro, pela informação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Há um grande esforço da Secretaria da Mesa para deixar tudo em ordem para o Senhor Presidente promulgá-la.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, em meio à votação da importante PEC paralela, que terminamos aprovando – não é demais render aqui as minhas homenagens ao Senador Paulo Paim, ao Senador Tião Viana e a todos os Senadores desta Casa, porque as votações, em todas as vezes, foram unânimes, o que demonstra que o Senado, até ao inventar essa figura da PEC paralela, realmente estava preocupado com a questão dos aposentados e dos pensionistas, enfim, com as pessoas mais necessitadas deste País –, fiz o registro dos 12 anos de funcionamento do Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima. Portanto, hoje, como não tive oportunidade ontem, quero fazer um histórico e mostrar a importância dessa instituição para o desenvolvimento do meu Estado.

Tive a honra de ser, como Deputado Federal, em 1983, exatamente no dia 20 de setembro de 1983, autor de um projeto ambicioso e – até diria – utópico, Senador Paulo Paim, já que, quando a gente pensa ou sonha alguma coisa para realizar para o nosso Estado ou para o nosso País, às vezes somos taxados de utópicos, de sonhadores ou até de demagógicos. Esse projeto tramitou na Câmara durante muito tempo. Era um projeto de lei autorizativo, porque não é da competência do Poder Executivo criar uma escola técnica. Portanto, autorizava o Poder Executivo a criá-la. Aprovado na Câmara dos Deputados, veio para o Senado. À época, em Roraima, não havia Senadores, porque aquele era um Território Federal. Então, a coisa parecia que era muito pior e seria muito mais difícil.

Naquela época, conseguimos contar com o apoio do então Senador Jorge Kalume, do Estado do Acre, que tinha sido autor da lei que criou a Universidade Federal do Acre. Tive, portanto, a felicidade de encontrar um padrinho – vamos dizer assim – que tinha vivenciado um problema parecido, pois o Acre havia sido um Território Federal também, e de vir conversar com cada Senador daquela época. E, assim, conseguimos aprovar o projeto no Senado.

Tivemos também a felicidade de, na ocasião, o Presidente da República ser o Presidente José Sarney. Não estou fazendo nenhum demérito aos demais Presidentes, mas sei que é muito difícil, às vezes, para um Presidente originário do Sul ou do Sudeste entender que aqueles Estados pequenos e pobres do Norte e do Nordeste podem também ousar reivindicar a criação de escolas técnicas, de universidades e de outros bens que o Sul e Sudeste já têm – eu diria – de maneira bem razoável.

Então, a lei, aprovada no Senado, foi para a sanção do Presidente, que, simplesmente, poderia sancioná-la ou não. Conforme se entendia à época, havia uma divergência clara sobre essa questão de lei autorizativa. Se o Presidente sancionava uma lei autorizativa, significava o quê? Que estava apenas autorizado a criar a escola, mas que não estava obrigado a criá-la. E, realmente, no dia 14 de julho de 1986, a lei foi sancionada pelo Presidente Sarney – era Ministro da Educação o Senador Jorge Bornhausen.

Isso levou ao Estado de Roraima uma esperança muito grande de contar com um estabelecimento de ensino de qualidade, que, realmente, pudesse oferecer à sua juventude um ensino profissionalizante de nível federal, dando, portanto, condições aos nossos jovens de colaborar com o desenvolvimento do nosso Estado.

Inicialmente, o próprio Governo do Estado teve de começar a tocar a escola, já que não havia recursos federais para sua implantação.

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima começou com apenas dois cursos. Leio trecho da sua história. Ele começou a funcionar inicialmente com dois cursos. Depois, a partir de outra lei federal, foi formalizada, portanto, a Escola Técnica Federal. Àquela época, havia cerca de 406 alunos, e hoje o Cefet conta com mais de dois mil alunos.

Trata-se, portanto, de uma instituição, com certeza, indispensável ao desenvolvimento do Estado. Hoje, já oferece cursos superiores, cursos tecnológi-

cos. Então, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima, que completou doze anos no dia 30 de junho, foi implantado inicialmente como Escola Técnica, em 1986, em decorrência daquela lei autorizativa, começando suas atividades em 1987. Atendia inicialmente a 175 alunos, em dois cursos: Eletrotécnica e Edificações.

Em 21 de dezembro de 1989, o Conselho Territorial de Educação autorizou e reconheceu a Escola Técnica de Roraima. Aprovou o seu Regimento e as grades curriculares.

Em 30 de junho de 1993, sob a Lei nº 8.670, publicada no **Diário Oficial**, foi formalmente integrada a Escola Técnica ao Sistema Federal de Ensino. É uma entidade de natureza autárquica, que possui organização administrativa, didática e patrimonial definidas em estatuto próprio. Vinculada ao Ministério da Educação, é supervisionada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/Setec, do MEC.

Considero muito importante registrar, Sr. Presidente, o avanço da Escola Técnica nesse período. Realmente, embora tenha ainda muitas necessidades, é uma escola que dá gosto de se visitar, não só pela sua infra-estrutura, mas pelo seu quadro de professores, pelo tipo de aluno que tem – prioritariamente, alunos da classe mais carente do Estado, que têm consciência e visão da importância do curso que estão fazendo para o futuro do nosso Estado de Roraima.

O índice de aprovação dos alunos que saem do Cefet, a nossa antiga Escola Técnica Federal, é dos maiores. Aqueles que resolvem fazer outros cursos e, portanto, prestam vestibular na Universidade Federal de Roraima ou, agora, nas instituições particulares obtêm as melhores colocações.

Hoje, o quadro de alunos do Cefet é o seguinte: no Ensino Médio, há 65 turmas, com 596 alunos; mais 70 alunos no EJA, com duas turmas. No Ensino Técnico, há 1.005 alunos, distribuídos em 36 turmas. No Ensino Superior, 151 alunos em cinco turmas de licenciatura e 116 em quatro turmas de tecnólogos.

Portanto, é muito importante o registro que faço hoje. Peço, inclusive, Sr. Presidente, já que existem vários documentos que considero da mais alta importância, que todos eles façam parte integrante do meu pronunciamento para constar da história do nosso Centro Federal de Ensino Tecnológico, que é uma instituição...

O Sr. Wirlande da Luz (PMDB – RR) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Em seguida, Senador Wirlande, com muito prazer. Vejo no plenário dois outros Senadores do meu Estado, que, com certeza, comungam comigo sobre a importância dessa instituição.

Espero que nós todos, da Bancada Federal de Roraima, possamos ajudar o Centro Federal de Ensino Tecnológico do nosso Estado a construir um prédio destinado ao ensino tecnológico superior, a equipá-lo e, portanto, dar às pessoas mais carentes condições de acesso a um ensino de qualidade. Com isso, faremos a revolução cultural que o nosso Estado já vem fazendo.

Não disponho de dados concretos, mas tenho certeza de que o Estado de Roraima possui, hoje, a melhor correlação entre universitários e população. Então, certamente, a educação é o ponto que temos de tornar cada vez mais forte no Estado.

Concedo, com muito prazer, o aparte ao Senador Wirlande da Luz, do meu querido Estado de Roraima.

O Sr. Wirlande da Luz (PMDB – RR) – Senador Mozarildo Cavalcanti, associe-me ao seu pronunciamento com relação à Escola Técnica, hoje Cefet, que acompanhei de perto desde sua implantação. Conheço o esforço que V. Ex^a fez para a implantação daquela escola tão importante para o Estado, assim como para a implantação da Universidade Federal de Roraima. Conheço-a ainda mais profundamente porque a minha filha participou das primeiras turmas da Escola Técnica; terminou o nível médio fazendo um curso técnico na Escola Técnica. Reconheço o padrão de ensino daquela escola, que é tão excelente que a disputa para obtenção de vaga chega quase ao nível de uma disputa para o vestibular. Realmente, é muito difícil. As provas são bem elaboradas, e há uma competição muito grande. Os alunos que entram lá têm, realmente, alto nível; de lá saindo, portanto, com um nível privilegiado. Aproveito a oportunidade para parabenizar também o professor Edvaldo Pereira, hoje diretor do Cefet, e todo o seu corpo de professores, todos os administradores e, por que não dizer, todos os funcionários, que fazem com que aquela escola, realmente, seja um padrão e uma referência de ensino no nosso Estado. Era o que tinha a dizer.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Wirlande da Luz, também representante do Estado de Roraima, aliás, um roraimense que nasceu lá. Sabemos que

há dois tipos de roraimenses: aqueles que nasceram em Roraima e escolheram viver lá e aqueles que ali não nasceram, mas escolheram viver em Roraima. V. Ex^a pertence à categoria dos que nasceram em Roraima e escolheram viver lá. Por outro lado, muitos roraimenses, que nasceram lá, escolheram viver em outros lugares do Brasil, assim como há muitos brasileiros que nasceram em outros lugares e escolheram morar em Roraima.

Importante o depoimento que V. Ex^a faz com relação a sua filha, porque mostra a qualidade do ensino, a dificuldade do ingresso, inclusive porque há uma seriedade no ingresso na Escola Técnica. E, depois, o sucesso que os alunos têm quando resolvem continuar os seus estudos no nível superior. E, se resolverem parar no nível profissionalizante, eles têm uma profissão garantida nos diversos ramos importantes para o Estado.

O Sr. Wirlande da Luz (PMDB – RR) – Só queria complementar com relação à minha filha, que fez um excelente curso, porque a Escola permitia isso. Ela saiu de lá para fazer vestibular e está-se formando em Direito no Ceub, aqui, no dia 5 de agosto. Então, isso é um motivo de felicidade, até porque não teve muita dificuldade, vindo de uma escola como a Escola Técnica Federal de Roraima, hoje Cefet.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Isso é um incentivo para os alunos do Cefet, nossa ex-Escola Técnica, mostrando, portanto, que o ensino é de qualidade. Mesmo saindo para fazer vestibular em outros Estados, seus alunos têm muito sucesso.

Concedo, com muito prazer também, um aparte ao Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Mozarildo, V. Ex^a é muito feliz ao fazer esse discurso elogiando a Escola Técnica, e tenho de prestar um testemunho aqui também. A minha filha Roberta também estudou na Escola Técnica e está fazendo Propaganda e *Marketing* no Rio de Janeiro. Ela não teve dificuldade, tendo sido aprovada no primeiro vestibular. E a minha sobrinha, Rebeca Botelho, ficou em terceiro lugar no vestibular de Direito, no ano passado, saindo direto da Escola Técnica para a Universidade Federal de Roraima. Aproveito também para agradecer novamente aos professores Edvaldo e Emanuel, ex-diretor, dizendo que a nossa Escola Técnica está elaborando um curso de Gestão em Unidades de Saúde, em nível técnico também. A propósito, nós, eu e o Mozarildo, contribuimos com uma emenda para que fosse implantado esse cur-

so. Essa unidade de ensino superior a que V. Ex^a está se referindo também é de uma emenda parlamentar, de Bancada. Ele está tentando retirar parte do dinheiro – creio que é um milhão e meio que ele quer retirar –, o que acredito ser justo para a Escola Técnica, porque ela é muito importante em Roraima.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Eu gostaria de afirmar também a minha confiança na equipe da Escola Técnica, em todos os níveis, e de cumprimentar V. Ex^a, porque quem fez o decreto autorizando a criação da Escola Técnica de Roraima foi V. Ex^a, assim como o da Universidade. Quero dizer que, em Roraima, existe um outro tipo de pessoa: além dos que nasceram lá e optaram por lá e dos que nasceram fora e optaram por viver lá, há os que foram feitos lá, nasceram fora e optaram por viver lá, grupo no qual me incluo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – V. Ex^a apenas nasceu no Espírito Santo – à época, o seu pai, que também era nosso colega médico, achou por bem que sua mãe fosse ter o primeiro parto no Espírito Santo –, V. Ex^a é roraimense legítimo.

Quero agradecer a V. Ex^a pelo aparte, em que também apresenta dois exemplos, o de sua filha e o de sua sobrinha, e dizer que existem centenas de exemplos já. Fico muito orgulhoso ao ver que...

(Interrupção do som.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) –...não só a Escola Técnica deu certo como evoluiu para ser um Centro Federal de Educação Tecnológica e, hoje, é um Cefet de qualidade.

Solicito ao Sr. Presidente que faça constar de meu pronunciamento os documentos aos quais fiz referência e, antes de encerrar, gostaria de cumprimentar o diretor do Cefet, Professor Edvaldo, todo o corpo docente, os técnicos administrativos e todos os alunos. A esses últimos aconselho que continuem estudando, pois a educação é, sem dúvida, o único caminho capaz de fazer com que as pessoas que pertencem às camadas sociais mais pobres ou medianas possam realmente ascender socialmente e colaborar para a mudança e a consolidação do nosso Estado.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

pos, Brabo de Carvalho, Elquisson Soares, João Divino, João Gilberto, Jorge Carone, José Melo, Plínio Martins, Raymundo Assis, Theodoro Mendes, Valmor Giavarina, Gastone Righi, Osmas da Silva e Amadeu Geara.

Sala da Comissão, 5 de abril de 1984 --
Leone Belém, Presidente — **Plínio Martins**, Relator

PARCEIR DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

I — Relatório

O projeto de lei sob exame desta Comissão objetiva autorizar o Poder Executivo a criar uma escola técnica federal, no município de Boa Vista, Território Federal de Roraima.

De acordo com o art. 2.º da proposição, o estabelecimento de ensino de que trata a matéria terá de 2.º grau destinados à formação de técnicos em agricultura, pecuária, economia doméstica, edificações, estradas e geologia.

O Autor destaca em sua justificativa que "Atualmente, os estudantes roraimenses enfrentam toda sorte de dificuldades para realizar seus estudos, pois são obrigados a se deslocarem para outros Estados como o Amazonas e o Pará, para cursarem instituições universitárias ou escolas técnicas existentes nessas Unidades Federadas, eis que em Roraima não existem tais estabelecimentos de ensino.

Todavia é evidente que sempre um elevado número de estudantes tem condições de frequentar universidades ou Instituições de ensino técnico no Amazonas e no Pará, em função das elevadas despesas decorrentes do transporte, hospedagem, alimentação, pagamento de anuidades escolares e outras."

Pela natureza da matéria a proposição foi distribuída às duntas Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura e de Finanças.

Pronunciando-se a respeito, o primeiro daqueles órgãos técnicos opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei n.º 2.219/83, nos termos do parecer do Relator.

Outra e esta Comissão de Constituição e Justiça, nos termos regimentais (3.º do art. 28, do Regulamento Interno) apreciar a matéria quanto ao mérito.

cola Ter... detal, a ser sediada em

2.ª Capital

Com essa medida, em médio prazo serão criadas as áreas mais carentes de desenvolvimento, podendo um substancial número de estudantes, ao invés de ausentarem os estudos, como ocorre atualmente, realizar curso técnico de grande importância para o progresso da região.

Em atendimento a determinação constitucional, a proposição prevê a fonte de custeio para as despesas com a instalação : Escola Técnica Federal de Roraima.

Sala das Sessões, 20 de setembro de 1983.
Mozarildo Cavalcanti.

PARCEIR DA COMISSÃO DE CONSTITUICAO E JUSTIÇA

I — Relatório

Tem por finalidade o Projeto n.º 2.219 autorizar o Poder Executivo a criar, em Roraima, no município de Boa Vista, uma escola Técnica Rural. Visa a escola, segundo o projeto, a formação de técnicos de 2.º grau em agricultura, pecuária, economia doméstica, edificações, estradas e geologia (artigos 1.º e 2.º). Prevê-sejam as despesas sustentadas pelo Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (artigo 3.º).

Considerações

Em sendo o projeto autorizativo não fere preceito da Lei Magna.

II — Voto do Relator

Assim relatado recomendo aos Ilustres Pais da Comissão de Constituição e Justiça ligarem o Projeto de Lei n.º 2.219/83 como substituição, jurídico e técnico dentro da técnica legislativa.

Sala das Sessões, 2.º de abril de 1984
Plínio Martins, Relator

III — Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião ordinária plenária realizada hoje, votou unanimemente pela constitucionalidade jurídica e técnica legislativa do Projeto de Lei n.º 2.219/83, nos termos do parecer de relator.

Fuiveram presentes os Senhores Deputados: **Leone Belém**, Presidente; **Georginho de Azevedo**, Vice-Presidente; **Armando de Moraes**, **Guilherme Hamilton**, **Roberto Nogueira**, **Oswaldo Jaleg**, **Otávio César**, **Rondon Pacheco**, **Alípio Cam-**

FROM : SENADOR

Mozarildo Cavalcanti

ALICATO: PHONE NO. : 085 2441354

JUN 29 2005 10:

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 2.219-A, de 1983

(Do Sr. Mozarildo Cavalcanti)

Justificação

O Território Federal de Roraima já contando com mais de duzentos mil habitantes e lutando para alcançar a emancipação, tem a necessidade urgente de instalação, em sua Capital, de uma Escola Técnica Federal, destinada à formação de técnicos de nível médio, para atuarem nas áreas mais carentes de um desenvolvimento acelerado.

Atualmente, os estudantes roraimenses enfrentam toda sorte de dificuldades para realizarem seus estudos, pois são obrigados a se deslocarem para outros Estados, como o Amazonas e o Pará para cursarem instituições universitárias ou escolas técnicas existentes nessas Unidades Federadas, eis que em Roraima não existem tais estabelecimentos de ensino.

Todavia é evidente que apenas um elevado número de estudantes tem condições de frequentar universidades ou Instituições de ensino técnico no Amazonas e no Pará em função das elevadas despesas decorrentes do transporte, hospedagem, alimentação, pagamento de anuidade escolares e outras.

Pois bem, para atender não só ao expressivo contingente estudantil já existente em Roraima, particularmente em sua Capital, Boa Vista, como também as necessidades desse Território Federal, que precisa inadiavelmente contar com o concurso de técnicos de nível médio em agropecuária, economia doméstica, edificações, estradas e geologia, impõe-se a imediata criação de

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Roraima; tendo por pareres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e, das Comissões de Educação e Cultura e de Finanças, pela aprovação.

(Projeto de Lei n.º 2.219, de 1983, a que se referem os parceres.)

O Congresso Nacional decretá:

Art. 1.º E o Poder Executivo autorizado a criar, no Município de Boa Vista, Território Federal de Roraima, uma Escola Técnica Federal.

Art. 2.º O Esclarecimento de Ensino criado por esta lei manterá cursos de 2.º grau destinados à formação de técnicos em agricultura, pecuária, economia doméstica, edificações, estradas e geologia.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), consignando-se no Orçamento da União, para os exercícios seguintes, as dotações necessárias ao funcionamento da Escola Técnica Federal a que alude o art. 1.º

Art. 4.º O Poder Executivo, ouvido o Ministério da Educação e Cultura, regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias de sua publicação.

Art. 5.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

O curso de Pedagogia, para formação de pessoal docente, também se faz indispensável.

Para melhoria do nível de vida e promoção social da população, é justificável o funcionamento de um curso de Serviço Social.

E o Relatório.

II — Voto do Relator

Esta nossa Comissão tem sido favorável à tramitação legislativa de projetos meramente autorgativos, como o presente.

Face ao exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do presente Projeto de Lei n.º 1.372, de 1983.

Sala da Comissão, 4 de agosto de 1983. —
GORGÔNIO NETO, Relator.

III — Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião de sua Turma "B" realizada hoje, opinou unanimente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei n.º 1.372/83, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Brabo de Carvalho, Vice-Presidente; Elquirson Soares, Osvaldo Melo, Jorge Carneiro, João Divino, Gomes da Silva, Hamilton Xavier, Guido Moesti, Leorne Basim, Raimundo Leite, Jutahy Júnior, Joacil Pereira, Gerson Pires, Theodoro Mendes, Egidio Ferreira Lima, João Gilberto, Valmor Chaves da, Gorgônio Neto, Antônio Dias, Dercilio Ayres, Jorge Medauar e Rondon Paesato.

Sala da Comissão, 4 de agosto de 1983. —
Brabo de Carvalho, Vice-Presidente no exercício da Presidência — Gorgônio Neto, Relator.

PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

I — Relatório

O presente projeto, de autoria do nobre Deputado Mozarildo Cavalcanti, autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Roraima, com sede na Capital do Território, a cidade de Boa Vista e cujo funcionamento englobará os cursos de Agronomia, Geologia, Economia, Administração, Pedagogia e Serviço Social.

A Comissão de Constituição e Justiça opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do

A vocação agropecuária da região, sua riqueza mineral, e a indústria de transformação justificam a implantação de cursos superiores nas áreas de Agronomia, Geologia, Economia e Administração.

O curso de Pedagogia, para formação de pessoal docente, também se faz indispensável.

Para melhoria do nível de vida e promoção social da população, é justificável o funcionamento de um curso de Serviço Social.

A Universidade Federal de Roraima terá assim a função de formar profissionais capacitados nas áreas científicas, tecnológicas e humanas, além do desempenho de seu papel no campo da pesquisa, com o que promoverá, com toda certeza, a exploração do imenso potencial de toda aquela rica região.

Ao apreciar este projeto de lei captamos com o apoio dos Ilustres membros do Congresso Nacional, apelo este indispensável à concretização da medida planejada.

Sala das Sessões, 31 de maio de 1983. —
MOZARILDO CAVALCANTI.

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

I — Relatório

A proposição tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Roraima, com sede e foro na cidade de Boa Vista, funcionando anualmente com os cursos de Agronomia, Geologia, Economia, Administração, Pedagogia e Serviço Social, regendo-se por Estatutos aprovados pelo Presidente da República.

A instalação da Universidade "dar-se-á a partir do momento em que haja dotação orçamentária específica e suficiente, que deverá ser prevista para o próximo exercício financeiro".

É declarado na Justificativa.

"Roraima conta com um alçado superior a trinta mil estudantes de 1.º e 2.º graus. Ressente-se, contudo, da inexistência de escolas de nível superior.

A vocação agropecuária da região, sua riqueza mineral, e a indústria de transformação justificam a implantação de cursos superiores nas áreas de Agronomia, Geologia, Economia e Administração.

respeito, da comunidade roraimense, uma experiência pessoal ali vivida, quando por duas oportunidades, estivemos em Boa Vista, dando cursos de treinamento e capacitação de recursos humanos, a primeira vez pela Universidade do Amazonas em programa voltado para pessoal da administração do território de nível superior e a segunda pela Escola de Serviço Público do Estado do Amazonas, para pessoal de nível médio, em ambos os casos através de convênios com o governo territorial.

II — Voto do Relator

Em face do exposto, pelo mérito e pertinência da matéria, manifestamo-nos pela sua aprovação.

Sala da Comissão, 19 de outubro de 1983. —
RANDOLFO BITTENCOURT, Relator.

III — Parecer da Comissão

A Comissão de Educação e Cultura, em sua reunião ordinária, realizada em 19 de outubro de 1983, opinou unanimemente pela aprovação do Projeto de Lei n.º 1.372/83, do Sr. Mozarildo Cavalcanti, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Roraima e dá outras providências", nos termos do parecer do Relator, Sr. Randolfo Bittencourt.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: João Faustino, Presidente; Hermes Zanetti, Vice-Presidente; Tobias Alves, Wail Ferraz, Luiz Dúci, Eraido Tinoco, Salvador Julianelli, Celso Pequena, Francisco Dias, Oly Faechin, Randolfo Bittencourt, Stélio Dias, João Bastos, Dionísio Hage e Walter Casanova.

Sala da Comissão, 19 de outubro de 1983. — João Faustino, Presidente — Randolfo Bittencourt, Relator.

projeto, nos termos do parecer do relator, Deputado Gorgônio Neto.

Justificando sua proposição, o Autor enfatiza que:

"Roraima conta com um alçado superior a trinta mil estudantes de 1.º e 2.º graus. Ressente-se, contudo, da inexistência de escolas de nível superior.

A vocação agropecuária da região, sua riqueza mineral, e a indústria de transformação justificam a implantação de cursos superiores nas áreas de Agronomia, Geologia, Economia e Administração.

O curso de Pedagogia, para formação de pessoal docente, também se faz indispensável.

Para melhoria do nível de vida e promoção social da população, é justificável o funcionamento de um curso de Serviço Social.

A Universidade Federal de Roraima terá assim a função de formar profissionais capacitados nas áreas científicas, tecnológicas e humanas, além do desempenho de seu papel no campo da pesquisa, com o que promoverá, com toda certeza, a exploração do imenso potencial de toda aquela rica região.

Por outro lado, desde fevereiro de 1980, a Presidência da República, vem providenciando, através de diversos decretos e medidas outras, a organização administrativa do Território, visando à criação de condições que possibilitem a ascensão de Roraima a categoria de Estado da Federação.

Finalmente, não poderíamos deixar de aduzir, no que pertine à carreira educacional e respectivas reivindicações a esse

Ao nos manifestarmos sobre o projeto em apreço, queremos aplaudir a iniciativa, visto objetivar a criação de uma escola técnica federal, destinada à formação de técnicos de nível médio, no Território Federal de Roraima, área das mais carentes de recursos humanos. Nesta região, encontramos as mesmas faixas de analfabetismo, os mais elevados índices de repetência e de evasão escolar do País.

II — Voto do Relator

A vista do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei n.º 2.219, de 1983, neste órgão técnico.

Sala da Comissão, 15 de agosto de 1984.
— João Hercúlio, Relator.

III — Parecer da Comissão

A Comissão de Educação e Cultura, em sua reunião ordinária, realizada em 15 de agosto de 1984, opinou, unanimemente, pela aprovação do Projeto de Lei n.º 2.219/83, do Sr. Mozarildo Cavalcanti, que "autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Roraima", nos termos do parecer do Relator, Deputado João Hercúlio.

Estiveram presentes os Senhores Deputados Rômulo Galvão, Presidente; Victor Faccioni e Dionísio Hage, Vice-Presidentes; Emílio Haddad, Irma Passoni, Francisco Dias, João Bastos, João Hercúlio, Raymundo Urbano, Casildo Maldaner, Celso Peçanha, Darcílio Ayres, Tobias Alves, Rita Furtado, Carlos Sant'Anna e Aldo Arantes.

Sala da Comissão, 15 de agosto de 1984.
— Rômulo Galvão, Presidente — João Hercúlio, Relator.

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS

I — Relatório

Em exame nesta Comissão de Finanças o Projeto de Lei n.º 2.219, de 1983, de autoria do nobre Deputado Mozarildo Caval-

canti, pretendendo autorizar o Poder Executivo a criar, no Município de Boa Vista, Território Federal de Roraima, uma Escola Técnica Federal.

Segundo o Projeto, a referida escola, a formação de técnicos em agricultura, criação de gado, economia doméstica, edificação de estradas e geologia.

Na Comissão de Constituição e Justiça o Projeto recebeu o reconhecimento em nome de sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Na Comissão de Educação e Cultura e Comissão do Mérito — a matéria foi aprovada por unanimidade, nos termos do parecer do Relator, Deputado João Hercúlio. Não há óbice para a aprovação do Projeto de Lei n.º 2.219/83, do aspecto financeiro, visto ser um projeto autorizativo.

II — Voto do Relator

Dado o exposto, opinamos pela aprovação da presente proposição nesta Comissão de Finanças.

Sala da Comissão, 19 de outubro de 1984.
— Jayme Santana, Relator.

III — Parecer da Comissão

A Comissão de Finanças, em reunião ordinária realizada no dia 7 de novembro de 1984, opinou, unanimemente, pela aprovação do Projeto de Lei n.º 2.219/83 — Sr. Mozarildo Cavalcanti — nos termos do parecer do relator, Deputado Jayme Santana.

Estiveram presentes os Senhores Deputados Luiz Leal, Presidente; Agnaldo Tadeu, Vice-Presidente; Sérgio Cruz, José Carlos Fagundes, Luiz Baccarini, Reinaldo Johnson, Nyder Barboza, Ibsen de Castro, Fernando Magalhães, Luiz Sefair e Wladimir de Luca.

Sala da Comissão, 7 de novembro de 1984.
— Luiz Leal, Presidente — Jayme Santana, Relator.

LEI Nº 7.518, DE 14 DE JULHO DE 1986

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Território Federal de Roraima.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar, no Município de Boa Vista, Território Federal de Roraima, uma Escola Técnica Federal.

Art. 2º O estabelecimento de ensino criado por esta lei manterá cursos de 2º Grau destinados à formação de técnicos em agricultura, pecuária, economia doméstica, edificações, estradas e geologia.

Art. 3º (Vetado).

Art. 4º O Poder Executivo, ouvido o Ministério da Educação, regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1986; 165º da Independência e 98º da República.

JOSÉ SARNEY

Jorge Bornhausen

CONHEÇA O CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE RORAIMA / CEFET-RR

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima, que no próximo dia 30 de junho completará 12 anos, foi implantado, inicialmente, como Escola Técnica, em 1986, começando suas atividades em 1987, atendendo a 175 alunos, em dois Cursos Técnicos: Eletrotécnica e Edificações.

Em 21 de dezembro de 1989, através do parecer nº 26/89, o Conselho Territorial de Educação – CTE /RR autoriza e reconhece a Escola Técnica de Roraima, aprova o seu Regimento Interno e as grades curriculares dos dois Cursos Técnicos, tornando válido todos os atos escolares anteriores ao regimento. Até o ano de 1993, esta Instituição funcionava nas instalações da Escola Técnica de Roraima.

Em 30 de junho desse ano, sob a Lei nº 8.670, publicada no Diário Oficial da União nº 123, de 1º de julho/93, foi criada a Escola Técnica Federal de Roraima. Integrante do Sistema Federal de Ensino, é uma entidade de natureza autárquica, possui organização administrativa, didática e patrimonial definidas em estatuto próprio, está vinculada ao Ministério da Educação, e é supervisionada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/SETEC.

A partir de 1994, a Escola Técnica Federal de Roraima, através do Programa de Expansão de Cursos, implanta o Curso Técnico em Agrimensura e Magistério em Educação Física, totalizando 17 turmas e 406 alunos. Além disso, com o objetivo de incentivar e preparar alunos para o Ensino Técnico, utilizar racionalmente o espaço físico existente e atender às necessidades emergenciais da comunidade foi implantado, através de processo seletivo, o Ensino Fundamental – de 5ª a 8ª séries – atendendo a 213 alunos distribuídos em 06 turmas, durante cinco anos. Gradativamente, de 1996 a 1999, essa modalidade de ensino foi extinta.

Em 1996, para atender às demandas emergentes de formação de mão de obra no estado e à solicitação da comunidade foram implantados os Cursos Técnicos em Turismo, em Hotelaria, e em Secretariado, através de sistema modular.

No ano de 1997, o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Média e Tecnológica, expede portarias de reconhecimento a 07 (sete) Cursos Técnicos, conforme descrição:

- Portarias MEC/SEMTEC Nº 145 e 146, de 19 de novembro, publicada no DOU Nº 227, do dia 24.11.97
Cursos Técnicos em Eletrotécnica e em Edificações;
- Portarias MEC/SEMTEC Nº 150,151,152,153 e 154, de 28 de novembro, publicada no DOU Nº 232, do dia 01.12.97.
Cursos Técnicos em Agrimensura, em Hotelaria, em Secretariado, em Turismo e Curso Magistério em Educação Física (este com Redação retificada e publicada no DOU Nº 27 do dia 09.02.98)

Dando continuidade ao Programa de Expansão de Cursos, e atendendo à Reforma da Educação Profissional, o CEFET-RR firmou, nos anos de 1997 e 1998, convênios de cooperação técnica com outras instituições, viabilizando, assim, a implantação de novos cursos, a exemplo do Curso Técnico em Enfermagem (Portaria MEC / SEMTEC N°34 de 23/06/98), resultado do convênio entre este estabelecimento de ensino e o Governo do Estado de Roraima, através da Secretaria Estadual de Saúde –SESAU. Sob esse mesmo aspecto, mas com características próprias, deu-se a assinatura do convênio com o SEBRAE / RR, Imobiliária Santa Cecília e Dori Empreendimentos, oportunizando a instalação do Curso Técnico em Transações Imobiliárias (Portaria MEC / SEMTEC N°02 de 10/02/99, publicada no DOU nº 30/12/99). Também resultante de convênio – CEFET-RR e SINSERR- Sindicato das Secretarias do Estado de Roraima – implantou-se o Curso Técnico em Secretariado.

No biênio 2000/2002, o quadro de ofertas de Cursos Técnicos foi ampliado com a implantação de três novos: Eletrônica, Recreação e Lazer e Informática. Procurando alcançar a sua missão – ***desenvolver Educação de Qualidade, promovendo o ensino, a pesquisa científica e tecnológica e a extensão, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país*** – o CEFET-RR colabora na construção de um estado em franca expansão e com necessidade de mão-de-obra especializada. Assim, justifica-se a implantação do Curso Técnico em Segurança no Trabalho, no ano de 2003, resultante da assinatura do convênio com o Governo do Estado de Roraima através do Corpo de Bombeiros Militar

Para que esta Instituição apresentasse plenas condições de funcionamento, foram necessárias a reestruturação do espaço físico e a construção de novas instalações. Em uma área de terreno correspondente a 70.757,42 m², este Centro conta com um bloco administrativo, três portarias, uma biblioteca, um auditório com capacidade para 200 pessoas, 27 salas administrativas, 23 salas de aula, 27 laboratórios, uma casa de apoio, um consultório médico-odontológico, salas de serviços de apoio, dois ginásios poliesportivos, piscina semi-olímpica, campo de futebol, pista de atletismo, 03 baterias de banheiros, áreas de estacionamento para servidores e alunos, além de garagens para os veículos oficiais. A área construída de 31.400,32 m² - coberta e descoberta - corresponde a 44,38%; estes somados à área urbanizada de 39.357,10 m² perfazem o total da área do terreno.

Na busca do aprimoramento de seus profissionais oriundos, na sua maioria do ex-Território Federal de Roraima, o grupo de gestão do CEFET-RR tem investido maciçamente na capacitação de recursos humanos, atingindo a totalidade de seus servidores desde as suplências de Ensino Fundamental e Médio, Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado. O quadro de pessoal do CEFET-RR é constituído de 253 servidores, sendo 134 docentes entre efetivos e substitutos e 119 técnico-administrativos.

Com a transformação desta Instituição em CEFET-RR – Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima, através de Decreto Presidencial de 13 de novembro de 2002 (publicado no D.O.U. nº. 221, seção 1, 14/11/2002), a comunidade interna prepara-se para fazer valer o princípio da verticalização da Educação Profissional, oferecendo cursos profissionalizantes em nível básico, técnico e superior.

O vestibular para o primeiro Curso Superior -Tecnólogo em Turismo - para o qual a Comissão do MEC, em visita à Instituição, emitiu um parecer favorável de funcionamento com conceito B, aconteceu em 29 de junho de 2003. Neste mesmo ano, em dezembro, realizou-se o vestibular para o Curso de Formação para professores da Educação Básica Licenciatura Plena em Educação Física . Um ano depois o Conselho Diretor deste Centro aprovou a implantação do Curso Superior Tecnólogo em Desenvolvimento de Sistemas e aconteceu o vestibular em Dezembro de 2004, para que os alunos ingressassem no primeiro semestre de 2005.

Hoje, o CEFET-RR atende, só nos Cursos de Educação Formal, a um total de 1938 alunos, assim distribuídos:

Ensino Médio:	596 alunos (65 turmas)
EJA	: 70 alunos (02 turmas)
Ensino Técnico:	1.005 alunos (36 turmas)
Ensino Superior:	151 (05 turmas de Licenciatura)
	116 (04 turmas de Tecnólogos)

Perfeitamente inserido no contexto local e regional, o CEFET-RR é um centro de referência educacional e que vem contribuindo há 12 anos para o processo de desenvolvimento do Estado, quando promove a inclusão social de jovens e adultos através das ações de formação profissional (EJA), cursos de atualização, atividades de extensão (CEFET Comunidade) e atendimento de pessoas portadoras de necessidades especiais através da implementação de programas específicos para esse fim, como o TEC-NEP, além do desenvolvimento de projetos de integração com o setor produtivo, a sociedade organizada e a comunidade em geral (Projeto Melhor Idade) .

Texto: Sandra Dias Botelho
Fonte: Relatório de Gestão / 2004 – DAPLAN

----- INSTITUIÇÃO -----

C E F E T R R

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima foi implantado, inicialmente, como Escola Técnica, em 1986, começando suas atividades em 1987 somente com dois Cursos Técnicos: Eletrotécnica, atendendo 105 alunos; e Edificações com 70 alunos.

Em 21 de dezembro de 1989, o Conselho Territorial de Educação – CTE /RR de Roraima, aprova o seu Regimento Interno dos Cursos Técnicos, tornando válido todos os atos anteriores. Até o ano de 1993, esta Instituição funcionava nas instalações da Escola Técnica de Roraima.

Em 30 de junho desse ano, sob a Lei nº 3.679, publicada no Diário Oficial da União nº 123, de 1º de julho/93, foi criada a Escola Técnica Federal de Roraima. Integrante do Sistema Federal de Ensino, é uma entidade de natureza autárquica, possui organização administrativa, didática e patrimonial definidas em estatuto próprio, está vinculada ao Ministério da Educação, e é supervisionada pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica/SEMTEC.

A partir de 1994, a Escola Técnica Federal de Roraima, através do Programa de Expansão de Cursos, implanta o Curso Técnico em Agrimensura e Magistério em Educação Física, totalizando 17 turmas e 406 alunos. Além disso, com o objetivo de incentivar e preparar alunos para o Ensino Técnico, utilizar racionalmente o espaço físico existente e atender às necessidades emergenciais da comunidade foi implantado, através de processo seletivo, o ensino fundamental – de 5ª a 8ª séries – atendendo a 213 alunos distribuídos em 06 turmas, durante cinco anos. Gradativamente, de 1996 a 1999, essa modalidade de ensino foi extinta.

Em 1996, para atender às demandas emergentes de formação de mão de obra no estado e à solicitação da comunidade foram implantados os Cursos Técnicos em Turismo, em Hotelaria, e em Secretariado, através de sistema modular.

No ano de 1997, o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Média e Tecnológica, expede portarias de reconhecimento a 07 (sete) Cursos Técnicos, conforme descrição:

- Portarias MEC/SEMTEC Nº 145 e 146, de 19 de novembro, publicada no DOU Nº 227, do dia 24.11.97
Curso Técnico em Eletrotécnica e Curso Técnico em Edificações;
- Portarias MEC/SEMTEC Nº 150,151,152,153 e 154, de 28 de novembro, publicada no DOU Nº 232, do dia 01.12.97.

Cursos Técnicos em Agrimensura, em Hotelaria, em Secretariado, em Turismo e Curso Magistério em Educação Física (com Redação retificada e publicada no DOU Nº 27 do dia 09.02.98)

Dando continuidade ao Programa de Expansão de Cursos, e atendendo à Reforma da Educação Profissional, o CEFET-RR firmou, nos anos de 1997 e 1998, convênios de cooperação técnica com outras instituições, viabilizando, assim, a implantação de novos cursos, a exemplo do Curso Técnico em Enfermagem (Portaria MEC / SEMTEC Nº34 de 23/06/98) , resultado do convênio entre este

estabelecimento de ensino e o Governo do Estado de Roraima, através da Secretaria Estadual de Saúde –SESAU. Sob esse mesmo aspecto, mas com características próprias, deu-se a assinatura do convênio com o SEBRAE / RR, Imobiliária Santa Cecília e Dori Empreendimentos, oportunizando a instalação do Curso Técnico em Transações Imobiliárias (Portaria MEC / SEMTEC Nº02 de 10/02/99, publicada no DOU nº 30/12/99). Também resultante de convênio – CEFET-RR e SINSERR- Sindicato das Secretarias do Estado de Roraima – implantou-se o Curso Técnico em Secretariado.

No biênio 2000/2002, o quadro de ofertas de Cursos Técnicos foi ampliado com a implantação de três novos: Eletrônica, Recreação e Lazer e Informática. Procurando alcançar a sua missão – desenvolver Educação de Qualidade, promovendo o ensino, a pesquisa científica e tecnológica e a extensão, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país – o CEFET-RR colabora na construção de um estado em franca expansão e com necessidade de mão-de-obra especializada. Assim, justifica-se a implantação do Curso Técnico em Segurança no Trabalho, no ano de 2003, resultante da assinatura do convênio com o Governo do Estado de Roraima através do Corpo de Bombeiros Militar

Para que a escola apresentasse plenas condições de funcionamento, foram necessárias a reestruturação do espaço físico e a construção de novas instalações. Hoje, este Centro conta com um bloco administrativo, duas portarias, uma biblioteca, um auditório com capacidade para 200 pessoas, 27 salas administrativas, 30 salas de aula, 27 laboratórios, um alojamento, um consultório médico-odontológico, salas de serviços de apoio, dois ginásios poliesportivos, piscina semi-olímpica, campo de futebol, pista de atletismo, 03 baterias de banheiros, além de áreas de estacionamento e garagens para veículos da Instituição, perfazendo uma área construída de 25.177,57m², o que corresponde a 35,60% do total da área do terreno.

Na busca do aprimoramento de seus profissionais oriundos, na sua maioria do ex-Território Federal de Roraima, o grupo de gestão do CEFET-RR tem investindo maciçamente na capacitação de recursos humanos, atingindo a totalidade de seus servidores desde as suplências de Ensino Fundamental e Médio, Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado.

O quadro de pessoal do CEFET-RR é constituído de 225 servidores, sendo 113 docentes e 112 técnico-administrativos, atendendo aproximadamente a 2000 alunos no Ensino Médio e nos Cursos Técnicos. No que se refere à área de Educação Profissional em nível básico, a Instituição atendeu, no ano de 2002, em diversas áreas a 1562 alunos, sendo que o Curso de Montagem e Manutenção de Computadores (640 alunos), o de Espanhol I,II, III e IV (141 alunos) e o de Secretariado e Contabilidade em Informática (113 alunos) foram os mais procurados.

Com a transformação desta Instituição em CEFET-RR – Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima, através de Decreto Presidencial de 13 de novembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União no dia subsequente, a comunidade interna prepara-se para fazer valer o princípio da verticalização da Educação Profissional, oferecendo cursos profissionalizantes em nível básico, técnico e superior.

O primeiro Curso Superior será o de Tecnólogo em Turismo, para o qual a Comissão do MEC, em visita à Instituição, emitiu um parecer favorável de funcionamento com conceito B, e cujo primeiro vestibular acontece em 29 de junho de 2003.

E assim, em tão curto espaço de existência implanta-se, acima //

da linha do Equador, uma Instituição de Educação Profissional, que, com somente 10 anos, já conta com uma história de sucesso, sendo um centro de referência educacional dentro e fora do Estado de Roraima, procurando atender às necessidades locais no que concerne à qualificação e requalificação profissional.

Atualmente, o CEFET-RR atende a aproximadamente 2000 alunos na Educação Básica – Ensino Médio e diversas áreas da Educação, a saber:

Área de Geomática: Técnico em Agrimensura

Área de Construção Civil: Técnico em Edificações

Área da Indústria: Técnico em eletrotécnica e Eletrônica

Área de Comércio: Técnico em Transações Imobiliárias.

Área de Gestão: Técnico em Secretariado

Área de Informática: Técnico em Informática

Área de Turismo e Hospedagem: Técnico em Turismo e Superior de Tecnologia em Turismo

Área de Saúde: Técnico em Enfermagem (programa PROFAE), Laboratório, Segurança do trabalho e Radiologia.

Área de Lazer e Desenvolvimento Social: Técnico em Recreação e Lazer

Área de Formação de Professores: Curso para Formação do professor de Educação Básica – Nível Superior -Licenciatura Plena em Educação Física

Texto: Sandra Dias Botelho

Fonte: Relatórios Anuais –DAPLAN /COPLAN / Plano Institucional– DIREN



Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelos Srs. Edison Lobão e Alvaro Dias, Suplente de Secretário, sucessivamente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti. Aliás, a Bancada de Roraima está hoje integralmente presente à sessão.

Com a palavra o Senador Pedro Simon, regularmente inscrito.

S. Ex^a tem 15 minutos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, estamos sendo convocados para, na terça-feira, votarmos o Orçamento, a Lei de Diretrizes. Não sei se, a esta altura em que vivemos dias realmente complicados e difíceis, estamos saindo de recesso ou não. Aliás, nunca vi, nos últimos dias de uma legislatura, funcionarem quatro ou cinco comissões parlamentares de inquérito e tantas notícias desabonadoras, infelizmente confirmadas, se repetirem.

Acredito que os brasileiros, como eu, não são daqueles que acham que quanto pior melhor. Faço política há muito tempo – lá se vão mais de cinquenta anos –, e o meu estilo sempre foi o de ajudar, colaborar, lutar para que as coisas dessem certo.

Deus me deu a felicidade de ter como mestre uma figura desconhecida, mas das mais extraordinárias da política brasileira, que é o Senador Alberto Pasqualini*, um homem, um santo, que publicou suas obras preocupado com a realidade do mundo. Já àquela época, quando ele começou, em 1947, colocava-se contra o capitalismo e contra o comunismo e falava no solidarismo, num movimento social comunitário no qual a base seria o povo – povo esse que poderia até ser detentor dos meios de produção, mas toda propriedade teria uma hipoteca social: em primeiro lugar, estaria o homem, com direito ao trabalho e, como fruto desse trabalho, o direito a viver com dignidade, ele, sua mulher, sua família.

Como estudante, lá na Junta Governativa da União Nacional dos Estudantes, como Vereador, como Deputado, como Governador, como Ministro e como Senador, aprendi a lutar por um Brasil melhor: para mim, o importante sempre foi cada um fazer a sua parte com o objetivo de buscar uma sociedade melhor.

Digo aqui mais uma vez: nunca o Brasil entregou com tanta esperança o seu destino nas mãos de um homem como entregou nas mãos de Lula. A vitória de Lula foi esmagadora nas urnas, embora ele tivesse a

seu lado na disputa um grande companheiro, que é o Serra. Terminada a eleição, duvido que houvesse algum eleitor do Serra que não torcesse para que o Lula desse certo. Ele representava os anseios da Nação, uma Nação que já tinha tido um ditador civil durante quinze anos, que foi Getúlio Vargas; que tinha tido vinte anos de ditadura militar com cinco generais; que já tinha apostado num homem que parecia ser um gênio, que era Jânio Quadros, mas que era um louco que renunciou sete meses depois de assumir o poder; que depois da ditadura tinha torcido e apostado num jovem que aparecia como o grande salvador da pátria, Fernando Collor de Mello, que foi cassado pouco tempo depois; que jogou todo o seu destino na figura de Tancredo Neves, que, na véspera de assumir, infelizmente, morreu; que jogou a sua expectativa naquele intelectual considerado o homem mais culto e mais capaz culturalmente no Brasil, Fernando Henrique Cardoso, que também não deu a resposta que nós esperávamos.

Finda a eleição, ali estava o retirante do Nordeste, que foi salvo pelas mãos de Deus de morrer antes de completar um ano de idade; a criança que o pai abandonara com a mãe e mais sete filhos; criança que, num pau-de-arara, foi com a mãe e os sete irmãos para uma floresta imensa de edifícios, que é São Paulo. Lá, na luta pela vida, passou por várias profissões – de engraxate a não sei mais o quê –, conseguiu um curso de mecânico no SESI e trabalhou na fábrica. E trabalhando na fábrica, mecânico de dia-a-dia, perdendo um dedo inclusive, transformou-se em líder sindical; de líder sindical, se transformou no maior líder sindical, que confrontou o regime militar com os trabalhadores.

Ele e muitos formaram um partido constituído de trabalhadores. Pela primeira vez no mundo, um partido de trabalhadores. Tem o Partido Trabalhista inglês, partidos socialistas em vários lugares, mas, de trabalhadores, foi o PT, no Brasil.

E, durante 25 anos, esse Partido se transformou, cresceu e avançou, porque os seus representantes se transformavam praticamente em apóstolos de uma causa. Lembro-me do PT começando no Rio Grande do Sul, com os filiados dando uma grande parte do seu salário para o seu Partido. E em tudo que era lugar, em tudo que era canto, em tudo que era greve, enfim, em tudo que era movimento lá estavam eles, com sua voz dura, combatendo as coisas erradas. Às vezes, mesmo na dúvida, eram homens radicais contra o erro e contra os equívocos.

No meu Governo, sofri com os quatro primeiros Deputados que o PT tinha na Assembléia do Rio Grande do Sul. Eles estavam junto com os professores, em

uma greve que durou não sei quanto tempo, na frente do Palácio; também invadiram cerca de 80 mil moradias que estavam anos e anos paradas, sem que fossem completadas. E eu, como Governador, tinha conseguido que terminaria a construção daquelas moradias em seis meses. Mas eles fizeram uma verdadeira revolução: colocaram 80 mil pessoas naquelas propriedades. Levei um tempo enorme só para legitimar, porque, na verdade, não podia mais tirá-los de lá.

Enfim, eles eram duros e chegaram no Governo. Não há dúvida de que o Brasil todo aguardava a “Hora do Brasil” – chegou, a nossa vez! O Brasil, agora, com os problemas sociais sendo enfrentados de frente, o Governo enfrentando a dívida externa, exigindo a diminuição dos juros, com o dinheiro voltado para o social, para a educação, haveremos de ter o grande Brasil que todos sonhávamos.

Havia algumas dúvidas e alguns medos. Havia aqueles que tinham medo de que a reforma agrária seria muito radical e exagerada, que poderia haver um conflito entre os trabalhadores sem terra e os proprietários. Havia aqueles que tinham medo de que o Governo ia enfrentar os empresários, de tal modo que os empresários poderiam sair do País. Havia aqueles que tinham medo de que, conforme diziam na campanha, os banqueiros enfrentassem um regime muito duro e muito árduo, porque os juros cairiam a sua proporção natural.

Mas nada disso aconteceu. O Governo continuou a política neoliberal do Sr. Fernando Henrique Cardoso. Para Presidente do Banco Central, nós, que criticávamos muito a figura de Armínio Fraga, Presidente do Banco Central de Fernando Henrique Cardoso, porque ele era o homem que era empregado do maior aplicador de dinheiro do mundo, vinha para Presidente do Banco Central o único Presidente do Banco de Boston, o Presidente mundial do Banco de Boston estrangeiro. E as coisas foram andando. Mas o que não imaginávamos nunca é que este Governo seria atingido no ético. Não imaginávamos nunca que este Governo seria atingido na postura de sua organização política. E é o que está acontecendo. E é o que está acontecendo dia após dia.

O primeiro equívoco do Presidente Lula – e falei para Sua Excelência, pessoalmente, antes de assumir, como amigo e como irmão: Lula, você é a pessoa mais extraordinária da História do Brasil. Não houve, na História do Brasil, um momento como este em que o Brasil todo olha para ti, torce para ti. Escolha um Ministério de gabarito; escolha os melhores, Lula! Tu não estás restrito a teu Partido. Tu és muito maior do que teu Partido. Faça um Governo de união e entendimento nacional para que possamos avançar.

Minha primeira mágoa foi o Ministério, aumentou de 20 para 30 e tanto; e 19 eram companheiros que tinham perdido eleição para Governador, para Vice-Governador, para Senador. Essa não era a melhor forma de escolher o Ministério, ainda que as pessoas fossem as melhores. A melhor composição para o Ministério era aquela que eu propunha: escolher os maiores, os mais capazes e, como eu dizia, até porque hoje a Igreja é praticamente PT, a universidade, os intelectuais são praticamente PT, empresários tem PT por tudo que lado, é só escolher os mais capazes.

Apareceram as primeiras interrogações; apareceu o Sr. Waldomiro.

Fizemos aqui um pedido para constituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Lá já se vão quase dois anos, ainda era início do Governo, aqui o Presidente José Sarney foi atrás dos Líderes da maioria, do PT, do PMDB, do PTB, não sei lá mais quem. Decidiram não constituir a CPI. Não vamos indicar nome e ela não sairá. Só sai CPI quando nós quisermos. E o Presidente Sarney, que tinha a obrigação de nomear quando os Líderes não nomeassem, arquivou. E há um ano e meio, o assunto foi ao Supremo para que o Supremo decidisse. Anteontem, ela foi constituída.

Só que o tempo que passou para ser constituída foi responsável por esta série de irregularidades: apareceu o Sr. Jefferson, apareceu uma série de problemas, uma série de interrogações. Assim, ao invés de ter uma CPI que seria modelo, porque, se existisse, se fosse criada, teria servido de exemplo para que as pessoas se cuidassem e tomassem cuidado. No entanto, houve um abrir portas, e, hoje, estão aí os problemas.

Ontem, na CPI, quando vi os membros da Liderança do Governo, dos Partidos que apóiam o Governo querendo botar o Deputado Jefferson contra a parede, querendo buscar nele coisas erradas, equívocos, o que era, o que não era, como era a sua vida ou coisa passada, disse: olha, meus amigos, estamos errados. Aqui, nesta CPI, a figura do Deputado Jefferson não é o réu. Quem tem que buscar, cobrar, ver a vida do Sr. Jefferson é a Comissão de Ética da Câmara, que já está fazendo. Aqui, o Sr. Jefferson é um colaborador, é uma testemunha, que deve ser olhada com muito respeito. E o que devíamos fazer é estimular o Sr. Jefferson para que ele conte tudo o que sabe, para que ele diga tudo o que sabe.

Lembrou-se na CPI, inclusive, que a legislação americana e a européia, nos grandes e mais graves casos, quando quer descobrir uma quadrilha determinada ou a máfia, na Itália, buscaram dentro da própria quadrilha alguém que lhes dê auxílio, colaboração e informações e se faz uma negociação com essa pessoa para que possa fornecer auxílio e informações e,

em compensação, ter diminuída a sua pena. A verdade é que o Sr. Jefferson, na Folha de S. Paulo de ontem, disse que havia irregularidades muito sérias em Furnas. E, ontem à tarde, o Presidente afasta os três diretores de Furnas. A verdade é que o Deputado Jefferson, ontem, às 7 horas, na Comissão, dizia que, além do dinheiro que o homem da empresa de publicidade de Minas Gerais retirava do Banco Rural em Minas Gerais, também a sede do Banco Rural aqui em Brasília, no 9º andar de um shopping, era muito visitada e também saía dinheiro.

O Jornal Nacional de ontem confirmava que isso realmente estava acontecendo e que, realmente, no 9º andar, as pessoas iam buscar parte do seu “mensalão”.

Então, o que está acontecendo é que as coisas que ele fala estão sendo confirmadas. Então, o que está acontecendo é que o Governo deve imediatamente entrar em ação, e não aquilo que está fazendo. O Governo errou no início. Errou quando fez uma aliança com o PTB, com o PP, com o Partido Liberal, e as bancadas desses Partidos duplicaram, porque o PT foi buscar nas outras bancadas, e não botou no PT para deixar o Partido a salvo, mas botou nos partidos asseclas. E agora sabemos como foi que aconteceu, como ele conseguiu aquela maioria e no que deu.

Agora quer fazer uma aproximação com o PMDB, que, no seu todo, diz o seguinte: “Nós vamos apoiar o Governo. Nós queremos dar apoio ao Governo. Nós garantimos a governabilidade do Governo. Nós vamos votar com o Governo. Só achamos que não devemos participar do Governo.” É uma das raras ocasiões em que o PMDB, às vezes um Partido doido por cargos, entende a posição. E, em vez de o Governo entender que o PMDB não quer cargos, mas dá o apoio – e o apoio é total –, e buscar um acordo com a sociedade, trazendo, como trouxe, um Ministro da Agricultura nota 10, um Ministro da Exportação nota 10, um Ministro das Relações Exteriores nota 10, a Drª Dilma, nomeada Chefe da Casa Civil, que é nota 10, o Governo rompe com o Partido e dá um chá de banco no Presidente do PMDB. Lula procurou Renan Calheiros e José Sarney que não me parecem ser os mais indicados para representar o PMDB.

Não é por aí! Não se despreza um Partido no seu todo, que quer o entendimento, quer está com ele, quer apoiá-lo, para buscar uma minoria eventual que, para cada votação, terá de novo de fazer as emendas tais, o favor tal e a coisa tal. Não é assim! Errou quando foi dobrar os partidos e ter uma maioria composta de eventuais. Erra agora ao querer fazer uma composição com um pedaço do PMDB.

Fernando Henrique errou realmente quando fez essas coisas, e o Lula não pode fazer o mesmo. Ele tem diante de si um tempo, mas esse tempo está chegando ao seu limite.

Hoje, a sociedade diz: “Mas o Lula é um homem de bem!” A sociedade nos pergunta com ansiedade: “Senador, e o Presidente Lula? Ele é um homem bom, não é?” Eu digo: “Ele é um homem bom.” Eles perguntam: “Ele não sabe dessas coisas, não é Senador Simon?” Eu digo: “Ele não sabe”. Mas, daqui a pouco, não dará mais para repetir isso.

Quando os Senadores foram anteontem à frente do Senado acalmar a multidão que queria avançar, e um Líder eminente e ilustre do PT foi falar, o povo respondeu: “Fora, Lula!”. É um exemplo daquilo que nós não queremos.

O Lula tem diante de si a responsabilidade de terminar o seu Governo, que poderá terminar na reeleição, mas poderá terminar no vazio. E esse Governo tem que ser um governo com choque ético, mas um choque para valer.

O que ele está esperando para demitir o Ministro da Previdência? Tem uma Comissão de Ética no Governo que, por três vezes, disse que ele não pode ficar, não aceita as justificativas dadas por ele. Está no Supremo Tribunal Federal um processo contra ele e outro processo contra o Presidente do Banco Central. O Presidente do Banco Central está com sua vida toda se esvaindo na frente do Tribunal; estão investigando suas contas, sua correspondência, sua vida. E esse homem está na Presidência do Banco Central.

O Presidente Lula tem que fazer um limpa nisso. Ele tem que fazer o que fez na Chefia da Casa Civil, onde colocou uma mulher séria, uma tocadora de obra, porque alguém precisa tocar o Governo. Ela faz isso. Colocou ao seu lado – porque ela não é de política – alguém que tem capacidade de fazer a costura política. Não se pode mexer na costura política com o Governo andando. E ele fala bem. O Governo acertou, embora – lamento – não tenha deixado o Procurador que lá estava, o melhor homem neste País, mas colocou o segundo, um homem da mesma qualidade. Estavam pressionando para que fosse indicado um acomodador, que nem o Sr. Brindeiro, mas o Presidente Lula não aceitou. Ele apresentou o nome daquele que foi indicado pelo Procurador, um homem responsável.

Eu, se fosse ele, convidava o ex-Procurador para o Palácio, porque é o tipo de homem sério, santo, digno e correto, que poderia estar ali a sua direita, onde estava Frei Beto, para orientá-lo, ajudá-lo e colaborar com ele.

Faça isto, Presidente Lula, dê um choque ético, um choque de moralidade, um choque de seriedade.

Faça transformações profundas, modifique. Não precisa dizer que errou, mas pode dizer “vou mudar”, e faça aquilo que a Nação está esperando.

Tenho certeza de que ele terá o apoio da maioria deste Congresso, porque o Congresso terá contra si o povo, que cobrará de nós as atitudes necessárias para que o Governo possa avançar. É isso que se espera do Presidente Lula. É essa a sua biografia, é essa a sua história. Fazendo isso, por mais que fale, o Deputado Roberto Jefferson será passado, porque o futuro está em suas mãos, Presidente Lula, o seu futuro e o futuro do Brasil.

Digo isto com profunda convicção. Rezo, permanentemente, para que Deus abençoe o Lula, para que Deus lhe dê a visão do Brasil, para que Deus o faça retornar aos caminhos da sua caminhada: desde quando veio em um pau-de-arara de Pernambuco para São Paulo, desde suas lutas fantásticas e históricas, desde a sua vitória memorável. Que ele entenda que as viagens no seu avião especial que faz pelo mundo, que os tapetes vermelhos que o recebem, que a multidão que o aplaude, que ser um nome internacional, tudo isso, é passagem. Há um momento em que isso passa. O que fica é o que ele faz de concreto, de objetivo, de real.

Se, neste momento, fôssemos dizer o que foi o Governo Lula, seríamos obrigados a dizer que, na realidade, sob os aspectos econômico e social, foi uma continuidade do Governo Fernando Henrique. Não houve um fato distensor, não houve um movimento real nem no campo ético nem no campo social nem no campo moral e nem no tempo do patriotismo.

Que o Lula tenha a coragem de se unir, de chamar companheiros seus ou não, que traga o Frei Beto de volta.

Estávamos numa missa do nosso grupo, e o Frei Beto estava presente. Depois do sermão, ele disse algumas palavras e comunicou-nos que tinha deixado o Palácio, que continuava muito amigo do Lula, tinha muito carinho pelo Lula, mas razões especiais o fizeram afastar-se. E eu, numa atitude fora do normal para um missa, disse: “O senhor fez muito mal, o senhor não poderia ter saído. O que está acontecendo é que as pessoas que queremos que fiquem saem, e as pessoas que queremos que saiam ficam”. Na verdade, era o que eu pensava: ou volta o Frei Beto ou coloca-se alguém que lhe diga as coisas que estão equivocadas, equívocos feitos e que devem terminar.

Que o Presidente Lula volte a ser o Lula! Que o Presidente Lula volte a ser o velho companheiro do Brasil! Que o companheiro Lula volte a somar à expectativa e a esperança do Brasil! Que o compa-

nhêiro Lula possa fazer um Governo à altura do que esperávamos!

Sabemos que o milagre não é possível. Sabemos que o Fome Zero não será realizado do dia para a noite, mas o Brasil tem todas as condições.

O Lula, que internacionalmente é nota 10, fez bem quando se aproximou da China, da Índia, da África do Sul, porque, realmente, esses serão parceiros para o mundo que está aí. Serão o Brasil, a Índia e a China que haverão de ocupar os seus espaços na grande sociedade internacional. O Brasil, pelo seu tamanho, pelo seu povo, pelas suas riquezas, as maiores reservas de terras agricultáveis do mundo, as maiores reservas de água doce do mundo, as maiores reservas minerais do mundo, as maiores reservas florestais do mundo, e um povo de paz, um povo tranqüilo, um povo que deseja e torce para que o Presidente assuma o comando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Senador Alberto Silva, Conselheiro da República.

Em seguida, falará o Senador Ney Suassuna, como Líder.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, acabamos de ouvir aqui uma pregação. Não sei como classificaria o nosso companheiro que acabou de deixar a tribuna e que é meu companheiro de muitos anos. Estivemos aqui na outra Legislatura e assistimos a tudo que aconteceu. À época de Tancredo, éramos muito menos, talvez 45 ou 48. Sobravam lugares aqui.

Simon sempre foi aquele homem sofrido – nós o conhecemos, éramos vizinhos –, mas era sempre o Simon. Rendo as minhas homenagens a esse brasileiro que fala uma linguagem de peito aberto para o Brasil. E sigo na trilha de S. Ex^a, porque somos companheiros aqui, da mesma maneira.

Presidente Lula, ouça o que disse Simon. Ou permita-me, já que sou mais antigo e posso dizer: “Presidente Lula, é a hora e a vez! O Brasil está esperando”. Já disse aqui duas vezes: assumo o comando, Presidente! Nesta Casa e na outra Casa, Vossa Excelência tem apoio. O povo brasileiro, os 55 milhões que avalizaram a sua presença no Palácio do Planalto estão esperando. Pode até ser menos, mas estão esperando.

E o que podemos fazer aqui? Podemos ajudá-lo. A maioria de nós aqui presentes já teve a caneta de Governador na mão. Eu a tive por quatro vezes, duas como Governador, duas como Prefeito e ainda a segunda como Senador. Como Alvaro Dias também, fomos companheiros da outra vez. S. Ex^a era tão jovem, que quase não o reconheço agora, e está mais jovem ainda, com voz firme, posições firmes.

Mas o que queria dizer é que há remédio. O Brasil é viável, pelo amor Deus! Como não, com um povo desse, com um povo bom, que está sempre pronto para ajudar?! Mesmo desempregado, mesmo sofrendo, o povo é bom. Está esperando apenas que o comandante diga qual é o caminho. E o caminho seguramente não é aquele.

Simon disse uma verdade: agora, a seu lado, Sua Excelência colocou uma companheira. Eu a conheci pouco, mas, pela conversa que tive com a Ministra Dilma, senti que, do lado do Presidente Lula, há uma companheira, uma Ministra decidida, competente e capaz. Estou preparando um documento para levar a S. Ex^a, se Deus quiser. Estou combinando com a equipe do meu Partido para irmos lá, porque, afinal de contas, o discurso é bom. Mas, além do discurso, o que podemos oferecer para que você, Lula – permita-me, Presidente Lula –, toque este País para frente já?

Querem ver? A economia do País está pendurada nos pneumáticos de dois milhões de carretas. Preferimos, em vez da estrada de ferro, a rodovia. São milhares de quilômetros de estradas asfaltadas, mas o asfalto envelhece e, quando envelhece, quebra aos pedaços.

No Governo passado – e digo isso com toda a segurança, não quero fazer qualquer tipo de crítica –, propus o que propus também ao Governo Lula: um plano de recuperação das estradas. Sinto que, neste momento, o prejuízo que o povo está tendo por causa das estradas é tão grande ou maior que aquele advindo de juros e do pagamento da dívida, que, naturalmente, deveria ser revisto.

Outro dia, aqui, o Senador Mão Santa calculou – e eu até disse que S. Ex^a, que é médico, havia aprendido matemática – que pagamos R\$500 mil por minuto de dívida. Pelo amor de Deus!

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permite-me V. Ex^a um pequeno aparte?

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Pois não.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Em relação às estradas das quais V. Ex^a está falando, neste ano, foi calculado pela Associação Geral dos Agricultores que só a perda em transporte de grãos foi de R\$2,7 bilhões, mais do que o que foi investido, R\$2,2

bilhões. V. Ex^a está coberto de razão e, como sempre, com muita lucidez, está abordando um tópico que é vital para a nossa vida, para vida do Brasil, que é o transporte rodoviário.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Meu Líder Ney Suassuna, vamos levar o documento à Ministra Dilma, e tenho certeza de que S. Ex^a o carimbará. Estou atualizando os números. Meu caro Líder Suassuna, sabe de quanto é hoje o desperdício de óleo *diesel*?

Vou repetir a todos os brasileiros e brasileiras – como diz o Senador Mão Santa – que estão nos ouvindo pela TV Senado: hoje 42 mil quilômetros de estradas federais estão semidestruídas. Fiz uma conferência com os consultores e transportadores de carga e chegamos à conclusão de que 10 mil já foram recuperadas com aquele programa de parceria, mas há ainda 30 mil esburacadas, arrebatadas, destruídas, e, por elas, têm de passar dois milhões de carretas rodoviárias carregando a riqueza exportável do Brasil.

É essa riqueza que gera os R\$100 bilhões, que já dobrou a casa e que se deve ao Presidente Lula, seguramente, sim. Sua Excelência levou o nome do Brasil – já disse isso, e Sua Excelência se emocionou – por esses tapetes vermelhos, como diz Simon, à China, à Índia, à África. E já estamos, no mundo, como País emergente e capaz. Deve-se isso, seguramente, ao Presidente Lula.

Queremos ajudar Sua Excelência, para que o País retome o seu desenvolvimento. Que não seja pelo Fome Zero, que não seja pelo Bolsa-Família, mas que empreguemos todos os lavradores que estão precisando e apoiemos os que produzem! Os homens que estavam aqui não pediram mais nada do que um crédito para produzirem. Eles não vieram aqui pedir emprego. Tenho certeza de que a maneira como foi resolvida a questão ainda não é tudo, mas é uma parte.

Nós, do PMDB, e, tenho certeza, todos os nossos companheiros dos outros Partidos estamos prontos para ajudar o Presidente a tocar este País para frente. Temos fé em nosso País e em nosso povo, que nos elegeu, que nos colocou aqui.

Por isso, repito: o programa é simples. Vou repetir para que todo o povo do Brasil fique sabendo dos transportadores de carga. O Senador Ney Suassuna acabou de dizer que o prejuízo é de R\$2,7 bilhões por causa dos buracos. Vou acrescentar ao tamanho do prejuízo. Vou repetir para os que entendem e para que aprendam os que não entendem. São dois milhões de carretas. Uma carreta de 50 toneladas segue acelerada, e o motorista está convencido de que está tudo bem. De repente, numa curva, há um buraco. Ele mete o pé no freio e tira o pé do acelerador. O motor joga óleo fora – quem está falando aqui conhece isso por

dentro e por fora, calculei isso minuciosamente. Os motoristas das carretas freiam por causa do buraco e aceleram para começar a andar. Com isso, gastam 35% a mais do que deveriam gastar. E quanto é 35% de 14 bilhões de litros de óleo *diesel* gastos por ano? Calculem 30%, apenas para fazer as contas, e teremos de 4 a 5 bilhões de litros de óleo, importado pela Petrobras, jogados fora por causa dos buracos. Ora, se cinco bilhões de óleo *diesel* custam R\$1,50, na bomba, passamos de R\$6 bilhões gastos.

A Petrobras transfere isso para o povo, porque ela vende o óleo e não quer saber. Mas agora estamos sabendo que o óleo vai para a atmosfera. A Petrobras poderia perfeitamente ajudar o nosso programa. Qual é o programa, meu caro Suassuna? Vejam como é fácil: listamos 100 empresas de engenharia para reparar esses buracos e consertar as estradas. O plano é simples. É necessário um núcleo gestor, como foi feita a Câmara de Gestão, porque o Ministério dos Transportes, que conheço por dentro e por fora, não tem estrutura para reparar 30 mil quilômetros de estradas no tempo em que o País precisa. O prejuízo em grãos é de R\$2 milhões, o prejuízo em óleo é de R\$6 bilhões e, com o desgaste e o aumento do frete – 35% a mais no frete –, são R\$7 bilhões a mais. O povo é quem paga, o Brasil é que paga, porque a nossa soja fica mais cara por causa do transporte. E o prejuízo do patrimônio nacional, das carretas, dos R\$2 milhões? O patrimônio é de R\$100 bilhões. Se acrescentarmos 15% de depreciação por causa dos buracos, já teremos R\$15 bilhões de prejuízo do patrimônio brasileiro, das nossas carretas e dos nossos transportadores.

Então, Sr^{es} e Srs. Senadores, vamos apresentar ao Ministro dos Transportes um plano que crie a Câmara de Gestão. E não precisa vir aqui. Basta decretar – nossos juristas já estão estudando o assunto – estado de calamidade nas estradas. E, por haver calamidade, decreta-se a existência da Câmara de Gestão. O que é a Câmara de Gestão? É um núcleo de pessoas competentes e sérias com poderes, como um Governador, de determinar como fazer.

Já temos o preço base. Vamos apenas ajustá-lo. Em média, são R\$200 mil por quilômetro, se se tirar o asfalto e a base e se fizer uma nova. Se se trocar só a base, são R\$150 mil. Se se ajustar 20% para mais, isso não tem a menor importância. Vamos ver quanto é no total: R\$200 mil por quilômetro para se consertar 30 mil quilômetros, R\$6 bilhões em dois anos.

Cem empresas brasileiras de engenharia fazem isso. Fazem mesmo. Como? Vamos abrir licitações de três, de quatro, de seis vezes, de acordo com a estrutura burocrática do Ministério? Não. Vamos fazer aquilo que é legal: um leilão. Dividimos o País em lotes. O preço

base é este. Chamamos as empresas de engenharia nacionais, homens sérios, competentes e capazes, e fazemos um acordo.

Isso é uma guerra, senhores! É a invasão da Normandia. No dia “D”, lá estava o homem Dwight Eisenhower. O que ele fez? Ele precisava de quê? Ele precisava de navios. Os alemães afundavam um navio por dia. Aí ele disse: “Precisamos construir dois navios por dia”. Afundavam um, mas havia outro para levar tudo aquilo que precisavam levar para a Grã-Bretanha para poder jogar os exércitos na Normandia. Alguém disse: “E o combustível, para quando invadirmos a Europa?” Dwight Eisenhower, do alto da sua competência, disse: “Chamem o homem que mais entende de combustível neste país”. “Quem é?” “É fulano de tal.” “Chamem ele aqui. Coloque nele uma medalha ou lhe dêem uma patente de general.” “Como é que a gente leva o óleo para a Europa?” Ele disse: “Por baixo d’água. Levamos em tubos de borracha”. Naquele tempo, não havia o que tem hoje a Petrobras, que traz petróleo a 60 quilômetros. Lá, é muito menos. “Tubos de borracha: seis tubos. Vamos esperar. Quando os tanques invadirem a Normandia e tivermos cinco quilômetros de praia à nossa disposição, colocamos o combustível.”

O que foi isso? Foi um comando unificado. Agora, precisamos desse comando. Esse comando está na mão do Presidente, mais precisamente na mão da Ministra Dilma Rousseff. Creio nela e creio que ela vai adotar essa proposta. E, em 24 meses, meu caro Suassuna, o Brasil terá 30 mil quilômetros de estradas novas, feitas por homens competentes, o que vai gerar, de saída, dois milhões de empregos, porque começaremos isso no dia “D”, como na invasão da Normandia. No dia “D”, as empresas de engenharia brasileiras estarão em todos os Estados, cada uma com o seu pedaço, fazendo, em primeiro lugar, os troncos. Por exemplo, Cuiabá – Santarém: “É um grande eixo?” “É.” “Vamos para lá!” “Em direção ao Paraná, em direção ao Porto de Paranaguá, há um tronco?” “Vamos até ele!” “Onde mais?”

Isso tudo no mesmo dia, com 100 empresas de engenharia trabalhando, a um preço conhecido num leilão. O processo chama-se “contrato de adesão”.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Perdoeme, vou encerrar, Sr. Presidente. É um contrato de adesão. Quem aderir assume o compromisso e assina um contrato. Fiz isso no Ceará. É legal. Fiz quando eletrifiquei o Estado do Ceará todo. Isso é legal. Vamos fazer isso.

Mais adiante, falarei sobre o *biodiesel*, mas, por hoje, fiquemos nas estradas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. Augusto Botelho (PDT – RR) – Vou fazer um aparte a V. Ex^a nos últimos 30 segundos.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Está bem, Sr. Presidente?

O SR. Augusto Botelho (PDT – RR) – Só para dizer que, para nós, é um prazer ouvir a sabedoria de V. Ex^a e as soluções propostas pelo seu espírito de engenheiro. Soluções práticas. Já tenho visto V. Ex^a falar isso para o Presidente Lula há quase dois anos. Eu gostaria que o Presidente ouvisse V. Ex^a, porque estaríamos em outra situação econômica neste momento.

O SR. ALBERTO SILVA (PSDB – PI) – Ele agora vai ouvir, se Deus quiser! Lá está a Ministra Dilma.

Durante o discurso do Sr. Alberto Silva, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Wirlande da Luz.

O SR. PRESIDENTE (Wirlande da Luz. PMDB – RR) – Muito obrigado, Senador Alberto Silva.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna, como Líder, por cinco minutos, para fazer uma comunicação urgente, de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

Em seguida, o ilustre Senador Alvaro Dias.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB–PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Fico pasmo, Sr. Presidente, com a riqueza do nosso PMDB. Sai um Pedro Simon e entra um Alberto Silva, e sempre ouvimos bons conselhos, boas orientações. É isso o meu Partido. Deixa-me orgulhoso liderar essa Bancada, que tem figuras tão eméritas, capazes de vislumbrar soluções, sejam políticas, sejam administrativas. É um Partido que me deixa muito grato.

Sr. Presidente, por que estou ocupando a tribuna? Estou ocupando a tribuna porque estes têm sido dias muito difíceis para nós todos, mas V. Ex^{as} não imaginam o que tem sido o trabalho da Liderança nesses dias. É incêndio em todo canto! Mais CPI, CPI aqui, CPI ali.

Daqui a pouco, teremos uma reunião com os Líderes. Ontem, foi protocolada mais uma CPI, do IRB. Teremos, na terça-feira, que votar a CPMI do Mensalão no Congresso, se até lá não tiver saído a da Câmara. Já estamos aqui com mais duas a serem implantadas, que é a do Waldomiro e a da Privatização.

O Senador Alberto Silva olhou para mim, ontem, e fez uma piada. Eu estava me lamentando e pensando: “Meu Deus, como é que a gente vai fazer isso?” Ele olhou para mim e disse: “Senador, tem que falar com

o Parreira para a gente aumentar o banco de reservas, porque ele está ficando pequeno. Veja, a Bancada nossa é a maior e está ficando pequena para tantas CPis”. É claro que deveríamos reunir as Lideranças, e vamos tentar fazê-lo, exatamente para ver se conseguimos deixar algumas comissões para depois, se nos concentramos, ou se encontramos outra solução. Não quero avançar em soluções.

Qual o outro assunto que me trouxe, hoje, à tribuna? Ouvi, durante esta semana, o grito da agricultura, numa demonstração de força que eu jamais tinha visto nesses anos todos de Senado. Ficamos, aqui, praticamente ilhados. Tratores – e, vejam, eram só os de Goiás e das imediações, do Distrito Federal, de Minas, etc – estavam aqui aos milhares. Tratores em quantidade gigantesca, milhares de tratores. E o protesto era justo, o protesto de quem tem que plantar sem saber se vai colher, porque ser agricultor é isto: plantar sem saber se vai colher. Ele é sempre o jogador que, dependendo do tempo, da chuva, etc, colhe ou não, mas tem que investir, principalmente no mundo globalizado, onde os custos são caros. Estavam lá, todos aqueles tratores tinham a placa “financiado”. Trata-se de uma máquina linda, mas falta pagar a conta. E os insumos da agricultura? Os tóxicos para as pragas, as sementes, a mão-de-obra, o tempo de espera? Realmente, é uma loteria em que nem sempre ganha aquele que trabalhou, ou seja, o agricultor.

O protesto era justo. Por que estou, ainda, fazendo ponderações, se o protesto era justo, se todo mundo registrou isso? É que vi a pujança das máquinas e olhava para o meu Nordeste, para o meu Estado. Lá, faltam enxada e o alimento mínimo para sustentar o trabalhador, e há o mesmo problema de o banco cobrar juros. No final da conta, o agricultor tem que vender a fazenda, as vacas ou tudo que tem, porque o lucro não acompanha o gasto, pelo contrário, caiu o preço do seu produto.

No caso específico do meu Estado, ainda é pior, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. As chuvas foram irregulares. Quem plantou a primeira safra perdeu-a completamente. A segunda safra foi um pouquinho do normal.

Estamos passando por dias difíceis, mas no banco o tempo está correndo, o relógio está dizendo: “mais juros, mais juros, mais juros”. É preciso, realmente, pensar na dívida dos nossos agricultores.

Senador Alberto Silva com a palavra, por gentileza.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador Suassuna, sempre aprendi que Deus coloca as coisas como e na hora que deseja. Creio que tudo isso que está acontecendo deveria servir para alertar todos nós

de que devemos fazer alguma coisa. V. Ex^a é Líder. V. Ex^a é o empresário, é um homem atuante, sou testemunha disso. V. Ex^a, na liderança, reúne-nos e pede soluções, age. V. Ex^a age. Então, meu nobre Líder, no momento em que traz o problema da agricultura a nossa consideração, faço uma sugestão. O Senador Mão Santa disse, aqui, que estamos pagando, por minuto, R\$500 mil de juros.

O Sr. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – São quase R\$600 mil.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Quase R\$600 mil. Ora, um povo que é obrigado a pagar esse valor de juros por minuto não vai a nenhum lugar. Então, temos que reunir esta Nação inteira, o Brasil inteiro, sem cor partidária. Se a nossa grande riqueza é a terra – e V. Ex^a disse muito bem, pois foi um dos negociadores e sei que saiu tudo bem porque estava lá e ficou até o fim para encontrar uma solução paliativa –, vamos encontrar uma solução definitiva, meu caro Senador. Vamos juntar o PMDB, o PFL, o PSDB, todos os Partidos das duas Casas do Congresso. Vamos ao Presidente para dizer: “Estamos aqui!” Vamos chamar o pessoal do FMI e dizer: “Chega! Não estamos brigando, mas queremos uma parcela desses R\$600 mil por minuto. Queremos dois anos para arrumar a agricultura brasileira, os portos, as estradas e o financiamento da agricultura com juros lá embaixo, para podermos ajudar os nossos irmãos a gerar riqueza e emprego”. V. Ex^a chegou na hora, como Líder, falando na tribuna. Parabéns.

O Sr. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador.

Senador Dias, por gentileza. Eu peço ao Presidente um pouquinho de compreensão.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Ney Suassuna, serei bastante rápido. Cumprimento V. Ex^a pelo interesse em uma matéria que une o Norte, Nordeste, Sul, Centro-Oeste, enfim, o Brasil inteiro. O Governo é devedor do produtor rural, porque ele não tem uma política que ofereça segurança para o investimento produtivo no campo, ao contrário do que ocorre com outras nações que V. Ex^a conhece bem: subsídios, barreiras alfandegárias, não-alfandegárias, etc. Um dos pontos fundamentais para se oferecer segurança ao produtor é o preço mínimo do produto. O Governo estabelece o preço mínimo, mas, no momento de vender, o produtor não tem quem pague pelo preço mínimo. Então, é uma utopia, é uma ficção o preço mínimo fixado, não é? Por isso, a sugestão que V. Ex^a, como Líder do maior Partido desta Casa, pode levar ao Presidente da República é de que seja impositivo: preço mínimo fixado é preço mínimo pago. O Governo garante o pagamento. O Governo compra o produto e

armazena-o para vender no momento mais adequado, mas garante ao produtor o preço mínimo.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Obrigado, nobre Senador. Nós já brigamos muito neste ano, porque no Orçamento não constavam recursos suficientes para garantir a compra da produção pelo preço mínimo. Conseguimos melhorar o Orçamento, mas não o suficiente. No entanto, vamos ponderar, com toda certeza, essa colocação de V. Ex^a.

Sr. Presidente, encerrando, eu queria dizer a V. Ex^a que a agricultura, em todo o Brasil, está carente e precisando de ajuda, principalmente para que não seja obrigada a pagar dívidas que cresceram e que não conseguiu pagar a tempo. Ninguém quer dar calote, mas quer prazo, quer oportunidade.

A necessidade imediata da dívida passada era de cerca de 1,6 bilhão. Agora, com essa nova crise surgida no Sul e Sudeste, isso ultrapassou os 3 bilhões, mas devemos ajudar, porque essa é a hora de darmos uma reciprocidade a quem sempre se expôs para fazer deste País uma Nação rica.

Se estamos exportando 100 bilhões, 35% são da agricultura. É a hora...

(Interrupção do som.)

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – ... de darmos reciprocidade a essa categoria de quem somos devedores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wirlande da Luz. PMDB – RR) – Obrigado, Líder Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Wirlande da Luz. PMDB – RR) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sei que a palavra do político está desgastada, desmoralizada. Todos nós, creio, entendemos ser isso uma realidade. A população tem dificuldades para acreditar na palavra empenhada dos políticos brasileiros. Razões sobram para que essa descrença se acentue e se generalize a cada passo, mas, num momento crucial como este que estamos vivendo, em que desponta a oportunidade de construção de uma nova imagem diante do escândalo da corrupção que infelicitou o País, temos que impor sinceridade nas nossas afirmativas. É preciso dizer com sinceridade aquilo que se pensa.

Vou dizer o que penso, Sr. Presidente, relativamente às razões que levaram o PT a arquitetar um modelo de relação espúria entre o Executivo e o Legislativo. Sem dúvida, é parte da arquitetura de um projeto de poder – estou afirmando “projeto de poder”

e não projeto de nação. O Partido que chegou ao poder há dois anos e meio imaginou a possibilidade de nele permanecer por muito tempo e iniciou a construção desse projeto, que inclui componentes variáveis como a comunicação com a sociedade – e, para isso, convocou o marqueteiro Duda Mendonça –; a relação com a área política, com os Partidos políticos, com as entidades organizadas da sociedade; os programas com grande apelo popular; enfim, a ação administrativa do Governo voltada para os benefícios da popularidade. Mas este componente que fez explodir a corrupção é o mais deplorável entre todos aqueles utilizados como instrumentos para a construção do projeto de poder: a captação de recursos para a sustentação financeira do projeto.

Essa captação de recursos ensejou a idealização do modelo praticado: a conquista do apoio parlamentar, a conquista do apoio partidário com a retribuição financeira. Ou seja, o fim justifica os meios. Certamente, muitos dos líderes desse projeto de poder imaginaram que realmente o fim pode justificar os meios e passaram a utilizar-se dos meios escusos na arquitetura, idealização e construção do projeto de poder imaginado.

O que isso implica? Vamos, mais uma vez, desenhar esse roteiro. O Partido aliado no Congresso Nacional satisfaz parlamentares que relutam em apoiar o Governo com benesses, vantagens por meio da nomeação para cargos comissionados no Governo. A cobiça é maior pelos cargos que movimentam grandes somas financeiras, daí a briga por posições em Furnas, nos Correios, no Dnit, no Instituto de Resseguros do Brasil* e nas instituições financeiras.

Em detrimento da capacitação técnica, passa o Governo a priorizar o interesse partidário, o interesse político na confecção do projeto de poder idealizado. E aquele nomeado por determinado Partido político, por indicação de determinado Deputado, tem a missão de retribuir com recursos financeiros, supostamente para a manutenção do Partido político que integra.

É evidente que, além da manutenção financeira do Partido político, há outros interesses subjacentes: há a busca das vantagens pessoais. É por essa razão que, ao se denunciar o escândalo de Furnas, o Deputado Roberto Jefferson afirmou que um milhão mensal iria para o PT de Minas Gerais; um milhão, para o PT nacional; 500 mil, para determinados Parlamentares; e 500 mil, para a direção de Furnas.

São recursos supostamente utilizados na construção desse projeto de poder; recursos utilizados para a conquista de votos no Congresso Nacional, desde a mudança de sigla partidária, especialmente no início do atual mandato presidencial. Parlamentares se teriam transferido para Partidos ligados ao Governo – supos-

tamente, não estou denunciando nada, não sou o autor das denúncias, estou repercutindo-as –, em troca de vantagens financeiras. Portanto, três componentes com origem nesse escândalo: os recursos para o Partido político na construção do projeto de poder; os recursos para a compra de votos no Congresso Nacional; e os recursos para atender a interesses pessoais daqueles que participam do esquema de corrupção.

Sr. Presidente, a responsabilidade do Congresso Nacional é enorme num momento crucial para a vida pública brasileira. Há já alguns caminhos perfeitamente desenhados nos primeiros instantes desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Um dos caminhos liga a empresa estatal, o órgão do Governo, ao Congresso Nacional, por meio de agências de publicidade, especialmente as do Sr. Marcos Valério, mas certamente não só elas, porque há aquelas também que atuam em várias áreas do Governo, sob a articulação do Sr. Duda Mendonça. Mas o que apareceu como fato concreto diz respeito às agências do Sr. Marcos Valério, publicitário de Minas Gerais.

Isso faz uma conexão não só dos Correios, mas de Furnas, da Petrobras, do Banco Popular, do Banco do Brasil, enfim, de instituições do Governo que movimentam grandes somas de valores financeiros com publicidade.

Não é por outra razão que cresceu, de forma assustadora, o orçamento de publicidade do Governo, que, no ano passado, foi de R\$1 bilhão. A Petrobras, por exemplo, tinha um orçamento de pouco mais de R\$200 milhões no ano passado; neste ano tem um orçamento de R\$700 milhões.

Estou sugerindo que a nossa Comissão Parlamentar de Inquérito investigue o caminho dos recursos para a publicidade, especialmente das instituições financeiras do Governo, os bancos, a Caixa Econômica, o Banco do Brasil, o BNDES e todas as empresas estatais.

No ano de 2003, exatamente no dia 4 de agosto, o Presidente da República assinou um decreto, juntamente com o Sr. Luiz Gushiken, que conferiu todos os poderes à Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, para a realização das licitações referentes à publicidade em todas as esferas do Governo.

O art. 10, em seu § 2º, estabelece que “A Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica indicará a maioria dos membros da comissão especial de que trata o § 1º (...)”, que é composta de até cinco membros. Ou seja, a maioria desse membros é de indicação da Secretaria de Comunicação de Governo.

Portanto, quem decide a licitação de publicidade nos Correios não são os dirigentes dos Correios, nem

o Presidente, nem o Sr. Antônio Osório, nem o Sr. Marinho; quem decide verba de publicidade nos Correios é Luiz Gushiken e a Secretaria de Comunicação, da mesma forma no Banco do Brasil, na Caixa Econômica, no BNDES, nas empresas estatais.

E o que ocorre, Sr. Presidente? Há, sem dúvida nenhuma, um tráfico de influência imperdoável. Vou citar apenas um dos fatos – um apenas, porque não haveria tempo para mais citações: o Sr. Marco Antônio da Silva é um dos principais coadjuvantes de Gushiken na Secretaria de Comunicação. Ele vem logo abaixo de Gushiken como responsável pelo setor de eventos.

§ 2º A Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, salvo sua expressa manifestação em contrário, indicará a maioria dos membros da comissão especial, de que trata o § 1º, ressalvado que poderá, a seu critério, participar apenas da etapa que envolva julgamento técnico-publicitário

§ 1º A licitação de que trata o **caput** deste artigo será processada e julgada por comissão especial, composta de até cinco membros – profissionais da área de comunicação, em sua maioria – sendo pelo menos dois deles servidores ou empregados do órgão ou entidade responsável pela licitação.

A sua esposa tem uma empresa denominada Astral, que presta serviços por contrato à MultiAction Entretenimento Ltda., que é uma empresa do Sr. Marcos Valério. Portanto, há uma conexão familiar da Secretaria de Comunicação do Governo com o Sr. Marcos Valério. Ocorre que há uma funcionária de nome Eliane Alves Lopes, da Astral, que assina contrato com os Correios como representante legal da agência SMP&B, do Sr. Marcos Valério. Tenho em mãos um contrato de aditivo, no valor de R\$90 milhões, assinado pelo Presidente dos Correios, pelo Sr. Antônio Osório e pela Eliane Alves Lopes, como representante legal da agência SMP&B.

Vejam, Srs. Senadores a conexão existente Correios – Secom – Marcos Valério. Por intermédio de Marco Antônio da Silva, da sua esposa Telma, da empresa Astral com a empresa MultiAction – Entretenimento Ltda., que termina no Sr. Marcos Valério, que retira milhões de reais na boca do caixa no Banco Rural e também no Banco do Brasil e que, supostamente, os transfere para o boral do mensalão, sustentando esse modelo espúrio de apoio que o Governo obtém no Congresso Nacional.

Isso tem de ser investigado com o maior rigor possível porque me parece ser um dos caminhos da corrupção. Se há caixa dois em determinadas diretorias financeiras de empresas estatais poderosas, não há dúvida de que os recursos de publicidade do Governo têm servido ao abastecimento do boral do mensalão.

Concedo, com prazer, um aparte ao Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Alvaro Dias, com muita propriedade, V. Exª está falando o que o povo brasileiro quer ouvir, e o clamor do povo é que sejam punidos os corruptos. Mas existe também um clamor maior, Senador – e não sei como iremos resolvê-lo –, para devolver o dinheiro roubado do povo. Essa, a dificuldade deste País. Pune-se, mas o dinheiro não volta para o povo. Faça este aparte para lhe dizer que V. Exª está falando o que as pessoas estão precisando ouvir e querendo que se fale. As pessoas querem que seja feita justiça.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Querem apenas a verdade. Parabenizo V. Exª pelo pronunciamento. O povo quer que o dinheiro seja devolvido. Essa é uma das coisas mais importantes pela qual temos de trabalhar. V. Exª, como integrante da Comissão, assim como o Senador Wirlande da Luz, têm de trabalhar nesse sentido. Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Augusto Botelho. V. Exª é um Senador presente no Senado Federal todos os dias, em tempo integral, com dedicação exclusiva e merece os aplausos da população do seu Estado de Roraima.

Esta é a dificuldade, Senador Augusto Botelho: como recuperar esses recursos que se perderam nos desvãos no mensalão? Como recuperá-los? O Sr. Marcos Valério disse que comprou gado. O gado não existe. Como recuperar? Certamente pela busca desse gado virtual do Sr. Marcos Valério.

Aliás, Senador Augusto Botelho, quem entende um pouco de transporte rodoviário diz que nós precisaríamos de 2.000 carretas para transportar todo o gado adquirido com os cerca de R\$21 milhões, segundo justificativa do Sr. Marcos Valério. Cerca de 42 mil cabeças de gado, transportados por 2.000 carretas pelas estradas esburacadas do Brasil. V. Exª tem razão. São recursos que se perdem nos desvãos da corrupção da administração pública brasileira.

Se não nos dedicarmos agora a revelar o mal para que ele possa ser denunciado, combatido e condenado, certamente também não mereceremos a absolvição da população brasileira, que acompanha com muito interesse os fatos deste momento, essa crise monumental que se abate sobre a instituição pública.

Vemos um Presidente perdido, falando em reforma ministerial mais uma vez. Em dois anos e meio, quantas vezes o Presidente falou em reformar o seu ministério, e reforma não fez? Manteve a mesma estrutura. Um paquiderme enorme, um mastodonte gigantesco: preguiçoso, dorminhoco, lento, incapaz de oferecer o serviço que a Nação exige do Governo Federal.

O Governo fez crescer a estrutura da administração pública, mas não impôs competência e eficiência para a obtenção de resultados. Então, não poderia o

Presidente da República falar em reforma sem falar em reduzir esta máquina, em cortar realmente para valer e convocar talentos da sociedade brasileira para impor um choque de competência na gestão pública em curso.

Concedo um aparte com muito prazer ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Alvaro Dias, V.Ex^a analisa com muita serenidade este momento que o Brasil atravessa e indica inclusive providências que devam ser tomadas. Apresentei um projeto, Senador Alvaro Dias, que, na verdade, se espelhou num projeto que o Senador Pedro Simon apresentou já há alguns anos, mas que amplia um pouco mais o leque daquele projeto. Trata-se de algo muito simples, Senador Alvaro Dias: a exigência de que qualquer agente público, desde o funcionário mais modesto até o mais graduado, das três esferas de poder – estadual municipal ou federal – e dos três Poderes, ao ser admitido no serviço público por concurso, ou nomeado para ocupar um cargo em comissão, assim como aquelas empresas que negociam, isto é, que transacionam com o Poder Público, seja prestando serviços, seja construindo obras, enfim, fazendo qualquer tipo de ação ou de negócio que receba recurso público, tenha imediatamente, a partir daquele ato, o seu sigilo bancário quebrado automaticamente, sem que haja necessidade de se criar CPI ou de se ir à Justiça para pedir a quebra de sigilo bancário. Porque, assim, a Receita Federal, a Justiça e o Congresso Nacional terão facilidade de rastrear por onde anda o dinheiro público, desde, repito, o mais simples funcionário público até o Presidente da República, passando, portanto, pelos Deputados Federais, Senadores e, principalmente, pelas empresas – vemos CPI atrás de CPI, investigação atrás de investigação e os corruptores estão ficando fora da história; e os corruptores pegam o dinheiro onde? Pegam o dinheiro exatamente do serviço público, isto, é, o dinheiro do povo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a traz uma sugestão muito importante, uma proposta que deve merecer o maior interesse desta Casa, um debate competente para o aprimoramento de um projeto desta envergadura, afim de que a lei possa realmente se impor, contendo esse processo avassalador de corrupção que atormenta o País.

Uma outra providência, por exemplo, entre tantas que podemos discutir no Congresso, seria proibir a nomeação política nas empresas estatais, que são fundamentais, já que mobilizam milhões de recursos públicos; reduzir os cargos comissionados, prevalecendo os contratados mediante concurso público, que realmente prioriza a competência e a qualificação profissional. Enfim, são inúmeras as idéias que podem ser debatidas no Congresso Nacional ao término dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, ao finalizarmos esse período de investigação, de assepsia, que queremos seja geral e irrestrita, construir caminhos para a edificação de uma imagem nova de respeitabilidade pública, diante da Nação brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Wirlande da Luz. PMDB – RR) – Muito obrigado, ilustre Senador Alvaro Dias.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Wirlande da Luz. PMDB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, como Líder do PSDB.

Em seguida, disporá da palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pensei em começar com Brecht. E concluí por iniciar com Ignácio de Loyola Brandão, que cita Bertold Brecht, que é, ele próprio, uma época. De tumultuosa rebeldia e de protesto.

No Brasil, também tivemos vozes para o protesto, como de Geraldo Vandré, que, com sua música, conseguia ecoar o choro de Alices e Marias. Já não vivemos numa ditadura como aquela do tempo de Vandré. Hoje, a fase é a de obscurantismo de um Governo que vegeta na escuridão, supondo que sabe conduzir a Nação e que agora, pelo imobilismo, finge ignorar a prática de corrupção que resultou, por enquanto, na CPMI dos Correios.

Esta etapa em que vivemos é uma fase sombria, que fecha o caminho de um futuro melhor para o Brasil. As oposições altearam a voz e promovem, no Legislativo, as investigações em curso. Necessárias, diz o povo. Sabotadas, porém, pelo Governo Lula.

O cenário brasileiro, por culpa da improvisação de um Governo exangue, sem autoridade e desacreditado, já é visto pela população como um mal que devemos suportar até o fim de ano que vem.

Se Cícero ainda vivesse, repetiria as suas Catilinárias para reprovar o nível nada edificante, para não dizer vergonhoso, dos desvãos verbais do dia-a-dia do Presidente Lula. Como a frase que está hoje na **Folha de S.Paulo**, dita pelo Presidente ontem a oito de seus Ministros.

Em respeito aos Anais do Senado, não sei se devo reproduzir a frase presidencial, com a qual o Chefe de Estado da República Federativa do Brasil condenou a um “tchau e bênção” os seus “companheiros”, que “vão sambar”. E o Presidente diz: “Daqui para frente, companheiro que não se portar bem, samba”. A pergunta é: para trás, sem as denúncias, companheiro podia se portar mal à vontade sem sambar – sem forró, sem tango, sem dança alguma? Vou usar metáfora. O Presidente disse outra coisa, que estou tentando traduzir: erraram o alvo no momento de micturição”. Micturição – vou ficar entre a palavra científica, erudita, e o que disse o Presidente – é a arte de fazer pipi.

Ele, Lula, usou esse palavreado, no original, diante – repito – de oito Ministros. Infeliz é o povo cujo Presidente é esse Senhor!

De Brecht, na Europa dos anos difíceis do nazismo, e de Vandré, nos anos brasileiros de chumbo, as vozes do desencanto brasileiro são, hoje, as dos cronistas, como Loyola Brandão, citado no começo deste pronunciamento.

O cronista do Caderno Dois do **Estadão** fala e protesta em crônica contra os destampatórios atuais e o desconcerto do Governo petista. Loyola faz seu protesto em prosa e mostra que:

Somos de uma geração cujos sonhos foram destroçados um a um. Somos pais de uma geração que está sem sonhos e sem caminhos. Um jovem hoje que projetos pode formular?

Como milhares de brasileiros, Loyola Brandão lembra:

Um dia, dissemos aos nossos filhos que havia uma chance de mudança, de reestruturação. Imaginávamos que Lula, o operário, estava ali para trazer esperança. Mas Collor fez o que fez! E Lula esperou mas alguns anos e por todo esse tempo mantivemos uma luz no fundo do

túnel. Então, elegemos Lula. E a luz se apagou. O que dizer agora aos jovens? Como fazê-los acreditar, se nós não acreditamos?

Quem acredita no quê?

Sr. Presidente, pela forte coincidência da crônica de Ignácio Loyola de Brandão com o cenário do Brasil de hoje, estou anexando-a a este pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado e ajude a análise do historiador do amanhã na avaliação desse tempo de hoje, perdido para o Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Apertem os cintos, o piloto enlouqueceu

Ignácio de Loyola Brandão

Na mesa do jantar, no meio da conversa, alguém indagou:

- Você compraria um carro seminovo do José Dirceu?

A palavra seminovo há algum tempo entrou no coloquial. Para substituir carros usados ou carros de segunda mão que tinham tons pejorativos.

- Dele não quero um carro nem dado.

- E compraria do Genoino?

- Do Genoino não compro nem um carro zero.

Nesse momento, um velho professor de História que já viveu muito e viu mais ainda entrou no assunto.

- Quero lembrar um poema do Brecht que o Fausto Wolff citou em seu romance *A Milésima Segunda Noite*. Brecht diz: "Quem não sabe a verdade é um ignorante/ Quem sabe e diz que é mentira é um criminoso."

Ficou um silêncio e ele continuou:

- Esses tempos me lembram 1954, com o Getúlio enfrentando o Carlos Lacerda. Foi quando soubemos do mar de lama. Foi quando o Getúlio, traído pelo irmão, traído pelo celebre "anjo negro", o Gregório Fortunato, foi para seu quarto e sem se proclamar campeão da ética, acima do bem e do mal, com um tiro no peito entrou para a história. Tive dignidade. Quantos terão hoje? E será que somente o presidente é ético? Ninguém mais. Não é uma ofensa?

Ficamos em silêncio, estávamos entristecidos. Somos de uma geração cujos sonhos foram destroçados um a um. Somos pais de uma geração que está sem sonhos e sem caminhos? Um jovem hoje que projetos pode formular? O primeiro, fundamental, está complicado: conseguir emprego. Um trabalho. O sustento. A sobrevivência. O mínimo para pagar o aluguel, a comida, a escola, o transporte. Um dia, dissemos aos nossos filhos que havia uma chance de mudança, de reestruturação. Imaginávamos que

O SR. PRESIDENTE (Wirlande da Luz. PMDB – RR) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Augusto Botelho, por 15 minutos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou falar aqui do meu tema predileto, que é saúde. Antes, porém, gostaria de fazer uma observação: neste fim de semana, a comunidade do Flechal, que fica bem no extremo, perto do Monte Caburaí, que é o ponto extremo-norte do Brasil, está começando a fazer a primeira cultura mecanizada naquela região, para plantar uma variedade de feijão, chamada feijão flechal, que eles já cultivam manualmente há muito tempo.

A comunidade fez um empréstimo no Basa, Banco da Amazônia, que rodou praticamente dois anos para conseguir ser liberado. Foi liberado, e agora eles já compraram todos os produtos; já estão com todo o adubo lá no Uiramutã, as máquinas acabaram de chegar lá ontem, e, hoje, eles devem começar a fazer o seu trabalho.

Por outro lado, também, esse protesto da agricultura que houve aqui teve participação de membros de Roraima, como José Luiz Zago, da Acriger, Associação dos Criadores de Gado. E, em Roraima, o nosso problema não é de falta de chuvas ou de água. O problema é o Ibama, que, neste ano, deu poucas autorizações para os colonos fazerem suas derrubadas. Reclama-se da derrubada, mas é a única forma que eles sabem de fazer a agricultura. Estamos tentando introduzir outro tipo. Eles derrubam três hectares, produzem alimentos para comer o ano todo e vendem um pouco do excedente. Neste ano, haverá problemas, porque deram poucas autorizações de desmatamento e não deram autorização de queima. Não foi possível, portanto, a queima das roças.

Há outra coisa insana em Roraima: quando o Ibama dá autorização, até três hectares, para os colonos fazerem suas roças, não dá autorização automática para venderem a madeira. Há, portanto, dificuldades para a venda da madeira da área onde há derrubadas. Então, os colonos acabam queimando a madeira. Quer dizer, além de serem pobres, ainda queimam riqueza, porque o Governo atrapalha.

Aproveito este momento para falar sobre o Simpósio sobre Política Nacional de Saúde, que ocorreu do dia 28 ao dia 30 de junho, organizado pela Frente Parlamentar de Saúde e pelo Conselho Nacional de Saúde. No Simpósio, discutimos o presente e o futuro do Sistema Único de Saúde. Foi elaborada uma carta, que passo a ler aqui, que traz as preocupações com a reforma sanitária e com o Sistema Único de Saúde.

Fiquei feliz também por ver no Simpósio uma participação maciça. Há muita gente pensando, estudando e discutindo o Sistema Único de Saúde, para que se melhore a assistência do nosso País.

Carta de Brasília

O Simpósio sobre a Política Nacional de Saúde, com a temática “SUS – o presente e o futuro: avaliação do seu processo de construção”, é uma grande oportunidade de reflexão e mobilização acerca dos rumos do Estado e da sociedade brasileira e das estratégias adotadas no âmbito do setor da saúde para a garantia do direito universal e integral à saúde.

Em que pesem às mudanças positivas ocorridas na saúde com a instituição e implementação do SUS, persistem, de forma preocupante, baixos níveis de saúde e elevadas desigualdades sociais e regionais. Assim como a permanência do subfinanciamento e distorções na estrutura dos gastos públicos influenciados pela lógica do mercado, lógica esta que não atende às expectativas de grandes contingentes da população brasileira.

O desenho das políticas públicas deve orientar-se pelas suas conseqüências sobre a vida das pessoas e da coletividade. A simples lógica macroeconômica de valorização do capital, através do financeirização do orçamento público, desvinculação de receitas das contribuições sociais e crescente superávit fiscal, sem consideração de seu impacto sobre as condições sociais, culturais e ambientais, não permitirá que construamos uma nação justa, equânime e saudável.

A defesa da Seguridade Social como política de proteção social universal, equânime, democrática e participativa no Brasil deve ser intransigente frente à visão predominante da política econômica, onde os cidadãos são transformados em acessórios de um estrondoso processo de acumulação e concentração de renda.

As políticas substitutivas de caráter focal e compensatório desconhecem a condição social do cidadão como resultante de um processo econômico e social que afirma a pobreza como um risco individual. São coerentes com o Estado mínimo, comprometido com o mercado e descomprometido com políticas solidárias.

Noutro aspecto, o desenvolvimento humano está condicionado à assimilação de

uma política de bem-estar social ampla, com ações intersetoriais que envolvam todas as áreas do Estado, sociais e econômicas. Defendemos um projeto nacional de desenvolvimento sustentável, integrador e distributivo com justiça social.

O processo da reforma sanitária brasileira é um projeto civilizatório, ou seja, pretende produzir mudanças nos valores prevalentes na sociedade brasileira, tendo a saúde como eixo de transformação e a solidariedade como valor estruturante.

O projeto do SUS é uma política de construção da democracia que visa a ampliação da esfera pública, a inclusão social e a redução das desigualdades.

Todas essas propostas devem ter como principal objetivo a melhora das condições de saúde da população brasileira, a garantia dos direitos do cidadão, o respeito aos pacientes e a humanização da prestação de serviços.

O Sistema Único de Saúde, integrante da Seguridade Social, é uma política estruturante de Estado, formulado e implementado por comando único nos âmbitos do Governo Federal, dos Estados e Municípios, com ações destinadas a todas as pessoas, classes e grupos sociais. O conceito de integralidade compreende a articulação operacional de ações de promoção e cuidados de saúde, inclusive aqueles agravos resultados dos processos de trabalho, da previdência e da assistência social.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Augusto Botelho, quando for conveniente, gostaria de fazer um aparte ao discurso de V. Ex^a.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Concederei o aparte a V. Ex^a assim que terminar o parágrafo, Senador.

Envolve a participação e a responsabilização de instituições públicas e privadas orientadas por diretrizes de equidade e continuidade de ações reguladas pelo Estado.”

Antes de prosseguir, concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Augusto Botelho, o tema que V. Ex^a aborda, não tenha dúvida, é da maior importância para o País. No entanto, o que me preocupa muito, assim como a V. Ex^a, que é médico como eu e, como eu, foi Secretário de Saúde, é a configuração do Sistema Único de Saúde: ela é perfeita no papel, é ideologicamente muito bonita, mas o que vemos na prática, infelizmente,

é o contrário do que preconiza esse sistema. É muito importante debater essa questão, é muito importante pensar numa reforma sanitária neste País, porque a situação é preocupante em todos os Estados, sem exceção. Em nosso Estado, temos uma injustificável epidemia de dengue – a capital tem 92% dos casos. O Rio de Janeiro, como vimos, ficou nas manchetes dos jornais e nas emissoras de televisão durante alguns dias, com o Ministro dando um show de intervenção federal na área da saúde. E o complicador dessa história são as vaidades dos diversos níveis de execução, seja o federal, o estadual ou o municipal. No fim das contas, sobra para quem? Sobra para o doente, para o paciente, que fica horas em uma fila para receber atendimento médico; e, finalmente, sobra para quem? Para o médico, porque não se culpa o hospital, o Secretário Municipal, o Prefeito ou o Governador: culpa-se o médico que está lá, na linha de frente. Além disso, como disse recentemente uma grande figura da Medicina no Brasil, o médico, hoje, se vê diante da circunstância de exercer, no serviço de emergência, um trabalho que não faz parte da nossa formação, que é o de escolher quem ele vai deixar morrer e quem vai salvar, porque ele não tem estrutura, equipamento nem pessoal para, adequadamente, atender todos aqueles que procuram os serviços médicos de saúde. Então, repito: na concepção, o sistema é lindo; na prática, é péssimo.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – PR) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, nobre Senador, e vou continuar lendo a “Carta de Brasília”, sobre o Simpósio de Política Nacional de Saúde, que ocorreu aqui nesta Casa:

Os participantes do Simpósio entendem como ponto relevantes:

1 – Definição de uma política nacional de desenvolvimento socioeconômico que garanta uma redistribuição de renda de cunho social, que recupere os níveis de emprego, com a revisão da política monetária, no sentido de promover decréscimos das taxas de juros e superávit fiscal e redirecionamento do financiamento público para as políticas sociais públicas.

2 – Reafirmação da Seguridade Social definida na Constituição Federal de 1988 como política de Estado brasileira de proteção social, possibilitando a construção efetiva de políticas sociais e ações integradas que assegurem os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

3 – Defesa, intransigente, dos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde – a universalidade, a equidade, a integralidade, a participação social e a descentralização.

4 – Retomada dos princípios que regem o Orçamento da Seguridade Social e, enquanto não for possível reconstituir o financiamento integrado, regulamentação, com a urgência requerida, da Emenda Constitucional nº 29, que estabelece critérios para financiamento das ações e serviços de saúde.

5 – Avançar na substituição progressiva do sistema de pagamento de serviços por um sistema de orçamento global integrado, alocando recursos com base nas necessidades de saúde da população estabelecidas nos Planos de Saúde nacional, estaduais e municipais, com metas que garantam o aumento de cobertura e melhoria da qualidade de atenção à saúde, com a participação do controle social.

6 – Revisão da lógica de subsídios e isenções fiscais para operadores e prestadores privados de planos e seguros privados de saúde redirecionando esses recursos para o sistema público de saúde.

7 – Avançar no debate dos projetos de lei que tratam da responsabilidade sanitária no sentido de se retomar o cerne da discussão para a garantia do direito à saúde e a garantia dos direitos dos usuários.

8 – Reafirmação da descentralização, mantida a responsabilidade dos três níveis de governo, garantindo auditoria ampla e permanente como instrumento de fiscalização e acompanhamento do cumprimento das metas, alocação de recursos e combate à corrupção.

9 – Avançar no desenvolvimento dos recursos humanos em saúde, especialmente em três dimensões: a) remuneração, vínculos e incentivos; b) organização dos processos de trabalho; c) formação profissional e educação permanente.

10 – Estabelecimento de Plano de Carreira, Cargos e Salários para o SUS de maneira descentralizada, sem a incidência dos atuais limites de gastos da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a contratação de pessoal para os serviços e ações públicas de saúde, com eliminação de vínculos precários, hoje existentes, pela realização de concursos públicos.

11 – Cumprimento da deliberação do Conselho Nacional de Saúde “contrária à terceirização da gerência e gestão de serviços e de pessoal do setor de saúde, assim como, da administração gerenciada de ações e serviços, a exemplo das Organizações da Sociedade

Civil de Interesse Público (OSCIPs) ou outros mecanismos com objetivos idênticos”.

12 – Garantir a democratização do SUS, com o fortalecimento do controle social e regulamentação, em lei, de elementos contidos na Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 333, de 04 de novembro de 2003, que define diretrizes para a criação, reformulação, estruturação e funcionamento dos conselhos de saúde.

13 – Definição de uma política industrial, tecnológica e de inovação em saúde articulada às demais iniciativas governamentais da política industrial do País, como elemento estruturante do SUS. Garantir assistência farmacêutica integral.

Nesse item faço um aparte para elogiar o Governo, quando quebrou a patente do remédio para Aids, porque o remédio só pode ser fabricado sem que sejam pagos os direitos depois de cumprir um determinado tempo. E o Brasil quebrou essa patente para poder atender aos nossos pacientes. Temos 23.400 pacientes tomando remédio para Aids por conta do Erário no Brasil.

14 – Desenvolvimento de ações articuladas entre os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) para a construção de soluções relativas aos impasses na implementação do SUS.

15 – Recriação do Conselho Nacional de Seguridade Social.

Finalmente, propõe-se a mobilização da sociedade para a realização de uma Conferência Nacional de Seguridade Social que retome o debate nacional acerca da política de proteção social definida na Carta Constitucional de 1988...

(Interrupção do som.)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Encerro já, Sr. Presidente.

...e que freie os interesses contrários ao Sistema Único de Saúde.

Essa foi a Carta de Brasília elaborada no Simpósio sobre Política Nacional de Saúde, realizada nesta Casa, com o patrocínio da Frente Parlamentar de Saúde e do Conselho Nacional de Saúde.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Desculpe ter ultrapassado o tempo.

Durante o discurso do Sr. Augusto Botelho, o Sr. Wirlande da Luz, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Muito obrigado, Senador Augusto Botelho.

Com a palavra o Senador Wirlande da Luz, do Estado de Roraima. S. Ex^a dispõe de 15 minutos para o seu pronunciamento.

Convido o Senador Augusto Botelho, se puder, para que assuma a Presidência para ouvir o seu colega de Roraima.

O Senador Paulo Paim está inscrito e ainda fará uso da palavra na manhã de hoje; sempre presente o Senador Paim, segundas, sextas, todos os dias. Parabéns, Senador.

O SR. WIRLANDE DA LUZ (PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a esta tribuna para falar de uma crise, não de uma crise política, mas uma crise social de importância fundamental dentro da sociedade brasileira hoje: a exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes no Brasil.

Essa atividade, corrosiva e nefasta, infesta o nosso território, entristecendo a todos e, felizmente, despertou governantes e governados para que implementem medidas que erradiquem, de uma vez por todas, essa nódoa que tanta repugnância provoca no seio da Nação.

São propostas baseadas em levantamentos e estudos sobre o problema, que, envolvendo o Governo e a sociedade civil, aliados à mídia e às agências de cooperação internacional, visam à inclusão de temas nas prioridades do Governo Federal e dos Governos Estaduais e Municipais.

Dias atrás, abordei, desta tribuna, a exploração do trabalho infantil, tópico tão importante quanto da exploração sexual de menores.

Da mesma maneira, Sr^{as} e Srs. Senadores, falo, agora, dos crimes contra nossas crianças, praticados por psicopatas sem escrúpulos, estrangeiros e brasileiros, que devem ser isolados da sociedade sadia do nosso País.

Tive acesso a estudo sobre o assunto desenvolvido pelo Grupo Vidas, do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. O trabalho foi feito à luz de discussões nos fóruns promovidos pela sociedade civil, Governo, Legislativo e mídia.

É sabido que a exploração sexual infanto-juvenil não é tema de fácil trato, pois traz, em seu bojo, ambigüidades e polarizações e surgiu do capitalismo selvagem, clandestinamente em parceria com o crime organizado e com o beneplácito da permissividade e tolerância da erotização banal.

O Brasil deu dois passos decisivos neste combate: a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, ao instituírem a proteção

integral – e não apenas irregular – a esse grupo etário tão vulnerável e desafortunado.

A partir de então, o assunto inserido no debate público, fato inédito até ali.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vê-se que o problema é sério e de difícil solução. Registro também, por sua importância, o relatório a 1^a fase da Caravana do Conselho Regional de Medicina de Pernambuco ao sertão daquele Estado, que põe a nu os problemas ali constatados pelos médicos que participaram da caravana, além de analisá-los com exatidão.

O Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco está de parabéns pela iniciativa, pela qual criou uma caravana e saiu sertão adentro para avaliar, mais de perto, os problemas sociais do sertão pernambucano em todos os sentidos, não só quanto à saúde, mas quanto às dificuldades sociais enfrentadas pelo nordestino do sertão.

Chamou muito a atenção da caravana o problema da exploração sexual, apesar de, naquele momento, esse não ter sido o seu foco. Eles realizaram uma primeira e uma segunda fases e produziram um extenso relatório de tudo encontrado, que trago aqui comigo. Verificaram exploração sexual em crianças de cinco anos de idade, a quem são pagos R\$5 pela prática de sexo oral. Os médicos daquele Estado que participaram daquela caravana ficaram estarecidos com tal situação. O problema é seriíssimo. E se buscarmos em todos os Estados brasileiros, é daí para pior!

Louvo a atitude do Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco, que, preocupado com isso, trouxe à tona as circunstâncias encontradas no sertão pernambucano hoje e, provavelmente, Sr. Presidente, em todo este País. Parabenizo essa louvável atuação do Conselho, que serve de incentivo para que os Conselhos Regionais de Medicina, em sua prática diária, também adotem a prática social de irem em busca dos problemas sociais pelo interior do Brasil.

Solicito que V. Ex^a faça constar do meu pronunciamento os dados e relatos dos dois trabalhos citados, como ilustração da gravidade da situação e das medidas que devem nortear o País no combate e extermínio dessa mancha que tanto humilha a nós e às nossas crianças, o que só merece o nosso repúdio.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR WIRLANDE DA LUZ EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

RELATÓRIO - 1ª FASE DA CARAVANA CREMEPE - SERTÃO

Caravana. Algo que se move e passa. Registra e reproduz, mas passa. As causas, os fatos ficam, mas levamos as impressões que nos modificam e nos motivam a transformar as realidades. Nas cidades as pessoas vivem, convivem, mas passam, são levadas pelo tempo e pelo vento. As cidades modificam-se, as realidades nem sempre.

O objetivo fundamental desta caravana, mais do que conhecer a realidade ou desenhar um retrato foi o de sentir essa realidade, impressionar-se, acumpliciar-se com o sertanejo que um dia Euclides da Cunha, cunhou “como antes de tudo um forte” e que hoje podemos acrescentar: um teimoso. Teima em amar sua terra árida, seu pedaço de chão no mundo, suas raízes, cultura, manias, seus rios secos e seu povo simples, ávido de uma pátria amada não adormecida.

Vista de Brasília a “Terra Brasilis” parece um país, mas visto do sertão, o povo sertanejo parece que está à procura de uma nação. O sertão visitado compõe-se das cidades descritas, no anexo I, caracterizadas por IDH entre 0,747 (Petrolina) e 0,614 (Ouricuri).

A população média das cidades foi de 42.500 habitantes. As melhores taxas de investimento em saúde foram nas cidades de Sertânia e Belém de São Francisco com 20,42% e 20,08% respectivamente; e as piores foram Afogados da Ingazeira e Triunfo com 4,95% e 6,70% respectivamente.

Quanto à esperança de vida ao nascer o município de Triunfo foi o melhor, apresentando 71,8 (anos). Enquanto em Ouricuri, que apontou apenas 62,5 (anos). Quanto a mortalidade infantil Ouricuri e Sertânia mostraram os maiores índices, com 70,4 e 47,4 por mil nascidos vivos, respectivamente.

Em geral a economia da região sobrevive à base de prestação de serviços sendo movimentada pela aposentadoria do idoso, caprinocultura e agricultura incipiente. Petrolina chama a atenção por sua pujança com universidade, TV's, Shopping, futricultura irrigada. Belém de São Francisco apresenta padrão cultural destacável. Serra Talhada e Triunfo evidenciaram vocação turística e cultural proeminentes.

As estradas em geral estão razoavelmente cuidadas, exceto o trecho próximo a Floresta. A cidade de Parnamirim, com o segundo manancial hídrico do Estado não possui água nas torneiras por falta de distribuição, o que gera armazenamento d'água. Como consequência, o município registrou recentemente vários casos de dengue. Em Salgueiro, a despeito de pagar o pior salário aos professores e médicos da região, apresenta uma obra de alcance social para educação, saúde e idosos elogiáveis.

Em quase todos os municípios o índice de desemprego foi de cerca de 30%, o que pode justificar as altas taxas de violência no estado pela ociosidade de expressivo percentual de jovens que não obtém inserção no mercado de trabalho.

A prostituição infantil na faixa de etária de 10 anos é uma constante em diversas cidades chegando a chocar, pois configura-se no testemunho da fome que só pode ser saciada pelos cinco reais de um viajante caminhoneiro que em sua desgraça perdeu a noção de humanidade e ética.

A saúde do cidadão do nosso sertão é tema maior da nossa caravana, é causa de extrema preocupação. Constantemente temos alertado as autoridades constituídas do poder executivo, legislativo, ministério público como também a população através da imprensa, das dificuldades que o Sistema Único de Saúde apresenta.

De um lado, concebido com princípios de integralidade, universalidade e equidade, capaz de garantir toda tecnologia de ponta como, transplantes, órteses, próteses e fármacos que a medicina suplementar não garante; por outro lado, peca pelo sub custeio, pela falta de um modelo de gestão eficaz, pela absoluta inexistência de sistema de controle social e avaliação e sem capacitação para o exercício do tão necessário controle social.

As prefeituras da região vivem numa situação de penúria. Hospitais do interior sobrevivem recebendo de R\$ 3 a 5 reais por habitante/mês para prestar a assistência secundária à sua população. Como efetuar consórcios se não existe verba suficiente para sequer oferecer cobertura básica do PSF (Programa Saúde Família) a todos (cobertura média de 60%)?; Como uma cidade de 75 000 habitantes recebe do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), SUS (Sistema Único de Saúde) e FPM (Fundo de Participação dos Municípios) por mês R\$ 2,8 mi para administrar toda a cidade? Como é possível atingir metas de saúde sem saneamento, água e energia aos cidadãos? Constatamos falta de política eficaz para a pessoa portadora de deficiência e também a ausência política para combater a prostituição infantil.

A precarização da relação de trabalho dos profissionais do PSF causa instabilidade ao programa que já era tempo de ser transformado em política pública permanente com PCCV (Plano de Cargo Carreira e Vencimento) e concurso público.

A situação dos trabalhadores da saúde nos municípios visitados é de dificuldades, com ausência de carreira e raros funcionários públicos concursados pelos municípios destacam-se vínculos com cooperativas irregularidades e contratos precários com o município (nem estatutários, nem celetistas). No PSF, a variação salarial entre os municípios visitados é marcante, sendo o maior salário em Ouricuri (R\$ 6.100,00) e o menor em Salgueiro (R\$ 3.712,00), gerando a rotatividade entre os médicos, que migram pelos municípios em busca de melhores condições salariais.

Como o número de profissionais dispostos a tais vínculos, é pequeno no interior, tal situação desfalca as equipes de PSF's nos municípios com menor oferta salarial. Fato curioso observado em Cabrobó é o menor valor pago aos profissionais médicos em área indígena, em relação a área urbana, o que tem dificultado o preenchimento da equipe em assistência indígena. Há queixas dos gestores, quanto a dificuldade dos profissionais que se dispunham a cumprir jornada integral do PSF de 40h e queixas dos profissionais quanto aos salários e falta de estabilidade, devido aos vínculos precários com instabilidade a cada processo eleitoral.

Não se pense que esse relato vem carregado das tintas do pessimismo ou do oportunismo do proselitismo político. Não! A realidade adversa é real, mas a responsabilidade é decorrente de um pacto federativo perverso onde a União Federal com visão monetarista não decide investir numa revolução social que garanta oportunidades ao seu povo, que contemple ao menos a dignidade de saciar a fome, a oferta de água, saneamento, luz, educação, cultura e saúde. E independente de cores partidárias ou ideologias, a realidade não se modificou no tempo. A falta de decisão política de um planejamento estratégico para desenvolvimento regional, configura-se em importante falta de ética social aí identificado, o Poder Executivo Federal que tem a responsabilidade de realizar o orçamento da República e resolver os problemas do povo pelo dimensionamento real e não pela mistificação do marketing político.

Por outro lado, o Poder Executivo Estadual, que reconheça-se, tem buscado viabilizar infra-estrutura básica, não conseguiu alavancar projetos de desenvolvimento econômico e geração de renda para a região. Os prefeitos são os menos responsáveis pela situação até encontradas. Também não se fique com a impressão de que é só infelicidade. Muito ao contrário, o teimoso sertanejo é alegre, sincero, confiável e desconfiado. Tem rica cultura, prosa e poesia, músicas, dança, artesanato e folclore extraordinariamente apaixonante. Sobrevive

por sua teimosia, contagiando-nos com seu otimismo e esperança que se contrapõe a apatia e ao marasmo do povo da cidade grande que engole diariamente a violência, a miséria, o risco de morte com indiferença e da insensibilidade de realizar seus esforços para transformar essa situação.

RELATÓRIO – 2ª FASE DA CARAVANA CREMEPE – ZONA DA MATA

A Caravana continua a passar, mas a impressão que nós temos é que caminhamos em círculos. Os problemas se repetem: falta de recursos financeiros e humanos, falta de condições digna de trabalho, falta de humanização na saúde, falta de informação e, conseqüentemente, falta de cidadania.

A Zona da Mata foi visitada em 33 cidades. Foram quatro semanas consecutivas de levantamento de dados, o cansaço era aparente, às vezes minimizado pela música e pelo entrosamento do grupo.

Em cada cidade vislumbrada o que se observava, na expressão dos rostos de quem lá vivia, era a certeza e a esperança de que a Caravana chegava para amenizar as dores e trazer, quem sabe, a saúde, tão almejada.

Procurando chegar perto da população através dos Conselhos Municipais de Saúde, o que percebemos foi:

CONTROLE SOCIAL

- Que os gestores de saúde presidem os conselhos, e que seus membros, titulares e suplentes, necessitam urgentemente de capacitação, pois desconhecem as suas atribuições enquanto conselheiros.

PCCV

- Que a maioria dos PSF's (Programa Saúde da Família) não cobrem sequer 50% da necessidade municipal e há carência de profissionais nas equipes compostas, bem como um atendimento mais humanizado. Apenas com um Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, dedicação exclusiva e remuneração digna, como nos moldes dos Promotores e Juizes, poderemos fixar o médico em todos os municípios;
- Vínculos profissionais precarizados, desrespeitando a exigência do concurso público, estabelecido na Constituição Federal, onde o próprio TCE tem orientações esdrúxula, permitindo contratos a termo incerto, sem direitos trabalhistas. Salários baixos.

CUSTEIO, CONTROLE E AVALIAÇÃO

- O SUS está sub-custeadado e sem controle e avaliação em suas esferas e interfaces. O sistema de consórcios e referências não são eficazes. Urge implantar um sistema de controle e avaliação

UNIDADES DE SAÚDE

- Serviços públicos (SUS) em geral superlotados em demandas de emergência, com pouca capacidade de resolução, sem apoio laboratorial, sem retaguarda de UTI;
- PSF's pouco resolutivos, sem causar impacto nas demandas em unidades mistas ou hospitais;
- Unidades Mistas com características de Hospital Regional e Hospitais Regionais com características de unidade mista. Demanda caótica, desorganizada, sazonal, oriunda de municípios diferentes;
- Situação pior nos municípios onde houve descontinuidade da gestão municipal e na Zona da Mata. A proximidade do Recife parece acomodar mais precariamente as unidades graças a uma política generalizada de remoção de doentes;
- Muitos pacientes crônicos depositados em corredores e alojamentos pouco confortáveis, sem fisioterapia, sem perspectiva de alta ou transferência para unidades com assistência interdisciplinar;
- Bastidores das unidades muito negligenciados, como higiene, raios-x, lavanderias e esterilizações desorganizadas, com alguns equipamentos, mas sem rotinas, EPI's nem pessoal qualificado.

A Caravana foi mais além e entrevistou os gestores de saúde e municipais. Detectamos que a gestão que saía encarregava-se de apagar a memória dos municípios, e o gestor que chegava não tinha informações precisas da cidade, num jogo político em que o principal prejudicado é o povo. Contudo, ainda foi possível, obter alguns dados que nos chamaram a atenção.

1. Jaboatão dos Guararapes – É o segundo município mais violento do Estado, com índices de 20% a 30%, e que as mortes são, geralmente, entre jovens integrantes de “galeras”;
2. Belém de Maria – A contagem do Censo IBGE se deu na época das enchentes, e a população encontrava-se fora do município. Por isso, hoje o déficit populacional é de aproximadamente 4 mil habitantes;
3. Glória de Goitá – Existe um alto índice de trabalho infantil nas casas de farinha e cana-de-açúcar, girando em torno de 10%;
4. Gameleira – 60% dos menores na faixa etária de 2 a 5 anos têm desnutrição e desnutrição grave. Segundo nos foi informado, o Departamento de Nutrição da UFPE está desenvolvendo projeto para combater esse índice;

5. Sairé – Faz parte do projeto “Municípios Saudáveis no Nordeste do Brasil”, fruto de um convênio firmado entre a UFPE, Secretaria de Planejamento do Estado e a Agência de Cooperação Internacional do Japão;
6. Palmares – A prostituição infantil tem índices alarmantes, e a Igreja Católica é a única que desenvolve projetos com esses jovens;
7. Goiana – Tem o maior número de tuberculosos do Estado, bem como o uso indiscriminado de psicotrópicos. Goiana também é conhecida como a cidade dos loucos;
8. Ipojuca – Na zona rural desse município, existem pessoas que morrem de fome, devido às usinas de cana-de-açúcar encontrarem-se no período de entressafra;
9. Rio Formoso – Consórcio intermunicipal para a coleta e reciclagem do lixo (Usina de Lixo Reciclado);
10. Ribeirão – Fato constrangedor foi quando um paciente necessitava de um atendimento médico, e o médico mandou-lhe uma foto para que o paciente o conhecesse.

RELATÓRIO – 3ª FASE DA CARAVANA CREMEPE – AGRESTE

Encerramos a última etapa da caravana visitando as seguintes cidades do agreste: Caruaru, Brejo da Madre de Deus, Santa Cruz do Capibaribe, Taquaritinga do Norte, Toritama, Bezerros, Gravatá, Arcoverde, Buíque, Pesqueira, Belo Jardim, São Bento do Una, Bom Conselho e Garanhuns.

- No anexo –1 é possível verificar os municípios visitados e seus indicadores;
- No anexo –2 temos os gráficos e a síntese das entrevistas com os gestores de saúde de todas as fases da caravana;
- No anexo – 3 temos o olhar sobre as entrevistas realizadas com as mulheres da região do agreste, pesquisando a subjetividade com pungentes relatos sobre suas condições de felicidade.

Novamente presentes, o desemprego, a violência, inclusive a violência à mulher na forma expressada a partir do alcoolismo do

companheiro. Também não evidenciamos, como nas demais regiões, trabalho social para qualificação das pessoas portadoras de deficiência. A prostituição infantil comumente presente e segundo o próprio prefeito de Caruaru, foi preciso criar um programa de re-socialização, pois até crianças praticando sexo oral por dez centavos foi encontrada. Em Santa Cruz do Capibaribe os pacientes vão fazer exames radiológicos em Caruaru (60 km) havendo um aparelho encaixotado há 1 ano, fato comunicado ao Promotor de Justiça.

Por fim ficamos com a impressão de que a situação mais grave de nossas regiões é a da Zona da Mata e a seguir o Agreste. A caravana passou e não os problemas encontrados. Estamos encaminhando ao Governador, Procurador Geral, Ministério da Saúde, Assembléia Legislativa, Comissão de Saúde, Conselho Estadual de Saúde e a população através da imprensa. Precisamos dar os dois primeiros passos:

1. Custear RH, controlar e avaliar, investindo em controle social;
2. Efetuar planejamento estratégico para o Estado, gerar trabalho e renda para que a caravana não seja a expressão de sofrimento de um povo que ainda consegue ser feliz apesar de sua realidade.

ANEXO - 1

CARAVANA CREMEPE 2005

Dados de 2000 das cidades (exceto % EC 29)

Fontes: TCE, CREMEPE, Atlas do IDH, IBGE, Governo do Estado, Informativo dos Municípios.

Cidade	População em milhares	IDH	78,9	97,0	21,1	35,9	70,4	178	25.039.020,92	14,72% (2003)	% PSF Cobertura	Obs.
Petrolina	218.336	0,747	78,9	97,0	21,1	35,9	70,4	178	25.039.020,92	14,72% (2003)	53%	
Ouricuri	56.623	0,614	36,2	72,2	48,2	70,4	62,5	19	2.331.911,21	17,80% (2002)	75%	
Parnamirim	19.284	0,665	41,4	75,1	34,3	33,5	71,0	3	2.031.015,54	11,53% (2003)		2º manancial de água
Cabrobó	26.733	0,677	61,4	93,3	39,2	37,6	69,9	3	2.554.827,00	18,48% (2003)	66%	1 médico bovívano
Salgueiro	51.554	0,708	74,8	90,8	28,1	38,4	69,7	31	3.130.664,51	18,90% (2003)	72%	1 médico cubano
Belém de São Francisco	20.219	0,669	53,9	81,8	38,0	40,1	69,3	4	2.535.861,13	20,08% (2003)		
Floresta	24.724	0,698	51,0	83,0	29,4	35,6	70,5	5	2.818.308,47	17,19% (2003)	50%	alto índice de prostituição infantil

Manadas planejar por casos que foram negligidos

Cidade	População em números	IDH (2000)	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (2000)	Índice de Qualidade de Vida (IQV) (2000)	Índice de Saneamento Básico (ISB) (2000)	Índice de Atenção Primária em Saúde (IAPS) (2000)	Faltos	Valor em R\$	% de cobertura	% PSF	Obs.	
Serra Talhada	70.877	0,682	67,0	94,5	32,5	40,6	69,1	100	3.218.182,00	12,12% (2003)	34%	alto índice de prostituição infantil
Triunfo	15.129	0,714	48,8	96,0	26,7	30,7	71,8	3	914.313,00	6,7% (2003)		
Afogados da Ingazeira	32.916	0,683	69,2	96,0	36,8	42,4	68,7	20	821.028,62	4,95% (2003)		
São José do Egito	29.443	0,657	61,2	94,7	35,4	47,2	67,5	17	2.111.795,27	8,96% (2003)	83%	
Sertânia	31.635	0,648	54,9	94,4	41,3	47,4	67,4	10	2.746.515,98	20,42% (2003)	80%	
Custódia	27.141	0,653	58,5	93,7	42,1	40,7	69,1	4	2.390.544,37	19,33% (2003)		
Riacho das Almas	18.143	0,609	25,2	97,3	49,7	73,1	61,9	2	2.445.026,79	11,48% (2003)		
Passira	29.131	0,625	31,4	96,5	48,6	48,0	67,3	0	2.930.699,13	46,54% (2003)		
Aliança	37.188	0,578	47,7	88,9	46,0	85,3	59,7	4	3.644.306,30	25,34% (2003)		

Cidade	População (em milhares)	IDB	Índice de Desenvolvimento Humano	Índice de Corrupção	Índice de Desenvolvimento Social	Índice de Desenvolvimento Humano	Índice de Desenvolvimento Social	Índice de Desenvolvimento Humano	Índice de Desenvolvimento Social	Índice de Desenvolvimento Humano	Índice de Desenvolvimento Social	Obs
Surubim	50.284	0,641	55,5	97,1	39,5	64,7	63,6	17	3.969.014,80	17,80%	(2003)	
Glória do Goitá	27.528	0,636	44,9	91,0	50,2	38,9	69,5	0	2.157.596,26	19,74%	(2003)	
Carpina	63.769	0,724	75,7	98,9	27,7	35,0	70,6	27	4.919.657,60	15,24%	(2003)	
Timbaúba	56.895	0,649	52,8	89,4	33,1	55,4	65,6	13	3.836.596,63	16,51%	(2003)	
Limoeiro	56.301	0,688	56,7	97,5	32,3	37,4	70,0		2.534.297,77	8,48%	(2002)	
São Lourenço da Mata	90.344	0,707	64,2	98,9	26,1	34,8	70,7	2	2.366.467,10	4,12%	(2003)	
Vitória de Santa Antônia	121.269	0,663	73,8	97,1	32,3	51,1	66,5	37	6.013.670,64	10,91%	(2002)	
Paudalho	45.063	0,670	55,7	98,8	33,0	41,5	68,9	2	3.809.265,48	17,76%	(2003)	
Nazaré da Mata	28.353	0,703	78,7	93,1	29,0	36,9	70,1	7	2.675.618,56	23,09%	(2003)	

Igarassu	176.181	0,719	75,5	99,5	23,6	31,1	71,7	3	7.714.264,72	16,76% (2003)	
Cidade	População em números	BH	Água	Energia	Saneamento	Moradia	Despejo	Medios	Gastos	% EC	% PSI
											cobertura
Abreu e Lima	89.094	0,730	83,6	99,0	16,8	34,6	70,7	1	1.617.064,57	5,13% (2002)	
Paulista	262.072	0,799	93,6	100,0	9,7	21,4	74,8	100	18.498.988,81	13,05% (2002)	
Goiana	71.088	0,692	64,0	97,6	29,7	41,8	68,8	11	5.105.424,52	12,49% (2003)	
Itamaracá	15.854	0,743	78,1	99,7	20,8	27,5	72,8	2	1.608.150,51	16,70% (2002)	
Moreno	45.481	0,693	73,6	97,1	26,4	34,8	70,7	2	4.678.203,12	15,38% (2002)	
Sairé	13.180	0,598	47,3	96,5	49,9	59,5	64,7	0	914.760,78	21,34% (2002)	
Bonito	37.747	0,593	62,0	93,9	47,8	74,7	61,6	0	3.483.799,01	19,59% (2002)	
Belém de Maria	10.634	0,590	54,4	92,3	48,9	69,6	62,6	1	1.291.636,00	22,74% (2003)	80%
Quipapá	22.202	0,579	53,3	83,0	55,3	58,7	64,8	1	2.017.330,57	19,92% (2003)	

Cidade	População em números	Índice IDH	Água Energia %	Malabarismo %	Mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	Esperança de vida (anos)	Medicos (milhões)	Castos e Saúde (R\$)	% EC	% PSF cobertura	Obs
Catende	31.149	0,644	71,3	40,0	52,6	66,2	1	2.021.099,00	7,56% (2002)	(2003)	
Palmares	55.658	0,653	71,6	33,2	68,3	62,9	21	2.869.834,99	6,13% (2002)		
Gameleira	23.784	0,590	58,1	47,0	69,6	62,6	0	2.516.384,00	24,70% (2003)		
Ribeirão	41.368	0,658	72,0	41,2	44,4	68,2	3	2.325.923,00	9,19% (2003)		
Escada	56.956	0,645	61,1	36,9	52,6	66,2	2	4.360.945,90	18,75% (2002)		
Rio Formoso	20.763	0,621	46,2	40,6	59,7	64,6	1	1.931.921,00	6,88% (2003)		
Tamandaré	17.056	0,596	54,7	45,8	69,6	62,6	1	2.081.865,00	18,82% (2003)		
Ipojuca	59.230	0,658	57,9	37,0	42,4	68,7	2	14.379.335,63	16,49% (2003)		
Cabo de Santo Agostinho	152.836	0,707	79,5	24,3	41,0	69,0	5	16.013.396,25	10,21% (2002)		

Jaboatão	580.397	0,777	77,8	99,7	14,7	27,5	72,8	469	29.633.623,44	13,20% (2003)	Obs.
Cidade	População em números	IDH	Água %	Energia %	Malabestim	Moradia infantil (1.000)	Esperança de vida ao nascer	Médicos residentes	Gastos com Saúde R\$	% FC - 29	% PSF cobertura
Camaragibe	128.627	0,747	77,1	99,9	19,2	34,8	70,7	40	24.837.067,14	8,10% (2002)	
Arcoverde	61.600	0,708	82,5	98,5	26,9	44,0	68,3	56	2.239.462,13	5,85% (2003)	
Buique	44.155	0,575	37,4	73,5	56,6	51,3	66,5	1	3.597.759,23	9,41% (2003)	78%
Pesqueira	57.602	0,636	54,1	95,2	35,6	69,1	62,7	19	5.510.874,91		
Belo Jardim	68.655	0,625	73,4	95,6	41,8	70,3	62,5	10	6.855.579,92	18,55% (2003)	48%
São Bento do Una	45.343	0,623	43,4	94,5	46,2	72,4	62,0	6	5.192.322,49	26,87% (2002)	
Garanhuns	117.587	0,693	81,6	98,0	27,8	54,2	65,8	120			
Bom Conselho	42.009	0,572	47,0	87,4	46,9	81,8	60,3	11	3.501.312,75	17,39% (2002)	
Caruaru	253.312	0,713	81,2	99,2	25,4	47,7	67,4	264	19.251.899,22	13,25% (2002)	

Brejo da Madre de Deus	37.849	0,579	61,5	97,6	48,8	70,3	62,5	3	4.438.529,40	15,81% (2003)	72%	
Cidade	População em milhares	IDH	Agua Potavel % da população	Alfabetacao (%) População (7/1000)	Atividade Economicas (%) População	Infra- estrutura (%) População	Indicador de Qualidade de Vida (IDH)	Salario Mínimo (R\$)	Gastos Saúde (R\$)	% EC	% PST cobertura	Obs.
Santa Cruz do Capibaribe	59.017	0,699	64,3	99,5	29,2	41,0	69,0	9	5.434.772,58	20,59% (2003)	50%	
Taquaritinga do Norte	19.720	0,688	32,7	97,0	31,4	36,3	70,3	6	1.935.229,19	34,29% (2003)	95%	
Toritama	21.794	0,670	75,8	99,9	37,7	42,4	68,7	2	1.859.845,20	37,48% (2002)		
Bezerros	57.390	0,619	59,6	97,9	44,1	68,3	62,9	9		9,15% (2003)	80%	
Gravatá	67.204	0,654	75,3	96,4	36,4	56,1	65,4	18	4.769.665,63	24,18% (2002)		

QTD	Municípios de Fronteira	População		
	PARÁ - 5		49 Uruará	21.707
1	Alenquer	40.289		
2	Almeirim	34.230		
3	Faro	13.624		
4	Óbidos	48.705		
5	Oriximiná	52.392		
	AMAPÁ - 8		ACRE - 22	
6	Amapá	7.296	50 Acrelândia	9.049
7	Calçoene	7.312	51 Assis Brasil	3.749
8	Ferreira Gomes	4.017	52 Brasiléia	18.377
9	Laranjal do Jarí	32.919	53 Bujari	7.019
10	Oiapoque	14.885	54 Capixaba	6.511
11	Pedra Branca do Amapari	4.965	55 Cruzeiro do Sul	76.301
12	Pracuúba	2.611	56 Epitaciolândia	12.653
13	Serra do Navio	3.817	57 Feijó	30.763
	RORAIMA - 15		58 Jordão	4.564
14	Alto Alegre	21.512	59 Mâncio Lima	12.563
15	Amajari	5.975	60 Manoel Urbano	7.152
16	Boa Vista	236.319	61 Marechal Thaumaturgo	8.394
17	Bonfim	12.162	62 Plácido de Castro	16.431
18	Cantá	10.213	63 Porto Acre	12.441
19	Caracarái	17.259	64 Porto Walter	5.051
20	Caroebe	5.844	65 Rio Branco	284.555
21	Iracema	5.880	66 Rodrigues Alves	8.748
22	Mucajái	11.593	67 Santa Rosa do Purus	2.954
23	Normandia	5.448	68 Sena Madureira	31.778
24	Pacaraima	8.042	69 Senador Guiomard	21.832
25	Rorainópolis	23.599	70 Tarauacá	27.205
26	São João da Baliza	5.384	71 Xapuri	12.544
27	São Luiz	6.324		
28	Uiramutã	6.342		
	AMAZONAS - 21		RONDÔNIA - 27	
29	Amaturá	8.525	72 Alta Floresta do Oeste	29.001
30	Atalaia do Norte	11.023	73 Alto Alegre dos Parecis	15.449
31	Barcelos	30.429	74 Alvorada do Oeste	19.543
32	Benjamim Constant	25.542	75 Buritis	42.686
33	Boca do Acre	27.884	76 Cabixi	7.421
34	Canutama	10.067	77 Campo Novo de Rondônia	18.606
35	Envira	20.348	78 Cerejeiras	17.217
36	Guajará	14.037	79 Chupinguaia	6.647
37	Ipixuna	17.177	80 Colorado do Oeste	18.349
38	Japurá	12.942	81 Corumbiara	9.411
39	Jutaí	26.103	82 Costa Marques	11.731
40	Lábrea	27.017	83 Guajará-Mirim	42.075
41	Nhamundá	16.352	84 Nova Brasilândia do Oeste	18.003
42	Pauini	17.118	85 Nova Mamoré	20.333
43	Santa Isabel do Rio Negro	8.260	86 Novo Horizonte do Oeste	12.915
44	Santo Antonio do Içá	33.421	87 Parecis	3.205
45	São Gabriel da Cachoeira	33.170	88 Pimenta Bueno	31.416
46	São Paulo de Olivença	27.607	89 Pimenteiras do Oeste	2.633
47	Tabatinga	42.652	90 Porto Velho	380.884
48	Tonantins	18.106	91 Primavera de Rondônia	4.393
			92 Rolim de Moura	49.902
			93 Santa Luzia d'Oeste	11.068
			94 São Felipe do Oeste	7.266
			95 São Francisco do Guaporé	17.600
			96 São Miguel do Guaporé	31.185
			97 Seringueiras	16.217
			98 Vilhena	65.785
			MATO GROSSO - 25	

99 Araputanga	14.247
100 Barão de Melgaço	6.566
101 Barra do Bugre	31.095
102 Cáceres	87.708
103 Campos de Júlio	3.845
104 Comodoro	18.168
105 Figueirópolis d'Oeste	3.752
106 Gloria d'Oeste	2.792
107 Indiavaí	2.073
108 Jauru	12.843
109 Lambari d'Oeste	3.876
110 Mirassol d'Oeste	22.663
111 Nossa Senhora do Livramento	12.988
112 Nova Lacerda	4.561
113 Poconé	31.243
114 Pontes e Lacerda	40.830
115 Porto Esperidião	10.719
116 Porto Estrela	4.283
117 Reserva do Cabaçal	1.907
118 Rio Branco	4.762
119 Salto do Céu	3.387
120 São José dos Quatro Marcos	18.504
121 Sapezal	11.191
122 Tangará da Serra	68.191
123 Vila Bela da Santíssima Trindade	14.190

MATO GROSSO DO SUL - 44

124 Amambaí	31.297
125 Anastácio	23.779
126 Antonio João	7.804
127 Aquidauana	45.543
128 Aral Moreira	8.050
129 Bela Vista	23.113
130 Bodoquena	8.494
131 Bonito	17.681
132 Caarapó	19.790
133 Caracol	4.932
134 Coronel Sapucaia	13.426
135 Corumbá	99.441
136 Deodápolis	10.138
137 Dois Irmãos do Buriti	9.636
138 Dourados	179.810
139 Eldorado	11.076
140 Fátima do Sul	17.549
141 Glória de Dourados	9.084
142 Guia Lopes da Laguna	12.114
143 Iguatemi	14.908
144 Itaporã	17.614
145 Itaquiraí	17.145
146 Ivinhema	20.519
147 Japorã	6.973
148 Jardim	24.193
149 Jateí	3.576
150 Juti	4.831
151 Ladário	17.023
152 Laguna Caarapã	5.989

153 Maracajú	27.871
154 Miranda	24.459
155 Mundo Novo	14.524
156 Naviraí	39.736
157 Nioaque	17.153
158 Novo Horizonte do Sul	5.298
159 Paranhos	10.592
160 Ponta Porã	66.054
161 Porto Murtinho	13.577
162 Rio Brilhante	26.060
163 Sete Quedas	8.854
164 Sidrolândia	27.519
165 Tacuru	9.478
166 Taquarussu	2.959
167 Vicentina	5.007

PARANÁ - 139

168 Altamira do Paraná	6.774
169 Alto Piquiri	9.818
170 Altônia	16.481
171 Ampére	16.859
172 Anahy	2.755
173 Assis Chateaubriand	30.023
174 Barracão	9.066
175 Bela Vista da Caroba	4.219
176 Boa Esperança	4.243
177 Boa Esperança do Iguaçú	2.728
178 Boa Vista da Aparecida	7.424
179 Bom Jesus do Sul	3.922
180 Bom Sucesso do Sul	3.174
181 Braganey	5.227
182 Brasilândia do Sul	3.509
183 Cafelândia	12.708
184 Cafezal do Sul	4.054
185 Campina da Lagoa	15.228
186 Campo Bonito	5.163
187 Cândói	14.969
188 Cap. Leônidas Marques	15.151
189 Capanema	17.660
190 Cascavel	272.243
191 Catanduvás	10.729
192 Céu Azul	10.373
193 Chopinzinho	20.794
194 Cidade Gaúcha	10.074
195 Clevelândia	18.482
196 Corbélia	15.555
197 Coronel Domingos Soares	7.178
198 Coronel Vivida	22.365
199 Cruzeiro do Iguaçú	3.958
200 Cruzeiro do Oeste	18.458
201 Diamante do Sul	3.220
202 Diamante D'Oeste	2.633
203 Dois Vizinhos	32.401
204 Douradina	5.946
205 Enéas Marques	5.833
206 Entre Rios do Oeste	3.535

427 Condor	6.527	483 Nova Esperança do Sul	4.226
428 Constantina	9.545	484 Nova Ramada	2.602
429 Coqueiros do Sul	2.594	485 Novo Barreiro	3.787
430 Coronel Barros	2.466	486 Novo Machado	4.340
431 Coronel Bicaco	7.838	487 Novo Tiradentes	2.428
432 Crissiumal	13.904	488 Palmeira das Missões	36.049
433 Cristal do Sul	2.799	489 Palmitinho	7.014
434 Cruz Alta	68.541	490 Panambi	34.268
435 Derrubadas	3.325	491 Pedras Altas	2.708
436 Dezesseis de Novembro	3.170	492 Pedro Osório	8.191
437 Dois Irmãos das Missões	2.134	493 Pejuçara	4.266
438 Dom Pedrito	41.619	494 Pelotas	338.544
439 Dr. Maurício Cardoso	5.878	495 Pinhal	2.381
440 Encruzilhada do Sul	24.860	496 Pinheirinho do Vale	3.835
441 Engenho Velho	1.814	497 Pinheiro Machado	14.327
442 Entre Rios do Sul	3.209	498 Pirapó	3.108
443 Entre-Ijuís	9.572	499 Piratini	20.316
444 Erechim	96.310	500 Planalto	10.782
445 Erval Grande	4.813	501 Pontão	3.617
446 Erval Seco	8.650	502 Ponte Preta	1.985
447 Esperança do Sul	3.396	503 Porto Lucena	6.035
448 Eugênio de Castro	3.196	504 Porto Mauá	2.724
449 Faxinalzinho	2.840	505 Porto Vera Cruz	2.266
450 Frederico Westphalen	27.695	506 Porto Xavier	11.321
451 Garruchos	3.936	507 Quaraí	24.987
452 Giruá	18.138	508 Redentora	8.677
453 Gramado dos Loureiros	2.486	509 Rio dos Índios	4.220
454 Guarani das Missões	8.660	510 Rio Grande	193.789
455 Herval	7.395	511 Rodeio Bonito	5.602
456 Horizontina	18.046	512 Ronda Alta	9.637
457 Hulha Negra	4.330	513 Rondinha	5.584
458 Humaitá	4.840	514 Roque Gonzales	7.281
459 Ibirubá	19.052	515 Rosário do Sul	41.363
460 Ijuí	78.400	516 Sagrada Família	2.552
461 Independência	7.214	517 Saldanha Marinho	3.126
462 Inhacorá	2.393	518 Salvador das Missões	2.611
463 Iraí	8.470	519 Santa Bárbara do Sul	10.035
464 Itacurubi	3.571	520 Santa Maria	261.980
465 Itaqui	41.902	521 Santa Rosa	68.468
466 Itatiba do Sul	4.531	522 Santa Vitória do Palmar	34.363
467 Jaboticaba	4.265	523 Santana da Boa Vista	8.730
468 Jacutinga	3.797	524 Santana do Livramento	96.286
469 Jaguarão	31.293	525 Santiago	51.375
470 Jaguarí	12.354	526 Santo Angelo	79.086
471 Jarí	3.683	527 Santo Antônio das Missões	12.556
472 Jóia	8.683	528 Santo Augusto	14.023
473 Lajeado do Bugre	2.390	529 Santo Cristo	14.902
474 Lavras do Sul	7.739	530 São Borja	66.896
475 Liberato Salzano	5.503	531 São Francisco de Assis	20.645
476 Maçambará	5.339	532 São Gabriel	61.788
477 Manoel Viana	7.626	533 São José das Missões	2.881
478 Miraguaí	4.539	534 São José do Inhacorá	2.329
479 Morro Redondo	5.961	535 São José do Norte	24.681
480 Nonoai	12.919	536 São Lourenço do Sul	44.935
481 Nova Boa Vista	2.136	537 São Luiz Gonzaga	35.676
482 Nova Candelária	2.755		

538 São Martinho	5.810
539 São Miguel das Missões	7.456
540 São Nicolau	6.166
541 São Paulo das Missões	6.502
542 São Pedro do Butiá	2.867
543 São Sepé	24.690
544 São Valentim	3.847
545 São Valério do Sul	2.609
546 São Vicente do Sul	8.726
547 Sarandi	19.273
548 Seberi	10.598
549 Sede Nova	2.938
550 Senador Salgado Filho	2.844
551 Sete de Setembro	2.212
552 Taquaruçu do Sul	2.850
553 Tenente Portela	13.657
554 Tiradentes do Sul	6.703
555 Três de Maio	24.211
556 Três Palmeiras	4.410
557 Três Passos	23.617
558 Trindade do Sul	5.406
559 Tucunduva	6.092
560 Tupanciretã	21.763
561 Tuparendi	9.363
562 Turuçu	3.889
563 Ubiretama	2.564
564 Unistalda	2.699
565 Uruguaiana	133.481
566 Vecente Dutra	5.874
567 Villa Nova do Sul	4.480
568 Vista Alegre	2.918
569 Vista Gaúcha	2.713
570 Vitória das Missões	3.758

Municípios Brasileiros da Faixa de Fronteira		
MUNICÍPIOS POR REGIÃO / UNIDADE DE FEDERAÇÃO		
REGIÃO NORTE	GERAL	ESCCA
1. Acre	22	9
2. Amapá	8	3
3. Amazonas	21	7
4. Pará	5	2
5. Rondônia	27	6
6. Roraima	15	5
Total de Municípios da Região Norte	98	32
REGIÃO SUL		
7. Paraná	139	17
8. Rio Grande do Sul	182	20
9. Santa Catarina	82	11
Total de Municípios da Região Sul	403	48
REGIÃO CENTRO-OESTE		
10. Mato Grosso do Sul	44	18
11. Mato Grosso	25	6
Total de Municípios da Região Centro-Oeste	69	24
Brasil	570	104

FONTE:

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / Diretoria de Geociências - DGC. Através do site:
<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/fronteira.shtm?c=3>

Ministério da Integração Nacional - MI / Secretaria de Programas Regionais - SPR.
 Através do site: http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/index.asp?area=spr_frenteira

Programa de Desenvolvimento Social da Faixa de Fronteira/SPR/MI. Através do site:
<http://www.integracao.gov.br/programas/index.asp?area=SPR> - Programas e Ações

Grupo RETIS/Instituto de Geociência/UFRJ. Através do site:
http://www.igeo.ufrj.br/gruporetis/programafronteira/tiki-index.php?page_ref_id=213

Ministério das Relações Exteriores / Divisão de Fronteiras - DF. Através do site:
<http://www2.mre.gov.br/daa/df.htm#item07>

**QTD Municípios de Fronteira
URUGUAI**

- 1 Rocha
 - 2 Maldonado
 - 3 *Lavalleja*
 - 4 Tréinta y Três
 - 5 Cerro Largo
 - 6 Durazno
 - 7 Rivera
 - 8 Tacuarembó
 - 9 *Paysandu*
 - 10 Salto
 - 11 *Artigas*
- ARGENTINA**
- 12 Entre Rios
 - 13 Corrientes
 - 14 Misiones
- PARAGUAI**
- 15 Itapua
 - 16 Caazapa
 - 17 *Alto Parana*
 - 18 Canindeyu
 - 19 San Pedro
 - 20 Amambay
 - 21 Concepcion
 - 22 Presidente Hayes
 - 23 Alto Paraguay
 - 24 Chaco
- BOLÍVIA**
- 25 Santa Cruz
 - 26 El Beni
 - 27 Pando

PERU

- 28 Apurímac
- 29 *Arequipa*
- 30 Cusco
- 31 Madre de Dios
- 32 Moquegua
- 33 Puno
- 34 Tacna

COLOMBIA

- 31 Amazonas
- 32 Guainía
- 33 *Guaviare*
- 34 Vaupés

VENEZUELA

- 35 Amazonas
- 36 Bolívar

GUIANA

- 37 Cuyuni-Mazaruni
- 38 Potaro-Siparuni
- 39 *Upper Takutu-Upper Essequibo*
- 40 East Berbice-Corentyne

SURINAME

- 41 Sipaliwini

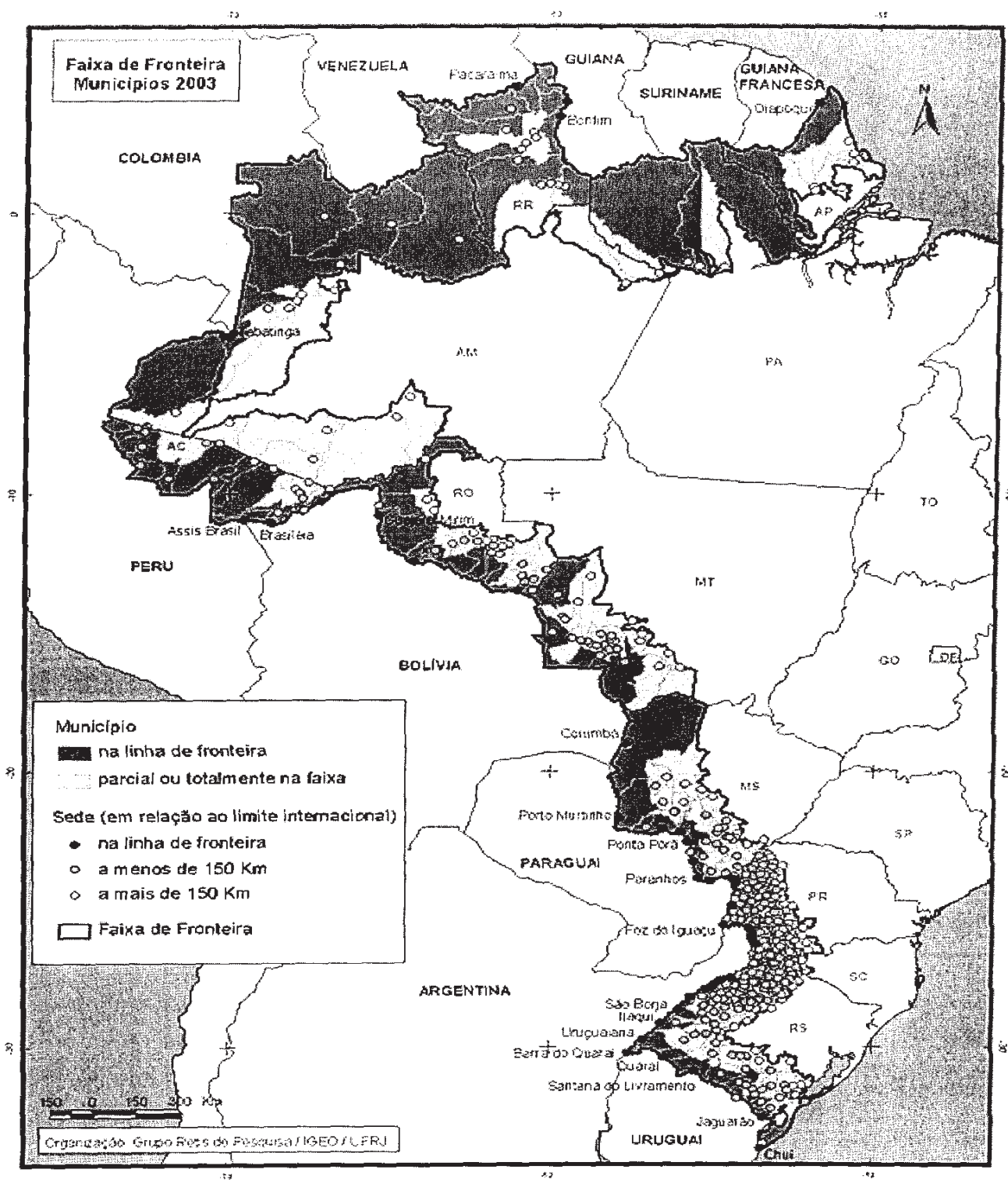
GUIANA FRANCESA

- 42 Saint-Laurent-du-Maroni

**Países da América Latina que tem
fronteira com o Brasil**

PAÍS	MUNICÍPIOS
Argentina	3
Bolívia	3
Colômbia	4
Guiana	4
Guiana Francesa	1
Paraguai	10
Peru	7
Suriname	1
Uruguai	11
Venezuela	2

AMAZONAS	Barcelos	MATO GROSSO DO SUL	Amambaí	SANTA CATARINA	Chapécó	RIO GRANDE DO SUL	Carazinho
	Canutama		Anastácio		Concórdia		Cruz Alta
	Lábrea		Antônio João		Cunha Porã		Erechim
	Urucará		Aquidauana		Dionísio Cerqueira		Guarani das Missões
	São Gabriel da Cachoeira		Bonito		Faxinal dos Guedes		Ijuí
	Tabatinga		Caarapó		Maravilha		Íraí
	Tonantins		Corumbá		Pinhalzinho		Jagurati
	ACRE		Assis Brasil		Dourados		São Miguel do Oeste
Brasiléia			Eldorado		Xanxerê		Pelotas
Bujari			Jardim		Xavantina		Quaraí
Epitaciolândia			Miranda	Xaxim	Rio Grande		
Porto Acre			Mundo Novo	Assis Chateaubriand	Santa Maria		
Rio Branco			Naviraí	Barracão	Livramento		
Santa Rosa do Purus			Nioaque	Cascavel	Santo Angelo		
Sena Madureira			Ponta Porã	Cidade Gaúcha	São Gabriel		
Senador Guiomard			Porto Murtinho	Coronel Vivida	São Luiz Gonzaga		
PARÁ			Óbidos	Rio Brilhante	Diamante D'Oeste		Três Passos
	Oriximiná	Sidrolândia	Foz do Iguaçu	Tuparendi			
RONDÔNIA	Cerejeiras	MATO GROSSO	Francisco Beltrão	Tupanciretã			
	Guajará-Mirim		Cáceres	Ibema	Uruguaiana		
	Pimenta Bueno		Comodoro	Iporã			
	Porto Velho		Poconé	Laranjeiras do Sul			
	Rolim de Moura		Pontes e Lacerda	Medianeira			
	Vilhena		Rio Branco	Nova Olímpia			
	RORAIMA		Boa Vista	Tangará da Serra	Pato Branco		
Iracema				Oeste			
Mucajá				São Miguel do Iguaçu			
Pacaraima				Umuarama			
Rorainópolis							
AMAPÁ	Laranjal do Jari						
	Oiapoque						
	Pedra Branca do Amapari						



Fonte: Ministério da Integração Nacional - MI / Secretaria de Programas Regionais - SPR. www.integracao.gov.br/programas/programasregionais

GT Pobreza, Desigualdade e Diversidade

Quadro 1: Análise da Situação do Enfrentamento da ESCCA
Municípios X Programas
Governamentais

Estado	Rodovia	Município	Situação da ESCCA						Pobreza/ Desigualdade/ Diversidade						PRESIDÊNCIA			
			TRAF	TUR	SEX	PORNOG	PROST	VWS	Desenvolvimento Social			MINISTERIOS			MEC	SEDH	SPIR	
									Peti	BF	PSF	Saúde	Esporte	Cidades	HS			
REGIÃO CENTRO-OESTE																		
		Amambai							X		X							
		Anastácio	A	CA		CA			X		X							
		Antônio João					X				X							
		Aquidauana	A	CA		CA			X		X							
		Bonito	A	CA		CA			X		X							
		Caarapó					X		X		X							
		Corumbá	A	CA		CA			X		X							
		Dourados				CA			X		X							
	BR 262	Eldorado				CA			X		X							
	BR 463	Jardim				CA			X		X							
		Miranda	A	CA		CA			X		X							
		Mundo Novo				CA			X		X							
		Naviraí							X		X							
		Nitaoque				CA			X		X							
		Ponta Porã	A	CA		CAC Ae?			X		X							
		Porto Murtinho	A	CA		CA			X		X							
		Rio Brilhante					X		X		X							
		Sidrolândia							X		X							
		Caçeres	A	CA		CA			X		X							
	BR 174	Comodoro				CA			X		X							
	BR 070	Poconé	A	CA		CA			X		X							
	BR 163	Pontes e Lacerda				CA			X		X							
	BR 364	Rio Branco	A	CA		CA			X		X							
		Itangará da Serra				CA			X		X							

GT Pobreza, Desigualdade e Diversidade

**Quadro 1: Análise da Situação do Enfrentamento da ESCCA
Municípios X Programas
Governamentais**

Estado	Rodovia	Município	Situação da ESCCA				Pobreza/ Desigualdade/ Diversidade						PRESIDÊNCIA					
			TRAF	TUR SEX	PORNOG	PROST	YVS	Desenvolvimento Social		Saúde		Esporte	Indústria	MEC	SEDH	SPIR		
		Carazinho					X											
		Cruz Alta					X											
		Erechim					X											
		Guarani das Missões	A				CA											
		Jui					X											
		Iral					X											
		Jaguarai					X											
		Panambi					X											
		Pelotas					X											
	BR 116	Quaraí					X											
	BR 287	Rio Grande					X											
	BR 241	Santa Maria	A				CA											
	BR 471	Santana do Livramento					X											
	BR 472	Santo Angelo					X											
		São Gabriel					X											
		São Luiz Gonzaga					X											
		Tres Passos					CA											
		Tuparendi					X											
		Tupancireta					X											
		Uruguaiana	A				CA											

FONTE:

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / Diretoria de Geociências - DGC. Através do site: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/fronteira.shtm?c=3>

Ministério da Integração Nacional - MI / Secretaria de Programas Regionais - SPR. Através do site: http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/index.asp?area=spr_frenteira

Programa de Desenvolvimento Social da Faixa de Fronteira/SPR/MI. Através do site: <http://www.integracao.gov.br/programas/index.asp?area=SPR> - Programas e Ações

Grupo RETIS/Instituto de Geociência/UFRJ. Através do site: http://www.igeo.ufrj.br/grupo/rets/programafronteira/tiki-index.php?page_ref_id=213

Ministério das Relações Exteriores / Divisão de Fronteiras - DF. Através do site: <http://www2.mre.gov.br/daa/df.htm#item07>

**Quadro 1: Análise da Situação do Enfrentamento da ESCCA
Municípios X Programas Governamentais** GT Defesa e Responsabilização

Estado	Rodovia	Município	GT - Defesa e Responsabilização						GT DEFESA E RESPONSABILIZAÇÃO		
			TRAF	TUR SEX	PORNOG	PROST	VVS	DEFESA	RESPONSABILIZAÇÃO		
REGIÃO NORTE											
AMAZONAS	BR 174 BR 319	Barcelos		CA		CA				CT	
		Canutama					X			CT	
		Lábrea					X				
		São Gabriel da Cachoeira	A			CA CI				CT	
		Tabatinga	A	CA		CA				CT	
		Tonantins	A			CA					
		Urucará				X				CT	
		Assis Brasil	A			CA				CT	
		Brasília	A							CT	
		Bujari	A							CT	
ACRE	BR 364 BR 317 BR 425 BR 174	Epitaciolândia	A			CA				CT	
		Porto Acre					X				
		Rio Branco	A		CA	CA			CEDECAC PROVITA/AC CT, CED, PIJ Def. Pública VIJ, CAOJ-MP JIJ, CEDCA/AC CEM-SSB/AC	DPCA/AC PF(Perícia em Informática) Delegacia da PRF Posto da PRF DRT/AC e DCCM	
		Santa Rosa do Purus					X				
		Sena Madureira					X			CT	
PARÁ		Senador Guomard	A			CA				CT	
		Óbidos	A			CA				CT	
		Oriximiná					X			VIJ JIJ	

**Quadro 1: Análise da Situação do Enfrentamento da ESCCA
Municípios X Programas Governamentais** GT Defesa e Responsabilização

REGIÃO CENTRO-OESTE															
MATO GROSSO DO SUL	BR 262 BR 463	Amambai								X	CT - Comarca VIJ PIJ				
		Anastácio	A	CA		CA						CT			Delegacia da PRF
		Antonio João								X		CT			
		Aquidauana	A	CA		CA						CT - Comarca VIJ PIJ			DM
		Bonito	A	CA		CA						CT, Comarca VIJ PIJ			
		Caarapó								X		CT, Comarca VIJ CT			
		Corumbá	A	CA		CA						Comarca VIJ PIJ JIJ Def. Pública CMM			DM
		Dourados									CA	Comarca VIJ PIJ			Delegacia da PRF Posto da PRF DM
		Elorado									CA	Def. Pública CT, Comarca VIJ PIJ			
		Jardim										CT, Comarca VIJ PIJ			Delegacia da PRF DM
		Miranda	A	CA		CA						CT, Comarca VIJ PIJ			
		Mundo Novo									CA	CT, Comarca VIJ PIJ			Delegacia da PRF Posto da PRF
		Naviraí										CT, Comarca VIJ PIJ		X	DM
		Nioaque									CA	CT, Comarca VIJ PIJ			
		Ponta Porã	A	CA		CA C Ae?						Comarca VU PIJ			DM
		Porto Murtinho	A	CA		CA						CT, Comarca VIJ PIJ			
		Rio Brillhante										CT, Comarca VIJ PIJ		X	Posto da PRF
		Sidrolândia										CT, Comarca VIJ PIJ			Posto da PRF
MATO GROSSO	BR 174 BR 070 BR 163 BR 364	Cáceres	A	CA		CA					CT, PIJ CMM			Delegacia da PRF	
		Comodoro								CA	CT, PIJ			Posto da PRF	
		Poconé	A	CA		CA					CT, PIJ				
		Pontes e Lacerda								CA	CT, PIJ			Delegacia da PRF	
		Rio Branco	A	CA		CA					CT, PIJ				
		Tangará da Serra				CA					CT, PIJ				

**Quadro 1: Análise da Situação do Enfrentamento da ESCCA
Municípios X Programas Governamentais**

GT Defesa e Responsabilização

REGIÃO SUL			A			CA		CT VIJ CMM	Delegacia da PRF
SANTA CATARINA	BR 116	Chapecô							
		Concórdia			CA				Posto da PRF DPCAM
		Cunha Porã			CA				
		Dionísio Cerqueira				X			
		Faxinal dos Guedes			CA				
		Maravilha			CA				
		Pinhalzinho			CA				Posto da PRF
		São Miguel do Oeste			CA				
		Xanxerê				X			
		Xavantina							Posto da PRF
		Xaxim			X				
		Assis Chateaubriand			X				
		Barracão					X		
		Cascavel				CA			
PARANÁ	BR 277 (rodovia do café)	Cidade Gaúcha					X		Delegacia da PRF Posto da PRF DM
		Coronel Vivida				X			
		Diamante D'Oeste				X			
		Foz do Iguaçu		A		CA			
		Francisco Beltrão					X		
		Ibema				CA			
		Iporã							
		Laranjeiras do Sul			CA				
		Medianeira			X				
		Nova Olímpia					X		
		Pato Branco			X				
		Santa Tereza do Oeste			X				
		São Miguel do Iguaçu				X			
		Umuarama				X			

Quadro 1: Análise da Situação do Enfrentamento da ESCCA
Municípios X Programas Governamentais
GT Defesa e Responsabilização

Município	Programa Governamental	Previsão	A	X	CA		CT	Posto da PRF
	Carazinho			X			CT	Posto da PRF PPM
	Cruz Alta			X			CT	Posto da PRF PPM
	Erechim	A		CA			CT	Posto da PRF PPPM DM
	Guarani das Missões			X			CT	
	Ijuí			X			CT	Delegacia da PRF Posto da PRF PPM
	Itaí			X			CT	
	Jaguari			X			CT	
	Panamby			X			CT	
	Pelotas			X			3 CT VJ CMM	Delegacia da PRF Posto da PRF DM
	Quarei			X			CT	
	Rio Grande	A		CA			3 CT	Vig.Sanitária Posto da PRF PPM
	Santa Maria			X			3 CT CMM	Delegacia da PRF Posto da PRF DM
	Santana do Livramento			X			CT CMM	Delegacia da PRF Posto da PRF PPM
	Santo Angelo			X			CT CMM	PPM
	São Gabriel			X			CT	Posto da PRF
	São Luiz Gonzaga			CA			CT	PPM
	Três Passos			X			CT	PPM
	Tupanciretã			X			CT	
	Tuparendi			X			CT	
	Uruguaiana	A		CA			CT VJ PJ	Delegacia da PRF Posto da PRF PPPM

RIO GRANDE DO SUL

BR 116
BR 287
BR 241
BR 471
BR 472

FONTE:

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / Diretoria de Geociências - DGC. Através do site: <http://www.ibge.gov.br/home/novidades/novidades/novidades/areahtm?r=3>

Ministério da Integração Nacional - MI / Secretaria de Programas Regionais - SPR.

Através do site: http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/index.asp?area=spr_frenteira

Programa de Desenvolvimento Social da Faixa de Fronteira/SPX/ML. Através do site: <http://www.integracao.gov.br/programas/mux.asp?area=SPK> - programas e Arquivos

Grupo RETIS/Instituto de Geociências/UFRRJ. Através do site: http://www.igeo.ufrj.br/grupoRetis/programafronteira/tiki-index.php?page_ref_id=213

Ministério das Relações Exteriores / Divisão de Fronteiras - DF. Através do site: <http://www2.mre.gov.br/daa/df.htm#item07>

Durante o discurso do Sr. Wirlande da Luz, o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento.

Concedo a palavra, pelo art. 17, ao Senador Paulo Paim. O Senador usará a palavra duas vezes por semana se não houver outro orador inscrito que pretenda ocupar a tribuna. O Senador Paulo Paim usou muito a palavra porque estava defendendo a PEC Paralela, lutando pelos trabalhadores e aposentados deste País.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Augusto Botelho, que preside os trabalhos neste momento, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Wirlande da Luz, venho à tribuna para falar um pouco da importância da votação havida nesta Casa no dia de ontem.

Por uma questão de justiça, Sr. Presidente, principalmente para com meu Estado, registro meus agradecimentos a todo o povo gaúcho que, em todas as áreas, na imprensa escrita e falada, enfim, nas televisões, enfatizou muito o meu trabalho em relação à PEC Paralela.

Claro que é bom para nós, homens públicos, vermos o reconhecimento do Estado, mas quero dividir as honrarias, porque sozinho eu não faria nada – V. Ex^{as} sabem disso. Foi essencial o apoio de todos os Senadores, inclusive do Presidente José Sarney, que foi fundamental para construir o acordo naquela oportunidade, do Relator Tião Viana, do Presidente Renan Calheiros, que ontem foi impecável. Toda vez que todos aqui presentes pedíamos para o Presidente que agilizasse a votação, S. Ex^a dizia: “V. Ex^{as} têm razão, vamos votar”.

Reporto-me também ao ex-Presidente da Câmara, Deputado João Paulo Cunha, que fez a votação, em primeiro turno, e ao Presidente Severino Cavalcanti, que fez em segundo turno.

Mas quero, também, Sr. Presidente, mostrar este momento importante do Parlamento brasileiro em que o acordo entre as partes foi efetivamente cumprido.

Divido, ainda, com dois Senadores gaúchos, Pedro Simon e Sérgio Zambiasi, que, naquela data histórica em que subi à tribuna para votar a favor da PEC original, perguntaram-me: “Paim, a PEC paralela é para valer? Então, vamos defendê-la junto com V. Ex^a”. Então, divido com os meus dois Senadores gaúchos, que foram parceiros, do primeiro ao último momento, e ajudaram muito para que o acordo fosse cumprido.

E também divido com V. Ex^{as}, aqui no plenário, representando todos os Senadores desta Casa – todos.

A Senadora Heloísa Helena hoje falava comigo que não tinha visto uma declaração minha, ontem, em relação à tramitação dos trabalhos, ao que estava sendo acordado por todos para conseguirmos o quórum.

Quero dizer que a Senadora Heloísa Helena, o Senador Aloizio Mercadante, o Senador Arthur Virgílio – tive o cuidado, para não esquecer ninguém, de trazer a lista da liderança de todos os partidos, que vou deixar nos Anais da Casa –, o Senador Ney Suassuna, o Senador Delcídio Amaral, o Senador José Agripino, o Senador Osmar Dias, o Senador Mozarildo Cavalcanti, o Senador José Jorge, líderes de todos os partidos, colaboraram.

A Senadora Heloísa Helena foi uma das primeiras que assinou o requerimento de urgência, junto com os Senadores Aloizio Mercadante e Delcídio Amaral. Deixo bem claro isso.

O Senador José Agripino foi muito leal nesse debate. S. Ex^a disse: “Paim, não assino em primeiro lugar, porque quero ouvir primeiro o meu Relator”. Quando o Relator Rodolpho Tourinho disse que o seu relatório estava pronto e podia ser encaminhado ao plenário, em seguida, o Senador José Agripino o assinou. Então, houve lealdade de parte de todos os líderes.

Para que eu não esqueça nenhum Senador, Sr. Presidente, quero que fique registrada esta folha da Ordem do Dia, onde se registram todos os componentes da Mesa e todos os líderes.

Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Augusto Botelho, Senador Wirlande da Luz, Senador Eurípedes, nosso Senador permanente, que, na época, estava aqui e votou na reforma da Previdência e na PEC paralela. Acho que V. Ex^{as}, neste momento, no plenário, representam esse grande momento.

Senador Augusto Botelho, V. Ex^a que preside esta sessão, a PEC paralela para mim é muito mais que simplesmente o mérito. Acho importantíssima a integralidade, a paridade, o debate do subteto, a não contribuição dos inativos com doença incapacitante, o controle social, a regra de transição, que acordei com o Presidente Lula e com o Ministro José Dirceu, na época. Próximo ao momento em que eu iria subir à tribuna, eles me ligaram – na minha sala estavam os Senadores Sérgio Zambiasi, Pedro Simon e Ramez Tebet – e disseram: “Pode ir lá votar, que vamos garantir a PEC paralela”. Demorou, mas felizmente hoje ela é uma realidade.

Então, o acordo firmado entre o Legislativo e o Executivo não poderia ser quebrado. Felizmente, tenho que dizer que era triste receber *e-mails* dizendo

assim: “Senador Paim, V. Ex^a e os outros Senadores participaram de uma farsa, porque a PEC paralela nunca será votada”.

Confesso que ontem respondi um *e-mail* dizendo aquela velha frase do Zagalo: “Meu amigo, com todo respeito, tu vais ter que me engolir, porque a PEC paralela foi votada, e o Senado da República cumpriu o acordo firmado”.

Demorou, porque a Casa é assim.

Senador Mozarildo Cavalcanti, é com alegria que lhe concedo um aparte. V. Ex^a ajudou muito, assim como o Senador Wirlande da Luz e todos os Srs. Senadores, de uma forma ou de outra, para que esse momento acontecesse.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a além de ter sido um grande batalhador por essa PEC paralela que, aliás foi uma invenção...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Da assessoria do Senado, com o Senador Tião Viana.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Exatamente. Um mecanismo altamente benéfico, por sinal, porque ficávamos naquela ditadura: o que vinha da Câmara tínhamos que aprovar como estava se quiséssemos promulgar; se mexéssemos voltava para a Câmara. Infelizmente, o processo legislativo na Câmara é mais demorado, são 513 Deputados, fora as presções que são maiores. Conseguimos fazer com que a emenda inicial, oriunda do Governo, com várias injustiças, pudesse ser tratada à parte, para que as injustiças fossem corrigidas ou, pelo menos, amenizadas. Como V. Ex^a disse, eu, como tantos outros, queríamos votar contra a emenda original, mas encontramos a saída para votar a favor, fazer a reforma que se dizia necessária, mas também amenizar as injustiças que estavam ali postas. A PEC foi para a Câmara, onde ficou por quase dois anos. Sofremos realmente muito tempo com esta história de vota e não vota, o Governo não queria que votasse e deu um dribble nos Senadores. Felizmente, a PEC paralela veio ao Senado e foi votada em tempo recorde, com muita seriedade. Agora, quero estimular não só V. Ex^a, mas o Senado Federal, a publicar uma espécie de cartilha para que as pessoas compreendam o que foi feito em uma PEC e o que foi feito na outra...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Excelente sugestão.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – ...e quais são os atuais direitos dos aposentados, dos pensionistas, enfim, aqueles que estão...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Os pensionistas, que eu não havia falado aqui.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Exatamente. É preciso que fique claro, para que aqueles que são realmente os diretamente interessados, beneficiados ou, até em parte, prejudicados entendam como é o jogo agora. Portanto, termino parabenizando V. Ex^a, inclusive pelo ato de ontem, pois apesar de ser o dia em que seu irmão estava sendo enterrado, veio para cá batalhar, pensando no Brasil e nos milhões de brasileiros que esperavam essa votação. Parabéns!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Senador Heráclito Fortes, que chegou agora, ajudou muito também, porque é importante o papel da Oposição de cobrar o acordo, cobrar a PEC paralela. Quero aqui dar o testemunho de que isso fez com que acontecesse.

Senador Mozarildo Cavalcanti, ontem, quando o meu mano mais velho estava sendo enterrado – aquele com quem eu jogava bola, que me carregou no colo e levava-me à fábrica onde minha mãe trabalhava quando eu ainda estava sendo amamentado –, quando o estavam levando, eles me ligaram e disseram que estavam comigo aqui. Ele torcia muito para a gente, embora morasse em São Paulo. Ele, lá de cima, estava acompanhando aqui o processo. Por isso, embora tenso, eu estava aqui muito firme, contando com o apoio de V. Ex^{as}.

Senador Wirlande da Luz, é uma alegria receber um aparte de V. Ex^a.

O Sr. Wirlande da Luz (PMDB – RR) – Senador Paulo Paim, confesso que, nesses dois últimos dias, na quarta e na quinta, ontem, também tive medo de não ser votada a PEC paralela. Fiquei preocupado, porque achava que ia passar para agosto, setembro, não se sabe quando. E via o meu desespero na questão da votação. O meu desespero para que fosse votada a PEC realmente mexeu com todos os Senadores, até com aqueles que pareciam não estar dispostos a votar a matéria antes do recesso. Mexeu de tal maneira que apesar de a votação não ter sido feita na quarta-feira, teve êxito na quinta-feira. E o povo brasileiro hoje, com certeza, acordou melhor, sentindo-se mais gente, mais prestigiado e, principalmente aqueles que estavam assistindo à TV Senado vão guardar por muito tempo a sua presença na tela, naqueles momentos de desespero, querendo que se votasse a PEC paralela. Eu já o havia cumprimentado ontem, mas volto a cumprimentá-lo agora. E o povo brasileiro, com certeza, gostaria de abraçá-lo, bem como a todos aqueles que participaram muito efetivamente desde a construção até a votação da PEC. Apesar de estar na Casa há apenas pouco mais de três meses, vinha acompanhando de perto a questão da PEC paralela há muito

tempo, assim como a sua luta, seja pela TV Senado, seja pelos jornais. Parabéns, mais uma vez. O povo brasileiro agradece a V. Ex^a pela sua luta para colocar em votação e aprovar a PEC paralela.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Da Luz, agradeço o aparte de V. Ex^a. Gosto de chamá-lo pelo sobrenome, como me chamam de Paim. V. Ex^a, ao chegar a esta Casa, até pelo seu nome, iluminou um pouco o momento atual, tão importante, pela sua solidariedade, pela sua sensibilidade, médico que é como tantos outros Senadores.

Por uma questão de justiça, quero ainda registrar os nomes do Líder do PL, Senador Marcelo Crivella; do Líder do PTB, Senador Mozarildo Cavalcanti; do Líder do PP, Senador Valmir Amaral; do Líder do PDT, Senador Osmar Dias; do Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante; do Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio; do Líder do PFL, Senador José Agripino; do Líder do PSB, Senador João Capiberibe; do Líder do PT, Senador Delcídio Amaral; do Líder do PMDB, Senador Ney Suassuna; bem como dos dois relatores, Senador Tião Viana e Rodolpho Tourinho.

Creio que citei todos os Líderes, espero não ter esquecido nenhum.

Sr. Presidente, é muito grande o número de *e-mails* que estamos recebendo em nosso gabinete, de ontem para hoje. E a linha é está: “Felizmente, nos enganamos; o Senado tinha razão. O Senado aprovou, em segundo turno, a PEC paralela”. É muito bom ouvirmos isso em um momento tão difícil da política nacional.

Senador Heráclito Fortes, concedo um aparte com muita satisfação a V. Ex^a, que nos ajudou muito nesse encaminhamento.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Meu caro Senador Paulo Paim, acompanhei muito de perto, sabe bem V. Ex^a, essa sua luta. Primeiramente, pela admiração que tenho por V. Ex^a desde que chegamos praticamente juntos ao Congresso Nacional. Em segundo lugar, até pela nossa vizinhança de bancada aqui, eu acompanhava, no dia-a-dia, a sua angústia. E vemos, pelo comportamento do homem, quando a angústia é sincera e quando ela é demagógica. No caso do Paim, era uma coisa que tocava e que feria. O Paim vivia incomodado com essa questão. Eu, às vezes, o via abatido e, com esse meu jeito de levar as coisas pelo lado otimista, procurava, às vezes com ironia, às vezes com brincadeira, estimulá-lo, provocando-o sempre para que continuasse nessa luta que empunhou sozinho, enfrentando incompreensões dentro do próprio Partido. Mas sabia que a verdade estava a seu lado e enfrentou com muita altivez. Teve paciência de Jó, quando foi preciso, mas não se afastou em ne-

nhum momento dessa bandeira. Aí, temos de invocar o velho Shakespeare, quando diz que “Não há noite tão longa que, por fim, não encontre o dia”. Finalmente, V. Ex^a, para alegria dos brasileiros, encontrou. E essa luta vale a pena. A única coisa, Senador Paim, na vida pública, de que nós temos de nos arrepender é da omissão, o que não foi o caso de V. Ex^a. Portanto, está de parabéns o Rio Grande do Sul por mandá-lo para cá; está de parabéns V. Ex^a pela luta; e está de parabéns, acima de tudo, o Brasil por essa conquista. Vá em frente!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes. De fato, V. Ex^a, por inúmeras vezes, procurava brincar comigo, dizendo: “Paim, vá em frente que você vai conseguir ainda. Pode saber, quando nós vamos lá cobrar, não é só para cutucar o Governo. Nós vamos cobrar para que o acordo seja cumprido”. Então, isso ajudou muito! E V. Ex^a, em todos os momentos que vinha à tribuna, bem como outros Senadores da Oposição, diziam: “Olha, desafiamos se chegaremos a outro 1º de abril, o dia da mentira”. Diversos Senadores, ao fazerem isso, estavam ajudando.

Então, sinto-me, neste momento, gratificado. E tenho consciência, Senador Heráclito Fortes, que essa vitória não é do Paulo Paim. Claro que aquele dia em que vim a tribuna e votei contra a minha vontade, acreditava que a PEC paralela era uma saída.

O Senador José Sarney me disse ontem, aqui da tribuna: “Você botou sua cabeça na guilhotina para a PEC paralela ser aprovada. E, felizmente, ela foi aprovada”. Mas, não fosse o apoio de todos os Senadores, com certeza, ela não seria aprovada – e o foi por unanimidade.

Ontem, um Senador, que é parceiro nosso, companheiro e é da Oposição, dizia-me: “Paim, está difícil esse quórum. Estou receoso que ela caia”. Depois, ele me disse: “Olha só, enganei-me pela primeira vez na história, ela foi votada por unanimidade”. E me deu um abraço.

Foi importante também o apoio das entidades que estavam aqui presentes, e que fui abraçar tão logo proclamado o resultado. É importante lembrar isso. Todas as entidades dos servidores públicos cumprimentaram os Senadores e Senadoras e, num momento de emoção, enfim, acabamos – confesso aqui e agora, que estou muito mais tranquilo – fazendo um choro coletivo ali naquelas bancadas. Era uma homenagem às Sr^{as} e Srs. Senadores e não apenas a um Senador.

Sei que todos os funcionários da Casa estavam torcendo, assim como as donas-de-casa, que poderiam se aposentar.

Enfim, é um momento muito gostoso, importante. Como é bom estar aqui, subir à tribuna hoje de alma lavada, ciente do dever cumprido, junto com todos os Senadores, e poder dizer ao Brasil que a PEC paralela – conforme anunciado pela Mesa – será promulgada já na próxima terça-feira.

Concluo, pedindo a V. Ex^a, Sr. Presidente, que considere como lido na íntegra o pronunciamento em que comento artigo da imprensa do meu Estado. Falo da imprensa do meu Estado, mas todos sabem que tenho o maior carinho e respeito por toda imprensa nacional. Mas, claro, como sou do Rio Grande do Sul, lá repercute mais, como a ação de cada um de V. Ex^{as} repercute mais nos seus Estados.

Quero deixar registrada porque considero oportuna, neste momento, uma matéria publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em que é feita uma análise sobre por que os três Senadores gaúchos – Sérgio Zambiasi, Paulo Paim e Pedro Simon – estão sempre juntos e defendem, em 99,9% dos casos – eu chegaria a dizer em quase 100% – as mesmas posições. É uma análise interessante feita pela competente jornalista Gilse Guedes, da qual destaco uma frase: “Na ponta do laço e dos cascos, a Bancada gaúcha vota unida. Congressistas do Rio Grande do Sul superam diferenças partidárias para garantir a aprovação de projetos em prol do Estado”. Essa frase por nós colocada tem uma simbologia.

Fiquei muito feliz pelo presente que recebi ontem. Vejam V. Ex^{as}, eu que falo tanto aqui dos trabalhadores da área pública e da área privada, dos índios, dos negros, e, hoje, fiz um aparte ao Senador Edison Lobão sobre a questão do reajuste dos militares – tem que haver o reajuste dos servidores em greve – recebi, em meu gabinete, dos produtores rurais que estavam em Brasília fazendo um tratoração, um quadro mostrando um lenço vermelho e amarelo, que lembra os maragatos e ximangos na luta pelo Rio Grande, divergentes em muitos momentos, e que só se uniram na hora de elegerem Getúlio Vargas. Quando me presentearam, disseram: “Esta é uma demonstração do nosso reconhecimento à Bancada gaúcha, que defende todos e não somente um setor da sociedade. Defende empregadores, trabalhadores...”

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...servidores da área pública, civis e militares, enfim, todos os que construíram este grande momento”.

Termino agradecendo ao Diap pela assessoria que nos deu. Agradeço a todos os funcionários da Casa e vou citar o Carreiro. Se me permitir, Carreiro, em seu nome, agradeço a todos os funcionários da

Casa pelas orientações precisas e claras nos encaminhamentos.

Quero dizer que participei também, ainda esta semana, do 1º Congresso da Fundação da Nova Central de Trabalhadores, que reúne 99% das confederações de trabalhadores do Brasil. Eles me aplaudiram de pé quando eu lhes disse que a PEC paralela seria votada no dia de ontem. O momento em que fui aplaudido foi quando falei, em nome do Senado, que a PEC paralela seria votada. E foi votada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recentemente o jornal O Estado de São Paulo publicou matéria sobre a atuação da bancada gaúcha aqui no Congresso Nacional.

Assinada pela competente jornalista Gilse Guedes a matéria tem a seguinte chamada: “Na ponta do laço e dos cascos, bancada gaúcha vota unida. Congressistas do Rio Grande do Sul superam diferenças partidárias para garantir aprovação de projetos em prol do Estado”.

A prezada jornalista foi muito feliz quando diz que nós, Senadores Paulo Paim (PT), Pedro Simon (PMDB) e Sérgio Zambiasi (PTB) deixamos de lado nossas diferenças ideológicas e rivalidades eleitorais para juntos lutarmos em defesa do Rio Grande do Sul.

A matéria cita questões polemicas como a Convenção-Quadro do tabaco, a Varig, os transgênicos, e o projeto que prevê a proibição da venda de armas, como exemplos de trabalho que são feitos em conjunto pela bancada gaúcha.

Mas vou além Sr. Presidente. Posso falar aqui de outros pontos de unificação da bancada gaúcha.

O setor coureiro-calçadista está atravessando uma das piores crises da história devido às altas taxas de juros, à política cambial e à demora na restituição dos créditos tributários decorrentes das exportações.

A duplicação da BR-101 trecho entre Osório/Palhoça é uma antiga reivindicação dos cidadãos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina que, finalmente, está saindo do papel.

A crise do setor orizícola está levando à falência 15 mil produtores de arroz e colocando em jogo cerca de 300 mil empregos diretos. O governo federal já destinou oitocentos milhões de reais para a comercialização do arroz, o que garantirá a regulamentação dos preços. Esperamos que a liberação da verba ocorra o mais rápido possível.

O setor vinícola está sofrendo pela importação descontrolada do vinho dos países do Mercosul, li-

vre de impostos de importação. A alta carga tributária imposta ao vinho nacional é outro problema que tem afetado o setor.

O aumento de 71% no preço do minério de ferro, insumo para a fabricação do aço, prejudicou o mercado interno, com reflexos negativos para a indústria, desencadeando elevação no custo final dos produtos e prejudicando alguns setores.

As dificuldades enfrentadas pela cadeia produtiva do trigo exigem maiores investimentos, como na armazenagem e na implantação de infra-estrutura de transportes.

A grande seca do último verão levou a perda de grande parte da produção de grãos. A liberação de recursos para resolver o problema já está sendo providenciada pelo governo federal.

A federalização da Universidade da Região da Campanha (URCAMP) é um anseio de toda a metade sul do no Estado e que, se concretizada, trará benefícios para essa região que é tão mal tratada pelos governos.

O Anel Rodoviário Metropolitano de Porto Alegre como alternativa para desafogar o intenso tráfego da BR-116. Essa obra é importante não só para a região do Vale dos Sinos, mas como para todo o Rio Grande do Sul.

A valorização do carvão gaúcho é outra medida que une os senadores, desde a região carbonífera até Bagé.

Sr. Presidente, o que falei são mais alguns exemplos que demonstram a unidade da Bancada gaúcha.

Quando se trata de defendermos os interesses do Rio Grande do Sul nós o fazemos, sim, com muito orgulho. Mas, quero deixar bem claro que não são pontos isolados. Falo aqui de assuntos que interessam ao meu Estado e ao conjunto da sociedade.

Mas a pauta mais importante, Sr. Presidente, que na minha opinião é a que realmente une a gauchada e que, sem dúvida, pode ser o elo de unificação com os parlamentares de outros estados, é a discussão de um novo pacto federativo.

Uma República Federativa mais forte e eficiente, com mais autonomia e responsabilidade para estados e municípios, agregado a descentralização de recursos o que propiciará o aumento de receitas e qualidade de vida; onde estados e municípios não sejam submissos à União.

A unidade da Bancada gaúcha é uma realidade que tem dado certo e que, sem dúvida, tem sido benéfica para o estado do Rio Grande do Sul.

Podemos dizer que há décadas não tínhamos no Senado Federal uma sintonia tão grande entre os senadores gaúchos para com as demandas do Rio Grande do Sul.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Ex^a será atendido conforme o Regimento, Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, como Líder, por cinco minutos, para fazer uma comunicação urgente, de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

A seguir, a palavra será do Senador Heráclito Fortes, por cinco minutos, por ordem de inscrição.

O SR. MOZARILDO CAVANCANTI (PTB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nunca esse termo “urgente” foi tão bem adequado como neste momento.

Há dias, fiz aqui um pronunciamento denunciando a epidemia de dengue que está assolando o meu Estado, Roraima, principalmente na Capital, que detém 60% da população do Estado. Pode-se dizer que 90% dos casos estão na Capital. Tenho visitado semanalmente o Estado e constatado que é difícil encontrar uma residência em que não haja alguém com dengue.

Naquele momento, não só denunciei, baseado em dados oficiais fornecidos pelo Diretor de Epidemiologia da Secretaria de Saúde, como também aproveitei e mandei um ofício, pedindo providências ao Ministro da Saúde e ao Presidente da Funasa. O Ministro da Saúde, até hoje, não me respondeu. Surpreendentemente, o Ministro da Previdência mandou o assessor parlamentar pedir a cópia do meu pronunciamento. O caso não tem relação com a previdência, mas o Ministro da Previdência teve essa preocupação.

Hoje, recebi um ofício do Presidente da Funasa, que, na verdade, diz apenas que ele está encaminhando a documentação à Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, por se tratar de assunto de competência da mesma. Pode até ser que, burocraticamente falando, isso esteja correto, mas espero que não fique nessa história de joga para cá e joga para lá e que nenhuma providência seja tomada.

Enquanto isso, Sr. Presidente, dois pacientes morrem com suspeita de dengue. Essa notícia estava no jornal de hoje de Roraima. O jornal **Folha de Boa Vista** publicou a matéria.

O Corpo de Bombeiros, que faria uma comemoração amanhã, cancelou o evento. O surto de dengue que assola Boa Vista em alguns Municípios do interior do Estado fez com que o comando do Corpo de Bombeiros suspendesse a programação alusiva ao Dia do Bombeiro, que se comemora no dia 2, amanhã, para direcionar pessoal e equipamentos ao combate à doença.

Veja V. Ex^a a que nível chegamos!

O mesmo jornal **Folha de Boa Vista** publica outra matéria:

Boa Vista exporta dengue aos Municípios do interior do Estado. O número de casos de dengue está crescendo em alguns Municípios

do interior de Roraima. São mais de 1.800 casos notificados. Mucajaí, Cantá e Bonfim são algumas das cidades onde o número de casos cresceu, a maioria deles importados de Boa Vista por pessoas que foram passar dias em Boa Vista e voltaram doentes.

Há mais, Sr. Presidente, para agravar a situação: os funcionários da Funasa estão em greve. É dito no jornal **Folha de Boa Vista**:

Greve na Funasa. Servidores querem combater endemias. Aproximadamente 70 servidores da Funasa estão engrossando, desde segunda-feira passada, o movimento grevista proposto pelo comando de greve, desde o dia 2 de junho. Faixas de protesto e carros de som chamam a atenção dos populares que passam em frente à sede do órgão.

Então, por um lado, a doença, assola a cidade toda. E é bom que se diga: essa dengue, que hoje está assolando o Estado de Roraima, principalmente a nossa Capital – e a Capital já está exportando para o interior –, está sendo exportada para o Brasil todo também! Diariamente, há vôos que saem de Boa Vista diretamente para Manaus, para Brasília, para o Rio de Janeiro, fora as conexões para todo o Brasil.

Conheço já várias pessoas que saíram de Boa Vista, chegaram em outros Estados e me telefonaram dizendo que estavam com dengue.

Quero ler mais outras matérias. Esta é do jornal do dia 28: “Governo do Estado decreta calamidade...”

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Dada a importância, Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a tivesse tolerância, para que o Brasil tomasse conhecimento da matéria, e o Ministro da Saúde também. Já que não liga muito para os ofícios, que S. Ex^a tome conhecimento do assunto por meio da televisão!

Diz a matéria: “Governo decreta calamidade pública”. A Secretária de Saúde convoca coletiva e faz críticas ao Secretário Municipal.

Publica o **Jornal Brasil Norte**: “Epidemia de dengue leva Governador a decretar estado de calamidade pública”. No mesmo jornal, está a íntegra da matéria.

E, aqui, está a cópia do documento, com a assinatura do Governador, que decretou a calamidade pública.

Outra matéria da **Folha de Boa Vista**, do dia 27, diz: “Paciente com suspeita de dengue hemorrágica está na UTI do hospital”.

Há mais matéria: “O Deputado Federal Rodolpho [que é nosso colega médico] diz que o decreto visa a obter uma solução rápida para o setor”.

Há outra matéria também em que a Secretária Estadual de Saúde foi convocada para dar esclarecimento à Câmara de Vereadores de Boa Vista, e ela explicou realmente os detalhes.

Aqui estão as cópias dos ofícios que remeti para o Ministro da Saúde – e, até agora, não obtive resposta – e para o Presidente da Funasa, cuja resposta acabei de ler: ele apenas “chuta a peteca” para outro órgão que diz ser o competente.

A Secretária de Saúde fala sobre a calamidade na Câmara de Vereadores e ataca os gestores municipais.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro, de antemão, que toda essa matéria faça parte integrante do meu pronunciamento, como denúncia à Nação do descaso que o Ministério da Saúde está tendo com o meu Estado e, portanto, com o Brasil todo, porque essa dengue...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– ...já está se estendendo por todo o País.

Quero denunciar o fato claramente ao Ministro e pedir-lhe isto: quero explicação sobre os recursos que foram para lá, sobre como foram aplicados e, principalmente, sobre o equívoco que a Prefeita cometeu ao levar para lá um Secretário Municipal de Saúde do Paraná que desconhece a cidade, que desconhece o Estado e que desconhece, portanto, as questões de saúde do Estado e, muito especificamente, do Município que representa, vou repetir, 60% da população.

Em face desse descaso, dirijo à Mesa um requerimento de informação – porque agora o Ministro vai ser obrigado a responder, sob pena de responsabilidade –, pedindo que S. Ex^a, portanto, informe-me quais as ações realizadas pelo Ministério da Saúde com o intuito de se detectarem possíveis falhas na execução do projeto de combate à dengue no Município de Boa Vista e também o montante de recursos alocados naquele Município destinado ao referido projeto.

Sr. Presidente, vou repetir o que disse na minha primeira fala.

Estou falando muito mais como médico do que como Senador, porque não posso realmente ser omisso. Quero deixar muito claro ao Senado e ao Ministério da Saúde essa situação de Roraima.

Vim de lá agora, passei lá quase uma semana inteira, visitei várias famílias e, em nenhuma casa que visitei, deixei de encontrar uma pessoa que estivesse com dengue. Agora mesmo, um assessor meu me ligou e disse que está com dengue.

Não é possível que essa questão seja tratada dessa forma. Espero, torço mesmo – já que somos a vítima do momento –, para que a dengue fique isolada em Roraima. Devemos rezar para que ninguém morra, além desses dois que já morreram. Mas alerta: amanhã, esse mesmo surto que pode estar começando em Roraima, estará nos diversos Estados do Brasil. Vai estar no Amazonas, que é nosso vizinho e cujos ônibus e aviões vão e vêm diariamente, e em todos os Estados do Brasil, inclusive nas importantes...

(Interrupção do som.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – ... cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

Encerro, reiterando ao Sr. Ministro da Saúde as providências. Se não houver uma resposta até a semana que vem, acionarei judicialmente, por crime de omissão e de responsabilidade, o Sr. Ministro da Saúde e o Presidente da República também. Afinal de contas, o Presidente da República não pode ter um Ministro

Ofício nº. 343/2005/GSMCAV

omisso numa área em que não pode haver omissão de jeito nenhum: a da saúde.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º do Regimento Interno.)

Brasília, 23 de junho de 2005

Senhor Ministro,

Com meus cordiais cumprimentos, levo ao conhecimento de Vossa Excelência cópia do discurso, em anexo, que proferi, ontem, na tribuna do Senado Federal, manifestando minha preocupação em relação ao acentuado aumento de casos de dengue neste ano, em relação ao ano de 2004, que vem acometendo a população do Estado de Roraima.

Segundo dados do Diretor de Endemias do Estado, Dr. James Rodrigues, Roraima experimentou neste ano um aumento de 42% nas notificações de dengue, sendo que destes mais de 90% dos novos casos estão na Capital Boa Vista.

Portanto, Senhor Ministro, diante da gravidade da situação que vem assolando a população do Estado de Roraima, sobretudo no município de Boa Vista, e visando a reversão desse severo quadro de epidemia, solicito a Vossa Excelência a premente instauração de uma auditoria no referido município, a fim de se detectar possíveis falhas na execução do projeto de combate à dengue naquela localidade, bem como requeiro que seja informado o montante de recurso alocado naquele município destinado ao referido programa.

Certo da especial atenção do eminente Ministro ao pleito proposto, reitero a Vossa Excelência protestos de respeito e consideração.

Atenciosamente,


Senador MOZARILDO CAVALCANTI

A Sua Excelência o Senhor
Dr. HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA
Ministro de Estado da Saúde
Esplanada dos Ministérios, Bloco G
70.058-900 - Brasília/DF

Ofício nº. 344/2005/GSMCAV

Brasília, 23 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, levo ao conhecimento de Vossa Senhoria cópia do discurso, em anexo, que proferi, ontem, na tribuna do Senado Federal, manifestando minha preocupação em relação ao acentuado aumento de casos de dengue neste ano, em relação ao ano de 2004, que vem acometendo a população do Estado de Roraima.

Segundo dados do Diretor de Endemias do Estado, Dr. James Rodrigues, Roraima experimentou neste ano um aumento de 42% nas notificações de dengue, sendo que destes mais de 90% dos novos casos estão na Capital Boa Vista.

Portanto, Senhor Presidente, diante da gravidade da situação que vem assolando a população do Estado de Roraima, sobretudo no município de Boa Vista, e visando a reversão desse severo quadro de epidemia, solicito a Vossa Senhoria a premente instauração de uma auditoria no referido município, a fim de se detectar possíveis falhas na execução do projeto de combate à dengue naquela localidade, bem como requeiro que seja informado o montante de recurso alocado naquele município destinado ao referido programa.

Certo da especial atenção de Vossa Senhoria ao pleito proposto, reitero protestos de respeito e consideração.

Atenciosamente,


Senador MOZARILDO CAVALCANTI

A Sua Senhoria o Senhor
VALDI CAMARCIO BEZERRA
Presidente da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
SAS – QD. 4, Bl. N, 5º andar
70.070-040 - Brasília/DF

Parlamentar diz que decreto visa obter solução rápida no país

Na opinião do deputado federal Rodolfo Pereira (PDT), ex-secretário de Saúde, a atitude do governador Ottomar Pinto (PTB) em decretar estado de calamidade pública na saúde do Estado tem o objetivo de mostrar a necessidade de buscar mecanismos que quebrem a burocracia na hora da compra de medicamentos, equipamentos, insumos e da contratação de profissionais de saúde diante de situações emergenciais. Dessa forma, obter soluções mais rápidas.

Conforme ele, qualquer gestor de saúde enfrenta períodos endêmicos e epidêmicos de diversas patologias, que ocasionam aumento de atendimentos nas unidades. "Os diagnósticos dessas doenças são elaborados por especialistas que conseguem detectar possíveis aumentos nos números de casos e também formas para que situações alarmantes sejam evitadas. O que acontece muitas vezes é que a burocracia emperra ações que deveriam ser imediatas e faz com que o gestor perca até 90 dias para poder executá-las", afirmou.

Para o parlamentar, o resultado dessa demora é o estado em que Roraima se encontra no momento. "A dengue faz parte de um programa do Governo Federal, que repassa dinheiro para Prefeitura de Boa Vista manter uma grande quantidade de agentes de endemias na rua tentando conter o aumento de doenças como a hepatite, dengue, malária, entre outras", comentou.

"Isso deixa transparecer que a gestão de saúde municipal de Boa Vista encontra-se aquém das necessidades da população doente. Por essa razão, o que vemos é um Pronto Socorro lotado, atendendo o que não é sua função como as emergências diárias, famílias inteiras ardendo em febre e sofrendo por falta de uma gestão qualificada para a saúde do município", criticou.

Ainda segundo Rodolfo Pereira, além desse programa existe o de Saúde da Família (PSF), que também é um programa federal que manda verba para a prefeitura manter profissionais médicos, dentistas e enfermeiros para acompanhar a saúde das famílias nos bairros.

"É preciso que a Promotoria da Saúde e até mesmo o Ministério da Saúde averiguem se esses programas estão realmente atingindo as metas estabelecidas", disse o ex-secretário de Saúde.

Quanto a uma solução em curto prazo para o problema da dengue, sugeriu a deflagração de uma campanha de combate e orientação onde seriam arrebanhados como parceiros o Exército, a Defesa Civil, presidentes de associações de bairro, estudantes, imprensa, comerciantes e donas-de-casa.

"Durante um período de 15 dias os participantes da campanha poderiam auxiliar nos esclarecimentos sobre a doença e na eliminação de criadouros do mosquito *Aedes aegypti*", disse.

W. J. J. J.

Calamidade pública: Secretária Estadual de Saúde dá parecerimentos à Câmara de Vereadores

Por Shéndan Pinheiro/CCS

Atendendo a convocação da Câmara de Vereadores de Boa Vista, a secretária Estadual de Saúde, Eugênia Glauco, prestou informações sobre a situação da saúde pública no Estado de Roraima. A sessão foi realizada nesta terça-feira (28), um dia após o governador Ottomar Pinto ter decretado estado de calamidade pública no setor hospitalar de Roraima. O município de Boa Vista enfrenta uma epidemia de dengue e malária. No primeiro semestre cresceu mais de 400% os casos de dengue em relação a 2004.

A secretária Estadual de Saúde disse que a situação é caótica no Pronto Socorro, falta medicamentos nos centros de saúde e há displicência dos administradores do município de Boa Vista, "que perderam o controle da situação diante da epidemia de dengue e malária em toda a capital".

Disse que o atual secretário Municipal de Saúde, Mario Capriglione, não tem capacidade de discutir, em nível técnico, a situação epidemiológica do município. "Ele [Mário Capriglione] foi convidado a discutir a situação e por despreparo se recusou, tentando negar a situação calamitosa da saúde pública e afirmando que a epidemia estava sob controle".

Segundo o diretor administrativo do Pronto Socorro Francisco Elesbão (PS), Edgar Hoover, mais de 75% dos atendimentos feitos no PS hoje são ambulatoriais, e esse grande número de pacientes sobrecarrega a demanda do hospital que deve funcionar como atendimento de urgência e emergência para todo o Estado. "É a única unidade em Roraima, nos casos de baixa complexidade e saúde básica a responsabilidade é do município".

A estrutura física do Pronto Socorro é precária. Há problemas graves da parte elétrica, hidráulica e de refrigeração. A ausência de leitos também preocupa. A secretária acredita que com o decreto de calamidade pública vai ser possível tomar medidas emergências: "A compra de medicamentos, o aumento do número de profissionais da área de saúde e a ampliação do espaço físico".

O grande número de pessoas acometidas pela epidemia assusta a população, tendo em vista que a dengue é endêmica, quanto maior for a circulação da doença mais cresce a possibilidade dos casos aumentarem e se agravar, podendo levar à morte. "Há epidemia de dengue e o município [de Boa Vista] tem que ampliar as suas ações de combate ao vetor. Já convocamos o Exército, a Aeronáutica a Câmara dos Vereadores para participarem de um comitê de combate á dengue e a malária", acrescentou a secretária. O comitê vai traçar estratégias para combater a incidência de casos de malária e dengue em Boa Vista. "Nós queremos que a saúde municipal melhore seus serviços, com o programa de saúde da família, para atender a população que está correndo um grave risco de vida", explicou a secretária.

28/06/2005 às 16:40:02

E MATS

FUNASA

Os funcionários da Funasa (Fundação Nacional de Saúde) já vão para o terceiro dia de greve. Conforme denúncias de funcionários grevistas, os carros para o combate a epidemias estão sucateados e todos estão parados no pátio da fundação.

PACARAIMA

Os moradores de Pacaraima ligaram ontem à noite para a **Folha** denunciando que a cidade, na fronteira com a Venezuela, está sem água desde meio-dia de sexta-feira passada. Disseram que buscaram explicações junto aos funcionários da Caer (Companhia de Água e Esgoto de Roraima) e a informação é que a bomba de captação está quebrada, sem previsão de conserto. A servidora pública Cherry Atkson disse que há água somente no posto da Polícia Federal, onde as pessoas têm recorrido para casos emergenciais.

PETROLINA

Moradores da vila Petrolina, no Município de Caracaraí, também entraram em contato com a **Folha** para esclarecer que eles não estão inadimplentes junto à CER (Companhia Energética de Roraima). Segundo eles, devido ao precário fornecimento de energia da companhia, que não chega a todas as residências, muitos moradores têm que puxar energia de postes localizados nas proximidades para ter o serviço.

Eles destacaram que querem pagar a taxa, sobretudo para poder ter condições de cobrar uma melhor prestação de serviço na cidade, que hoje só tem energia 16 horas por dia. Essas declarações foram referentes ao problema que ocorreu por conta da precariedade do serviço prestado na cidade, levando à realização de um protesto com interdição da BR-174.

DESAFIO

As inscrições para o Desafio Sebrae 2005 terminaram no dia 20 de junho e a Universidade Federal de Roraima tem 140 estudantes inscritos, 14 a mais do que no ano passado e é a instituição local com o maior número de inscrições. Ao todo, 187 estudantes são de outras instituições de ensino superior de Roraima.

O Sebrae entregará nas próximas semanas o programa de software e o manual que permitem às equipes participarem das etapas da competição. No Brasil, 50.448 estudantes de ensino superior se inscreveram no Desafio Sebrae.

VOLTA

Secretária faz parte calamitosa na Câmara e critica gestores municipais

"A situação é caótica no Pronto Socorro, faltam medicamentos nos centros de saúde e há displicência dos administradores do Município de Boa Vista, que perderam o controle da situação diante da epidemia de dengue e malária em toda a Capital". Essas foram as declarações prestadas ontem pela secretária estadual de Saúde, Eugênia Glaucy, na Câmara Municipal de Vereadores de Boa Vista.

Ela foi convocada pela Câmara para prestar informações sobre a situação da saúde pública no Estado de Roraima, um dia após o Governo Estadual ter decretado estado de calamidade pública no setor hospitalar de Roraima.

Segundo ela, o Município de Boa Vista enfrenta uma epidemia de dengue e malária. No primeiro semestre os casos de dengue cresceram mais de 400% este ano em relação ao ano passado, segundo ela.

Eugênia afirmou que o atual secretário municipal de Saúde, Mário Capriglione, não tem capacidade de discutir, em nível técnico, a situação epidemiológica do Município. "Ele [secretário] foi convidado a discutir a situação e por despreparo se recusou, tentando negar a situação calamitosa da saúde pública e afirmando que a epidemia estava sob controle", criticou.

Conforme as informações repassadas na audiência, mais de 75% dos atendimentos feitos no PS hoje são ambulatoriais, e esse grande número de pacientes sobrecarrega a demanda do hospital, que deve funcionar como atendimento de urgência e emergência para todo o Estado.

A secretária classifica a estrutura física do Pronto Socorro como precária. Segundo ela, há problemas graves da parte elétrica, hidráulica e de refrigeração. A ausência de leitos também preocupa. Ela acredita que com o decreto de calamidade pública vai ser possível tomar medidas emergenciais, como compra de medicamentos, aumento do número de profissionais da área de saúde e a ampliação do espaço físico.

Ela acredita que o grande número de pessoas acometidas pela epidemia assusta a população, tendo em vista que a dengue é endêmica: quanto maior for a circulação da doença mais cresce a possibilidade dos casos aumentarem e se agravar, podendo levar à morte.

"Há epidemia de dengue, e o Município [de Boa Vista] tem que ampliar as suas ações de combate ao vetor. Já convocamos o Exército, a Aeronáutica e a Câmara dos Vereadores para participarem de um comitê de combate à dengue e à malária", declarou, informando que o comitê vai traçar estratégias para combater a incidência de casos de malária e dengue em Boa Vista.

VOLTAR

Ofício nº 65/2005/Aspar/Funasa/MS

Brasília, 27 de junho de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Sen. Mozarildo Cavalcanti
Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Afonso Ari-
nos – Gab. 10
70165-900 – Brasília/DF
Assunto: Encaminha documento.

Senhor Senador,

Em atenção ao Ofício nº 344, de 23 de junho de 2005 e que V. Ex^a solicita providências no sentido de detectar possíveis falhas na execução do projeto de combate à dengue no município de Boa Vista/RR, informamos que estamos encaminhando toda a documentação à Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, por se tratar de assunto de competência da mesma.

Atenciosamente, – **Jorge Augusto Oliveira Vi-
nhas**, Chefe da Assessoria Parlamentar.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro sejam pres-
tadas pelo Senhor Ministro da Saúde, Dr. Humberto
Costa, informações sobre quais as ações realizadas
pelo Ministério da Saúde com o intuito de se detectar
possíveis falhas na execução do projeto de combate
à dengue no Município de Boa Vista – RR.

Requeiro ainda que seja informado o montante
de recurso alocado naquele município destinado ao
referido projeto.

Justificação

Este ano, a população de Roraima e, sobretudo,
a população do Município de Boa Vista foi assolada
por uma epidemia de dengue preocupante, com um
aumento considerável em relação ao ano de 2004.

Segundo dados do Diretor de Endemias do Esta-
do, Dr. James Rodrigues, Roraima experimentou neste
ano um aumento de 42% nas notificações de dengue,
sendo que destes mais de 90% dos novos casos estão
na Capital Boa Vista.

Reforçam a urgência das informações, bem como
indica a necessidade de ações concretas do Minis-
tério da Saúde, o Decreto nº 6.463, de 27 de junho de
2005, do Governo do Estado de Roraima que “decreta
estado de calamidade pública no setor hospitalar do
Estado de Roraima e dá outras providências”, afim
de se evitar dano potencial à saúde da população da-
quele Estado.

No dia 22 de junho do ano fluente, proferi dis-
curso no plenário do Senado Federal denunciando a

situação calamitosa no Município de Boa Vista e no
dia 23 encaminhei ofício ao Ministro da Saúde soli-
citando informações.

Diante do silêncio do Ministro da Saúde, faço
uso deste expediente afim de que as informações re-
queridas sejam prestadas pelo titular daquela pasta
ministerial.

Sala das Sessões, de junho de 2005. – Senador
Mozarildo Cavalcanti.

DECRETO Nº 6.463-E DE 27 DE JUNHO DE 2005

“Decreta estado de calamidade pública no setor hospitalar do Estado de Roraima, e dá outras providências”.

O Governador do Estado de Roraima, no uso
da atribuição que lhe confere o art. 62, inciso art. 11
inciso XVIII, da Constituição do Estado de Roraima e,
tendo em vista o disposto no art. 196 da Constituição
Federal;

Considerando a ausência ou defasagem de equi-
pamentos imprescindíveis ao tratamento da população
nos hospitais públicos do Estado de Roraima;

Considerando o comprometimento de suas insta-
lações por conta de problemas estruturais grave, espe-
cial, na parte elétrica, hidráulica e de refrigeração;

Considerando a insuficiência de leitos para o ade-
quado atendimento dos habitantes do Estado;

Considerando o risco efetivo e eminente de infec-
ção hospitalar generalizada nos pacientes;

Considerando a ausência de profissionais capa-
citados em número adequado na área de saúde para
dar suporte aos atendimentos;

Considerando a ocorrência de crise epidêmica
de dengue e malária;

Considerando a depreciação no sistema de saú-
de do Estado provocado pela gestão governamental
anterior, que deixou de adotar as medidas/providências
para manutenção de sua operacionalidade;

Considerando ser longo o tempo necessário à re-
alização de normal procedimento licitatório para suprir
tais deficiências, o que impediria a adoção de medidas
indispensáveis a evitar danos irreparável ;

Considerando ser a decretação de calamidade
atividade acatatória do interesse público;

decreta:

Art. 1º Fica declarado o estado de calamidade
pública do sistema de saúde do Estado de Roraima, a
de evitar o dano potencial à saúde da população;

Art. 2º Enquanto perdurar o estado de calami-
dade referido no art 1º deste Decreto, e a situação
emergencial nele configurada, o Governo do Estado de
Roraima, nos termos do art. 15, inciso XIII, da Federal
nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, poderá requisi-

tar bens e serviços, sejam eles de pessoas físicas ou jurídicas, particulares ou públicos, na esfera estadual ou municipal, da administração direta indireta, para o fim de restabelecer o serviço de saúde do Estado, assegurada a justa indenização, a posteriormente apurada, acaso devida.

Parágrafo único. A Secretária de Saúde do Estado, por delegação do Governador, poderá, quando considerar necessário, requisitar recursos financeiros, na medida em que se fizer necessário, à gestão serviços e ações destinadas ao pronto atendimento das unidades de saúde deficientes.

Art. 3º Para fins do disposto no art. 2º, fica a Secretária de Saúde autorizada a promover compras emergenciais de equipamentos, medicamentos, insumos e

suprimentos, na forma do disposto no art. inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 4º No período que perdurar o estado de calamidade pública, fica a Secretária de Saúde, nos termos do art. 2º, inciso I, da Lei Federal nº 8.745, de 9 de dezembro 1993, igualmente autorizada a promover contratação temporária de pessoal, em caráter excepcional, com vista a suprir a deficiência nas unidades hospitalares a que se refere o art. 2º, respeitadas as disposições legais pertinentes.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 27 de junho de 2005. – **Ottomar de Sousa Pinto**, Governador do Estado de Roraima.

Recibo de envio da cópia eletrônica de documentos para SGM.

NÚMERO DO DOCUMENTO

03911.10790

TÍTULO

requerimento de informações

TIPO DO DOCUMENTO

REQ - Requerimentos

AUTOR

Mozarildo Cavalcanti

EMENTA / RESUMO

Requer informações ao Ministro da Saúde sobre epidemia de dengue em Roraima

RESPONSÁVEL PELO ENVIO DO DOCUMENTO

Ranilton Monteiro Neves

DATA E HORA DO ENVIO

30/06/2005 - 12:11

NOME E TAMANHO DO ARQUIVO ENVIADO

informações ministro saude CALAMIDADE RORAIMA.rtf - 14893 bytes (Texto completo)

DADOS ADICIONAIS DO DOCUMENTO

Observação:

O conteúdo do texto eletrônico enviado deve ser o mesmo do texto subscrito pelo Senador e esta correspondência é de exclusiva responsabilidade do Gabinete remetente.

Recebido pelo SGM em:

30/06/05

[Assinatura]
10305 4639

Saúde pública: Governo Estadual decreta estado de calamidade

DECRETO Nº 6.463-E DE 27 DE JUNHO DE 2005.

“Decreta estado de calamidade pública no setor hospitalar do Estado de Roraima, e dá outras providências”.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, inciso II, o art. 11 inciso XVIII, da Constituição do Estado de Roraima e, tendo em vista o disposto no art. 196 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a ausência ou defasagem de equipamentos imprescindíveis ao tratamento da população nos hospitais públicos do Estado de Roraima;

CONSIDERANDO o comprometimento de suas instalações por conta de problemas estruturais graves, em especial, na parte elétrica, hidráulica e de refrigeração;

CONSIDERANDO a insuficiência de leitos para o adequado atendimento dos habitantes do Estado;

CONSIDERANDO o risco efetivo e eminente de infecção hospitalar generalizada nos pacientes;

CONSIDERANDO a ausência de profissionais capacitados em número adequado na área de saúde para dar suporte aos atendimentos;

CONSIDERANDO a ocorrência de crise epidêmica de dengue e malária;

CONSIDERANDO a depreciação no sistema de saúde do Estado provocado pela gestão governamental anterior, que deixou de adotar as medidas/providências para manutenção de sua operacionalidade;

CONSIDERANDO ser longo o tempo necessário à realização de normal procedimento licitatório para suprir tais deficiências, o que impediria a adoção de medidas indispensáveis a evitar danos irreparáveis;

CONSIDERANDO ser a decretação de calamidade atividade acatatória do interesse público;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado o estado de calamidade pública do sistema de saúde do Estado de Roraima, a fim de evitar o dano potencial à saúde da população;

Art. 2º Enquanto perdurar o estado de calamidade referido no art 1º deste Decreto, e a situação emergencial nele configurada, o Governo do Estado de Roraima, nos termos do art. 15. inciso XIII, da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, poderá requisitar bens e serviços, sejam eles de pessoas físicas ou jurídicas, particulares ou públicos, na esfera estadual ou municipal, da administração direta ou indireta, para o fim de restabelecer o serviço de saúde do Estado, assegurada a justa indenização, a ser posteriormente apurada, acaso devida.

Parágrafo único. A Secretária de Saúde do Estado, por delegação do Governador, poderá, quando considerar necessário, requisitar recursos financeiros, na medida em que se fizer necessário, à gestão de serviços e ações destinadas ao pronto atendimento das unidades de saúde deficientes.

Art. 3º Para fins do disposto no art. 2º, fica a Secretária de Saúde autorizada a promover compras emergenciais de equipamentos, medicamentos, insumos e suprimentos, na forma do disposto no art. 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21

de junho de 1993.

Art. 4º No período que perdurar o estado de calamidade pública, fica a Secretária de Saúde, nos termos do art. 2º, inciso I, da Lei Federal nº 8.745, de 9 de dezembro 1993, igualmente autorizada a promover contratação temporária de pessoal, em caráter excepcional, com vista a suprir a deficiência nas unidades hospitalares a que se refere o art. 2º, respeitadas as disposições legais pertinentes.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 27 de junho de 2005.

OTTOMAR DE SOUSA PINTO
Governador do Estado de Roraima
28/06/2005 às 10:32:27

GREVE NA FUNASA Servidores querem combater endemias

LEANDRO FREITAS

Aproximadamente 70 servidores da Funasa (Fundação Nacional de Saúde) em Roraima estão engrossando, desde segunda-feira passada, o movimento grevista proposto pelo Comando de Greve, desde o dia 2 de junho. Faixas de protesto e carros-de-som chamam a atenção dos populares que passam em frente da sede do órgão.

O movimento nacional quer a lotação dos funcionários da Funasa no Ministério da Saúde (MS), bem como a incorporação do pagamento da gratificação de controle de endemias, no valor de R\$ 580,00, no salário mensal e o reajuste salarial de 18%. Os servidores do órgão federal em Roraima estão desde segunda-feira com as atividades paralisadas.

Em Roraima, a manifestação foi condicionada ao aumento dos casos de dengue e malária. Segundo o membro da Comissão do Comando de Greve, Sebastião Moreira da Silva, a atual situação dessas endemias não é de responsabilidade dos servidores da Funasa. "Não temos nada a ver com o aumento dessas doenças. Não estamos coordenando os serviços. Tudo está sendo feito pelo Município", afirmou.

Conforme ele, quando as atividades eram de responsabilidade da Funasa, os números não eram alarmantes e havia uma parte preventiva e de controle, com agentes visitando as casas diariamente. Disse que hoje não existe esta prevenção.

Ele acredita que se o serviço voltar a ser administrado pela Funasa, Roraima não vai sofrer com o aumento de dengue nem de malária. "Somos treinados para trabalhar no combate a essas doenças", disse Sebastião Moreira, ao acrescentar que os servidores querem o comando de volta para prevenir e controlar as doenças.

Hoje, o movimento é livre. Participa apenas os servidores que se sentem à vontade. Apenas os cargos de confiança não estão envolvidos na mobilização. As rodadas de negociações estão sendo feitas em Brasília. Três reuniões com representantes do Ministério da Saúde já foram realizadas para tratar da lotação dos servidores da Funasa.

ATO PÚBLICO – Todos os órgãos federais em greve vão se mobilizar hoje, a partir das 9 horas, em um ato público em frente à Assembleia Legislativa. Eles vão protestar contra a falta de reajuste salarial e outras discordâncias.

Está prevista no calendário de atos públicos a tentativa de negociação direto com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Eles vão se mobilizar dia 4 de julho, próxima segunda-feira. Uma caravana está saindo hoje de estados vizinhos a Brasília para compor o movimento. (L.F.)

CONTINUA

Boa Vista 'exporta' dengue aos municípios do interior

O número de casos de dengue está crescendo em algumas cidades do interior de Roraima. São mais de 1.800 casos notificados. Mucajaí, Cantá e Bonfim são algumas das cidades onde o número de casos cresceu, a maioria deles importados de Boa Vista.

Segundo informações do hospital público de Mucajaí, o número de pessoas com sintomas da doença cresceu no município. Febre, vômitos e as dores são os sintomas mais comuns.

O hospital em reforma está sem condições de atender os pacientes mais graves que são transferidos para Boa Vista. Apenas um bloco está funcionando atendendo os pacientes com menor gravidade que precisam ficar internados por um ou dois dias.

Até agora não existe real confirmação de que os casos suspeitos sejam realmente de dengue, apesar dos sintomas parecidos.

Em Alto Alegre, a maior parte dos casos é de pessoas que vieram a Boa Vista e aqui foram contaminados. As autoridades ligadas à saúde devem fazer um arrastão de combate à doença a partir da próxima semana. A estrutura do hospital tem condições de atender os casos que estão surgindo.

Pacaraima, na fronteira com a Venezuela, foi um dos poucos municípios do interior em que nenhum caso da doença foi notificado, segundo Ana Lúcia, diretora da unidade hospitalar.

A borrifação com veneno para matar mosquitos é feita de forma constante no município. "Dentro das nossas possibilidades fazemos o possível para atender a população", explicou.

Em Normandia, os casos de suspeita da doença também são oriundos de Boa Vista. No município nenhum morador registrou sintomas da doença. O hospital tem 26 leitos e boa estrutura para atender os pacientes. Até ontem apenas uma senhora estava internada com suspeita de ter contraído a doença.

Em Bonfim, segundo os funcionários do hospital, a situação beira a calamidade. Faltam remédios e leitos para atender a todos os pacientes com sintomas da doença.

Quem apresentar sintomas mais fortes fica internado em observação tomando soro e vai embora em dois dias, em média. O hospital tem três médicos que estão fazendo o atendimento aos doentes.

VOLTAR

Corpo de Bombeiros cancela comemorações

LOIDE GOMES

O surto de dengue que assola Boa Vista e alguns municípios do interior do Estado fez com que o comando do Corpo de Bombeiros suspendesse a programação alusiva ao Dia do Bombeiro, no próximo 2 de julho, para direcionar pessoal e equipamentos ao combate à doença.

A participação dos bombeiros foi definida ontem em uma reunião realizada durante todo o dia no gabinete da Secretaria de Saúde do Estado. Várias comissões foram formadas pelo comitê, que reúne representantes de diversos órgãos estaduais, federais e municipais.

O comandante do Corpo de Bombeiros, Paulo Sérgio Santos Ribeiro, disse que a secretária de Saúde, Eugênia Glaucy, e o chefe da Defesa Civil, Kleber Gomes, vão coordenar a operação emergencial que vai agir imediatamente em Boa Vista e nos municípios mais atingidos pela dengue, como Mucajaí, Pacaraima e Bonfim.

Hoje pela manhã, Paulo Sérgio vai definir quantos bombeiros poderá disponibilizar para a operação. A corporação também vai liberar veículos e equipamentos. É possível que as ambulâncias do Resgate Urbano a Acidentados (RUA), que atendem as vítimas de acidentes de trânsito, também sejam utilizadas para transportar doentes de dengue.

Segundo o coronel, todos os órgãos envolvidos na operação se comprometeram a apresentar logo mais, às 16h, um relatório com suas necessidades e disponibilidades para entrar em campo. A reunião será na Sesau. Após o encontro, os coordenadores vão dar uma entrevista coletiva.

O coronel adiantou que será montada uma Central de Operações na Secretaria de Saúde para dar suporte à ação, que será voltada principalmente para o controle do vetor da dengue, o mosquito *Aedes aegypti*.

O Corpo de Bombeiros vai participar da logística, das comissões de alimentação e transporte e também vai colocar os bombeiros trabalhando diretamente no combate à dengue, visitando os domicílios para eliminar ou fazer o manejo dos criadouros.

"Nós vamos levantar a quantidade de pessoas, mas o objetivo é colocar nas ruas o máximo de gente", informou, lembrando que os militares do Exército também vão participar da operação.

MOITÃO

Dois pacientes morrem com suspeita de dengue

Dois pacientes dos municípios de Cantá e Mucajaí morreram no final da tarde de ontem em Boa Vista com suspeitas de dengue. Um dos pacientes é uma mulher de 46 anos que estava em Boa Vista e teria contraído a doença aqui.

Como reside no Cantá resolveu voltar para casa para se restabelecer. No entanto, a paciente voltou a sentir-se pior e teve que ser conduzida às pressas para o Pronto Socorro Francisco Elesbão falecendo, antes de dar entrada na unidade hospitalar. Ela já tinha tido histórico de dengue anteriormente e estava sendo medicada com paracetamol.

O paciente de Mucajaí é do sexo masculino e também teve um histórico parecido com a outra vítima fatal. Os médicos colheram amostras do sangue das duas vítimas para realizar os exames laboratoriais, que vão confirmar a doença. O resultado deve sair em 15 dias.

Segundo o médico Mauro Asato, a população tem que ficar alerta para controlar o inseto e evitar maior propagação da doença. "É necessário trabalhar para controlar a epidemia e o inseto antes da doença atingir os pacientes. Podia ter sido qualquer um de nós a ser atingido e morrer", disse.

VOCTAR

SAUDE NA UTI

Governo decreta calamidade pública

O DECRETO FOI ASSINADO SOMENTE NO FINAL DA TARDE DE ONTEM POR OTTOMAR PINTO, QUE CITA A DENGUE COMO UM DOS MOTIVOS

CYNEIDA CORREIA
Editoria de Política
cfolha@gmail.com

O governador Ottonio de Almeida Pinto (PTB) decretou, no final da tarde de ontem, calamidade pública do sistema de Saúde do Estado. O decreto seria para evitar danos potenciais à saúde da população.

O governador afirma que a ausência de equipamentos nos hospitais públicos, o comprometimento das instalações por conta de problemas estruturais graves na parte elétrica, hidráulica e de refrigeração; ausência de leitos e o risco de infecções hospitalares generalizadas

como alguns dos motivos para a decretação da calamidade.

A ocorrência de crise epidêmica de dengue e malária no Estado foi outro ponto abordado no decreto, além da ausência de profissionais capacitados em número adequado na área de saúde para dar suporte ao atendimento e o fato de ser longo o tempo para realização normal do processo licitatório para suprir as deficiências.

Enquanto perdurar o estado de calamidade pública, o governo poderá requisitar bens e serviços, sejam eles de pessoas físicas ou jurídicas, particulares ou públicas

na esfera federal ou municipal a fim de restabelecer o sistema de saúde.

A Secretaria de Saúde também poderá, quando necessário, requisitar recursos financeiros na medida que se fizer necessário para a gestão de serviços e ações destinadas ao pronto atendimento.

A Sesau também está autorizada pelo decreto a promover compras emergenciais de equipamentos, medicamentos, insumos e suprimentos, além de poder promover contratação temporária de pessoal, em caráter excepcional, para suprir a deficiência nas unidades hospitalares.

Município diz que dengue está sob controle e questiona decreto

O secretário municipal de saúde, Mário Capriglione, disse ontem em entrevista à *Folha* que a dengue está sob controle em Boa Vista. Segundo ele, a dengue é cíclica em nossa região e todas as ações que deveriam ser feitas no combate à doença estão sendo efetivadas.

“Nós temos 600 multiplicadores, 120 agentes de dengue, visitamos mais de 72 mil domicílios em ações de mutirão e estamos efetivamente combatendo o mosquito”, explicou.

Segundo o secretário, o Estado não tem por que de-

cretar calamidade pública, visto que apenas 30% dos casos notificados de dengue são confirmados e apenas um pequeno percentual de casos precisa de internação.

“Nós estamos usando a metodologia correta e fazemos parte de um plano contingencial do Ministério da Saúde de combate à doença. Então, estamos indo na direção correta. Se temos tudo sob controle, não estamos na contramão como foi afirmado pelo Estado”, explicou.

Capriglione falou que o número de casos notificados este semestre está de acor-

do com o histórico da doença avaliado pelo município. No 1º semestre de 2001 foram 2.513 notificados. Em 2002, este número reduziu para 2.422 casos. Em 2003 foram 1.460 registros e, por fim, em 2004 apenas 433 casos da doença notificados no Estado.

“No ano passado a dengue reduziu 84% no município, então, não dá para comparar somente com este ano. Em agosto de 2003 tivemos 1.831 casos da doença somente em um mês. E por que nesta época não decretaram calamidade pública?”, questionou.

Eugênia Glaucy convoca coletiva e faz críticas ao secretário municipal

Ainda sem saber que o decreto havia sido assinado, a secretária estadual de Saúde, Eugênia Glaucy, convocou entrevista coletiva na manhã de ontem para afirmar que a calamidade havia sido apenas solicitada e ainda não efetivada.

"Eu solicitei a calamidade pública por falta de infra-estrutura nos hospitais. As pessoas estão sen-

do contaminadas de malária e dengue e estão indo para o PS [Pronto Socorro], que está sucateado. Eu não vou deixar pessoas morrerem esperando por resultados de dengue para começar a trabalhar", afirmou.

Segundo Eugênia, o secretário municipal de Saúde, Mário Capriglione, está na "contramão do sistema de saúde" ao negar

o estado de epidemia de dengue em Roraima. "A atenção básica está deficiente, os postos não atendem a demanda e o município está prestando um desserviço à comunidade", criticou.

Segundo a secretaria de Saúde, até o dia 13 de junho, foram notificados 2.594 casos suspeitos de dengue, e a partir da decretação de calamidade

pública prédios públicos podem começar a ser usados para aumentar o número de leitos; além de efetivamente poder ocorrer contratação de pessoal em caráter emergencial.

"Nós estamos trabalhando e eu sempre uso uma frase dos meus avós que diz: 'quem disso usa, disso cuida'. Eu estou cuidando do que usamos", explicou.



EMERGÊNCIA NA SAÚDE

Epidemia de dengue leva governador a decretar estado de calamidade pública

O PS VEM ATENDENDO NOS ÚLTIMOS DIAS MÉDIA DE 450 PACIENTES COM SUSPEITA DA DOENÇA

O governador Otomar Pinto assinou no final da manhã de ontem decreto de estado de calamidade pública em Roraima, por conta da epidemia de dengue. A decretação vai permitir ações mais arrojadas no

combate ao mosquito *Aedes aegypti*, responsável pela disseminação da doença. De janeiro a abril deste ano foram registrados 1.411 casos de suspeitas de dengue só em Boa Vista. O Pronto Socorro Francisco Elesbão tem

recebido uma demanda acima do normal nos últimos dias. Em condições normais, o atendimento gira em torno de 200 pessoas no setor de emergência. Atualmente, uma média de 450 pacientes procuram o PS com sin-

tomias da doença. "Mesmo não sendo obrigação do estado fazer o serviço preventivo, não podemos deixar a população do estado sofrendo", disse o governador. PÁGINA 10

Doença foi tema de discurso de Mozarildo na tribuna do Senado

Criticando o que chamou de descaso com a saúde pública, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB) fez pronunciamento infla-

mado na tribuna do Senado, ontem. Como médico que é, Mozarildo sustentou ser necessário "colocar

agentes de saúde na rua, indo de casa em casa" para evitar que os casos de dengue continuem aumentando.

Aparteando Mozarildo, o senador Augusto Botelho (PDT) externou sua preocupação com os casos de malária no estado. PÁGINA 5

FOLHA DE BOA VISTA

Paciente com suspeita de dengue hemorrágica está na UTI do HRSB

A PACIENTE ESTÁ INTERNADA NA UTI DO HOSPITAL RUBEN DE SOUZA BENTO (HRSB) DESDE SÁBADO, E O RESULTADO DOS EXAMES QUE PODEM CONFIRMAR A DOENÇA SAI EM 7 DIAS

LEANDRO FREITAS
 Editora de Cidade
 leandrofreitas_2@hotmail.com

A funcionária pública M.P.S., de 44 anos, moradora do bairro São Francisco, está internada na UTI (Unidade de Tratamento Intensivo) do Hospital Ruben de Souza Bento - HRSB - desde sábado passado, com suspeita de dengue hemorrágica. Ela preenche todos os sintomas da doença. O quadro de saúde dela é estável. Se confirmado esse será o primeiro caso em Roraima. O resultado do exame sai em sete dias.

Segundo o médico infectologista, Mauro Asato, a paciente teve uma infecção que pode ter sido contraída pelo vírus da dengue. Afirmou que ela [M.P.S.] está se recuperando e, provavelmente, poderá receber alta hoje. "Os registros clínicos mostram todos os sintomas da dengue hemorrágica", disse.

M.P.S. deu entrada pela primeira vez no Hospital da Mulher, com quadro de virose. Lá ela ficou durante três dias sendo medicada. Logo em seguida recebeu alta, mas retornou no dia seguinte com quadro mais grave.

Segundo informações prestadas pelos familiares, que preferiram não se identificar, a paciente estava recebendo medicação regularmente e só foi transferida para a UTI do HRSB por causa do estado que vinha se agravando e precisava de tratamento mais avançado.

Durante o período de internação no Hospital da Mulher, foram feitos exames de plaquetas sanguíneas e constatado que a paciente apresentava um número considerado baixíssimo. O normal é ter acima de 150 mil. M.P.S. está com apenas 19 mil. Quando tarde ela já apresentava quase 40 mil. Ela foi internada no HRSB com hematomas nos braços,

possivelmente por causa de hemorragias interna.

Conforme informações dos familiares, até o momento M.P.S. não está se alimentando normalmente, pelo fato das fortes dores abdominais. Ela está tomando soro. Se os exames apresentarem uma alta na taxa das plaquetas sanguíneas, a paciente deverá receber alta ainda hoje.

Ainda não foi feito um levantamento epidemiológico para tentar detectar a possível forma de contágio da doença.

SINTOMAS - A dengue hemorrágica pode ser confundida com a dengue clássica. Os sintomas são os mesmos: febre alta, forte dor de cabeça, dor atrás dos olhos, perda do paladar e apetite, manchas e erupções na pele semelhantes ao sarampo, náuseas e vômitos, tonturas, extremo cansaço e muitas dores nos ossos e articulações.

A diferença entre as

duas é que quando acaba a febre começam a surgir sinais de alerta como dores abdominais fortes e contínuas, pele pálida, sangramento pelo nariz, boca e gengivas, manchas vermelhas na pele, sonolência, agitação, sede excessiva, pulso rápido e fraco, dificuldade respiratória e perda de consciência.

Nesse caso, o quadro clínico pode se agravar rapidamente e o doente passa a apresentar sinais de insuficiência circulatória e choque, podendo levar a pessoa à morte em até 24 horas. De acordo com dados do Ministério da Saúde, cerca de 5% das pessoas com dengue hemorrágica morrem.

OUTROS CASOS - Dois casos de suspeita de dengue hemorrágica foram noticiados nas últimas semanas, entre eles o de uma criança. Após o resultados dos exames, ficou constatado que os pacientes não estavam infectados pela doença. (L.F.)

Mutirão contra a dengue continua no Asa Branca

Devido à extensão do bairro, as 14 equipes instruídas a sensibilizar e eliminar criadouros do mosquito transmissor da doença, o *Aedes aegypti*, vão continuar no Asa Branca até conseguir chegar a todos os imóveis. Mais de 120 agentes de saúde e voluntários da comunidade participaram do mutirão no último sábado.

As equipes de agentes de saúde têm a missão de visitar todas as residências do bairro, percorrendo tanto a área externa como interna das casas para detectar possíveis criadouros do mosquito e conscientizar todos os moradores para que se evite o acúmulo de água no quintal e em casa.

Segundo o coordena-

dor do mutirão, Valdionizio Pereira Santos, apesar do aumento dos casos de dengue em Boa Vista, ainda existem pessoas que atrapalham o trabalho dos agentes de saúde, contribuindo para a proliferação do *Aedes aegypti*.

Ele lembra que quando o mutirão esteve no bairro Caumbé, houve situações de agentes serem impedidos de entrar nos imóveis pelos próprios moradores. "Algumas pessoas nem deixam os agentes entrar no quintal afirmando que o seu quintal está limpo, e muito menos entrar nas residências", ressaltou.

O mutirão realizado no Asa Branca faz parte da segunda etapa do trabalho que já percorreu toda a re-

gião Sul da cidade e parte da Norte. Segundo o coordenador, a campanha ainda falta ser concluída nos bairros Tancredo Neves, Jôquei Clube, Cambará, Tropical, Centenário, Cinturão Verde, Pricumã, 13 de Setembro, Aparecida, 31 de Março, São Pedro, parte do Centro, Canarinho, Caçari e Paraviana.

DADOS – De janeiro a junho deste ano, já foram notificadas 1.814 pessoas com suspeitas de dengue em Roraima. Esse número é superior ao número total de notificações que foram feitas durante todo o ano de 2004, quando foram registradas no Estado 1.747 notificações.

Só no mês de maio o Departamento de Epide-

miologia do Estado recebeu 476 notificações de doentes com todos os sintomas da doença. No mês de junho, já foram notificados 160 casos.

De todos os bairros de Boa Vista existem notificações. No entanto, o Caranã é o que possui o maior número de notificações, sendo que de lá foram registrados 136 casos.

Em seguida, está o bairro Senador Hélio Campos com 124 notificações e o bairro Sílvio Botelho com 101 casos de suspeita de dengue. Buriás, Pintolândia, Santa Teresa, Asa Branca, Sílvio Leite e Cauamé são bairros que também estão com mais de 60 notificações durante este ano. (A. S.)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil anda tão escaldado e estarecido com escândalos – quando o atual Governo começa a mostrar sua verdadeira face, a hipocrisia com que combatia a corrupção e a facilidade com que, hoje, convive com ela, com uma intimidade secular –, que a qualquer denúncia ou advertência que se façam da tribuna do Senado vem logo a idéia de que o escândalo que se anuncia está ligado a “mensalões” ou coisa que o valha.

Obtive informações de funcionários aposentados do Banco do Brasil, preocupados com a preservação de seu futuro e das aposentadorias que esperam lhes sejam garantidas pelo fundo de previdência daquela instituição bancária, por meio de visitas que me fizeram. Visitas essas, Sr. Presidente, que foram várias. Recebi uma comissão de quatro ou cinco pessoas, entre elas o presidente, Sr. Rui, que, de maneira bem lúcida, vem alertando as autoridades por meio de correspondências e conversas. No Senado da República, por exemplo, estiveram com vários Senadores e mandaram correspondência para o Líder do Governo alertando-o quanto

à maneira perigosa como o fundo de pensão do Banco do Brasil vem sendo administrado.

Senador Mozarildo, ao falar desse escândalo, pergunto-me se naquele fundo tem “mensalão”. Eu posso ter algum defeito, menos o de ser leviano. Jamais eu poderia fazer uma afirmação dessa, embora saiba que aquele fundo é possuidor de um poder tão grande que o seu volume financeiro chega a ser maior do que a sua própria origem, que é o Banco do Brasil, e que, se quiser, pode tudo.

Os meus alertas ao longo desses dias foram feitos exatamente pela maneira como o Sr. Ricardo Sérgio Rosa o administra, sem cumprir os dispositivos legais que regem a criação do fundo. A omissão da CVM, do Presidente do Banco do Brasil e da natimorta Previc, ou Secretaria de Previdência Complementar, estarrece a todos nós. Alguns chegaram a pensar que eu estava tirando coisas da cabeça ou da imaginação, mas hoje, de maneira bem lúcida, o jornal **Folha de S. Paulo**, em uma matéria assinada pela jornalista Janaína Leite – que deve ser de São Paulo, porque não a conheço em Brasília, e que, se for daqui, não faz parte do círculo que frequenta o Congresso Nacional –, traz a manchete “‘Cansada’, Telecom Italia desiste da BrT”.

Pasmem, Sr^{as} e Srs. Senadores:

A Telecom Italia cansou-se da briga pela Brasil Telecom. Está disposta a vender sua participação na companhia, informou à **Folha** o presidente da Telecom Italia no Brasil, Paolo dal Pino.

“Basta! Se os fundos de pensão acham que sabem gerir a companhia que façam isso. Comprem a nossa parte. Que a Previ compre, porque a Telecom Italia não quer perder dinheiro num negócio onde não há transparência nem competência”, afirmou o executivo, referindo-se ao fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, a Previ.

“Esse investimento se tornou um peso-delo. Queremos nosso dinheiro de volta. Se os fundos querem reestatizar a Brasil Telecom que façam isso, mas de maneira completa”, afirmou o executivo em entrevista telefônica.

Não sei bem o que ele quer dizer com reestatização. Não sou do setor, estou apenas sendo solidário com uma categoria de aposentados, daí por que me interessei. Eu já disse, desta tribuna, que sou originário de uma família de três funcionários do Banco do Brasil, em que todos – as viúvas de dois dos meus irmãos, já falecidos, e um irmão meu que é vivo – dependem da robustez da musculatura desse Fundo para garantir a sua sobrevivência.

Sr. Presidente, se o presidente dessa companhia vem a público alertar e fazer denúncias é porque, nas conversas privadas e no dia-a-dia da negociação, ele viu esgotarem-se todas as chances de uma solução.

Era preciso que não eu viesse à tribuna, mas que o Governo tomasse providências para saber o que está acontecendo.

Mais adiante, ele diz o seguinte, gravíssimo:

Agora é a vez da Telecom Italia realizar uma ofensiva contra os fundos. A empresa apresentou ontem à Justiça do Rio uma ação contra as entidades de previdência. Questiona o fato de os fundos de pensão terem prometido, em segredo, um valor tão alto pelas ações do Citi. A ação judicial tem pedido de liminar para suspender o acordo “put”. Segundo advogados da Telecom Italia, a ação impetrada ontem é apenas a primeira de uma série.

Sr. Presidente, há cerca de um mês, o Sr. Valmir Camilo, que representa, no Conselho da Previ, os funcionários do Banco do Brasil, fez uma denúncia dizendo exatamente isto: que o Sr. Ricardo Sérgio Rosa foi a Nova Iorque discutir com o Citi – ou o Citi veio ao Brasil, esse detalhe pouco interessa – e, sem comunicar à CVM, ao Conselho da Previ e ao Presidente

do Banco do Brasil, fez uma negociação, contrariando toda a legislação. Isso, naturalmente, envolve somas de dinheiro que não sabemos avaliar.

Se o Presidente está errado e não procura corrigir o erro é porque tem a certeza, ou a quase certeza, da impunidade. Não estamos vivendo numa república de banana, mas num País que escolheu, graças a Deus, a opção de diminuir o tamanho do Estado. Aqueles que, em determinado momento, foram contrários às privatizações e as combateram hoje devem estar vendo o quanto foi acertada a medida.

Imaginem V. Ex^{as} se o atual Governo, sem nenhum preparo para lidar com as coisas públicas, tivesse sob seu comando as empresas de telefonia, as grandes empresas de eletricidade, as grandes estatais; imaginem quantos mensalões estariam sendo escandalizados pelo Deputado Roberto Jefferson.

O enxugamento da máquina de Estado, que limitou e diminuiu o número de empresas públicas, talvez seja hoje um fator positivo, para que o Governo também diminua os seus tentáculos de escândalo.

Penso, Sr. Presidente, que chegou a hora de uma posição oficial do Governo com relação a essa matéria, porque ela desacredita o Brasil perante a comunidade internacional; desestimula e desacredita os investidores que para cá se dirigem e aplicam seu capital. Se o Governo quer reestatizar as empresas, traga para o Congresso uma lei, mas não pode fazer isso à socapa, na calada da noite, usando mecanismos arbitrários, e o Presidente da Previ não pode, sob a garantia, a certeza da impunidade, tomar medidas que contrariariam a gestão pública. O silêncio das entidades fiscalizadoras é grave. É preciso que a Nação fique atenta para esses fatos.

Chegou o momento de a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, a qual presido, convocar o diretor dessa empresa, que fez a denúncia à CVM, pelo silêncio; o Banco do Brasil, pela omissão de seu presidente; a Previ, que hoje é SPC, por não tomar providências. Mas gostaria, pela seriedade com que conduz a gestão pública, de ouvir uma palavra do Ministro da Fazenda, a que o Banco do Brasil e a Previ são subordinados, para que se manifeste sobre isso.

Sr. Presidente, uma briga pessoal envolvendo caprichos do Sr. Ricardo Sérgio Rosa não pode comprometer o sistema, não pode fazer com que uma empresa que investe no Brasil, que tem ligações tradicionais em outros investimentos – já que se sabe que essa empresa italiana é um braço da Pirelli –, seja escoraçada dessa maneira. E assistimos a tudo isso de maneira pacífica e de maneira calada. Não conheço o Sr. Dal Pino, não conheço ninguém da Pirelli, não conheço absolutamente ninguém ligado à empresa. Estou aqui exatamente

motivado pelos ex-funcionários do Banco do Brasil, os aposentados, que me têm procurado insistentemente, porque estão incomodados pelas denúncias que fizeram a setores importantes do Governo, e providência nenhuma foi tomada. O Sr. Ministro da Previdência, à qual a Previ está subordinada, está no dever de se manifestar sobre a omissão dessa entidade.

Senador Valdir Raupp, o Governo do Presidente Lula comete o mesmo erro do Presidente Collor, quando colocou, de maneira indevida, para administrar esse sistema, embora informalmente, o então Diretor da Abin, Sr. Pedro Paulo Leoni, que provocou um rombo imenso, àquela época, em todo o sistema previdenciário complementar do Brasil, fazendo com que, por meio da ordem de cima para baixo, os fundos fizessem investimentos, desenquadrando, inclusive, as suas metas. E agora é sabido por todos que quem comanda esse sistema é o Ministro Luiz Gushiken.

Luiz Gushiken foi meu colega na Câmara dos Deputados, não tenho nada de pessoal contra S. Ex^a. Sei que é um homem da área; lembro-me de sua atuação na CPI dos Fundos de Pensão, quando Deputado, defendendo sempre, já àquela época, embora fosse oposição, os interesses da Previ, que era Governo. Sei da sua vocação. É um homem que montou empresas para tratar dessa questão, enquanto oposição, sobrevivia dignamente com suas empresas, com suas atividades. Mas entre isso e montar, ao assumir o poder, uma força paralela dentro do Palácio para gerir essa área há uma diferença muito grande.

Sr. Presidente, há cerca de dois ou três anos, ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso, fez-se uma intervenção nesse fundo de pensão do Banco do Brasil, e foram afastados o Sr. Pizzolato e...

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – ... foram afastados o Sr. Pizzolato* e o Sr. Ricardo Sérgio Rosa. Ao serem afastados, entraram na Justiça, com várias denúncias, contra o interventor. Por decisão da Justiça, posteriormente voltaram a seus postos ou a postos semelhantes; não deram prosseguimento a nenhuma daquelas denúncias feitas. E veja o destino: o interventor denunciado foi nomeado Assessor da Casa Civil da Presidência da República.

Quando me bato contra esses fatos, uso argumentos, não o faço com leviandade. Não sei de nenhum mensalão; se soubesse, denunciaria. Mas alguma coisa estranha está acontecendo com o silêncio dos dirigentes do setor, disso não tenho nenhuma dúvida. E não é o silêncio dos inocentes, porque o gongo já souou várias vezes, denunciando esses fatos, sem que nenhuma providência sequer tenha sido tomada.

Pela primeira vez, estou aqui alertando o Ministro da Fazenda, que se tem demonstrado um homem sensível e, acima de tudo, sério com as questões da sua pasta, para veja com atenção essa matéria, que pode causar alguns danos ao País, porque é um desestímulo ao investimento, uma insegurança para aqueles que não têm a garantia dos investimentos feitos no Brasil.

É necessário, para isso, que se vote imediatamente, Sr. Líder Ney Suassuna, o marco regulatório. Os investidores que vêm ao Brasil, acreditando em nossas políticas, não podem ser surpreendidos com manobras dessa maneira. Elas não interessam ao Brasil nem à sua credibilidade internacional.

Hoje, vemos os índices de crescimento econômico, os números positivos principalmente da credibilidade internacional, por meio do aporte de investimentos feitos na nossa Pátria, porque os investidores acreditam no que está sendo prometido pelo Ministro da Fazenda. E o seu trabalho não pode ser derrubado por questões como essa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – V. Ex^a me permite que eu faça um comunicado inadiável?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Ex^a deseja fazer o quê?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Um comunicado inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Sim, Senador. Depois darei a palavra ao último orador inscrito, Senador Valdir Raupp.

Com a palavra, o Senador Ney Suassuna, para uma comunicação inadiável.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ontem à noite, numa interpelação ao Deputado Roberto Jefferson, usei uma frase infeliz. Quando falei que a Polícia Federal ia fazer uma investigação, mas publicou no jornal 24 horas antes a intenção de fazê-la, disse: “parece polícia portuguesa”.

A palavra estava dita. Foi uma força de expressão, mas estou mandando uma carta ao Sr. Embaixador de Portugal, Dr. Francisco Seixas da Costa.

Senhor Embaixador,

Infelizmente, a palavra lançada, flecha que fere não se pode recolhê-la.

Não sabe V. Ex^a o quanto me dói constatar a sabedoria embutida nesse provérbio popular, de origem ancestral, quando reconheço a infelicidade do comentário que fiz durante a minha interpelação ao Deputado Roberto Jefferson, pela injustiça à amada Pátria portuguesa e a sua gentil irmã e amiga, nossos ascendentes diretos.

Dói-me mais profundamente por não refletir o meu pensamento e a minha relação de respeito, cordialidade e admiração pelo povo e pela nação portuguesa, mãe saudosa do nosso jovem País, de quem sem dúvida herdamos, por exemplo, alguns dos nossos melhores atributos.

Sr. Embaixador, acredito que não serão as palavras, mas o sentimento de enorme desconforto que ora me aflige que poderá redimir-me perante a delicada e acolhedora alma portuguesa.

Aceite as minhas mais sinceras desculpas, transmitindo-as ao povo e ao Presidente de Portugal, e à colônia portuguesa aqui residente, que com extraordinário talento, entusiasmo, generosidade e força de trabalho foi determinante na construção do Brasil.

Respeitosamente,
Senador Ney Suassuna

Essa é a carta, Sr. Presidente. Muito obrigado por me conceder esse espaço.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – De nada, Excelência.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, por 10 minutos, prorrogáveis por mais 5 minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, obrigado, Sr. Presidente, pela generosidade do tempo, mas, acredito que não será necessário usar os 15 minutos.

Subo a essa tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez, para falar sobre as BRs federais no meu Estado de Rondônia.

Desde quando assumi a minha cadeira de Senador nesta Casa, tenho me referido a situação das BRs federais em todo o Brasil, sobretudo no Estado que represento, Rondônia.

Sr. Presidente, começo pela BR-421, que vai da cidade de Ariquemes, passa por Monte Negro, Campo Novo, com acesso, também, ao município de Buritis. Trata-se de uma estrada federal que vem recebendo muito pouco investimento nos últimos anos. Faço aqui este apelo porque o povo dessa região tem me ligado constantemente fazendo reclamações nesse sentido. A BR-421 é uma rodovia federal muito importante para o escoamento da safra dessa importante região.

Em seguida, Sr. Presidente, passo para a BR-425, que liga o Brasil ao país vizinho da Bolívia, que sai do entroncamento da cidade de Abunã, da BR-364 que vai a Rio Branco, no Acre, indo para Nova Mamoré e Guajará-mirim, uma rodovia estratégica para o povo daquela região e até para o país vizinho da Bolívia. Tínhamos a ferrovia Madeira-Mamoré que foi desativada, principalmente após a construção desta rodovia que vai de Abunã a Guajará-mirim. Ela tem problemas de pontes, de buracos e, todos os anos, no período de inverno, essa BR apresenta sérios problemas, trazendo transtornos para as empresas de ônibus que fazem linha de Porto Velho a Guajará-Mirim, para os taxistas de Guajará-Mirim, Nova Mamoré e Porto Velho que levam turistas e passageiros àquela região do Vale do Guaporé, onde temos grandes reservas florestais e hotéis ecológicos importantes, visitados por turistas não só do Brasil mas de outros países do mundo.

Faço então esse apelo pela nossa BR-425.

Falo também, Sr. Presidente, de uma BR muito importante: a 429, que tem quase 400km de extensão. Quando Governador, construí várias pontes de concreto, em convênio com o Governo Federal, muitas vezes usando recursos próprios para a manutenção e a recuperação dessa BR, cujo pouco asfalto que tem foi praticamente o que eu fiz, talvez um pouquinho mais no governo do meu sucessor. Ainda temos mais de 330km de chão que, todos os anos, no período do inverno, apresenta sérios problemas de atoleiros, não é nem conservação e restauração de buracos como nas rodovias pavimentadas, mas são atoleiros enormes, que ficam por semanas causando transtornos para toda população da cidade de Alvorada, Terra Boa, São Miguel, Seringueiras, São Francisco e Costa Marques – cidade mais distante do nosso Estado, que fica na fronteira da Bolívia, no chamado Vale do Guaporé. Trata-se de uma população sofrida que, muitas vezes, se depara com a situação de não contar com um médico para seu atendimento. Senador Mozarildo, Senador Botelho, V. Ex^{as} que são médicos sabem o que isso representa para uma cidade. Recentemente, tínhamos cinco médicos bolivianos em Costa Marques, mas com aquele velho problema da validação de diplomas só ficou um médico que era reconhecido pelos Conselhos Regional

e Federal de Medicina. Esse médico ficou segurando a barra sozinho, porque os outros cinco tiveram de ser afastados pelo Conselho. Brasileiros que se formam na Bolívia não têm como validar os seus diplomas pelas universidades brasileiras.

Além de todos esses problemas de saúde, de educação e sociais, há o problema do transporte, da nossa BR-429, que sempre tem dado problema, todos os anos, pela sua extensão, pela falta de recursos do Governo Federal para a recuperação dessa BR tão importante para o escoamento da safra agrícola. Muitas vezes, uma saca de arroz que podia ser vendida no preço mínimo de R\$24, é vendida a R\$15, R\$16 devido à situação do transporte – distâncias a serem percorridas e atoleiros e buracos nessa BR.

Deixo um apelo por essa BR-429, tão importante no nosso Estado.

Temos – toda Bancada Federal, os três Senadores – eu, o Amir Lando e a Fátima Cleide – e os oito Deputados Federais – um acordo com o Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, firmado no final do ano passado. Trata-se de uma proposta minha, acatada por toda a Bancada, no sentido de que, todos os anos, o Governo Federal coloque R\$30 milhões na BR-429. Num orçamento de R\$9 bilhões que temos este ano para o Ministério dos Transportes, colocar apenas R\$30 milhões para essa BR tão importante para o nosso Estado não vai fazer diferença nesse orçamento. O Ministro aceitou a proposta e estamos fazendo uma tentativa para que este ano o projeto de engenharia final, o projeto de execução dessa obra possa ainda ser licitado. E olhe que já estamos no meio do ano e as chuvas agora que começaram a diminuir no Estado de Rondônia. Seria a hora de se começar o trabalho, ou de uma recuperação pesada ou já do asfaltamento da BR-429. Não quero ser otimista em excesso, mas se em cinco anos conseguirmos asfaltar a BR-429, de Presidente Médici, que já avançou um pouco, como já falei, uns 40Km, faltam ainda em torno de 320Km – a rodovia tem 360km – para serem asfaltados, se fossem liberados R\$30 milhões por ano, no prazo de cinco anos, teríamos o asfaltamento total da BR-429, acabando com o martírio, com o sofrimento do povo dessa grande região, que é a chamada região do Vale do Guaporé, ao longo da BR-429.

Por último, Sr. Presidente, na área de rodovias federais, falo da nossa espinha dorsal, do eixo do nosso Estado, que é a BR-364, que vai do Mato Grosso até Rio Branco, no Estado do Acre, e corta o Estado de Rondônia de sul a norte, porque ela começa pelo sul, na cidade de Vilhena e vai até Extrema, em Nova Califórnia, na divisa do Estado do Acre.

Nesta semana, a nossa BR esteve fechada, interdita por 48 horas pelos caminhoneiros que transportam produtos para Manaus, Estado do Amazonas, Acre e para todo o Estado de Rondônia. É obrigatório passar pela BR-364, que corta o Estado de Rondônia de Sul a Norte, como já me referi.

Espero que o Ministério dos Transportes, a unidade do Dnit em Rondônia, possa acelerar os trabalhos de restauração e de recuperação dessa tão importante rodovia para o meu Estado, sob pena de ela voltar a ser fechada novamente, causando transtornos para a saúde, para a educação, para o transporte de alimentos, para todos aqueles que transitam pela BR-364 no meu Estado.

Faço aqui, mais uma vez, esse apelo. Tenho sempre reconhecido a boa vontade, a seriedade e o empenho do Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento; do Diretor-Geral do Dnit, Dr. Alexandre Silveira; do Dr. Júlio Miranda, Diretor da Unidade de Rondônia, que assumiu recentemente e que se tem desdobrado, mesmo sem recursos, para tapar buracos naquela BR, mas não tem conseguido. É preciso que o Dnit libere os R\$17 milhões que estão no Orçamento para recuperação e restauração da nossa BR-364.

Sr. Presidente, já tratei da situação crítica em que se encontram as rodovias do meu Estado. Não sabendo se terei oportunidade de me pronunciar novamente antes do recesso – se é que vamos ter recesso, porque enquanto a Lei de Diretrizes Orçamentárias não for aprovada não entraremos em recesso, e isso talvez só se dê na terça-feira –, lembro, mais uma vez, o Governo Federal, o Ministério de Minas e Energia, a Petrobras, a Eletrobrás, a Eletronorte, enfim, a todo o setor ligado à área de energia elétrica, do nosso famoso gasoduto.

O Presidente, Senador Augusto Botelho, já sabia do que eu ia falar, pois S. Ex^a tem sempre assistido aos nossos pronunciamentos, falando desse gasoduto, uma obra tão importante para a região Norte, tão importante para o Brasil, para diminuir o custo da geração de energia elétrica, principalmente em Rondônia, no Estado do Acre e em parte do Estado do Amazonas, na região de Humaitá, que poderia beneficiar-se com a energia elétrica gerada a gás natural na bacia de Urucu. Esse gasoduto significará um marco na história de Rondônia, diminuindo a queima de 1,5 milhão de litros de óleo diesel por dia. Isso é um absurdo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores! Temos uma despesa monumental, extraordinária, com os subsídios que

se paga por meio da CCC. Todos os brasileiros estão pagando um pouquinho a mais na sua conta de luz para subsidiar o óleo diesel queimado na Amazônia. Só no meu Estado de Rondônia são queimados 1,5 milhão de litros de óleo diesel por dia para sustentar uma térmica de 400 megawatts de energia elétrica e atender os Estados de Rondônia e do Acre.

Espero que a Ministra Dilma Rousseff, que hoje está na Casa Civil, ajude a coordenar também as ações dos ministérios, sobretudo do Ministério de Minas e Energia e da Petrobras, para agilizar a construção desse gasoduto. Já está tudo pronto; só falta o Ibama liberar a licença de instalação, a licença ambiental para a construção desse gasoduto.

Faço aqui, mais uma vez, publicamente, desta tribuna, um apelo às autoridades federais, ao Presidente da República e à ex-Ministra de Minas e Energia para que olhem por esta obra tão importante no meu Estado.

Para concluir, falarei novamente das usinas de Furnas, no rio Madeira. Essas usinas não atenderão Rondônia, que, caso seja construído o gasoduto, será muito bem atendida com 400 megawatts de energia elétrica, além dos 200 a 220 megawatts de energia gerados de Usina de Samuel. O gasoduto, a térmica de 400 megawatts mais a Usina de Samuel seriam suficientes para atender os Estados de Rondônia e do Acre.

A construção das usinas de Furnas, que geram, em média, 7.000 megawatts de energia elétrica, destina-se a atender o Brasil.

Nos anos de 2009 a 2011, o Brasil enfrentará seriíssimos problemas de racionamento de energia elétrica. Se não construirmos Angra III, as usinas do Madeira, Girau e Santo Antônio e a usina de Belo Monte – essas foram as palavras da Ministra Dilma Rousseff na reunião em que eu estava presente na Fiesp, em São Paulo –, haverá um problema – um sério gargalo – de geração de energia elétrica para sustentar o crescimento do nosso País.

No ano passado, o PIB do nosso País cresceu 5% e crescerá, neste ano, de 3,6% a 3,8%. Cairá um pouco, mas é um crescimento importante. Se continuar esse crescimento acima de três pontos percentuais por mais três ou quatro anos, enfrentaremos problemas seriíssimos relativamente à geração de energia elétrica. E não só de energia elétrica: com o crescimento do Brasil, vêm os problemas de infra-estrutura nacional, que são os portos, os terminais portuários

para exportação da nossa safra de grãos, do nosso minério e de todos os nossos produtos, e também as nossas ferrovias.

Faço esse apelo não só para o meu Estado, Rondônia, mas para todo o Brasil, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para que o Governo Federal agilize um programa nacional de obras de infra-estrutura neste País para sustentar o nosso crescimento. Não é por que o País e o meu Estado de Rondônia estão em crise agora que baixaremos a cabeça, parando a construção de obras tão importantes para esta Nação.

Deixo aqui o nosso apelo, mais uma vez, antes que entremos no período de recesso parlamentar a partir da semana que vem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Obrigado por respeitar o tempo, Senador Valdir Raupp.

Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Leonel Pavan, Flexa Ribeiro, Teotônio Vilela Filho e Reginaldo Duarte enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210, ambos do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna para registrar o artigo intitulado “O despudor explícito”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal *Folha de S. Paulo* em sua edição de 28 de maio do corrente.

O empenho do PT em impedir a CPI dos Correios foi tão grande que chegou à ameaça de retaliação a todos aqueles que assinassem o requerimento de criação da mesma. A punição criada pelo PT serviu para divulgar uma mensagem muito clara: “quem quiser roubar fica avisado de que o partido/governo empenhar-se-á ao máximo para evitar investigações parlamentares. É um salvo-conduto para corruptos”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O despudor explícito

SÃO PAULO | Se o governo/PT executarem a decisão de punir os parlamentares que assinaram a CPI dos Correios, criar-se-á o seguinte quadro: o partido foi eleito com Eduardo Suplicy, mas governará com Roberto Jefferson.

Se isso não é fraude eleitoral, é melhor riscar essa expressão do léxico político.

Claro que não se trata de fraude punível pela legislação, até porque os regulamentos político-eleitorais são a mais perfeita esculhambação, ao mesmo tempo causa e consequência da também perfeita esculhambação que é a política brasileira.

O que chega a ser inacreditável é que justo o PT, ex-vestal da política tupiniquim, some o escárnio à esculhambação: tornar-se-á o primeiro partido a punir seus parlamentares porque topam investigar um caso es-crachado de corrupção.

Procure-se nos estatutos do PT (ou de qualquer partido, no Brasil e no resto do mundo) para ver se há a hipótese de punição para quem queira investigar maracutaias. Não há.

A inovação petista carrega uma mensagem claríssima: quem quiser roubar fica avisado de que o partido/governo empenhar-se-á ao máximo para evitar investigações parlamentares. É um salvo-conduto para corruptos.

Fica também sob suspeição a investigação do caso Correios pela Polícia Federal. Se o governo fez o diabo — e diabo aí não é figura de linguagem — para impedir a CPI, como confiar em uma apuração a ser feita por um organismo do governo? Afinal, se o indigente argumento dos petistas é o de que uma CPI serviria de palanque para a oposição, qualquer fato que a PF venha a apurar em relação a funcionários do governo também será palanque, até mais sólido, porque a armação dele terá vindo de um braço do governo, certo?

Custa a crer que todo o desgaste tenha sido decorrente de mera incompetência. Estu até existe e é evidente. Mas será só isso?

@ → crossi@uol.com.br

Wilson de São Paulo, 23/05/05

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para fazer o registro do artigo intitulado “Quem te viu, quem te vê”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado na **Folha de S. Paulo** de 11 de junho do corrente.

O artigo reproduz frases do Presidente Lula que foram coletadas do livro “Frases de Lula e Cia.”, do jornalista Carlos Laranjeira. As frases relacionadas revelam o que pode ter sido o maior estelionato eleitoral

da história democrática do Brasil. A diferença entre o discurso e a prática é, no mínimo, escandalosa.

Sr Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CLÓVIS ROSSI

Quem te viu, quem te vê

SÃO PAULO - Frases do presidente Luiz Inácio Lula da Silva coletadas do livro “Frases de Lula e Cia.”, compilação do jornalista Carlos Laranjeira que acaba de sair:

“Banqueiro tem que ter medo do PT. Não é normal num país os bancos ganharem o que estão ganhando aqui” (revista “Caros Amigos”, novembro de 2000).

“Tendo em vista os lucros que tiveram o Itaú, o Bradesco e os outros bancos, o Fernando Henrique Cardoso não é nem pai; ele é pai, mãe, avô, avó, tio, tia do sistema financeiro, que nunca ganhou tanto dinheiro como está ganhando agora (“Pasquim”, fevereiro de 2002).

“Não podemos, não queremos e não devemos pagar a dívida externa” (“Diário do Grande ABC”, outubro de 2002).

“Recentemente, um banqueiro declarou a um jornal de São Paulo que o presidente argentino Fernando de la Rúa só chegou ao poder porque, desde o começo de sua campanha, garantiu que seguiria as instruções

do FMI caso fosse eleito. É isso que queremos para o Brasil? Continuar sendo capacho dos investidores internacionais, que vão diminuir nosso conceito de B para C cada vez que abaixarmos os juros?” (artigo para o “Diário do Grande ABC”, julho de 2000).

“O mesmo governo que tem o poder de elevar os juros de 19% para 49,5% tem o poder de baixar. O Fernando Henrique aumenta os juros, mas, na hora em que é para baixar, ele diz: ‘O mercado é que vai decidir’. Eu acho que é uma decisão política” (“Caros Amigos”, novembro de 2000).

“O empresário tem que ter medo do PT, pessoas que degradam o meio ambiente têm que ter medo do PT, pessoas que praticam corrupção têm que ter medo do PT, aqueles que querem manter relações com o Estado entrando pela porta dos fundos têm que ter medo do PT” (“Caros Amigos”, novembro de 2000).

@ → crossi@uol.com.br

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Mais um na mira”, publicada pela revista **Veja** em sua edição de 15 de junho do corrente.

A matéria mostra que criou-se uma Comissão de Sindicância, na Agência Nacional de Petróleo (ANP), para investigar as importações de solventes feitas a partir de 2003. Busca-se descobrir o motivo do aumento de 78% na importação de solventes durante a gestão do engenheiro Eugênio Roberto Maia, que ocupou a superintendência de abastecimento da ANP. O ex-Superintendente teve sua nomeação intermediada pelo

então chefe de gabinete, Marcelo Sereno, do também então Chefe da Casa Civil, José Dirceu.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



MAIS UM NA MIRA

A ANP instala sindicância para investigar superintendente indicado por José Dirceu

Na semana passada, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) criou uma comissão de sindicância para investigar as importações de solventes feitas a partir de 2003. A tarefa da comissão é descobrir porque as compras desse produto cresceram 78% nos quase dois anos em que o engenheiro Eugênio Roberto Maia ocupou a superintendência de abastecimento da ANP. Os solventes são usados na fabricação de muitos produtos, como tintas e fertilizantes. Há quinze dias, FLEXA revelou que a agência teme que parte da importação tenha sido utilizada, porém, na adulteração de gasolina. Na gestão de Maia, indicado para o cargo pelo PTB, o Brasil importava 100 carretas diárias de solvente. Era tanto que a ANP decidiu transferi-lo para outra superintendência, a de refino. No primeiro dia, no cargo, o sucessor de Maia reduziu as importações para apenas vinte carretas. E não de esperar que os empresários fossem obrigados a reclamar, mas ninguém se queixou. Duas semanas depois, a ANP cortou as importações para quatro carretas. O silêncio continuou. Por que os empresários lesados não procuram a ANP para pedir suas autorizações de volta? Cabe a comissão explicar.

O engenheiro Maia tem um currículo brilhante, ajudou a fundar a ANP, mas só chegou ao primeiro escalão porque é muito, muito bem relacionado. Primeiro, pediu ajuda ao PMDB. O senador Ney Suassuna, que integra o PTB dos Correntes, deu-lhe uma mãozinha, mas não conseguiu emplacá-lo. Maia recorreu ao PTB. Também não deu certo. Socorreu-se, então, ao deputado Luiz Paulo Lima, que a época estava no PTB de Roberto Jefferson. O cargo saiu. Quem intermediou sua nomeação foi o então chefe de gabinete da Casa Civil, Marcelo Sereno. Briga dentro do ministério José Dirceu. Sereno disse ao então diretor-geral da ANP, Sebastião do Rego Barros, que ele teria de aceitar indicações dos partidos aliados do governo. Orientado pelo ministro, pôs comentários sobre a mesa de Rego Barros. Maia chegou, então, ao primeiro escalão. “Era o único com experiência”, explicou Rego Barros. Quando estourou o escândalo da propina de Waldomiro Lima, outro assessor de José Dirceu, Sereno acabou saindo do governo. Mas não ficou desamparado. Tal como Maia, só não foi de ser. Com a ajuda de Dirceu, Sereno tornou-se secretário de Comunicação do PT. ■

Christiane Silva

MARCELO SERENO
O ministro da Casa Civil deu a ordem,
mas foi ele quem deixou a digital

Um corte de 96% — e ninguém reclamou

Na gestão de Eugênio Roberto Maia, a superintendência de abastecimento da ANP autorizava a importação de 100 carretas diárias de solvente. Seu sucessor cancelou autorizações de importação, reduzindo o volume diário para apenas quatro carretas. Curiosamente, ninguém reclamou

GESTÃO MAIA

Setembro de 2003 a fevereiro de 2005

Importação de **100 carretas** diárias de solvente

NOVA GESTÃO

22 de fevereiro de 2005

Um dia após a transferência de Maia, a ANP cancela a importação de **80 carretas** diárias de solvente

7 de março de 2005

A ANP passa a permitir a importação de apenas **4 carretas** diárias de solvente



O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Contaminou”, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, em sua edição de 7 de junho do corrente.

No artigo, o autor afirma que “A bomba lançada no colo do governo Lula pelo deputado Roberto Jefferson tem um altíssimo grau de destruição”.

Segue comentando que não será tarefa fácil responder algumas perguntas: “O tesoureiro do PT, Delúbio Soares, agia por conta própria, por ordem do partido ou seguia determinações do governo?; De onde viria o dinheiro da mesada”? Em sua estratégia de ataque, Jefferson não deixa claro esses pontos.

O autor finaliza: “O desfecho dessa crise é imprevisível. Os estragos, no entanto, já começaram”, em alusão à contaminação da economia pelos recentes escândalos políticos.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Outro assunto, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, é que entre uma e outra oferta de cargos ao PMDB, entre um e outro novo escândalo no já escandaloso caso do mensalão ou dos correios, os jornais falam numa reforma administrativa, imaginada pelo governo como antídoto eficaz para o festival de corrupção que abala o país. Ninguém sabe ao certo como seria a tal reforma, mas a julgar pelo noticiário, é mais ou menos como o sofá da anedota. O governo acabaria com parte dos mais de 20 mil cargos comissionados, muitos dos quais ele próprio criou; e tiraria o status de ministério das incontáveis secretarias especiais que, de tão operantes, não se conhece sequer o nome de seus titulares.

É muito simplismo imaginar que a eliminação de cargos comissionados possa acabar com a corrupção endêmica que assola a atual administração federal. Muito mais grave que o fisiologismo do preenchimento dos cargos é a confusão que o PT faz, entre Governo e Partido. Dirigentes petistas, sem qualquer função pública, transitam livremente pelos ministérios, acertam nomeações, negociam cargos e chegam até a intermediar negócios, pelo que se lê no noticiário. Têm uma única credencial: são dirigentes do PT, como se a estrutura administrativa do País pertencesse a um

Partido. Tal como Lênin fez no Estado soviético no início do século passado.

O PT tem levado tão longe essa confusão entre Partido e Governo que há uma ocupação predatória da máquina estatal por parte de militantes petistas. Quem não lembra casos escabrosos como o do Instituto do Câncer, no Rio, cuja direção médica foi substituída por militantes petistas? Quem não lembra que as nomeações para a Fundação Oswaldo Cruz, que fabrica vacinas, levou seis meses, porque o aparelhismo petista não tem limites.

Há quem diga que a causa de tudo isso é o incontrolável apetite financeiro do PT, pois afinal os comissionados pagam dízimos expressivos ao Partido. Até admito que não: é sede de poder, decorrente de uma visão equivocada, autoritária e centralizadora do Estado e do processo político.

Há muito o que falar do PT e do governo petista, infelizmente mais de seus erros que são tantos e tão graves que até obscurecem sua própria história, respeitada e respeitável. Prefiro, apenas transcrever, a análise de um petista histórico e acima de qualquer suspeita, publicada nos jornais dessa semana. Diz esse petista sobre seu partido. Aspas:

O PT amadureceu acomodado. Com uma origem corporativa, um viés regionalista e uma visão mais economicista que social, o Governo do PT deixou de executar programas transformadores da sociedade brasileira. Não definiu seu legado. Igualou-se, do ponto de vista das propostas, às forças que antes combatia.

Perdeu-se na arrogância. Sem legado próprio, sem bandeira aglutinadora, aprisionado por um grupo regional de São Paulo, o Governo do PT perdeu-se na prática política arrogante, isolada. O núcleo central do Poder julgou-se acima de qualquer suspeita e, portanto, livre para desprezar o diálogo e relaxar no cumprimento da ética. Fechou-se em um grupo restrito, desperdiçou energias em disputas dentro de um só Estado, sem perspectiva nacional.

Casou-se por conveniência. Por falta de um plano que apontasse para um Brasil diferente, aliou-se a interesses que garantissem a reeleição. Foi vítima da reeleição. Desde o primeiro dia, no lugar de presidente, Lula foi obrigado a ser candidato. Com isso, fez alianças arriscadas e foi tratado pela oposição como mais um candidato, não como o Magistrado, Chefe de Estado, representante de todos os brasileiros.

Envelheceu na incoerência. Sem render-se às críticas, recusou-se a reconhecer suas fragilidades.

Preferiu justificar suas falhas afirmando que os outros partidos faziam o mesmo no passado. Nivelou-se por baixo, do ponto de vista ético, e perdeu a razão de existir. Tentou rebater, em vez de absorver, críticas de adversários e sugestões de aliados. (...) O PT precisa admitir que a crise é sua e de seu governo, de sua história, de sua prática no poder. Não pode culpar a oposição. Fecha aspas.

Com essa longa transcrição, rendo homenagens e o meu respeito ao autor desse longo e denso artigo publicado nessa terça-feira pelo jornal **Folha de S. Paulo**. Refiro-me ao senador Cristovam Buarque, ex-Governador e ex-Ministro, mas sobretudo uma das inteligências mais lúcidas desse País, infelizmente descartado de um ministério e de um governo de raríssimas e isoladas ilhas de eficiência.

A crise, repito o senador Buarque, é do PT e de seu Governo. Não pode culpar a oposição, que se manifesta não apenas no Congresso mas também por vozes autorizadas como a do presidente Fernando Henrique. Em entrevista em rede nacional, o Presidente tinha todas as razões para tripudiar sobre o atual governo. Ao contrário, defendeu a governabilidade. Assim o têm feito governadores do PSDB, como Aécio Neves, de Minas Gerais.

Para o bem do Brasil, em nome da ética, queremos e vamos apurar tudo, vamos cortar os tumores de bingos e mensalões, de Correios ou estatais. Mas temos responsabilidades com o Brasil. Da mesma forma como essa Oposição não é golpista, não pode, igualmente, se deixar enganar por manobras diversionistas como a que o governo tenta com balões de ensaio como esse da reforma.

Se o Governo pensa mesmo que a eliminação de cargos reduz a corrupção e o fisiologismo, por que não começar logo a corrigir o mal? O governo pensa atrair o PMDB oferecendo exatamente isso: mais ministérios e cargos. Quem parece ter razão, infelizmente, e mais uma vez, é o deputado Roberto Jefferson que já diagnosticou: o governo divide cargos e mordomias porque não pensa nem de longe em partilhar o poder. Esse é do PT.

O enxugamento da estrutura administrativa federal é urgente e inadiável, não pelo que possa representar de inibição à corrupção, mas pelo que pode trazer de eficiência à máquina do governo. Os Estados Unidos têm pouco mais de 2 mil cargos comissionados de livre provimento. A França não

chega a tanto. E o Brasil jamais teve tantos ministérios como agora, quando o PT precisou alojar no primeiro escalão federal os amigos e os muitos derrotados da eleição de 2.002.

A proposta dessa reforma administrativa leva a uma reflexão inevitável: o governo Lula levou quase três anos para perceber que fez tudo errado. Multiplicou ministérios desnecessários, criou cargos inúteis, inflou estruturas e despesas, tudo em nome de um partidarismo caolho, para aproveitar os que haviam sido rechaçados pelas urnas. Querem, agora, voltar à estrutura anterior, com uma ou outra modificação adjetiva, apenas para que o distinto público não perceba de imediato o tamanho do embuste. Mais ou menos como já fizeram na área social: depois de meses e meses de discussões, mantiveram todos os programas de transferência de renda do governo FHC, com uma única e grave modificação: mudaram os nomes e eliminaram os controles. Há famílias recebendo o sucedâneo do bolsa-escola sem que seus filhos freqüentem aulas ou tenham carteira de vacinação. Um retrocesso, enfim, mas com muito barulho.

Felizmente não mexeram nos pilares da política econômica, embora estejam errando na dose. O equilíbrio fiscal é imprescindível, mas esse ajuste é apenas um meio para garantir o desenvolvimento sustentável. Como errou na dose, o atual governo está transformando o superávit primário num fim em si. Resultado: não há investimento e o país já é o que menos cresce entre os emergentes. Está quase parando: pelos últimos números do IBGE, o crescimento anualizado do PIB, ao final do primeiro trimestre, era de modestíssimos 1,7%.

A conclusão inevitável é que o jeito petista de governar custa muito caro ao Brasil, a suas instituições e à ética política. Depois de quase três anos no poder, o que o Governo atual propõe como grande reforma é um retorno ao que era. Isso não é reforma. É confissão de culpa.

Obrigado Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer!

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

VALDO CRUZ

Contaminou

BRASÍLIA - *A bomba lançada no colo do governo Lula pelo deputado Roberto Jefferson tem um altíssimo grau de destruição. A ordem dos petistas era tentar desarmá-la ou, pelo menos, reduzir o seu efeito.*

Não será tarefa fácil. Talvez uma missão quase impossível. Afinal, na picada aberta por Jefferson na entrevista a Renata Lo Prete seguiram outras autoridades, reforçando a história da mesada que seria dada pelo PT a deputados aliados.

Confirmada a denúncia relatada pelo presidente do PTB, fica, de saída, uma pergunta no ar: o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, agia por conta própria, por ordem do partido ou seguia determinações do governo?

Outra perguntinha: de onde viria o dinheiro da mesada? Em sua estratégia de ataque, Jefferson não deixa claro esses pontos. Diz que o tesoureiro petista negociava as mesadas a deputados do PP e do PL.

Tudo indica, porém, que o deputado omite essas informações como

municação para futuras investidas. Afinal, qual a serventia de comprar deputados com mesadas de R\$ 30 mil? Posso estar enganado, mas o objetivo seria buscar votos para projetos do governo no Congresso. Daí inferir que alguém do governo tinha interesse nessa mesada. Não só gente do PT.

Feita a ligação, a situação do presidente Lula ficaria delicadíssima. Teria de cortar na própria carne para tentar salvar a imagem de sua administração.

O desfecho dessa crise é imprevisível. Os estragos, no entanto, já começaram. A tão temida contaminação da economia pelos escândalos políticos começou. O dólar subiu, o risco-país disparou, a Bolsa caiu.

É o pior dos mundos. A seguir nesse compasso, Lula pode começar a dar adeus à sua reeleição. Por sinal, havia gente ontem dizendo que, se a crise piorar, talvez Lula seja obrigado a abrir mão dela para salvar o resto de seu governo. A conferir.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Para socióloga, tese de golpismo é ‘erro tático’ dos governistas”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** do último dia 27 de junho do corrente.

A matéria mostra que para a Professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e uma das fundadoras do PT, Maria Victoria Benevides, houve um exagero do governo ao usar a palavra “golpismo” para justificar a crise. Já que o governo não está tão ameaçado assim, nem pela direita e nem pela

esquerda. Isso talvez seja uma retórica “antigolpista”, é uma tentativa de atrair os movimentos sociais para a órbita do Presidente Lula.

Sr. Presidente, requieiro que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

MARIA VICTORIA BENEVIDES

Governo não está ameaçado pelas elites porque elas estão representadas na administração federal

Para socióloga, tese de golpismo é “erro tático” dos governistas

FÁBIO ZANINI

DANSU OLIVAL DE BRASÍLIA

Integrante da Comissão de Ética Pública da Presidência da República e uma das fundadoras do PT, a cientista política e socióloga Maria Victoria Benevides, 62, vê “erro tático” na reação dos governistas à crise política, baseada em larga escala na denúncia a supostas pretensões golpistas das elites.

“Há exagero em usar a palavra golpismo. Este governo não está tão ameaçado assim, nem pela esquerda, nem pela direita, que está muito satisfeita com a política econômica”, afirma Benevides, professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, em entrevista à Folha.

A retórica antigolpista do PT e de governistas, em sua visão, é uma tentativa de atrair os movimentos sociais para a órbita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o que acabou acontecendo em dois eventos na semana passada, em Luziânia (GO) e Brasília.

Para Benevides, mobilizar entidades como CUT e MST para defender Lula das elites mostra falta de coerência. “Tem que dar nome a essas elites. Porque fazer isso, mas continuar com alguns ministros que são os mais ardorosos defensores dessas elites, fica meio esquisito”, afirma.

A professora é representante de um grupo hoje restrito, o dos intelectuais que se mantêm atuantes dentro do PT. Ela foi da comissão que elaborou o programa de governo de Lula em 2002, sob a coordenação do hoje ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho, mas hoje não esconde a frustração com a política econômica.

Também ocupou o cargo de “ouvidora” da campanha — espécie de ombudsman — e diz que já naquela época identificava preocupações quanto aos rumos que o partido seguia sobre a política econômica e a de alianças.

Nem tudo é crítica. Benevides elogia várias das ações do governo de combate à corrupção, como o trabalho da Polícia Federal, do Ministério da Justiça e da Controladoria Geral da União.

Mas ela se mostra preocupada com as imagens que as atuais acusações de direito sobre seu partido.

O erro foi o PT achar que a sua bandeira ética era tão forte que nada poderia ameaçá-la.

Para Benevides, a governabilidade a qualquer custo, baseada na aliança com legendas de centro e direita, está cobrando um preço ético alto demais para o partido, o que pode se agravar com a reforma ministerial. “A reforma pode aumentar a tão desejada governabilidade, mas tem que se pensar, e isso também é uma questão ética, que preço se está pagando por essa governabilidade”, disse. Ela falou à Folha na sexta-feira.

★

Folha - O PT e o governo vêm denunciando uma tentativa de oposição de desestabilizar as instituições. Alguns insinuam golpismo, ou golpismo branco. A sra. concorda com isso?

Maria Victoria Benevides - Não concordo com golpismo, branco ou de outra cor. Há exagero em usar essa palavra. Este governo não está tão ameaçado assim, nem pela esquerda, nem pela direita. A esquerda — e aí eu situo o MST, a Central de Movimentos Populares etc. — não vai querer dar golpe nenhum nesse governo porque sabe perfeitamente que é ruim com ele, pior sem ele.

A prova é a sutileza com a qual o MST e outros movimentos de esquerda estão se manifestando com relação à crise atual. E, do outro lado, a direita está usando a questão da corrupção na disputa partidária e eleitoral, não por um compromisso moral. Ao mesmo tempo, eles estão muito satisfeitos com a política econômica. Enquanto ela se mantiver, a direita não vai querer dar golpe nenhum.

O que há não é golpismo, mas um jogo político pesado, que se explicita quando altas lideranças do tucanato dizem que têm que sangrar o Lula, mas não desestabilizar o governo. Eles não têm in-

teresse, acham que têm chance de ganhar as eleições, mas não querem a fama de golpistas.

Folha - Quando fala em golpismo o governo federal não acaba jogando lenha na fogueira da crise? E colocando em dúvida a força das instituições?

Benevides - O tema vem à tona devido ao acúmulo de crises e de notícias de corrupção, que teve na nossa história um antecedente notório que foi o mar de lama no governo Getúlio Vargas. O governo tem de fazer o que o presidente Lula fez recentemente. Enfatizar o papel do Ministério da Justiça, da Controladoria Geral da União, da Polícia Federal. O presidente tem toda a razão quando diz que essas três instituições nunca trabalharam tanto. O discurso tem que ser esse. Eu avalio a reação do governo como um erro de comunicação, no sentido de que certamente houve muitas reuniões para decidir qual seria a melhor resposta e ganhou essa. Eu acho que é um erro de tática. Essa linguagem de golpe teve um endereço muito claro, que é mobilizar as bases tradicionais do partido, e está conseguindo. Mas o governo tem de estar muito atento para o que diz a Carta ao Povo Brasileiro, que essas entidades divulgaram e que eu também apóio.

Ali exigem a mudança na política econômica, o combate ferrenho às denúncias de corrupção e uma reforma política que amplie a participação popular do ponto de vista constitucional, mudando o regulamento de plebiscitos para que o povo possa participar melhor.

Folha - O presidente Lula está adotando uma estratégia de cercar-se de movimentos sociais para defender o presidente das elites. O que a sra. acha desse expediente?

Benevides - Tem que dar nome a essas elites. Porque fazer isso, mas continuar com alguns ministros que são os mais ardorosos defensores dessas elites, fica meio es-

quisito. Que elites são essas que estão contra o Lula? São os exportadores, os latifundiários? Mas eles estão representados no ministro Roberto Rodrigues [da Agricultura]. O grande capital, o grande capital comercial? Estão representados em várias pessoas do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Então eu não gosto dessa coisa. O que tem que ficar claro é em que medida realmente está se enfrentando o poder econômico dos que sempre mandaram no Brasil.

Folha - E a sra. acha que está?

Benevides - Eu acho que não. Por isso não faz sentido dizer que o governo está sendo massacrado pelas elites. O que o governo tem feito que está incomodando as elites?

Folha - A política de alianças está na origem dessa crise, a disputa entre os aliados. O PT errou nesse processo?

Benevides - Todo governo tem que fazer alianças políticas. Isso é óbvio, porque num sistema partidário eleitoral como o nosso, no presidencialismo que nós temos, essas alianças são inevitáveis. Mas há alianças e alianças. O PT fazer aliança com [o vice-presidente] José de Alencar, do PL, é uma coisa, agora fazer aliança com o PTB de Roberto Jefferson [deputado federal], com o PP de [Paulo] Maluf [ex-prefeito de São Paulo] e de [Jair] Bolsonaro [deputado federal pelo PP-RJ], aí é complicado.

Folha - Mas então como se faz? Uma aliança mais restrita? Como se constrói maioria?

Benevides - Eu acho que em primeiro lugar tem que se modificar esse sistema. Por que sempre escolher a governabilidade em detrimento da representatividade? Por que não se enfrentou realmente a reforma política no sentido de proibir essa lambança partidária? Todo mundo fala em fidelidade partidária contanto que seja para os outros. Mas nem uma reforma política adianta enquanto não se enfrentar realmente o sistema de poder no Brasil e, principalmente, ver o que se pode apresentar como um projeto.

Folha - A sra. então não acha que a reforma política resolve esses problemas de uma vez por todas, como tem sido colocado?

Benevides - Não. Ela é importante, mas não é uma panacéia.

Folha - Onde é insuficiente?

Benevides - Ela não adiantará nada se não houver um projeto político de desenvolvimento sustentável que conte com o apoio do povo. E isso atualmente não acontece. Não temos esse projeto. Esse projeto não combina com a atual política macroeconômica.

Folha - O ex-ministro José Dirceu disse na mais recente reunião do Diretório Nacional do PT que não fazia autocrítica da política de alianças porque não há outro caminho. A sra. concorda?

Benevides - Há um outro caminho. Há alternativas, e isso eu ouvi muito durante toda a campanha. E ouvi que havia alternativa ao modelo econômico, e fiquei esperando isso. Aliás, estou esperando isso até agora. Com relação à política de alianças, a gente escutava que havia a banda séria do PMDB, sei lá, Pedro Simon [senador gaúcho] e outros, que existe gente séria no PDT, no PPS, existe gente ótima em outros partidos como o PSDB, que poderiam dar uma contribuição muito melhor que o PP, o PTB. Não é enfatizar um moralismo, é deixar claro que o compromisso é com a governabilidade em nome de um projeto de nação, e não de um projeto de poder só. Poder para fazer o quê?

Folha - A sra. foi ouvidora da campanha do Lula, que foi quando se desenhou esse modelo de aliança...

Benevides - Isso tudo foi disputado, tinha muita gente que era contra.

Folha - Mas já havia dois movimentos: de caminhar para o centro, centro-direita, ao mesmo tempo em que se escauteava a esquerda partidária.

Benevides - Naquela época eu acreditava bastante que o fato importantíssimo de se colocar um partido com o histórico do PT e uma personalidade como o Lula na Presidência da República já teria um tal impacto de autoridade moral que a perspectiva me parecia promissora.

Folha - Isso se cumpriu?

Benevides - Em alguns campos, sim. Eu tenho os maiores elogios para a política de combate à corrupção, com Márcio Thomaz Bastos [ministro da Justiça], Waldir Pires [ministro-chefe da Controladoria Geral da União], uma parte importante da Polícia Federal, com vários parlamentares que estão atuando nisso. Tenho o maior respeito pela política exter-

na. E a idéia de unificar os projetos sociais em torno do Bolsa Família foi uma boa idéia, mas é muito, muito insuficiente. É muito pouco diante do que se esperava de um governo de esquerda e principalmente muito pouco em função de que fica na dependência de uma mudança na política macroeconômica.

Folha - Como fica o governo daqui para a frente, com uma reforma ministerial em que o PT terá seu espaço reduzido? O governo caminhará para a direita?

Benevides - Não sei como vai ficar, mas não se pode dizer que seja um governo de esquerda, isso não se pode. Não é um governo de esquerda. Seria um governo de centro-esquerda que aspira a ser um governo social-democrata. A reforma ministerial pode aumentar a tão desejada governabilidade, porque governabilidade é importante. Mas tem que se pensar, e isso também é uma questão ética, que preço se está pagando por essa governabilidade. Porque o preço pode ser tão alto que acaba se tendo governabilidade para continuar aprovando a política econômica contra a qual muitos de nós estamos lutando.

Folha - O PT sempre teve uma forte bandeira ética, que inclusive rendeu dividendos eleitorais para o partido. A sra. acha que essa identificação está ameaçada?

Benevides - Eu acho que está ameaçada e esse é um grande pro-

blema que está nos deixando muito aflitos. Nosso empenho agora é recuperar essa bandeira e principalmente enfrentar o sensacionalismo da imprensa, que nunca fez nada disso em relação ao governo Fernando Henrique, que o protegeu e o blindou.

É muito pouco diante do que se esperava de um governo de esquerda... Não sei como vai ficar, mas não se pode dizer que seja um governo de esquerda

Folha - Mas é só culpa da imprensa ou o PT tem uma certa culpa nisso?

Benevides - Claro. O que aconteceu com o PT é achar que a sua bandeira era tão forte que nada poderia ameaçá-la. Não que pudesse fazer qualquer coisa, mas é aquilo: "O

PT é do bem, então se tem alguém que se mistura, o lado do bem do PT tende a predominar, até pela sua força moral". Mas não há força moral que enquadre Roberto Jefferson, não há força moral que enquadre aqueles que mudam de partido porque se vendem. E isso acho que o PT não tinha claro. O PT achava que a sua força moral, a sua história, seriam suficientes para enfrentar essas mazelas do nosso sistema político, que são seculares. Mas não são suficientes.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Pedindo que as bênçãos de Deus se estendam sobre este País e sobre as pessoas que trabalham nesta Casa e nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 36 minutos.)

OS Nº 14267/05

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE NA SESSÃO DO DIA 31 DE MAIO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pretendo concentrar minha intervenção nos resultados apresentados hoje pelo IBGE

e que apontam para uma desaceleração no ritmo de crescimento da economia brasileira.

É bem verdade que obtivemos, no ano passado, um resultado exuberante, pois o Produto Interno Bruto cresceu 4,9%, de acordo com os dados consolidados pelo IBGE. É o melhor resultado dos últimos 10 anos na economia brasileira.

Em alguns Estados, como São Paulo, obtivemos o melhor resultado dos últimos 18 anos. O mais importante é que esse crescimento da economia veio associado a uma melhora substantiva em todos os principais fundamentos da economia brasileira. Um saldo comercial que chega a US\$35 bilhões e que gerou um superávit nas transações correntes com o exterior bastante expressivo. No Governo anterior, alcançamos um déficit de US\$186 bilhões em oito anos, e esse déficit, nas contas externas, vinha sendo financiado com o endividamento, privatizações e juros altos. Alcançamos, no ano passado, um superávit de US\$11,7 bilhões nas relações de transações correntes e, neste

ano, um superávit de US\$12,7 bilhões. É a previsão para o ano de 2005.

Houve, de fato, uma melhora muito grande nas contas externas e na recuperação das reservas, além de uma melhora importante nas finanças públicas, pois a dívida pública caiu de 61% para 51% do PIB. Trata-se de um “desendividamento” importante do Estado brasileiro. E, ao contrário do que diz a Oposição, toda essa melhora nos indicadores ocorreu não com a venda de patrimônio, já que nenhuma empresa brasileira foi privatizada, e nem porque houve aumento de carga tributária. A carga tributária da União foi de 16,34% do PIB em 2002. Em 2003 e 2004 não alcançamos carga maior. E em 2005, espero, também não alcançaremos.

A economia está desacelerando por quê? Em primeiro lugar, porque houve, a meu ver, um erro na definição da meta de inflação. Tento sustentar tal posição. Inicialmente, fui quase uma voz solitária, inclusive em relação a colegas do Senado Federal, mas sempre considerei que não havia por que iniciar este ano com uma meta de inflação de 4,5%. Ao observarmos a história econômica do Brasil, verificaremos que houve inflação abaixo de 5,5% em 1946 e em 1998, anos totalmente atípicos de queima de reserva cambial, no início do Governo Eurico Gaspar Dutra e no final do primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso, que era antevéspera de um ataque especulativo.

Portanto, não podemos tomar 5,5% como meta realista; é uma meta extremamente ambiciosa. Em 2004, havia uma meta de 5,5%. Ora, a inflação caiu de 12,5% para 9,5%, e de 9,5% para 7,6%. Seguiu uma trajetória de queda, mas não alcançamos 5,5%. Por que, então, projetar 4,5%? Ao projetar 4,5% para o ano de 2005, o Banco Central, no final do ano passado e início deste ano, começa a aumentar a taxa de juros para forçar uma inflação que era alta, em um patamar em torno de 7,5%, a uma inflexão na direção de 4,5%. Era uma mudança muito brusca. Essa pressão da política monetária junto com o saldo comercial de US\$35 bilhões, que nem os mais otimistas projetaram para o Brasil, em nenhum momento da história anterior, fizeram com que o câmbio fosse muito apreciado. A moeda brasileira ontem estava a R\$2,36 o dólar. Ora, essa apreciação do câmbio sempre ajudou a deflacionar a economia, ajudou a derrubar a inflação, que está em uma trajetória de queda forte agora, inclusive o Índice de Preços no Atacado, o IPA. Porém, ao combinar juros altos com o câmbio apreciado, compromete-se o nível de crescimento e de aceleração da economia.

O Banco Central, do meu ponto de vista, abusou da âncora cambial mais uma vez. É verdade que nada parecido com o passado. Nem o câmbio está tão

apreciado, nem o prazo é tão longo como o que tivemos. Mas toda vez que se usa a âncora cambial para deflacionar a economia, acaba-se penalizando as exportações, estimulando as importações e prejudicando o nível de atividade e de crescimento da economia. Houve, então, uma combinação de juros e câmbio que forçou a desaceleração da economia.

Creio que o Governo deve rever a meta da inflação. Não temos por que manter para o próximo ano 4,5% de inflação. Tenho defendido isso. Temos que sair do nó câmbio/juros. Deveríamos manter a meta de 5,5% ou o limite. Espero que mantenhamos os 5,1%, que é o que temos hoje, o que vai permitir a continuidade da queda da inflação, que é o elemento mais importante. A inflação está em uma trajetória de queda, mas não há por que migrarmos a uma meta de 4,5%. Se mantivermos, na reunião de junho, em que se define a meta do próximo ano e se projeta a de 2007, 5,1%, teremos espaço na política montaria.

Em segundo lugar, como a inflação está caindo, a taxa de juros vai começar a cair progressivamente, novamente melhorando a disposição do crédito, que, juntamente com tais medidas – crédito consignado em folha para aposentados, pensionistas e assalariados e crédito para construção civil habitacional –, ajuda a dar um choque de crédito na economia, o que é fundamental para manter o nível de atividade. Se a taxa de juros cai e o Banco Central compra mais reserva cambial, como começa a fazer hoje e já devia estar fazendo, porque as reservas cambiais estão bem melhores do que antes, mas não podemos ter um câmbio a R\$2,36, também melhora a competitividade da taxa de câmbio. A inflexão na taxa de juros e a melhora na taxa de câmbio seguramente permitirão manter as exportações fortes e conseguirão manter o nível da economia.

Mas existe uma outra margem que entendo que o Governo deveria usar: a margem fiscal. Estamos com um superávit extremamente alto. Portanto, o Governo pode conceder alguns incentivos fiscais, sobretudo para o investimento, que é o ponto mais sensível, a fim de manter o ritmo forte de crescimento. O Governo deveria aprofundar medidas que já tomamos – depreciação de capital, prazo da depreciação, IPI, PIS, Cofins, incentivos fiscais para os investimentos –, rapidamente, a fim de estimular os investimentos produtivos, porque os setores exportadores, especialmente, precisam investir. Essas medidas ajudariam a alavancar o investimento. E há margem no Orçamento para alguns investimentos estruturais, no caso, as rodovias, energia, portos e ferrovias, que ajudam a alavancar a construção civil, setor fundamental tanto para a geração de emprego quanto para o nível de atividade.

Portanto, há margem na política econômica, na medida em que a inflação cedeu; e cedeu forte, para uma inflexão nas políticas monetária e econômica, em direção a uma taxa de câmbio de equilíbrio que estimule as exportações.

Por último, queria dizer que, especialmente na agricultura, houve também uma desaceleração do nível de atividades. Obtivemos uma supersafra mundial de soja, milho, trigo, algodão e arroz. Com a atual taxa de câmbio, é mais difícil nossos produtos ganharem competitividade. Com a seca na Região Sul, alguns Municípios decretaram estado de calamidade e de emergência. O Governo adotou algumas medidas e precisa aprofundá-las. Está liberando R\$3 bilhões para o Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, ou seja, para Municípios em estado de emergência ou de calamidade. Além disso, R\$2,5 bilhões para investimento e R\$500 milhões para custeio. Está liberando, caso a caso, repactuação de dívida nos Estados de Mato Grosso e de Minas Gerais, Estados parcialmente atingidos. Está liberando R\$1 bilhão do FAT para que agricultores possam pagar insumos agrícolas, protegendo, dessa forma, a indústria e permitindo

que os investimentos sejam mantidos, bem como para aumentar a produtividade e a eficiência da agricultura. Adotou medidas também para as cooperativas agrícolas, destinando R\$300 milhões de crédito para capital de giro e R\$400 milhões para o Proagro Mais, que é a agricultura familiar.

Portanto, com o gasto público, com o choque de crédito, aliviando a política monetária e baixando os juros, que vai permitir um câmbio competitivo, podemos reorientar novamente o País em direção ao crescimento.

Este é o grande desafio do País: manter um ritmo forte de crescimento, como ocorreu ano passado. Para isso, acredito ser indispensável que o Governo reveja a meta da inflação para o próximo ano e para o ano de 2007, para permitir um ritmo forte de crescimento e principalmente a manutenção dos resultados do emprego. Tivemos três vezes mais empregos em dois anos e meio do que em oito anos do Governo anterior. Este é o dado social mais relevante e mais importante para o País: crescer, produzir, investir e gerar emprego. O Governo tem de estar atento a isso para impulsionar o crescimento e não olhar apenas para a inflação.

Muito obrigado.

Ata da 103ª Sessão não Deliberativa, em 4 de julho de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Tião Viana, Mozarildo Cavalcanti,
Antonio Leite, Alberto Silva e Augusto Botelho*

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 169, DE 2005

(Nº 381/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto no art. 42, § 1º, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, o art. 18, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e os arts. 39 e 59ww do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha que desejo fazer do Senhor Luiz Sérgio Gama Figueira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na República da Estônia, desde que obtido o **agrément** do governo desse país.

Os méritos do Senhor Luiz Sérgio Gama Figueira que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 22 de junho de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 202 DP/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 15 de junho de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, o artigo 42, § 1º da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, o Artigo 18, § 1º do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986 e os artigos 39 e 59 do Anexo I, do Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação do Senhor Luiz Sérgio Gama Figueira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia.

2. Caso mereça a aprovação do Senado Federal, o Senhor Luiz Sérgio Gama Figueira poderá ser nomeado, também, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, cumulativamente, na República da Estônia, desde que obtido o **agrément** do governo desse país.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim.**

**INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE LUIZ SÉRGIO GAMA FIGUEIRA**

CPF.: 3008592104

ID.: 3221 MRE/DF

- 1941 Filho de Aguinaldo dos Reis Figueira e Cecília Gama Figueira, nasce em 10 de janeiro, no Rio de Janeiro/RJ
- 1969 Bacharel em Direito, FD-UEG/RJ, em 1 de janeiro
- 1970 CPCD - IRBr
- 1970 Terceiro Secretário, em 03 de fevereiro
- 1970 Divisão do Pessoal, Assistente da chefia
- 1971 Divisão de Pessoal, Seção Financeira, Chefe
- 1971 Secretaria-Geral Adjunta para Assuntos Econômicos, Assistente
- 1973 Segundo Secretário por merecimento, 01 de janeiro
- 1973 Departamento Econômico, Assistente
- 1973 Embaixada em Washington, Segundo Secretário
- 1976 Embixada no México, Segundo Secretário
- 1977 Ordem da Águia Asteca, no Grau Encomienda (México)
- 1978 Embaixada em Tóquio, Segundo e Primeiro Secretário
- 1978 Primeiro Secretário por merecimento em 12 de junho
- 1979 Embaixada em Cingapura, Encarregado de Negócios na ausência do titular
- 1981 Divisão de Operações de Promoção Comercial, Chefe, substituto e Assistente da chefia
- 1981 Ordem do Tesouro Sagrado, Terceira Classe, no grau de Oficial (Japão)
- 1982 Conselheiro, por merecimento em 22 de dezembro
- 1985 Missão Junto às Nações Unidas, Nova York, Conselheiro
- 1986 CAE - IRBr
- 1988 Ordem do Mérito Militar, no grau de Oficial (Brasil)
- 1988 Ministro de Segunda Classe em 16 de dezembro
- 1988 Secretaria de Orçamento e Finanças, Secretário, substituto
- 1988 Ordem do Mérito Aeronáutico, no grau de Oficial (Brasil)
- 1989 Secretário de Orçamentos e Finanças
- 1991 Embaixada em Bruxelas, Ministro-Conselheiro

- 1994 Embaixada em Montevidéu, Ministro-Conselheiro
- 1995 Ordem de Leopoldo II, no Grau de Grande Oficial (Bélgica)
- 1996 Secretário de Controle Interno, Secretário
- 1997 Ordem de Leopoldo II, no Grau de Grande Oficial (Bélgica)
- 1997 Legião de Honra, no grau de Oficial (França)
- 1998 Ministro de Primeira Classe, 29 de Dezembro.
- 1999 Embaixada em Riade, Embaixador
- 1999 Embaixada no Iêmen (Sanaa), Embaixador, cumulativo
- 1999 Legião de Honra, Oficial (França)
- 2000 Embaixada em Omã (Mascate), Embaixador, cumulativo
- 2004 Ordem de Rio Branco, Grã Cruz

Claudia D'Angelo

CLAUDIA D'ANGELO
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

FINLÂNDIA

Dados Básicos

País: República da Finlândia.

Capital: Helsinque

Chefe de Estado: Presidente Tarja Halonen (desde março de 2000).

Chefe de Governo: Primeiro Ministro Matti Vanhanen (desde Junho de 2003).

População: 5,190,785 (Julho / 2003).

População Rural: 41% (2001).

População Urbana: 59% (2001).

Densidade Demográfica: 17,10/hab. km² (EIU – 2004)

PIB: US\$ 186.2 bilhões (EIU - 2004).

PIB per capita: US\$ 35,808 (EIU - 2004).

Reservas Internacionais, inc. ouro: US\$ 12,3 bilhões (EIU - 2004)

Composição do PIB (2002):

Agricultura: 4%;

Indústria: 34%;

Serviços: 62%.

Valor do Comércio Exterior*:

Exportação: 48,789 bilhões de euros.

Importação: 40.629 bilhões de euros

Principais Produtos de Exportação: Produtos florestais, da indústria de papel, máquinas e produtos de metal.

Principais Produtos de Importação: Metais básicos, maquinário e equipamentos de transporte, Produtos eletrotécnicos, Produtos químicos, Minérios.

Valor do Comércio com o Brasil (MDIC - 2004):

Exportações: US\$ 237.370.172

Importações: US\$ 400.207.216

Principais Produtos da Pauta Comercial com o Brasil:

Exportações: Níquel e suas obras; Café, chá, mate e especiarias; Sal, enxofre, terras, pedras, gesso, cal, cimento; Pastas de madeira ou de matérias fibrosas celulósicas; Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos; Sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes; Carnes e miudezas comestíveis; Alumínio e suas obras; Veículos automóveis, tratores, ciclos; Ferro fundido, ferro e aço.

Importações: Máquinas, aparelhos e material elétricos; Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos; Níquel e suas obras; Papel e cartão, obras de pasta celulósica; Veículos automóveis, tratores, ciclos; Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia; Produtos diversos das indústrias químicas.

*Fonte finlandesa

Avaliação das Relações Bilaterais

Brasil e Finlândia têm mantido um relacionamento marcado, nos anos mais recentes, por um diálogo cada vez mais freqüente, nos planos político e econômico. As relações entre o Brasil e a Finlândia apresentam um caráter construtivo e fluído. A inexistência de passivos diplomáticos, a notável atmosfera de cordialidade e o crescente interesse mútuo abrem excelentes perspectivas para um relacionamento bilateral assentado em bases de cooperação política e econômica no futuro próximo.

Na esfera da política externa, constata-se ampla faixa de coincidência e afinidades de posições entre os dois países. O Brasil e a Finlândia compartilham dos mesmos ideais de coexistência internacional, como o da admisão exclusiva da solução pacífica de controvérsias e a valorização dos organismos internacionais como foros para o desenvolvimento da cooperação entre os países.

No plano político, abriram-se nos últimos anos novos espaços no diálogo entre os dois países. O adensamento nas relações bilaterais, buscado por uma e outra parte, encontraram seus primeiros gestos no início do Governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, e tomaram impulso concreto com as visitas ao Brasil da então Ministra dos Negócios Estrangeiros, Tarja Halonen, em março de 1996 e à Finlândia do então Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampréia, em abril de 1997. Em fevereiro/março de 1997, realizou visita oficial ao Brasil o Presidente Martti Ahtisaari. O Ministro das Comunicações, João Pimenta da Veiga, realizou visita de trabalho à Finlândia em outubro de 2000, retribuída pela vinda do Ministro Olli-Pekka Heinonen, em março de 2001.

A relevância da visita do Presidente Ahtisaari em 1997 tornou-se ainda maior pelo fato de ser ele o primeiro Chefe de Estado finlandês a realizar visita oficial ao Brasil - o Presidente Kekkonen (1956-1981) visitou a Amazônia em caráter particular e o Presidente Koivisto (1981-1994) esteve no Rio de Janeiro para a Conferência de 1992. Registre-se que o único Chefe de Estado brasileiro a visitar a Finlândia foi o Imperador Pedro II, que, em agosto de 1876, excursionou pelo Sul do então Grão-Ducado da Finlândia (sob soberania russa). O Presidente Ahtisaari fez-se acompanhar pelo Ministro para Assuntos Europeus e do Comércio Exterior, Joan Ole Norrback, e por ampla delegação empresarial que incluiu representantes das principais indústrias finlandesas de maquinaria, telecomunicações, mineração, celulose e papel. Em paralelo à visita oficial do Presidente finlandês, foram realizados seminários empresariais em São Paulo e Florianópolis sobre as potencialidades do mercado brasileiro, seguidos de mesas redondas para encontros de trabalho entre empresários dos dois países.

O Presidente Ahtisaari manteve novo encontro privado com o Presidente Fernando Henrique Cardoso em junho de 1999, durante a Cimeira América Latina e Caribe/União Européia, ocasião em que renovou ao Presidente brasileiro convite para visitar seu país. Sua sucessora, Tarja Halonen, encontrou-se igualmente com o Presidente Cardoso, em abril de 2000, durante a posse do Presidente chileno, Ricardo Lagos, em reunião que incluiu também o Presidente da Argentina e o Primeiro-Ministro da Itália.

A Presidente Tarja Halonen, que se encontrou em Davos, em janeiro, com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, visitou oficialmente o Brasil no período de 30 de outubro a 4 de novembro de 2003, acompanhada por importante delegação empresarial. Durante o encontro com o Presidente Lula, a Presidente Halonen demonstrou-se interessada pela proposta de combate à fome e à pobreza no mundo, que o Presidente havia exposto em sua intervenção na abertura da Assembléia-Geral da ONU em setembro. A Presidente finlandesa estendeu convite ao Presidente Lula para visitar a Finlândia.

Em setembro, no âmbito da Assembléia-Geral da ONU, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, reuniu-se com o Ministro dos Negócios Estrangeiros finlandês, Erkki Tuomija.

No que se refere ao diálogo entre as duas Chancelarias, realizou-se em Brasília, em abril de 2001, reunião de Consultas Políticas Bilaterais entre o Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos do Itamaraty e seu contraparte finlandês, Embaixador Markus Lyra. A agenda da reunião incluiu temas bilaterais, regionais (relações Mercosul-UE, Cimeira do Rio de Janeiro), internacionais (Rússia e Colômbia) e multilaterais (reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, Direitos Humanos, Desarmamento, combate ao narcotráfico e terrorismo, OMC e Alca). Durante a visita da Presidente Halonen, a Subsecretária-geral Política, Embaixadora Vera Pedrosa reuniu-se com o Subsecretário de Assuntos Políticos da Chancelaria finlandesa, Embaixador Jaakko Laajava, com quem examinou uma agenda composta de questões bilaterais, regionais e globais.

Relações Parlamentares

A visita ao Brasil, em abril de 2002, da Presidenta do Parlamento Finlandês, Riitta Uosukainen, deu início à formalização de canal de diálogo privilegiado entre os Parlamentos dos dois países, por meio do anúncio da constituição do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Finlândia. O Presidente da seção finlandesa, indicado a título preliminar, será o Deputado Jukka Vihriälä. A parte brasileira foi convidada a visitar oficialmente a Finlândia, tão logo seja acertada sua composição, que após o início da nova legislatura, ainda se encontra em fase de definição.

Duas delegações parlamentares finlandesas visitaram o Brasil recentemente: em 2000, membros do Subcomitê de Finanças; e em março de 2002, o Comitê de Agricultura e Silvicultura, que manteve importantes contatos com o Ministro da Agricultura e Abastecimento, Pratiní de Moraes, e com seus contrapartes no Congresso Nacional. Em agosto último, realizou-se a visita de delegação florestal finlandesa, com vistas à negociação de Acordo Florestal.

Uma Delegação Parlamentar de Agricultura da Comissão de Finanças do Parlamento finlandês visitou o Brasil no período de 5 a 9 de março de 2005, quando foi recebida pelo Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e mantiveram contatos no Congresso e no Ministério das Relações Exteriores.

Relações Econômicas

Relações econômicas

O comércio bilateral, na faixa dos US\$ 630 milhões, encontra-se aquém do potencial efetivo dos dois países. O saldo da balança é desfavorável ao Brasil. Nessa área, bem como na de investimentos, há muitas oportunidades a serem aproveitadas. Em abril de 1996, o Ministro do Comércio Exterior, Ole Norrback, visitou o Brasil acompanhado de missão empresarial, regressando no ano seguinte, quando acompanhou o Presidente Ahtisaari e missão composta de 17 empresários.

Em março de 2002, visitou o Brasil o então Ministro do Comércio Exterior, Jari Vilén, acompanhado, igualmente, de representantes de diversas empresas finlandesas que investem ou desejam investir no Brasil – com grande destaque para a área de telecomunicações. O Ministro Vilén foi recebido pelos Ministros das Comunicações; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores.

Em outubro/novembro de 2003, a Ministra do Comércio Exterior e Desenvolvimento, Paula Lehtomäki, acompanhou a Presidente Tarja Halonen em sua visita oficial com delegação de 25 empresários das áreas de desenvolvimento florestal, polpa e papel e telecomunicações.

Em Agosto de 2004, o Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, visitou a Finlândia, ocasião em que teve a oportunidade de manter contatos com autoridades governamentais e com a iniciativa privada daquele país, com o objetivo de promover o comércio e os investimentos no Brasil.

Esse novo diálogo demonstra a existência de uma real conscientização por parte de setores específicos do empresariado finlandês de que se abriram janelas de oportunidades para seus produtos e serviços com a estabilização e liberalização do mercado brasileiro e a consolidação do MERCOSUL.

Os interesses finlandeses concentram-se principalmente nos setores de telecomunicações, mineral e da indústria madeireira e de papel, onde o país desenvolveu notável competitividade. Nos anos mais recentes, os desenvolvimentos tecnológicos e de *know-how* finlandeses projetaram algumas de suas maiores empresas a procurarem expandir suas operações internacionalmente. É o caso dos Grupos NOKIA, VALMET e SISU que fazem parte das 33 subsidiárias e 81 representações de empresas finlandesas atualmente instaladas no País.

Do ponto de vista do intercâmbio comercial, em virtude da adesão da Finlândia à União Européia e das conseqüentes barreiras adotadas aos principais produtos brasileiros que compõem nossa pauta de exportações para aquele país, a balança comercial tornou-se, na década de 90, deficitária para o Brasil. Mais recentemente, nossas exportações, que vinham apresentando pequenos decréscimos desde 2000, voltaram a crescer em 2003 (38,3), 2004 (50,7) e jan-abril 2005 (58,4). Em 2003, as importações caíram (-28,7), mas recuperaram-se em 2004 (49,3). O fluxo total de comércio aumentou notavelmente nos últimos anos, em especial em 2004, quando passaram de US\$ 425,5 (2003) para US\$ 637,5, seu melhor resultado.

A ênfase a ser dada ao desequilíbrio na balança comercial está sendo contraposta pelo crescente volume de investimentos diretos que assumem importância para os dois países neste momento. O grande potencial existente nas áreas de cooperação econômico-financeira e de investimentos já foi discutida em eventos empresariais bilaterais, durante os quais ficou bastante claro o nível de excelência da Finlândia na produção de papel e no setor de telecomunicações. Neste aspecto, o país possui 46 operadores privados de telecomunicação, com destaque para o Grupo Nokia, que é atuante no Brasil em associação com a Gradiente. Os contatos mantidos pelo então Ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, com seu colega finlandês Olli-Pekka Heinonen constituem um dos pontos fortes nas relações fino-brasileiras recentes, e as conversações com os principais responsáveis pela empresa "Nokia" abriram concretas perspectivas de ativa parceria em programas de cooperação a curto e médio prazo. A Nokia demonstrou interesse em ampliar sua margem de atuação no Brasil, mencionando, inclusive, a possibilidade de implantação de uma nova unidade de produção de aparelhos de telefonia celular com vistas ao mercado interno brasileiro e também objetivando a

exportação. Vale lembrar que os aparelhos de telecomunicações, incluindo os de telefonia celular, compunham, em 2001, quase 12% da pauta de importações do Brasil.

O Grupo Nokia, que está no Brasil desde 1996 e cujas vendas mundiais atingiram 29,3 bilhões de euros em 2004, tem seus papéis listados nas bolsas de Nova Iorque, Helsinki, Estocolmo, Londres, Frankfurt e Paris. O Grupo emprega cerca de 55.500 pessoas e possui fábricas em 9 países. Cabe registrar que a Nokia mantém 12 Centros de Pesquisa e Desenvolvimento, que contam com 20.772 empregados. Quase um terço do pessoal da empresa trabalha, portanto, nessa área. Seu escritório central está localizado em Espoo, Finlândia.

No que se refere ao setor da mineração, já se registrou a intenção do grupo Outokumpu de examinar as perspectivas do mercado brasileiro à luz do novo quadro de privatizações e liberalização comercial na área. A poderosa Champion International, consórcio americano-finlandês na área de produção de papel, já atua no Brasil. Em maio de 2005, inaugurou-se fábrica de papel e celulose da empresa sueco-finlandesa Stora Enso, em empreendimento conjunto com a Aracruz.

Fator que poderia contribuir para mudança no perfil de nossas exportações para a Finlândia seria a possibilidade de aquisição, pela companhia aérea "Finnair", de vinte aviões novos no valor total de um bilhão de Euros (cerca de US\$ 850 milhões). A Embraer estaria sendo cogitada como eventual fornecedora, juntamente com a "Fairchild-Dornier" e a "Bombardier".

Comércio bilateral (em USD milhões FOB)

Ano	Exportações	Importações	Saldo	Total
1999	117,5	326,3	-208,8	443,8
2000	128,4	300,6	-172,2	429,0
2001	118,0	377,5	-259,5	495,5
2002	113,8	376,2	-262,4	490,0
2003	157,4	268,0	-110,6	425,5
2004	237,3	400,2	-162,8	637,5
2005*	106,1	107,5	-1,4	213,6

* jan/abril

Fonte: MDIC

Principais produtos exportados (2004)	Principais produtos importados (2004)
mates de níquel	Níquel não ligado
café em grãos	Papel fibra em rolos
caulim	Circuito impresso montado para telefonia
Carnes desossadas de bovino	Papéis cuche leve, fibra mecan
Caixas de marcha para tratores	Circuito impresso
Maças frescas	Papeis cartões para escrita

O Brasil reconheceu a independência da Estônia em 1991 e estabeleceu relações diplomáticas em 1993, criando a Embaixada, em caráter não-residente, cumulativa com a Missão Diplomática brasileira em Helsinque.

A Estônia tem demonstrado interesse em aprofundar as relações bilaterais, particularmente no que se refere ao intercâmbio comercial, à cooperação tecnológica e à coordenação em foros multilaterais. Não obstante a prioridade atribuída pela Estônia à sua integração às estruturas euro-atlânticas, o Governo de Tallinn indica reservar posição especial para as relações com o Brasil, no contexto latino-americano.

Em fevereiro de 2000, o Ministério dos Negócios Estrangeiros daquele país submeteu por nota textos tentativos de Acordo de Cooperação Cultural, Educacional e Científica e Acordo de Cooperação no Campo do Turismo. Nos moldes celebrados pelo Brasil, foi proposto, por sua vez, acordo de Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço. Após o exame pelas áreas competentes brasileiras, todos os acordos propostos foram reencaminhados à parte estoniana.

As relações comerciais entre Brasil e Estônia são incipientes. O comércio bilateral, em 1997, alcançou tão-somente a cifra aproximada de US\$ 7,1 milhões (FOB), sendo as exportações brasileiras no valor de US\$ 5,2 milhões e as importações de US\$ 1,9 milhões. Em 1998, o volume de intercâmbio reduziu-se ainda mais, registrando exportações na marca de US\$ 1,9 milhões, com as importações subindo para cerca de US\$ 3,5 milhões. Em 1999, as exportações brasileiras somaram US\$ 2,4 milhões e as importações daquele país US\$ 637 mil.

Em 1999, a pauta de exportações do Brasil para a Estônia se compôs principalmente de cacau – em pasta e em pó – além de máquinas e equipamentos – principalmente para colheita, mas também para embalagem – e ferronióbio. Igualmente constam abacaxi, castanhas de caju e calçados. As importações em 1999 consistiram principalmente de ácido benzóico, leite em pó, produtos químicos em geral, além de cabos coaxiais e de outros condutores elétricos.

Há algum potencial para a ampliação das exportações brasileiras para aquele mercado, sobretudo de produtos alimentícios. Sob outro ângulo, a Estônia poderia ser utilizada por empresários brasileiros como entreposto para processamento de produtos a serem reexportados para países do Leste Europeu.

No período de 07 a 09 de novembro de 2000, esteve em visita oficial ao Brasil o Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Estônia, Toomas Hendrik Ilves. A visita inseriu-se no quadro do grande interesse que vem sendo manifestado pelo governo estoniano no sentido não apenas de incentivar os vínculos bilaterais, como também de afirmar, em périplo por países das Américas do Sul e Central, a presença da Estônia no mundo ibero-americano.

O visitante e sua comitiva, integrada por diplomatas de alto escalão do Ministério dos Negócios Estrangeiros estoniano, chegaram a São Paulo na noite do dia 07 de novembro, cumprindo, no dia 08 seguinte, programação de encontros naquela capital estadual, com representante do Governo estadual e da Assembléia Legislativa, além de encontro com a presença de empresários brasileiros na FIESP e com membros da comunidade estoniana.

A visita a Brasília no dia 09 de novembro compreendeu encontro com o então Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, seguido de almoço de trabalho. O visitante manteve encontro com o vice-presidente da República, além de entrevistas no Congresso Nacional, com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, e com o Presidente da Câmara dos Deputados.

Foram ainda, no contexto da visita, assinados acordos na área de turismo e de cooperação cultural, educacional e científica.

A Estônia aboliu unilateralmente a exigência de visto de entrada para turistas brasileiros e gestiona reiteradamente a assinatura de acordo que possibilite a aplicação de reciprocidade de tratamento a cidadãos estonianos.

Aviso nº 614/C. Civil

Brasília, 22 de junho de 2005

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Luiz Sérgio Gama Figueira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na República da Estônia, desde que obtido o **agrément** do Governo desse País.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(Comissão de Relações Exteriores de Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 2005
(Nº432/2005, na Casa de origem)

Define as diretrizes da Política de Prevenção e Atenção Integral à Saúde da Pessoa Portadora de Hepatite, em todas as suas formas, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Sistema Único de Saúde – SUS prestará atenção integral à pessoa portadora de hepatite, tendo como diretrizes os princípios de universalidade, integralidade, equidade, descentralização e participação da sociedade na definição e no controle das ações e dos serviços que se fizerem necessários.

Art. 2º As ações programáticas referentes à assistência, promoção e prevenção das hepatites virais serão definidas pelo Poder Público, com a participação de entidades de usuários, representantes da sociedade civil e profissionais de saúde afetos à questão.

Art. 3º O Poder Público apresentará proposta de Norma Técnica que estabeleça as diretrizes para uma política de prevenção e atenção à saúde da pessoa portadora de hepatite, com ênfase às ações de vigilância à hepatite.

Art. 4º O Poder Público será o responsável pela coordenação do programa, com as seguintes funções:

I – elaborar estratégias de divulgação, utilizando a mídia disponível, com o objetivo de disseminar conhecimentos sobre as formas de hepatite e suas conseqüências e estimular a captação de órgãos para transplante;

II – definir critérios para o diagnóstico, acompanhamento e tratamento das hepatites virais, consolidados sob a forma de protocolos, cientificamente justificáveis e periodicamente revisados;

III – desenvolver periodicamente ações de capacitação técnica para os profissionais de saúde e entidades ligadas às hepatites virais, harmonizando as ações previstas no inciso II do **caput** deste artigo e incentivando a boa prática assistencial no âmbito local;

IV – definir as competências de cada nível assistencial, detalhando as ações a cargo de cada um, de forma a otimizar os serviços disponíveis em todo o território nacional;

V – promover a notificação, por meio dos serviços de vigilância epidemiológica, dos pacientes portadores de infecções pelos vírus **E** e **C**;

VI – acompanhar e avaliar as ações e serviços desenvolvidos.

Art. 5º O Poder Público desenvolverá estratégias para ampliar a prevenção, a assistência e a pesquisa relacionadas às hepatites virais, com ênfase na produção de medicamentos e insumos necessários para o diagnóstico e a terapêutica.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotação orçamentária própria das 3 (três) esferas de Governo.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI Nº 432, DE 2003

Define as diretrizes da Política de Prevenção e Atenção Integral à Saúde da Pessoa Portadora de Hepatite, em todas as suas formas, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Sistema Único de Saúde – SUS prestará atenção integral à pessoa portadora de hepatite, em todas as suas formas, assim como dos problemas de saúde a ela relacionados, tendo como diretrizes:

I – a universalidade, a integralidade, a equidade, a descentralização e a participação da sociedade na definição e no controle das ações e dos serviços de saúde, nos termos da Constituição da República e suas leis regulamentadoras:

II – ênfase nas ações coletivas e preventivas, na promoção da saúde e qualidade de vida, na multidisciplinariedade e no trabalho intersetorial em equipe;

III – o desenvolvimento de instrumentos de informação, análise, avaliação e controle, por parte dos serviços de saúde, abertos à participação da sociedade, e a garantia de plena comunicação entre os usuários e os órgãos do SUS, através dos Conselhos de Saúde, especialmente os regionais e os gestores, para o recebimento e o adequado atendimento às sugestões e reclamações de quaisquer tipos, sobretudo as relativas à insuficiência ou ao não atendimento da população usuária;

IV – o apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico voltado para o enfrentamento e o controle das hepatites e dos problemas a elas relacionados, e seus determinantes, assim como para a formação permanente dos trabalhadores da rede de serviços de saúde;

V – o direito às medicações e aos instrumentos e materiais de auto-aplicação e autocontrole, visando à maior autonomia possível por parte do usuário;

VI – a divulgação e o incentivo à doação de órgãos.

Parágrafo único - Para o cumprimento do disposto nos incisos III e VI, serão realizadas campanhas informativas, seqüenciais e permanentes, de esclarecimento à opinião pública, utilizando-se de todos os veículos disponíveis na mídia, especialmente a imprensa escrita e televisiva, buscando atingir o maior contingente Populacional

Art. 2º As ações programáticas referentes à hepatite, em todas as suas formas, assim como aos demais fatores de risco ou problemas de saúde a elas relacionados, serão definidas em Norma Técnica a ser elaborada por Grupo de Trabalho coordenado pelo Ministério da Saúde, garantida a participação de entidades de usuários, universidades públicas, representantes da sociedade civil e profissionais ligados à questão, cujos principais objetivos serão:

I – padronizar os critérios de seleção de candidatos ao tratamento das hepatites crônicas **B** e **C**, através do uso de métodos diagnósticos bem estabelecidos;

II – padronizar os esquemas terapêuticos a serem utilizados nos diversos grupos de pacientes;

III – padronizar a forma de acompanhamento diagnóstico dos pacientes e estabelecer os critérios a serem considerados na definição da resposta ao tratamento;

IV – estimular a difusão do conhecimento e o treinamento específico de profissionais da área de saúde no manejo das hepatites crônicas virais, incluindo a orientação dos indivíduos infectados e o tratamento e

a prevenção de novos casos, promovendo, desta forma, a capacitação de novos Centros;

V – promover a notificação, através dos serviços de vigilância epidemiológica, dos pacientes portadores de infecções pelos vírus **B** e **C**.

§ 1º O Grupo de Trabalho previsto no **caput** será previamente apresentado ao Conselho Nacional de Saúde.

§ 2º O Ministério da Saúde garantirá ao Grupo de Trabalho o apoio técnico e material que se fizer necessário.

§ 3º O Grupo de Trabalho terá como princípio o respeito às peculiaridades e especificidades regionais e locais, e aos respectivos Planos Municipais e Regionais de Saúde, sendo o resultado de seu trabalho um instrumento técnico orientador, fundado nos princípios elencados nesta lei.

§ 4º O Grupo de Trabalho terá prazo de 180 (cento e oitenta) dias, após sua constituição, para apresentar proposta de Norma Técnica que estabeleça diretrizes para uma política de prevenção e atenção à saúde da pessoa portadora de hepatite, com ênfase às ações de vigilância à hepatite.

§ 5º A proposta de que trata o § 4º será apreciada em audiência pública, previamente convocada para esse fim, e aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde.

Art. 3º A direção do SUS garantirá o fornecimento universal de medicamentos, insumos, materiais de autocontrole e auto-aplicação de medicações, especialmente a realização de exames diagnósticos da doença e exames de biópsia hepática e de contagem de vírus (PCR-RNA), além de outros procedimentos necessários à atenção integral à pessoa portadora de hepatite.

Art. 4º A direção nacional do SUS incentivará a implantação de Centros de Referência de Hepatite, de caráter regional, cuja finalidade é o atendimento integral aos pacientes de hepatite e, especialmente:

I – fornecer auxílio diagnóstico, promovendo a avaliação da necessidade e a indicação de tratamento;

II – o fornecimento de medicamentos;

III – prestar assistência social e apoio psicológico,

IV – cadastrar os pacientes que receberão acompanhamento e realizarão exames laboratoriais, nos Centros de Referência de Hepatite;

V – a formação de profissionais qualificados para o atendimento e o tratamento das hepatites virais.

§ 1º Os Centros de Referência de Hepatite possuirão estrutura que possibilite a capacitação de novos Centros, a fim de promover a formação de profissionais para o acompanhamento e o tratamento das he-

patites, tornando-se credenciados para exercer esta atuação em áreas distantes do seu âmbito regional, para multiplicar a abrangência de sua ação, e deverão dispor de, ou se associar a outros centros públicos de que constem:

I – área física destinada, especificamente, ao atendimento previsto neste artigo:

II – recursos humanos necessários ao atendimento das consultas médicas, coleta de exames, orientação aos pacientes e aplicação de medicação e vacinas.

III – profissionais médicos com experiência comprovada no manejo de pacientes com hepatites crônicas virais;

IV – serviço de diagnóstico por imagem para realização de ultrasonografia e biópsia hepática orientada, quando necessário:

V – serviço de anatomia patológica, com experiência comprovada em hepatologia, para análise histológica das biópsias de fígado;

VI – laboratório estruturado para realizar a pesquisa dos marcadores virais, testes de biologia molecular e outros exames necessários ao acompanhamento diagnóstico dos pacientes cadastrados junto aos Centros de Referência;

VII – serviço de endoscopia e vídeo-laparoscopia para diagnóstico de controle de complicações dos pacientes com hepatopatias;

VIII – serviço de epidemiologia, para orientação em relação ao controle do contágio e prevenção de novos casos, na comunidade.

§ 2º O treinamento de profissionais para o acompanhamento e o tratamento das hepatites dar-se-á em período não inferior a 6 (seis) meses e deverá contar com equipe destacada pelo Centro, para realizar o controle periódico de suas atividades, garantido-se a oportunidade de atualização e qualificação profissional.

§ 3º Os programas de treinamento de longa duração, ou de treinamento em procedimentos específicos de menor duração, obedecerão a critérios e pré-requisitos estabelecidos pelos próprios Centros de Referência de Hepatite.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

No decorrer dos nossos 8 (oito) anos de mandato à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, esta Parlamentar pôde acompanhar o drama dos portadores de hepatite, especialmente a luta pelo acesso à medicação necessária para a cura da doença, bem

como a situação dramática daqueles que aguardam por um transplante.

Nossa atuação ocorreu em diversas frentes: promovemos audiências públicas, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo: visitamos instituições públicas de saúde; requisitamos informações à Secretaria de Saúde do Estado, finalizando com a aprovação unânime, no Plenário do Parlamento Paulista, do projeto de lei de minha autoria, definindo as Diretrizes da Política de Prevenção e Atenção Integral à Saúde da Pessoa Portadora de Hepatite, o qual, não obstante a sua importância, fora vetado pelo Sr. Governador do Estado, o que reputamos tenha ocorrido por insensibilidade de S. Ex^a. ao problema, permanecendo o projeto na pauta de votações da Assembléia Legislativa daquele Estado.

Ao apresentarmos este Projeto de Lei à Câmara Federal, propondo a definição das Diretrizes da Política de Prevenção e Atenção Integral à Saúde da Pessoa Portadora de Hepatite, no âmbito do SUS, para vigorar, em âmbito nacional, com previsão à divulgação e ao incentivo à doação de órgãos, o fazemos porque, novamente, fomos procurados por representantes de entidades de defesa dos portadores de hepatite e, também, por conceituados profissionais que atuam nesta especialização médica, que nos alertaram sobre o despreparo ou a insensibilidade do Poder Público para com o problema.

O tratamento das hepatites ofertado pelo Sistema Público de Saúde, se já não era o adequado, conta, agora, com um agravante: a Portaria nº 863, de 4 de novembro de 2002, que restringe, sobremaneira, o acesso ao tratamento público às hepatites e, por isso, tem sido alvo de críticas dos especialistas e dos portadores da doença, apesar de ter sido elaborada pelo Governo anterior, com o intuito de definir um Programa Nacional de Controle de Hepatite.

Reproduzimos, em linhas gerais, os principais aspectos da referida Portaria, questionados por hepatologistas com ampla experiência no tratamento de pacientes com hepatite crônica **C**, como os: Drs. Hoel Sette Júnior; Hugo Cheinquer; Edmundo P. A. Lopes; Raimundo Paraná, Mário G. Pessoa; Ana Maria Pitella e Marco Lacerda, num trabalho que deve ser publicado, brevemente, em revista médica especializada.

O vírus da hepatite **C** (VHC) é responsável por grande proporção dos casos de doença hepática, no mundo, totalizando 70% das hepatites crônicas e quase 40% das cirroses diagnosticadas, nos países industrializados, e estima-se que existam cerca de 200 milhões de portadores crônicos, em todo o mundo, encontrando-se 4 milhões, nos EUA, e 5 milhões, na Europa Ocidental, aproximadamente.

O tratamento atualmente recomendado para pacientes que apresentam hepatite crônica **C** é a combinação de interferon-alfa peguilado (PEGIFN) e ribavirina. A partir de reuniões com especialistas e consulta pública, o Ministério da Saúde elaborou o “Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para o Tratamento da Hepatite Viral Crônica **C**”, publicado no **Diário Oficial** da União, como Portaria nº 863, de 4 de novembro de 2002, elaborada com o intuito de orientar a assistência aos pacientes com hepatite **C**, pelas Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na regulação da dispensação dos medicamentos nela previstos.

Estranhamente, admite-se, no texto da Portaria nº 863, que a prevalência do VHC seja menor, na população, do que em doadores de sangue, o que contraria todas as publicações existentes sobre o assunto e dificulta a interpretação sobre os motivos de ingênua distorção, uma vez que a Portaria foi elaborada por especialistas sob supervisão de técnicos do Ministério da Saúde. Deve-se levar em consideração, inclusive, as diferenças regionais e as preliminares evidências sobre a reduzida prevalência do HCV, em populações rurais.

Não há dados oficiais, no Brasil, inteiramente seguros; porém, o próprio Ministério já admitiu, previamente, estimativa mais próxima da realidade, afirmando que 3 milhões de brasileiros estariam cronicamente infectados, o que equivale a cerca de 2% da nossa população. Face à escassez de dados, a Portaria nº 863 utilizou e extrapolou, para a população brasileira, os dados de um Inquérito Nacional realizado, em 1999, pela Sociedade Brasileira de Hepatologia (SBH), no qual 1.173.406, maioria absoluta, de pré-doadores de sangue foram analisados. Cabe salientar, no entanto, que dentre os 99 questionários enviados, apenas 26 foram respondidos. Além disso, a população de pré-doadores de sangue é composta por população supostamente sadia, compreendendo a faixa etária entre 18 e 55 anos, que não representa o perfil dos pacientes portadores de hepatite **C**.

Não se sabe qual o motivo de a Portaria nº 863 ignorar relevante pesquisa de base populacional, já publicada pelo Instituto de Infectologia “Emílio Ribas”, cuja amostra populacional incluiu indivíduos residentes, no município de São Paulo, com idade variando entre 2 e 70 anos. Neste estudo, a prevalência geral do VHC foi de 1,42%, sendo que, no grupo de indivíduos com mais de 30 anos de idade, este percentual subiu para até 3,8%.

Existem evidências da OMS sugerindo que a prevalência da hepatite **C**, no Brasil, varie entre 2,7 e 4,9%. Estes dados, apesar de estimados, estariam

bem mais próximos dos apresentados pelo Instituto de Infectologia Emílio Ribas, do que daqueles descritos na Portaria.

O tratamento atual da hepatite pelo vírus **C** é uma realidade, com resposta sustentada (RS) variando entre 45% e 60% dos pacientes tratados. Com isto, reduz-se, significativamente, o grupo de pacientes potencialmente infectantes, diminuindo, também, o número de transplantes hepáticos, que deverão ser necessários, no futuro, evitando-se, concomitantemente, a progressão da doença para o carcinoma hepatocelular.

Apesar da Portaria nº 863 salientar as vantagens do uso do PEG-IFN, restringe o seu uso, apenas, aos pacientes virgens de tratamento que estejam infectados com o genótipo 1 e possuam biópsia hepática, evidenciando fibrose em estágio igual ou superior a F2, na classificação METAVIR ou na da Sociedade Brasileira de Patologia, o que torna patente que uma das principais preocupações dessa Portaria seria, inicialmente, a redução de custos financeiros e operacionais do Governo, enquanto buscavam-se outras alternativas para melhor conduzir o tratamento da hepatite **C**, no País, quando, em futuro breve, a medicina terá que considerar o uso de PEG-IFN para pacientes com genótipo não-1, pacientes com pouca fibrose e/ou pacientes que já tenham realizado tratamento prévio, conforme as evidências recentes da literatura médica internacional.

Um outro aspecto questionado da Portaria nº 863 já existe estudo confrontando diretamente os 2 tipos de PEG-IFN5 existentes, alfa-2a e alfa 2b. Os resultados mostram que se referem a drogas com estrutura molecular e características farmacocinéticas distintas; portanto, é necessário ressaltar que estas novas alternativas terapêuticas não devem ser administradas, alternadamente, em um mesmo paciente. A Portaria nº 863 precisa se definir a esse respeito, levantando entre os médicos responsáveis pelo tratamento e seus pacientes o justificado temor de que algumas Secretarias da Saúde poderão misturar diferentes PEG-IFNs, no tratamento de um mesmo paciente. Esse fato não apenas contraria o bom senso mais elementar, como, também, falha em encontrar apoio científico, na literatura médica nacional ou internacional.

Finalmente, discordamos da determinação de que a administração do PEG-IFN deva se realizar, obrigatoriamente, em serviço especialmente identificado para esse fim pelo órgão de saúde competente, o que se daria por razões de fármaco-economia, racionalização de dose e aplicação, permanecendo as ampolas em poder dos referidos serviços, conforme estabelece a Portaria nº 863, pois tais medidas representarão uma restrição à liberdade de escolha e de movimentação

dos pacientes (cidadãos), por períodos de até 12 meses, e o mais preocupante: a possibilidade de contaminação no manuseio de frascos-ampolas, que serão, eventualmente, utilizados para mais de um paciente, medida que, também, não encontra respaldo na literatura especializada.

Defendemos a implantação de Centros de Referência de Hepatite que, como o próprio nome sugere, deverão ser referência para o atendimento integral aos doentes, como preconiza este projeto de lei, prevendo o fornecimento de auxílio diagnóstico, com avaliação das necessidades e a indicação dos tratamentos; o fornecimento de medicamentos; a prestação de assistência social e apoio psicológico; o cadastro dos pacientes que receberão o acompanhamento e que realizarão exames laboratoriais; bem como a formação dos profissionais, a fim de que se garanta um bom atendimento ao tratamento das hepatites virais, que é, enfim, o que se espera de qualquer serviço público, sobretudo o de saúde.

Dessa forma, recomenda-se que a disponibilização dos medicamentos seja feita de maneira a que garanta a cada paciente o tratamento completo, realizado com um mesmo tipo de medicamento, se possível no ambiente domiciliar, e sob a supervisão de seu médico.

Vê-se, portanto, que o tratamento das hepatites é um assunto complexo e de interesse da saúde pública, não podendo, portanto, ser normatizado sob o enfoque, tão-somente, da redução dos custos financeiros e operacionais do Poder Público, devendo, sim, serem estabelecidos mecanismos democráticos e universais de acesso à prevenção e à assistência aos portadores do VHC (Hepatite), nos termos da política de tratamento à doença que consubstancia este projeto de lei, cujo teor fomos buscar não só junto aos profissionais da área, mas, ainda, com os portadores da doença, que apóiam a medida.

Expostas as razões de mérito, cumpre salientar que a propositura encontra respaldo constitucional no artigo 23 cc os artigos 196 e ss., da Constituição Federal, que estabelecem a competência da União para legislar sobre proteção e defesa da saúde, bem como o dever do Poder Público em dispor, nos termos da lei, sobre as ações e serviços de saúde, considerados de relevância pública.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio de nossos ilustres Pares, para a aprovação da presente proposição, por consubstanciar proposta de relevante interesse público.

Sala das Sessões, – **Mariângela Duarte**, Deputada Federal – PT/SP.

(À Comissão de Assuntos Sociais)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2005, vai à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Encerrou-se, na última sexta-feira, o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2003** (nº 3.464/2000, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda; e
- **Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005** (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências.

Aos projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência declara prejudicado o **Requerimento nº 734, de 2005**, em virtude de o seu objeto já ter sido atendido pelo **Requerimento nº 729, de 2005**, ambos do Senador Arthur Virgílio.

O Requerimento nº 734, de 2005, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PS-GSE Nº 310/2005

Brasília, 29 de junho de 2005

Senhor Secretário,

Comunico a V. Ex^a que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 3.062, de 2004, do Senado Federal (PLS nº 279/2003), o qual “Institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência”.

Na oportunidade, informo a V. Ex^a que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O expediente que acaba de ser lido será juntado ao processado do PLS nº 379, de 2003.

O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PS-GSE Nº 312/2005

Brasília, 29 de junho de 2005

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que foi aprovado o Projeto de Lei nº 2.087, de 1999 (nº 67/03, no Senado Federal), o qual “Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedotecas nas unidades de saúde que ofereçam atendimento pediátrico em regime de internação”, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, convertendo-se na Lei nº 11.104, de 21 de março de 2005.

Na oportunidade, encaminho a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que o mesmo foi convertido.

Atenciosamente, – Deputado **Inocência Oliveira**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O expediente que acaba de ser lido será juntado ao processado do PLS nº 67, de 2003.

O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PS-GSE Nº 313/2005

Brasília, 29 de junho de 2005

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que foi aprovado o Projeto de Lei nº 2.637, de 2003 (nº 236/03, no Senado Federal), o qual “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, o trecho que liga o Porto de Vitória (Cais de Capuaba) à BR-262, no Estado do Espírito Santo”, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, convertendo-se na Lei nº 11.122, de 31 de maio de 2005.

Na oportunidade, encaminho a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da Lei em que o mesmo foi convertido.

Atenciosamente, – Deputado **Inocência Oliveira**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O expediente que acaba de ser lido será juntado ao processado do PLS nº 236, de 2003.

O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

Of. nº 754

Brasília, 30 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Indico a V. Exª os Deputados Professor Irapuan Teixeira, como membro titular, e Vanderlei Assis, como suplente, da Comissão Mista destinada a dar parecer à Medida Provisória nº 251 de 2005, em substituição respectivamente aos Deputados José Janene e Mário Negromonte.

Cordialmente, – Deputado **José Janene**, Líder do PP.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 245, DE 2005

Dá poderes aos servidores de carreira da Advocacia das Casas do Congresso Nacional para acompanhar a tramitação e intervir nos processos oriundos de Comissões Parlamentares de Inquérito, de que trata a Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º:

“Art. 2º

.....

§ 2º os servidores de carreira da Advocacia da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, regularmente designados, terão amplo acesso aos processos oriundos das respectivas Comissões Parlamentares de Inquérito, neles podendo intervir como parte, para auxiliar o Ministério Público ou o órgão responsável pela propositura ou condução do processo, bem como requerer ser intimado dos atos processuais. (NR)”

Art. 2º O parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, passa a ser denominado § 1º.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Como é de conhecimento notório, as Comissões Parlamentares de Inquérito, essencial mecanismo de controle do Poder Público previsto na Constituição Federal sob o art. 58, § 3º da Constituição Federal, não possuem poderes para condenar aquelas pessoas contra as quais colecionou provas de delitos.

Sua missão é promover a investigação, o inquérito, e em seguida, encaminhá-lo às autoridades competentes, dentre as quais se destaca o Ministério Público, para que procedam às ações penais, cíveis e administrativas visando a responsabilizar legalmente aqueles que tiveram condutas contrárias ao ordenamento jurídico.

A Lei nº 10.001/00 confere especial prioridade aos processos oriundos de Comissões Parlamentares de Inquérito, de forma que somente os mandados de segurança e os **habeas corpus** terão tramitação preferencial em relação à consecução das providências recomendadas pelas CPI. Ainda, a autoridade responsável por conduzir o processo, geralmente o juiz do caso, tem a obrigação de comunicar a Casa Legislativa que realizou a CPI, semestralmente, o estado do trâmite processual.

Tais normas, lamentavelmente, vêm sendo desrespeitadas e, mesmo aqueles processos frutos de CPI tidas como vitoriosas, como é o caso da CPI do Futebol, que teve a honra de presidir neste Senado Federal, caem num marasmo que não pode ser aceito nem por essa Casa nem pela sociedade em geral. Tal desleixo das autoridades responsáveis pela condução dos processos (e aqui, evidentemente, cabe a exclusão daqueles juízes e promotores que exemplarmente cumprem os mandamentos da Lei nº 10.001/00) só vem a retroalimentar conceitos na opinião pública de que as CPI sempre terminam “em pizza”, uma vez que dificilmente se vêem réus presos e efetivamente condenados após o término de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Por tudo isso é que se torna essencial dar poderes aos membros da Advocacia do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para que possam intervir nesses processos como parte, a fim de elaborar requerimentos, exigir providências, requerer intimações e produção de provas e, em última análise, manter os parlamentares informados do estágio atual dos processos, num desejável equilíbrio da fiscalização que deve haver entre os Poderes da República.

É por esses motivos que acredito ser importante a aprovação deste projeto de lei, que trará relevantes benefícios à **persecutio criminis** que necessariamente segue-se às Comissões Parlamentares de Inquérito do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2005. – Senador **Alvaro Dias**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

LEI Nº 10.001, DE 4 DE SETEMBRO DE 2000

Dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados pelo Ministério Público e por outros órgãos a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito.

Art. 2º A autoridade a quem for encaminhada a resolução informará ao remetente no prazo de trinta dias, as providências adotadas ou a justificativa pela omissão.

Parágrafo único. A autoridade que presidir processo ou procedimento, administrativo ou judicial, instaurado em decorrência de conclusões de Comissão Parlamentar de Inquérito, comunicará, semestralmente, a fase em que se encontra, até a sua conclusão.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim.

S. Exª dispõe de até quinze minutos.

A seguir, falará o Senador Tião Viana.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, eu não poderia deixar de afirmar, mais uma vez, o trabalho que V. Ex^a, como Relator, na PEC paralela.

Em pronunciamento na última sexta-feira, comentei o trabalho de todos os Senadores e, naturalmente, destaquei o dos Relatores. Por isso, Senador Tião Viana, mais uma vez, cumprimento V. Ex^a pela forma como articulou e permitiu que a PEC paralela se tornasse realidade.

Peço que fique registrado, nos Anais da Casa, Sr. Presidente, um comentário que o Diap, via seu diretor principal, Antônio Augusto de Queiroz, faz da importância da aprovação da PEC paralela.

Aos professores quero dizer que a Presidente da sua entidade de caráter nacional, Professora Jussara Dutra, falava comigo hoje pela manhã, preocupada com que a regra de transição não seria estendida aos professores. Dizia-lhe que, no meu entendimento – espero que o departamento jurídico do Senado me dê um parecer nesse sentido –, os professores estão contemplados, porque, se existe uma regra de transição, é para todos aqueles que contribuíram com o tempo de serviço devido. No caso dos professores, são 25 anos. Então, para todo ano que exceder o tempo de contribuição, diminui-se um ano na idade, fazendo-se assim a devida compensação.

Pretendo aprofundar esse tema no dia de amanhã, mas, de antemão, pela minha visão, os professores estão contemplados, em todos os textos da PEC que ora é promulgada, quanto à integralidade, à paridade plena, à paridade das pensões, à regra de transição, à não-contribuição dos inativos e pensionistas com as chamadas doenças incapacitantes. Também contemplam todos as aposentadorias especiais, a contribuição da empresa para o INSS, a inclusão previdenciária que inclui as donas-de-casa e, naturalmente, a vigência da PEC paralela, que é retroativa a 31 de dezembro de 2003.

Falo isso, Sr. Presidente, mesmo tendo solicitado a publicação, na íntegra, do documentário do Diap, muito bem-feito, sobre a história da PEC paralela.

Gostaria de acrescentar também que, na semana passada, representei o Senado da República junto ao congresso de fundação da nova Central Sindical dos Trabalhadores, que reuniu 90% de todas as confederações de trabalhadores do País.

Foi um belíssimo evento, com cerca de dez mil pessoas presentes, em que foi eleito Presidente o

sindicalista José Calixto Ramos, Presidente da CNTI, que tem uma história muito bonita. Caminhei com ele, ainda quando era dirigente da CNTI, e foi com muita alegria que participei daquele evento da nova Central Sindical, que representa milhões de trabalhadores. Estava lá também o João Domingos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil. Não vou citar o nome de todos os presentes.

Foi um momento muito importante. Naquele fórum, tive a satisfação de comentar um pouco a nossa caminhada até este momento de nossa história e enfatizei também que eles ficassem tranqüilos quanto às investigações no combate à corrupção, porque o Congresso há de cumprir a sua parte. Doa a quem doer, as investigações serão feitas independentemente da sigla partidária. Disse-lhes que essa é a posição do Presidente Lula.

Sr. Presidente, Senador Tião Viana, depois de conversar com o Senador Renan Calheiros, V. Ex^a me indicou como representante do Senado para a I Conferência Nacional da Promoção da Igualdade Racial. Cumprindo a decisão de V. Ex^a, lá estive. Foi um belíssimo evento. Não por influência minha, no final do evento, por unanimidade, essa conferência, que reuniu mais de 1.200 delegados de todo o País – houve 27 encontros estaduais –, aprovou uma série de resoluções e encaminhamentos – para mim, todos muito importantes –, mostrando a vontade da nação negra de que este País efetivamente avance. Aprovaram um documento de apoio ao Estatuto da Igualdade Racial e também, por unanimidade, manifestaram apoio ao Presidente Lula, na certeza de que serão feitas todas as investigações devidas quanto às denúncias que estão sendo divulgadas diariamente pela imprensa.

Seria importante que o apoio à figura do Presidente Lula fosse unânime. Estavam lá representantes de todos os Partidos. Era uma conferência sobre a igualdade racial não vinculada a esse ou àquele Partido.

Quero também dizer, Sr. Presidente, que lastimo muito o ato de discriminação que aconteceu no Bay Park Hotel contra a delegação, com cerca de 400 delegados, que estava participando do evento. A Seppir, que é nossa Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, dispôs todo o seu departamento jurídico para interagir a fundo nessa questão. Simplesmente, os instrumentos portáteis que estavam nos apartamentos foram todos retirados, dando a impressão de que os delegados poderiam

levar embora, por exemplo, um rádio-relógio. É um ato lamentável. A Seppir está tomando todas as providências. Disse-lhes que faria, como estou fazendo neste momento, da tribuna do Senado, uma denúncia e que levaria o assunto ao debate da Subcomissão Permanente da Igualdade Racial e Inclusão, que presido junto à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado da República.

Quero dizer também, Sr. Presidente, que me reuni, ao longo deste final de semana, por duas vezes e mais uma vez hoje pela manhã, com delegações do movimento negro de todo o País para buscar unificar a Marcha Zumbi+10, que acontecerá no mês de novembro de forma unitária, demonstrando que a comunidade negra quer muito que o Estatuto da Igualdade Racial seja aprovado este ano e sancionado no dia 20 de novembro.

Estamos todos trabalhando nesse sentido. A Marcha Zumbi+10 é inspirada na marcha sobre Washington liderada por Martin Luther King, que conquistou os direitos civis dos negros norte-americanos. Entendo que a aprovação do Estatuto vai na mesma linha, porque o Estatuto da Igualdade Racial representa os direitos civis de todos aqueles que são discriminados neste País, como eixo, naturalmente, a comunidade negra.

Zumbi+10, com certeza, acontecerá em Brasília, em um grande evento coordenado pelo conjunto do Movimento Negro, que, certamente, terá não só o meu apoio, mas também o do Senado, da Câmara, do Executivo. Enfim, toda a sociedade civil há de apoiar esse movimento liderado pelos dirigentes do movimento negro no nosso País.

Sr. Presidente, aproveito ainda para, neste meu pronunciamento, registrar a minha alegria por ter participado daquele evento coordenado pela Ministra Matilde Ribeiro, um evento que entra para a história do País. Eu dizia que chegará um dia no futuro, pela importância das resoluções, em que professores falarão na sala de aula dessa forma com que me expressei quando lá falei em nome do Senado da República. Dirão eles no futuro: “Em julho de 2005, o Brasil realizou uma conferência histórica para a promoção da igualdade racial. O Presidente à época, o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, mediante determinação oficial, disse: ‘Considerando que compete ao Estado a implantação de ações, ...capazes de impulsionar, de modo especial, segmento que, há cinco séculos, trabalha para edificar

o País, mas que continua sendo o alvo predileto de toda sorte de mazelas, discriminações, ofensas a direitos e violências materiais e simbólicas, enfim, decreto instituída a política nacional da promoção da igualdade racial”.

Isso, com certeza, Sr. Presidente, mediante o decreto do Presidente Lula, tem uma simbologia muito grande.

Eu terminava a minha fala, naquele evento, lembrando uma canção africana que considero muito emblemática: a “Canção africana dos homens”. O que diz essa canção? Quando uma mulher de uma tribo da África está grávida, as mulheres se reúnem, vão para a selva e meditam sobre uma canção para aquela criança. Quando nasce, a criança escuta a canção. Depois, em vários momentos importantes da sua vida, quando, por exemplo, começa a sua educação ou o seu casamento, a tribo canta aquela canção. Existe um outro momento em que a canção é cantada para a pessoa. Quando ela comete alguma falta grave ou algum ato social que seja considerado indigno, a tribo se reúne, forma um círculo em torno da pessoa e canta a canção dela. Para quê? Eles dizem que é porque reconhecem que a correção para condutas anti-sociais não é o castigo, mas o amor e a lembrança de sua verdadeira identidade. Eles dizem que, quando reconhecemos nossa própria canção, já não temos desejos nem necessidade de prejudicar ninguém.

Senhoras e senhores, é importante que cada um reconheça sua própria canção, que cada um ouça sempre a voz do coração.

A cor da pele é apenas uma diferença, assim como o tamanho dos pés, como a altura que alguém mede, como a forma de seus cabelos.

Duvido que Deus tenha criado qualquer uma dessas diferenças para que elas gerassem discriminação ou *apartheid*. Acredito que Ele as criou na linha firme do amor igualitário e fraterno, para enfatizar que a alma, essência da criação, naturalmente seja abrigo do amor, da igualdade e da justiça!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, peço que meu discurso seja publicado na íntegra.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, e § 2º do Regimento Interno.)

Kalinka Tavares Jaquinto

De: Mateus Rafael Martins Leaf
Enviado em: sexta-feira, 1 de julho de 2005 11:45
Para: Kalinka Tavares Jaquinto
Assunto: to com fome

PEC Paralela: uma vitória do senador Paulo Paim

Por Antônio Augusto de Queiroz*

A PEC Paralela, que será transformada na Emenda Constitucional nº 47, de 2005, foi aprovada e será promulgada pelas duas Casas do Congresso graças ao esforço e dedicação de muitos parlamentares, mas foi o senador Paulo Paim, com seu compromisso inarredável para com os assalariados do serviço público, quem mais acreditou, perseverou e lutou por essa causa dos servidores públicos ativos, aposentados e pensionistas.

O senador Paulo Paim - um parlamentar cuja trajetória política se confunde com a defesa de todos os trabalhadores e aposentados e pensionistas, do setor público e da iniciativa privada - pagou um preço muito alto por haver patrocinado a PEC Paralela, inicialmente vista pelos servidores como mera manobra para aprovação da reforma da previdência.

Ao defender a PEC Paralela, o senador arriscou-se perante os servidores públicos, em geral, e às lideranças sindicais, em particular, mas o fez consciente das responsabilidades assumidas. Diante da correlação de forças, fez a opção entre marcar posição, votando contra a reforma da previdência e supostamente mantendo a coerência, ainda que sabendo que seu voto não seria suficiente para derrotá-la, e efetivamente defender os interesses dos servidores, criando uma alternativa capaz de amenizar os efeitos perversos da reforma da previdência.

A PEC Paralela, é verdade, não resolve todos os problemas da reforma da previdência, mas contribui para reduzir os prejuízos aos servidores em alguns pontos relevantes, como: a) integralidade, b) paridade, c) regra de transição, d) contribuição de inativo, e) aposentadoria especial, f) contribuição da empresa para o INSS, e g) inclusão previdenciária.

A regra de transição, apenas para ilustrar a importância da PEC Paralela, permite que servidores que começaram a trabalhar cedo, em sua esmagadora maioria por necessidade de complementação de renda familiar, possam se aposentar com paridade e integralidade antes dos 60 anos de idade e, portanto, não seriam penalizados com mais sete anos de serviço. Para tanto, autoriza que o tempo de contribuição que exceda ao exigido pela Constituição (35 anos, no caso de homem) possa ser compensado na idade mínima, na razão de 1 por 1.

A promulgação da PEC Paralela, além de honrar um acordo que envolveu parlamentares, lideranças sindicais e autoridades federais, inclusive do presidente da República, e de amenizar os prejuízos aos servidores na reforma da previdência, é o melhor desagravo que o senador poderia receber. Parabéns senador Paulo Paim!

Antônio Augusto de Queiroz é jornalista, analista político e Diretor de Documentação do DIAP.

PEC PARALELA AGUARDA PROMULGAÇÃO

Por Antônio Augusto de Queiroz

O Senado Federal, por requerimento do Senador Paulo Paim (PT/RS), concluiu hoje (dia 30/06/2005) a votação em dois turnos, do parecer do Senador Rodolfo Tourinho (PFL/BA) sobre a PEC Paralela da Reforma da Previdência. Com isto, cumpriu-se, finalmente, um importante acordo que reduzirá os efeitos perversos da reforma da Previdência Social, principalmente para os servidores que começaram a trabalhar cedo.

O texto aprovado mantém os pontos centrais da PEC Paralela aprovada na Câmara, que serão promulgados de imediato, mas suprime a regra de transição para os professores e propõe nova PEC sobre quatro outros pontos: i) subteto, restabelecendo a redação original do Senado, ii) estende o direito de paridade às pensionistas de servidores que se aposentaram na forma do caput do art. 6º da E.C 41, iii) isenta da contribuição, até o dobro do benefício do regime geral de previdência, os aposentados e pensionistas portadores de doença incapacitante, nos termos de lei, e iv) retroage os efeitos da nova PEC, quando aprovada na Câmara, à vigência da Emenda Constitucional nº 41.

Assim, serão promulgados de imediato as seguintes mudanças e/ou acréscimos na Emenda Constitucional nº 41: i) integralidade, ii) paridade, iii) regra de transição, iv) aposentadoria especial, v) contribuição da empresa para o INSS, e viii) inclusão previdenciária.

Texto a ser promulgado

Integralidade - Garante aposentadoria integral e paridade plena ao servidor que, tendo ingressado no serviço público até 31/12/2003, preencher os requisitos do art. 6º da Emenda Constitucional 41 (35 ou 30 anos de contribuição, se homem ou mulher, 60 ou 55 de idade, 20 anos de serviço público, sendo dez na carreira e cinco no cargo). A E.C 41, na verdade, já assegurava a integralidade, mas não garantia a paridade. Esta só vai ser assegurada com a PEC paralela, que revoga o § Único do art. 6º da E.C. 41.

Paridade plena - Assegura paridade plena a todos os servidores que, tendo ingressado no serviço público até 31/12/2003, preencherem todas as exigências para aposentadoria integral do item anterior. Dizendo de outro modo, estende a paridade plena do art. 7º da E.C. 41 aos servidores que se aposentarem com base no art. 6º da própria E.C. 41.

Paridade das pensões - Fica assegura a aplicação da regra de paridade plena, constante do art. 7º da E.C. 41, de 2003, às revisões de pensões derivadas de proventos de servidores falecidos cujas aposentadorias tenham sido concedidas com base na regra de transição abaixo. Há, aqui, uma incoerência, que o relator propõe correção numa nova PEC que será enviada à Câmara, para garantir paridade plena aos pensionistas de servidor que tenha se aposentado com base no art. 6º da E.C. 41 (35 ou 30 anos de contribuição, se homem ou mulher, 60 ou 55 de idade, 20 anos de serviço público, sendo dez na carreira e cinco no cargo).

Regra de transição geral - Possibilita ao servidor que ingressou no serviço público até 16 de dezembro de 1998 se aposentar integralmente e com paridade plena antes da idade mínima exigida na Emenda Constitucional 41, desde que tenha pelo menos 25 anos de serviço público, 15 na carreira, cinco no cargo e comprove tempo de contribuição acima do exigido, no caso de 30 anos para a mulher e de 35 para o homem. Para cada ano que o servidor exceder no tempo de contribuição, ele poderá reduzir ou abater um ano na idade mínima. É a conhecida regra 95 para os homens ou fórmula 85 para as mulheres, que poderá ser alcançada

com a soma da idade com o tempo de contribuição. Exemplo: homem 59/36, 58/37, 57/38; 56/39, 55/40 etc.

Isenção de contribuição de inativos e pensionistas - O aposentado ou pensionista do serviço público que for portador de doença incapacitante, nos termos de lei, ficará isento de contribuição para a previdência até o dobro do teto do INSS. Em valores atuais corresponde a R\$ 5.336,30

Teto nacional - O teto nacional de remuneração e proventos no serviço público, que exclui apenas as parcelas indenizatórias previstas em lei, será equivalente ao subsídio de ministro do Supremo Tribunal Federal, correspondente, em valores de dezembro de 2004, a R\$ 19.170,00, podendo chegar a R\$ 21.500,00 em 2005 e R\$ 24.500,00 em 2006, se aprovado o projeto do Supremo Tribunal Federal que define o novo teto nacional.

Aposentadorias Especiais - Assegura aposentadoria especial, nos termos de lei complementar, para os portadores de deficiência, para os servidores que exercem atividade de risco e para os servidores cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem à saúde ou à integridade física.

Contribuição da Empresa para o INSS - Modifica o § 9º do art. 195 da Constituição Federal para permitir que a contribuição do empregador para a Previdência Social (INSS) possa ter base de cálculo e alíquota diferenciada em razão não apenas da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão-de-obra, mas também do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.

Inclusão Previdenciária - Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas e carências inferiores às vigentes para os segurados em geral, destinado a atender trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico, garantido-lhes o acesso a benefício de valor igual a um salário mínimo.

Vigência da PEC Paralela - Estabelece que os efeitos da PEC Paralela, cuja vigência se inicia com a publicação do texto promulgado, serão retroativos a 31 de dezembro de 2003. Essa retroação é produto de emenda dos deputados Carlos Mota e Drª Clair, aprovada na Câmara e mantida, com emenda de redação, no texto do relator do Senado.

NOVA PEC QUE RETORNA À CÂMARA

O relator, alegando compromisso com o "espírito" do texto oriundo do Senado, fez modificações em pelo menos quatro pontos da PEC Paralela, conforme segue:

Subteto no Executivo Estadual: o relator rejeitou a redação da Câmara que determina que o salário do governador não poderá ser inferior a 50% do subsídio do ministro do Supremo e estende às carreiras de Delegados de Política e de Agentes Fiscais de Renda o subteto de Desembargador. Propõe, em seu lugar, o texto original do Senado, que acrescenta ao texto da E.C 41 os cargos de Advogados dos Estados, Distrito Federal e Município organizados em carreira na alínea que vincula a remuneração das carreiras de Procuradores, Defensores e Membros do Ministério Público Estadual ao subsídio de Desembargador e autoriza a criação, por lei de iniciativa do Poder Executivo, de um valor de referência como subteto que não poderá ser inferior ao subsídio do Governador nem inferior ao subsídio de Desembargador.

Subteto no Legislativo Estadual: A nova PEC determina que o subteto no Legislativo

Estadual não poderá ser superior ao subsídio de Deputado Estadual. Autoriza a criação, por lei de iniciativa do Legislativo, um valor de referência que não poderá ser superior ao subsídio de Desembargador.

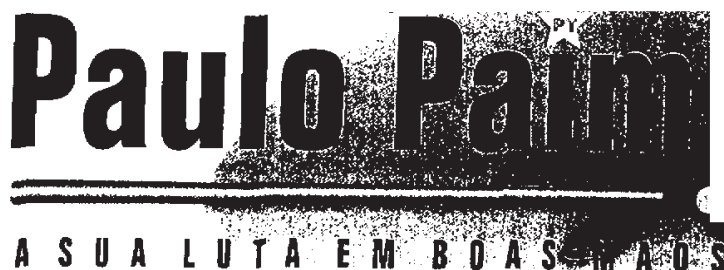
Subteto nos Municípios - A nova PEC determina que o subteto na esfera municipal não poderá ser superior ao subsídio do Prefeito, exceto para Procurador Municipal, Autoriza a criação, por lei de iniciativa do Prefeito, de um valor de referência que não poderá ser inferior ao subsídio do prefeito nem superior ao subsídio de Desembargador.

Isenção de contribuição de inativos e pensionistas - O aposentado ou pensionista do serviço público que for portador de doença incapacitante, nos termos de lei, ficará isento de contribuição para a previdência até o dobro do teto do INSS. Em valores atuais corresponde a R\$ 5.336,30

Paridade às pensões - A PEC Paralela garante paridade apenas ao pensionista de servidor que se aposentou pelas regras de transição. A nova PEC estende o direito de paridade também aos pensionistas de servidor que tenha se aposentado com base o art. 6º da E.C. 41 (35 ou 30 anos de contribuição, se homem ou mulher, 60 ou 55 de idade, 20 anos de serviço público, sendo dez na carreira e cinco no cargo).

Vigência da nova PEC - Estabelece que os efeitos da nova PEC, que será objeto de votação na Câmara dos Deputados, serão retroativos a 31 de dezembro de 2003.

Antônio Augusto de Queiroz é jornalista, analista político e Diretor de Documentação do DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.



PEC Paralela é aprovada

O Senado Federal aprovou (30), por unanimidade, a PEC 77-A, conhecida por PEC Paralela da Reforma da Previdência. “Aqueles que duvidaram da aprovação terão de nos engolir! O acordo, enfim, foi cumprido”. A frase, proferida pelo senador Paulo Paim, resume a batalha que foi travada em torno da PEC Paralela. Em pouco mais de um ano e meio, as discussões da matéria envolveram senadores, deputados, entidades dos servidores públicos e sociedade.

Um período que pôs à prova a honra dos poderes constituídos e de seus integrantes. Pôs à prova o cumprimento dos acordos. “Recebemos em nosso gabinete uma série de mensagens e de telefonemas que mostravam a descrença de nosso povo, de nossos servidores”, diz Paim. O parlamentar declara estar feliz por ver que o acordo firmado entre Executivo e Legislativo foi cumprido: “Isso prova que a palavra ainda é valorizada”.

Criada para amenizar os efeitos da Reforma da Previdência (EC 41/03), a PEC Paralela vai garantir os seguintes pontos:

- **Integralidade** - Garante aposentadoria integral e paridade plena ao servidor que, tendo ingressado no serviço público até 31/12/03, preencher os requisitos do art. 6º da Emenda Constitucional 41: 35 de contribuição, no caso dos homens, e 30 anos para as mulheres; 60 ou 55 de idade, para homens e mulheres, respectivamente; 20 anos de serviço público, sendo dez na carreira e cinco no cargo. A EC 41, na verdade, já assegurava a integralidade, mas não garantia a paridade. Esta só vai ser assegurada com a PEC Paralela, que revoga o Parágrafo Único do art. 6º da Emenda Constitucional 41.
- **Paridade plena** - Assegura paridade plena a todos os servidores que, tendo ingressado no serviço público até 31/12/03, preencherem todas as exigências para aposentadoria integral, citadas acima. Estende a paridade plena do art. 7º da E.C. 41 aos servidores que se aposentarem com base no art. 6º da própria E.C. 41.
- **Paridade das pensões** - Fica assegurada a aplicação da regra de paridade plena, constante do art. 7º da E.C. 41, de 2003, às revisões de pensões derivadas de proventos de servidores falecidos cujas aposentadorias tenham sido concedidas com base na regra de transição. O relator propõe correção numa nova PEC que será enviada à Câmara, para garantir paridade plena aos pensionistas de servidor que tenha se aposentado com base o art. 6º da E.C. 41.
- **Regra de transição geral** - Possibilita ao servidor que ingressou no serviço público até 16/12/98 se aposentar integralmente e com paridade plena antes da idade mínima exigida na EC 41. Isso desde que tenha pelo menos 25 anos de serviço público, 15 na carreira, cinco no cargo e comprove tempo de contribuição acima do exigido, no caso de 30 anos para a mulher e de 35 para o homem. Para cada ano que o servidor exceder no tempo de contribuição, ele poderá reduzir ou abater um ano na idade mínima. É a conhecida regra 95 para os homens ou fórmula 85 para as mulheres, que poderá ser alcançada com a soma da idade com o tempo de contribuição.
- **Teto nacional** - O teto nacional de remuneração e proventos no serviço público, que exclui apenas as parcelas indenizatórias previstas em lei, será equivalente ao subsídio de ministro do Supremo Tribunal Federal, correspondente, em valores de dezembro de 2004, a R\$ 19.170,00, podendo chegar a R\$ 21.500,00 em 2005 e R\$ 24.500,00 em 2006, se aprovado o projeto do Supremo Tribunal Federal que define o novo teto nacional.
- **Aposentadorias Especiais** - Assegura aposentadoria especial, nos termos de lei complementar, para os portadores de deficiência, para os servidores que exercem atividade de risco e para os servidores cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem à saúde ou à integridade física.
- **Contribuição da Empresa para o INSS** - Modifica o Parágrafo 9º do artigo 195 da Constituição Federal para permitir que a contribuição do empregador para a Previdência Social (INSS) possa ter base de cálculo e alíquota diferenciada em razão não apenas da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão-de-obra, mas também do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.
- **Inclusão Previdenciária** - Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas e carências inferiores às vigentes para os segurados em geral, destinado a atender trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico, garantido-lhes o acesso a benefício de valor igual a um salário mínimo.
- **Vigência da PEC Paralela** - Estabelece que os efeitos da PEC Paralela, cuja vigência se inicia com a publicação do texto promulgado, serão retroativos a 31 de dezembro de 2003. Essa retroação é produto de emenda dos deputados Carlos Mota e Drª Clair, aprovada na Câmara e mantida, com emenda de redação, no texto do relator do Senado.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR PAULO PAIM**

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de cumprimentar a todos e todas das diversas etnias presentes na 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Em especial à Ministra Matilde Ribeiro, à SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, pela realização desse evento inédito na história do nosso País.

Essa é a primeira vez que um Governo promove uma ação desta envergadura na caminhada pelos direitos da igualdade racial. O Governo Lula dá o exemplo, pois nunca nossa história registrou tantos Ministros negros no Governo. Esse certamente é um dia que entrará para a história do nosso País.

Imagino uma turma de crianças na escola daqui há alguns anos ouvindo seus professores contarem: em julho de 2005, o Brasil realizou uma conferência histórica pela promoção da igualdade racial. O Presidente à época, o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, mediante determinação oficial disse: “Considerando que compete ao estado a implantação de ações, capazes de impulsionar de modo especial, segmento que há cinco séculos trabalha para edificar o País, mas que continua sendo o alvo predileto de toda sorte de mazelas, discriminações, ofensas à direitos e violências, material e simbólica. decreto instituída a política nacional de promoção da igualdade racial.”

Não sei se todos se deram conta da importância desse momento. É um momento lindo e de alegria, pois estamos firmes na luta contra o racismo e não esmorecermos diante das dificuldades.

A cor não faz um ser humano, ela não determina se ele será bom ou mau, mas a nossa sociedade, esta, sim, pode contribuir muito com o futuro de cada cidadão que nasce neste País. A sociedade pode, o Governo pode, o Legislativo pode e todos devem contribuir!

São muitas as frentes de luta contra o racismo. Na educação, no mercado de trabalho, nos meios de comunicação. A consciência social brasileira tem avançado, demonstrando que a sociedade brasileira não aceita mais que as desigualdades raciais sejam tratadas com retórica e demagogia. O avanço da política de cotas na sociedade é um revelador dos avanços da consciência da sociedade brasileira.

O direito à não-discriminação está incluído entre os direitos humanos ou direitos fundamentais. Políticas afirmativas são um caminho promissor nessa luta que cabe a cada um de nós pelo bem de todos nós.

As leis são instrumentos importantíssimos nessa guerra contra julgamentos hipócritas, preconceitos arraigados, imposição de violência e sofrimentos, discriminação pelo que quer que seja. As leis precisam cercar os

torturadores, os algozes, e proteger os desamparados, os discriminados, os que sofrem a injustiça.

Em entrevista recente, o sociólogo Rafael Guerreiro Osório, consultor da Diretoria de Estudos Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada disse que “em 25 anos a distribuição de renda entre os negros continuou a mesma. Os negros sempre ocuparam os estratos mais pobres da população. Isso continua hoje, apesar da democracia, do crescimento econômico e dos avanços impressionantes nos indicadores sociais. Os negros estão condenados a um ciclo de reprodução da pobreza. Não por serem pobres, mas por serem negros.”

Duas décadas de pesquisas oficiais, realizadas por institutos de prestígio, vinculados ao Governo federal, dão números a uma realidade que é do conhecimento de todos os brasileiros: os negros são os mais pobres, os menos escolarizados, recebem os menores salários quando empregados e constituem a maioria esmagadora dos trabalhadores lançados na informalidade e no desemprego.

Dados oficiais dão conta de que os diferenciais de pobreza entre negros e brancos não diminuíram. A proporção de negros abaixo da linha de pobreza no total da população negra no Brasil é de 50%, enquanto que é de 25% a de brancos no conjunto da população branca, desde 1995.

O diferencial entre os indigentes, que são os mais pobres entre os pobres, é ainda mais desfavorável aos negros. Os negros são maioria entre os pobres (65%), mas esta maioria se amplia entre os indigentes (70%).

A proporção de negros abaixo da linha de indigência no total da população negra no Brasil também vem mantendo a mesma tendência desde 1995, em torno de 25%, muito superior à proporção de brancos, que fica em torno de 10%.

Os dados mostram ainda que, em relação à expectativa de vida, apesar de ter havido melhoras para os dois grupos raciais, a desigualdade entre os índices para negros e brancos persiste. Uma pessoa negra nascida em 2000 viverá, em média, 5,3 anos menos do que uma branca.

O Estatuto da Igualdade Racial, projeto de lei de nossa autoria, busca contribuir para a derrubada dos fatores que fortalecem estas lamentáveis constatações.

O Estatuto reúne um conjunto de ações e medidas especiais que, se adotadas pelo Governo Federal, contribuirão efetivamente para assegurar direitos fundamentais, direitos econômicos e sociais dos afro-brasileiros.

A criação desse projeto visa garantir direitos fundamentais à população afro-brasileira, assegurando entre outros direitos por exemplo: o acesso universal e igualitário ao Sistema Único de Saúde para promoção, proteção e recuperação da saúde dessa parcela da população; serão respeitadas atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer, adequadas aos

interesses e condições dos afro-brasileiros, quanto ao direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; será reconhecido o direito à liberdade de consciência e de crença dos afro-brasileiros e da dignidade dos cultos e religiões de matriz africana praticadas no Brasil; o sistema de cotas buscará corrigir as inaceitáveis desigualdades raciais que marcam a realidade brasileira na mídia, na educação, no trabalho; os remanescentes das comunidades de quilombos, segundo dispositivos de Lei, terão direito à propriedade definitiva das terras que ocupavam; a herança cultural e a participação dos afro-brasileiros na história do País será garantida pela produção veiculada pelos órgãos de comunicação.

A disciplina História Geral da África e do Negro no Brasil, integrará obrigatoriamente o currículo do ensino fundamental e médio, público e privado. Será o conhecimento da verdadeira história do povo negro, das raízes da nossa gente.

As crianças negras precisam aprender que o mestre Aleijadinho era negro, que José do Patrocínio, poeta e jornalista, era negro, que o grande Machado de Assis, o maior escritor da Língua Portuguesa, era negro, que Rui Barbosa, guardião da República, um dos homens mais cultos da vida nacional, era negro, que o ilustre engenheiro baiano André Rebouças, um dos heróis do movimento abolicionista, era negro.

A criação do Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial promoverá a igualdade de oportunidades e a inclusão social dos afro-brasileiros em diversas áreas, como a concessão de bolsas de estudo a afro-brasileiros para a educação fundamental, média, técnica e superior.

A instituição de Ouvidorias garantirá às vítimas de discriminação racial o direito de serem ouvidas, para assegurar o cumprimento de seus direitos; serão implementadas políticas voltadas para a inclusão de afro-brasileiros no mercado de trabalho.

No livro "Ações Afirmativas-políticas públicas contra as desigualdades raciais", os professores Renato Emerson dos Santos e Fátima Lobo, responsáveis pela organização do livro, assinalaram que "o Estatuto vem sendo um importante instrumento provocador de debates, se fortalecendo no Congresso por iniciativas que ativistas promovem em seus campos, como o Manifesto dos Artistas negros, que reivindica ações afirmativas na mídia audiovisual".

Ações afirmativas são urgentes e necessárias.

Sou um legislador e me orgulho muito disso! Tenho procurado neste caminho plantar sementes firmes, sólidas que produzam bons frutos para a sociedade.

Acredito que o Governo Federal também está plantando sementes que irão gerar uma colheita produtiva, mas sei que mais do que plantá-las, nós precisa-

mos cuidar das sementes que já existem, propiciando que elas adentrem a terra com vigor, estendam suas raízes, se firmem e produzam bons frutos.

É inegável que nesses dois anos e meio de gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a economia deu um salto de qualidade. Todos os indicadores demonstram que 2004 foi o ano da retomada econômica do Brasil.

O Produto Interno Bruto (PIB) registrou alta de 5,2%. O melhor desempenho anual desde 1994.

Somente em 2004, a dívida pública caiu de 57,6% para 51,8% do PIB, na primeira redução do nível de endividamento desde 1994.

Conforme os índices oficiais do IPCA, a inflação caiu de 12,5% em 2002 para 9,3% em 2003, chegando a 7,6% em 2004. A meta para 2006 e 2007 é de 4,5%.

O Risco Brasil, que chegou a superar 2.400 pontos em setembro de 2002, caiu para menos de 400 pontos ao final de 2004, chegando ao patamar mais baixo desde 1997.

Quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu em 2003 o dólar estava em 3,43 reais. Hoje está em 2,40 reais.

A taxa de juros em 2003 foi de 24,90% ao ano. Hoje é de 19,75% ao ano. Temos de reconhecer que continua muito alta.

Os números aqui apresentados são públicos e demonstram que o governo do presidente Lula está no caminho certo quanto ao crescimento da economia.

Em apenas 25 meses foram criados cerca de 3 milhões de postos de trabalho com carteira assinada. Sabemos que não é o ideal, mas estamos no caminho certo.

Como dissemos antes, as sementes plantadas precisam ser cuidadas, tratadas com dedicação e esmero e elas se transformarão em bons resultados.

Por outro lado, dados mostrados em pesquisa divulgada em novembro do ano passado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) e que já haviam sido apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em março do mesmo ano mostravam que, em todas as regiões, o salário pago aos afro-brasileiros é menor em relação aos trabalhadores brancos.

O IBGE em sua pesquisa mensal de emprego segundo a cor em seis regiões metropolitanas, indicou que as informações sobre os rendimentos do trabalho mostravam que os pretos e os pardos recebiam por hora trabalhada menos que os brancos.

Somos também a maioria dos desempregados. Mesmo em Salvador, cidade de maioria absoluta de afro-brasileiros, a falta de ocupação atinge 26,9% dos negros, enquanto que, para os não-negros, este patamar é de 18,4%.

O Estatuto da Igualdade Racial, em seu capítulo sobre mercado de trabalho sugere, em nove artigos, um conjunto de políticas voltadas para a inclusão de afro-brasileiros no mercado de trabalho pois sua exclusão é uma injustiça, uma prática desumana contra aqueles que, com a sua labuta diária também assentam o desenvolvimento da Nação brasileira.

A população negra precisa ser verdadeiramente alforriada e valorizada. Políticas de inclusão dos negros são urgentes e mais do que justas.

É fundamental uma política de parceria com o Congresso Nacional sobre os grandes temas.

É preciso democratizar as decisões governamentais para iniciarmos a construção de um novo pacto federativo.

Enfatizamos a democratização das decisões de governo. É preciso que tenhamos encontros suprapartidários na busca de saídas para os setores sociais, econômicos e políticos que sejam de interesse do país.

As palavras de ordem neste momento são democratizar a Economia e democratizar as decisões de Governo.

Democratizar a economia representa a inclusão social. E inclusão social é o que buscamos, ou não é?

A redução da jornada de trabalho é uma ação positiva para a geração de emprego e renda, um salário mínimo que reflita aquilo que consta da nossa Constituição é justo e lutar para isso é uma ação positiva.

A aprovação dos Estatutos da Pessoa Com Deficiência e da Igualdade Racial são sementes plantadas que, se aprovadas, se transformarão em ações muito positivas para a inclusão social.

Como disse no início da minha fala, gosto de imaginar uma turma de crianças na sala ouvindo a professora transcorrer sobre o dia que estamos vivendo aqui, hoje. Mas eu posso garantir a vocês, que eu gosto ainda mais de imaginar que assim como algumas crianças dizem hoje:

“Puxa vida professora, não dá pra imaginar que um dia o homem viveu sem telefone”, há de chegar o dia em que crianças numa sala de aula dirão:

“Puxa vida, professor, não dá pra imaginar que os negros precisaram lutar tanto para poder ser livres. Não dá pra imaginar que a cor fazia tanta diferença!”

Nenhum ser humano pode avaliar profundamente os seus preconceitos, seus medos, suas intolerâncias, seus rancores, sem consultar sua consciência, a raiz do seu ser.

No momento em que eu me dou conta de que sou preconceituoso eu só tenho duas escolhas, ou eu assumo isto junto com toda feiúra que advém disso ou

eu repito para mim mesmo que eu não quero ser assim e não vou ser assim.

Essa é uma escolha individual. É lógico que ela fica mais fácil quando partilhada como foi entre a Ku-Klux-Klan, porque dá a impressão de que a feiúra fica dividida e provavelmente cada um se sente menos feio e mais poderoso. É o bônus da covardia, da tirania coletiva. Mas pergunte-se cada um: Eu sou feio assim, minha alma é pobre deste jeito? É esse o bônus que me cabe nesta vida?

O Projeto Estatuto da Igualdade Racial está tramitando nas duas Casas Legislativas, o que assegura maior rapidez para sua votação. Aquele que tramitar mais rápido será encaminhado à votação, sem prejuízo do outro. Se todos se mobilizarem em torno da aprovação do Estatuto, se a sociedade fizer pressão e lutar para que conquistemos nossa verdadeira carta de alforria, nós conquistaremos nossa real liberdade.

O Estatuto da Igualdade Racial é um dos eixos de mobilização da grande “Marcha Zumbi dos Palmares – contra o racismo, pela cidadania e a vida”, que acontecerá em 16 de novembro de 2005, durante as comemorações do tricentenário da morte de Zumbi.

O processo de construção da Marcha Zumbi+10 deverá ter uma tal abrangência que permita ao Movimento Negro consolidar uma agenda política cuja resolução seja encaminhada no sentido de alterar substancialmente as condições de vida da população negra.

A raça negra está lutando pelo espaço que lhe é de direito e todos estão sendo chamados a contribuir nesta luta.

Existe um belo texto que chama “Canção africana dos homens” e ele diz mais ou menos isto:

“Quando uma mulher de uma tribo da África está grávida, as mulheres se reúnem, vão para a selva e meditam sobre uma canção para aquela criança.

Quando nasce, a criança escuta aquela canção e depois, em vários momentos importantes da vida dela, quando começa sua educação por exemplo, ou seu casamento, a tribo canta aquela canção.

Existe outro momento em que a canção é cantada para a pessoa. Quando ela comete alguma falta grave ou algum ato social indigno, a tribo se reúne, forma um círculo em torno da pessoa e canta a canção dela. Para quê?

Eles dizem que é porque reconhecem que a correção para condutas anti-sociais não é o castigo, mas o amor e a lembrança de sua verdadeira identidade.

Eles dizem que quando reconhecemos nossa própria canção já não temos desejos nem necessidade de prejudicar ninguém”

Sr^{as} e Srs. Senadores, é importante que cada um reconheça sua própria canção.

A cor da pele é apenas uma diferença, assim como o tamanho dos pés, como a altura que alguém mede, como a forma de seus cabelos.

Duvido que Deus tenha criado qualquer uma dessas diferenças para que elas gerassem discriminação ou *apartheid*.

Acredito que Ele as criou para enfatizar que o amor é igualitário, é fraterno e que a alma, essência da criação, não tem cor, não tem tamanho, não tem forma, ela é apenas abrigo do Amor, da igualdade e da justiça!

Muito axé para todos!

Era o que eu tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento, Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, por até 15 minutos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há uma semana, fiz uma manifestação sobre a situação mundial da hanseníase e, ao mesmo tempo, sobre a situação nacional. A Organização Mundial de Saúde, juntamente com o Ministério da Saúde do Brasil, por volta de 1991, estabeleceu como desafio a eliminação da doença até o ano 2000. Ou seja, teríamos de alcançar um índice de presença da hanseníase no Brasil que significasse menos de um caso para cada dez mil habitantes. O Brasil se constituía, naquela época, no primeiro em casos no mundo, tendo alguma competitividade com a Índia apenas em número de casos, e permaneceu, durante toda a década de 90, responsável por mais de 85% dos casos de hanseníase na América Latina.

Em 2000, chegou-se à conclusão de que não era possível alcançar-se aquela meta de eliminação, e o Governo brasileiro restabeleceu suas metas e procurou definir o ano de 2005 como o ano em que se consolidaria a eliminação da hanseníase.

Doze milhões de pessoas no planeta receberam tratamento específico e foram consideradas curadas dessa doença. E o Brasil tem avançado muito; muitas regiões têm avançado. Mas, na semana passada, eu dizia do lamento de que não estávamos a uma decisão de cumprimento da meta de, em 2005, consolidarmos a eliminação da doença.

Para minha alegria, após o pronunciamento, em que fui generosamente aparteadado pelos meus colegas, o Ministro da Saúde, Humberto Costa, na sua grandeza

humana, na sua responsabilidade ética, no seu compromisso com as doenças órfãs do Brasil, chamou-me para uma reunião no Ministério da Saúde, juntamente com o Diretor de Vigilância em Saúde, Dr. Jarbas Barbosa, com o Secretário de Assistência à Saúde, Dr. Sola, e com a equipe de apoio, o estafe do Ministério da Saúde. Ali S. Ex^a reassumiu o compromisso de que o Governo brasileiro iria alcançar, sim, a eliminação da doença até o final de 2005. Tinha alguma apreensão ainda com relação a alguns lugares da Região Norte, de modo muito específico com o Estado do Acre.

Tive a grata satisfação, nessa reflexão partilhada com o Ministro Humberto Costa, de reacender o meu entusiasmo na luta contra a hanseníase, estendendo isso às organizações não-governamentais e a várias pessoas que dedicam sua vida à eliminação dessa doença. Pedi ainda que o Ministério mandasse uma nota ratificando seu compromisso quanto a essa eliminação até o ano de 2005 em nível nacional, e a eliminação por Município como uma meta a ser alcançada entre 2007 e 2010.

O Ministro, por intermédio do Dr. Jarbas Barbosa, Secretário de Vigilância em Saúde, enviou-me o seguinte texto, em posicionamento formal do Ministério da Saúde em relação à hanseníase. Diz o seguinte:

Prezado Senador Tião Vianna (**sic**)

Em atenção a sua sempre ativa participação na defesa das ações de vigilância, prevenção e controle de doenças, enviamos os esclarecimentos abaixo sobre a situação epidemiológica da hanseníase em nosso país e as ações que têm sido desenvolvidas pelo Programa Nacional de Eliminação da Hanseníase (PNEH) da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde:

1. O Brasil não é mais o país com maior número de casos nem com a maior taxa de prevalência de hanseníase. O Ministério da Saúde concluiu rigorosa revisão de todos os bancos de dados, com participação da Organização Pan-Americana e da Organização Mundial da Saúde, resultando na apuração de uma taxa de prevalência, no ano de 2004, de 1,71/10.000 habitantes. Esse valor é bastante diferente da prevalência oficialmente informada para o ano de 2003, que foi de 4,72/10.000 habitantes. O descaso com o PNEH durante esses últimos anos, resultou, entre outros prejuízos, em sequer sabermos exatamente qual a prevalência da doença no Brasil, impedindo que se avaliasse de forma adequada os avanços e as dificuldades nas ações de controle. (**sic**)

2. Indo ao encontro de sua correta recomendação, o Ministério da Saúde constituiu uma

força-tarefa para apoiar os estados na eliminação da hanseníase como problema de saúde pública, composta de 35 técnicos altamente qualificados que já se encontram atuando. Essa força-tarefa já produziu resultados positivos na melhoria no padrão de análise da situação epidemiológica, na elaboração e implementação de propostas adequadas a cada um dos municípios prioritários, com envolvimento cada vez maior dos gestores locais do sistema de saúde. Foi também realizada redefinição de critérios para o cálculo de quantitativos de medicamentos específicos para hanseníase garantindo assim a distribuição adequada e a manutenção dos estoques efetivamente necessários para cada estado, de modo a não haver solução de continuidade de tratamentos em curso. Ressaltamos ainda que o Ministério da Saúde realizou, no ano passado, a primeira campanha publicitária para estimular detecção de casos suspeitos de hanseníase desde o ano de 1998.

3. Apesar dos avanços recentes, ainda há áreas de alta endemicidade, onde os esforços estarão sendo concentrados e redobrados nesse segundo semestre. A Região da Amazônia Legal, por exemplo, desde 1995 tem um perfil endêmico com indicadores de morbidade por vezes o dobro das demais regiões. É lamentável constatar que nos últimos cinco anos mais de 20 mil casos de hanseníase foram diagnosticados em crianças, indicando a persistência de níveis elevados de transmissão intra-domiciliar, sem que uma medida efetiva tivesse sido adotada. Também atesta os problemas do PNEH, a informação que no ano de 2003 a cobertura de diagnóstico e tratamento, na rede básica de saúde, era menor que 30%, a despeito dos registros oficiais indicarem que mais de 50 mil profissionais de saúde teriam sido capacitados para diagnosticar e tratar os casos de hanseníase no período de 1998 a 2003. (sic)*

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – “Ou os treinamentos eram de baixíssima qualidade ou trata-se de outro caso de registros inflados artificialmente.”

Senador Mozarildo Cavalcanti, concedo o aparte a V. Ex^a. Faça a leitura da nota-resposta do Ministério da Saúde, que, de maneira muito generosa, sobretudo traz uma enorme esperança a mim e a V. Ex^a, como médicos da Amazônia e do Brasil, sobre matéria dessa natureza. Trata-se de uma doença órfã, que maltrata e mutila milhares e milhares de pessoas em nosso País

e que afligiu milhões em todo o planeta durante toda a História da Humanidade, remontando, inclusive, ao Velho Testamento. Um aparte a V. Ex^a, com muito prazer.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Tião Viana, V. Ex^a já frisou isto, e é exatamente nessa condição, mais de médico, que faço este aparte a V. Ex^a, que também é médico. Não há dúvida de que, no Brasil, há muito, não há prioridade para a prevenção, para o trabalho profilático das doenças. A prioridade é sempre para a questão hospitalar. O foco da grande mídia e da população é, infelizmente, o hospital, o centro de saúde, o posto de saúde – aliás, deveria ser o posto de saúde na questão da prevenção. Sem entrar em debate algum sobre a administração do Ministro Humberto Costa, que – dizem – está deixando o Ministério, apenas lamento, porque não poderia deixar de fazer este registro, o caso que ocorre em meu Estado, principalmente na capital, Boa Vista, onde há o aumento dos casos de dengue. Temos uma epidemia de dengue que pode alastrar-se pelo Brasil todo. Dirigi um ofício ao Ministro e não recebi resposta alguma, nem telefônica, nem telegráfica, de nenhuma forma. Tive de fazer um requerimento formal à Mesa, porque a população do Estado está vivendo realmente um caso gravíssimo. Estou enfocando a dengue, mas nós temos a malária, que vem logo atrás, a leishmaniose e muitas outras. Espero que o Ministério da Saúde passe a ter um enfoque que não dependa das pessoas que o ocupam, mas que tenha uma estrutura – e tem uma estrutura profissional competente – para fazer realmente um trabalho continuado, principalmente priorizando a profilaxia, a prevenção, para que não continuemos a ter casos de hanseníase, de leishmaniose, de malária, de dengue, da forma como está acontecendo na Amazônia e, sobretudo, na capital do meu Estado, Boa Vista.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti, que vem enriquecer o meu pronunciamento. Assumo o compromisso – como amigo que sou do Ministro da Saúde, como alguém que tem procurado no mandato colaborar com a atividade do Ministério da Saúde no Governo do Presidente Lula, como também o fiz no governo anterior – de enviar o aparte de V. Ex^a externando sua preocupação em relação à reemergência da dengue, no caso, no Estado de Roraima, para que o Ministério possa manifestar as ações e as medidas para o controle de tal situação.

Vale lembrar que Roraima faz parte, com muita importância, da epidemiologia da dengue no Brasil. Roraima e Rio de Janeiro são dois Estados pólos da transmissão da doença. Em breve, farei uma manifestação sobre a situação da dengue no Brasil, da ameaça sempre presente, e transmitirei ao Ministro a preocupação de V. Ex^a.

Continuo abordando a gentil e esperançosa nota que o Ministério da Saúde enviou ao meu mandato, nobre Presidente.

4. O PNEH está priorizando os 206 municípios brasileiros que apresentam mais alta prevalência. Esses municípios são acompanhados e avaliados, de forma permanente, por parte das Secretarias Estaduais e do Ministério da Saúde para garantir a plena implantação de todas as ações de controle da doença.

Nosso compromisso é avançar na direção de qualificar cada vez mais a assistência, a prevenção e a promoção de ações para favorecer a redução das fontes de contágio. Nossa disposição é ir além da meta de atingirmos prevalência menor que 1 caso por 10.000 habitantes na média nacional, o que consideramos possível de alcançar até dezembro. Pretendemos continuar colocando a mesma ênfase atual na luta contra a hanseníase até atingirmos, em todos os estados e municípios, uma prevalência inferior a um caso em cada 10.000 habitantes.

Vários estados, entre eles, de forma destacada o Acre, têm respondido a esse esforço de mobilização que o Ministério da Saúde vem patrocinando. Assim, consideramos que atuando de forma parceira e integrada poderemos obter uma vitória definitiva contra a hanseníase.

A nota do Ministro da Saúde fala da disposição do mandato do Senador Tião Viana em compartilhar os avanços desse imenso desafio.

Então, é uma matéria que me traz ânimo, sobretudo esperança, e respeito ao Ministro da Saúde, ao Secretário de Vigilância em Saúde, Dr. Jarbas Barbosa, que têm, de fato, com essa determinação, assumido um dos mais belos exemplos de responsabilidade sanitária no nosso País. A hanseníase é capaz de envergonhar qualquer povo, qualquer nação, e o Brasil foi vítima da insensibilidade da história com a sua própria evolução.

O compromisso assumido pelo Ministério de assegurar a eliminação, mesmo que ainda seja eliminação no cenário nacional e não por Município ou por Estado, já é um avanço extraordinário que me orgulha profundamente.

Assomei à tribuna lamentando, mostrando a minha aflição e a minha expectativa, até certo ponto frustrada, com o desenrolar da campanha para cumprir a meta em 2005. Assomo de maneira contrária neste momento, entendendo que o Ministro da Saúde está cumprindo, sim, a sua parte conforme diz a nota. E tudo o que estiver ao meu alcance e, tenho certeza,

ao alcance dos Srs Senadores, o Senado Federal fará para dar a sua contribuição para que essa meta, de fato, seja alcançada até dezembro de 2005.

Espero, sinceramente que o Brasil possa se orgulhar muito e que o Presidente Lula tenha a enorme satisfação, a infinita alegria – sei que será uma infinita alegria – de assinar o certificado de eliminação desta doença ainda em seu governo. Será um momento muito bonito da história da saúde pública brasileira, cumprido na gestão do Presidente Lula, uma contribuição efetiva do Ministro Humberto Costa e de sua equipe.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Tião Viana, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Leite.

O SR PRESIDENTE (Antônio Leite. PMDB – MA)

– Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, por permuta com o Senador João Batista Motta.

V. Ex^a tem a palavra por quinze minutos, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB

– RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto à tribuna para abordar um tema de que já falei aqui: é sobre este momento que estamos vivendo, este momento que está deixando a Nação consternada e perplexa.

Os noticiários a cada dia apresentam fatos novos relacionados a diversos tipos de corrupção. São denúncias que, no fundo, todas elas, deságuam num ponto só, que é a utilização dos recursos públicos para diversos tipos de ação. Já vimos isso no passado numa dosagem “x”, depois numa dosagem “y”, fizemos CPIs, punimos alguns envolvidos – geralmente os beneficiários da corrupção. Os corruptores, porém, jamais foram punidos.

Estamos de novo diante de um fato desses. Temos a CPI dos Correios, que está apurando amplamente as denúncias que envolvem aquela instituição, mas que vai ter de ampliar o seu escopo porque há ramificações para todos os lados. Temos também instalada a CPI dos Bingos, da qual sou vice-presidente e que vai averiguar a ligação desse jogo com ilícitos como a lavagem de dinheiro, que, muitas vezes, é lavagem de dinheiro público que vai para o bolso de pessoas inescrupulosas.

Acho que só tem uma forma, Sr. Presidente, de realmente estancarmos essa sangria, se não totalmente, pelo menos quase que totalmente: é aprovarmos um projeto de lei que, sempre faço questão de repetir, teve inspiração num projeto anterior do Senador Pedro Simon que objetivava que todos os Parlamentares tivessem, ao assumir o mandato, o seu sigilo bancário quebrado.

Temos de ampliar essa regra para toda a máquina pública para alcançar todos aqueles que recebem dinheiro público, quer dizer, que recebem salário dos cofres públicos, sejam municipais, estaduais ou federal, do Poder Executivo, do Legislativo ou do Judiciário. Todos têm de ter o seu sigilo bancário quebrado, automaticamente, ao assumirem função pública. O mesmo se aplica às empresas que transacionam com o poder público, isto é, que são pagas com recursos públicos, sejam as prestadoras de serviços, sejam as construtoras, sejam aquelas empresas que terceirizam serviços.

É preciso tornar transparentes as transações que envolvem o dinheiro público, o dinheiro do povo, que é oriundo do imposto que todos nós pagamos quando compramos qualquer coisa: quando compramos um alimento; quando acendemos a luz; quando usamos qualquer tipo de atividade. Além disso, pagamos imposto de renda, principalmente os assalariados.

Devem ter seu sigilo quebrado todos aqueles que recebem dinheiro público, sejam aqueles nomeados por concurso, aqueles nomeados para cargos comissionados ou eleitos para exercer mandatos – seja de Vereador, de Prefeito, de Deputado Estadual, Governador, Deputado Federal, Senador, Ministro ou Presidente da República. Todos têm de ter o sigilo bancário quebrado automaticamente. Essa teria de ser uma pré-condição para assumir o cargo; se vai receber dinheiro público, não tem por que esconder, não tem por que ter esse privilégio do sigilo bancário; ele é um homem público, e recebe dinheiro dos cofres públicos.

Esse projeto, felizmente, já tem assinaturas para apoiar o pedido de urgência de todos os Líderes, de todos os partidos. Se for o caso, espero que ele possa ser melhorado, mas o seu objetivo, que é monitorar quem recebe dinheiro público, deve ser atingido urgentemente.

Sr. Presidente, acho que estamos fazendo a nossa parte fazendo as CPIs, mas precisamos agir em conjunto; precisamos desencadear uma operação conjunta que envolva, de fato, de forma honesta, o Poder Executivo e o Poder Judiciário por meio de suas instituições, com a ressalva de que tudo seja feito dentro do Estado Democrático de Direito. Não vamos igualar por baixo. Quando se diz que ninguém presta, isso acaba favorecendo os que realmente não prestam; os que prestam terminam se afastando da vida pública, seja da forma que for, e abrindo caminho aos que não prestam, que vão, justamente, se utilizar de mecanismos como o jogo de influência, artifícios os mais diversos para se locupletar com recursos públicos.

Queria também, Sr. Presidente, fazer um registro relativo a uma matéria que peço que seja transcrita na íntegra para os anais do Senado. Refiro-me à entrevista concedida pelo Ministro Edson Vidigal, Presidente

do Superior Tribunal de Justiça, à revista **ISTOÉ**. Ela é muito oportuna. Posso até discordar de determinados pontos de vista do Ministro, mas ela é de profunda propriedade aos momentos que vivemos.

O Ministro, na revista **ISTOÉ** desta semana, nas páginas vermelhas, dá uma entrevista cujo título é “Estamos vivendo um Estado nazista”. A submanchete é a seguinte: “Presidente do STJ alerta para o perigo de ações espalhafatosas da Polícia Federal e diz que grampos viraram objeto de chantagem”.

Antes de ler algumas partes dessa entrevista, quero fazer aqui uma observação. Tenho sido um assíduo defensor da Polícia Federal nesta tribuna por várias razões. A primeira delas é que sou um homem da Amazônia e entendo que a Polícia Federal é essencial para a guarda das nossas fronteiras. A Polícia Federal lá vive em estado de precariedade, na Amazônia e no Brasil todo, mas notadamente na Amazônia, estado de precariedade no que tange seu equipamento de trabalho, seu pessoal, e seus salários – os salários, realmente, são até imorais se levarmos em conta a importância da missão da Polícia Federal naquela região.

Porém, tenho de concordar com o Ministro no que diz respeito à cautela para que não se quebre o Estado de Direito, que diz que todos somos inocentes até que se prove o contrário. Estamos invertendo essa ordem.

Vou ler a introdução da entrevista do Ministro e Presidente do STJ:

Presidente do Superior Tribunal de Justiça desde abril do ano passado, Edson Vidigal, que também é jornalista, dá um grito de alerta: o Estado democrático de direito no Brasil está ameaçado. O alvo da preocupação do ministro do STJ – último degrau no Poder Judiciário para questões não constitucionais – são as recentes operações da Polícia Federal, com a invasão de seus agentes a escritórios de advocacia (e acrescentaria, a lares e ambientes de trabalho), onde recolhem documentos e computadores e até usam algemas em situações que muitos consideram desnecessárias. As investigações são pedidas pelo Ministério Público (MP) ao Poder Judiciário, que autoriza e desencadeia a ação da PF. Vidigal cobra mais cautela de todos [portanto, Ministério Público, Poder Judiciário e Polícia Federal] e alerta para a utilização exacerbada e até ilegal de grampos telefônicos. Muitas vezes, o conteúdo dessas gravações é usado na fabricação de dossiês que são objeto de chantagem. Segundo ele, o Estado está perdendo o controle, e as idéias fascistas estão ganhando corpo.”

Diz mais, o Presidente:

No Brasil, hoje, nós começamos a ver uma inversão: todo cidadão é em princípio culpado. Nós todos somos suspeitos.

Isso não pode realmente ajudar a democracia. Não podemos, de jeito nenhum, compactuar com qualquer tipo de ilicitude. Não podemos e não vamos, mas também não podemos usar métodos e esquemas, como está aqui dito, que os nazistas e os fascistas usaram, aproveitando a indignação popular para dizer que os meios justificam os fins. Isso não é verdade.

Temos que preservar a democracia e, para isso, é preciso fazer, no Brasil, mais ou menos uma “Operação Mãos Limpas”, como aquela que foi feita na Itália, com o Poder Judiciário e o Poder Legislativo de mãos dadas com o Poder Executivo, usando as instituições democráticas existentes para que possamos alterar leis, como esta proposta que faço, para dar celeridade às investigações, a fim de, efetivamente, desmanchar essas quadrilhas que estão atuando em todos os poderes.

Temos alguns juízes presos e alguns sob investigação. Temos Parlamentares sob investigação. Temos vários membros do Poder Executivo sob investigação e temos empresários que transacionam com o Poder Público também sob investigação.

Quero ler um outro pedaço da entrevista do Ministro:

Estamos precisando fortalecer o Estado de direito, que passa inicialmente pela moralização dos costumes políticos. Nós precisamos de uma faxina. Não é cassar dois ou três. É botar para fora, escorraçar 50, 60, 80, quantos ali estejam no exercício indevido de um mandato obtido de alguma forma malandra. É preciso que nós canalizemos esse movimento de indignação da sociedade, não contra o regime, mas para fortalecê-lo, enfrentando a impunidade. O Congresso Nacional está desafiado porque no ponto a que chegamos hoje a opinião pública se coloca contra o Legislativo, já desconfia do Judiciário. Amanhã não vai mais confiar no Poder Executivo [penso que já não confia no Poder Executivo, infelizmente.] Meu Deus do céu, para onde nós iremos? Então, esse aqui é um grito de alerta que vem de uma geração que já conheceu o que é uma ditadura.

É preciso, realmente, estar alertas, pois este momento é delicado para todos, mas não podemos perder de vista que não se faz uma cirurgia, Senador Tião Viana, mesmo quando há uma emergência, mesmo quando é preciso fazer algo, mesmo não tendo as

condições, sem obedecer aos princípios que regem o ato cirúrgico. Da mesma forma, não é possível, agora, aqui, neste momento que estamos vivendo, esquecer das normas legais que nos norteiam, mas é preciso, sim, mudar muitas delas.

Quero aqui, novamente, fazer este apelo, pedindo a transcrição deste artigo do Ministro Edson Vidigal, Presidente do STJ.

Quero reiterar o meu apelo aos Líderes partidários, e repito, Senador Tião Viana, todos eles já assinaram a urgência para este projeto. Espero, portanto, que possamos aprová-lo, se não houver recesso, já agora, e, se houver recesso, logo após a volta aos trabalhos, porque não adianta terminarmos as CPIs, indicarmos os culpados, cassarmos alguns Parlamentares e depois tudo voltar ao que era antes, o que não é bom, porque permanecerá a percepção do cidadão de que todos são iguais, quer dizer, que estamos no mesmo patamar.

Na medida em que se nivelam todos por baixo, dizendo que ninguém presta, isso só ajuda, repito, o mau-elemento que se aproveita da coisa pública, seja na Câmara, no Senado, nas diversas instâncias do poder, inclusive no Judiciário.

Senador Augusto Botelho, com muito prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Mozarildo Cavalcanti, ouvia o pronunciamento de V. Ex^a no carro. Graças a Deus cheguei a tempo para dizer que o projeto de V. Ex^a, inspirado no do Senador Pedro Simon, vem para ajudar este momento por que o Brasil vem passando. Obrigar a todos que exercem cargo público a autorizarem a quebra do seu sigilo bancário é uma coisa ótima, como também o projeto do Senador Tião Viana, em relação aos cargos de confiança, que também visa moralizar este País, ao dispor que os cargos de confiança sejam exercidos sempre pelas pessoas que são técnicos dos órgãos onde aquele cargo é disponível, e ao tratar também do nepotismo. Precisamos correr para aproveitar esta onda, esta turbulência que estamos passando, para que a verdade apareça e os culpados sejam punidos. Mas apenas isso não adianta, como V. Ex^a concluiu, é preciso sair leis desta Casa para evitar que isso ocorra de novo. Falamos em corrupção, corrupção, mas isso, na verdade, é roubo, não é? Na realidade, tira-se pão da boca do pobre; tira-se remédio dos hospitais; tira-se dinheiro do conserto das estradas, como sempre fala o Senador Alberto Silva; tira-se dinheiro das construções de creches e escolas. Temos de acabar com isso. O povo já não agüenta mais. Ainda tenho esperanças de que o Presidente Lula...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – ... não seja atingido pessoalmente por essas denúncias para que Sua Excelência continue seu Governo dentro desse princípio de moral e de ética.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Augusto Botelho. Como V. Ex^a falou, tira-se dinheiro, inclusive, da saúde, como é o caso da Operação Vampiro, que ninguém sabe como terminou. Com esse projeto, já saberíamos para onde o dinheiro foi, por onde andou e na mão de quem está.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

- ▶ Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) desde abril de 2004
- ▶ Maranhense de Caxias, hoje com 60 anos, foi vereador dessa cidade entre 1963 e 1964, quando foi cassado e preso pela ditadura militar
- ▶ Foi deputado federal entre 1979 e 1983
- ▶ Jornalista, trabalhou em vários órgãos da imprensa nacional

Sen. Mozarildo

“ESTAMOS VIVENDO UM ESTADO NAZISTA”

Presidente do STJ alerta para o perigo de ações espalhafatosas da Polícia Federal e diz que grampos viraram objeto de chantagem

FLORÊNCIA COSTA

Presidente do Superior Tribunal de Justiça desde abril do ano passado, Edson Vidigal, que também é jornalista, dá um grito de alerta: o Estado democrático de direito no Brasil está ameaçado. O alvo da preocupação do ministro do STJ – último degrau no Poder Judiciário para questões não constitucionais – são as recentes operações da Polícia Federal, com a invasão de seus agentes a escritórios de advocacia, onde recolhem docu-

mentos e computadores e até usam algemas em situações que muitos consideram desnecessárias. As investigações são pedidas pelo Ministério Público (MP) ao Poder Judiciário, que autoriza e desencadeia a ação da PF. Vidigal cobra mais cautela de todos e alerta para a utilização exacerbada e até ilegal de grampos telefônicos. Muitas vezes, o conteúdo dessas gravações é usado na fabricação de dossiês que são objeto de chantagem. Segundo ele, o Estado está perdendo o controle, e as idéias fascistas estão ganhando corpo.

ISTOÉ – Em operações recentes, agentes da PF têm invadido escritórios de advocacia. Há quem compare essas ações ao que acontecia no Estado Novo e na ditadura militar. Como o sr. vê essa situação?

Edson Vidigal – Estou preocupado porque o que estamos assistindo no Brasil nos induz à perplexidade. Não seria demais admitir que estamos a largos passos de um Estado nazista. O que eu vejo de mais perigoso é que esse totalitarismo já escapou ao controle do próprio Estado. Deveríamos estar em um Esta-

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Precisamos, efetivamente, de uma mudança, de uma Operação Mãos Limpas no Brasil, com a colaboração de todos os homens e mulheres de bem, de todos os setores da sociedade. Se representamos a população aqui – e não somos todos iguais –, temos realmente de tomar providências para passar a limpo este País.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno).

do de direito democrático. Mas, aos poucos, o Estado está perdendo controle sobre ações nefastas, perigosas do crime organizado, que ao mesmo tempo se infiltra com idéias fascistas nas ações dos próprios agentes públicos.

ISTOÉ – *O sr. está se referindo especificamente às ações da PF?*

Vidigal – A PF não age por conta própria. Ela é apenas um instrumento do Estado a serviço do Poder Judiciário induzida pelo Ministério Público. É preciso que alguns agentes do MP procurem agir com mais cuidado nas requisições que fazem. E é necessário mais precaução por parte de alguns colegas da magistratura ao aferir essas requisições. É temerário simplesmente deferir todo e qualquer pedido sem determinar a sua

motivação, sem ver se esses terão eficácia para a investigação. Infelizmente, no Brasil nós começamos tudo pelo fim. Interceptação telefônica e quebra de sigilo bancário são providências extraordinárias que a lei defere em último caso, como checagem da prova testemunhal ou material. Mas estamos observando uma ação muito abusiva com relação a isso não só por parte do Estado, mas de setores privados organizados a serviço da chantagem e do crime. Isso é muito preocupante porque vemos que muitos direitos garantidos pela Constituição, pelo Estado democrático de direito, não estão sendo respeitados.

ISTOÉ – *Com relação ao grampo telefônico, cada vez mais disseminado, há a utilização do conteúdo dessas informações para se realizar chantagens?*

Vidigal – A chantagem do grampo acontece assim: por exemplo, um camarada da empresa telefônica que sabe chegar na linha recebe dinheiro por fora e faz o grampo. Tem muita gente ganhando dinheiro no Brasil com isso. Há também os grupos mais organizados que não precisam necessariamente das empresas telefônicas para ter acesso às linhas. Hoje, a coisa está mais sofisticada. Implantam-se aparelhos receptores, câmaras. Certa vez liguei para o dr. Tancredo Neves porque eu tinha uma informação para

passar. Ele pediu que eu fosse correndo à casa dele. Eu até argumentei: “Mas, dr. Tancredo, eu estou na Asa Norte. Preciso ir aí na Asa Sul (no plano piloto, em Brasília)?” Aí ele me lembrou que tinha sido ministro da Justiça do Getúlio Vargas e desde então havia visto o que era possível fazer com o telefone: “Telefone é para marcar encontro.” Anteontem (sexta-feira 24) estive com um juiz em São Paulo que me contou que estava sendo seguido e grampeado. Ele estava

devido processo legal. Não podemos assistir a isso de uma forma passiva. Temos que nos indignar. A sociedade tem que cobrar isso porque o Estado está escapulindo ao seu controle.

ISTOÉ – *Mas quando um juiz autoriza quebra de sigilo passa a ser uma ação legal. Na ditadura você recorria ao bispo se fosse o caso, hoje você recorre a quem?*

Vidigal – Hoje precisamos recorrer ao Estado de direito, ao Judiciário. Preci-

“No Brasil, hoje, nós começamos a ver uma inversão: todo cidadão é em princípio culpado. Nós todos somos suspeitos”

com um amigo no restaurante e de repente percebeu um flash. Olhou para trás e viu que uns homens o estavam seguindo, filmando e fotografando. Que Estado de direito democrático é esse?

ISTOÉ – *O presidente Lula não é um democrata?*

Vidigal – Isso não depende apenas da vontade pessoal de quem quer que esteja na Presidência da República. É o sistema. No regime militar havia o sistema, a linha dura, a linha mole. Isso me lembra o filme *Terra em transe* (1967), de Glauber Rocha, em que há um personagem, uma figura oculta que manda em Alecrim, província do Estado de Eldorado, e comanda as operações de repressão. Podemos chamar isso novamente de sistema: não quer dizer uma coisa organizada, sob comando de um só. O Estado está se desorganizando no seu tecido, na sua burocracia. Isso começa a prejudicar a cidadania. A sociedade civil tem que se unir. Estamos vivendo uma nova e disfarçada ditadura. Estamos caminhando a passos largos para um sofisticado Estado nazi-fascista. E não vai precisar ter ditador com bigodinho. Não vai precisar ter as tropas SS (da elite do Exército nazista) desfilaro porque isso tudo está aí infiltrado contra os direitos do cidadão, que são a honra, a privacidade, a liberdade. Os cidadãos têm o direito ao contraditório, o direito ao

samos cobrar e animar os nossos juizes para que eles não tenham medo. Que juiz hoje tem coragem de indeferir um pedido de quebra de sigilo bancário ou pedido de prisão? Logo que ele assume uma posição dessas ele passa a ser suspeito. Eu conheço magistrados da área penal que estão migrando para a área cível porque já não suportam as suspeitas que são levantadas contra eles. Isso é perigoso, um Estado de direito em que os magistrados já têm medo de decidir. Precisamos de segurança jurídica.

ISTOÉ – *Essas investigações oficializadas também viram subproduto para dossiês?*

Vidigal – Sim, porque se transformam em matéria-prima para dossiês. Eu tenho informações, mas preciso comprovar isso, de que existem escritórios especializados em elaboração de dossiês com o objetivo de chantagear as pessoas. Só espalhar o boato destrói um pouco a credibilidade, especialmente se a pessoa é um agente público, exerce uma função de autoridade, ou se é um profissional respeitado.

ISTOÉ – *A sociedade tem a percepção de que a corrupção e a impunidade são muito grandes. Esse tipo de ação acaba tendo aprovação popular diante dessa circunstância, não?*

Vidigal – Nós não vamos responder à

perplexidade da sociedade admitindo abusos, ações perversas contra os direitos constitucionais das pessoas. Quando o Estado de direito democrático assegura o direito à defesa do acusado, não é para que ele, comprovadamente culpado, seja inocentado. É para que ele possa ter o direito a pena justa, se ele for culpado. Para que ele não pague nem menos nem mais. É direito de todo acusado ser julgado presumidamente inocente até o trânsito final da sentença condenatória. No Brasil, hoje, nós começamos a ver uma inversão: todo cidadão é em princípio culpado. Todos somos suspeitos.

ISTOÉ – *Esse processo o sr. vem detectando há tempos?*

Vidigal – Sim. Estamos precisando fortalecer o Estado de direito, que passa inicialmente pela moralização dos costumes políticos. Nós precisamos de uma faxina. Não é cassar dois ou três. É botar para fora, escorraçar 50, 60, 80, quantos ali estejam no exercício indevido de um mandato obtido de alguma forma malandra. É preciso que nós canalizemos esse momento de indignação da sociedade, não contra o regime, mas para fortalecê-lo, enfrentando a impunidade. O Congresso Nacional está desafiado porque no ponto a que chegamos hoje a opinião pública se coloca contra o Legislativo, já desconfia do Judiciário.

prios e das garantias constitucionais. E que quem abusou de poderes possa responder criminalmente.

ISTOÉ – *Podemos chegar a um impasse político, uma crise envolvendo as instituições, os poderes da República?*

Vidigal – Se o presidente Lula não fosse um democrata, nós teríamos todo um caldo preparado para uma chavização, uma fujimorização. Ou seja, o descrédito e a desmoralização das instituições. Então, é por isso que temos de correr na frente e salvar o crédito e a moral das instituições, botando para correr também os amoraais, os imorais, os desonestos, os indecentes, os que estão querendo achar que a vida pública é um grande meretrício.

ISTOÉ – *Durante os escândalos Collor se falava que o Brasil estava se depurando. A gente não evoluiu nada?*

Vidigal – Não evoluiu nada porque nós cuidamos só de pessoas, não da estrutura, que continua a mesma: comissão de orçamento, emenda parlamentar. Tem que investigar isso tudo. Eu vejo que está tudo muito frágil. As pessoas em Brasília estão muito acomodadas. É preciso ouvir o País.

ISTOÉ – *O sr. concorda com o argumento do PT de que haveria uma tentativa de golpe das elites?*

Vidigal – Não. O que temos são grupos

Vidigal – Na minha avaliação pessoal, com todas as dificuldades que as condições sociais, políticas e as deficiências do mundo circundante impõem, ele tem se esforçado. Mas não dá para ficar só em Brasília.

ISTOÉ – *Ele viaja bastante.*

Vidigal – Eu também. Tenho viajado muito pelo Brasil e percebo que cada vez que eu saio pensando que a solução que está na minha cabeça é a ideal eu volto com outra. Então é importante andar, ouvir, ouvir críticas, ser tolerante às críticas.

ISTOÉ – *Ele está muito fechado?*

Vidigal – Não, o sistema de governo é que é muito fechado, o Executivo.

ISTOÉ – *Mas o Judiciário também não é muito fechado?*

Vidigal – O Judiciário já foi muito fechado e menos transparente. Hoje está mais aberto. As providências indicadas pela reforma do Judiciário dão pequenos passos à frente. É melhor do que se fossem passos para trás.

ISTOÉ – *Agora se fala em reforma política, que a cada crise vem à tona. Mas a reforma atual não é um arremedo?*

Vidigal – Um arremedo e um casuismo porque não dá resposta. Essas questões teriam que ser mais debatidas pela sociedade. Não podemos fazer uma democracia para alguns. Temos que ir à raiz de tudo, que é o financiamento da campanha eleitoral. Cada partido que ganha a eleição tem o seu mala-preta.

ISTOÉ – *O sr. defende o financiamento público das campanhas?*

Vidigal – Não apoio o financiamento público porque ele será uma mentira. Um país que tem um orçamento contingenciado, que tem pouco para manter o custeio da máquina, que não tem quase nada para investimento, vai poder tirar R\$ 7 por eleitor, para depois dividir pelos partidos políticos? Que partidos são esses? O importante é que não fi-quemos na mesmice, achando que tudo deve ficar como está.

“Se o presidente Lula não fosse um democrata, nós teríamos todo um caldo preparado para uma chavização, uma fujimorização”

Amanhã não vai mais confiar no Poder Executivo. Meu Deus do céu, para onde nós iremos? Então, esse aqui é um grito de alerta que vem de uma geração que já conheceu o que é uma ditadura.

ISTOÉ – *Não é incoerente dizer que o País precisa de uma faxina e, ao mesmo tempo, que há desmando em relação à limpeza que está sendo feita pela PF?*

Vidigal – Não. Estou sustentando que tudo há que ser feito dentro dos princí-

criminosos organizados. Já estão falando até que essa grana do mensalão está vindo de paraísos fiscais, né?

ISTOÉ – *Então, evitar esse tipo de coisa não depende da figura do presidente?*

Vidigal – Não, o presidente precisa ser líder. O País precisa de um projeto de nação e precisa de um líder que possa conduzi-lo com firmeza.

ISTOÉ – *O sr. acha que o presidente Lula tem exercido esse papel?*

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Antonio Leite, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias por permuta com a Senadora Ideli Salvatti. S. Ex^a dispõe de até 15 minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, eu não permutei.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Então, V. Ex^a perderá a vez. A Mesa, colaborando com V. Ex^a...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, para não haver confusão, eu tinha deixado meu nome para falar, caso o Senador Augusto Botelho não tivesse chegado a tempo. Estou no 12º lugar.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Veja bem, o que está escrito, em cima do nome do Senador Augusto Botelho, é Ideli Salvatti. Por essa razão, o Senador Alvaro Dias está mais atrás. A Mesa, entendendo que, assim, preservaria a inscrição de V. Ex^a, o fez...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O Senador Alvaro Dias está, na lista, antes do meu lugar.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Mas para a Mesa não, porque colocaram seu nome aqui.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Deixe-me só justificar.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Senadora, só há uma questão. Senador Augusto Botelho, V. Ex^a usará a palavra?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Na ordem, seria o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu me inscrevi para o Senador Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Após o Senador Marco Maciel?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Não. Cedi minha vaga ao Senador Marco Maciel. Outro poderá entrar no meu lugar que esperarei S. Ex^a chegar.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Só para não pairar nenhuma dúvida sobre o que foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Fiz minha inscrição para ceder a vaga ao Senador Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Infelizmente, S. Ex^a terá que ser chamado agora ou perderá a vez.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Pode passar a vez. Permutarei com um Senador lá do final.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Senador Wirlande da Luz.

Estamos na ordem. Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias. A Senadora Ideli Salvatti ficará sendo a décima segunda.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no momento em que se exige uma assepsia geral e irrestrita no País em função dessa deplorável crise moral que se abate sobre as instituições públicas, além de investigar, há necessidade de propor, como fez há pouco o Senador Mozarildo Cavalcanti, leis que possam conter o processo de corrupção no País, desestimulando a impunidade que tem sido, sem dúvida, uma das causas centrais do aumento avassalador da desonestidade no exercício da função pública.

Estou apresentando hoje, Sr. Presidente, um projeto de lei que pretende conferir poderes aos servidores de carreira da advocacia das duas Casas do Congresso Nacional – Senado e Câmara –, para que esses advogados possam acompanhar a tramitação dos processos oriundos das Comissões Parlamentares de Inquérito e intervir neles.

Ocorre, Sr. Presidente, que, após a conclusão dos trabalhos das Comissões Parlamentares de Inquérito, há o desligamento completo da instituição parlamentar das ações, que passam a tramitar junto ao Ministério Público e ao Poder Judiciário. É do conhecimento de todos que uma Comissão Parlamentar de Inquérito não tem poderes para condenar as pessoas contra as quais colecionou provas de delitos praticados. É exatamente em função do processo lento que decorre das conclusões dos trabalhos das CPIs, que fica a imagem de que CPI sempre termina em pizza, e essa é uma inverdade absoluta.

A missão da CPI é promover a investigação, o inquérito e, em seguida, encaminhar o relatório às autoridades competentes, dentre as quais se destaca o Ministério Público, para que procedam as ações penais, cíveis e administrativas, visando responsabilizar legalmente aqueles que tiveram condutas contrárias ao ordenamento jurídico. Esse é o papel da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Com esse projeto, pretendemos ampliar a ação do Poder Legislativo, na tarefa de responsabilizar, civil e criminalmente, eventuais envolvidos em delitos prati-

cados. A lei já confere prioridade especial às CPIs, ou seja, a ação desenvolvida pela Comissão Parlamentar de Inquérito que implica a necessidade do Ministério Público atuar, investigando e responsabilizando civil e criminalmente, tem prioridade. A prioridade já está estabelecida pela lei. A autoridade responsável por conduzir o processo, o juiz do caso ou o promotor, tem a obrigação de comunicar à Casa legislativa que realizou a CPI, semestralmente, o estado do trâmite processual. Mas, lamentavelmente, essas normas não vêm sendo respeitadas de forma completa. No entanto, não podemos generalizar, pois há promotores e juízes que cumprem rigorosamente o seu dever, são atuantes e eficientes e nos comunicam. Entretanto, lamentavelmente, há aqueles que não o fazem, em desrespeito à Lei nº 10.001.

Portanto, Sr. Presidente, a população reclama do Congresso Nacional, mas, muitas vezes, o endereço está errado, porque o Congresso cumpriu sua parte: investigou, apurou, encaminhou ao Ministério Público. Se não há prisão, se não há condenação, não se pode responsabilizar o Poder Legislativo. Queremos assumir maior responsabilidade. Se esse projeto for aprovado, teremos maior responsabilidade, porque advogados constituídos pelo Congresso Nacional acompanharão a tramitação dessas ações, a partir do Ministério Público até o Poder Judiciário.

Por tudo isso, é essencial que os membros da Advocacia do Senado e da Câmara dos Deputados possam intervir nesse processo como parte, elaborando requerimentos, exigindo providências, requerendo intimações e produção de provas e, em última análise, mantendo os Parlamentares informados do andamento de todos os processos.

Portanto, o Congresso Nacional estaria colaborando. O Poder Legislativo – porque pode ser também uma Assembléia Legislativa em que se instalou uma CPI – estaria colaborando inicialmente com o Ministério Público e, posteriormente, com o Poder Judiciário, para oferecer resposta competente à sociedade relativamente à necessidade de responsabilizar, civil e criminalmente, aqueles que desonram especialmente os seus mandatos eletivos, como hoje se faz pelos descaminhos da corrupção.

Dito isso, Sr. Presidente, esperando que esse projeto seja aprovado, faço referência a uma CPI de sucesso, a CPI do Futebol – refiro-me à do Senado e não à da Câmara –, que obteve o reconhecimento de todos os cronistas, esportivos especialmente, mas também dos jornalistas que acompanharam a sua evolução e o seu desdobramento. Foram indiciadas 17 personalidades do futebol brasileiro e aguarda-se a conclusão dos processos judiciais. Já percorremos

um bom tempo desde o início do processo. O que provoca insatisfação e até indignação é essa lentidão dos procedimentos na esfera judicial.

O nosso objetivo é a agilização desses procedimentos com a presença eficiente de um advogado ou dos advogados designados e constituídos pelo Poder Legislativo.

Sr. Presidente, gostaria também de destacar os trabalhos da atual CPI dos Correios. É evidente que discordo de algumas providências relativamente ao seu roteiro, por exemplo, amanhã voltaremos a ouvir arapongas. Creio que o momento não é de investigar quem gravou; o momento é de investigar a corrupção. A Polícia Federal e o Ministério Público cuidam de investigar os responsáveis pelas gravações. Creio que estamos numa outra etapa, uma etapa posterior a essa, que é a de investigar, com a maior competência possível, com a maior eficiência que se possa imaginar, os atos provocados em detrimento do interesse público, os delitos praticados, a corrupção havida, os corruptores e os corruptos, os corruptores e os corrompidos nesse processo que emergiu de um modelo espúrio de relacionamento do Poder Executivo com o Poder Legislativo.

Nesse final de semana, a imprensa saiu à frente da CPI mais uma vez. Não questionamos, não lamentamos o fato, ao contrário, é muito bom que a imprensa venha à frente e que a CPI até possa ir a reboque da imprensa. Aos finais de semana temos uma verdadeira CPI na mídia. Isso é muito bom, isso não vem em favor de menosprezar a competência do Congresso Nacional. Acho que nos complementamos: a imprensa alimenta a Comissão Parlamentar de Inquérito e, na mesma medida, a Comissão Parlamentar de Inquérito alimenta a imprensa. Há um trabalho, portanto, de complementação nas ações da imprensa e do Congresso Nacional, e isso é muito bom para que se alcancem os objetivos finais de uma investigação completa.

Por exemplo, nesse final de semana, com muita competência, a imprensa revelou a parceria espúria do Sr. Marcos Valério com o PT, por meio do aval concedido a empréstimos pelo Partido realizado, inclusive com o pagamento da primeira prestação. Um serviço que presta a investigação jornalística à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, porque esse é mais um elo a estabelecer uma conexão que se estreita a cada passo entre os vários segmentos envolvidos nesse modelo de relação Executivo/Congresso Nacional.

Na última sexta-feira, desta tribuna, revelei a ausência de escrúpulos na celebração de contratos que significaram valores vultosos na área de publicidade do Governo. Citei a existência de uma empresa em Brasília, de propriedade de uma senhora que é espo-

sa de um ocupante de cargo importante na Secretaria de Comunicação do Governo, Sr. Marco Antônio. Essa empresa Astral, de propriedade da esposa do Sr. Marco Antônio, celebra contrato de prestação de serviços na área de eventos à empresa Multi Action Entretenimentos Ltda., que é de propriedade do Sr. Marcos Valério. Por sua vez, uma senhora de nome Eliane, se não me falha a memória, assina contratos de publicidade com os Correios, aditivo contratual no valor de R\$90milhões, como representante legal da agência SMP&B do Sr. Marcos Valério.

Portanto, uma conexão explícita, revelando tráfico de influência e ausência completa de escrúpulos.

Não há como perdoar isso, não há como ignorar a existência dessa conexão, que é explícita, portanto. Essa parceria é espúria, entre servidores públicos em cargo de confiança, em nome, portanto, do Presidente da República, ligados a interesse privados de agências de publicidade ou empresas de entretenimento, que, por sua vez, por meio do seu responsável maior, se vincula ao partido político do Presidente da República, por meio de avais e por meio de pagamentos de dívida junto à instituição financeira. Além do que, conforme já se divulgou anteriormente de forma ostensiva na imprensa nacional, com recursos liberados, mecanizados por meio do Banco Rural; recursos significativos de valor substancial, repassados em moeda corrente àqueles que supostamente recebiam como troca pelo serviço prestado ao Governo, no Congresso Nacional, quer com o apoio, quer com o voto para se aprovarem os projetos de interesse do Poder Executivo.

Portanto, essa é a conexão, essa é a estratégia, esse é o modelo que devemos combater agora. E quem sabe, Sr. Presidente, possamos emergir do caos provocado pelo escândalo, dos escombros provocados pela corrupção...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ... para a construção de uma nova imagem pública com maior respeitabilidade, com credibilidade. Essa é a nossa esperança e o nosso dever, Sr. Presidente, já que, a cada dia e a cada passo, invadimos outras áreas e outras searas, como a imprensa destacou relativamente ao endereço na Rua Canadá, 203, Jardim América, Indaiatuba, São Paulo, sede da Global Previ Consultores Associados e que até o fim de 2002 era residência do Sr. Luiz Gushiken e sede da Gushiken & Associados.

Essa trajetória da Global Previ é bem diversa da consultoria Gushiken & Associados. A Global Previ,

numa trajetória ascendente iniciada em 2003, é digna de registro.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC. *Fazendo soar a campanha.*) – Nobre Senador Alvaro Dias, peço a V. Ex^a que conclua.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – PR) – Concluo, Sr. Presidente, imediatamente.

A Global Previ ganhou diversos contratos diretos com o fundo de pensão das empresas estatais Petrus e Previ e ainda faturou com terceirizações de serviços.

Portanto, Sr. Presidente, esse é mais um alvo de investigação. Evidentemente não se trata de Correios aqui, mas, sem dúvida, essa é uma denúncia da maior gravidade e que exige pronta investigação.

É por essa razão que essa CPMI que tem o nome de Correios não pode ficar restrita aos Correios. Ela tem que se ampliar, porque a população não quer saber se a corrupção está nos Correios ou em Furnas. A população quer que a corrupção seja denunciada, combatida para valer e seja condenada pelo País.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Alberto Silva.

S. Ex^a dispõe de até quinze minutos.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, lastimo que, enquanto o País necessita da nossa ação, estejamos aqui assistindo a um lamentável episódio da vida pública brasileira, em que se apuram, cada vez mais, denúncias de corrupção.

Tudo bem! O Congresso Nacional, quer o Senado, quer a Câmara, cumprirá com o seu dever, e seguramente chegaremos a algum resultado prático, em que se possam punir as pessoas que são indiciadas ou culpadas nesse caso.

Mas é claro que, enquanto isso não acontece, não podemos deixar o Brasil parar. Afinal, milhões de brasileiros estão por aí, País afora, nas regiões do semi-árido nordestino ou em qualquer parte do País, atônitos pelo que estão assistindo, mas, ao mesmo tempo, esperançosos de que alguma medida seja tomada pelo Governo em relação às necessidades do País.

Quero me fixar hoje, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no fato de que o problema do *biodiesel* nasceu – e posso dizer isto, porque fiz parte desse processo há mais de 30 anos; já o repeti aqui mais de uma vez – por meio da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, da qual eu era Presidente. Por meio

de um trabalho de pesquisa, chegamos ao *biodiesel*. De lá para cá, o assunto esteve parado, e, há uns cinco anos, levantamos essa questão outra vez, em nível nacional, mas visando, desta vez, não à solução técnica, que já está resolvida – transformar óleo vegetal em óleo mineral está resolvido, e essa é a ciência do *biodiesel*. O que sempre almejamos e estamos almejando ainda, o que queremos e necessitamos – o País tem de caminhar neste rumo – é dar um trabalho digno ao homem do campo.

Por sorte nossa e dos lavradores, a mamona é uma oleaginosa que pode fornecer 50% de óleo. Como não se pode colher a mamona com máquina – podemos até plantá-la, mas colhê-la, não –, é a vez de o lavrador fazê-lo. Plantaram a mamona, plantaram o feijão consorciado com a mamona e daí tiraram a renda. Já falei aqui que, com três hectares, é possível uma renda entre R\$700,00 a R\$800,00 por mês.

Porém, é necessário que se organize a sociedade rural. Os lavradores não podem ficar como ficaram os bóias-frias no caso do Proálcool: os grandes usineiros possuíam enormes porções de terra e suas usinas, e quem cortava a cana eram os bóias-frias, que recebiam uma miséria. Hoje, tudo está mecanizado, e os bóias-frias nem mais esse trabalho de cortar cana têm mais. Estão desempregados, esperando o quê? Que o Inbra os assente. Assim mesmo, se os assentar, o resultado não será satisfatório. Podemos fazer uma investigação nos assentamentos: lá não há salário e o negócio é desorganizado. Tiro, como exemplo, vários do meu Estado, e posso provar isso aqui a qualquer momento. Quero crer que isso aconteça no resto do País.

Voltando ao lavrador, vamos fixar um número, por exemplo, cinco mil, pertencentes a cinco Municípios da região do semi-árido. Se esses cinco mil lavradores estiverem organizados numa associação, já discutimos isso com o Banco do Nordeste, o banco lhes emprestará, por meio do Pronaf, dinheiro para montarem uma usina de beneficiamento da mamona – onde a baga da mamona será transformada em óleo – e, ao lado dela, uma usina de *biodiesel* e, mais ao lado, uma usina de aproveitamento da celulose do pé da mamona. No final do ano, quando for feita a colheita e o rendimento da mamona estiver caindo, a planta será cortada. De acordo com a Embrapa, esse tronco brotará e o resultado no ano seguinte será bem melhor. Então, no segundo ano, o lavrador não precisará mais plantar mamona; plantará apenas feijão entre as fileiras de mamona e terá, novamente, a mesma renda por dois anos seguidos.

Completando, pode-se transformar o pé de mamona em adubo orgânico, que o País não tem. Já foi realizada uma pesquisa a respeito e existe tecnologia

para isso. Utilizando a bactéria adequada e com o processamento industrial dentro da usina do lavrador, este terá o complemento da sua renda. Pode haver algo melhor do que isso para que o Governo atual adote essa solução?

Meu caro Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiros que estão nos ouvindo pela TV Senado, anotem bem o que eu vou falar. No meu Estado, não sei autorizado por que órgão, montou-se uma *big* usina, com produção de 90 mil litros por dia de *biodiesel*. Convo-caram-se os lavradores para plantar mamona, e essa *big* usina, de uma empresa cujo nome não vou citar por enquanto, fez com que o associado ou o lavrador assinasse um documento que lhe dá um pedaço de terra para plantar, dá a semente e diz: “O seu produto deve ser vendido para mim, para esta empresa”.

Então, para produzir 90 mil litros por dia, ela vai comprar mamona de 10, 15 ou 20 mil lavradores. Mas a que preço, senhoras e senhores brasileiros que estão-me ouvindo, minha gente lá do semi-árido? Sabem quanto a empresa está oferecendo para os lavradores? Se eles produzirem 500 kg por hectare, ela pagará 45 centavos por quilo; se produzirem mais de 500 kg, vai aumentando esse valor, mas em doses homeopáticas. Quando ele produzir 900 kg por hectare, ela chegará a 70 centavos – está escrito no documento, eu li.

Isso é solução para o lavrador, que precisa ganhar muito mais? Nesse caso, em vez de plantar mamona para vender para essa empresa no Piauí, é melhor que plante mandioca, milho e feijão, como vinha fazendo antes, porque ganhará muito mais do que vendendo mamona a 40 ou 45 centavos o quilo.

Falta uma organização nacional. Essa empresa não poderia ter sido montada. Como pensaram o Presidente Lula e todos os que acreditam no *biodiesel*, esse produto deve atender ao pequeno lavrador. Devemos organizar os pequenos lavradores em associações sucessivas e cada uma delas terá sua usina própria. Dessa forma, a baga da mamona e o feijão serão deles e o processamento será feito na usina, que será administrada talvez por uma Oscip.

No Piauí, estamos fazendo isso. Criamos uma Oscip, que não tem fins lucrativos e é formada por cidadãos que desejam trabalhar pelo bem do País – honrame fazer parte dela, porque quero trabalhar pelo Brasil, pelos lavradores do meu País e do meu Estado –, e tentaremos inaugurar esse protótipo antes do final do ano, com o apoio do Banco do Nordeste. Proporemos a esta Casa que mude essa legislação.

Essa usina que foi montada, e não sei qual foi o órgão que a autorizou, deve produzir *biodiesel* de soja e vendê-lo, exportá-lo. Quanto ao farelo de soja, já temos tecnologia para transformá-lo em farinha pa-

nificável. Gastamos R\$1 bilhão com a importação de trigo, mas poderíamos misturar a ele 25% de farinha de soja originária do farelo, que, hoje, só se aplica em ração de frangos.

Como conheço o projeto, eis mais uma aulinha: se o óleo de soja for extraído usando-se como solvente o álcool – que o Brasil produz 14 bilhões de litros –, o farelo resultante será bem branquinho, já quase como a farinha de trigo. Com um pouco mais de tratamento, o preço da farinha de trigo ficará lá embaixo. Com uma mistura de 25% a 35% de farelo de soja ao trigo, poderiam ser economizados U\$300 milhões por ano.

Essa empresa no Piauí está, digamos assim, escravizando os lavradores, prendendo-os com preço infimo, porque recebeu autorização para montar a usina no meu Estado, mas devemos mudar essa regra.

Vou fazer uma proposta à Casa e levá-la ao conhecimento do Presidente da República: que as grandes usinas produzam álcool e *biodiesel* para exportação, e que não tratem o óleo de mamona, comprando baga a 45 centavos. Essa é uma agressão que estamos permitindo que se faça ao homem do campo.

Não tenho nada a ver com os homens que construíram a usina. Se eles têm dinheiro para construí-la, não vai ser à custa da escravidão dos plantadores de mamona do Piauí. Eles que peçam autorização para comprar soja e transformá-la em *biodiesel*, cujo litro pode ser exportado a R\$3,00. Isso é muito melhor que exportar grão de soja. Vendemos para o exterior 40 milhões de toneladas de grãos de soja. Quem os compra, deles extrai o óleo e todos os outros derivados, porque a soja é riquíssima em produtos alimentícios para o homem e os animais. Quem compra os grãos paga qualquer coisa, não sei quanto, mas não é caro, é barato. Exportamos milhões de toneladas. Nesse caso, vamos ficar com essa toneladas e transformá-las em *biodiesel*, aí sim, usando as máquinas das grandes usinas, mas deixemos a mamona para o lavrador. Ele produzirá *biodiesel* também, mas com isso terá uma renda bem mais alta do que a dessa escravidão que se está anunciando para breve, na inauguração da tal usina de 90 mil litros por dia.

Sr^{as} e Srs. Senadores, esse era o resumo que eu queria fazer. A minha proposta deverá ser feita ao Presidente da República simultaneamente com a das estradas.

Na Casa Civil, agora, não está mais aquele chamado núcleo duro, que não dava nenhuma atenção e não aceitava proposta de ninguém. Eu mesmo apresentei a proposta da câmara de gestão, para resolver o problema dos 32 mil quilômetros de estrada, e lá não davam confiança. Agora, não, com a Ministra Dilma Rousseff, pelo que conheci de S. Ex^a, a coisa

no Planalto vai mudar. E uma boa idéia como essa, em favor dos lavradores, tenho certeza de que S. Ex^a carimbará na hora, assim como a que diz respeito ao problema das estradas.

Estamos preparando-nos para ir até S. Ex^a, a fim de levar essas sugestões. Já dissemos aqui: Presidente, assumo o comando; o País não pode parar. Vossa Excelência quer alguma informação? Quer alguma sugestão? Estão aqui duas. Vamos para as estradas, e seguramente colocaremos 100 empresas brasileiras de engenharia, trabalhando na sua reconstrução.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Termino, Sr. Presidente, em breve.

E haverá também milhares de lavradores em associações, produzindo *biodiesel*, adubo orgânico, renda séria para o cidadão que queremos ver feliz no campo, com energia elétrica.

Se há projetos do Presidente Lula que não saíram do chão, que saiam agora, com o apoio de todos os brasileiros que acreditam em Sua Excelência. E que nós, das duas Casas do Congresso, depois de apurarmos tudo que está errado nas CPIs, aproveemos os projetos, para ajudar o Governo e o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao nobre Senador Alberto Silva.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Bornhausen, como Líder. S. Ex^a dispõe de até sete minutos.

O próximo inscrito é o Senador Heráclito Fortes.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 1º de julho, o Ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio concedeu liminar a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo meu Partido, o PFL, e pelo Partido da Social Democracia Brasileira, que impugnava aquela medida provisória que já constava da Ordem do Dia do Senado, em função de várias inconstitucionalidades. A primeira diz respeito à falta de urgência e relevância.

Na verdade, em nome de combater a fraude, o Governo prejudicou os segurados da Previdência. O art. 246 da Constituição estabelece que não pode ser objeto de regulamentação por medida provisória tudo aquilo que foi alterado durante um período constitucional, inclusive a Emenda nº 20, da Previdência.

A vitória dos Partidos de Oposição, do PFL e do PSDB, em face da decisão correta do eminente Ministro

Marco Aurélio, impede, assim, que continuem em vigor os dispositivos que estabelecem nova sistemática para o auxílio-doença e para o auxílio-acidente, diminuindo seus valores no estabelecimento de novas regras; que prejudicam o benefício do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez; que impedem, por carência, de forma equivocada, o pagamento de auxílio-doença; e que presumem a má-fé do beneficiário em caso de percepção cumulativa de benefícios.

Afasta, assim, o Supremo Tribunal Federal, pela decisão de seus mais ilustres representantes, esse processo de perseguição, de falta de compreensão e humanidade, que foi produzido pelo Governo do Presidente Lula por meio da Medida Provisória nº 242. Com isso, estamos aqui livres de votar e discutir mais uma maldade cometida. A Oposição se manifesta, porque sente que cumpriu devidamente seu dever junto aos trabalhadores, especialmente os trabalhadores brasileiros.

Faço, ainda, nesta oportunidade, referência ao pronunciamento do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no último final de semana. Em uma organização de Partidos de esquerda, vestido, suponho, com um blusão da Polícia Federal, Sua Excelência declarou que seria, no combate à corrupção, implacável com adversários e aliados.

Onde estão os companheiros, Senhor Presidente? Será que, para proteger o Sr. Waldomiro Diniz e o Sr. Delúbio Soares, esquece o Presidente de que existem inúmeros Parlamentares, representantes do Partido dos Trabalhadores, honestos, corretos e que não podem ser misturados com aqueles que já estão sendo objeto de inquérito pela Polícia e pela Comissão Parlamentar de Inquérito? Não, Senhor Presidente, não esqueça seus companheiros. Há muitos nesta Casa, inclusive, que merecem todo o respeito da sociedade brasileira e que nada têm a ver com o comportamento do Sr. Waldomiro Diniz e do Sr. Delúbio Soares.

É preciso que o Presidente faça um discurso adequado à Nação. É preciso que Sua Excelência se pronuncie, não como o fez na penúltima vez, de forma arrogante, petulante, intitulado-se dono da moral e da ética, nem como agora, dirigindo-se a adversários e aliados, esquecendo os companheiros, permitindo que esses sejam misturados com aqueles que devem pagar pelos atos praticados, numa administração que não soube coibir a corrupção.

Sr. Presidente, em nome do PFL e em homenagem àqueles que no PT têm comportamento correto, digno, faço esta advertência ao Senhor Presidente da República: não os misture, não os coloque ao mesmo lado daqueles que não merecem o respeito da socie-

dade brasileira; tenha outra postura como Presidente da República.

Durante o discurso do Sr. Jorge Bornhausen, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alberto Silva.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Com a palavra, o Senador Heráclito Fortes.

S. Ex^a dispõe de 15 minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Brasília sempre se caracterizou pelos fins de semana tranquilos, em que predominava a tão cantada solidão do planalto. A classe política, na sua grande maioria, deslocando-se para seus Estados de origem, os jornalistas recolhidos às suas residências, para um fim de semana com a família, essa sempre foi a grande rotina desta cidade criada por Kubitscheck.

Nas últimas semanas, e de uma maneira muito especial no fim de semana que terminou, tivemos uma cidade completamente mudada, agitada, ansiosa, curiosa para saber exatamente qual era o escândalo da vez. Tive notícia de pessoas varando a madrugada para esperar as primeiras notícias trazidas pelas revistas de final de semana.

O que se viu, Sr. Presidente, em todas essas revistas, foram exatamente notícias, depoimentos e fatos de fazer qualquer um cair de costas. Nunca se imaginou que o Partido dos Trabalhadores carregasse, no seu bojo, pessoas tão corajosas, audaciosas e, acima de tudo – creio eu – com a certeza da impunidade, que tiveram capacidade de ir tão longe. Tenho a impressão, Senador Paulo Paim, de que os que estão envolvidos nessa série de escândalos, embora filiados ou não ao Partido de V. Ex^a, nunca leram o estatuto do Partido e nunca estiveram presentes nos 20 anos de marcha, de caminhada e de luta para que o Presidente Lula chegasse ao poder.

Basta examinar, em todas as oportunidades, a postura desapontada e cabisbaixa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para se chegar à conclusão de que, em parte desse aspecto, o Deputado Roberto Jefferson tem razão. Sua Excelência foi pego de surpresa, foi apunhalado pelas costas. Não é possível, Sr. Presidente, que não tivesse a Abin, os órgãos de Inteligência da Presidência da República, os diretores da área em que ocorriam esses fatos, notado, aos primeiros sinais, que algo estava acontecendo, que não tivessem tido a percepção de verificar com mais detalhes esses fatos e chamado a atenção do Presidente da República.

Muitos, inclusive do próprio Partido de Sua Excelência, se queixam que se criou uma barreira em torno do Presidente para que as pessoas não tivessem acesso e, com isso, a possibilidade de lhe contar o que realmente se passava. Isso é muito comum no poder. Os que chegam à sala e à cozinha do Governo ficam naquele jogo de queda de braço para impedir que outros se aproximem e que por meio de conversa franca possibilitem o governante saber o que de fato acontece. O governante, por sua vez, se protege evitando os incômodos que vêm do pedido de função a nomeações, e então aceita de bom grado essa barreira invisível em que se vê colocado. E o que vemos é isso: o Presidente Lula, de repente, está com toda a sua trajetória, a sua luta e a sua carreira correndo risco por conta dos maus amigos. Acho que o Presidente, num momento como este, em que a decepção, a amargura e a tristeza lhe dominam a alma, não tem outra alternativa senão a de aproveitar este momento e fazer uma limpeza geral onde houver o menor indício de que as coisas não vão bem.

Vejam, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há mais de seis meses ou quase um ano – não sou bem preciso –, o Senador José Jorge, da tribuna desta Casa, alertou o Presidente da República para irregularidades que estariam sendo cometidas na empresa Cobra, vinculada ao Banco do Brasil, uma empresa de computação e informática. Quais as providências tomadas? Aparentemente, nenhuma. Agora começam a aparecer informações de que 63 mil computadores aproximadamente foram comprados sem nenhum processo licitatório, porque aí a empresa atua da seguinte forma: ao comprar, ela é privada, não participa de concorrência, compra de quem quer; ao vender, ela é pública, e ao vender para órgão público também não precisa participar de concorrência. E é um prato cheio – se verdadeiras forem essas informações – para que suspeitas de que algo de muito errado está acontecendo nesse setor.

Esses fatos vêm sendo noticiados já há bastante tempo. E agora então surgiu essa denúncia dessa compra pela Cobra em que inclui algumas empresas, umas tradicionais, conhecidas, outras nem tanto. Estão no rol das que venderam para a Cobra: a Itautec, a Procomp, a Semp Toshiba, a Perto Digicon, a Megaware e a Novadata.

É preciso que esses fatos sejam, na realidade, apurados, apurados antes que o Roberto Jefferson venha aqui e denuncie, porque aí vão demitir todos. É preciso que o Governo se antecipe aos fatos, vá atrás para saber o que realmente está acontecendo na Cobra.

Sou do Piauí, área de atuação do Banco do Nordeste, onde se fala muito de uma grande compra que teria sido feita por aquele banco junto à Cobra. Não sei nada, não tenho maiores detalhes, mas o Governo precisa apurar, até porque nos comentários fala-se do envolvimento de um diretor que teria ligações pessoais familiares com um alto dirigente do Partido dos Trabalhadores. A coisa aí se agrava.

Sr. Presidente, ouvi, com muita tristeza e acima de tudo também surpresa, neste final de semana, o desmentido do Deputado José Genoíno e depois o pedido de desculpas do mesmo Deputado – o ex-Deputado e hoje Presidente Nacional do PT – quando se referia àquele famoso empréstimo do qual ele foi avalista e de que não se lembrava. Para alguns pode representar desconfiança, mas sei como as coisas partidárias acontecem, principalmente para quem está chegando ao poder sem nenhuma estrutura para isso. Creio que foi muito sincera a surpresa do ex-Deputado José Genoíno ao dizer que não sabia que aquela transação havia sido feita com a participação solidária do aval do Sr. Marcos Valério, com a assinatura do Sr. Delúbio Soares. Acho que surpresa igual não deve ter o Sr. Delúbio Soares; este, sim, homem de finanças, homem da Tesouraria e, acima de tudo, conhecedor profundo da máquina de arrecadação tão poderosa que o PT montou. Uma vez eu disse aqui, Senador Paulo Paim, há mais de dois anos, que, se o PT continuasse naquele ritmo de arrecadação – somando-se as arrecadações feitas pelos seus dirigentes de prestígio com as participações compulsórias dos servidores filiados ao Partido, obrigados a colaborar mensalmente para vigorar os seus cofres –, ao final de quatro anos, seria o partido mais rico do mundo! E minha previsão estava certa.

O Deputado Fernando Gabeira, no Programa do Jô, fez uma afirmação que, no primeiro momento, nos parece estapafúrdia, mas que, depois de analisada, tem lógica: de que já há comprovação de arrecadações que superam R\$1 bilhão. E como o Partido de V. Ex^a quer se parecer com o Partido do Presidente Collor. V. Ex^a se lembra de que, numa noite aqui em Brasília, um grupo íntimo ligado ao Sr. PC Farias comemorou uma arrecadação de US\$1 bilhão, naquela época? Vá gostar de parecer com o governo que não deu certo como o Governo do PT! Eu nunca vi, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma vocação como esta. Todos os erros e todos os vícios do Governo do Presidente Collor estão sendo repetidos com mais perfeição agora. Àquela época também: um governo que chegou ao poder sem experiência, sem estrutura, sem equipe e com arrogância.

Àquela época – e o fato agora se repete, e venho batendo nessa tecla –, tirou-se do Ministério da Previdência, por exemplo, a gestão sobre os bilhões que circulam no Brasil afora pertencentes aos aposentados, ou seja, a gestão dos fundos de pensão. Quem comandava e mandava era o Sr. Pedro Paulo Leoni, que era do Palácio do Planalto, o primeiro diretor da Abin, instalada para que se colocasse no esquecimento o velho SNI.

Foi um escândalo. Os investimentos em empreendimentos imobiliários duvidosos espocaram em todo o Brasil, e o então Deputado Federal Luiz Gushiken foi peça importante, inclusive com participação ativa numa CPI criada para apurar, denunciar e corrigir rumos.

Pois bem; agora, com o Presidente Lula no poder, é o ex-Deputado Luiz Gushiken, que, na Secretaria de Comunicação Social do Governo, comanda com mão de ferro, dando preferência aos seus companheiros de luta sindical, a estrutura de fundo de pensão no Brasil.

Sr. Presidente, por mais amizade que tenha com os seus companheiros de luta desses vinte anos de caminhada, o Presidente Lula não pode deixar que as coisas se misturem. Não é bom para a sua biografia; não é bom para o País.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – V. Ex^a tem dois minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O isolamento de um Presidente da República, muitas vezes, é cruel, é fatal, mas, às vezes, como diz o ditado popular, antes só do que mal acompanhado.

Sr. Presidente, espero que, nesta semana, possamos pensar um pouco na agenda positiva do Brasil; que a “MP do bem” mostre para o que veio e o que quer e que o Governo comece a tomar rumo, retomando as rédeas administrativas do País. Não podemos ficar parados. A economia até agora vai bem, mas chega o momento em que a paralisia e a desconfiança podem nos causar danos.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI. *Fazendo soar a campanha.*) – Peço a V. Ex^a que encerre, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, encerro aqui as minhas palavras, por dever de justiça, voltando ao que disse ao Senador Paulo Paim no começo deste pronunciamento. Convivi com o Deputado José Genoíno na Câmara dos Deputados; é um lutador – e ele tem as suas posições, eu tenho

as minhas. O futuro dirá quem está certo. Todavia, não o vejo como corrupto e desonesto. Quero dizer a V. Ex^a que, entre as decepções que já tive na vida pública, naturais, essa seria, talvez, a maior de todas. Mas não acredito. Vejo o Deputado Genoíno pela sua vida modesta, pelo seu comportamento, pela luta que desempenhou na clandestinidade e na atividade política nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI. *Fazendo soar a campanha.*) – Encerre, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não o vejo incluído neste rol, mas é mais uma vítima que vem provar que o homem é produto do meio.

Rogo que essas coisas fiquem bem esclarecidas, porque ainda tenho esperança de que quadros como este sobrevivam a essa tormenta que assola um partido que um dia fez nascer uma estrela, símbolo de esperança, e que o Brasil aplaudiu e consagrou ao vê-la ser elevada ao mais importante posto da República. Agora, desmorona e cai para a tristeza daqueles que, durante tanto tempo, deram sua vida, confiaram e lutaram para que “a esperança vencesse o medo”. Vemos agora que o medo, que com a esperança conseguiu vencer, toma conta do próprio Partido; o medo de que nessa lama não saiba distinguir os bons e os maus.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

S. Ex^a dispõe de quinze minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicio o meu pronunciamento, Senador Paulo Paim, não como Senadora, mas como petista, fundadora desse Partido, militante desde a primeira hora; um Partido que muito me orgulha por tudo que fez e construiu ao longo desses 25 anos de existência. E, como petista, declaro que todos nós, petistas – todos, a nação petista –, queremos investigação ampla, geral e irrestrita; queremos investigar tudo e todos, hoje e ontem, até porque a corrupção neste nosso País, infelizmente, é muito antiga. Há pessoas achando que ela é novidade, mas ela é muito antiga. Os esquemas estão montados, estão encruados. Eu diria até, como dona-de-casa, que está como sujeira em pano encardido: a corrupção está entranhada na máquina pública.

Por isso, precisamos investigar muito, profundamente, obter as provas, para que a Justiça possa punir. É por isso que, como petista, tenho, na CPI dos Correios, sempre dito que precisamos aprofundar as investigações. A lógica de que a cada manchete nova

deve-se mudar o foco, mudar-se de assunto, não pode ser seguida. É preciso que seja assumido muito claramente um compromisso por parte de todos os membros da CPMI: que aprofundemos as investigações; que investiguemos mesmo; que obtenhamos as provas. Mudar todos os dias de assunto é lógica de quem não quer investigar; é lógica de quem quer, tão-somente, levantar insinuações, fazer ilações, lançar suspeitas, sem o compromisso de uma investigação rigorosa.

Como petista também, estou numa expectativa muito grande com relação à reunião da Executiva do nosso Partido amanhã. Que a nossa Executiva tome a melhor deliberação, para que o Partido possa ter compromisso com a investigação, possa dar andamento às investigações necessárias de qualquer membro da Executiva que esteja efetivamente envolvido em qualquer ato ilícito! Que tudo possa ser esclarecido!

Neste momento, o PT está em processo eleitoral interno, está em andamento o processo de eleições diretas no PT. Portanto, além da tarefa de dar andamento às investigações, procurar comprovar ou não o envolvimento em qualquer ato ilícito por algum membro do PT, a Executiva do Partido também tem a responsabilidade de conduzir o processo eleitoral. A reformulação total ou parcial da Executiva tem, obrigatoriamente, de dar conta das duas tarefas neste momento.

A propósito, eu não poderia deixar de dar aqui o meu testemunho e manifestar a minha solidariedade irrestrita ao Presidente do PT, José Genoíno. Faço-o por sua história, por sua biografia e por sua competência. Tenho certeza absoluta de que quem nos conduziu até agora nos conduziu de forma lícita, de forma limpa, de forma plena, de forma clara, dentro das regras que o PT sempre defendeu. Deixo, portanto, a minha solidariedade. Aliás, quero agradecer ao orador que me antecedeu pelas referências à biografia do Deputado José Genoíno, Presidente do PT.

Falarei agora como Senadora. A tarefa que temos de investigar, de punir, coloca-se numa outra lógica. Além da tarefa da investigação e da punição dos corruptos e dos corruptores que atuam na máquina pública brasileira, temos uma outra tarefa. Fazer as duas tarefas ao mesmo tempo não é algo simples, mas é absolutamente necessário para os que assumiram, como nós, responsabilidades junto à população que delegou ao Presidente Lula conduzir o País, que nos delegou a tarefa de, aqui no Senado da República, representar os nossos Estados.

O Senador Alberto Silva foi nesta mesma linha: está em jogo o crescimento deste País, a geração de empregos, de oportunidades de trabalho e renda, ou seja, precisamos investigar e punir, mas temos de manter o País crescendo, temos de gerar emprego

e renda, temos de dar continuidade aos programas sociais que distribuem renda, como o Bolsa-Família, que já atende 6,5 milhões em todo o País e tem como objetivo chegar a 11 milhões de famílias até o final do mandato do Presidente Lula; às ações de saneamento e de habitação popular; à ampliação da rede pública de educação, como o projeto do Fundeb, ensino profissionalizante cujo decreto de expansão foi assinado na última sexta-feira; à questão da agricultura familiar: colocar e manter o homem no campo para que possa continuar gerando emprego e renda na área rural.

Para nós é muito importante dar conta dessas duas tarefas, Senador Paulo Paim. Temos de investigar, punir, combater, eliminar a corrupção, mas não podemos deixar este País, novamente, entrar em recessão, novamente sofrer um recuo, porque foi muito difícil pôr este País novamente para crescer. Não foi qualquer coisa o sacrifício que fizemos em 2003 para que, em 2004, tivéssemos a retomada do crescimento e, agora em 2005, a sua continuidade – talvez um pouco aquém do que crescemos em 2004, mas ainda na lógica do crescimento.

As revistas desta semana ressaltam que a turbulência política não abalou a estabilidade econômica. A revista **Veja** apresenta, inclusive, o paradoxo brasileiro: a despeito das inúmeras denúncias, a despeito da turbulência política, permanece estável a economia.

Outras revistas vão nessa mesma linha, como a **ISTOÉ**: “Apesar de tudo, economia vai bem”. Outra revista estampa: “Bancos querem emprestar mais”. Ou seja, com uma turbulência como essa, os bancos estão ofertando mais crédito na área da habitação, na área de investimentos na moradia.

Poderíamos folhear várias outras revistas para ver que, de fato, essa tem sido a lógica, ou seja, a economia tem conseguido se manter apartada da crise política; a estabilidade econômica instalada pelo Governo Lula deu fundamentos para que a economia se mantivesse estável.

E mais do que estabilidade: no último mês, batemos, mais uma vez, o recorde de exportações, foram US\$10 bilhões num único mês. Isso nunca tinha acontecido na história do Brasil. E o superávit comercial de US\$4 bilhões num único mês também nunca tinha sido atingido.

A Sr^a Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Senadora Ideli Salvatti, permite-me um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Já vou lhe conceder um aparte, Senadora Fátima Cleide. E, depois, eu o concederei ao Senador Paulo Paim.

O mais importante é que essa lógica da exportação, esses recordes estão vinculados, majoritariamente, a produtos industrializados e semimanufaturados, o

que significa que estão sendo gerados mais empregos e mais renda no Brasil.

Ouçõ a Senadora Fátima Cleide e, em seguida, o Senador Paulo Paim.

A Sr^a Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Senadora Ideli Salvatti, como petista, gostaria de parabenizá-la por seu pronunciamento. E, como petista, também devo dizer, neste plenário do Senado Federal, que me orgulho em continuar ostentando a estrela do meu Partido. Não fosse o Partido dos Trabalhadores, pessoas como eu, como V. Ex^a, como o Senador Paulo Paim, que somos lideranças sindicais, membros da classe trabalhadora de verdade, de fato, nunca teríamos tido a condição de chegar aqui. Por isso, digo que ostento orgulhosamente a estrela do meu Partido e continuo com muito orgulho de ser petista, porque ser petista é mais do que ter um símbolo ostentado no peito: é a confiança no projeto que hoje tentam destruir. Tentam destruí-lo, Senadora Ideli Salvatti, mas, tenho certeza, não conseguirão. V. Ex^a aborda com muita propriedade os reais motivos dessa luta toda para tirar das mãos do PT a bandeira da ética. A revista **Carta Capital** também, na semana passada, trazia dados muito interessantes. Nem no primeiro nem no segundo governo do PSDB, do Presidente Fernando Henrique, conseguiram atingir índices tão importantes como os alcançados no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Então, mais uma vez, só quero parabenizá-la e dizer que não baixaremos a cabeça. É importante, sim, apurar, e estaremos apurando como petistas, como Senadores da República, em qualquer uma das comissões em que nos for delegada essa tarefa. Também quero aqui, junto com V. Ex^a, externar a minha solidariedade ao Presidente do meu Partido, José Genoíno. Meus parabéns, Senadora Ideli Salvatti!

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Obrigada, Senadora Fátima Cleide.

Concedo o aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a efetivamente não poderia ter outra postura na tribuna a não ser a que tem neste momento. Em primeiro lugar, V. Ex^a defende a investigação, doa a quem doer, no combate à corrupção, conforme inclusive tem dito claramente para o País o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Presidente tem dito, diariamente, que é a favor de que se façam todas as investigações, no âmbito da Polícia Federal, do Ministério Público e das CPIs. V. Ex^a reafirma a situação da economia, que tem um quadro positivo. Eu lembraria somente este dado: são três milhões de novos empregos com carteira assinada, se pegarmos somente os últimos dois anos. V. Ex^a faz uma análise tranqüila e afirmativa da política econômica e, ao mesmo tempo, registra toda

a sua solidariedade ao nosso ex-Deputado Federal e Presidente do Partido José Genoíno. Alguns Parlamentares conviveram com o Sr. José Genoíno aqui nesta Casa durante décadas, e eu o conheci aqui no dia-a-dia em 1986, ainda na Assembléia Nacional Constituinte. Era um Parlamentar brilhante, respeitadíssimo por todo o Congresso Nacional, pela Situação e pela Oposição, na época. Era um mediador, um negociador, um interlocutor da sociedade aqui na Casa. Por isso, junto com V. Ex^a, quero registrar o meu apoio ao nosso ex-Deputado Federal, ex-Líder da Bancada na Câmara, o nosso José Genoíno. Também não acredito que ele tenha participado de nenhuma das denúncias levantadas até o momento. Tenho plena confiança nele. E, assim como V. Ex^a, na reunião da Executiva amanhã, sei que medidas firmes serão tomadas por parte do Partido dos Trabalhadores, como a reforma – que endosso – que o Presidente Lula está a anunciar que fará, com um critério: quem for candidato deverá deixar o Governo, o que não é nenhum demérito ou dúvida levantada sobre alguém, se é mais ou menos competente. Trata-se simplesmente de não se fazer outra reforma em abril. Sua Excelência faria a reforma neste momento. Alguns dizem: “Quem sair agora já estará no alvo se for candidato a Governador”. Não necessariamente. Não precisa dizer o cargo a que vai concorrer. Quem for candidato a Deputado Estadual, Federal, Senador, Governador e, se quiser, até a Presidente da República deixará o Governo neste momento. Creio ser um critério correto, adequado, que abrange, inclusive, presidentes de estatais sem nenhum problema, não se levantando suspeita sobre ninguém. Vou mais além e quero ter a liberdade de colocar para V. Ex^a: não me surpreenderei se o nosso Partido, amanhã, na reunião da Executiva Nacional, encaminhar até mesmo um debate em que, em vez de protelar as eleições, reafirme que rapidamente haverá eleições, em todo o País, para os Estados e também no âmbito nacional. E os 900 delegados petistas apresentarão, enfim, sua posição, seu voto, que, tenho certeza, será muito equilibrado e tranqüilo. Parabéns a V. Ex^a!

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Lembro à Sr^a Senadora Ideli Salvatti que seu tempo está esgotado. Darei mais dois minutos para que possa concluir o seu pronunciamento.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Para concluirmos a investigação, tudo e todos, hoje e ontem, com profundidade e provas, deveremos ter a capacidade de manter este País crescendo e gerando empregos. Isso é possível porque os atos do Governo Lula nos deram essas condições. Fizemos uma mudança

profunda no perfil da dívida brasileira. A nossa dívida, hoje, está profundamente menos dolarizada, menos dependente das oscilações da moeda americana. Temos toda uma situação de perfil da dívida, de prazo de pagamento... Só para termos uma idéia, a dívida externa, em 2002, era o dobro das exportações. Hoje, não chega a um terço. É menos do que um terço das exportações, não chega a 27%. A relação da dívida com o Produto Interno Bruto, que mede a nossa capacidade, caiu significativamente. Quando o Presidente Lula entrou, representava 60% da dívida.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a ainda não me deu os dois minutos. Dê-me mais um bocadinho!

Para nós, foram essas as modificações.

Senador Alberto Silva, trouxe um gráfico com o qual muita gente não sabe trabalhar, não conhecendo seu significado. É o gráfico das transações correntes. A conta de bens e de serviços do nosso País, aquilo que trabalhamos: fretes, turismo, exportações, importação, como é que foi isso nos últimos anos. É muito importante vermos que, desde 1994, que corresponde ao dado que tenho no gráfico, essa conta de transações correntes sempre foi negativa. Ou seja, sempre saía mais dinheiro, sempre saíam mais dólares do que entravam em nosso País.

Essa curva só mudou, Senador Alberto Silva, exatamente com a entrada do Presidente Lula. A partir de 2003, em 2004 e, agora, 2005, vamos ter saldo positivo, ou seja, vai ficar mais dinheiro no Brasil do que vai sair. Chegamos a ter um prejuízo em relação ao que entrava e o que saía, entre os dois Governos do Fernando Henrique, de US\$33 bilhões negativos. Ou seja, estávamos exportando dinheiro em vez de internarmos recursos internacionais. E é por conta desse tipo de embasamento econômico, dessa modificação dos dados econômicos que o Governo Lula teve capacidade política de fazer que hoje toda onda, toda turbulência política não afeta a economia.

Por isso, temos que ter esse compromisso. Nosso compromisso tem que ser este: de investigação, com o rigor que as denúncias exigem, a tudo e a todos, hoje e ontem, mas também com o compromisso de fazer este País continuar a crescer, a gerar emprego – como o Senador Paim disse, quase três milhões de empregos com carteira assinada, quatro vezes mais do que nos oito anos do Governo Fernando Henrique. Essa é a nossa responsabilidade, e, se jogarmos fora essa retomada de crescimento, todos esses empregos

e oportunidades e os programas sociais, o Brasil, os brasileiros e brasileiras não vão perdoar.

Por isso, reafirmo nosso compromisso com a investigação, mas também nosso compromisso com a manutenção do crescimento e geração de emprego em todo o País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Com a palavra o Senador Antônio Leite.

S. Ex^a dispõe de 15 minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem muito rapidamente, pois acabei não levando um documento para a tribuna e, então, não pude fazer referência a ele.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Pois não.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apresentei um requerimento de pesar pelo falecimento do Professor e Sociólogo Jacó Anderle, que era Secretário de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. Ele era uma das lideranças do PSDB no nosso Estado e uma pessoa envolvida, durante décadas, com a educação catarinense.

Então, gostaria de fazer o registro, da tribuna, deste requerimento de voto de pesar para a família e para todos os catarinenses, porque, efetivamente, foi uma perda significativa para o nosso Estado o passamento do Professor e Secretário de Educação Jacó Anderle.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – A Mesa tomou conhecimento, Senadora Ideli Salvatti, do requerimento de V. Ex^a, nos seguintes termos.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 746, DE 2005

Requeremos, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Professor e Sociólogo, Jacó Anderle, Secretário de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Santa Catarina.

a) inserção em ata de voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências a família.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2005. – **Ideli Salvatti**, Vice-Líder do Governo do Senado.

REQUERIMENTO Nº 747, DE 2005

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regime Interno e de acordo com as tradições da Casa, as se-

guintes homenagens pelo falecimento do Senhor Jacó Anderle, Secretário de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Santa Catarina:

a) Inserção em ata de voto de profundo pesar;

b) Apresentação de condolências à família e ao Estado de Santa Catarina;

c) Aplausos pelos grandes feitos realizados em sua trajetória política e pessoal, dando como lido o discurso anexo.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2005. – **Leonel Pavan.**

DO SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB – SC)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

Com profundo pesar, comunico a Vossas Exceências o falecimento, às 22 horas e 50 minutos do último sábado, do Senhor Jacó Anderle, homem público dos mais eminentes do Estado de Santa Catarina, que deixará uma forte saudade em todos que tiveram a honra de conhecê-lo.

Jacó, membro histórico do PSDB de Santa Catarina, ocupava o cargo de Secretário de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado. Exerceu plenamente suas funções até quinta-feira última, apesar do câncer que combatia há nove meses e que, finalmente, o vitimou.

Seu Legado, podemos afirmá-lo sem medo do equívoco, será o da defesa inabalável da democracia. Sociólogo, ex-padre, Jacó sempre pautou sua ação no combate aos extremismos, na defesa da liberdade, no exercício da diplomacia. Ética, responsabilidade, lisura no trato da coisa pública e trabalho duro foram suas bandeiras e suas diretrizes políticas.

Em reconhecimento à sua importância para a vida pública do Estado de Santa Catarina, o Governo do Estado decretou luto oficial de três dias, a contar de ontem, e conclamou todas as escolas catarinenses a lhe prestarem as devidas homenagens.

Encerro este breve pronunciamento, Senhor Presidente, com o pedido de que seja dado como lido o artigo publicado no jornal **A Notícia**, no dia de hoje, intitulado “O Legado ético de Jacó”, assinado por Moacir Pereira e Celso Martins. O texto reforça o compromisso de Jacó Anderle e com a ética com a defesa dos princípios democráticos, definindo divina brilhante o legado desse grande brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado. – **Leonel Pavan.**

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – A Mesa encaminhará os votos de pesar solicitados.

Com a palavra, o Senador Antônio Leite.

O SR. ANTÔNIO LEITE (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aqui estou hoje para tratar de tema de grande relevância para o nosso País, especificamente para o setor saúde em toda a sua plenitude. Refiro-me ao Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2001, cujo autor, o na época Senador Geraldo Althoff, suscitou a criação do Serviço Social de Saúde (Sess) e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde (Senass).

Nas palavras do ilustre e brilhante Senador Geraldo Althoff, o projeto em questão se justifica pelo fato de que os serviços de saúde geram em torno de dois milhões de empregos diretos e cerca de cinco milhões de empregos indiretos, com exigências específicas em relação à qualificação profissional continuada, ao lazer educativo e recreativo, à promoção social e ao desenvolvimento geral, educacional, cultural e esportivo no modelo dos atuais Serviços Sociais do Comércio (Sesc) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

Sr. Presidente, embora contribuam com 2,5% de suas folhas de pagamento ao Sesc e Senac, os Serviços de Saúde não contam com um atendimento que atenda às suas características diferenciadas do setor de comércio.

Constitui consenso hoje que a atenção e a assistência à saúde são desenvolvidas mediante atividades diversificadas, dentre as quais destacam-se medicina, enfermagem, saúde bucal, farmácia, radiologia, reabilitação, segurança no trabalho, dentre outras. Para o atendimento integral do ser humano, na sua dimensão biopsicossocial, a saúde extrapola os locais tidos como de referência, tais como hospitais, clínicas, laboratórios e passa a abranger também ambientes como escolas, creches, centros comunitários, empresas e até mesmo as residências.

O profissional de saúde precisa estar preparado constantemente para responder a novos desafios, sendo capaz de auto-organizar-se, tomar decisões, interferir nos processos de trabalho individual e em equipe e resolver problemas com mutações constantes.

Um setor de amplitude e estratégico interesse nacional, como o da saúde, precisa ter suas necessidades de formação profissional e lazer educativo, atendidas por entidades originárias de suas bases patronal e profissional, voltados exclusivamente para esse mister. Somente assim, por meio das entidades que realmente detêm os conhecimentos e o saber na área da saúde, poderão ser implantados projetos que respondam aos anseios, necessidades e demandas, presentes e reprimidas, de um setor de importância vital para a sociedade brasileira, hoje precariamente assistida.

No setor saúde, convivem instituições governamentais com as não governamentais; as não lucrativas com as lucrativas; as religiosas com as leigas; as grandes com as pequenas; as metropolitanas com as rurais; as fundacionais com as autárquicas; não esquecendo as caritativas ao lado das privadas; enfim, os hospitais ao lado dos ambulatórios.

A pretensão de ver autorizada, via diploma legal, a constituição e a administração pela Confederação Nacional de Saúde – hospitais, estabelecimentos e serviços (CNS) e seus parceiros, dos serviços em questão, Sess e Senass, é anseio que, inclusive, atende aos interesses da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Saúde – CNTS, e das demais entidades representativas, em âmbito nacional, dos diversos segmentos da saúde, como é o caso da Confederação das Misericórdias e Instituições Filantrópicas do Brasil (CMB), da Federação Brasileira de Hospitais (FBH) do Conglomerado das entidades representativas do segmento de Medicina Alternativa (Abrange), do Sindicato Nacional das Empresas de Medicina de Grupo (Sinamge), do Sindicato Nacional das Empresas de Odontologia de Grupo (Sinog) e o Conselho Nacional de Auto-regulamentação das Empresas de Medicina de Grupo (Conamge).

Sr. Presidente, essa pretensão é um anseio histórico de líderes filantrópicos e caritativos, dirigentes sindicais e fundacionais, cooperativas de escolas, profissionais liberais especializados, mas, sobretudo, de milhões de trabalhadores.

À exemplo da especialização irresistível de outros setores que culminaram com a estruturação de entidades como Sesi/Senai (indústria), Senar (agricultura), SESCOOP (cooperativismo), Sest/Senat (transporte), almejamos ver o direito inalienável e substancial do setor Saúde de prestar relevantes serviços por meio de Sess e do Senass.

Luta-se por uma causa e não por um encargo. Há um compromisso a ser celebrado: um pacto social. Há uma prerrogativa a ser instrumentalizada pelos empreendedores da saúde. Há um direito a ser cobrado, historicamente devido, em favor dos trabalhadores da saúde e suas famílias, excluídos até então do processo legítimo de atenção social.

Ficaram elas à margem da caminhada da qualificação que valoriza o homem; ficaram eles no acostamento da estrada por onde deve passar o cortejo da promoção social e da valorização humana. Este direito do setor saúde ser livre e de buscar o seu próprio caminho é o que pretendemos seja reconhecido

por todos, com a aprovação desse instrumento legal em questão.

Importa salientar que o projeto em análise não gerará novos encargos para o setor privado, nem para o setor público, muito menos para as instituições vinculadas ao setor. Apenas permitirá que os recursos para as entidades específicas do setor saúde, Sess e Senass, sejam aplicados, gerenciados por profissionais do setor Saúde e assim corretamente aplicados na assistência, formação e qualificação dos trabalhadores da saúde, não importando seu local de trabalho ou vínculo empregatício – se público ou privado.

Há quem alegue, Sr. Presidente, apesar dessas ponderações, que os gastos do Sesc e do Senac com o setor de saúde são maiores que o valor arrecadado por esse setor. Desse modo e com esse argumento, por que não se permitir a criação do Sess e do Senass? Por que razão furtar outrem de trabalhar um setor específico, complexo e difícil como o setor saúde, já que aquele que atualmente executa essa missão tem um custoso prejuízo com essa atividade? Por que motivo, Sr. Presidente?

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal (CCJ), o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2001, pelo qual lutamos com este singelo pronunciamento, recebeu parecer favorável, obtendo dezoito votos a favor e dois contrários. Uma prova inconteste de que esta Casa popular, representada por nós, que somos do povo, sabe ser sensível aos seus anseios, pleitos e necessidades.

Estamos convictos, Sr. Presidente, de que o Ministério da Saúde e outros órgãos do Executivo Federal analisarão esta proposta e chegarão ao razoável entendimento de que:

- a) A Constituição reconhece no SUS o caráter complementar do setor privado;
- b) as ações e os serviços de saúde são considerados pela Carta Magna como de relevância pública;
- c) que saúde não é comércio;
- d) que o setor de Serviços de Saúde foi desobrigado pelo Supremo Tribunal Federal do recolhimento do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias), passando a recolher apenas o ISS (Imposto sobre Serviços); mais uma prova de que a Saúde não é Comércio;

e) que, apesar da existência do Sesc e do Senac, estes não desenvolveram política setorial de educação profissional ou de proteção da empregabilidade

ao pessoal ocupacional, impondo por inépcia políticas públicas do SUS;

f) que, no mérito, este pleito atende aos interesses de inegável contingente de trabalhadores que alcança o setor saúde.

Não esqueceremos da Frente Parlamentar de Saúde que está conosco. Constituída esta por nossos ilustres Pares Parlamentares da Câmara e do Senado, somando um total de duzentos e cinqüenta Parlamentares – duzentos e trinta Deputados e vinte Senadores –, esta Frente não se eximirá de vislumbrar a conturbada, problemática e difícil situação conjuntural da saúde brasileira. A força da mudança, nesse caso, Sr. Presidente, é irresistível.

Por fim e à guisa de conclusão deste pronunciamento, o qual realça a paixão que tenho pela saúde, como médico, ex-diretor do Conselho Regional de Medicina do Maranhão, ex-diretor do Conselho Federal de Medicina e ativo operador da área de saúde pelos seus trabalhadores e pelo País como um todo.

Eu gostaria de deixar claro a minha sólida, irrestrita e profunda convicção de que saúde não é comércio, corroborando de maneira intensa, atenta e contumaz com a criação do Sess e do Senass.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Antônio Leite, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTONIO LEITE (PMDB – MA) – Pois não, Senador Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Quero cumprimentar V. Ex^a e dizer que esta semana fui procurado pelos servidores públicos em greve, inclusive da área da saúde e da Previdência, e quero dar uma notícia positiva, aproveitando o final do seu pronunciamento. Liguei hoje ainda para o Ministro Paulo Bernardo, do Planejamento, que acertou que reunirá os servidores públicos num encontro hoje à tarde – que deve estar sendo realizado neste momento – com o objetivo de buscar um grande entendimento para que a greve termine. Entendo que isso é positivo e espero que as reivindicações dos servidores sejam atendidas. Procuraram-me servidores das mais variadas áreas, entre eles os da assistência social e da saúde, por extensão. Aproveito o seu pronunciamento e louvo a preocupação de V. Ex^a com a saúde. Ao mesmo tempo em que dou essa notícia, cumprimento o Ministro Paulo Bernardo. Liguei para S. Ex^a mais ou menos às 11h30. Quando eram 11h35, ele me dava o retorno, já marcando a audiência com os servidores públicos.

Estão de parabéns o Ministro Paulo Bernardo e os servidores. Espero que hoje cheguem ao grande entendimento, que é o término da greve, que vai beneficiar todos, principalmente aqueles que dependem da seguridade social e, conseqüentemente, da saúde e da previdência. Obrigado.

O SR. ANTONIO LEITE (PMDB – MA) – Obrigado, Senador Paulo Paim. Endosso as suas palavras também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

SGMP Nº 1.235/05

Brasília, 4 de julho de 2005

Prezado Presidente,

Solicito a V. Ex^a as providências que se fizerem necessárias no sentido de incluir, em vaga existente pela liderança do PMDB na Comissão Representativa do Congresso Nacional, o Sr. Deputado Pedro Novais e a Sr^a Deputada Maria Lúcia Cardoso, como titular e suplente respectivamente, eleitos excepcionalmente na sessão extraordinária do último dia 30.

Atenciosamente, – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

O Sr. Presidente (Alberto Silva – PMDB – PI) – O expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte

PS-GSE Nº 235

Brasília, 24 de maio de 2005

Senhor Secretário,

(*) Em resposta aos ofícios OF.SF nºs 253 e 256 a 287, datados de 7 de março de 2005, encaminho a Vossa Excelência, em anexo, listagem informando a tramitação dos projetos consultados, bem como suas respectivas fichas de tramitação.

A par disso, muito agradeceria a Vossa Excelência se pudesse informar a esta Secretaria o estágio de tramitação das proposições de iniciativa dos Deputados Federais e outras, enviadas à revisão do Senado Federal, afim de serem, conforme o caso, encaminhadas ao arquivo.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Secretário.

(*) Republicação por haver sido omitido o anexo do DSF de 24-6-2005, página 20.700, 1ª coluna.

Nº DE ORDEM	Nº DO OF SF QUE SOLICITA	Nº DO PROJETO NO SENADO FEDERAL	Nº DO PROJETO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS	SITUAÇÃO DO PROJETO
1	253/2005	PLS 11, DE 1980	PL 1069, de 1983	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 47, DE 1980	PL 6350, de 1985	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 96, DE 1980	PL 8050, de 1986	Pronto para Ordem do Dia
2	256/2005	PLS 74, DE 1981	PL 8290, de 1986	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 147, DE 1981	PL 8280, de 1986	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 226, DE 1981	PL 2422, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
3	257/2005	PLS 114, DE 1982	PL 1636, de 1989	Plenário: aguardando apreciação do Parecer da CCJC (Inconstitucionalidade)
		PLS 159, DE 1982	PL 8506, de 1986	Pronto para Ordem do Dia
4	258/2005	PLS 01, DE 1983	PL 8424, de 1986	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 04, DE 1983	PL 6664, de 1985	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 26, DE 1983	PL 7821, de 1986	Plenário: aguardando apreciação de Pareceres (rejeição)
		PLS 30, DE 1983	PL 8510, de 1986	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 57, DE 1983	PL 8047, de 1986	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 114, DE 1983	PL 7936, de 1986	Plenário: aguardando apreciação de Pareceres (rejeição)
5	259/2005	PLS 43, DE 1984	PL 8328, de 1986	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 198, DE 1984	PL 8577, de 1986	Pronto para Ordem do Dia
6	260/2005	PLS 45, DE 1986	PL 8052, de 1986	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 66, DE 1985	PL 8341, de 1986	Plenário: aguardando apreciação de Pareceres (rejeição)
		PLS 86, DE 1985	PL 5947, de 1985	Publicado Parecer aprovado (CDEIC)

		PLS 151, DE 1985	PL 7940, de 1986	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 221, DE 1985	PL 8606, de 1986	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 232, DE 1985	PL 1635, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 320, DE 1985	PL 4999, de 1990	Mesa - aguardando deliberação do Recurso 70/96
7	261/2005	PLS 159, de 1986	PL 8039, de 1986	Pronto para Ordem do Dia
8	262/2005	PLS 27, de 1987	PL 217, de 1987	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 28, de 1987	PL 2423, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
9	263/2005	PLS 43, de 1988	PL 975, de 1988	CCJC - aguardando Parecer
		PLS 76, de 1988	PL 6002, de 1990	CCJC - devolução de vista
		PLS 79, de 1988	PL 1637, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 81, de 1988	PL 3801, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 85, de 1988	PL 3935, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
10	264/2005	PLC 62, de 1989	PL 571, de 1988	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 67, de 1989	PL 1148, de 1988	Pareceres publicados
		PLS 06, de 1989	PL 2424, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 23, de 1989	PL 2728, de 1989	Parecer aprovado e publicado
		PLS 24, de 1989	PLP 109, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 25, de 1989	PL 3942, de 1989	Aguardando parecer - termos do art. 133 (de 1986)
		PLS 34, de 1989	PL 2671, de 1989	CME - aguardando parecer
		PLS 53, de 1989	PL 3936, de 1989	Prejudicado face a aprovação do PL 825/91
		PLS 72, de 1989	PL 4578, de 1990	Apensado ao PLS 87/89
		PLS 83, de 1989	PL 3464, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 87, de 1989	PL 2901, de 1989	Pronto para Ordem do Dia

PLS 89, de 1989	PL 3941, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
PLS 109, de 1989	PL 3461, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
PLS 110, de 1989	PL 4916, de 1990	Apensado ao PL 2057/91 - pendente de deliberação do Recurso 182/94
PLS 120, de 1989	PL 3591, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
PLS 123, de 1989	PL 6129, de 1990	CCJC - Pronto para pauta
PLS 150, de 1989	PLP 276, de 1990	CCJC - Elaboração e votação da Redação Final
PLS 155, de 1989	PL 4580, de 1990	Pronto para Ordem do Dia
PLS 162, de 1989	PLP 202, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
PLS 166, de 1989	PLP 193, de 1989	Arquivado. Art. 164, § 4º R.I. Prejudicado pela sanção da Lei Complementar nº 116, de 31/7/03
PLS 171, de 1989	PLP 98, de 1992	Pronto para Ordem do Dia
PLS 179, de 1989	PL 3943, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
PLS 190, de 1989	PL 5403, de 1990	Apensado ao PL 2671/89 - CME
PLS 198, de 1989	PLP 200, de 1989	CESP - criada em 16/10/03
PLS 203, de 1989	PL 6132, de 1990	Pronto para Ordem do Dia
PLS 257, de 1989	PLP 260, de 1990	CCJC - Pronto para pauta
PLS 265, de 1989	PL 5074, de 1990	CCJC - aguardando designação de Relator
PLS 284, de 1989	PL 192, de 1991	Apensado ao PL 1439/91 - tramitando em conjunto
PLS 286, de 1989	PL 4583, de 1990	CCJC - aguardando análise Parecer
PLS 302, de 1989	PL 5654, de 1990	Pronto para Ordem do Dia
PLS 303, de 1989	PL 4567, de 1989	CCJC - Pronto para pauta
PLS 342, de 1989	PL 6125, de 1990	CCJC - aguardando Parecer

		PLS 354, de 1989	PL 203, de 1991	Mesa - aguardando constituição de Comissão Temporária
		PLS 381, de 1989	PL 4574, de 1990	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 389, de 1989	PL 4585, de 1990	CCJC
		PLS 406, de 1989	PL 5709, de 1990	Pronto para Ordem do Dia
12	266/2005	PLC 19, de 1990	PL 2082, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 52, de 1990	PL 6763, de 1985	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 84, de 1990	PL 1523, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
13	267/2005	PLS 62, de 1990	PL 200, de 1991	CCJC - aguardando Parecer
		PLS 118, de 1990	PL 5942, de 1990	CCJC - aguardando designação de Relator
		PLS 105, de 1990	PL 3725, de 1990	Avulso enviado ao Senado de São Paulo. Remetido a Comissão de Constituição e Justiça. Transformado na PL 3574/91.
		PLS 166, de 1990	PL 5941, de 1990	Pronto para Ordem do Dia
14	268/2005	PLC 05, de 1991	PL 4796, de 1990	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 41, de 1991	PL 1626, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 83, de 1991	PL 2605, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 87, de 1991	PL 2838, de 1989	CCJC - Pronto para pauta
15	269/2005	PLS 12, de 1991	PL 913, de 1991	CCJC - aguardando designação do Relator
		PLS 17, de 1991	PL 2902, de 1992	CCTCI - aguardando Parecer
		PLS 28, de 1991	PL 1048, de 1991	Mesa - aguardando deliberação do Recurso 146/01
		PLS 42, de 1991	PL 1587, de 1991	CCJC - Pronto para pauta
		PLS 53, de 1991	PL 1828, de 1991	Mesa - aguardando deliberação do Recurso 126/97

PLS 64, de 1991	PL 1814, de 1991	Apensado ao PL 203/91. Tramitando em conjunto.
PLS 66, de 1991	PL 2558, de 1992	CCJC - aguardando Parecer
PLS 74, de 1991	PL 2893, de 1992	Pronto para Ordem do Dia
PLS 80, de 1991	PL 2561, de 1992	CFT - aguardando devolução. Saída de membro da Comissão
PLS 92, de 1991	PL 324, de 1995	Pronto para Ordem do Dia
PLS 94, de 1991	PL 1864, de 1991	Pronto para Ordem do Dia
PLS 108, de 1991	PL 2964, de 1992	Pronto para Ordem do Dia
PLS 129, de 1991	PL 2036, de 1991	Pronto para Ordem do Dia
PLS 132, de 1991	PL 4694, de 1994	Pronto para Ordem do Dia
PLS 140, de 1991	PL 1825, de 1991	CDC - aguardando Parecer
PLS 151, de 1991	PL 2557, de 1992	Apensado ao PL 1636/89 (PLS 114/82) Recurso nº 113/95 aprovado. Tramitando em conjunto
PLS 152, de 1991	PL 4102, de 1993	CCJC - pronto para pauta
PLS 173, de 1991	PL 3232, de 1992	Pronto para Ordem do Dia
PLS 182, de 1991	PL 2712, de 1992	CCJC - pronto para pauta
PLS 208, de 1991	PL 2713, de 1992	CCJC - Apensado ao PL 913/91 (PLS 12/91) Tramitando em conjunto
PLS 220, de 1991	PL 2562, de 1992	Pronto para Ordem do Dia
PLS 224, de 1991	PL 4512, de 1994	Mesa - aguardando deliberação do Recurso 209/02
PLS 225, de 1991	PL 2546, de 1992	Mesa - aguardando deliberação do Recurso 166/01
PLS 230, de 1991	PL 1825, de 1991	aguardando Parecer - CDC
PLS 251, de 1991	PL 3769, de 1993	Pronto para Ordem do Dia
PLS 258, de 1991	PL 3708, de 1993	Pronto para Ordem do Dia

	PLS 259, de 1991	PL 2766, de 1992	Mesa - aguardando deliberação do Recurso 17/99
	PLS 263, de 1991	PL 2547, de 1992	CCJC - Apensado ao PL 913/91 (PLS 12/91) Tramitando em conjunto
	PLS 274, de 1991	PL 3491, de 1993	Pronto para Ordem do Dia
	PLS 304, de 1991	PL 3492, de 1993	Pronto para Ordem do Dia
	PLS 317, de 1991	PL 2894, de 1992	CCJC - Apensado ao PL 2557/92. Apensado ao PL 1636/89. Plenário. Aprovado Recurso 13/95 contra parecer da CCJS pela inconsti- tucionalidade. Tramitando em conjunto
	PLS 327, de 1991	PL 3907, de 1993	Pronto para Ordem do Dia
	PLS 332, de 1991	PL 2549, de 1992	Apensado ao PL 1003/88. Tramitando em conjunto
	PLS 343, de 1991	PL 4104, de 1993	Pronto para Ordem do Dia
	PLS 353, de 1991	PL 3106, de 1992	Apensado ao PL 6776/02. Arquivado em 05/03/04 (rejeição)
	PLS 373, de 1991	PL 4890, de 1995	CCJC - pronto para pauta
	PLS 392, de 1991	PL 4713, de 1994	Mesa - Arquivado em 03/08/04. (Rejeição)
16	PLC 113, de 1992	PL 2453, de 1991	Pronto para Ordem do Dia
	PLC 116, de 1992	PL 4336, de 1990	Pronto para Ordem do Dia
	PLC 137, de 1992	PL 552, de 1991	Pronto para Ordem do Dia
17	PLS 02, de 1992	PL 4065, de 1993	Pronto para Ordem do Dia
	PLS 15, de 1992	PL 3400, de 1992	Apensado ao PL 6125/90. Tramitando em conjunto
	PLS 42, de 1992	PL 3290, de 1992	Mesa, aguardando deliberação do Recurso 47/99
	PLS 62, de 1992	PL 3673, de 1993	Pronto para Ordem do Dia

18	272/2005	PLS 75, de 1992	PL 4017, de 1993	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 92, de 1992	PL 3868, de 1993	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 105, de 1992	PL 4191, de 1993	Apensado ao PL 913/91. Tramitando em conjunto
		PLS 111, de 1992	PL 3287, de 1992	Apensado ao PL 2901/89. Tramitando em conjunto
		PLS 122, de 1992	PL 4106, de 1993	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 172, de 1992	PLP 180, de 1994	Apensado ao PLP 200/89. Tramitando em conjunto
		PLC 11, de 1993	PL 3053, de 1984	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 25, de 1993	PL 3343, de 1989	CCJC - aguardando Parecer
		PLC 28, de 1993	PL 3072, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 47, de 1993	PL 2522, de 1989	CCJC - aguardando Parecer
		PLC 63, de 1993	PL 1858, de 1991	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 65, de 1993	PL 2336, de 1991	CCJC - pronto para pauta
		PLC 81, de 1993	PL 4876, de 1990	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 85, de 1993	PL 2303, de 1991	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 89, de 1993	PL 1497, de 1991	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 140, de 1993	PL 49, de 1991	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 150, de 1993	PL 1052, de 1983	CCJC - pronto para pauta
		PLC 153, de 1993	PL 1348, de 1988	Pronto para Ordem do Dia
PLC 161, de 1993	PL 3059, de 1992	Pronto para Ordem do Dia		
PLC 184, de 1993	PL 1568, de 1991	Pronto para Ordem do Dia		
PLC 194, de 1993	PL 3220, de 1992	CREDN - aguardando Parecer		
PLC 216, de 1993	PL 3569, de 1993	CCJC - pronto para pauta		

		PLC 194, de 1993	PL 3220, de 1992	CREDN - aguardando Parecer
		PLC 216, de 1993	PL 3569, de 1993	CCJC - pronto para pauta
		PLC 223, de 1993	PL 4596, de 1990	CCJC - pronto para pauta
		PLC 224, de 1993	PL 217, de 1991	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 230, de 1993	PL 1701, de 1991	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 232, de 1993	PL 2525, de 1992	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 14, de 1993	PL 4526, de 1994	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 40, de 1993	PLP 159, de 1993	Apensado ao PLP 200/89. Tramitando em conjunto
		PLS 41, de 1993	PL 4385, de 1994	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 73, de 1993	PL 4511, de 1994	Mesa. Aguardando deliberação do Recurso 104/00
		PLS 80, de 1993	PL 4473, de 1994	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 113, de 1993	PL 4590, de 1994	Arquivado. Art. 164 § 4º R.I. tendo em vista a sanção. Lei nº 10741/03
		PLS 140, de 1993	PL 4620, de 1994	Pronto para Ordem do Dia
		PLS 142, de 1993	PL 4857, de 1994	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 38, de 1994	PL 3417, de 1992	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 47, de 1994	PL 1177, de 1991	CCJC - aguardando designação do Relator
		PLC 52, de 1994	PL 2161, de 1991	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 53, de 1994	PL 4831, de 1990	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 57, de 1994	PL 2579, de 1992	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 59, de 1994	PL 3123, de 1992	CCJC - aguardando Parecer
		PLC 80, de 1994	PL 2627, de 1991	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 94, de 1994	PL 1306, de 1991	Pronto para Ordem do Dia
19	273/2005			
20	274/2005			

		PLC 98, de 1994	PL 649, de 1991	CCJC - aguardando designação do Relator
21	275/2005	PLC 116, de 1994	PL 4650, de 1994	Pronto para Ordem do Dia
22	276/2005	PLS 82, de 1994	PL 4881, de 1994	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 04, de 1995	PL 5315, de 1990	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 13, de 1995	PL 4650, de 1994	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 18, de 1995	PL 2090, de 1991	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 25, de 1995	PL 2331, de 1991	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 26, de 1995	PL 3970, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 27, de 1995	PL 1540, de 1991	CCJC - pronto para pauta
		PLC 30, de 1995	PL 2084, de 1991	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 44, de 1995	PL 3051, de 1989	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 72, de 1995	PL 3129, de 1992	CCJC - pronto para pauta
		PLC 82, de 1995	PL 3016, de 1992	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 93, de 1995	PL 4235, de 1995	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 102, de 1995	PL 1323, de 1991	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 113, de 1995	PL 5920, de 1990	CCJC - pronto para pauta
23	277/2005	PLS 05, de 1995	PLP 82, de 1996	Apensado ao PL 159/93. Apensado ao PLP 200/89. Mesa - Criação de Comissão Especial. Tramitando em conjunto.
		PLS 12, de 1995	PL 3208, de 1997	Aguardando recurso
		PLS 26, de 1995	PL 2844, de 1997	Pronto para Ordem do Dia

PLS 31, de 1995	PL 4254, de 1998	CCJC - aguardando parecer
PLS 35, de 1995	PL 3211, de 1997	Apensado ao PL 913/91. CCJC - Tramitando em conjunto.
PLS 50, de 1995	PL 580, de 1995	CCJC - aguardando designação do Relator
PLS 51, de 1995	PL 670, de 1995	CCJC - aguardando designação do Relator
PLS 63, de 1995	PL 1735, de 1999	CCJC - aguardando Parecer
PLS 104, de 1995	PL 4500, de 2001	Pronto para Ordem do dia
PLS 121, de 1995	PL 1610, de 1996	Mesa - Criação de Comissão Especial
PLS 126, de 1995	PL 3583, de 1997	Apensado ao PL 913/91. CCJC - Tramitando em conjunto.
PLS 134, de 1995	PL 1542, de 1999	CCJC - aguardando designação do Relator
PLS 143, de 1995	PL 1572, de 1998	Aprovado pelo PL 1394/03 Aguardando parecer Aguardando parecer
PLS 156, de 1995	PL 3186, de 1997	Pronto para Ordem do dia
PLS 163, de 1995	PL 1292, de 1995	CCJC - aguardando Parecer
PLS 196, de 1995	PL 5486, de 2001	CCJC - Pronto para pauta
PLS 211, de 1995	PLP 87, de 1996	Pronto para Ordem do dia
PLS 217, de 1995	PL 1258, de 1995	CCJC - aguardando Parecer
PLS 241, de 1995	PL 4550, de 1998	CCJC - aguardando Parecer
PLS 242, de 1995	PL 3210, de 1997	CCJC - pronto para pauta
PLS 243, de 1995	PL 1400, de 1995	Pronto para Ordem do Dia
PLS 260, de 1995	PL 3187, de 1997	Pronto para Ordem do Dia
PLS 264, de 1995	PL 1937, de 1996	CCJC - pronto para pauta
PLS 279, de 1995	PL 3172, de 1997	CCJC - pronto para pauta
PLS 286, de 1995	PL 1912, de 1996	CCJC - pronto para pauta

	PLS 293, de 1995	PL 2594, de 1996	Pronto para Ordem do Dia
	PLS 296, de 1995	PL 2337, de 1996	CCJC - pronto para pauta
	PLS 306, de 1995	PL 4842, de 1998	Criação de Comissão Especial. Aguardando designação de Relator
	PLS 309, de 1995	PL 3151, de 1997	Apensado ao PL 913/91. Tramitando em conjunto
	PLS 325, de 1995	PL 4398, de 1998	CDC - aguardando Parecer
24	PLC 18, de 1996	PL 692, de 1995	Pronto para Ordem do Dia
	PLC 21, de 1996	PL 141, de 1995	Pronto para Ordem do Dia
	PLC 22, de 1996	PL 177, de 1995	Pronto para Ordem do Dia
	PLC 36, de 1996	PL 5071, de 1990	Pronto para Ordem do Dia
	PLC 39, de 1996	PL 490, de 1995	Pronto para Ordem do Dia
	PLC 54, de 1996	PL 1286, de 1991	Pronto para Ordem do Dia
	PLC 55, de 1996	PL 4004, de 1993	Aguardando Parecer da CEC
	PLC 65, de 1996	PL 3745, de 1993	Pronto para Ordem do Dia
	PLC 75, de 1996	PL 360, de 1995	CCJC - Aguardando Parecer
	PLC 76, de 1996	PL 465, de 1995	Pronto para Ordem do Dia
	PLC 80, de 1996	PL 420, de 1995	Pronto para Ordem do Dia
	PLC 95, de 1996	PL 770, de 1995	Pronto para Ordem do Dia
	PLC 102, de 1996	PL 1626, de 1996	CCJC - pronto para pauta
25	PLS 10, de 1996	PL 2519, de 1996	Apensado ao PL 1292/95 - CCJC - Tramitando em conjunto
	PLS 12, de 1996	PL 2518, de 1996	Apensado ao PL 1292/95 - CCJC - Tramitando em conjunto
	PLS 22, de 1996	PL 3173, de 1997	Mesa - aguardando deliberação do Recurso 152/01

PLS 27, de 1996	PL 5210, de 1901	CFT - aguardando deliberação
PLS 41, de 1996	PL 3681, de 1997	CCJC - pronto para pauta
PLS 54, de 1996	PL 2566, de 1996	CDC - Aguardando Parecer
PLS 55, de 1996	PL 3055, de 1997	Mesa - aguardando deliberação do Recurso 169/05
PLS 59, de 1996	PL 3009, de 1997	CVT - pronto para pauta
PLS 68, de 1996	PL 2539, de 1996	CCJC - aguardando designação do Relator
PLS 69, de 1996	PL 2090, de 1996	CCJC - pronto para pauta
PLS 77, de 1996	PL 3056, de 1997	CCJC - pronto para pauta
PLS 80, de 1996	PL 3503, de 1997	CMADS - Aguardando Parecer
PLS 87, de 1996	PL 4449, de 1998	CCJC - pronto para pauta
PLS 102, de 1996	PL 2629, de 1996	CCJC - aguardando designação do Relator
PLS 106, de 1996	PL 3582, de 1997	Apensado ao PL 913/91 - CCJC - Tramitando em conjunto
PLS 107, de 1996	PLP 229, de 1998	CCJC - Aguardando Parecer
PLS 144, de 1996	PL 3174, de 1997	CCJC - pronto para pauta
PLS 146, de 1996	PL 5456, de 2001	CTASP - Aguardando Parecer
PLS 157, de 1996	PLP 195, de 1997	CCJC - Aguardando Parecer
PLS 159, de 1996	PL 3594, de 1997	CCJC - pronto para pauta
PLS 169, de 1996	PL 3774, de 1997	CCJC - Aguardando Parecer
PLS 172, de 1996	PL 2667, de 1996	Pronto para Ordem do Dia
PLS 173, de 1996	PL 3775, de 1997	CCJC - aguardando designação do Relator
PLS 181, de 1996	PL 3010, de 1997	Mesa - aguardando deliberação de Recurso

						Pronto para Ordem do Dia
						CCJC - aguardando deliberação
						CCJC - pronto para pauta
						CCJC - pronto para pauta
						Apensado ao PL 3232/92 - Tramitando em conjunto
						CCJC - pronto para pauta
						CCJC - pronto para pauta
						CCJC - Aguardando deliberação
						Pronto para Ordem do Dia
						Mesa. Aguardando deliberação do Recurso 29/99
						Pronto para Ordem do Dia
						Apensado ao PL 6932/02. Apensado ao PL 3735/97. Apensado ao PL 1292/95 - CCJC - Tramitando em conjunto.
						CCJC - pronto para pauta
						Pronto para Ordem do Dia
						CCJC - aguardando Parecer
						CCJC - aguardando designação do Relator
						CCJC - aguardando designação do Relator
						CCJC - aguardando designação do Relator
						CCJC - pronto para pauta
						CAINDR - aguardando designação do Relator
26	280/2005	PLS 192, de 1996	PL 3776, de 1997			
		PLS 206, de 1996	PL 3190, de 1997			
		PLS 219, de 1996	PL 3180, de 1997			
		PLS 233, de 1996	PL 3778, de 1997			
		PLS 257, de 1996	PL 3779, de 1997			
		PLS 258, de 1996	PL 3780, de 1997			
		PLS 273, de 1996	PL 1860, de 1999			
		PLC 04, de 1997	PL 4476, de 1994			
		PLC 12, de 1997	PL 982, de 1995			
		PLS 24, de 1997	PL 3191, de 1997			
		PLS 32, de 1997	PL 3887, de 1997			
		PLS 55, de 1997	PL 3735, de 1997			
		PLS 85, de 1997	PL 4343, de 1998			
		PLS 88, de 1997	PL 3781, de 1997			
		PLS 114, de 1997	PL 4800, de 1998			
		PLS 130, de 1997	PL 4909, de 2001			
		PLS 131, de 1997	PL 4905, de 2001			
		PLS 132, de 1997	PL 4940, de 2001			
		PLS 133, de 1997	PL 5071, de 2001			
		PLS 135, de 1997	PL 961, de 2003			

	PLS 136, de 1997	PL 962, de 2003	CAPADR - pronto para pauta
	PLS 137, de 1997	PL 963, de 2003	CCJC - aguardando deliberação
	PLS 138, de 1997	PL 964, de 2003	CAINDR - aguardando designação do Relator
	PLS 139, de 1997	PL 965, de 2003	CCJC - pronto para pauta
	PLS 146, de 1997	PL 4344, de 1998	Apensado ao PL 203/91. Criada CESP. Tramitando em conjunto
	PLS 148, de 1997	PL 4345, de 1998	CCJC - pronto para pauta
	PLS 149, de 1997	PL 4610, de 1998	CSSF - aguardando Parecer
	PLS 165, de 1997	PL 4747, de 1998	Pronto para Ordem do Dia
	PLS 175, de 1997	PL 3846, de 1997	Pronto para Ordem do Dia
	PLS 181, de 1997	PL 4253, de 1998	CCJC - aguardando deliberação
	PLS 193, de 1997	PL 4864, de 1998	CCJC - aguardando Parecer
	PLS 215, de 1997	PL 4501, de 2001	CCJC - pronto para pauta
	PLS 216, de 1997	PL 4046, de 1997	CCJC - pronto para pauta
	PLS 219, de 1997	PL 601, de 2003	CCJC - aguardando Parecer
	PLS 220, de 1997	PL 4395, de 1998	Pronto para Ordem do Dia
	PLS 229, de 1997	PL 4667, de 1998	Apensado ao PL 3232/92. Tramitando em conjunto
	PLS 241, de 1997	PL 264, de 1999	Pronto para Ordem do Dia
28	PLC 11, de 1998	PL 731, de 1995	CCJC - pronto para pauta
	PLC 13, de 1998	PL 2189, de 1996	CCJC - aguardando designação do Relator
	PLC 24, de 1998	PL 4556, de 1994	CCJC - aguardando deliberação
	PLC 27, de 1998	PL 4157, de 1998	CCP - aguardando encaminhamento
	PLC 45, de 1998	PL 1668, de 1996	CCJC - pronto para pauta
	PLC 49, de 1998	PL 2242, de 1996	CCJC - aguardando designação do Relator

29	283/2005	PLS 31, de 1998	PL 4611, de 1998	CCJC - pronto para pauta
		PLS 71, de 1998	PL 4571, de 1998	Mesa - aguardando deliberação do Recurso 44/99
30	284/2005	PLS 126, de 1998	PL 197, de 1999	CCJC - pronto para pauta
		PLC 03, de 1999	PL 3844, de 1997	Mesa - aguardando deliberação do Recurso 89/00
		PLC 23, de 1999	PL 2597, de 1996	Pronto para Ordem do Dia
		PLC 42, de 1999	PL 4675, de 1994	CTASP - pronto para pauta
31	285/2005	PLS 09, de 1999	PL 2813, de 2003	CVT - aguardando Parecer
		PLS 10, de 1999	PL 860, de 2003	CCJC - aguardando Parecer
		PLS 22, de 1999	PL 2876, de 2000	CCJC - pronto para pauta
		PLS 30, de 1999	PL 3740, de 2000	Apensado ao PL 1292/95. Tramitando em conjunto
		PLS 43, de 1999		Aguardando Parecer (Presidência do Dia)
		PLS 55, de 1999	PLP 100, de 2000	Apensado ao PL 1453/01
		PLS 56, de 1999	PL 5459, de 2001	CCJC - pronto para pauta
		PLS 66, de 1999	PL 2661, de 2000	CCJC - pronto para pauta
		PLS 67, de 1999	PL 1914, de 1999	CCJC - aguardando designação do Relator
		PLS 72, de 1999	PL 3009, de 2000	Pronto para pauta
		PLS 73, de 1999	PL 2143, de 1999	CCJC - aguardando Parecer
		PLS 85, de 1999	PL 2221, de 1999	CCJC - pronto para pauta
		PLS 86, de 1999	PL 6019, de 2001	CTASP - aguardando Parecer
		PLS 90, de 1999	PL 1184, de 2003	CCJC - aguardando Parecer
		PLS 96, de 1999	PL 2662, de 2000	Apensado ao PL 1858/99. Tramitando em conjunto
		PLS 98, de 1999	PL 1639, de 1999	CCJC - pronto para pauta

PLS 101, de 1999	PL 4212, de 2001	CCJC - aguardando Parecer
PLS 115, de 1999	PL 1353, de 2003	Apensado ao PL 3816/93 - CCJC - Tramitando em conjunto
PLS 118, de 1999	PL 1921, de 1999	CTASP - aguardando Parecer
PLS 119, de 1999	PL 1640, de 1999	CCJC - pronto para pauta
PLS 124, de 1999	PLP 149, de 2000	CCJC - aguardando Parecer
PLS 127, de 1999	PL 3270, de 2000	CCJC - pronto para pauta
PLS 128, de 1999	PL 2332, de 2003	CSPCCO - pronto para pauta
PLS 140, de 1999	PL 3706, de 2000	CCJC - pronto para pauta
PLS 144, de 1999	PL 5269, de 2001	CCTCI - aguardando designação de Relator
PLS 148, de 1999	PL 5908, de 2001	CFT - aguardando deliberação
PLS 150, de 1999	PL 7124, de 2002	CCJC - aguardando Parecer
PLS 152, de 1999	PL 2291, de 2000	CSSF - aguardando Parecer
PLS 155, de 1999	PL 2663, de 2000	CEC - aguardando Parecer
PLS 161, de 1999	PL 2295, de 2000	CSSF - pronto para pauta
PLS 168, de 1999	PL 7127, de 2002	CCJC - tramitando
PLS 172, de 1999	PL 5453, de 2001	CCJC - aguardando Parecer
PLS 174, de 1999	PL 1297, de 1999	Pronto para Ordem do Dia
PLS 178, de 1999	PL 1562, de 1999	CCJC - pronto para pauta
PLS 180, de 1999	PL 2220, de 1999	CCJC - pronto para pauta
PLS 183, de 1999	PL 1965, de 1999	Pronto para Ordem do Dia
PLS 187, de 1999	PL 4592, de 2001	Apensado ao PL 5654/90. Tramitando em conjunto
PLS 189, de 1999	PL 1907, de 2001	Mesa Prejudicada face a aprovação de Subemenda Substituinte Arquivada.

PLS 203, de 1999	PL 1916, de 1999	Mesa. Aguardando deliberação do Recurso 102/00
PLS 204, de 1999	PL 7076, de 2002	CCJC - pronto para pauta
PLS 212, de 1999	PL 6915, de 2002	CCJC - aguardando deliberação
PLS 213, de 1999	PLP 204, de 2001	CCJC - pronto para pauta
PLS 218, de 1999	PL 2665, de 2000	CCJC - aguardando designação do Relator
PLS 221, de 1999	PL 1111, de 2003	CCJC - aguardando designação do Relator
PLS 226, de 1999	PL 2278, de 1999	Apensado ao PL 3780/97. Tramitando em conjunto
PLS 232, de 1999	PL 2666, de 2000	CCJC - pronto para pauta
PLS 241, de 1999	PL 2286, de 1999	Pronto para Ordem do Dia
PLS 247, de 1999	PL 1917, de 1999	Apensado ao PL 203/91. Tramitando em conjunto
PLS 258, de 1999	PL 2740, de 2000	CCJC - aguardando Parecer
PLS 261, de 1999	PL 476, de 2003	CCJC - Pronto para pauta
PLS 264, de 1999	PL 4812, de 2001	CCJC - pronto para pauta
PLS 268, de 1999	PL 3494, de 2000	CCJC - aguardando Parecer
PLS 269, de 1999	PL 1857, de 1999	Apensado ao PL 203/91. Tramitando em conjunto
PLS 279, de 1999	PL 1963, de 1999	Apensado ao PL 1858/99. Tramitando em conjunto
PLS 284, de 1999	PL 4797, de 2001	CCJC - pronto para pauta
PLS 286, de 1999	PL 3979, de 2000	CCJC - aguardando Parecer
PLS 293, de 1999	PLP 177, de 2004	Aguardando apensação ao PLP 200/89.
PLS 298, de 1999	PL 1643, de 1999	CEC - aguardando designação do Relator
PLS 300, de 1999	PL 3428, de 2000	CCJC - aguardando Parecer

PLS 302, de 1999	PL 3980, de 2000	CCJC - aguardando Parecer
PLS 319, de 1999	PL 4213, de 2001	CCJC - pronto para pauta
PLS 338, de 1999	PLP 156, de 2000	CAPDR - aguardando Parecer
PLS 339, de 1999	PL 2668, de 2000	CCJC - pronto para pauta
PLS 340, de 1999	PL 2669, de 2000	CCJC - pronto para pauta
PLS 341, de 1999	PL 1858, de 1999	Mesa - aguardando constituição de Comissão Temporária
PLS 351, de 1999	PL 3981, de 2000	CCJC - pronto para pauta
PLS 352, de 1999	PL 5487, de 2001	CAPADR - Aguardando Parecer
PLS 353, de 1999	PL 4593, de 2001	CCJC - aguardando Parecer
PLS 354, de 1999	PL 3493, de 2000	CCJC - pronto para pauta
PLS 360, de 1999	PL 2878, de 2000	CCJC - pronto para pauta
PLS 379, de 1999	PL 4214, de 2001	CCJC - aguardando designação do Relator
PLS 380, de 1999	PL 2891, de 2000	CCJC - pronto para pauta
PLS 382, de 1999	PL 2671, de 2000	Mesa - aguardando deliberação do Recurso 36/01
PLS 385, de 1999	PL 5327, de 2001	CFT - aguardando Parecer
PLS 388, de 1999	PL 5802, de 2001	CCJC - pronto para pauta
PLS 392, de 1999	PL 1912, de 2003	CCJC - aguardando designação do Relator
PLS 394, de 1999	PL 1918, de 1999	CCJC - aguardando designação do Relator
PLS 402, de 1999	PL 1919, de 1999	CCJC - aguardando designação do Relator
PLS 411, de 1999	PL 1844, de 1999	CCJC - pronto para pauta
PLS 414, de 1999	PL 2403, de 2003	CAINDR - aguardando Parecer
PLS 415, de 1999	PL 1966, de 1999	CCJC - aguardando Parecer
PLS 418, de 1999	PL 2122, de 1999	CCJC - aguardando designação do Relator

PLS 421, de 1999	PL 3676, de 2000	CCJC - pronto para pauta
PLS 427, de 1999	PL 2292, de 2000	CCJC - aguardando designação do Relator
PLS 433, de 1999	PL 1845, de 1999	Pronto para Ordem do Dia
PLS 439, de 1999	PL 6953, de 2002	CCJC - aguardando Parecer
PLS 445, de 1999	PL 5488, de 2001	CCJC - aguardando Parecer
PLS 467, de 1999	PL 7239, de 2002	CCJC - pronto para pauta
PLS 469, de 1999	PL 5454, de 2001	CCJC - aguardando Parecer
PLS 471, de 1999	PL 6913, de 2002	CCJC - aguardando Parecer
PLS 474, de 1999	PL 2879, de 2000	CCJC - pronto para pauta
PLS 480, de 1999	PL 1967, de 1999	CCJC - aguardando designação de Relator
PLS 482, de 1999	PL 1920, de 1999	CCJC - pronto para pauta
PLS 493, de 1999	PL 1846, de 1999	CTASP - aguardando Parecer
PLS 497, de 1999	PLP 253, de 2001	CCJC - aguardando designação do Relator
PLS 520, de 1999	PL 6954, de 2002	CCJC - aguardando Parecer
PLS 526, de 1999	PL 6299, de 2002	CMADS - aguardando Parecer
PLS 532, de 1999	PL 2294, de 2000	CCJC - pronto para pauta
PLS 543, de 1999	PL 2851, de 2003	Pronto para Ordem do Dia
PLS 544, de 1999	PL 5801, de 2001	CCJC - pronto para pauta
PLS 549, de 1999	PL 2673, de 2000	CCJC - pronto para pauta
PLS 553, de 1999	PL 2675, de 2000	CSSF - aguardando Parecer
PLS 557, de 1999	PL 3171, de 2000	CSSF - pronto para pauta
PLS 573, de 1999	PL 4798, de 2001	CCJC - pronto para pauta
PLS 585, de 1999	PL 2077, de 1999	Pronto para Ordem do Dia
PLS 586, de 1999	PL 2677, de 2000	Remetido ao SF PS-GSE 117, 1º/04/05

	PLS 593, de 1999	PL 7197, de 2002	CSSF - aguardando Parecer
	PLS 597, de 1999	PL 3073, de 2000	CFT - aguardando Parecer
	PLS 601, de 1999	PL 4217, de 2001	CCJC - aguardando Parecer
	PLS 604, de 1999	PL 2810, de 2000	CFT - aguardando Parecer
	PLS 612, de 1999	PL 2641, de 2003	CCJC - aguardando Parecer
	PLS 617, de 1999	PL 4316, de 2001	CTASP - pronto para pauta
	PLS 620, de 1999	PL 3116, de 2000	CCJC - aguardando Parecer
	PLS 625, de 1999	PL 3686, de 2000	CCJC - aguardando Parecer
	PLS 635, de 1999	PL 5702, de 2001	CCJC - pronto para pauta
	PLS 641, de 1999	PL 3271, de 2000	CCJC - aguardando Parecer
	PLS 642, de 1999	PL 6824, de 2002	CCJC - aguardando Parecer
	PLS 650, de 1999	PL 6912, de 2002	Pronto para Ordem do Dia
	PLS 660, de 1999	PL 2967, de 2000	CSSF - aguardando Parecer
	PLS 672, de 1999	PL 4906, de 2001	pronto para pauta
	PLS 673, de 1999	PL 5220, de 2001	CCJC - aguardando Parecer
	PLS 676, de 1999	PL 5879, de 2001	CFT - aguardando Parecer
	PLS 677, de 1999	PL 861, de 2003	CCJC - aguardando designação do Relator
	PLS 679, de 1999	PL 2812, de 2000	Arquivado
	PLS 680, de 1999	PL 2813, de 2000	CCJC - Pronto para pauta
	PLS 682, de 1999	PL 2814, de 2000	Pronto para Ordem do Dia
	PLS 683, de 1999	PLP 174, de 2000	CCJC - Pronto para pauta
	PLS 684, de 1999	PLP 122, de 2000	CCJC - Pronto para pauta
32	PLC 02, de 2000	PL 3864, de 1997	CCJC - aguardando Parecer

	PLC 71, de 2000	PL 3922, de 1997	CCJC - aguardando Parecer	
	PLC 75, de 2000	PL 2308, de 2000	Pronto para Ordem do Dia	
	PLC 84, de 2000	PL 1542, de 1991	Pronto para Ordem do Dia	
	PLC 88, de 2000	PL 261, de 1999	CSSF - aguardando Parecer	
	PLC 101, de 2000	PL 2534, de 1996	CCJC - aguardando Parecer	
	PLC 103, de 2000	PL 3434, de 1997	CSSF - aguardando Parecer	
	PLC 104, de 2000	PL 3478, de 1997	CSSF - aguardando deliberação	
33	PLS 10, de 2000	PL 3996, de 2000	CCJC - Pronto para pauta	287/2005
	PLS 12, de 2000	PL 3984, de 2000	CCJC - aguardando Parecer	
	PLS 19, de 2000	PL 251, de 2003	CAPADR - aguardando Parecer	
	PLS 23, de 2000	PL 4632, de 2001	CCJC - pronto para pauta	
	PLS 28, de 2000	PL 3383, de 2000	CCJC - aguardando Parecer	
	PLS 42, de 2000	PLP 175, de 2000	CCJC - pronto para pauta	
	PLS 47, de 2000	PL 5457, de 2001	CCJC - aguardando Parecer	
	PLS 50, de 2000	PL 4907, de 2001	CCJC - aguardando Parecer	
	PLS 53, de 2000	PLP 351, de 2002	CCJC - aguardando Parecer	
	PLS 65, de 2000	PL 5909, de 2001	CDC - aguardando Parecer	
	PLS 68, de 2000	PL 6914, de 2002	CTASP - pronto para pauta	
	PLS 74, de 2000	PL 3496, de 2000	CCJC - pronto para pauta	
	PLS 78, de 2000	PLP 39, de 2003	CCJC - aguardando designação do Relator	
	PLS 80, de 2000	PL 4716, de 2001	CCJC - aguardando designação do Relator	
	PLS 91, de 2000	PL 5467, de 2001	Aguardando PS-GSE 112, de 30/03/05	

PLS 100, de 2000	PL 7123, de 2002	Apensado ao PL 5074/90 - Tramitando em conjunto
PLS 107, de 2000	PL 4307, de 2004	CSSF
PLS 109, de 2000	PL 3430, de 2000	CCJC - pronto para pauta
PLS 110, de 2000	PL 4502, de 2001	Apensado ao PL 3687/00 - CCJC - Tramitando em conjunto.
PLS 119, de 2000	PL 4218, de 2001	CCJC - pronto para pauta
PLS 129, de 2000	PL 3530, de 2000	CCJC - pronto para pauta
PLS 131, de 2000	PL 3687, de 2000	CCJC - pronto para pauta
PLS 132, de 2000	PL 2014, de 2003	CCJC - aguardando Parecer
PLS 138, de 2000	PL 3983, de 2000	CCJC - pronto para pauta
PLS 140, de 2000	PL 4503, de 2001	CCJC - pronto para pauta
PLS 142, de 2000	PL 2642, de 2003	CSSF - aguardando Parecer
PLS 151, de 2000	PL 5403, de 2001	MESA - aguardando designação de Relator
PLS 163, de 2000	PL 6167, de 2002	CCJC - aguardando designação do Relator
PLS 164, de 2000	PL 3531, de 2000	CCJC - aguardando designação do Relator
PLS 168, de 2000	PL 4017, de 2004	CTASP - aguardando designação do Relator
PLS 170, de 2000	PL 4219, de 2001	CCJC - pronto para pauta
PLS 183, de 2000	PL 4317, de 2001	CTASP - pronto para pauta
PLS 186, de 2000	PL 5755, de 2001	Sujeito a arquivamento. (Prejudicialidade)
PLS 217, de 2000	PL 5069, de 2001	Arquivado
PLS 219, de 2000	PL 5458, de 2001	Pronto para Ordem do Dia
PLS 225, de 2000	PL 4635, de 2001	CTASP - Aguardando Parecer
PLS 228, de 2000	PL 966, de 2003	CCJC - Aguardando Parecer

		PLS 242, de 2000	PL 5308, de 2001	CCFCT - pronto para pauta
		PLS 249, de 2000	PL 7293, de 2002	CCVC - Aguardando encaminhamento
		PLS 250, de 2000	PL 345, de 2003	CTASP - Aguardando Parecer
		PLS 255, de 2000	PL 5760, de 2001	CTM - Aguardando Parecer
		PLS 261, de 2000	PL 4220, de 2001	CCVC - pronto para pauta

O Processado vai ao arquivo.

O SR PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)

– O ofício lido já foi juntado ao processado do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2000.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que o anexo seja parte integrante do Relatório da Presidência.

O SR PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI)

– Com a palavra o Senador Eduardo Siqueira Campos.

S. Ex^a dispõe de 15 minutos.

O SR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB

– TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr Presidente, nobre Senador Alberto Silva; Sr^{as} e Srs Senadores; meus caros telespectadores da TV Senado; meu querido povo do Estado que represento nesta Casa, o Estado do Tocantins, quero, em primeiro lugar, Sr Presidente, dizer que, tendo tido a honra de passar pela Câmara dos Deputados e pela prefeitura de Palmas, estar aqui no Senado, hoje, é um privilégio muito grande.

Esta Casa, Senador Heráclito Fortes, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Paulo Paim, meus nobres Pares, efetivamente discutiu a reforma previdenciária. Esta foi a Casa que deu a resposta, eu não diria apenas por intermédio da PEC paralela, que a sociedade exigia com relação à reforma previdenciária. Esta foi a Casa que discutiu a reforma tributária, que fez as alterações pretendidas pelos empresários, pelos governadores. Chegamos no possível. Mas não foi diferente com as PPPs, não foi diferente com a Lei de Falências – sem querer, Sr. Presidente, em hipótese alguma, diminuir a importância da Câmara Federal.

Desde as eleições para as suas Mesas Diretoras, de Presidente a todos os outros cargos, a todo o processo legislativo em si – tendo em vista essas matérias que citei e das quais aprofundamos o debate, fizemos as transformações e as devolvemos para a Câmara dos Deputados –, eu diria que o Senado vive um dos seus melhores momentos. Esta Casa tem sido a âncora, Sr. Presidente, para o Legislativo brasileiro, assegurando à população a qualidade do debate técnico, o aprofundamento das questões e, principalmente, as biografias enriquecedoras que estão nesta Casa.

Portanto, quero dividir com os meus Pares a nossa responsabilidade neste momento e quero me valer da força que tem o Senado da República, da força que tem esta tribuna e do desempenho dos nossos mandatos para voltar a discutir um tema que me trouxe a esta mesma tribuna e que diz respeito ao desenvolvimento do País.

Senador Alberto Silva, nós, do Tocantins, esperamos por três anos por uma licença ambiental, uma licença prévia, para a construção da usina hidrelétrica do Estreito, que está na divisa, entre o Estado do Ma-

ranhão e o Estado do Tocantins. Quero lembrar que já construímos, no rio Tocantins, a usina Luís Eduardo Magalhães, a 60 quilômetros de Palmas. Os impactos ambientais, Senador Paulo Paim, só posso dizer que são os melhores possíveis. Não apenas pelo belo lago de 180 quilômetros, pelo reservatório de água extraordinário; pelo aumento da atividade pesqueira; pelas atividades do turismo, mas pela própria forma como foram tratados os ribeirinhos, a transferência com a construção de casas, os benefícios para os Municípios na questão do ICMS. Só houve enriquecimento, sem falar no investimento de mais de dois bilhões na geração de mais de trinta mil empregos, direta e indiretamente falando.

Essas são as conseqüências da construção de uma usina hidrelétrica, sem falar na geração de energia limpa; sem falar em se diminuir a possibilidade de um futuro apagão. Esse é o desenvolvimento de que o Brasil precisa para se tornar competitivo e para concorrer neste mundo globalizado com as outras nações.

Bom, construímos a usina hidrelétrica de Luís Eduardo Magalhães. Estamos construindo a usina hidrelétrica de Peixe, na cidade de Peixe, no Estado do Tocantins. Os impactos já são visíveis também, Senador Alberto Silva. Visitei a cidade de São Valério da Natividade, e o prefeito estava inaugurando posto de saúde, escola, praça, prédios públicos em parceria com o Grupo Enerpeixe, que é o grupo investidor.

O estudo do impacto ambiental, o relatório do impacto ambiental, preliminar à construção dessas usinas, desses reservatórios, acaba fazendo esses consórcios e obrigando os investidores a se unirem com o Poder Público das cidades envolvidas, o que resulta em obras. Todas em benefício da população.

Senador Alberto Silva, o que me trouxe à tribuna há meses foi um pedido especial que eu quis fazer ao Ibama. Depois de três anos do pedido da licença prévia para a instalação dos canteiros e início das obras do consórcio chamado Ceste, da Usina de Estreito, essa licença pudesse ser concedida, e ela o foi, após várias audiências públicas nas comunidades afetadas – eu diria que de forma benéfica – pela construção da usina hidrelétrica.

Sr. Presidente, depois de realizadas as audiências públicas, chegou às mãos do Ibama e ao conhecimento público a **Análise do Pedido de Recomendação do MPF**, recomendando a revogação da licença prévia da usina do Estreito devido a 15 itens, alguns deles, com todo o respeito ao Ministério Público Federal, inexigíveis, inexequíveis e inexplicáveis.

O Ministério Público Federal, nesse pedido, arvora-se como licenciador, relegando o Ibama apenas a executor das suas recomendações. Trata-se de um

abuso de competência de quem deveria fiscalizar e está exorbitando dessa função, concorrendo com o próprio Ibama no processo de licenciamento. Os argumentos de defesa das minorias e do direito difuso não se aplicam às exigências sem que sejam fundamentadas as recomendadas ao Ibama.

Passo a discorrer sobre elas, Sr. Presidente.

Solicita o Ministério Público Federal, já preliminarmente recomendando a revogação da licença:

I.1 – Realizar o Estudo Etnoecológico que considere os impactos socioambientais da UHE para as Terras Indígenas localizadas na área de influência do empreendimento, enfocando como a possível mudança do regime de escoamento dos rios poderá afetar as atividades produtivas destes grupos indígenas;

Sr. Presidente, houve audiências públicas, um Estudo do Impacto Ambiental e um Relatório de Impacto sobre Meio Ambiente. A Funai não participou dessas audiências públicas, pois não existe nenhum grupo indígena a menos de 40km do local onde estará o lago resultante da construção da usina hidrelétrica. Qualquer outro impacto que possa haver para esses grupos indígenas, tão distantes do lago, só poderá ser benéfico, em função do aumento da pesca.

Continua o Ministério Público Federal:

I.2 – Identificar as possíveis interferências com projetos co-localizados e as respectivas responsabilidades, incluindo a Ferrovia Norte-Sul e a Hidrovia Araguaia-Tocantins;

Sr. Presidente, parece que não houve um pré-projeto, um estudo de logística. Foi feito um leilão público. Esse grupo é um consórcio com 100% de capital privado. Dessa forma, demonstramos para os investidores nacionais e internacionais que não adianta se fazer um estudo preliminar e se oferecer em leilão público, realizado na Bolsa, a possibilidade de se construir, com dinheiro privado, um empreendimento desse porte, com investimento superior a dois bilhões, porque, depois de a licença prévia ter sido concedida, voltou-se atrás com pedidos que foram discutidos na realização do EIA-RIMA e nas audiências públicas, num longo processo de mais de três anos.

I.3 – Reavaliar a abrangência das interferências do reservatório na sede do Município de Babaçulândia e na comunidade de Canabrava, em Filadélfia/TO;

Sr. Presidente, o estudo de cotas de inundação foi o primeiro a ser feito. Pedir isso novamente é desconhecer até a responsabilidade de ser fazer uma solicitação desse nível.

Vou ler rapidamente os tópicos, para que os nossos Pares possam avaliar o que pede o Ministério Público Federal:

I.4 – Apresentar novo levantamento de locais de desovas de quelônios em período específico, compreendendo dados primários, e descrever a ocorrência de tartaruga da Amazônia para a área do empreendimento;

I.5 – Definir Projeto Executivo dos mecanismos de Transposição de Peixes;

I.6 – Apresentar estudo ambiental para a definição do local de implantação do aterro sanitário que atenderá o sítio das obras e os Municípios de Estreito e Aguiarnópolis;

I.7 – Apresentar justificativa técnica para a implantação de rede de esgoto somente no Município de Babaçulândia;

Sr. Presidente, não existe esgotamento sanitário nesses Municípios, mas quando se resolve fazer um empreendimento de cujos estudos faz parte a realização de rede de esgoto, o Ministério Público Federal pede a suspensão da licença prévia, ou seja, vão continuar sem esgoto, sem geração de energia, de emprego e renda.

I.8 – Disponibilizar mapas com localização dos pontos de lançamento de efluentes e estações de tratamento de esgoto existentes... [como se isso não houvesse no projeto];

I.9 – Avaliar os tipos de alterações esperadas sobre as populações de botos, com a implantação do empreendimento;

I.10 – Determinar as áreas com potencial interesse ecológico como corredores de imigração e possíveis locais que atuem como abrigo, criadouro e sítios de reprodução e alimentação para a avifauna;

Sr. Presidente, vamos levar dez anos para descobrir quais são os pássaros que estão vindo da América do Norte e de outros continentes. Com isso, não se constrói a usina do Estreito.

I.11 – Realizar análise integrada da avaliação de impactos ambientais decorrentes dos diagnósticos complementares anteriores, considerando suas implicações sobre o meio socioeconômico;

I.12 – Analisar as principais interferências nas travessias fluviais, considerando os impactos do empreendimento sobre mudanças

de rota, aumento do intervalo de travessia e elevação dos custos a usuários;

I.13 – Identificar os impactos potenciais sobre o grupo “quebradeiras de coco” e suas medidas mitigadoras e/ou compensatórias relacionadas;

I.14 – Diagnosticar as comunidades ribeirinhas da área de influência do empreendimento que vivem da pesca (...)

A pesca só aumenta, Sr. Presidente, e o diagnóstico, todos nós sabemos, é a pobreza, o abandono e a miséria, se não houver investimentos nessas regiões.

I.15 – Diagnosticar o atual estágio de pobreza, sob o aspecto econômico da renda, dos grupos sujeitos ao deslocamento compulsório (...);

I.16 – Apresentar estudos que demonstrem os critérios que levaram à escolha da alternativa nº 2 do eixo da barragem, bem como a análise das alternativas de cotas de enchimento inferiores a 156 metros.

O que pedem no último item, nobre engenheiro, Senador, ex-Governador e um dos maiores e melhores homens públicos deste País, é que se reavalie o estudo das cotas.

Portanto, Sr. Presidente, eu diria que, se o Ibama acatar qualquer uma das 15 recomendações do Ministério Público Federal, poderemos esperar que esse projeto se realize daqui a dez anos e que, certamente, passemos por um outro apagão.

Não quero diminuir, tampouco detratar o Ministério Público Federal e o seu relevante papel para a democracia e a nossa sociedade, mas o Ibama não pode abrir mão das suas competências. Tanto o Naturatins quanto o Instituto do Maranhão têm suas competências definidas em lei, e o Ministério Público Federal não pode, de forma alguma, pretender o direito de ser o regulador ou o responsável por concessão ou revogação de licença.

No documento, são feitas advertências de que o não acolhimento dos termos desta recomendação ensejará a adoção de medidas legais.

Ora, Sr. Presidente o Ibama e todos nós estamos sujeitos a medidas legais, portanto, a advertência é, inclusive, coercitiva; é uma ameaça velada, como se o Ministério Público não tivesse participado das audiências públicas, Senador Alberto Silva, que ocorreram em todos os Municípios.

Isso tudo é para a licença prévia. Depois, são necessários a licença de instalação e todo um processo

para a construção de uma usina hidrelétrica. Portanto, pedir a revogação da licença prévia é abdicar do projeto, definitivamente. Solicitar todos esses itens novamente é desrespeitar o trabalho que já foi realizado pelas próprias exigências do EIA-RIMA.

Concedo o aparte ao nobre Senador Alberto Silva, sabendo que ainda tenho dois minutos de prorrogação do meu tempo.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador Eduardo Siqueira Campos, é necessário que se reveja a questão da autoridade brasileira. Creio que o País depende, para seu equilíbrio constitucional, de que todos os Poderes trabalhem harmonicamente. Lembro a V. Ex^a que, no meu Estado, houve algo parecido: o elevado, para fazer chegar o trem do metrô ao centro da cidade. Depois de tudo feito, o Ibama autorizando, exatamente como V. Ex^a...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Permita-me, Sr. Presidente, só um pouco de tempo, porque é muito importante o que o Senador Eduardo Siqueira Campos traz ao conhecimento da Casa. Queria dar um exemplo, para depois, Senador Eduardo Siqueira Campos, reunirmo-nos e procurarmos um caminho. A Usina de Estreito é uma das mais importantes deste País e está situada no que chamamos “lugar elétrico”. Sabe o que isso significa, Senador? É o ponto estratégico da geração de energia. Com a Usina de Estreito, garantiremos ao País, a São Paulo e ao Rio de Janeiro o aporte de energia, porque de lá já existem linhas de transmissão. A interrupção da Usina de Estreito se torna um des-serviço ao País. Guardada toda essa questão, com o respeito que temos ao Ministério Público, é necessário que não ultrapasse...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Quando o interesse público está em jogo, acredito que temos de encontrar um meio de adaptar a lei ao interesse público. Parabens V. Ex^a! Que não fiquemos só no seu discurso, mas façamos uma reunião, inclusive com o Ministério Público! Que este tome conhecimento de que muitas dessas exigências de engenharia são quase que inexequíveis! O País não pode parar, e a população não pode sofrer. Creio que tudo que está recomendado é facilmente aceitável. Pode-se consertar. Tudo que está previsto poderemos até incluir no projeto e dizer ao Ministério Público: faremos isso dentro de um mês, mas liberem a construção da usina, pelo amor de Deus! Caso contrário, ela ficará como o metrô de

Teresina, parado há um ano e meio por conta de uma medida como essa. Parabéns a V. Ex^a. Não fiquemos nisso! Vamos encontrar uma solução, em vez de ficarmos discutindo juridicamente.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Agradeço a V. Ex^a o esclarecimento e o parabeno pelo conhecimento que possui.

Antes de concluir, Sr. Presidente, quero dizer, primeiro, que, se o Ibama aceitar a recomendação, serão mais cinco anos ou no mínimo três anos, e os investidores estarão efetivamente afastados do processo; segundo, que já há uma ação civil pública.

Senador Alberto Silva, o Ministério Público, no que lhe cabe, já impetrou uma ação civil pública. Grande parte das exigências já constam dela e, portanto, estão **sub judice**. Grande parte delas é inexigível e inconsistente cientificamente. Não têm aptidões técnicas os formuladores dessas recomendações, que não apresentam consistência científica. Isso tudo foi discutido em audiência pública. Sr. Presidente, isso é um absurdo, já que grande parte do que está sendo solicitado está no próprio relatório de impacto ambiental.

Portanto, solicito à Ministra Dilma Rousseff, que sai do Ministério de Minas e Energia para a Casa Civil e que tem o papel de fazer a gestão colegiada entre os Ministérios do atual Governo, que, com seu conhecimento, tendo uma participação muito decisiva na concessão da licença, adote as providências, para que o Ibama não se sinta acuado, não abdique do seu papel – já que concedeu a licença –, para recuar por uma simples recomendação do Ministério Público.

Que o Ministério Público cumpra o papel que lhe é constitucional e ingresse com as ações que quiser – inclusive, já há uma ação civil pública –, mas que o Ibama não recue quanto à licença que já outorgou, para que o processo possa continuar; para que não haja mais um “apagão”; para que o desenvolvimento do País não seja ameaçado por ações, eu diria, até poéticas, mas altamente prejudiciais.

É por conta desse tipo de recomendação que há diversos projetos paralisados no País inteiro, ainda mais quando se trata de um investimento que tem recursos privados, Senador Alberto Silva, tão escassos no mercado e inexistentes no âmbito do Poder Público.

Enviarei à Ministra Dilma Rousseff um ofício, fazendo a presente solicitação da nossa Bancada.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Siqueira Campos, o Sr. Alberto Silva, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antônio Leite.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Leite. PMDB – MA) – Concedo a palavra, ao Senador Augusto Botelho, por 15 minutos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, farei a leitura de um artigo escrito pelo General Luiz Gonzaga Schroeder Lessa, Presidente do Clube Militar, que foi publicado na revista do Clube Militar de abril e que consiste num relatório sobre a demarcação da área Raposa/Serra do Sol e sobre as conseqüências disso. Trata-se de um relato histórico.

Aproveito a oportunidade para ler esse artigo, porque o considero muito importante, já que é uma análise que retrata, com bastante fidelidade, a situação em que se encontram o meu Estado e as pessoas que habitam a área Raposa/Serra do Sol.

O nome do artigo é “Desastrada decisão”:

Em 15 de abril de 2005, o Exmo. Sr. Presidente da República expediu o Decreto que homologou a demarcação administrativa da controversa terra indígena **Raposa/Serra do Sol**, em área contínua, delimitando-a em 1.747.464 ha.

A equivocada decisão presidencial que atribui essa enorme extensão territorial a cerca de 16.000 indígenas não levou em conta os aspectos estratégicos que envolvem a delicada e sensível fronteira brasileira-venezuelana-güianense, nem tão pouco as peculiaridades muito especiais dos povos que, isolados, nela irão viver, assim como as sérias limitações que se impõem ao desenvolvimento do estado de Roraima.

Custa a crer que o nosso Presidente tenha sido levado a tomar uma decisão que atenta contra a própria segurança nacional e que, há muito, vinha sendo postergada, exatamente pela complexidade dos fatores que nela estão envolvidos e que exigem ampla meditação, não apenas na consideração dos legítimos interesses nacionais envolvidos, mas, também, nas pressões que, dia-a-dia, se avolumam sobre a Amazônia, no mundo globalizado que estamos vivendo.

A desastrada decisão sucumbiu às imensas pressões do movimento indigenista internacional que, infelizmente, encontra, em nacionais brasileiros encrustados na FUNAI e na igreja católica, acerbos defensores.

É preciso, inicialmente, que fique bem claro que não se está contra a demarcação ora

definida, motivo de tantos clamores pelo Brasil afora, a despeito do assunto não ser ainda do amplo conhecimento do nosso povo. A demarcação tem amparo constitucional. O que causa espécie é a forma como ela foi feita, que atenta, fundamentalmente, contra o seu objetivo maior que é alcançar a paz, entre os índios e os não índios. Só posso crer que o Presidente foi muito mal assessorado por aqueles que, por fé de ofício, honestidade profissional e brasilidade, tinham que levar ao seu conhecimento os principais fatores que embasassem a sua difícil e complexa decisão.

Assim pois, é pertinente perguntar se o Presidente da República foi informado que:

– O estado de Roraima é hoje um estado índio com cerca de 50% do seu território retalhado por reservas indígenas;

– dos 22.429.898 ha que constituem o Estado de Roraima, abatidas as unidades de conservação (7,51%), áreas militares (3,17%), áreas rochosas (2,58%) áreas inundadas (7,92%) resta uma área remanescente de pouco mais de 7 milhões de hectares (30%) e que desta última, com aptidão agrícola, existem ínfimos 700 mil hectares, cerca de 3% de todo o território estadual;

Resta perguntar se o Presidente da República foi informado que:

– os povos Macuxi e Wapixana, que constituem a maioria expressiva dos habitantes da TI Raposa/Serra do Sol, de há muito mantêm relações étnicas, culturais e econômicas com a sociedade de não índios, a elas se encontrando em crescente fase de integração e que, pela voz das suas lideranças mais atuantes, não desejam permanecer isolados, não querendo, portanto, que a demarcação seja feita em área contínua o que, para eles, irá se constituir em sério retrocesso no estágio de desenvolvimento em que se encontram;

– a Funai é avessa aos reclamos dessa expressiva maioria de índios e que pela sua parcialidade em apenas defender os interesses dos indígenas ligados à igreja católica (missão Consolata), Conselho Indigenista de Roraima (CIR) e a ONGs diversas não é bem recebida, chegando mesmo a ser pedido o seu afastamento da área, por não adotar uma atitude imparcial, tão necessária a uma solução justa e democrática para encaminhar tão sensível questão;

– a exemplo das 32 áreas indígenas que integram o Estado de Roraima, a área da Raposa/Serra do Sol passou por um desmesurado processo de ampliação, sempre ao sabor das pressões do movimento indigenista nacional e internacional, evoluindo de 1.332.110 ha, em 1977, para os atuais 1.747.464 ha, definidos pelo decreto presidencial em 2005, ampliações que geram desconfianças e um desgastante processo de insegurança e caos social que compromete o desenvolvimento do estado;

– e as sucessivas ampliações da área da Raposa/Serra do Sol deveram-se a enganosas artimanhas do CIR e das ONGs a ele ligadas, orientando os índios a darem curso a um processo de satelização, criando-se cada vez mais malocas onde nunca houve a presença de indígenas, como é o caso das áreas do lavrado e de várzea, gerando a falsa impressão de que a maioria dos indígenas concorda com as propostas da FUNAI.

O que, realmente se constata e, particularmente tive a oportunidade de *in loco* isso presenciar, na viagem que fiz com uma delegação de deputados federais, é que a maioria expressiva dos índios é contra a demarcação em área contínua, como propõe a FUNAI. (sic)

Esta é a evolução das aldeias, para vermos como é a história delas.

Assim é que, das 5 malocas originais detectadas em 1932, se evoluiu para 10 em 1989, 48 em 1996 (FUNAI), 125 em 2000 (CIR) e 151 em 2003 (CIR). Um absurdo que só a satelização empreendida pelas vergonhosas manobras do CIR e das ONGs pode justificar.

É marcante, e facilmente comprovada pelos registros históricos, a presença de não índios em toda a área da Raposa/Serra do Sol, desde o início do século passado. Apoiaram, inclusive, a missão de Rondon na década de 1920 e que as vilas que estão sendo retiradas da área, e que dispõem de razoáveis serviços públicos (água, luz, colégio, estradas, telefonia, etc.) são trabalho de gerações de brasileiros, que enfrentando dificuldades, amarguras e sofrimentos mas com muito estoicismo e determinação, há mais de um século povoaram e asseguraram, de fato, a posse brasileira desse setentrião do nosso território.

Concedo o aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – V. Ex^a já acabou de ler a carta?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Ainda não. Quer que eu leia toda?

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Preferiria que V. Ex^a acabasse de ler a carta.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Vamos acabar.

Ressalte-se que:

Vila Socó – hoje com cerca 150 habitantes foi fundada em 1908 pelo caboclo Severino Pereira da Silva [chamado Severino Mineiro, que descobriu ouro e diamante na nossa região];

Vila Água Fria – com 450 habitantes, foi iniciada em 1938 com a casa de comércio de Pedro Sizino;

Vila Mutum – hoje com cerca de 500 habitantes [bem na fronteira com a Guiana] foi fundada por garimpeiros na década de 30;”

Vou fazer um parêntese aqui. Na Vila do Mutum, os nossos garimpeiros, que foram escorraçados do País como bandidos e malfeitores, trabalham legalmente inscritos no regime da Guiana Inglesa. Eles atravessam um rio da largura deste plenário e vão trabalhar lá, e são legalizados lá na Guiana, produzem riqueza e melhoram a vida deles.

Volto à Carta do General Lessa, ao artigo “Desastrada Decisão”.

“Vila Pereira (Surumi) – começou a ser habitada a partir de 1905.

– A despeito dos decretos de reassentamentos expedidos no passado, o número do INCRA é altamente comprometido, nele não se depositando fé, por não cumprir as determinações legais, tornando dolorosa a remoção, a extrusão, no prazo de um ano, de centenas de famílias, muitas delas descendentes dos verdadeiros guardiões da fronteira norte do país.

– As áreas produtoras de arroz irrigado que hoje abastecem o estado de Roraima e boa parte do Amazonas e que se constituem em segmento vital para a economia do Estado e que também pertencerão à reserva indígena, até o ano de 1981, não estavam nela incorporadas, só o sendo pelo processo de ampliação já referido. São compostas por áreas de lavrado e de alta taxa de acidez e pouca fertilidade [são

as áreas onde estão os arrozeiros], só apta a lavoura tecnificada e que, por isso mesmo não foram objeto de ocupação pelos índios que sempre preferiram as áreas mais férteis e abundantes de animais para a caça. (sic)

É difícil crer que o Presidente da República, ciente dos aspectos referidos e outros mais, não procurasse uma solução conciliatória que acalmasse os ânimos e atendesse os principais reclamos das partes envolvidas no conflito. (sic)

Infelizmente, o Decreto de 15 de abril de 2005, não levará a tão desejada e esperada paz para a região Raposa/Serra do Sul e, por via de consequência, para o Estado de Roraima e para o Brasil, constituindo-se em permanente foco de tensão que só alimentará as pressões hoje muito evidentes sobre a Amazônia brasileira ofertando, de graça, munição e argumentos para que os Pascal Lamy da vida incrementem as suas investidas no sentido de transformá-la em bem público mundial. (sic)

Sr. Presidente, Senador Tião Viana, estou lendo uma carta publicada pelo General Lessa na revista do Clube Militar.

Continua a carta:

Sr. Presidente.

Faça imperar a paz na região da Raposa/Serra do Sol. Esteja certo de que ela não será alcançada com o emprego da Polícia Federal ou do Exército, que sofrerão um processo de desgaste natural interpondo-se às partes em conflito e, ao longo dos anos, só farão alimentar receios, violências e descontentamentos

A questão como foi posta está muito mal resolvida.

A solução só será alcançada pelo pacto social, pela concertação, que tem encontrado no senhor o mais forte defensor.

Escute os principais interessados: os índios. Realize um plebiscito entre eles e o senhor ouvirá o que eles têm a dizer, o que eles querem.

Eles é que têm que dar a palavra final para uma solução definitiva na Raposa/Serra do Sol e não os burocratas da hora, que mal os conhecem e que, a eles indiferentes, estão a legislar e ditar regras sob as mais ilegítimas pressões que atentam contra o interesse nacional”. (sic)

Assina o General Luiz Gonzaga Schroeder Lessa, Presidente do Clube Militar

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Concedo um aparte ao Senador Mozarildo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Augusto Botelho, é importante que V. Ex^a tenha trazido, para leitura da tribuna, esse artigo do General Lessa, que, é bom que se explique, foi Comandante Militar da Amazônia e que, portanto, conhece muito de perto a região, o Estado de Roraima e todas essas questões, particularmente a reserva indígena Raposa/Serra do Sol. É importante, porque não é mais a palavra de V. Ex^a, como Senador de Roraima, ou minha, como Senador do Estado de Roraima. Não creio que o Presidente Lula tenha agido inocentemente, nem que tenha sido – digamos assim – mal assessorado. O Presidente Lula tinha todas as informações corretas para decidir de modo diferente. Todas! Havia uma comissão externa do Senado, presidida por mim, cujo Relator foi o Senador Delcídio Amaral, de que fizeram parte V. Ex^a e o Senador Jefferson Péres. Tivemos o trabalho, com o apoio competente da Consultoria Legislativa do Senado, de levantar toda a questão, todos os aspectos. No parecer final, fizemos um relatório substancial para o Presidente ter a informação para decidir adequadamente, como dizia que queria. No entanto, o Presidente não levou em conta nem o relatório da comissão externa do Senado nem o da comissão externa da Câmara, cujo Relator era também do PT, o Deputado Lindberg Farias. Esses dois relatórios eram coincidentes, vamos dizer, em quase tudo, e, assim mesmo, o Presidente demarcou. E o pior: demarcou – faço novamente essa denúncia à Nação – baseado numa molecagem jurídica que o Ministro da Justiça fez. No momento de o Supremo apreciar a ação,...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – ...que já tinha uma liminar suspendendo qualquer demarcação, o que aconteceu? O Ministro da Justiça informou ao Relator, Ministro Carlos Britto, no Supremo, que tinha revogado a portaria que demarcava a Raposa/Serra do Sol daquela maneira e que baixara outra totalmente diferente. E o Ministro se louvou na informação do Ministro Márcio Thomaz Bastos, considerando, em função disso, que a ação perdia o objeto; portanto, deveria cair tudo. Infelizmente, foi uma mentira que o Ministro da Justiça pregou no Ministro-Relator do Supremo Tribunal Federal; só no outro dia a portaria foi publicada. Portanto, não existia portaria. Juridicamente, foi realmente uma traquinagem, uma malandragem jurídica que o Ministro da Justiça fez. E o Presidente assinou

o decreto no dia seguinte à decisão do Supremo. Então, o Presidente não estava inocente nessa história. Não acredito que o Ministro da Justiça tenha feito isso sem combinar com o Presidente.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Até porque, no outro dia, estavam sorrindo, assinando a demarcação que contraria, como diz o artigo, principalmente os índios que moram lá na reserva – não os índios que ficam passeando em Brasília e fazendo auê. Refiro-me aos índios que moram lá na reserva. Estamos concluindo o trabalho de outra comissão externa temporária, da qual sou o Presidente e V. Ex^a é o Relator. Estivemos lá, andamos por toda a região, ouvimos todos, para dar, agora, um parecer sobre esse decreto do Presidente e, se possível, sustar, por meio de um decreto legislativo, esse decreto, até que o Supremo decida em definitivo essa questão da homologação. Todo o processo de demarcação é cheio de fraudes, de ilicitudes, inclusive essa do Ministro da Justiça. Registro aqui a minha indignação, esperando possamos concluir o nosso relatório ainda nesta semana. Assim, partiremos para outra etapa: de suspender por meio do decreto legislativo e esperar a decisão do Supremo, que, tenho certeza, irá corrigir essa tremenda falha, esse tremendo erro a que S. Ex^a foi induzido pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos. Muito obrigado.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Agradeço a V. Ex^a e concedo o aparte ao Senador Wirlande da Luz, de Roraima.

O Sr. Wirlande da Luz (PMDB – RR) – Senador Augusto Botelho, essa carta do comandante expressa exatamente o que presenciamos em visita à região Raposa/Serra do Sol. Ela diz exatamente o sentimento que percebemos nas pessoas que não querem a demarcação da maneira como foi feita. Portanto, tem de ser revista a demarcação. O relatório dessa última comissão não deve ser diferente do relatório anterior, de 2002, e a expressão...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Wirlande da Luz (PMDB – RR) – ...de cada indígena ali é exatamente a de dois anos atrás e exatamente o que expressa a carta do comandante. Muito obrigado.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Muito obrigado pelo aparte de V. Ex^a.

Um minutinho, Senador Tião Viana, porque esteve aqui, em Brasília, neste fim de semana, a Professora Cidalina Tomé Abdala, que, por coincidência, foi pro-

fessora primária dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Wirlande da Luz, minha professora e do Deputado Rodolfo Pereira também. No entanto, ela teve um problema e teve de ir embora. Ela nos faria uma visita, na qual lhe prestaríamos uma homenagem. Espero que recupere a sua saúde e volte um dia para fazermos a homenagem, porque é difícil existir uma professora que tenha tantos Parlamentares juntos numa mesma legislatura, numa mesma sala.

Agradeço pela tolerância, Presidente Tião Viana, e espero que V. Ex^a consiga aprovar seu projeto de moralização, que está correndo na Casa.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Augusto Botelho, o Sr. Antônio Leite, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço ao nobre Senador Augusto Botelho.

Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges. S. Ex^a dispõe de até 15 minutos; em seguida, o Senador José Agripino, como Líder, e o Senador Antonio Carlos Magalhães, como orador regular.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana passada, completaram-se dois anos e meio da posse do Presidente Lula. Foram 30 meses de muitas metáforas, algumas grotescas, como aquela que mandava o brasileiro se levantar, tirar o traseiro da cadeira, para baixar os juros, como se isso não fosse responsabilidade do Governo. Foram dois anos e meio de promessas não cumpridas, de declarações muitas vezes messiânicas, de justificativas esfarrapadas.

E, pelos fatos que agora estão sendo comprovados pela CPI mista de inquérito instalada, muita – muita mesmo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores –, muita corrupção, lamentavelmente, para o nosso País, para a classe política e, principalmente, para o povo brasileiro que, neste momento, se encontra perplexo, confuso e, eu diria, extremamente abatido. Havia um governo que prometia mudar e mudar principalmente as práticas políticas, aperfeiçoar o processo político. E o que foi feito, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores? Um aprofundamento das piores práticas políticas da República brasileira, das piores, aquelas que temos de repudiar a cada dia.

Sr. Presidente, a situação vai-se agravando. A cada dia, surgem novas denúncias. Fico, Sr. Presidente, muito preocupado, porque senti neste Governo uma nítida vontade de cerceamento do trabalho da imprensa livre.

Recordam, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Governo tentou impor a criação de um conselho federal de jornalismo, que fiscalizaria o trabalho da imprensa. Felizmente, houve pressão política dos intelectuais e da própria imprensa, e o Governo refluíu, mas, caso se deixasse, teria sido instalado o conselho federal de jornalismo.

Já imaginou, V. Ex^a, Sr. Presidente, democrata que sei que é, se tivéssemos um conselho federal de jornalismo? Talvez o Governo tivesse conseguido abafar tudo isso que está aí. Por quê? Porque não foi de um congressista que apareceram as primeiras denúncias, mas, sim, pela imprensa, da revista **Veja**.

Aproveito, mais uma vez, para dizer que a imprensa brasileira está de parabéns, porque faz um trabalho investigativo de excelente qualidade: o de desnudar à Nação brasileira o que está por debaixo do pano, aquela poeira, aquela sujeira que se tenta encobrir e jogar debaixo do tapete. Essa é a imprensa livre.

Volto a repetir também, Sr. Presidente: nós, aqui na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, na Comissão de Sindicância da Câmara, na Comissão de Ética da Câmara dos Deputados, estamos andando a reboque do noticiário da imprensa, mostrando como tem sido esse papel. Temos andando numa velocidade muito baixa, numa lentidão que não podemos aceitar. E por isso digo: nesta semana, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, da qual participo representando a minoria no Congresso Nacional, temos de lutar para que nossos requerimentos sejam aprovados, para que possamos convocar de imediato o Sr. Delúbio Soares, o Sr. Sílvio Pereira e o Deputado José Dirceu, até para lhes dar o direito de defesa, para que possam dizer na CPMI a sua versão desses fatos. Se essa versão for de encontro à versão do Deputado Roberto Jefferson, que possamos, Sr. Presidente, fazer uma acareação, confrontá-los, porque temos que ir a fundo para fazer aflorar a verdade, que é o que todos desejamos. É preciso que a Nação brasileira, a opinião pública, tome conhecimento exato de quem tem culpa e absolva eventuais inocentes.

Mas, Sr. Presidente, falava de liberdade de imprensa. Recordam os Srs. Senadores que, há pouco tempo, uma portaria do Ministério do Planejamento obrigou o IBGE a encaminhar ao Governo Federal as pesquisas estruturais com antecedência de 48 horas de sua divulgação, como que estabelecendo a censura prévia a dados estatísticos do IBGE. Isso nos leva a concluir que, se esses dados não fossem do interesse e da satisfação do Governo, não seriam divulgados ou seriam manipulados.

Pois bem, Sr. Presidente, o IBGE contradisse, naquela época, o Presidente Lula. O instituto mostrou,

inclusive, que o problema de excesso de peso da nossa população, principalmente a mais jovem, poderia ser maior até do que o problema da fome, sobre o qual o Governo estabeleceu seu principal programa – programa que nada mais é do que uma forma assistencialista de distribuir recursos. Não somos contra o combate à fome; pensamos que os nossos irmãos brasileiros merecem assistência, mas não é por aí a saída do problema da desigualdade social brasileira. A saída deve-se dar, Senador Augusto Botelho, pela criação de postos de trabalho, pelo crescimento da economia brasileira com a diminuição dos juros estratosféricos, permitindo ao Governo voltar a investir.

Quem se lembra da crise americana de 1930, da Grande Depressão, conhece também a política que foi encetada na época pelo grande presidente americano Franklin Delano Roosevelt, que se chamou *New Deal*. Essa política consistiu em o governo investir somas vultosas de recursos na infra-estrutura do país, melhorando-o como um todo. Esses recursos permitiram reorganizar a economia, criar novos postos de trabalho.

Mas aqui não se pensa nisso, aqui se pensa em superávit primário. E agora já se fala em déficit nominal zero, o que significa menos investimentos. Enquanto isso, vinte mil cargos foram criados pelo Governo para que fossem ocupados com os apadrinhados de seu partido, inclusive cargos comissionados, fugindo da Constituição quando exige concurso público para o preenchimento dessas posições dentro do Governo.

Volto à questão da liberdade de imprensa, Sr. Presidente. Recentemente li uma entrevista do festejado repórter e âncora Boris Casoy. Ele disse que, no passado, o Governo tentou, mediante várias ações, cercear a sua palavra. Respondendo à pergunta “Você sofreu muita pressão do Governo e do PT?”, ele respondeu: “Muita, mas muita mesmo. No começo da administração do PT, pressionaram a direção violentamente para me tirar da Rede Record, ameaçaram cortar publicidade. A diretoria me deixou a par o tempo todo”.

Veja bem, Sr. Presidente: se, por um lado, é pela publicidade que se ameaça cercear, calar vozes como a do âncora Boris Casoy, por outro lado, é a publicidade que tem representado a saída, a quebra da barragem dos recursos públicos que deveriam ser preservados. E para onde têm ido esses recursos? Para as mãos do Sr. Marcos Valério. Para quê, Srs. Senadores? Para que o Sr. Marcos Valério possa ser ressarcido do dinheiro que ele utiliza para pagar o “mensalão”; para que o Sr. Marcos Valério possa ser ressarcido do empréstimo a que ele, honradamente, deu aval – ele avalizou para o PT e, “como homem correto”, avalista, pagou 350 mil reais. Mas ele pagou por quê? Porque é simpático, bonzinho, ou porque esses recursos saíram

exatamente dos Correios, por meio dos seus contratos milionários?

E não são contratos apenas com os Correios. Esses contratos, que chegam anualmente a mais de 400 milhões de reais, foram firmados com a Eletronorte, o Ministério dos Esportes, o Ministério do Trabalho e, principalmente, com o Banco do Brasil e seu subsidiário, o Banco Popular. Esse último gastou, no ano passado, 25 milhões em publicidade. O Banco Popular gastou 25 milhões em contratos de publicidade com a empresa do Sr. Marcos Valério. Há que se perguntar, então: quanto, efetivamente, foi aplicado pelo Banco Popular em empréstimos à população de baixa renda? Sabe quanto, Senador Augusto Botelho? Vinte milhões. Vinte e cinco milhões foram gastos em publicidade e apenas vinte milhões foram aplicados com a população de baixa renda. E sabe qual é a verba do Banco Popular para este ano? Novamente, é de vinte e cinco milhões. É o que pretende gastar o Banco Popular.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com a maior satisfação, Senador Antonio Carlos.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Quando V. Ex^a disse “gastos em publicidade”, sei que V. Ex^a estava usando a palavra gastos entre aspas.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com certeza, Senador Antonio Carlos, porque esses gastos em publicidade, efetivamente, não são feitos na sua inteireza, com o ato de divulgar ações do Governo. Parte dos gastos, de fato, deve ser destinada a seu propósito primeiro, até para justificar as faturas que vão para o Tribunal de Contas da União, fazer aquela parte apenas formal, visual e legalista, mas, no fundo, esses recursos são aproveitados de forma espúria, para pagamento de mensalão, por exemplo. Nenhum empresário, como Marcos Valério, faria benemerências em favor do Partido dos Trabalhadores se não fosse remunerado e se não fosse recompensando regidamente – quando se analisa o enriquecimento do Sr. Marcos Valério no Governo do PT, Senador José Agripino, ficamos estarecidos.

Concedo, com muita satisfação, um aparte ao Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador César Borges, cumprimento V. Ex^a pela manifestação que faz nesta tarde. É importante que estimulemos o debate desse assunto permanentemente até que ele esteja completamente esclarecido. Na verdade, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito está investigando fatos que se ligam por indícios – daqui a pouco, falarei sobre indícios. Mas algo me preocupa: estão envolvidos, nas denúncias que V. Ex^a está comentando, partidos

políticos que não significam a maioria da Câmara dos Deputados, como o PT, PP, PTB, PL. Hoje, a imprensa traz notícias envolvendo o PMDB. Nem eu nem V. Ex^a temos razão para fazer julgamentos, mas temos razões para ficarmos preocupados, porque, na hora em que entra a suspeição do PMDB, estabelece-se a maioria da Câmara dos Deputados, e maioria produz autoproteção, e autoproteção dificulta investigações. Portanto, quanto mais pronunciamentos como o de V. Ex^a forem feitos, mais a opinião pública se antenará, cobrará, acompanhará e nos ajudará a chegar à verdade dos fatos. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador José Agripino, e incorporo inteiramente o seu aparte ao meu discurso. Essa é uma nova preocupação.

Poderíamos imaginar que o Governo, procurando agora uma base de sustentação política, teria aprendido com a lição: não conseguiriam a estabilidade política com uma negociata pura e simples, pela troca de interesses e de cargos. No entanto, age da mesma forma, Senador José Agripino, fazendo um acordo onde há um toma lá, dá cá.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o PMDB, pelo seu Presidente, pelos seus diretórios, pelos seus governadores, não deseja esse tipo de parceria. Posicionou-se dessa forma. No entanto, fizeram uma reunião entre Senadores e Deputados, não todos mas a maioria, e decidiram dar apoio ao Governo em troca de Ministérios, de estatais, de posicionamento dentro do Governo. Lamentavelmente, o Governo não aprende a lição.

Sr. Presidente, meu tempo está se esgotando, mas gostaria de enveredar por outro assunto. Procura-se, de certa forma, dizer que a crise política pode levar a uma desestabilização da economia brasileira e que devemos brindar a política econômica, assim como o Presidente Lula, fazendo com que não seja tudo apurado até as últimas consequências.

Mas aí, Sr. Presidente, é nossa responsabilidade. Nós é que estamos sendo cobrados pela população brasileira. E o Presidente Lula é o comandante do seu Governo, foi Sua Excelência que permitiu a entrada do PT em toda a estrutura do Governo, foi Sua Excelência que...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Peço que V. Ex^a conclua, Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – (...) foi o Presidente que permitiu a entrada do PTB, do PP, do PL. Então, não há como eximir de culpa o Presidente da República.

Foge de cada um de nós uma vontade de trazer qualquer tipo de desestabilização para as instituições brasileiras e para a economia brasileira. Contudo, os princípios econômicos estão assentados, uns gostam mais, outros menos, mas estão assentados. A Nação é forte. O que ela não pode suportar é que continue a impunidade, porque esta estimula a que haja muito mais corrupção. Por isso, devemos ir até as últimas consequências na apuração desses fatos gravíssimos que entristecem a Nação brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino, pela Liderança do PFL, por até sete minutos, e, a seguir, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cada fim de semana tem sido dias de horror para aqueles que fazem vida pública e que estão assistindo a essa onda de denúncias que nivela por baixo a classe política.

Aqueles que têm vida pública limpa e agem com correção têm obrigação de estar indignados e têm que, como fez o Senador César Borges, trazer a sua contribuição ao esclarecimento dos fatos, para que se separe o joio do trigo.

Sr. Presidente, nesse final de semana, a revista **Veja**, em matéria de capa, mostra, com fac-símile, um título no valor de R\$2,4 milhões, correspondente a empréstimo feito por um banco, o BMG, ao Partido dos Trabalhadores. Na véspera, jornalistas perguntaram sobre isso ao Presidente do PT – o Presidente é quem opera esse tipo de coisa –, que disse que o Sr. Marcos Valério não tinha sido avalista de empréstimo nenhum para o PT. A pergunta foi esta: se o PT havia tomado dinheiro emprestado no banco “x” e se havia aval do Sr. Marcos Valério. Foi negado peremptoriamente. No dia seguinte à publicação da revista **Veja**, com fac-símile, os jornalistas voltaram ao Presidente do PT e ele disse que havia se enganado, que havia ocorrido um erro de comunicação entre ele e o Tesoureiro do PT, Delúbio Soares, e que o Delúbio iria explicar tudo – e disse tudo isso com ar de paisagem.

Senador Antonio Carlos Magalhães, a minha percepção é a de que o povo brasileiro – tenho certeza de que anda decepcionadíssimo com o Partido dos Trabalhadores – tem todo o direito de, daqui para a frente, não acreditar em nada do que o Presidente do PT já tenha dito e em nada do que o Presidente do PT ainda venha a dizer, porque ele foi categórico ao desmentir na véspera.

O que é fato é que existiu o empréstimo de R\$2,4 milhões feito pelo PT, com o aval do Sr. Marcos Valério, que tem contratos com os Correios, operados, segundo dizem, pela Secom, da Presidência da República, para direcionar com favorecimentos especiais de preços os seus protegidos. E esse Sr. Marcos Valério, além de avalizar, pagou pelo menos uma prestação. Curioso o Presidente do PT não ter conhecimento do aval, embora o avalista tivesse pago pelo menos uma prestação. Ou o Presidente do PT é um alienado completo que não sabe o que acontece no seu Partido, porque R\$2,4 milhões é muito dinheiro, ou então – o que não creio que ele seja – é caloteiro, porque, se não se preocupa com o pagamento das suas próprias contas, das contas daquilo que lhe diz respeito, o que ele pode ser chamado é de caloteiro.

Portanto, esse dinheiro está identificado, o comprometimento do Sr. Marcos Valério está claro e é preciso fazer ilações, porque o que a sociedade brasileira não vai aceitar é impunidade. Não há nenhuma hipótese de o cidadão brasileiro aceitá-la. Andei neste fim de semana no meu Estado, precisamente em Macaíba, em São José de Mipibu e em Natal, e a pergunta era uma só: “A CPI vai dar em coisa? Vocês vão parar?” Perguntaram-me até pela CPI dos Bingos. Indagaram-me se o PFL havia recuado. Recuou coisa nenhuma, está instalada.

A maior preocupação que temos que ter neste momento é com as conclusões. Essa CPI tem que produzir resultados, e quem tiver dados que possam contribuir para as investigações tem obrigação de trazê-los. Pois é isso que estou fazendo hoje. Estou trazendo algumas informações que, se bem conectadas pelos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, poderão produzir bons resultados.

Senador César Borges, V. Ex^a se lembra que nós elevamos o salário mínimo de R\$260,00 para R\$275,00? V. Ex^a foi Relator. Tivemos uma bela vitória aqui. E que a Câmara depois derrubou os R\$275,00 para R\$260,00? Isso ocorreu em 2004.

Vou lhe contar a história com os elementos que, com ajuda dos jornalistas, consegui reunir. O salário mínimo foi votado na Câmara dos Deputados no dia 2 de junho de 2004: R\$260,00. V. Ex^a já viu a relação dos saques em dinheiro das contas da DNA e da SMP&B, no Banco Real, publicado pela imprensa? Eu já vi e cotejei: no dia 4 de junho, dois dias após a votação do salário mínimo de R\$260,00 míseros reais, foi feito um saque de R\$500 mil. Para frente e para trás, nada. Foi feito um saque ali, em cima da pinta, no dia 4 de

junho de 2004, dois dias depois da votação do salário mínimo, de R\$500 mil.

Muito bem, o Senado vota R\$275,00. Vibramos nós todos. A matéria volta para a Câmara. A Câmara aprecia os R\$275,00 no dia 23 junho de 2004. No dia 21 de junho, dois dias antes, da mesma DNA foram sacados mais R\$200 mil. Derrubaram os R\$275,00 e ficou R\$260,00. Gastaram R\$700 mil para nos derrotar e derrotar o povo brasileiro – suponho eu; é uma suposição com dados, com ilações, é só consultar a relação dos saques em dinheiro e fazer o cotejo.

Quando é que se votou o salário mínimo? Quem é que tinha interesse em que não se levantasse o valor? V. Ex^a? Eu? Ou o Governo? Será que o Governo operou com R\$700 mil e derrotou a conquista dos trabalhadores? Com a palavra a CPI.

Segundo ponto: medida provisória do Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles. A Câmara dos Deputados votou a matéria em 1º de dezembro de 2004 – a blindagem dele.

Entre 29 e 30 de novembro de 2004, ou seja, dois dias antes do dia 1º de dezembro de 2004, quando a Câmara votou a MP do Meirelles, foram feitos saques na conta da SMP&B, do Sr. Marcos Valério, no valor de R\$480 mil. E a matéria foi aprovada na Câmara. Quatrocentos e oitenta mil reais!

A terceira: reforma tributária. Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a se lembra da polêmica que houve? Governadores, de um lado; União, de outro; interesses legítimos, de um lado e de outro, e a polêmica em torno da reforma tributária e da votação da reforma tributária. Havia o claro interesse dos Governadores em um lado da reforma, e a União defendia exatamente o oposto do que os Governadores queriam. É evidente que os Governadores têm bancada. Não quero fazer juízo de valor, mas o que é fato é que a reforma tributária, que foi matéria polêmica entre Governadores e Presidente da República, que envolvia as bancadas dos Governos estaduais, que deveriam se voltar para um rumo, foi votada na Câmara – não aquela sobre a qual houve consenso, mas aquela que tinha conflito – no dia 24 de setembro de 2003.

Senador Antonio Carlos Magalhães, entre 23 e 26 de setembro, foram feitos saques na SMP&B, do Sr. Marcos Valério, no valor de R\$1,212 milhão. E conseguiram aprovar a reforma tributária com a qual os Governadores não concordavam, e nós, aqui...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – ...a mudamos por inteiro.

Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir conceder um aparte...

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – O que é mais grave – o Presidente me permite – é que esse acordo foi feito entre Presidente da República, Ministro da Fazenda e Governadores, e nós o avalizamos. Não cumpriram coisa alguma, como não cumprem nunca. Mas cumprem bem o pagamento dos mensalões.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado pelo aparte, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou oferecendo esses indícios, para que os membros da CPI possam fazer esse e outros cotejos, para focarem os saques em dinheiro, cotejado com a data das votações, porque aí se pode produzir, Senador Augusto, um fato importante: que partido político foi campeão de fidelidade ao Governo? Aí pode estar o mapa da mina.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – O que eu queria, Sr. Presidente, para encerrar – e já vou encerrar – era fazer um desabafo e dizer o seguinte: o Presidente Lula, sobre quem ainda resta um pouco de credibilidade, precisa acordar e sentir a voz das ruas. Acho que o Presidente já percebeu que o seu Partido e o seu Governo estão em processo crescente de descrédito, mas ainda resta um pouco de credibilidade à pessoa dele. E, antes que seja tarde, sugiro a Sua Excelência que peça desculpas ao povo do Brasil por tudo isso que esta ocorrendo e refaça o Governo. Pegue figuras eméritas, acima do bem e do mal, despetize o Governo, desaparelhe o Estado e ressurgja das cinzas antes que seja tarde.

O Sr. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

S. Ex^a dispõe de até 15 minutos. A seguir, falará o Senador Mozarildo Cavalcanti, como Líder. Depois, terá a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os crimes praticados pelo Governo não são novos. Em várias oportunidades, foram denunciados da tribuna deste Senado, mas sempre – quero ver até quando – os Senadores do PT desmentiam as nossas afirma-

ções e se diziam os salvadores da Pátria e as figuras mais honestas da República.

Isso aconteceu não faz muito tempo, mas, pelo menos há seis ou oito meses, temos chamado a atenção deste Plenário e do Presidente da República, em particular, para que Sua Excelência mudasse o seu caminho, para que não percorresse o caminho da lama, para que salvasse o País da situação em que se encontra, para que não desmoralizasse o seu próprio Partido e mais ainda a sua imagem de Presidente mais votado deste País.

Tudo lhe era favorável, mas ele não quis, de jeito algum, fazer o que devia. Ao contrário, para tristeza nossa, também jogou a lama do seu Governo no Congresso, a ponto de já haver *outdoor*, na Bahia – mandei fotografá-lo para trazer aqui; isso foi publicado nos jornais de hoje da terra –, com estes dizeres: “lugar de safadeza não é no Congresso; R\$33,00 Motel Fantasy”. É incrível, mas é verdade! É o Presidente da República quem provoca essa situação de desgaste do Congresso Nacional.

O que nos cabe? Reagir. O que nos cabe? Dizer à Nação o que temos dito todos os dias: que este Governo precisa ter o mínimo de seriedade para apresentar-se ao povo brasileiro.

Na semana passada, se não me engano, na sexta-feira, o *gangster* Delúbio Soares atacou a mim e ao Senador Bornhausen, dizendo que estávamos pregando o golpe e que éramos os causadores da miséria do Brasil. Causador da miséria do Brasil é o ladrão que é tesoureiro do PT e que vai ser expulso de lá, porque o PT já não agüenta a força da opinião pública, que pede providências contra a sua direção. Delúbio é o seu nome; Dilúvio é como o chamam. Na realidade, ele é um *gangster*, um *gangster* que nem ao menos refinado é, porque deixa marcas em todo o lugar que passa, mostrando ao País que o PT é realmente um celeiro de pessoas que vivem achacando os cofres públicos!

De minha parte, respondi. Acredito até que o Senador Bornhausen não tenha dado maior importância ao seu acusador; talvez isso tenha sido até mais certo. Mas fiz questão de dizer que ele era um *gangster* e que esse *gangster* ia cair na CPI, e eu ia olhar nos seus olhos e ver os cifrões que ele roubou nos Correios, no BMG e em toda parte.

O Sr. José Genoíno, que faz empréstimo no BMG para o PT, com Delúbio e Marcos Valério, que é Presidente do seu Partido, Senador Tião Viana – V. Ex^a, que é um homem digno e decente, deve ficar horrorizado –, teve a coragem de dizer que não era verdade e que

a Secretaria de Finanças já informara que não havia esse empréstimo. Menos de 24 horas depois, com a mesma coragem, ele disse: “Eu assinei, mas não sabia o que estava assinando”.

Por isso ele foi derrotado em São Paulo e o será em qualquer eleição majoritária em que entrar, porque, quando falta ao homem a palavra até mesmo para confessar os seus erros, esse homem não pode ter a credibilidade dos políticos.

O Sr. Jorge Bornhausen (PFL – SC) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com muita honra, Senador Bornhausen. V. Ex^a foi exaltado. Quem é atacado por Delúbio é exaltado.

O Sr. Jorge Bornhausen (PFL – SC) – Senador Antonio Carlos, eu concordo inteiramente com as suas declarações em relação às figuras que nos atacaram, mas, evidentemente, ali não está o mal maior. V. Ex^a respondeu com o vigor com que sempre age na vida pública. Eu, da mesma forma, mostrei que, primeiro, ele preste contas à Polícia Federal, à CPMI, a Comissão de Ética. Também vou-lhe responder, mas chamo a atenção de V. Ex^a, no bom sentido, que, depois dessas palavras do Sr. Delúbio Soares, o Presidente da República apareceu numa reunião de partidos políticos, vestido com um uniforme que acredito seja da Polícia Federal, e fez a declaração de que seria implacável com os seus adversários e aliados, mas esqueceu seus companheiros. Esqueceu o Sr. Waldomiro Diniz, o Sr. Delúbio Soares, e, o que é mais importante, que tem muitos e valorosos companheiros que não estão metidos em nada disso, que nada têm a ver com a corrupção e que devem ser separados – como o Presidente em exercício na Casa, neste momento. Concordo com a sua vigorosa reação. Coloquei o assunto para responder posteriormente porque ele ainda vai ter que responder muito mais do que aquilo de que hoje é acusado. Não aceito as palavras anteriores do Presidente da República, declarando-se dono da ética e da moral, numa atitude arrogante, que não condiz com a figura do Primeiro Mandatário da Nação, e, muito menos, que ele se esqueça dos companheiros corruptos e não os separe dos companheiros honrados.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu agradeço o aparte de V. Ex^a e digo que é por isso mesmo que não aceito que homens do Governo ou da Oposição venham defender a figura do Presidente da República, dizendo que ele não sabia de coisa alguma. Sabia de tudo. Talvez ele não soubesse da extensão, mas saber dos fatos, ele sabia, porque foi avisado por Governador, por Ministro e por Depu-

tado de tudo o que estava acontecendo e não tomou nenhuma providência. Só tomou quando o Sr. Roberto Jefferson foi a ele dizer que ia escandalizar. Então, ele tomou as providências.

Como todo ladrão deixa sempre sua marca, a impressão digital – o nosso Senador Marco Maciel tem a inteligência de dizer que há alguns que não deixam nem marca digital, mas, na realidade, todos a deixam –, o Senador José Agripino acaba de provar desta tribuna os saques feitos, nas ocasiões próprias, para a compra de mercenários.

Sr. Presidente, V. Ex^a é um homem de bem – eu sempre proclamo isso não só por amizade, mas por dever de homem que faz política e gosta de ver gente nova, capaz, ascendendo aos postos. Quero lamentar apenas a presença de eminentes membros do PMDB, porque os nomes falados, **data venia**, não vão melhorar coisa nenhuma. O Governo vai continuar do mesmo jeito. Estão trocando seis por meia dúzia e levando o País à situação de descalabro.

Tenho pena daqueles que estão indicando Ministro, porque vão-se arrepender. Eles sabem que se fosse para indicar Ministro competente para a Saúde, não se iria buscá-lo no PMDB, mas na pessoa de V. Ex^a, que conhece realmente não só a política, mas a política de saúde do País. Tenho colegas, na Bahia, que enaltecem a figura de V. Ex^a, mas o seu nome sequer é falado. Dizem: “Não, vamos dividir com Pedro e Paulo”, e eu não sei como Pedro e Paulo têm coragem de aceitar essa divisão.

O Senador Ney Suassuna procede bem em se esconder e não aparecer nessa divisão. Ele sabe de tudo, mas não deixa aparecer. Ele não quer aparecer. Os outros, que são tão meus amigos, grandes amigos, que participam desse leilão, desse loteamento, amanhã vão-se arrepender de terem participado.

O País vive um momento tal que se o Presidente da República tivesse o mínimo de juízo iria procurar figuras eminentes, partidárias ou não, para se salvar moralmente da situação em que se encontra. Não ia viver essa situação terrível. Mas falta-lhe senso e, quando falta senso, falta tudo.

Sr. Presidente, tenho certeza de que V. Ex^a não estava lá, mas sábado ainda teve forró na Granja do Torto, com a presença de Ministros fantasiados! E com que fantasias? Nenhum teve a coragem de sair, realmente, de rato. Tinha que aparecer pelo menos um rato para dar o sentido da roubalheira existente no Governo, mas não, era fantasia de gaúcho, com chimarrão, chapéu de palha.

Ora, Sr. Presidente, a insensatez chegou ao Governo e não quer sair do Palácio do Planalto.

Não temos nada de pessoal contra o Presidente da República. Ao contrário, admirávamos o homem que veio como operário e teve a maior votação do País, mas ele não soube honrar os votos que recebeu do povo brasileiro.

Não posso ver Palocci entrando ali fantasiado, nem Márcio Thomaz Bastos. Não posso ver. Tenho quase certeza de que eles não foram, mas, se foram, será uma decepção tremenda para mim, porque são homens sérios, dignos. Por que iriam, então, fantasiar-se, se não apareceu sequer o rato Delúbio, o rato Marcos Valério e outros tantos. Tinham que aparecer. Essa é a fantasia real do atual Governo, na opinião pública.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Nesse minuto termino, Sr. Presidente.

Acabei de viver, na minha terra, com o Senador César Borges e o com o Governador Paulo Souto, o dois de julho. Caminhamos sete quilômetros, e o povo nos aplaudia de ponta a ponta e vaiava o PT de ponta a ponta.

Isso foi agora, no dia 2 de julho, quando, na noite ainda, Jacques Wagner, que havia sido vaiado de manhã, corria para participar do forró na Granja do Torto. Que coragem! Por isso, outras vaias, outros apupos os esperam.

Não temos nada de golpe, nem queremos golpe. O golpe é nas urnas. Vamos derrotá-los nas urnas, porque eles não têm moral para se apresentar ao povo brasileiro como candidatos.

Se o Presidente da República tentar a reeleição, vai ser derrotado. Já recebeu conselhos para não disputar. Mas, às vezes, ele é teimoso ou, então, ouve mais os seus colegas do que a sua própria consciência – se é que consciência ainda tem, e não lhe roubaram, tendo em vista a companhia com que anda.

Conseqüentemente, Sr, Presidente, quero, neste instante, fazer um último apelo ao Presidente da República. Há mais de um ano, clamamos por uma mudança de seriedade na Administração Pública. Que ele faça isso imediatamente. Não queremos atrapalhar o Governo, mas ninguém vai procurá-lo para aderir nem fazer qualquer acordo. Nossa posição é de inflexível veemência contra tudo que aí está. Melhorem, porém, o Governo, e não terão de nós oposição, mas terão a

cooperação, porque o Brasil precisa ser salvo da desgraça que vive hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, Líder do PTB, por até sete minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho fazer uma comunicação que entendo da maior relevância para Roraima, notadamente para a educação do Estado.

Recebi um ofício do Diretor Geral do Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima, nosso Cefet, que, por sinal, completou 12 anos no dia 30 de junho. O assunto é a criação de uma Uned – Unidade de Ensino Descentraliza para o Cefet. Passo a lê-lo.

Senhor Senador,

1. Informamos a Vossa Excelência que, em audiência com o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, os Diretores Gerais do CEFET's e o Ministro da Educação, realizada no Palácio do Planalto, no dia 24 de junho, este fez a entrega solene a sua Excelência do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, que prevê a criação de novas escolas técnicas, agrotécnicas e a implantação de novas Unidades de Ensino Descentralizadas – UNED ligadas a vários CEFETs já existentes, conforme quadro em anexo.

2. Nessa projeção de expansão da Rede Federal não há nenhuma referência para a criação de escola, ou UNED no Estado de Roraima [lamentavelmente].

3. Assim, de conformidade com conversas anteriores já mantidas com Vossa Excelência, consideramos que o momento é pertinente e oportuno para a efetivação de indicação ao Senhor Ministro da Educação, solicitando a criação e implantação de uma UNIDADE DE ENSINO DESCENTRALIZADA (UNED) do CEFET-RR.

4. Essa UNED deverá ser localizada na região sul do Estado, tendo como missão em seu Projeto Político Pedagógico a oferta de cursos de formação profissional prioritariamente nas áreas da AGROPECUÁRIA, AGROINDÚSTRIA e AGRONEGÓCIOS, em consonância com as potencialidades do Estado e as

perspectivas de desenvolvimento da fronteira pecuária e agroindustrial.

5. Nessa perspectiva, temos como pressuposto, a promoção do processo de desenvolvimento social e econômico da região, estimulando a fixação do homem no campo, contribuindo para a melhoria do processo produtivo de forma ordenada e condizente com as premissas da política ambiental de uso racional dos recursos naturais, interação, preservação e respeito ao meio ambiente.

6. Para tanto, solicitamos de Vossa Excelência que se digne a encaminhar ao Senhor Ministro da Educação uma indicação formal solicitando a criação e implantação de uma UNED para o CEFET-RR [*sic*].

Quero dizer, Sr. Presidente, que recebi este expediente e que hoje mesmo já fiz a indicação ao Ministro da Educação nos seguintes termos:

Senhor Ministro,

Com meus cordiais cumprimentos, reporto-me à audiência realizada com o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, os Diretores Gerais dos CEFET's e Vossa Excelência, no dia 24 de junho próximo passado, no Palácio do Planalto, quando foi feita a entrega solene do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, que prevê a criação de novas escolas técnicas, agrotécnicas e a implantação de novas Unidades de Ensino Descentralizadas – UNED ligadas a vários CEFET's já existentes, conforme quadro apresentado em anexo.

Contudo, essa Projeção de Expansão da Rede Federal apresentada por Vossa Excelência não faz nenhuma referência à criação de escola ou de UNED no Estado de Roraima, razão pela qual solicito ao nobre Ministro ações no sentido de viabilizar a criação e a implantação de uma Unidade de Ensino Descentralizada para o CEFET de Roraima.

Outrossim, como sugestão de localização para a implantação da UNED pleiteada, indico a localidade de Novo Paraíso, mais precisamente no entroncamento das Rodovias Federais BR 174, BR 210 e BR 432, em razão de sua proximidade estratégica com diversos municípios da região sul do Estado, tais como Caracaraí,

Cantá, São Luiz, São João do Baliza, Caroébe, Rorainópolis, entre outros, fazendo com que a Unidade de Ensino Descentralizada influencie e beneficie a região sul do Estado.

Ademais, trata-se de uma localidade que possui grande vocação para as áreas de agropecuária, agroindústria e agronegócio, estando, portanto, em consonância com o que preceitua esse importante projeto.

Nessa perspectiva, considero como pressuposto essencial desse projeto a promoção do processo de desenvolvimento social e econômico da região, uma vez que procura estimular a fixação do homem no campo, contribuindo para a melhoria do processo produtivo de forma ordenada e condizente com as premissas de política ambiental de uso racional dos recursos naturais.**

Sr. Presidente, é esse o ofício que remeti ao Ministro e que faço questão de registrar. Peço que seja dado como parte integrante do meu pronunciamento, como também um demonstrativo do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica no Brasil, de acordo com cada Estado. Aliás, o seu Estado, Sr. Presidente, está contemplado com uma escola técnica federal. Precisamos ampliá-lo. Várias Uneds estão previstas em vários Estados da Federação.

Espero que o Estado de Roraima tenha, ao menos, essa Uned. Seria também interessante que tivéssemos outra Unidade de Ensino Descentralizada na Região Norte, na área dos lavrados, onde não é preciso desmatar para produzir.

Quero fazer esse registro e apelar ao Ministro da Educação, Tarso Genro, para que dê prioridade a esse pleito. Tenho certeza de que, se assim for feito, Roraima dará um passo gigantesco no rumo da consolidação do ensino e da educação em nosso Estado.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVANCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

– Ofício nº 443/2005/GAB/CEFET/RR;

– Ofício nº 368/2005/GSMCAV;

– Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
 CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE RORAIMA
 Av. Glaycon de Paiva, 2496 - Pírcumã - Boa Vista-RR - CEP: 69333-340
 Fone/Fax: (095) 626-6140 - E-mail: cefetr@cefetr.edu.br

OFÍCIO Nº 443/2005/GAB/CEFET/RR

Boa Vista, 01 de julho de 2005.

A Sua Senhoria, o Excelentíssimo Senhor
Senador MOZARILDO CAVALCANTE
 Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Afonso Arinos – Gabinete 10
 70165-900- Brasília - DF

Assunto: Solicita criação de UNED para o CEFET-RR.

Senhor Senador,

1. Informamos a Vossa Excelência que, em audiência com o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, os Diretores Gerais dos CEFET's e o Ministro da Educação, realizada no Palácio do Planalto, no dia 24 de junho, este fez a entrega solene a sua Excelência do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, que prevê a criação de novas escolas técnicas, agrotécnicas e a implantação de novas Unidades de Ensino Descentralizadas – UNED ligadas a vários CEFETs já existentes, conforme quadro em anexo
2. Nessa projeção de expansão da Rede Federal não há nenhuma referência para a criação de escola ou UNED no Estado de Roraima
3. Assim, de conformidade com conversas anteriores já mantidas com Vossa Excelência, consideramos que o momento é pertinente e oportuno para a efetivação de indicação ao Senhor Ministro da Educação, solicitando a criação e implantação de uma UNIDADE DE ENSINO DESCENTRALIZADA (UNED) do CEFET-RR
4. Essa UNED deverá ser localizada na região sul do Estado, tendo como missão em seu Projeto Político Pedagógico a oferta de cursos de formação profissional prioritariamente nas áreas da AGROPECUÁRIA, AGROINDÚSTRIA e AGRONEGÓCIOS, em consonância com as potencialidades do Estado e as perspectivas de desenvolvimento da fronteira pecuária e agroindustrial
5. Nessa perspectiva, temos como pressuposto, a promoção do processo de desenvolvimento social e econômico da região, estimulando a fixação do homem no campo, contribuindo para a melhoria do processo produtivo de forma ordenada e condizente com as premissas da política ambiental de uso racional dos recursos naturais, interação, preservação e respeito ao meio ambiente.
6. Para tanto, solicitamos de Vossa Excelência que se digne a encaminhar ao Senhor Ministro da Educação uma indicação formal solicitando a criação e implantação de uma UNED para o CEFET-RR.

Respeitosamente/


EDVALDO PEREIRA DA SILVA
 Diretor Geral

*Urgente
 A) Para o
 ao Ministério
 Educação de Educ.
 também no FAX e
 no gab. do
 Ministério*

*2/20/05
 Edvaldo*

*3/20/05
 Edvaldo*

*4/20/05
 Edvaldo*

*5/20/05
 Edvaldo*

*6/20/05
 Edvaldo*

Ofício nº 368/2005/GSMCAV

Brasília, 4 de julho de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Tarso Genro
Ministro de Estado da Educação
Esplanada dos Ministérios – Bloco L
70047-900 – Brasília/DF

Senhor Ministro,

Com meus cordiais cumprimentos, reporto-me à audiência realizada com o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, os Diretores Gerais dos CEFET's e Vossa Excelência, no dia 24 de junho próximo passado, no Palácio do Planalto, quando foi feita a entrega solene do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, que prevê a criação de novas escolas técnicas, agrotécnicas e a implantação de novas Unidades de Ensino Descentralizadas – UNED ligadas a vários CEFET's já existentes, conforme quadro apresentado em anexo.

Contudo, essa Projeção de Expansão da Rede Federal apresentada por Vossa Excelência não faz nenhuma referência à criação de escola ou de Uned no Estado de Roraima, razão pela qual solicito ao nobre ministro ações no sentido de viabilizar a criação e a im-

plantação de uma Unidade de Ensino Descentralizada para o Cefet de Roraima.

Outrossim, como sugestão de localização para a implantação da Uned pleiteada, indico a localidade de Novo Paraíso, mais precisamente no entroncamento das Rodovias Federais BR 174, BR 210 e BR 432, em razão de sua proximidade estratégica com diversos municípios da região sul do Estado, tais como Caracaraí, Cantá, São Luiz, São João da Baliza, Caroebe, Rorainópolis, entre outros, fazendo com que a Unidade de Ensino Descentralizada influencie e beneficie a região sul do Estado.

Ademais, trata-se de uma localidade que possui grande vocação para as áreas de agropecuária, agroindústria e agronegócio, estando, portanto, em consonância com o que preceitua esse importante projeto.

Nessa perspectiva, considero como pressuposto essencial desse projeto a promoção do processo de desenvolvimento social e econômico da região, uma vez que procura estimular a fixação do homem no campo, contribuindo para a melhoria do processo produtivo de forma ordenada e condizente com as premissas de política ambiental de uso racional dos recursos naturais.

Certo da especial atenção de Vossa Excelência a essa relevante questão, reitero protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente, – **Mozarildo Cavalcanti**.

Criação de Escolas Técnicas Federais

Escola Técnica Federal do Acre, em Rio Branco
Escola Técnica Federal do Amapá, em Macapá
Escola Técnica Federal do MS, em Campo Grande

Criação de Escolas Agrotécnicas Federais

Escola Agrotécnica Federal de Brasília - DF
Escola Agrotécnica Federal de Nova Andaraí - MT
Escola Agrotécnica Federal de Marabá - PA
Escola Agrotécnica Federal de Ponta Velho - RJ

Implantação de novas Unidades de Ensino Descentralizadas

CEFET/BA - UNED de Camaçari
CEFET/BA - UNED de Santo Amaro
CEFET/BA - UNED de Simões Filho
CEFET/CE - UNED de Maracanaú
CEFET/ES - UNED de Caracica
CEFET/ES - UNED de São Mateus
CEFET/MA - UNED de Alcântara
CEFET/MA - UNED de Buriacupu
CEFET/MA - UNED de Zé Doca
CEFET/MS - UNED de Congojos
CEFET/MG - UNED de Timóteo
CEFET/MG - UNED de Viçosa
CEFET/PA - UNED de Bela Vista
CEFET/PA - UNED de Campina Grande
CEFET/PI - UNED de Picos
CEFET/PI - UNED de Londrina
CEFET/RN - UNED de Caruaru
CEFET/RN - UNED de Mana da Graça
CEFET/RN - UNED de Cairns Novos
CEFET/RN - UNED de Ipaçuanga
CEFET/RN - UNED da Zona Norte de Natal
CEFET/SC - UNED de Chapéu
CEFET/SC - UNED de Joinville
CEFET/SC - UNED de Araranguá

Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica

33 novas escolas

1.300 municípios atendidos

56.134 novas vagas em cursos técnicos e tecnológicos



O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, por até quinze minutos.

O Senador Garibaldi Alves Filho cede a palavra ao Senador Ney Suassuna, que falará por até sete minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a nossa preocupação é a de que autoridades sanitárias de todo o mundo estão extremamente preocupadas com a grave possibilidade de flagelo por uma pandemia de gripe de colossais proporções e de efeitos devastadores.

O vírus influenza A (H5N1) é responsável pela gripe do frango, ou seja, pela influenza aviária. E isso tem ocorrido em todo o sudeste asiático. Acontece que, hoje, com toda a globalização, num minuto esse vírus se expande por todo o mundo. E estamos muito preocupados porque a revista da Organização Mundial de Saúde reporta a morte de 49 pessoas entre as 79 infectadas no Camboja, na Tailândia e no Vietnã. Parece pouco, mas em termos de letalidade de vírus é uma das maiores já vista no mundo.

É assustador saber que, a cada dez pessoas, apenas quatro sobrevivem. E nossa preocupação maior é que esse vírus, o H5N1, combinado com o vírus da gripe comum multiplica exponencialmente a velocidade e o risco de contágio. E ficamos mais preocupados quando verificamos que o Brasil não tomou providências acerca desse assunto. É inquietante vermos que as autoridades sanitárias do mundo já tomaram providências – esta é a segunda vez que abordo este assunto da tribuna, há dois meses já o referi – e nenhuma medida foi tomada no Brasil. De novo, abrimos a revista **Veja**, ou uma das revistas semanais, e vemos a pandemia se espalhando pelo mundo afora. Se não tivermos estoque de vacinas – e apenas uma empresa no mundo fabrica essa vacina –, como o Canadá fez, como a Europa quase toda fez, vamos ter problemas sérios e ter aí talvez uma nova gripe espanhola, em que morreram milhões e milhões de pessoas.

No documento que orienta as ações de gerenciamento dessa possível crise, o laboratório faz um breve relato de pandemias e epidemias, lembrando a gripe espanhola de 1918, que percorreu o mundo em apenas quatro meses – não tínhamos os jatos, não corriam na velocidade que correm hoje –, infectou 30% da população mundial e causou 40 milhões de óbitos. Ele lembra também a de 1957, cujo vírus era menos agressivo mas provocou dois milhões de óbitos em menos de um ano.

No caso da gripe do frango ou influenza aviária, o laboratório lembra que a transmissão do animal para

o homem tem apresentado índice de 70% de mortalidade, enquanto os casos, ainda raros, de transmissão entre humanos têm 100% de mortalidade.

Caso essa epidemia se torne uma pandemia, o vírus H5N1 poderia correr o mundo em apenas quatro dias – quatro dias!

O laboratório cita também alguns casos de epidemias ocorridos no Brasil, destacando a dengue que, no auge, em 2002, registrou 794 mil casos com 150 óbitos; e a malária que, no ano passado, teve 451 mil casos notificados, não havendo registros confiáveis relativos a óbitos.

Estou extremamente preocupado e, mais uma vez, volto à tribuna, nestes sete minutos, para pedir ao Ministério que comece a agilizar as ações, providenciando vacinas. Que possamos nós ter uma proteção, uma precaução para uma pandemia que pode aportar aqui a qualquer momento.

Sei que V. Ex^a, Presidente Tião Viana, como médico, com certeza, também se preocupa. Estamos até tomando algumas medidas implementadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como ações de inspeção, vigilância e defesa sanitária, além dos programas da Embrapa de manejo integrado de pragas e melhoramento genético.

No âmbito do Ministério da Saúde, o Programa de Treinamento em Epidemiologia Aplicada aos Serviços do Sistema Único de Saúde – Epissus – tem-se mostrado um instrumento eficiente para conter a propagação de doenças. Nos últimos anos, a Secretaria de Vigilância em Saúde tem formado profissionais especializados na prevenção e no controle de surtos e epidemias.

Ainda assim, Sr. Presidente, nunca é tarde demais advertir as autoridades, tanto quanto a comunidade médica e a população em geral, quando o assunto é saúde; e nunca é demais quando se está diante de um perigo real, que se pode propagar de forma avassaladora, flagelando com maior rigor as comunidades que não dispõem de adequada infra-estrutura sanitária e de suficientes recursos financeiros e tecnológicos.

Nesse aspecto, é importante que os laboratórios brasileiros e as filiais de laboratórios estrangeiros possam produzir medicamentos em maior escala em nosso País, para não ficarmos desprevenidos diante de uma eventual pandemia.

Encerrando, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ressalto que uma eventual pandemia pode ser controlada e debelada aqui, no Brasil, mas que só teremos êxito se houver um esforço comum dos governantes, das autoridades sanitárias e dos empresários da área de saúde, pois o povo brasileiro, uma vez convocado, jamais se furtará a dar sua contribuição.

É a segunda vez que faço o alerta. Tomara que desta vez ouçam e tomem as providências cabíveis como os demais países do mundo estão fazendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço, nobre Senador Ney Suassuna.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves, por até quinze minutos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna porque estive, sexta-feira, na cidade de Mossoró, no meu Estado, participando de uma solenidade da Esam – Escola Superior de Agricultura de Mossoró. Sabendo, Sr. Presidente, da expectativa que cerca aquela escola superior de agricultura da possibilidade de sua transformação numa verdadeira universidade, na grande universidade rural do semi-árido, sabendo daquela expectativa, não deixei de levar a minha palavra de confiança, naquela solenidade, em que ali parainfavam os engenheiros agrônomos formados por aquela escola. Palavra de confiança de que o Senado haverá de aprovar no tempo mais rápido possível essa transformação da escola em universidade.

Hoje, o projeto de transformação em universidade está para ser votado pelo Plenário da Câmara dos Deputados. Já foi aprovado, Senador Augusto, esse projeto em quatro comissões da Câmara dos Deputados e só resta agora o pronunciamento do Plenário, quando então teremos a apreciação do Senado Federal. Não se trata inclusive de uma iniciativa isolada, mas cerca de 30 universidades federais estão sendo criadas ou transformadas agora por iniciativa do Governo Federal.

Teremos a Universidade do Recôncavo da Bahia, a Universidade do Triângulo Mineiro e essa Universidade, a Esam, uma universidade do semi-árido, no Município de Mossoró no Rio Grande do Norte.

É preciso que se conscientizem os que acompanham a luta do nosso País para expandir as suas fronteiras agrícolas de que isso precisa ser feito, como eu disse aos engenheiros e repito aqui, pelos agrônomos, com a participação deles, arrostando o imenso desafio de manter a expansão de nossas fronteiras agrícolas, sem privar a Humanidade das fontes de recursos naturais renováveis, para garantia da preservação da saúde física e mental de todos, da boa qualidade de vida no nosso Planeta; enfim, a conservação da própria vida sobre a Terra.

Digo ser esse imenso desafio porque as tensões em torno dessas questões geram apaixonados debates, e, mais do que isso, não conseguem ocultar a suspeição de que no debate se escondem interesses menos

nobres, inspirados na ganância, na cupidez, na volúpia da perpetuação da dominação política.

Creio que só a ciência – daí o meu empenho para que tenhamos a transformação dessa escola em universidade –, ponderada pelo desinteresse do verdadeiro cientista, será capaz de apontar o equilíbrio necessário entre tais tensões. Por isso, não penso cometer qualquer exagero ao dizer, aqui no Plenário deste Senado, da grande missão dos agrônomos, dos seus colegas de outras áreas da ciência e das técnicas rurais, em superar, de muito, o próprio conhecimento científico, razão por que os exorto a fazer de seus conhecimentos e de seus trabalhos um permanente propósito de dedicação ao Brasil.

Depende dessas novas gerações e depende muito de engenheiros agrônomos, como eu os vi perfilados diante de mim e de outras pessoas presentes àquela solenidade, encontrar o País a estrada real do verdadeiro desenvolvimento agropecuário brasileiro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço este registro, sobretudo porque caberá a todos nós a decisão de fazer com que esse projeto possa tramitar, como já disse, de forma acelerada, para ir ao encontro de Mossoró, que tem nessa escola uma das suas grandes conquistas, da sua educação e do aprimoramento dos conhecimentos dos seus filhos; que tem nessa escola um dos grandes motivos do seu orgulho. Falo da Escola Superior de Agricultura de Mossoró, que se transformará na Universidade do Semi-Árido do Rio Grande do Norte e do Nordeste.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Garibaldi Alves Filho, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela Liderança do PT, nos termos do art. 66, parágrafo único, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana, como Líder, por cinco minutos, para comunicação urgente e de interesse partidário, nos termos citados.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela Liderança do PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, o jornal **Folha de S. Paulo**, por intermédio do respeitável jornalista Fernando Rodrigues, publicou matéria relativa a possível irregularidade

numa relação pública de contrato de serviço do Governo do Estado do Acre com meios de comunicação; ou seja, um processo licitatório de compra de serviços de publicidade entre o Governo do Estado e uma suposta empresa chamada Asa Comunicações.

Em respeito absoluto e tranqüilo ao jornal **Folha de S. Paulo**, por tudo que representa para a informação no Brasil, para a formação de uma consciência ética e crítica da sociedade brasileira, o Governo do Estado externou uma nota de esclarecimento, cuja leitura, com muita satisfação, venho fazer da tribuna do Senado Federal, em respeito, como já disse, ao jornal **Folha de S. Paulo** e à sociedade brasileira, que tem acompanhado com muita consideração e expectativa o dia-a-dia histórico do Governo do Estado do Acre no seu segundo mandato dentro de uma gestão do Partido dos Trabalhadores.

Lá, temos orgulho de dizer que andamos na rua de cabeça erguida também, reconhecidos e respeitados por todas as pessoas. Todos acreditam na vida pública no meu Estado e acreditam no exercício da vida política. Então, isso nos traz muita responsabilidade e muito zelo pela imagem e pelo dia-a-dia como homem público. E o Governo do Estado, agindo dessa forma, cumpre, num gesto democrático e de respeito ao jornal **Folha de S. Paulo**, o dever de emitir uma nota de esclarecimento, que tenho muita satisfação em trazer à leitura do plenário do Senado Federal.

1. Nosso compromisso público de zelar pela ética e a boa gestão dos recursos do Estado – embora estranhe a abordagem política da matéria em que o jornal Folha de São Paulo questiona um contrato de serviços realizado pela Secretaria de Comunicação –, obriga o Governo do Acre a reafirmar a lisura e a necessidade pública dos serviços de publicidade praticados sob o Contrato 007/2001, aditado nos termos da Lei 8.666 e executado de acordo com Orçamento aprovado anualmente pela Assembléia Legislativa. Sua legalidade é reconhecida pela Procuradoria-Geral.

2. Comparando de forma simplista o valor inicial do contrato com a soma do valor de serviços realizados em 50 meses de trabalho, a Folha de São Paulo induz o leitor ao erro, destacando que o “Acre reajusta contrato em 585%”. Efetivamente, de 2001 a 2005, os aditamentos permitidos pela Lei 8.666 produziram um reajuste médio de 29% para cada período de 12 meses no referido contrato. Neste mesmo período, o Orçamento Geral do Estado cresceu de R\$890 milhões para R\$1 bilhão

e 611 milhões, mostrando que o crescimento do Contrato de 4 milhões em 2001 para um patamar atual de 7,1 milhões/ano é compatível com o crescimento das atividades do Estado, pois o aumento dos serviços e obras do Governo refletem na necessidade de comunicação com o público – lembrando que a Secretaria de Comunicação, através deste contrato, viabiliza a produção e veiculação da propaganda exigida por todas as secretarias e órgãos do Governo.

3. Comparado com outros Estados, o Governo do Acre é um dos que menos gasta com propaganda. Para se ter uma idéia, a Prefeitura de Rio Branco, capital do Estado do Acre [com 50% da população do Estado], gastou em 2004 mais de R\$7 milhões com publicidade, mesmo tendo um orçamento dez vezes menor que o do Estado.

4. É lamentável que a matéria extrapole os limites do questionamento legítimo a um contrato público de prestação de serviços, para forçar uma associação com uma crise política de âmbito nacional. A empresa ASA Comunicação habilitou-se a este contrato vencendo uma licitação pública. Suas atividades junto ao Estado limitam-se aos termos do contrato, e o Governo do Acre não tem nenhuma ingerência sobre seus dirigentes ou funcionários.

5. Há mais de seis anos o Governo do Acre mantém uma dura rotina de trabalho e esforços. Enfrentou a corrupção, resgatou a capacidade de ação do Estado, reativou a economia local e mantém seus esforços focados na melhoria da qualidade de vida da população, sobretudo dos mais pobres. E para isto nunca recorreu a atalhos.

Rio Branco, 04 de julho de 2005.

Governo do Estado do Acre

Esse é um gesto de respeito e atenção, pela importância que tem para a democracia e para a transparência na vida pública brasileira o jornal **Folha de S. Paulo**.

O SR PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Ex^a é um grande democrata, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela, por cinco minutos.

O SR MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr Presidente, Sr^s e Srs Senadores, a cada dia que passa, mais nos convencemos da importância de fazermos a reforma política neste País. Não tenho mais dúvida alguma de que a reforma política é a mãe de todas as reformas.

É preciso que a Câmara Federal e o Senado da República, neste momento, por meio de seus líderes e de seus políticos mais experientes, comecem a trabalhar intensamente essa reforma política. A meu ver, se continuarmos com essa situação, com essa forma de fazer política no Brasil, vamos continuar convivendo com escândalos e mais escândalos.

Aconteceram escândalos no Governo Fernando Collor de Mello, no Governo Fernando Henrique e, agora, no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E qualquer Presidente que assuma o Brasil com essa forma de se fazer política verá os escândalos se sucederem.

Temos, em primeiro lugar, de acabar com o instituto da reeleição. A reeleição é um câncer para este País. Aliás, sempre me opus à reeleição e não quis disputar a recondução ao Governo do meu Estado. Todo Governador, todo Prefeito, todo Presidente da República já inicia o seu mandato pensando na reeleição, procurando desacelerar a máquina para acelerá-la no último ano de governo, e não faz as obras necessárias para o País com a devida urgência para fazê-las no ano eleitoral. Além dos governos inescrupulosos, a reeleição, sem dúvida alguma, é um desastre para este País. Aqui não faço referência a nenhum Governador, a nenhum Prefeito e a nenhum Presidente da República, mas todos eles já pensam em fazer a caixinha de campanha para a sua reeleição.

Então, a primeira iniciativa neste País tem de ser acabar com o instituto da reeleição, ainda que se tenha de alongar o mandato dos executivos para cinco anos para fazer coincidir as eleições no futuro. De qualquer forma, o instituto da reeleição tem de ser banido da vida pública brasileira.

Financiamento privado de campanha, esse é outro câncer; talvez seja a fonte das fontes de corrupção neste País. Ninguém financia campanha sem esperar retorno, e o retorno, muitas vezes, é gigantesco. Com o financiamento privado de campanha, os idealistas, os pobres, os homens sérios, as mulheres sérias não podem concorrer a cargo algum. Hoje, para se eleger Vereador em qualquer capital, gasta-se uma fortuna; em qualquer cidade de tamanho médio, gasta-se uma fortuna. Temos, portanto, de abolir de uma vez por todas o financiamento privado de campanha. Temos de instituir o financiamento público de campanha. Vai ficar extremamente mais em conta para a vida pública brasileira – eu tenho convicção disso.

Precisamos acabar com a infidelidade partidária, com o troca-troca, que também é extremamente oneroso para os cofres públicos. Ninguém troca de partido se não for para levar vantagem, são raras as exceções. Existem aqueles que saem da situação para ir para a

planície da oposição, mas, em cem, acontece um, dois casos no máximo; a maioria, 99%, sai da oposição para a situação, almejando cargos, secretarias, a direção de empresas e, às vezes, até dinheiro.

Precisamos acabar com esse troca-troca de partido. O partido tem de ser detentor do mandato do parlamentar ou do integrante do Executivo, que, se quiser deixar o partido, também terá de deixar seu mandato. Não é possível mais conviver com essa situação no Brasil. Nas câmaras de vereadores, nas assembleias legislativas, nas prefeituras municipais, na câmara federal e assim por diante, precisamos dar um basta nessa situação. A política brasileira tem de resgatar a sua dignidade. É preciso estabelecer parâmetros para esse troca-troca de partidos.

Dessa forma, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, precisamos nos debruçar sobre o estudo da reforma política no Brasil, e isso tem de ser feito de forma rápida e urgente, para que possamos restabelecer a tranquilidade na vida pública brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Os Srs. Senadores Leonel Pavan, Alvaro Dias, Reginaldo Duarte, Teotônio Vilela Filho, Flexa Ribeiro e Papaléo Paes enviaram discursos à Mesa alusivos ao presente evento para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar as matérias, publicadas pela Revista Época do último dia 13 de junho, intituladas “O PT assombra o Planalto” e “A reeleição de Lula corre riscos”.

As matérias mostram que as denúncias explosivas apresentadas pelo Deputado Roberto Jefferson detonaram a mais grave crise política dos últimos anos; segundo as matérias, o PT senta agora no banco dos réus para ser acusado de carregar a “mala preta”, imagem-síntese da roubalheira nacional, para corromper e subornar políticos.

As matérias mostram, ainda, em uma de suas chamadas, que “Lula prevê meses de crise política, vê riscos para obter segundo mandato e se distancia do PT”.

Sr. Presidente, pela oportunidade do assunto e para que conste dos Anais do Senado da República, requeiro que as matérias acima citadas passem a integrar este pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

As denúncias explosivas do deputado Roberto Jefferson, o homem-bomba do PTB, detonaram a mais grave crise política dos últimos anos e jogaram uma espessa nuvem de fumaça sobre o futuro próximo. Ao contar, numa gravíssima entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*, que o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, pagava mesada de 30 000 reais aos deputados do PP e do PL, Roberto Jefferson fez uma vítima poderosa: o PT, essa legenda que, acalentada no berço por sindicalistas, estudantes e intelectuais e alçada ao comando do país aos 22 anos de vida, senta agora no banco dos réus para ser acusada de carregar a mala preta, imagem-síntese da roubalheira nacional, para corromper e subornar políticos.

Logo o PT, que, em todas as pesquisas de opinião, sempre apareceu em primeiro lugar como o partido mais "idôneo" e mais "confiável" do país. As denúncias de Roberto Jefferson

ainda precisam de apuração, mas já acertaram o coração do PT, comprometendo seu discurso histórico em defesa da ética, e — o que é ainda mais grave — podem fazer sangrar o Palácio do Planalto. A pergunta inevitável é se Lula sabia das traficâncias do tesoureiro do PT. Antes mesmo que se tenha uma resposta sem rodeios a essa pergunta, o simples fato de a dúvida existir já atinge o presidente. Lula começou seu governo sendo comparado ao americano Franklin Roosevelt, presidente que venceu a II Guerra Mundial e tirou seu país da depressão econômica. Terá sorte se sair dele com a avaliação de que, pelo menos, foi diferente de Fernando Collor.

Na entrevista, entre insinuações, provocações e recados explícitos ou velados, Roberto Jefferson disse que:

■ O dinheiro das mesadas era entregue pelo tesoureiro Delúbio Soares a líderes ou presidentes dos partidos. Os deputados Valdemar Costa Neto e Bispo

Muitos escândalos, pouca explicação

Escândalo dos Correios

Na edição que chegou às bancas em 14 de maio, VEJA denuncia a existência de um esquema de corrupção nos Correios. O então chefe do departamento de contratação e administração de material, Maurício Marinho, é flagrado, em vídeo, recebendo suborno de empresários e dizendo que a cobrança da propina era comandada pelo próprio presidente do PTB, Roberto Jefferson

O que falta explicar

Sendo os Correios um órgão da administração federal, a pergunta é: Roberto Jefferson teria agido por conta própria ou com a anuência de membros do governo?

Propina no IRB

Na edição que chegou às bancas em 21 de maio, VEJA revela que **Lídio Duarte** se demitiu do cargo de presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) por não suportar mais cobranças do PTB para que recolhesse mensalmente 400 000 reais para o partido. Em junho, em depoimento à Polícia Federal, Duarte negou as pressões. Dois dias depois, VEJA publica gravações que mostram que o ex-presidente do IRB mentiu à PF

O que falta explicar

Por que Lídio Duarte mudou sua versão? Após sua saída do IRB, seu sucessor, Luiz Appolonio Neto, cedeu às pressões do PTB? O superior de ambos, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, sabia da cobrança de propina?

Indicação polêmica

Na edição que chegou às bancas em 28 de maio, o senador **Fernando Bezerra**, líder do governo, diz em depoimento a VEJA que não conseguiu indicar um afiliado político para a diretoria de tecnologia dos Correios. Isso porque, segundo foi informado, a nomeação atrapalharia uma licitação fraudulenta em área de interesse do PT

O que falta explicar

Por que uma licitação deveria ser de interesse de um partido e por que a nomeação de alguém de fora dos quadros do PT atrapalharia esse processo?

Cupins da corrupção

Na edição que chegou às bancas em 4 de junho, VEJA publica reportagem que aponta três petistas entre os presos numa operação da PF contra a corrupção no Ibama de Mato Grosso. Um dos detidos é **Hugo Werle**, gerente executivo do instituto, membro do conselho fiscal do PT no estado e arrecadador informal da campanha do partido à prefeitura de Cuiabá no ano passado

O que falta explicar

Como um ocupante de alto cargo no governo federal pôde, ao mesmo tempo, atuar como arrecadador de recursos para uma campanha eleitoral do PT?

O Homem-Bomba

Em entrevista à *Folha de S. Paulo*, publicada no dia 6 de junho, **Roberto Jefferson** diz que o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, era responsável por um esquema de pagamento de 30 000 reais a parlamentares da base aliada em troca de apoio nas votações de interesse do governo. A prática, conhecida por mensalão, foi denunciada por Jefferson a pelo menos três ministros e ao próprio presidente Lula

O que falta explicar

Se a acusação é verdadeira, de onde vinha o dinheiro das propinas? E quem autorizava Delúbio a distribuí-las?

do fato de que o PT se recusou a aumentá-la para algo entre 50 000 e 60 000 reais mensais.

A reação à denúncia é um notável choque de versões. Houve desde ministro que fez silêncio sobre o assunto (José Dirceu) até ministro que confirmou tudo mas nada fez por falta de provas (Ciro Gomes). Houve ministro que confirmou só uma parte (Mares Guia) e ministro que negou tudo (Antonio Palocci). Houve, ainda, quem tenha confirmado até mais do que lhe foi perguntado. Miro Teixeira disse que recebeu a denúncia, mas acrescentou que Jefferson lhe narrou inclusive “uma cena de corrupção num ambiente minis-

terial”. O presidente Lula, por sua vez, admitiu ter ouvido falar da mesada, porém ressaltou que não recebera uma denúncia, mas só um “comentário genérico”, sendo que Jefferson não apontou “fatos” nem “pessoas”. Lula mandou dizer que, ao tomar conhecimento disso, pediu a dois auxiliares que examinassem o assunto. Os dois souberam que a Câmara faria uma investigação quando o caso foi denunciado por Miro Teixeira ao *Jornal do Brasil*, em setembro de 2004. Mas, como Miro disse que não disse o que dissera ao *JB*, o caso foi arquivado na Câmara. E o governo se deu por satisfeito.

E A REELEIÇÃO?
O presidente Lula: ele diz que perdeu o ânimo de tentar a reeleição e, agora, só quer preservar a sua biografia

Rodrigues, ambos do PL, e Pedro Henry, do PP, recebiam e distribuíam nas suas bancadas.

■ A mesada de 30 000 reais também foi oferecida ao PTB, mas ele, Roberto Jeffe-

son, não aceitou a proposta.

■ Em um ano de peregrinação para denunciar o caso, Jefferson relatou o episódio — pela ordem — aos ministros Walfrido Mares Guia (Turismo), José Dirceu (Casa Civil), Ciro Gomes (Integração Nacional), Miro Teixeira (então ministro das Comunicações) e Antonio Palocci (Fazenda).

■ Em janeiro deste ano, contou ao presidente Lula em reunião com quatro testemunhas. Lula chorou. O pagamento da mesada foi interrompido. “Ele meteu o pé no breque”, disse Jefferson.

■ Contraditoriamente, a crise na base do governo no Congresso Nacional não resulta da suspensão da mesada, mas

O que vai acontecer agora

Pelo menos uma CPI será aberta no Congresso, restando definir se investigará somente o escândalo dos Correios ou também o mensalão

De todas as negativas e explicações, a mais impressionante veio do tesoureiro Delúbio Soares. Na quarta-feira, depois de dois dias escondido da imprensa, o tesoureiro, diligentemente escoltado pelo presidente do PT, José Genoíno, apareceu diante de uma cen-

tena de jornalistas para explicar-se. Com lábios ressecados de nervosismo, vacilante e inseguro, Delúbio disse que estava sendo “caluniado e massacrado”, mas não acusou Roberto Jefferson de ser um mentiroso. Não prometeu levá-lo às barras dos tribunais, não exigiu retratação e, na passagem mais lamentável, recusou-se a fazer uma acareação com seu detratador. Pior: disse que Jefferson, cujo nome não citou, fazia “chantagem”. É uma declaração enigmática, já que chantagem pressupõe que o chantageado tenha culpa no cartório, pois do contrário não é chantagem. É blefe inócuo (veja quadro na pág. 56). Mas, antes que respostas esclarecedoras surgissem, Genoio levantou-se e encerrou a entrevista com linguajar de galpão: “Agora chega, vamos embora”. O tesoureiro deixou a sede do PT sendo, como sempre, escoltado por batedores de motocicleta. Um luxo de autoridade.

O presidente Lula queria uma resposta mais firme e irritou-se com a decisão do PT de manter Delúbio Soares no cargo de tesoureiro. Na noite anterior à entrevista do tesoureiro, o presidente teve uma conversa áspera com José Genoio. Foi por telefone. Durou uns dez minutos. Segundo relato obtido por VEJA de dois ministros que tes-

temunharam o diálogo, Lula acusou o PT de estar “acabando com o governo” e exigiu que o partido afastasse o tesoureiro do cargo enquanto as investigações fossem realizadas. No dia seguinte, ao saber que não fora atendido, fez um desabafo a dois ministros. “O PT não entendeu o tamanho da crise”, disse. Falou mal do ministro José Dirceu, responsabilizando-o pela construção de uma base política tão irremediavelmente fisiológica. Criticou outros ministros petistas, como Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social, e Humberto Costa, da Saúde, reclamando que nunca lhe apresentam soluções, apenas problemas. Poupanças apenas o ministro Antonio Palocci, da Fa-

“Ponho à disposição meu sigilo fiscal e bancário”

DELÚBIO SOARES

Evidentemente, Soares não teria tirado dinheiro da própria conta bancária para pagar propinas a deputados. A referência à quebra de seu sigilo telefônico — este, sim, fundamental nas investigações — não foi mencionada pelo tesoureiro

“Em trinta anos de militância, não acumulei bens nem vantagens. Tudo o que tenho foi com muito esforço”

DELÚBIO SOARES

Soares não fez menção à acusação de que teria comprado, em dinheiro vivo, uma fazenda em Goiás, registrada em nome de parentes e com preço abaixo do valor de mercado

“Não tenho nenhum problema em encontrar com o presidente do PL (Valdemar Costa Neto), seja na minha casa, seja no escritório do PT”

DELÚBIO SOARES

O tesoureiro também não disse os motivos que justificariam o fato de um petista sem cargo no governo federal encontrar-se com o principal dirigente de um partido da base aliada

zenda, que está se tornando cada vez mais o interlocutor mais assíduo e mais confiável de Lula.

O que o PT não entendeu é que será impossível e inútil tentar espantar a crise atual com palavreado vazio, como se a platéia fosse formada por uma massa de imbecis. Na segunda-feira de manhã, tão logo a entrevista-bomba de Jefferson chegou às bancas, o PT levou quase quatro horas reunido para, ao fim, lançar uma nota pífia. Sem a indignação dos injustiçados, a nota limita-se a dizer que as denúncias não têm “o mínimo fundamento na realidade” — e, oito horas depois, para desmoralização do teatro petista, o próprio presidente Lula confirmaria que ouvira,

partidos diferentes — são eles: PT, PMDB, PSB, PP e PFL —, mas todas informam que o pagamento era feito pelo PT. Esses políticos contam que Delúbio desembarcava em Brasília com o dinheiro e se dirigia à residência dos líderes e presidentes de partidos para fazer a distribuição. Novidade? Desgraçadamente, talvez não. Já começam a se solidificar com indícios os rumores insistentes de que a mesma prática foi adotada na gestão da ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy (*veja reportagem na pág. 69*).

É possível que a compra de deputados, se vier a se confirmar, seja uma expressão pecuniária do desprezo que o PT nutre pelo Parlamento. “O PT acredita que é um poder burguês.

sim, o “comentário genérico” de Jefferson. Na nota, o PT ainda cai na estupidez de afirmar que a relação do partido com as legendas aliadas “se assenta em pressupostos políticos e programáticos” — e, um dia depois, com o partido novamente desmoralizado pela mais óbvia das evidências, um ministro viria a público dizer que o PT estava pagando o preço por andar com “más companhias”, o que nada tem a ver com os tais “pressupostos políticos e programáticos”.

Pagando um preço, literalmente: são 30 000 reais por mês para um plan-

Por isso, acha que lá só tem corrupto e que o jeito mais fácil de controlá-lo é com dinheiro”, afirma um dos petistas mais bem votados para deputado federal. É fato que o PT, sob o comando do ministro José Dirceu, fez a mais aciutada e violenta intervenção nos partidos representados no Congresso Nacional. O PL, por exemplo, saiu das urnas com 26 deputados e hoje tem mais que o dobro disso — precisamente 53. O PP elegeu 49 deputados e hoje tem 54, com um crescimento bastante modesto. Já o PTB, o partido que não aceitou receber o mensalão, segundo Jefferson, cresceu de 26 para 47 deputados. Sabe-se lá à base de que argumentos ideológicos. A idéia, ao promover esse inchaço, nasceu de uma arrogância tipicamente petista: aumentava-se a base de apoio ao governo mas mantinha-se a pureza ética e ideológica do PT, sem contaminá-lo com a filiação de políticos fisiológicos e aventureiros.

tel estimado de uns noventa deputados, o que daria cerca de 2,7 milhões de reais mensais. A mesada, que na gramática de Jefferson é mensalão, uma irônica referência ao apelido dado ao pagamento antecipado de imposto por contribuintes com mais de uma fonte de renda, é um segredo de po-

lichinelo no Congresso. Na semana passada, VEJA conversou com três ministros, cinco deputados e um senador: todos confirmaram, com a condição de não ter a identidade revelada, a existência do mensalão. As nove fontes ouvidas pela revista pertencem a cinco

O mensalão é um enorme desastre para o PT. O partido que encarnou as aspirações nacionais de ética na política e construiu uma liderança moral agora enfrenta o desafio de reinventar-se, sob pena de virar cinzas. O PT perdeu uma perna quando arriou sua bandeira de combate à “política econômica neoliberal”, dado o fato de que o governo Lula aderiu — responsabilmente, diga-se — às práticas civilizadas do equilíbrio fiscal e manteve com ênfase redobrada a rota econômica do governo anterior. Restava seu discurso histórico em defesa da ética na política e da moralidade pública. Essa segunda perna começa agora a fraquejar. Terá o PT se degenerado numa máquina gluttona que corrompe até seus militantes mais antigos? Um caso envolve um ex-professor de matemática, Delúbio Soares, que saiu de uma família humilde no interior de Goiás para virar um dirigente partidário — perfil clássico de petista. Em outro caso, o acusado de cobrar propina é um ex-professor de geografia, Hugo Werle, sujeito de classe média que vira funcionário público ao assumir o Ibama em Mato

Grosso — outra biografia-padrão de petista (*veja reportagem na pág. 70*). São eles os novos corruptos?

O PT já atravessou várias crises. A última, que colocou em campos opostos o Palácio do Planalto e uma parte do partido, aconteceu durante o debate em torno da aprovação da reforma da Previdência Social. Agora, porém, a natureza ética da crise torna as coisas

ainda mais confusas e imprevisíveis. Na bancada do PT, na semana passada, havia praticamente unanimidade sobre os casos de corrupção nos Correios e no IRB e também sobre o pagamento de mesadas — mas todos ressalvavam a figura do presidente Lula. Em São Paulo, o secretário-geral do PT, Silvio Pereira, o outro membro da cúpula petista que, segundo as palavras do mi-

nistro José Dirceu, não conseguiria escapar de uma CPI minimamente bem-feita, queria pedir licença do partido para defender-se. Foi demovido, mas fez um desafo: “Depois do que vi nesta semana, não confio em mais ninguém. Só na minha família e em meus amigos”. Não se conhecem os motivos exatos da irritação de Silvio Pereira, mas o fato é que a ameaça de Jefferson — de que, se caísse, levaria junto José Dirceu, Delúbio Soares e o próprio Silvio Pereira — começou a materializar-se na semana passada com as denúncias contra o tesoureiro.

A crise, no entanto, não está apenas no PT. O Palácio do Planalto ainda pode vir a ser atingido em cheio por ela. Em primeiro lugar, porque Delúbio Soares sempre foi um desenvolvido frequentador do Palácio do Planalto. Não era uma sombra oculta nos desvãos do poder, como seu antecessor PC Farias no governo de Fernando Collor. Além disso, na

semana passada o governo tentou tomar distância do mensalão, mas escolheu um caminho risível. Ao comentar o assunto, o ministro Aldo Rebelo tentou dizer que isso não afetava o governo, pois era uma denúncia de pagamento do PT e outros dois partidos (PL e PP). Ora, a quem interessa que os deputados do PL e do PP votem a favor dos projetos do governo? Por acaso o

PT virara só uma espécie de “especulador de partidos”, comprando legendas na baixa para vendê-las na alta? E tudo isso sem nenhum outro interesse além do de faturar uma grani-nha? A senadora Heloísa Helena, expulsa do PT há um ano e meio e hoje filiada ao PSOL, tem uma explicação explosiva para as atividades de Delúbio e Waldomiro Diniz, aquele ex-assessor de José Dirceu que foi pilhado pedindo propina. “Se Delúbio, Waldomiro e outros, entre outras coisas, quadros partidários agiam, é porque havia autorização e leniência do presidente Lula”, afirma a senadora. “Pelo que eu conheço do PT, não existe atuação individual.”

O presidente Lula parece ter sucumbido à perplexidade desde que VEJA trouxe a primeira reportagem mostrando a corrupção nos Correios e, depois, no IRB. Mas, na semana passada, finalmente adotou uma linha correta e mais vigorosa. Demitiu as diretorias das duas estatais sob suspeita, mandou os governistas apoiarem a criação da CPI dos Cor-

reios e defendeu a reforma política, que se esconde na origem da bagunça partidária e da feira fisiológica que se realiza no Congresso. Fez, ainda, seu melhor discurso desde que a crise começou. Ao discursar na abertura de um fórum sobre corrupção promovido

pela ONU em Brasília, Lula disse que, se for necessário, vai “cortar na própria carne” e, demonstrando clareza, diagnosticou: “O que está em jogo é a respeitabilidade das nossas instituições, das quais sou o principal guardião”. Com isso, a CPI dos Correios saiu do papel. Mas outra está a caminho — a CPI do Mensalão. O pedido de abertura foi apresentado por PPS, PV e PDT, depois que correu a suspeita de que petistas e tucanos fizeram acordo para que a CPI dos Correios acabasse em pizza. “Não vamos permitir que qualquer acordo impeça a faxina ética que o país exige”, diz o senador Demostenes Torres, do PFL de Goiás.

Mesmo tendo adotado um rumo correto para fazer frente à crise, o presidente Lula esteve desanimado na semana passada. Chegou a comentar, em

conversas reservadas com interlocutores mais íntimos, que perdera o ânimo para disputar a reeleição e que seu objetivo, agora, teria passado a ser encerrar bem seu mandato e evitar um processo de impeachment. Sim, falou-se na palavra impeachment, uma possibilidade que passou a ser discutida não apenas nas rodas de oposição, mas também no principal gabinete do Palácio do Planalto. Tudo o que Lula dizia querer, na semana passada, era lutar para preservar sua biografia, marcada por uma honestidade de propósitos e pela defesa da ética. Para um ministro, Lula comentou: “Não vou segurar ninguém acusado de corrupção. Esse governo não é conivente com corruptos e não vou manchar minha biografia”. Que assim seja. ■

A CONTRAMARCA DO PT

Com o agravamento da crise, o partido do presidente Lula decidiu apolar e tentar controlar a CPI dos Correios

▶ **14 de maio**
O funcionário dos Correios Maurício Marinho é acusado de cobrar propina de empresários

▶ **16 de maio**
Os partidos de oposição começam a coletar assinaturas para criar a CPI dos Correios. O PT e o governo são contra e dizem que a PF e o Ministério Público já estão investigando

▶ **17 de maio**
A esquerda do PT apóia a CPI. Lula se reúne com os líderes da base aliada, mas não consegue barrar a CPI

▶ **18 de maio**
Lula defende Jefferson e diz “que ninguém pode ser culpado antes de ser julgado”. PFL e PSDB protocolam o requerimento de criação da CPI

▶ **21 de maio**
O PT “orienta” seus deputados e senadores a não assinar o pedido de CPI. Os que já assinaram podem manter as assinaturas. FHC compara o governo a um “peru bêbado”

▶ **22 de maio**
Lula pede rigor na investigação dos Correios, o que é entendido como uma tentativa de impedir a CPI. O ministro Márcio Thomaz Bastos anuncia investigações no IRB

▶ **23 de maio**
O governo pressiona mais de 80 deputados aliados a retirar suas assinaturas do requerimento da CPI. O ministro Aldo Rebelo acusa os dissidentes de servir como linha auxiliar “da desestabilização do país”

THOMAS TRAUMANN E RAQUEL ULHÔA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva está angustiado. A semana que começou com a denúncia de que deputados governistas recebiam mesada e terminou com o governo estremeado com o PT deixou o presidente desanimado. Mais de uma vez ele mencionou a auxiliares a possibilidade de não ser mais candidato à reeleição. Não foi a primeira vez, mas até pouco tempo atrás a ameaça era tomada como um desabafo natural do desgaste da função. Nos últimos dias, porém, o tom de Lula se tornou mais grave. O presidente acha que a crise durará meses e teme sinceramente que a população passe a comparar seu governo com a roubalheira dos anos Collor – e

que ele entre para a História como o sindicalista que fracassou ao chegar ao poder. “É a minha história que está em jogo”, disse um Lula irritado a um auxiliar. O presidente está convencido de que o combustível das denúncias é a eleição presidencial de 2006 e que a desistência da reeleição seria, em último caso, a carta na manga para evitar o degredamento da economia e a perda do controle da administração.

Os ministros que ouviram Lula são unânimes em dizer que, até segunda ordem, o presidente continua candidato. “Vai depender das condições, de como forem os acordos com os partidos aliados, do que der para ser feito no segundo mandato”, disse Lula a um ministro. “Não vou ser candidato como Fernando Henrique, que in-

sistiu, insistiu, e não fez nada no segundo governo.”

A agonia de Lula se dá simultaneamente à irritação daquele que foi um dia seu braço direito – o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu. De volta a Brasília após uma viagem à Europa, Dirceu passou a quinta e a sexta-feira em reuniões com ministros e amigos. Exasperado com a tática do Planalto de se distanciar do PT, Dirceu fala em deixar o governo. “O PT é maior que o governo”, disse Dirceu a um amigo. “O partido não pode ser sacrificado pelo projeto da reeleição.” Dirceu continua magoado com o que considera falta de confiança do presidente. O estremeamento entre Lula e Dirceu já dura meses. Tornou-se público com a desistência do presidente de realizar uma reforma ministerial em ▶

24 de maio

Para evitar a CPI, o governo promete verbas de emendas parlamentares e ameaça com uma devassa nas privatizações do governo FHC. O senador Eduardo Suplicy (PT) assina o requerimento da CPI

25 de maio

A CPI é instalada

30 de maio

O governo briga pela relatoria e pela presidência da CPI. A oposição ameaça obstruir a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias caso o PT tente minar a CPI

31 de maio

O governo tenta “matar” a CPI na CCJ da Câmara, arguindo sua inconstitucionalidade. “Não vai haver CPI”, diz João Paulo Cunha (PT-SP), ex-presidente da Câmara

1º de junho

O relator do parecer anti-CPI na CCJ, Inaldo Leitão (PL-PB), se declara isento, apesar de ter assinado o requerimento da CPI e depois recuado diante da pressão do governo

2 de junho

O PT ameaça negar legenda aos rebeldes em 2006

8 de junho

Jefferson acusa o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, de pagar mesada a parlamentares do PP e do PL para votarem a favor do governo. Genoíno nega as denúncias e ameaça ir à Justiça contra o deputado. O ministro Aldo Rebelo confirmou que Jefferson já alertara Lula sobre a mesada. A CPI torna-se inevitável. O PT mantém-se contrário

7 de junho

O governo recua e defende a CPI. A cúpula do PT discorda. Caem as diretorias dos Correios e do IRB

8 de junho

Contrariando Lula, a direção do PT mantém Delúbio Soares no partido. Delúbio nega as acusações de Jefferson

9 de junho

Ocorre a primeira sessão da CPI dos Correios

março, mas tem motivo real na discordância dos dois em relação à política econômica. Por coincidência, Dirceu voltou para o Brasil mais crítico quanto à gestão do ministro Antônio Palocci.

Ao ler a entrevista do deputado Roberto Jefferson, à *Folha de S. Paulo*, acusando o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, de distribuir mesadas a deputados do PP e do PL, Dirceu concluiu ser ele próprio o alvo real dos ataques. Aos amigos, afirmou não temer nenhuma acusação futura e que está pronto para reassumir sua vaga de deputado federal e

contra-atacar. Está sendo contido sob o argumento de que este é um momento ruim para deixar o governo e que seria melhor aguardar uma possível reforma ministerial. Um pretexto para sua saída seria a instalação da CPI que investiga o ex-assessor Waldomiro Diniz, que depende de votação no Supremo Tribunal Federal. Se a CPI sair, Dirceu poderá deixar o ministério sem abrir um novo flanco de crise no governo.

Por sua vez, o presidente reagiu com frieza às denúncias. Falou com o tesoureiro Delúbio Soares e José Genoíno. Lula saiu das conversas crente na inocência dos amigos de décadas. Lembrou do episódio em que foi acusado de comprar um apartamento irregularmente para dizer que não faria prejuízo. Mas, segundo avisou, não

protegerá ninguém. “Cortaria na própria carne”, discursou na terça-feira.

Segundo versão que corre no Planalto, o PT realmente teria repassado dinheiro para partidos aliados. Nas eleições de 2002, o PT teria se comprometido a ajudar o caixa do PL. Não cumpriu e, segundo essa versão, teria ajudado a quitar dívidas de campanha no ano seguinte. Em 2004, novamente o PT teria prometido ajuda às campanhas do PL e do PTB. Mais uma vez, algumas contas teriam ficado para o ano seguinte.

Ao ler a entrevista de Jefferson, Lula chamou os ministros da Coordenação Política, Aldo Rebelo, e do Turismo, Walfrido Mares Guia (do mesmo partido de Jefferson), e reconstituiu o encontro que teve com o deputado. Pela enésima vez, o presidente se exasperou pela mania

■ **Funcionários indicados por Roberto Jefferson** foram denunciados por cobrar propina para favorecer empresas em licitações no órgão. **Maurício Marinho**, então chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material da estatal, cita em gravação que o deputado **Roberto Jefferson** seria o comandante do esquema. No dia 7, o presidente e parte da diretoria dos Correios pediram demissão

■ **O deputado** é acusado de pedir mesada, por intermédio do corretor **Henrique Brandão**, ao Instituto de Resseguros do Brasil. No dia 7, a diretoria do IRB pede demissão. O genro de **Jefferson**, **Marcus Vinícius Teixeira**, já foi funcionário de **Brandão**

■ **Em denúncia** publicada por *ÉPOCA* na semana passada, o sorveteiro **Durval da Silva Monteiro** aparece como **laranja** de **Jefferson** em duas rádios no interior do Estado do Rio de Janeiro

“Não há acusação contra o governo. Um partido (PT) é acusado de pagar parlamentares”

ALDO REBELO,
ministro da Coordenação Política

governista de não negar as versões sobre reuniões no Palácio do Planalto que vazam para a imprensa. Lula não chorou ao ser chamado num canto e ouvir de Jefferson que havia um “boato de mesada no Congresso”. Ficou intrigado, mas depois de conversar com Aldo e o líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia, considerou que se tratava de um rumor. Também não disse que daria “um cheque em branco para Jefferson”, como amigos do deputado disseram aos jornalistas, mas realmente chamou o presidente do PTB de “parceiro”. Depois da entrevista, Lula mudou de opinião.

Um ingrediente novo neste episódio é a solidão do presidente. Historicamente, Lula mantinha o hábito de sindicalista de só dar sua palavra depois de ouvir o que a assembléia tinha a dizer. Era normal Lula dar uma opinião que refletia a média do que os interlocutores pensavam. Hoje isso mudou. Ao receber ministros, Lula fala muito e ouve menos. Quando assumiu o governo, tomava as principais decisões depois de falar com Dirceu, Palocci, Luiz Gushiken (Comunicação) e Luiz Dulci (Secretaria-Geral). Hoje só ouve a Palocci.

Lula mudou também em relação ao PT. O presidente tem reclamado das críticas do partido, antes restritas às alas de esquerda e que hoje ganham força com os ataques à política econômica. Embora reclame muito das seguidas ▶

MENSALÃO

■ O deputado teria ouvido falar do mensalão em quatro ocasiões: em 2003, **José Carlos Martinez** (morto em um acidente em outubro do mesmo ano), então presidente do PTB, teria pedido a opinião de Jefferson sobre a oferta de receber dinheiro de **Delúbio Soares**; no fim de 2003 o líder do partido na Câmara, **José Múcio (PE)**, segundo Jefferson, foi procurado por **Delúbio**; **José Múcio** teria sido pressionado por parlamentares do PL e do PP a aceitar o pagamento; o deputado **Pedro Henry (PP-MT)** teria oferecido o mensalão a deputados do PTB

QUEM SABIA

■ O deputado do PTB diz que conheceu o esquema entre o fim de 2003 e o início de 2004, que havia o mensalão para diversas autoridades do governo. Jefferson teria delatado a prática ao ex-ministro das Comunicações **Miro Teixeira**; ao ministro da Fazenda, **Antônio Palocci**; ao ministro do Turismo, **Walfrido Mares Gula**; ao então líder do governo na Câmara, **Aldo Rebelo**; ao ministro da Integração Nacional, **Ciro Gomes**, e até para o ministro da Casa Civil, **José Dirceu**

ESQUEMA

■ Em entrevista à *Folha de São Paulo* no dia 6, o presidente do PTB, deputado **Roberto Jefferson (RJ)**, denuncia a prática de pagamento de **R\$ 30 mil** mensais a parlamentares do PP e do PL para votarem com o governo. O esquema seria encabeçado pelo tesoureiro do PT, **Delúbio Soares**

altas de juros e esteja pressionando Palocci muito mais que nos últimos meses, Lula continua confiando em seu ministro da Fazenda. Foi a pedido de Lula que Aldo Rebelo reagiu à entrevista de Jefferson dizendo que "a denúncia refere-se ao hipotético pagamento de um partido a parlamentares de outros partidos. O governo não sofreu nenhuma acusação".

O alvo era obviamente o PT, que havia aproveitado o escândalo para reclamar dos partidos aliados. "É hora de requalificar a base", disse Genoíno no início da crise. "O governo está pagando o preço das más companhias", acusou o ministro petista Olívio Dutra. Genoíno fez coro: "Más companhias são assuntos do governo, e não do PT".

No Congresso, aliados e oposição enxergaram que, uma vez instalada,

uma CPI torna-se incontrolável. O risco de um processo de impeachment de Lula só é descartado por ora porque não interessa a ninguém. A cautela foi expressa pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em conversa com aliados: "O erro do PT foi não ter deixado Collor sangrar. Eles teriam vencido as eleições. Não vamos cometer o mesmo erro. Vamos deixar Lula sangrando e vencer as eleições", disse FHC a aliados.

Na semana passada, interlocutores do deputado Roberto Jefferson instalaram um clima de pânico e preocupação, dizendo que ele faria novas revelações e tinha provas. De seu apartamento, onde está recluso, Jefferson mandou dizer que não tem fitas com gravações comprometedoras, porque não é araponga. Ainda assim, há muita expectativa em

**“Lula tem uma
história que merece
nosso respeito.
O presidente Lula não
é o presidente Fernando
Collor de Mello”**

AÉCIO NEVES,
governador de Minas Gerais

relação ao depoimento que ele dará nesta semana na Câmara. O da terça-feira, no Conselho de Ética, será aberto. Os depoimentos do presidente do PTB dividirão os holofotes da semana com o início do funcionamento da CPI dos Correios. Na terça, serão definidos o presidente e o relator dos trabalhos, porque não houve acordo entre governo e oposição na reunião da quinta-feira passada. A oposição reagiu à estratégia do governo para ocupar a presidência e a relatoria. A tendência é o governo usar sua maioria na CPI para garantir os cargos e controlar as investigações.

No Congresso, há iniciativas para a criação de outras três CPIs, além da dos Correios. Os líderes governistas na Câmara conseguiram as assinaturas e já protocolaram requerimento para que uma comissão de deputados apure denúncias de compra de votos, incluindo casos da época da votação da emenda da reeleição do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. No Senado, a oposição colheu assinaturas para uma CPI sobre o chamado mensalão do governo Lula. O mensalão também é objeto de outro requerimento para criação de CPI mista, proposta por PPS, PDT e PV.

Nas últimas semanas, Lula voltou a ser pressionado a realizar uma reforma ministerial que incluía o corte de cabeças petistas, a demissão do ministro Romero Jucá (Previdência) e do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles – ambos investigados pela Procuradoria-Geral da República. Como em todas as pressões anteriores que recebeu para mudar o governo, Lula tem resistido. ■

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer um breve comentário sobre as denúncias de corrupção nos Correios e os supostos pagamentos de propina a deputados do PL e do PP, conhecida como “mensalão”, e suas implicações para a governabilidade do País.

O atual Governo petista, ao saber das denúncias de corrupção nos Correios, tentou “barrar” a investigação com a estratégia de evitar a criação da CPI. No entanto, a denúncia do Presidente do PTB, Roberto Jefferson, de que parlamentares teriam recebido “mesada” do tesoureiro do PT, Delúbio Soares, para votarem a favor do Governo, obrigou o Palácio do Planalto a fazer um recuo estratégico.

As tentativas de evitar a apuração das denúncias só agravam ainda mais a crise política que o país

!Especfál, CORRUPÇÃO

OPERAÇÃO DE GUERRA

Lula acorda para a gravidade da crise e manda abrir o cofre — e que cofre! — para sepultar a CPI

Otávio Cabral

Quando apareceu o vídeo da corrupção nos Correios, o presidente Lula ficou indignado. Achou chocantes as imagens do servidor público embolsando a propina de 3 000 reais, mas julgou que a denúncia afetaria apenas a periferia de seu governo. Até onde sabia do caso, Lula não via inconveniente algum na instalação de uma CPI. Na semana passada, o presidente mudou radicalmente de ideia. Depois de conversar com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, na viagem que ambos fizeram à Ásia, e durante o longo voo de regresso ao Brasil, Lula passou a fazer outra leitura da situação. Agora, avalia que a crise política já é suficientemente grave e pode se aprofundar. Conveenceu-se de que o governo tem menos a perder desgastando-se para evitar a instalação da CPI dos Correios do que enfrentando o desenrolar das investigações. Em conversas reservadas no Palácio do Planalto, Lula falou de seus ansiosos e preocupações a três interlocutores diferentes — um ministro, um senador e um deputado — em encontros separados, mas todos

ocorridos na semana passada. Os três, que pediram para que suas identidades fossem preservadas, relataram a VEJA o conteúdo das conversas. Nos relatos, aparecem alguns pontos em comum. Os seguintes:

■ Lula acha que, com a CPI dos Correios, a crise tenderá a aumentar. O presidente diz que não há meios de controlar os desdobramentos de uma investigação parlamentar, principalmente às vésperas de um ano eleitoral, e teme que a crise política, agravando-se, venha a contaminar o bom desempenho da economia. O melhor a fazer, portanto, é matar a CPI na origem.

■ Lula admite que a oposição está aproveitando o momento de desarranjo político do governo, mas acha um propósito falar em “golpismo”. Diz que o jogo da oposição é legítimo e lembra que os opositoristas, pelo menos até agora, não chegaram nem perto do extremo de lançar um slogan pedindo a

renúncia de Lula, como fez o PI ao se apegar à bandeira do “Fora FHC”. ■ O presidente avalia que parte da balbúrdia política no Congresso resulta da ação desgovernada do próprio PT, sempre atropelado por conflitos internos, como o que veio a público com a discussão da CPI dos Correios. “A divisão do PT dá

atravessa. Outro fato agravante é a declaração de Ministros de Estado confirmando que, tanto eles quanto o Presidente Lula, tinham conhecimento dos fatos já há algum tempo.

Portanto, Sr. Presidente, é nesse contexto que solicito que as matérias abaixo relacionadas sejam consideradas parte integrante deste pronunciamento, para que constem dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

municação à oposição e contamina os aliados”, tem dito o presidente.

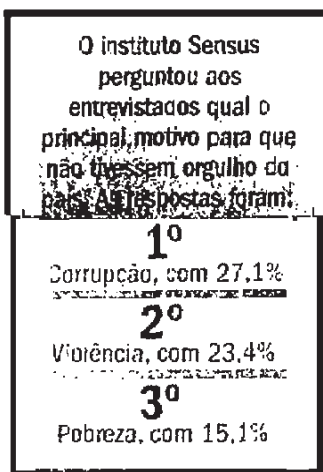
■ Lula julga que seu governo tem sérios problemas de comunicação, sendo incapaz de transmitir à sociedade seu lado positivo — reclamação, diga-se, recorrente em todos os governos. As falhas na comunicação, porém, não significam que ele esteja pensando em trocar o ministro da área, Luiz Gushiken, no qual mantém a confiança.

■ O presidente tem lamentado a carência de bandeiras claras para o governo. Lembra, por exemplo, que a administração tucana tinha o Plano Real. Acha que, no seu governo, essas bandeiras precisam aparecer em áreas socialmente relevantes, como saúde e segurança pública.

Na semana passada, o governo lançou-se numa operação de guerra para sepultar a CPI. A tropa governista passou a contar com a colaboração do ministro Antonio Palocci, da Fazenda, que agora compõe uma tríptica de defesa e ataque com os ministros José Dirceu, da Casa Civil, e Aldo Rebelo, da Coordenação Política. A primeira providência, como sempre, foi acionar a arma mais poderosa — o cofre. Na quinta-feira passada, depois de uma reunião de três horas dos ministros Palocci e Dirceu com líderes dos partidos aliados no Palácio do Planalto, selou-se um acordo. O governo comprometeu-se a liberar os recursos que os parlamentares exigem, embora não se tenham mencionado valores precisos. Os líderes, claro, fizeram

questão de lembrar aos ministros que todos ficariam imensamente gratos se recebessem o 1,5 milhão de reais de suas emendas individuais. Como há 255 deputados fiéis ao Palácio do Planalto, e se cada um deles receber o total de sua emenda, vão jorrar quase 400 milhões de reais do cofre do governo. Quem diria: a administração do PT esancarando o cofre para evitar uma investigação sobre um esquema de corrupção.

É difícil entender por que o governo teme tanto investigar a corrupção quando a corrupção é



um dos grandes inimigos do país — e o PT, particularmente, sempre fez esse diagnóstico. Uma pista está no que o ministro José Dirceu já confessou a correligionários: que uma CPI “minimamente bem-feita” pegaria Delúbio Soares, o tesoureiro do PT, e Silvio Pereira, o secretário-geral do partido (veja reportagem na página 134). Como os dois petistas, o tesoureiro e o secretário, sempre tiveram amplo trânsito no governo, da sua montagem até os dias de hoje, suspeita-se que a descoberta de alguma atividade heterodoxa de um deles acabe respingando no próprio governo — o que explicaria o empenho oficial em barrar a CPI. Entre os mais argutos observadores da cena brasileira, comenta-se que o receio do governo seria maior em relação aos trabalhos de Delúbio do que nos de Silvio Pereira. Silvio Pereira seria o detentor de segredos sensíveis, mas cuja revelação poderia causar um estrago de

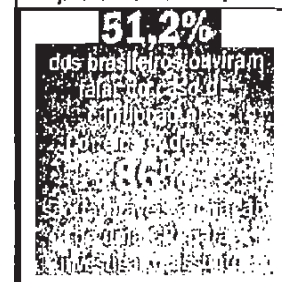
caráter apenas político. Já a descoberta de algum deslize de Delúbio Soares, com sua missão de lidar com enormes quantias de dinheiro, poderia produzir um rombo no casco ético do governo.

A CPI dos Correios, ainda que o governo sustente que seja apenas uma implicância da oposição, surgiu como sempre surgem as melhores CPIs — de fora para dentro. “As duas CPIs que deram resultado, a do Collor e a dos anões do Orçamento, surgiram de fora para dentro, quer dizer, a partir de denúncias da imprensa, como ocorre agora, e em um momento em que há forte desgaste da imagem da classe política”, afirma o deputado Miro Teixeira, do PT do Rio de Janeiro, que participou das duas investigações a que se refere. Com essa gênese, a CPI dos Correios provoca ainda mais temor no governo. Outro aspecto que ajuda as investigações parlamentares é o seu foco. “A CPI deve ser objetiva, investigar um fato objetivo. Se for muito ampla, como foi a CPI da corrupção no governo Sarney, não dá em nada”, diz Miro Teixeira. “A de agora é objetiva, pois levanta a questão da corrupção nos Correios.” Apesar disso, a tropa governista tentará sepultar a CPI na Comissão de Constituição e Justiça nesta semana, sob a alegação de que o pedido de sua criação, em vez de apontar um “fato determinado”, como exige a Constituição, teria sido excessivamente genérico.

Com o questionamento jurídico e o cofre aberto, os petistas do governo estão esbanjando otimismo. “Não vai haver CPI”, afirma, em tom categórico, o líder do PT na Câmara, deputado Paulo Rocha. “Temos maioria na CCJ, temos maioria no Congresso. Vamos utilizar essa maioria para impedir a instalação da CPI, que é somente um palanque eleitoral da oposição.” É possível que a tática do governo venha a ser vitoriosa, mas, no caso do PT, um partido que sempre se enrolou na bandeira da ética, talvez seja uma saída de alto risco no longo alcance. Talvez o eleitor reaja mal ao ver o PT e seu governo empenhados na desmoralizante tarefa de varrer a sujeira para de-

baixo do tapete. Na semana passada, numa pesquisa divulgada pelo instituto Sensus, constatou-se que 31% dos entrevistados acham que a corrupção aumentou sob o governo Lula. Além disso, a corrupção assumiu o primeiro lugar — com 27,1% de menções — na lista das mazelas que mais trazem decepção dos brasileiros com o país. Por fim, da população que acompanha ou ouviu falar da

Uma pesquisa do Instituto Sensus, divulgada na semana passada, mostra que



corrupção nos Correios, nada menos que 86% acha que deveria haver uma CPI no Congresso.

Para ganhar o apoio da opinião pública, e quem sabe até de alguns congressistas, o governo colocou a Polícia Federal para trabalhar com afinco no caso dos Correios e também mandou ampliar a investigação para o Instituto de Resseguros do Brasil, o IRB, no qual surgiu denúncia de que o PTB extraía uma mesada de 100 000 reais. É óbvio que uma apuração policial não tem o poder nem a importância de uma CPI, que pode sugerir até mesmo mudanças institucionais a partir do que descobre, mas o empenho da PF sempre pode dar a impressão pública de que uma CPI é desnecessária. Na semana passada, a PF tomou mais depoimentos. Um deles foi o do ex-presidente do IRB, Lídio Duarte, que contou uma lenda monumental à polícia (veja reportagem na página 130).

Na semana passada, além do otimismo em derrubar a CPI, o governo festejava a criação de uma unidade como nunca houve no governo. Talvez seja um pouco de exagero do governo, considerando que o próprio PT se mantém dividido — e não apenas di-

vidido entre governistas e correntes à esquerda. Em duas ocasiões, na semana passada, os dezoito ministros do PT debateram a ideia de pedir demissão coletiva, num gesto que acabaria forçando o presidente Lula a fazer uma reforma ministerial. Para uns, a

ideia equivale à solução mágica para os problemas políticos do governo. Para outros, é tão estapafúrdia que nem foi votada. O problema central do governo — e, por extensão, do próprio PT — é que não existe consenso ético de que investigar a corrupção é uma coisa danosa. Há, dentro do governo e do PT, gente que ainda lembra do discurso e das pro-

postas moralizantes do partido. É óbvio que rasgar uma das últimas bandeiras que ainda mantinham o PT como herdeiro de seu passado, sua aguerrida postura ética, não é propriamente um convite à união. É uma pena que seja assim. Pena para o PT e para a política brasileira, que, assim, desce mais um degrau rumo ao descrédito público. ■

MEU NOME É PROBLEMA

Os dois petistas que não escapavam de ser investigado por uma "CPI minúscula, bem-feita", nas palavras sussurradas pelo ministro José Dirceu no ouvido de dois correligionários, mantêm-se discretamente longe dos holofotes. Um é o professor de matemática Delúbio de Castro Soares, 49 anos, tesoureiro do PT há meia década. O outro é o sociólogo Silvio Pereira, 42 anos, secretário-geral do PT desde o ano passado. Os dois são petistas de longa data, privam da total confiança do presidente Lula e, embora não tenham cargo no governo, ocupam papel de destaque na administração. O primeiro a jogar o nome dos dois no escândalo de agora foi o próprio ministro José Dirceu, ao expressar suas preocupações com a CPI dos Correios. Em

seguida, foi a vez do deputado Roberto Jefferson, presidente do PTB. Numa conversa com José Dirceu, na qual expunha seu temor de ser abandonado pelo governo, Jefferson apneçou: "Na cadeira em que eu sento na CPI, também vão sentar você, o Delúbio e o Silvino".

Delúbio e Silvino lidam com duas das áreas mais sensíveis de qualquer governo — a nomeação política e a arrecadação de dinheiro para o partido do presidente. O primeiro pensou foi caixa da última eleição presidencial, quando arrecadou um total de 10 milhões de reais para a campanha de Lula. Desde então, adota o mesmo padrão de perfil financeiro, que não se assume primariamente às atividades partidárias, mas atua no mercado financeiro, onde costuma fazer investimentos em ações da marca Compa. — um bilionário, com 30% de sua fortuna avaliada em R\$ 1,5 bilhão.

Seu nome também aparece com frequência em operações imobiliárias, que misturam interesses do PT com o do governo. Foi Delúbio, por exemplo, quem organizou o show da última semana, Zezé Di Camargo & Luciano, cuja renda foi revertida ao PT. E só mais tarde se descobriu que, sorrateiramente, o financiador do espetáculo era o Banco do Brasil. Delúbio também aparece em conversas da quadrilha que vampirizava as verbas do Ministério da Saúde, pois um dos envolvidos o ajudava a recolher contribuições de laboratórios para o PT. Por tudo isso, Delúbio costuma ser associado ao celebre PC Farias, tesoureiro de Fernando Collor, — comparação que, pelo menos até agora, carece de fundamentação.

Silvio Pereira, o outro petista que tira o sono do governo, é mais discreto, mas nem por isso menos relevante. Seu papel, no âmbito da administração, foi importante, pois foi o responsável por mais de 20.000 artigos de confidência e por denunciar, por meio da internet, acessado mediante senha, no qual petistas e aliados (entre eles, o notável Roberto Jefferson) apontavam quais cargos gostariam de ocupar. A palavra final, porém, era sempre de José Dirceu. Não é verdade que o PT tenha medo de minha atuação. Eu conversei com os partidos, mas todas as nomeações foram feitas pela Casa Civil, cumprindo todos os requisitos legais", diz. Ao contrário de Delúbio, que gosta de aparecer, Silvino poderia passar incólume por qualquer interlocutor, não fosse por um detalhe folclórico. Ele é o desastrado autor de frases tortas como "chupar o pau da barraca", "andando como butatas tontas", ou "pegar o bo-

de andando", que lhe renderam o apelido de "Magra", a personagem do extinto *Sai de Baixo*, da Rede Globo.

Apesar das diferenças de estilo, há pontos de contato entre as biografias de Delúbio e Silvino. Os dois estão no PT há duas décadas; nunca ocuparam cargos nas administrações petistas e sempre exerceram grande influência no partido.

Soldados de José Dirceu, a quem são extremamente leais, ambos passaram a ser "filhos" da família real, dada a realização, em maio de 2004, de um ciclo de sessenta exposições de Delúbio e a abertura do empreendimento das arcas do partido. Sua imagem desastrosa — tanto que hoje ele só consegue reunir-se com empresários fora da vista do público — preferiu não aparecer com Delúbio. Há uma sombra em torno dele, mas pode passar a impressão de que estão fazendo algo ilegal", disse a VEJA o vice-presidente de um dos maiores grupos empresariais do país. A respeito das visitas de Delúbio ao Palácio do Planalto, agora não manifestas em sigilo, isso não é relevante", disse o tesoureiro à VEJA, na semana passada, ao ser perguntado se visitaria o presidente. Ele informou a marca de seu carro (um Toyota Corolla), a área do apartamento onde mora (80 metros quadrados) e o valor do aluguel (1.200 reais), mas acha irrelevante explicar quando esteve com Lula pela última vez. Silvio Pereira, está afastado da função de administrar os cargos no governo desde o fim de 2003. Ele jura ter colocado no lixo as mais de 150 cadernetas nas quais anotou o mapa do loteamento dos cargos que realizou a mão de José Dirceu.

O ESTADO DE S. PAULO

Aldo confirma que Lula sabia de mesada e tenta restringir caso ao PT

Jefferson fez apenas 'comentário genérico'; presidente pediu explicações e ouviu que Câmara já havia investigado denúncia

Tânia Montelro

BRASILIA

O ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, confirmou ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi informado pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), em março deste ano, que parlamentares da base aliada estariam receber, do mesada para apoiar projetos do governo. Designado por Lula para explicar as denúncias, Aldo tentou eximir o governo de responsabilidade no caso, transferindo-a unicamente ao PT. Visivelmente nervoso, não conseguiu, porém, esconder a preocupação do governo com a bomba detonada pelo presidente do PTB.

"Não há uma acusação que relacione o pagamento a parlamentares por parte do governo", disse Aldo, seguindo estratégia traçada momentos antes, em reunião do núcleo político do governo, no Palácio do Planalto.

"A denúncia do deputado (Jefferson) refere-se a hipotético pagamento de um partido (o PT) a parlamentares de outros partidos. É bom que isso fique claro."

Segundo relato de Aldo, na reunião de março em que Jefferson conversou com ele e Lula estavam também o ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia, os líderes do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), do PTB, José Múcio (PE), além de outros parlamentares do partido. Jefferson, disse ele, "não fez referência a fatos ou a pessoas", mas apenas, "comentário genérico" sobre o "mensalão".

O ministro contou que, depois das afirmações de Jefferson, Lula pediu a ele e a Chinaglia informações sobre o "comentário". Os dois disseram, então, que em setembro de 2004 o *Jornal do Brasil* havia apresentado a mesma denúncia, que levou a abertura de investigação na Corregedoria da Câmara. A

sindicação foi arquivada por falta de provas.

Questionado se o governo não tomou nenhuma providência para investigar a denúncia, Aldo desconversou. Respondeu que o comentário de Jefferson foi "genérico". "Como o deputado não apresentou nenhum dado para que a corregedoria adotasse qualquer procedimento para prosseguir com a investigação (...), e tudo foi encerrado, o presidente Lula solicitou a mim e ao Chinaglia que o mantivesse informado."

Em pronunciamento no plenário, o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), também disse que Jefferson fez apenas "comentários" sobre o mensalão. "Ninguém tratou do assunto como denúncia." Para Chinaglia, não é correto dizer que Lula não mandou apurar nada. "Quem faça isso deve dizer que os 513 deputados falharam ao não apurar." ● Colaborou: James Allen

Perillo diz que avisou Lula sobre mesada

Além dos R\$ 30 mil por mês para deputados do PP e PL, troca de partido incluiria 'gratificação' anual de R\$ 1 milhão, afirma governador de Goiás

Shella D'Amorim
Especialista em
GOIÂNIA

O governador de Goiás, Marco Antônio Perillo (PSDB), esquenteu ainda mais a temperatura política, ontem, ao confirmar não só a mesada oferecida a deputados em troca de adesão ao governo, como a existência de um bônus anual de R\$ 1 milhão. Segundo Perillo, dois deputados do PSDB goiano foram alvo da oferta.

O governador disse que alertaria o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, "há cerca de 1 ano e meio" sobre o pagamento da mesada aos deputados. "Era para trocar de partido, sair do PSDB e ir para a base do governo por uma mesada de R\$ 40 mil por mês e R\$ 1 milhão ao final do ano, de bônus", afirmou Perillo, recusando-se a dar os nomes desses parlamentares, "por uma questão de ética".

A conversa com o presidente, segundo o governador, aconteceu quando Lula foi a Rio Verde, em Goiás, para visitar a fábrica da Perdígão que, na época, comemorava a contratação de funcionários de número 5 mil.

No caminho para a fábrica, Perillo teria alertado o presidente: "Está havendo mesada no seu governo. Houve tentativa de comprar dois deputados meus", contou. A visita de Lula à fábrica da Perdígão, na verdade, aconteceu dia 5 de maio de 2004, há um ano e um mês e bem antes do início de 2005, quando o deputado Roberto Jefferson (PTB) afirmou ter contado a Lula que estava havendo o pagamento de "mesada" para parlamentares.

Segundo o governador de Goiás, o presidente Lula, que não sabia da história, teria reagido na época dizendo que iria apurar o fato, mas ele também teria ressaltado que "isso foi coisa que o Sérgio Motta introduziu", referindo-se ao ex-ministro das Comunicações e braço direito do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. "Eu retruquei: estou falando que esta acontecendo no seu governo", lembrou o governador.

Como a tentativa de saber não se concretizou, Perillo afirmou que deixou o assunto de lado. Ontem, no entanto, ao ler as declarações do deputado Roberto Jefferson, ele relembrou toda história. Logo no dia

FRASES DE PERILLO

•• Era para trocar de partido, sair do PSDB e ir para a base do governo por uma mesada de R\$ 40 mil por mês e R\$ 1 milhão ao final do ano, de bônus ••

•• Está havendo mesada no seu governo. Houve tentativa de comprar dois deputados meus ••

•• Eu retruquei: estou falando que está acontecendo isso no seu governo ••

•• A operação abala esta enrolada ••

Logo no dia seguinte da manhã, ao chegar para participar de eventos sobre desenvolvimento de Goiás, Perillo explicou prefeito de Goiânia Ir. Resende (PMDB), num can-

toe comentou: "Você viu o jornal hoje? Eu não disse que tinha coisa grande?" Como havia muita gente à sua espera, Perillo saiu para cumprimentar os presentes e, depois, numa rápida conversa com o Estado, voltou ao assunto, dizendo que tinha feito o alerta ao presidente que, agora, "a operação abala esta enrolada", numa referência à tentativa do governo de evitar a instalação da CPI dos Correios.

Horas depois, ao participar de outro evento no Palácio Pedro Ludovico Teixeira, ele confirmou publicamente as declarações ao discursar na solenidade de lançamento do "Movimento Goiás Competitivo". O lançamento da entrevista do deputado Roberto Jefferson, disse que essa era a leitura mais importante do ano que ela "mostra que o Brasil está na contramão".

Segundo ele, tudo isso deixa os brasileiros "desapontados" e, em seguida, reuniu o "O" que foi dito na entrevista (de Jefferson) lido por um to presidente: "há cerca de um ano e meio, quando ele veio aqui fazer visita a fábrica da Perdígão." •

FOLHA DE S. PAULO

Mercadante confirma que Lula sabia do caso

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), confirmou ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi avisado do "mensalão" pelo presidente do PTB, deputado Roberto Jefferson (RJ), mas disse que foi apenas um comentário sobre boatos, não considerado como denúncia.

Segundo Mercadante, o presidente Lula pediu explicações ao ministro Aldo Rebelo (Coordena-

ção Política) e ao líder do governo na Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), que teriam então relatado que o caso havia sido alvo de uma apuração que não chegou a lugar algum na Câmara.

O senador conversou com o presidente Lula ontem em voo de São Paulo para Brasília. "O presidente está absolutamente tranquilo e tem convicção de que não há essa prática no governo", afirmou o líder do governo.

Segundo o relato do presidente

do PTB à Folha, ele teria avisado ao presidente Lula do "mensalão" em uma reunião no início do ano. Estariam presentes os ministros Walfrido Mares Guia (Turismo), José Dirceu (Casa Civil), Aldo Chinaglia e o chefe-de-gabinete da Presidência da República, Gilberto Carvalho. "Nenhum dos presentes tratou aquilo como denúncia nem discutiu o assunto na reunião", disse Mercadante.

O petista negou que o ministro Antonio Palocci Filho (Fazenda)

tenha sido avisado do “mensalão”, conforme relato de Jefferson, e que Gilberto Carvalho tenha presenciado a conversa sobre o assunto. “Não me parece que todas as informações que ali estão têm procedência”, disse o petista.

Apesar de defender investigação sobre o caso, Mercadante repetiu várias vezes que a Corregedoria da Câmara dos Deputados abriu inquérito para investigar a denúncia veiculada pelo “Jornal do Brasil” e não houve provas. “Até agora há ilações em relação a alguns partidos. Não há nomes de quem recebeu”, disse o senador.

O líder do governo negou que

Lula tenha chorado ao ser avisado do esquema de corrupção, como havia dito Jefferson.

A estratégia governista foi tentar isolar o presidente Lula do escândalo. “Se existe um líder político honrado e sério é o presidente. Repudiamos qualquer atitude que venha envolver a honra do presidente Lula nesse processo”, disse o líder do PT, senador Delcídio Amaral (MS), na tribuna.

Ele reconheceu, no entanto, a crise pela qual passa o governo. “O momento é delicado, temos problemas na gestão política, no Executivo. O presidente Lula precisa tomar medidas duras para re-

tomar o controle político.”

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), afirmou ontem que “não há mais espaço para retardar qualquer decisão que implique em investigações”.

Ele classificou a denúncia do “mensalão” de “grave, grotesca”, e disse que, com acordo de líderes, o assunto deve ser investigado na CPI dos Correios. Está marcada para amanhã a reunião de líderes para a indicação dos integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito. Renan se dispôs a instalar outra CPI se houver um novo requerimento. (FERNANDA KRAKOVICS E LEILA SUWWAN)

Eunício diz que PMDB está fora de esquema

DA AGÊNCIA FOLHA, EM FORTALEZA

O ministro das Comunicações, Eunício Oliveira (PMDB), disse ontem que o governo “não tem medo” das acusações feitas por Roberto Jefferson (PTB-RJ), mas afirmou que não comentaria o assunto por desconhecer o teor das declarações do deputado federal.

“O que posso afirmar é que tenho certeza de que o PMDB está

fora dessa discussão toda.” Eunício defendeu uma investigação. Disse que “toda denúncia deve ser analisada, pesquisada e aprofundada”, e que as apurações devem ser feitas sempre “quando as denúncias acontecem.”

O ministro esteve ontem em Fortaleza, onde participou, ao lado do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, de um evento comemorativo dos 20 anos de re-

democratização do Brasil.

Sobre o caso dos Correios, Eunício disse que, “embora o ministro não tenha nenhuma participação efetiva” no órgão, conversou com o presidente Lula “no dia em que saiu a denúncia”. “Tomamos todas as providências”, disse Eunício. “Encaminhamos [pedido] à Polícia Federal para que fizesse uma devassa em todas as aquelas denúncias. Fizemos nosso papel.”

O ESTADO DE S. PAULO

Aliados ainda tentam barrar investigação

Objetivo continua sendo derrubar CPI, mas líderes avaliam apresentação de parecer

Eugênia Lopes
Denise Madueño
BRASÍLIA

A denúncia do presidente do PTB, deputado Roberto Jefferson (RJ), de que parlamentares do PP e PL teriam recebido mesada de R\$ 30 mil para votar a favor do governo, ressuscitou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre denúncias de corrupção nos Correios e obrigou o Palácio do Planalto a fazer um recuo estratégico. A apreciação do recurso contra a CPI na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara está prevista para hoje à tarde, mas os líderes dos partidos da base só pretendem pôr em votação, caso tenham a segurança de que os aliados votarão pela derrubada da CPI.

"A proposta é não mais apresentar o parecer do recurso amanhã (*hoje*). Mas tudo vai depender de reuniões que teremos", disse o líder do PSB, deputado Renato Casagrande (ES). "O ambiente político piorou muito com a denúncia do Roberto Jefferson", completou o socialis-

ta. O líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), reconheceu que a denúncia turbulentou o clima no Congresso.

Ele reafirmou, no entanto, que não há fato determinado para a criação de uma CPI e, por isso, a tática dos aliados continua sendo a de derrubar a Comissão. Chinaglia afirmou que vai avaliar hoje com os líderes da base se é oportuno apresentar o parecer contra a CPI dos Correios na CCJ.

A oposição argumentou que o relator do recurso é o deputado Inaldo Leitão (PL-PB), cujo partido é um dos apontados por Jefferson como beneficiário da mesada. "Que condições políticas um deputado do PL tem para dar um parecer como esse sobre a constitucionalidade de uma CPI que não interessa ao governo?", indagou o deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA).

Os líderes dos partidos aliados defenderam que as denúncias do petebista sejam apuradas pela corregedoria geral e pelo Conselho de Ética e Decoro

Parlamentar da Câmara. Alegam que não há necessidade de criação de uma CPI para apurar as declarações de Jefferson. Já o PFL quer que a CPI do Correios seja ampliada com a inclusão da denúncia do mensalão.

Paralelamente, o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), apresentou requerimento para que todas as autoridades do governo citadas por Jefferson deem explicações à Comissão de Fiscalização e Controle sobre o eventual pagamento de propina a deputados. Entre os envolvidos estão os ministros da Fazenda, Antonio Palocci, da Casa Civil, José Dirceu, da Integração Nacional, Ciro Gomes, do Turismo, Walfrido Moraes Guimarães, da Coordenação Política, Aldo Rebelo, e Gilberto Carvalho, chefe de gabinete de Lula. Na entrevista, Jefferson disse que informou os cinco ministros e Carvalho sobre o pagamento de mesada de R\$ 30 mil pelo tesoureiro do PT, Delúbio Soares, a deputados do PP e do PL. • Colaborou: James Allen

Valor

Crise Ex-ministro disse ter ouvido relato sobre encontro da mesada

Para Miro, Jefferson tem mais denúncias

Janaina Vilella
Do Rio

O ex-ministro das Comunicações, deputado federal Miro Teixeira (PT-RJ), confirmou ontem que recebeu o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) em seu gabinete no ministério, no fim de 2003, mas acrescentou que o parlamentar omitiu parte da conversa que tiveram na entrevista concedida ao jornal "Folha de S.Paulo". Além de denunciar o pagamento de mesada aos parlamentares, Jefferson também contou a Miro, de acordo com o próprio ex-ministro, ter participado de uma reunião na esfera do governo onde teria sido oferecido dinheiro a cinco ou seis pessoas, entre elas parlamentares da base aliada e integrantes do governo.

"Há uma parte muito grave que o deputado omitiu. Estranho que ele omita este relato. Ou era mentira ou ele está reservando para usar como trunfo em seu proveito. Mas ninguém vai virar âlibi de Roberto Jefferson. Ele me descreveu um cenário de corrupção. Disse ter presenciado uma reunião na qual participaram cinco

ou seis pessoas de outros partidos. Disse que estava havendo um mecanismo de arrecadação e distribuição de dinheiro para deputados, mas não mencionou valores", disse Miro, acrescentando que esses participantes não trabalham "perto do gabinete do presidente Lula". O petista quer que o deputado revele todo o teor das informações passadas a ele. "Temos que começar a puxar o fio do novelo. Eu não aceito ocultação", afirmou Miro.

Os detalhes sobre o esquema de pagamento de propina aos deputados relatados por Jefferson foram tão graves, de acordo com Miro, que ele afirmou não ter visto nada semelhante em seus oito anos de mandato.

Miro contou que Jefferson o procurou em seu gabinete para lhe convidar a ingressar no PTB e, brincando, lhe falou que "seu partido estava fora dessas coisas". Miro contou que perguntou ao deputado que "coisas" seriam essas e Jefferson começou, então, a detalhar o pagamento da mesada aos deputados e detalhes sobre a suposta reunião.

Assim que o presidente nacio-

nal do PTB acabou de lhe narrar os fatos, Miro propôs a Jefferson que eles fossem imediatamente ao gabinete do presidente para revelar o suposto esquema de corrupção, mas Jefferson se negou, argumentando ter medo de que as informações pudessem "desestabilizar o governo".

Quando voltou para a Câmara dos Deputados, Miro, mais uma vez, instigou Jefferson a denunciar em plenário o sistema de arrecadação e distribuição de dinheiro a parlamentares. "Eu falei para ele: Jefferson, você fala e eu entro logo depois no plenário confirmando tudo", contou Miro aos jornalistas. Mais uma vez, o deputado do PTB negou.

O ex-ministro confessou ter questionado deputados do PSDB, do PPS e do próprio PT sobre a existência desse esquema de corrupção. Alguns deles, segundo Miro, já tinham ouvido falar do assunto, mas, assim como ele, não tinham provas.

Miro explicou que não contou o conteúdo de sua conversa ao presidente porque não queria entrar "no ambiente da fofoca".

"Eu não tinha prova. Se tivesse, tinha tomado providências. Eu não podia contar a Lula uma informação que o próprio Jefferson se negou a levar adiante", afirmou Miro, acrescentando que não acredita, diferente do que Jefferson declarou ao jornal, que o deputado tenha feito essas de-

núncias pessoalmente ao presidente Lula. "Acho inverossímil ele (Jefferson) ter ido falar com o Lula, porque ele se negou a ir quando eu pedi".

O deputado petista considerou ainda "pouco provável" que o PT estivesse pagando uma me-

sada de R\$ 30 mil a deputados do PP e do PL, alegando que a "informação é tão grave que não sobreviveria na esfera interna do governo por muito tempo". Ele defendeu que as denúncias sejam rigorosamente apuradas e que, se preciso, seja instalada uma CPI para apurar o caso.

FOLHA DE S. PAULO

ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"

Lula sabia da suposta mesada desde março e houve apuração na Câmara, afirmam ministros

Acusação não envolve o governo, mas o PT, diz Aldo

EDUARDO SCOLESE
ANA FLOR
KENNEDY ALENCAR
DA SUCURSAL DE BRÁSILIA

O ministro Aldo Rebelo (Coordenação Política) disse ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tinha conhecimento desde março passado do suposto pagamento de mesadas a deputados federais do PL e do PP, mas afirmou que o caso não envolve o governo e, sim, partidos políticos.

Escalado pelo Palácio do Planalto para falar à imprensa sobre a entrevista à Folha do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), Aldo afirmou que o presidente recebeu o presidente do PTB em seu gabinete e o ouviu falar genericamente do "mensalão". Aldo disse que Lula agiu na época ao pedir a ele e ao líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), "informações sobre o comentário do deputado Roberto Jefferson".

Em rápida e tumultuada entrevista, Aldo afirmou que as acusações envolvem partidos políticos, não o governo: "É bom deixar claro que não há nenhuma acusação que relacione o pagamento a parlamentares por parte do governo. A denúncia do deputado Roberto Jefferson refere-se ao hipotético pagamento de um partido a parlamentares de outros partidos. O governo não sofreu qualquer tipo de acusação".

De acordo com Aldo, o encontro no qual Jefferson falou do suposto "mensalão" teve ainda a presença de Chinaglia, do ministro Walfrido Mares Guia (Turismo) e do líder do PTB na Câmara, José Mício (PE). "De passagem, durante essa conversa [em 23 de

março passado], Jefferson fez referência ao pagamento [de mesadas] a parlamentares na Câmara dos Deputados (...). Jefferson não fez referência nem a fatos, nem a pessoas, fazendo apenas um comentário genérico."

Na versão do governo, Jefferson não fez menção a Delúbio Soares, tesoureiro do PT, como o suposto pagador da mesada. Na entrevista à Folha, Jefferson disse que falou ao tesoureiro ao presidente.

"Não vou mentir"

A reação do governo a Jefferson foi discutida em voo de São Paulo a Brasília entre Lula, Chinaglia, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP). "Não vou mentir. Não vou dizer nada que me comprometa depois", afirmou Lula. O presidente disse ser "ridícula" a versão de Jefferson de que chorou quando soube do mensalão.

Em conversas reservadas, Lula mostrou preocupação com a alta do dólar e a queda da bolsa, avaliando que a crise política afetou a economia ontem. Por isso, preocupou-se em blindar também o ministro Antonio Palocci Filho (Fazenda), que divulgou nota negando ter ouvido de Jefferson menção ao mensalão.

Em reunião no Palácio do Planalto, foi decidido adiar um pronunciamento em cadeia de rádio e TV previsto para ontem no qual o ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça) resumiria as operações da PF de combate à corrupção no governo Lula. Thomaz Bastos deve falar hoje.

Semanas após a audiência com Jefferson, Aldo disse que Lula foi

informado de que um procedimento sobre o tema havia sido aberto e arquivado (em um dia) na Corregedoria da Câmara. A base da investigação foi reportagem de setembro de 2004 do "Jornal do Brasil".

Além disso, de acordo com Aldo, Lula também foi informado sobre o encaminhamento à Procuradoria Geral da República de ofício do então presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha (PT), no qual era citada a reportagem do "Jornal do Brasil".

"Essas informações foram passadas ao presidente, que solicitou a mim e ao líder Chinaglia que o mantivéssemos informado de qualquer novidade relacionada com esse comentário [de março] do deputado Roberto Jefferson."

Na entrevista, Aldo respondeu a algumas perguntas e foi, em seguida, retirado do local por assessores e seguranças. Algumas questões não foram respondidas por Aldo.

O ministro ficou em silêncio, por exemplo, quando questionado sobre a eventual entrada da PF (Polícia Federal) no caso, acerca da permanência ou não do PTB na base aliada do governo (com seus cargos nas estatais) e a respeito de qual foi a ação (se existiu) do presidente ao receber os retornos de Aldo e Chinaglia.

Na reunião com Lula, Thomaz Bastos disse que a PF não poderia investigar a acusação feita por Jefferson porque a iniciativa cabe ao procurador-geral da República, Cláudio Fonteles. Fonteles teria de pedir abertura de inquérito ao STF (Supremo Tribunal Federal), o que é provável que seja feito, apurou a Folha.

FRASES

É bom deixar claro que não há nenhuma acusação que relacione o pagamento a parlamentares por parte do governo. A denúncia do deputado Roberto Jefferson refere-se ao hipotético pagamento de um partido a parlamentares de outros partidos. O governo não sofreu qualquer tipo de acusação

De passagem, durante essa conversa, Jefferson fez referência ao pagamento [de mesadas] a parlamentares na Câmara dos Deputados (...). Jefferson não fez referência nem a fatos, nem a pessoas, fazendo apenas um comentário genérico

ALDO REBELO

Alencar diz não saber de mesadas

ANA FLOR
EDUARDO SCOLESE
DA SJC/SENADO FEDERAL

Ao afirmar que jamais teve conhecimento de mesadas pagas pelo governo federal a parlamentares, mesmo enxergando algumas "verdades" nas recentes denúncias, o vice-presidente e ministro da Defesa, José Alencar, saiu ontem em defesa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tentando afastá-lo das denúncias feitas anteontem pelo presidente do PTB, Roberto Jefferson.

Alencar (PL-MG) disse desconhecer o suposto pagamento de "mensalão" a deputados em troca de apoio no Congresso.

"A forma é investigar, porque não adianta eu chegar e perguntar: 'Escuta, você [deputado] recebeu alguma coisa?'. Se o sujeito tiver recebido, ele vai falar que não. Eu, por exemplo, não me cabe en-

trar nisso, de forma alguma. Eu não tenho nada a ver com isso. O que eu tenho a ver, como homem público, é que acho que deve ter uma investigação firme, a qualquer denúncia. Agora, sem fazer pré-julgamento, pois o ônus da prova é de quem acusa", declarou.

O vice-presidente, porém, sugeriu que as denúncias de Roberto Jefferson, por fazerem parte de um "mesmo quadro" dos casos dos Correios e do IRB (Instituto de Resseguros do Brasil), devem ser investigadas por uma CPI no Congresso. "Quando fui senador [PMDB e PL], assinava requerimentos de CPI por uma razão óbvia. Desde que houvesse indícios de verdade na acusação deveria merecer uma investigação dura. Neste caso, pelo menos está dentro de um bojo de um quadro que está aí e precisa ser investigado."

Indagado sobre uma suposta participação da bancada do PL, seu partido, ao lado do PP, Alen-

car desconversou, pedindo uma apuração rigorosa do caso.

O vice-presidente foi irônico ao falar de Jefferson. "Se este cidadão traz uma informação dessa natureza obviamente que [o caso] tem que ser investigado." A seguir, ao ser questionado se o presidente do PTB pode ser tratado como um aliado do governo, reagiu com ironia: "Excelente pergunta. Você só pode estar brincando".

Na entrevista de ontem, porém, Alencar procurou, desde o início, desvincular o presidente Lula da entrevista de Jefferson à *Folha*.

"Na minha opinião e na dos brasileiros que o conhecem, [o presidente] é um homem que tem um histórico, primeiro, de uma sensibilidade social incomum, de um comportamento como cidadão, chefe de família e homem público absolutamente correto. Eu não acredito que nada possa afetar o presidente, porque ele não tem nada a ver com isso."

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “*Vergonha de ser honesto*”, de autoria do jornalista e ex-presidente do Citibank, Alcides Amaral, publicado no jornal *Folha de S. Paulo* do último dia 27 de junho do corrente.

A crise política que se instalou no Brasil tem dimensões imprevisíveis e toda a população está indignada com a corrupção que está sendo desvendada. Caso o Presidente Lula não tome providências imediatas e efetivas, continuaremos, como diz o autor, sendo

aquele Brasil que desiludia Ruy Barbosa em 1914, com o brasileiro tendo “vergonha de ser honesto”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

‘Vergonha de ser honesto’

“De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus – o homem chega a desanimar-se do virtoso, a vir-se da honra, a vir-se a vergonha de ser honesto.”

Quando Ruy Barbosa proferiu seu famoso discurso no Senado em 17/12/1914, de onde extraímos o trecho em epígrafe, ele certamente estava imaginando que havíamos chegado ao “fundo do poço”. Seu discurso é corajoso, duro, brilhante e mostra claramente sua revolta pelo que via a seu redor.

Fois bem, decorridos mais de 90 anos, vemos fatos de diferente em nosso país? Passamos pela ditadura, recuperamos a democracia, o povo ganhou o direito de escolher seus governantes, um presidente sofreu processo de impeachment, um metalúrgico foi eleito para nos comandar. O Brasil cresceu, chegou a ser a oita-

LULA PRECISA DAR O PROMETIDO ‘CHOQUE ÉTICO’ E NÃO DEIXAR ‘PEDRA SOBRE PEDRA’

va potência do mundo, mas a desonestidade a podridão, a miséria moral cresceram muito mais. Se vivo fosse, hoje Ruy Barbosa estaria muito mais perplexo, envergonhadíssimo de ser honesto.

A situação moral do País hoje – especialmente na esfera política – é tão caótica que a segurança deixou de ser a preocupação maior do povo brasileiro, dando lugar à corrupção. De acordo com pesquisa recente da DataFolha, 70% da população acredita que há corrupção no governo Lula e, muito pior, 65% dos próprios petistas também acreditam em corrupção no governo que elegeram. Como consequência, segundo pesquisa CNIL/hoje divulgada no último dia 18, a confiança no presidente Lula caiu, dos 80% que tinha em março de 2004, para 56%. E o relatório do CPI dos Correios, deputado do PT e ex-ministro, é mais negativo ainda quando afirma que “o presidente foi malssso”, que vários parlamentares serão cassados e que “Lula pode acabar como Collor”. No meu modo de ver, esse final é muito provável e seria um retrocesso para o País. E não é por outra razão que já há um certo cuidado em blindar o presidente, para que esse tipo de ameaça não sobreviva ao “fogo político”.

O depoimento do deputado federal Roberto Jefferson foi um marco na fotografia desse

“novo” Brasil, o que, entretanto, pelas velhas palavras de Ruy Barbosa, não é tão novo assim. Conflitando nas suas afirmações, o deputado do PTB deixou a na o Congresso. Segundo ele, cerca de 30 deputados federais leriam recebido o “mensalão” para apoiar o governo e a negociação de cargos nas estatais atendia a interesses meramente políticos. “Todos sabem como funciona essa Casa, não é?, concluiu, com certa ironia. Foi além, envolvendo toda a cúpula do PT no manuseio do “mensalão”, quando afirmou que “o esquema de corrupção do PT é maior que o esquema Collor, porque só tem petista”. Logo o PT, que, quando oposição, era o berço da ética e da honestidade e via sua bandeira vermelha, hoje sem brilho, desfilar garbosamente por este Brasil afoma.

Desde que todas ou parte das acusações do deputado Roberto Jefferson sejam confirmadas – e já há testemunhas validando algumas delas –, o presidente Lula deve preocupar-se em dar o “choque ético” que havia prometido em maio e não deixar “pedra sobre pedra”, como declarou recentemente. As investigações do “mensalão”, bem como a CPI dos Correios têm de ser o mais abrangentes possível, doa a quem doer. Se assim não for, corremos o risco de tal a revolta popular, de ver repetida aqui, no Brasil, a famosa Operação Mãos Limpas desencadeada na Itália, a partir de 1992, por um grupo de juizes que desmoldou uma ampla rede de corrupção naquele país. Mais de 3 mil pessoas, das quais 80 parlamentares, foram investigadas pela ala mais jovem da Promotoria Pública. Como resultado dessa operação, 830 envolvidos foram para a cadeia, incluindo políticos e empresários e quatro ex-ministros.

Como se vê, a crise política hoje instalada no País é de dimensões imprevisíveis, pois toda uma população está indignada com a corrupção que se alastra por grande parte do setor público. Novos fatos surgem diariamente, o *Jornal Nacional* está se transformando num verdadeiro “jornal político”, tal o avanço da corrupção, da banalidade, da falta de vergonha na cara de muitos daqueles que deveriam estar dando o exemplo de como corretamente agir. Ruy Barbosa também dizia no seu discurso que “a injustiça destruiu o trabalho, a honestidade, o bem”. É exatamente isso que muitos brasileiros estão hoje sentindo, quando vêem circulando livremente alguns desses mais elementares.

Portanto, se o presidente Lula quiser passar para a História pelo que fez, e não pelo

que disse que iria fazer, a oportunidade é aqui e agora. Quando eu para fazer o que preciso ser feito”, esperamos que transforme suas palavras em realidade. Que vá a fundo, em sintonia com o Congresso, na averiguação das acusações e na apuração dos fatos. E ajude, com sua autoridade, a pôr na cadeia os envolvidos, espargando da vida pública os maus “companheiros”, parlamentares e governantes.

Se, infelizmente, tudo terminar numa grande pizza, com alguns “bodes expiatórios” pagando pelos pecados desse limagal que atinge o País, podemos continuar a ser um “país grande”, que consegue crescer e ocupar mais espaço neste mundo globalizado em que vivemos. Mas jamais seremos um “grande país” uma verdadeira nação, em que seu governo e sua gente sejam valorizados e respeitados. Continuaremos sendo aquele Brasil que desiludia Ruy Barbosa em 1914, com o brasileiro tendo “vergonha de ser honesto”. ●

Alcides Amaral, jornalista, ex-presidente do Citibank S.A., é autor do livro *Os Limões da Minha Limonada*. E-mail: alcides.amaral@uol.com.br

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a entrevista concedida pelo deputado Roberto Jefferson ao jornal **Folha de S. Paulo**, publicada na edição de 6 de junho do corrente.

Na entrevista intitulada “Jefferson denuncia mesada para pelo tesoureiro do PT” o Deputado Roberto Jefferson faz denúncias sobre o pagamento de parlamentares, feito por intermédio do tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, Delúbio Soares; para que esses votassem de acordo com os interesses do governo. O deputado afirma que levou a questão ao conhecimento do Presidente Lula e a alguns de seus ministros. As acusações são gravíssimas e envolvem mais uma vez o governo.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também quero dizer que, em meio à crise política, que atordoa o País e imobiliza o governo, há sérios problemas econômicos com soluções infelizmente postergadas, embora com conseqüências desgraçadamente agravadas. Um desses problemas é o dos produtores brasileiros de côco. Sua gravidade extrapola a dimensão puramente econômica.

Quase meio milhão de trabalhadores na extração do côco brasileiro estão ameaçados pelo desemprego. Duzentos e vinte e quatro mil produtores correm o risco da falência. Mais de 300 mil hectares de coqueirais estão à beira da inviabilização. Essa crise, que já dura quase um ano, com certeza é a maior e a mais longa crise que os produtores brasileiros já enfrentaram. Nenhuma, antes dessa, teve tal dimensão e abrangência. Hoje, todas as empresas, todas as regiões, todos os produtores estão atingidos pelo prejuízo inevitável e já ameaçados pela falência previsível.

Nenhum desses produtores chegou a essa situação por ineficiência ou baixa produtividade. Os produtores brasileiros vêm obtendo, nos últimos anos, sucessivos ganhos de produtividade. Nossas médias são hoje compatíveis com os melhores números dos produtores mais tecnificados. Alguns de nossos plantios chegam mesmo a exibir recordes mundiais de produtividade. Nada, porém, tem sido suficiente para nos livrar da crise, porque nenhum brasileiro conseguirá suportar a concorrência de até 42% de subsídios que sustentam os preços do côco de países como Filipinas, Indonésia, Sri Lanka, Malásia e Costa do Marfim, por exemplo.

Não há como fugir da constatação inevitável: a crise tem uma razão imediata: importação desenfreada. E uma causa mais remota: concorrência desleal. Ninguém consegue concorrer com os generosos e discutíveis subsídios que sustentam preços tão descaradamente artificiais.

Quando o Brasil pela primeira vez se levantou contra tais subsídios, as Filipinas protestaram. A pró-

pria Confederação Nacional da Agricultura do Brasil foi à OMC e a Organização Mundial de Comércio reconheceu e condenou os subsídios filipinos. A OMC permitiu o estabelecimento de salvaguardas, criando condições de igualdade para a concorrência de mercado. Mesmo dentro da rigidez de suas normas e do multilateralismo de sua atuação, a OMC estendeu a mão ao produtor brasileiro. A lógica e a procedência das reclamações brasileiras foram maiores até que a impessoalidade e a frieza do mercado.

Quem nos deu as costas foi o próprio Brasil.

Para proteger o produtor brasileiro contra a importação desenfreada do côco ralado subsidiado, o Brasil, respaldado pela Organização Mundial do Comércio, estabeleceu cotas de importação para esses países que comprovadamente subsidiam sua produção. O Brasil incluiu o côco ralado na lista de exceções do Mercosul, aplicando-lhe uma Tarifa Externa Comum de 55%. As duas medidas conjugadas estavam protegendo o produtor nacional que, em contra-partida, cuidava da revitalização de 75 mil hectares de coqueirais e da renovação de outros 35 mil hectares.

Sem qualquer justificativa, sem qualquer explicação, o Brasil, em julho do ano passado, reduziu a TEC de 55% para apenas 10%. As salvaguardas foram deixadas de lado. As conseqüências foram imediatas e absolutamente funestas. As importações superaram todas as cotas: só de dezembro a fevereiro passado, em apenas três meses, o Brasil importou quase 400 toneladas a mais de côco ralado. O preço despencou em até 36%. O produto se tornou gravoso: o Brasil produz, hoje, côco a 25 centavos a unidade. Mas o produtor só recebe 20 centavos por seu produto. Quanto mais se produz, mais se perde. É a falência anunciada.

Nenhum produtor será contra a importação, mas todos se levantam hoje contra a concorrência desleal. Nenhum produtor está pedindo qualquer subsídio oficial, que jamais teremos internamente, mas sempre temeremos, externamente. Não se pede subsídio, bem ao contrário. Tudo o que se espera é que o Brasil, em proteção aos brasileiros, aplique ao menos o que a próprio OMC aprovou: medida de salvaguarda, com a elevação da TEC aos patamares anteriores de 55%. Sem isso, a salvaguarda se tornará instrumento tão inócuo como o foram os direitos compensatórios. O que se espera é que o Brasil proteja os brasileiros.

A elevação da TEC e o restabelecimento das salvaguardas, em sua plenitude, são indispensáveis. E são urgentes. Nossos coqueirais serão inevitavelmente abandonados, não por descaso empresarial, mas por absoluta necessidade financeira: não haverá como mantê-los. Porque não haverá mercado nem preço para o nosso côco.

Como suportar a concorrência desleal de importações subsidiadas? Como, com preços gravosos, investir na revitalização e na renovação de coqueirais?

É preciso atentar para um dado incontestável. O que se põe em risco, com essa política, não é apenas a

sobrevivência de uma atividade, é a manutenção de uma cultura. O que hoje está em causa não é apenas a extração do côco, é o plantio e a manutenção de coqueirais.

Poucos setores industriais no Brasil absorvem a mão-de-obra empregada nessa cultura: quase meio milhão de trabalhadores, a maioria sem qualquer qualificação. Não há alternativas: é o côco ou o desemprego, até porque, da noite para o dia, não se substituem culturas perenes nem de uma hora para outra se consegue qualificar e reorientar mão-de-obra de culturas de raiz para culturas temporárias. Ainda mais que tudo isso envolve investimentos que não existem.

Recuso-me a acreditar que o Governo brasileiro esteja, conscientemente, desejando a inviabilização de nossos coqueirais, a falência de nossos produtores de côco e o fim previsível da própria cultura do côco no País. Tenho a mais viva esperança de que o Governo brasileiro reverá suas posições e vai reconsiderar a elevação da TEC para os 55% dos patamares anteriores.

Estamos apelando aos Ministros da Agricultura e da Fazenda, com a certeza de que o Governo Federal encontrará uma saída para a crise que não criamos, mas

a que a todos penaliza. Seria trágico, absurdamente trágico, que os brasileiros tivessem que recorrer à OMC para que o próprio Brasil efetivasse as salvaguardas pedidas e aprovadas pela Organização Mundial do Comércio. Minha confiança na ação do governo é ainda maior, diante de uma constatação incontestável: o Brasil não tem escolha: ou as salvaguardas e a elevação da TEC, ou a falência em cascata. Ninguém sobreviverá, a não ser a insensibilidade dos que levarem a produção nacional de côco a esse estágio da inviabilização irreversível. O Brasil não será mais multilateral que a OMC. Se a própria Organização Mundial do Comércio foi a favor dos produtores brasileiros de côco, o Brasil não será contra eles nem os abandonará.

Era o que tinha a dizer!

Obrigado!

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

EXCLUSIVO

Acusado no caso dos Correios, deputado do PTB reage e ataca governo Lula e base aliada

Jefferson denuncia mesada paga pelo tesoureiro do PT

RENATA LO PRETE
EDITORA DO PAINEL

Roberto Jefferson cumpriu a promessa de que falaria. E falou muito. Em entrevista exclusiva à Folha, o presidente do PTB disse que na base das dificuldades que o governo enfrenta no Congresso estão problemas com o chamado "mensalão", uma mesada de R\$ 30 mil que seria distribuída a congressistas aliados pelo tesoureiro do PT, Delúbio Soares. A prática durou até o começo do ano, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, segundo Jefferson, tomou conhecimento do caso, pelo próprio petebista.

Outros ministros, como José Dirceu (Casa Civil) e Antônio Palocci (Fazenda) haviam sido alertados antes do esquema — que beneficiaria pelo menos o PP e o PL. Jefferson está há três semanas no centro do noticiário pelas denúncias que atingem os Correios e o Instituto de Resseguros do Brasil, estatais que têm indicações do PTB em seus quadros. A crise decorrente das denúncias levou a um pedido de CPI que o governo pretendia enterrar nesta semana — agora, Jefferson diz que defende e quer a investigação.

Segundo ele, a cúpula do PTB rejeitou a oferta do "mensalão", feita ainda em 2003, e, a partir de então, ele denunciou a prática a ministros e líderes do governo. "O Zé [Dirceu] deu um soco na mesa: 'O Delúbio está errado. Eu falei para não fazer'".

Jefferson conta que, em janeiro deste ano, falou com Lula. "Presidente, o Delúbio vai botar uma dinamite na sua cadeira. Ele continua dando 'mensalão' aos deputados." "Que 'mensalão'?" Jefferson explicou. "O presidente chorou." E depois da conversa com Lula: "Tenho notícia de que a fonte secou. A insatisfação está brutal [na base aliada] porque a mesada acabou."

Chamado a explicar a lógica da mesada, Jefferson diz: "É mais barato pagar o exército mercenário do que dividir poder". O PT, no entender do deputado, "nos usa [aos partidos aliados] como uma amante e tem vergonha de aparecer conosco à luz do dia".

A entrevista publicada nas duas páginas que se seguem foi concedida por Jefferson em seu apartamento funcional em Brasília, na tarde de ontem. O deputado falou sempre de forma ponderada e em nenhum momento deixou de aparentar segurança e tranquilidade.

O DEPUTADO

Petebista liderou tropa de choque de Collor

Ele foi investigado pela CPI do Orçamento

CATIA SEABRA
DA REPORTAGEM LOCAL

Militante da tropa de choque do presidente Fernando Collor, o performático Roberto Jefferson, 51, sobreviveu a momentos turbulentos da política nacional. Além do processo de impeachment de Collor, resistiu à outra CPI, a do Orçamento.

Em 1993, seu nome foi citado entre os envolvidos no esquema de propina na Comissão de Orçamento. Em 1994, durante depoimento, Jefferson chorou por duas vezes, lamentando o fato de sua família ter sido exposta.

No relatório, foi incluído na lista de 14 parlamentares sobre os quais seria necessária mais investigação. Seu capítulo ocupou uma página do relatório do hoje desafeto Roberto Magalhães (PE). Não, a conclusão era que, com crédito total de US\$ 470 mil em cinco anos, seu patrimônio e movimentação bancária seriam compatíveis com o rendimento. A subcomissão de Patrimônio teria constatado, porém, a existência de bens não declarados à Receita.

Já no governo Fernando Henrique Cardoso — para o qual fez indicações, como a do titular da Delegacia do Trabalho do Rio — Jefferson teve papel fundamental para o rompimento do PSDB com o PFL no prazo fatal, o então líder do PTB formalizou um bloco com a bancada tucana,

permitindo que o deputado Aécio Neves (MG) concorresse à presidência da Câmara, vaga prometida ao petebista Inocêncio Oliveira (PE).

No ano seguinte, apoiou Ciro Gomes à Presidência da República. Até então, compare petistas ao demônio. Um deles foi o hoje líder do governo no Senado, Aluizio Mercadante (SP).

Após a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, disse que, apesar das diferenças, PTB e PT se uniram "com afeto". A partir daí,izou uma estratégia: aceitar cargos pouco expressivos, como o Ministério dos Esportes, para crescer dentro do governo e poder cair mais tarde.

Com o crescimento da bancada, Roberto Jefferson começou a engor mais e a se queixar publicamente do não atendimento das reivindicações.

Como presidente do PTB, ano passado, determinou a aliança com o PT nas capitais para as eleições de 2004, contrariando a linha aliada a Cesar Maia (PFL) no Rio. Em troca, o PT auxiliou financeiramente o PTB.

Jefferson conquistou notoriedade como advogado de pobres no popular "O Povo na TV", na década de 80. Armado e com 170 quilos, Jefferson admite: "Era um troglodita". Hoje, mesmo com a redação do estômago e as aulas de capô, reage quando pedem calma: "Mudei. Mas não virei Mary Poppins".

“ Fui ao ministro Ze Dirceu, ainda no início de 2004, e contei sobre o 'mensalão'. O Ze deu um soco na mesa: 'O Delúbio está errado. Isso não pode acontecer. Eu falei para não fazer' ”

“ Toda a pressão que recebi neste governo, como presidente do PTB, por dinheiro, foi em função desse 'mensalão', que contaram a base parlamentar ”

“ É mais barato pagar o exército mercenário do que dividir poder. É mais fácil alugar um deputado do que discutir um projeto de governo ”

Jefferson afirma que foi 'informando a todos do governo' sobre a mesada de deputados paga por Delúbio e que Lula chorou ao saber do caso

Contei a Lula do 'mensalão', diz deputado

DEP. PART.

Em sua entrevista à Folha, Roberto Jefferson afirma que levou a questão do "mensalão" a vários ministros do governo Lula e ao próprio presidente. Ele acredita que a prática só foi interrompida após Lula ser informado por ele, o que teria acontecido em duas conversas no princípio deste ano.

Folha - Na tribuna da Câmara, o sr. disse ter sido procurado por pessoas que lhe pediram para registrar denúncias aos Correios, que teria recusado a facilitar influência e que interesses contrariados estariam na origem da denúncia da revista "Veja". Por que o sr. não mencionou essas pessoas?

Roberto Jefferson - Não se faz isso. Se você faz denúncias do tipo "levei a acusação de você", você denuncia o próprio.

Folha - O construtor Adelson de Azevedo, uma das pessoas que se procuraram para tratar dos Correios, afirma que, no contrário de que o sr. disse, não foi o construtor, e o construtor não é a pessoa que se procurou.

Folha - O sr. falou em guerra comercial. Mas não seria uma guerra por espaço entre os partidos?

Folha - Não, mas eu entendo o Fernando Bezerra Leonardo pelo PTB e líder do governo no Congresso porque, na primeira matéria da "Veja", está dito que ele indicou o Exército brasileiro para a diretoria de Tecnologia dos Correios.

Folha - O sr. falou em guerra comercial. Mas não seria uma guerra por espaço entre os partidos?

Folha - O sr. falou em guerra comercial. Mas não seria uma guerra por espaço entre os partidos?

Folha - O sr. falou em guerra comercial. Mas não seria uma guerra por espaço entre os partidos?

Folha - O sr. falou em guerra comercial. Mas não seria uma guerra por espaço entre os partidos?

pressas que trabalham com o IRB para fazerem doações ao partido, antes eleição, porque estavam em situação muito difícil. Ele sou de lutar. Em setembro, ele voltou a mim e disse: "deputado, não contem que as doações sejam por Zé Dirceu", com receio que quem dá por conta, e não eu, não quero fazer. Eu falei, também não faz.

Na conversa, o Lúcio afirma que estava perto de se aposentar. Eu creio muito que eu queria um processo para substituir o Lúcio. Mas os ministros José Dirceu (Casa Civil) e Antonio Palocci (Fazenda) o nome do doutor Murilo Barbosa Lima, diretor técnico do IRB. O nome não começou a dizer que havia coisas contra ele. E o doutor Lúcio, que dissera que iria se aposentar, se agarra com o doutor João Eduardo de Lucena, que é o diretor comercial, indicando João José Janene, líder do PP na Câmara.

Além de estar em queda de braço entre o PTB e o PP, o Palocci conversa comigo e diz o seguinte: Roberto, vamos fazer uma coisa por favor. Nós temos o diretor administrativo, um Roberto de Menezes Galvão, o Apolônio Neto, sobrinho do Delúbio Neto, fez um dos melhores trabalhos de reestruturação do IRB. A gente passa o Apolônio como sendo do PTB, e ele sendo sobrinho do Delúbio, que é do PP, e a gente resolve a situação. Eu falei: não tem problema, está dada e resolvido. O doutor Apolônio foi uma indicação sazonária do ministro Palocci.

Folha - O sr. considerava correto, legalmente, esta forma de partilha das cargas do governo?

Jefferson - Vi e participei nos administradores dos partidos que compõem o governo e administração do Brasil. O PTB tem participação de 20% no governo, o PP tem participação de 20% no governo, o PTB tem participação de 20% no governo, o PP tem participação de 20% no governo.

Folha - O sr. falou em guerra comercial. Mas não seria uma guerra por espaço entre os partidos?

Folha - O sr. falou em guerra comercial. Mas não seria uma guerra por espaço entre os partidos?

Folha - O sr. falou em guerra comercial. Mas não seria uma guerra por espaço entre os partidos?

Folha - O sr. falou em guerra comercial. Mas não seria uma guerra por espaço entre os partidos?



Delúbio Soares, tesoureiro do PT e membro da estrutura de Delúbio Neto, protagonizou episódios de corrupção durante o governo de Collor.

Delúbio Soares tem pretensão eleitoral

Delúbio Soares, tesoureiro do PT e membro da estrutura de Delúbio Neto, protagonizou episódios de corrupção durante o governo de Collor. Ele afirmou em uma entrevista que tem pretensão eleitoral e que já está se preparando para disputar uma eleição. Ele também mencionou que já recebeu apoio de alguns políticos e que está trabalhando para melhorar sua imagem pública.

Delúbio Soares afirmou que já recebeu apoio de alguns políticos e que está trabalhando para melhorar sua imagem pública. Ele também mencionou que já recebeu apoio de alguns políticos e que está trabalhando para melhorar sua imagem pública.

Morto o Martinez, o PTB elegeria o líder da Câmara o deputado José Márcio (PE). Fim de dezembro, início de janeiro, o doutor Delúbio procura: "O Roberto é um homem difícil. Eu quero falar com você". O PP e o PL têm uma participação, uma mesada, eu quero ver se vocês recebem isso.

O Márcio respondeu que não poderia tomar atitude sem falar com o presidente do partido. Al redirecionou os deputados Rivaldo Rodrigues (PC-PA), Valdeir Costa Neto (SP, presidente do PL) e Pedro Henry (PP-MT) para pressionar o Márcio: "Que que é isso? Vocês não vão receber? Que coisa é essa? Não dá uma de melhores que a gente".

Jefferson - No princípio de 2004, li que o ministro Waldemar Costa Neto (SP, presidente do PL) e Pedro Henry (PP-MT) para pressionar o Márcio: "Que que é isso? Vocês não vão receber? Que coisa é essa? Não dá uma de melhores que a gente".

Folha - Qual foi a reação dele? Jefferson - O presidente Lula chorou. Falei: "Não é possível isso". E chorou. Falei: "É possível, mas é mais difícil".

Folha - É mais barato pagar o exército mercenário do que dividir poder. É mais fácil alugar um deputado do que discutir um projeto de governo. É por isso que eu pago pelo mensalão.

Folha - O que faz e pretende fazer de agora em diante? Jefferson - Depois disso, da corrupção, tenho certeza de que parou, por isso está instaurado a base parlamentar. Me meteu o pé no biqueiro. Eu vi de muito indignado.

Jefferson - O que faz e pretende fazer de agora em diante? Jefferson - Depois disso, da corrupção, tenho certeza de que parou, por isso está instaurado a base parlamentar.

Folha - É mais barato pagar o exército mercenário do que dividir poder. É mais fácil alugar um deputado do que discutir um projeto de governo. É por isso que eu pago pelo mensalão.

Folha - O que faz e pretende fazer de agora em diante? Jefferson - Depois disso, da corrupção, tenho certeza de que parou, por isso está instaurado a base parlamentar.

Folha - É mais barato pagar o exército mercenário do que dividir poder. É mais fácil alugar um deputado do que discutir um projeto de governo. É por isso que eu pago pelo mensalão.

Folha - O que faz e pretende fazer de agora em diante? Jefferson - Depois disso, da corrupção, tenho certeza de que parou, por isso está instaurado a base parlamentar.

Folha - É mais barato pagar o exército mercenário do que dividir poder. É mais fácil alugar um deputado do que discutir um projeto de governo. É por isso que eu pago pelo mensalão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para registrar a entrevista com o Deputado Fernando Gabeira, publicada na revista **Veja** do último dia 15 de junho do corrente.

O Deputado Fernando Gabeira assumiu que já cometeu vários erros na vida, porém, o mais recente foi apoiar o governo Lula. Como relata em sua entrevista, intitulada “O PT acabou”, na sua opinião o Presidente Lula se transformou em uma “farsa” e o partido ao qual ele pertenceu (PT) até 2003 é a raiz da derrocada do Presidente.

Concluindo, Sr. Presidente, requiro que a entrevista acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Entrevista: Fernando Gabeira

“O PT acabou”

Ícone da esquerda brasileira, o deputado diz que o PT é “igual aos outros partidos” e que o presidente Lula está deslumbrado com o poder

Thais Oyama

Na lista da sucessão de erros que diz ter cometido ao longo da vida, o deputado e escritor Fernando Gabeira (PV) acrescentou, recentemente, mais um: o apoio ao governo Lula, que ele hoje define como “uma farsa”. O ex-guerrilheiro do MR-8, que participou do seqüestro do embaixador americano Charles Elbrick em 1969, afirma que Lula “traiu” a nação e que o autoritarismo intrínseco do PT, partido ao qual ele próprio pertenceu até 2003, está na raiz da sua derrocada — que ele considera consumada. O ícone da esquerda brasileira, que já quis morrer pela revolução e se libertar pelo desejo, hoje diz que crê apenas na eficácia e na nobreza das pequenas ações. Aos 64 anos, pai de duas filhas — uma, surfista profissional, outra, estudante de psicologia —, o deputado já não vai de bicicleta ao Congresso, trocou-a por uma moto. O existencialismo que o inspirou na juventude ainda se revela no formato do atual casamento: à moda de Sartre, é cada um na sua. Na semana passada, ele deu a seguinte entrevista a VEJA.

Veja — O senhor escreveu, em artigo recente, que a chegada de Lula à Presidência foi uma crueldade histórica. O que isso significa?

Fernando Gabeira — Quando Lula foi candidato pela primeira vez, o Muro de Berlim havia caído e a etapa mundial que nós vivíamos já era a etapa do fracasso completo do socialismo. O que eu quis dizer foi que a eleição de Lula representou, simbolicamente e pela via eleitoral, a chegada de um

operário ao poder, mas em um momento em que isso já não significava muito mais. Era um sonho retardatário. Nós chegamos a ele atrasados em relação à situação mundial. Na verdade, se tivéssemos tido um pouco mais de percepção, veríamos que, em vez do roteiro de Marx — da chegada do operário ao poder —, nós estávamos assistindo à chegada da classe operária ao paraíso. Porque o que aconteceu foi isso: Lula, ao chegar ao poder, ficou deslumbrado com ele.

Veja — Em que momentos o senhor percebe esse deslumbramento?

Gabeira — Em muitos momentos. A chegada ao governo significa uma as-

cessão social, pelo menos nessa circunstância. Você passa a desfrutar de bens materiais superiores aos que desfrutava antes. E quando você chega ao governo no bojo de um grande movimento social, muito admirado e cortejado, isso contribui para que você, de certa maneira, perca o rumo. E aí você vai ver as pirâmides, tirar foto ao lado das pirâmides, comprar um avião... Isso tudo aconteceu com Lula e, no seu caso, houve ainda a agravante de ele não ser uma pessoa inquieta, do ponto de vista intelectual.

Veja — Essa inquietação poderia ter contribuído para amenizar o deslumbramento a que o senhor se refere?

Gabeira — Sim, porque a chegada ao poder, com todos os atrativos que ele oferece, é sempre um questionamento da sua sabedoria. E também um desafio à capacidade de saber olhar os seus projetos e se manter fiel a eles. E nem o PT nem Lula souberam responder a isso. Diante da necessidade de abandonar um programa que talvez não estivesse totalmente ajustado à realidade, eles optaram simplesmente por jogar esse programa para o ar — sem substituí-lo. Não foi à toa que, durante a campanha eleitoral, poucos de nós, intelectuais que apoiamos Lula, se submeteram àquele mico no programa de televisão, de andar de um lado para o outro com uma pasta debaixo do braço, dando a impressão de que todos os problemas do Brasil estavam equacionados e que, quando chegássemos ao governo, resolveríamos tudo.

Veja — *O senhor se recusou a participar da gravação desse programa?*

Gabeira — Eu não fui convidado. Mas quando eles fizeram o programa final, com o Lula já eleito no primeiro turno, nós fomos chamados a São Paulo para gravar. Era um programa de auditório, e nós tínhamos de levantar as mãos, todos juntos, e balançá-las para o alto. Eu fiquei perplexo com aquilo, não fiz. O Lula até reclamou: “Poxa, Gabeira, você tá dormindo?”. Claro que eu não estava dormindo, eu estava achando aquilo ridículo. Éramos participantes de um projeto político que, no último momento, havia sido sintetizado em um programa de auditório. Parecíamos chacetes.

Veja — *Foi nesse momento que o senhor achou que o trem começava a sair dos trilhos?*

Gabeira — O momento em que eu acho que o trem começa a sair dos trilhos é quando o Lula decide, nessa última campanha, que vai ganhar — e que, para ganhar, é preciso ter dinheiro e um excelente programa de televisão. São premissas aparentemente sensatas. Mas, ao descobrir o imenso potencial do veículo e da linguagem publicitária, ele passou a superestimar o trabalho de marketing em detrimento do movimento social que o apoiava. E isso marcou o princípio do governo: a agenda dele passou a ser uma agenda de foto-oportunidade, para usar uma expressão dos ingleses. O presidente recebia misses, por exemplo, enquanto o Cristovam Buar-

que, durante o tempo em que foi ministro, esteve com ele apenas uma vez. O ministro da Educação! Lula saiu da história para entrar no marketing.

Veja — *O senhor participou da montagem do governo. Houve um momento, portanto, em que acreditou nele.*

“O PT foi construído de uma forma autoritária, e essa construção autoritária é que permitiu o deslocamento da camarilha que está hoje no Palácio do Planalto e que designa os caminhos do partido. A população já descobriu que o PT é igual aos outros que ele denunciava”

Gabeira — Eu acreditei pelo seguinte: nunca houve tanto entusiasmo popular em torno de uma candidatura. Nunca tantas pessoas competentes e interessantes se juntaram para ajudar uma candidatura. Então, eu achava que nós tínhamos um capital humano suficiente para realizar um processo de transformação importante para o Brasil. Só que o que houve foi uma traição.

Veja — *A quem?*

Gabeira — Às pessoas que acreditaram nele. Eu andei mais de 1 000 quilômetros com o Lula. Vi a esperança nos olhos das quebradeiras de coco do Maranhão, das plantadoras de cebola de Santa Catarina... Era visível a esperança delas, era visível que acreditavam na gente: “Essas pessoas são ligadas a nós, vão mudar a nossa vida”. Vi mães chorando quando a caravana passava, mulheres levantando os seus bebês para que vissem o palanque... Era um capital de esperança muito grande. E parece que eles não se importaram muito com isso. Eles não tinham um projeto de Brasil,

não tinham um projeto de nação — tinham um projeto de poder. E perderam o contato com a realidade. Prova disso é que, no auge dessa crise, José Dirceu disse àquele grupo de escritores espanhóis com que se encontrou em Madri que o projeto do PT era ficar doze anos no poder.

Veja — *Qual o futuro da sigla, na sua opinião, diante dessa crise?*

Gabeira — O PT tem um grave erro de origem. Ele opta pelo centralismo democrático, que foi um instrumento criado por Lenin, no princípio do século XX, para organizar trabalhadores fabris na luta contra o Exército do czar. Ora, nós já estamos no princípio do século XXI e o PT continua fazendo coisas em nome desse centralismo, como a expulsão da senadora Heloísa Helena. Isso é uma coisa ridícula, já não existe mais. Na Inglaterra, 240 deputados do Partido Trabalhista votaram contra a guerra no Iraque e continuam lá, ninguém vai expulsá-los. O PT foi construído de uma forma autoritária, e essa construção autoritária é que permitiu o deslocamento da camarilha que está hoje no Palácio do Planalto e que designa os caminhos do partido.

Veja — *Do ponto de vista histórico, então, o PT estaria condenado. E do ponto de vista ideológico?*

Gabeira — Desse ponto de vista, ele não existe mais. Acabou, foi para o espaço. A população já descobriu que o PT é igual aos outros que ele denunciava.

Veja — *Em que momento isso aconteceu?*

Gabeira — Quando ele achou que poderia abrir mão da bandeira ética que mantinha quando estava na oposição. Eles adotaram a tática da visita da velha senhora, a peça do Dürrenmatt (*dramaturgo suíço Friedrich Dürrenmatt*). Ele mostra uma prostituta que sai da cidade e volta rica. Aí, diz: “O mundo fez de mim uma prostituta e eu vou fazer desse mundo um bordel”. Eles tiveram de conseguir dinheiro, tiveram de entrar no jogo e tiveram de comprar a sua base, já que não podiam buscá-la no PMDB nem no PSDB.

Veja — *Em que medida essa saída fisiológica não seria também responsabilidade do sistema político brasileiro, em que o Executivo não tem maioria*

garantida no Congresso e precisa ficar o tempo todo tentando seduzi-lo para conseguir governar?

Gabeira — Acho que a culpa dessa estrutura é parcial. Porque, se você considerar a centro-esquerda brasileira, como o PT e o PSDB, existe uma base numérica para você dirigir o país. O problema é que, como os dois não vão jamais se entender, estão ambos condenados ao fisiologismo — ou, como diz o Fernando Henrique, condenados a ser a vanguarda do atraso. O que nos leva a uma situação em que, em 2006, restará só perguntar de quem será a vez de pedir a CPI — e de quem será a vez de abafá-la. Nós poderíamos superar essa etapa da história brasileira criando uma frente política que fosse não tão rigidamente ideológica, como eles querem, mas uma frente política dos homens e mulheres de bem. Havendo essa demarcação ética, o governo conseguiria isolar progressivamente os fisiológicos. O processo do PT foi justamente o contrário: ele fortaleceu o fisiologismo e colocou na presidência da Câmara, por meio dos seus erros, um homem que está em contradição com o Brasil moderno, que é o Severino Cavalcanti.

Veja — O ministro José Dirceu esteve presente em vários momentos importantes da sua vida. Foi um dos presos libertados por seu grupo em troca do embaixador americano seqüestrado, esteve exilado em Cuba na mesma época em que o senhor e teve peso fundamental na sua saída do PT. Qual a relação que vocês têm hoje?

Gabeira — Não há relação. Ele jamais gostou de mim. Em 1989, fui escolhido pela convenção do PT candidato a vice de Lula na eleição contra Collor e ele ficou muito zangado com isso. Aliás, foi um bombardeio geral. Chegaram a dizer — não ele, pessoalmente, mas aliados e pessoas do próprio PT — que eu não era viril o suficiente para representar a classe operária. Excelente isso, não?

Veja — A que se deveria isso, na sua opinião?

Gabeira — Acho que o temor dele é que as pessoas ocupem o seu espaço, que ameacem aquele trono que ele construiu tão duramente, através de tantas reuniões e tanto café frio. Imagine uma pessoa que coleciona sessenta grupos de trabalho! Eu digo que ele é o Tio Pa-

tinhas dos grupos de trabalho, que a piscina dele está cheia de relatórios e ele não deixa ninguém chegar perto. Como se dissesse: “Quem vai cuidar do imobilismo aqui sou eu”. Mas, de maneira geral, acho que o PT não convive bem com uma personalidade. No sentido de que toda a estrutura do pensa-

“O Zé Dirceu teme que ameacem o trono que ele construiu através de tantas reuniões e tanto café frio. Ele é o Tio Patinhas dos grupos de trabalho, tem sessenta! A piscina dele está cheia de relatórios e ele pensa: ‘Aqui, quem cuida do imobilismo sou eu’”

mento da esquerda clássico está voltada para fazer com que o conjunto se imponha sobre o indivíduo. Eles são anteriores à fase em que os indivíduos já deram um passo adiante, buscando a autenticidade como referência. Convivem mal com essa idéia.

Veja — Houve um momento em que o senhor acreditou na luta de classes como saída para a transformação da sociedade. Em outro momento, defendeu a política do corpo e, mais recentemente, viveu a experiência de ser, por dez meses, governo. Foram três decepções?

Gabeira — Eu acho que, realmente, na escolha do socialismo houve um erro meu no sentido de não compreender o momento histórico. Contribuiu para isso o fato de estarmos na ditadura militar e essa ditadura militar ser, em si, um símbolo do atraso. Então, você é facilmente levado à ilusão de que, sendo contra ela, você está na frente, quando a verdade é que você está na frente de um projeto em declínio. Quando entendi isso, com a visão do marxismo sendo su-

perada na minha cabeça, não havia mais uma explicação da história, que era uma espécie de substituição da religião. Aí, eu tive de me voltar para dentro de mim para buscar onde estava a referência. Nisso, me vi com a política do corpo, que eu reconheço que foi absorvida pelo sistema. Passou a ser uma grande indústria, como, aliás, ocorre com todos os grandes movimentos. O elemento mais recente nessa sucessão de fracassos foi esse envolvimento com um governo que ia transformar o país e que resultou nessa farsa que vemos agora.

Veja — Diante desses três fracassos, o que restou das suas convicções?

Gabeira — A decisão de me apoiar em alguns princípios de atuação: a democracia — como uma visão estratégica, e não mais como os comunistas a viam, uma tática para chegar ao poder —, a defesa dos direitos humanos, da consciência ecológica e, finalmente, da justiça social. E caminhando por aí eu acho que posso fazer alguma coisa. Não é mais uma grande revolução, com o esplendor daqueles tempos, mas é um pouco parecido com aquela história do Salinger, de *O Apanhador no Campo de Centeio*: quando eu era jovem, eu queria morrer pela revolução. Agora, quero viver para transformar um pouco as coisas. Sem grandiosidade, sem melodrama. Com pequenas ações, apenas.

Veja — O senhor se separou recentemente. Voltou a se casar?

Gabeira — Eu tenho uma companheira, mas vivo na minha casa, com minha filha.

Veja — É um casamento à la Sartre, então?

Gabeira — O que me fascinou no existencialismo, em Sartre e Simone de Beauvoir, inicialmente, foi justamente a maneira como eles lidavam com essa questão da afetividade. Mas, hoje, não diria mais “a monogamia ou a liberdade”, por exemplo. Diria que, se você está bem com uma pessoa, ótimo. Se não está, acho razoável que tente ficar bem com mais de uma.

Veja — O ministro Gilberto Gil declarou que parou de fumar maconha aos 50 anos. O senhor também parou?

Gabeira — Ah, mas eu não fiz 50 anos ainda! O Gil é mais velho, eu sou muito jovem... ■

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, poucas coisas são mais odiosas, mais perniciosas, mais nefastas do que o preconceito. Filho dileto da ignorância, o preconceito leva os seres humanos a rotular seus semelhantes, a catalogá-los como “diferentes”, “anormais”, “inferiores”. O passo seguinte é a discriminação, a segregação, a exclusão. A partir disso, os grupamentos sociais ficam divididos entre os “bons” e os “maus”, os “superiores” e os “inferiores”, os que “têm direitos” e aqueles que “nada merecem”, como se fosse possível assim classificar a pessoa humana, enquadrá-la em rígidas e simplistas categorias.

Essa irracional postura de rejeição ao “outro”, àquele que não compartilha das minhas características pode ser endereçada ao estrangeiro, que não fala a minha língua e tem costumes “bárbaros”; ou àquele que pertence a outra etnia, e, portanto, pressuponho que seja menos dotado, intelectual ou fisicamente; ou, ainda, aos integrantes de determinada categoria profissional, a quem, conjuntamente, atribuo determinado padrão de má-conduta. Pode, até mesmo, ser endereçada aos oriundos de determinada região do País, nos quais penso enxergar, generalizadamente, desvios de caráter.

E o preconceito pode, também, ser dirigido àqueles que apresentam alguma deficiência, que são portadores de necessidades especiais.

Nesse caso, parece que regredimos a uma postura infantil, irrealista, de querermos que o mundo corresponda a nossas fantasias de contos de fadas, um lugar onde não exista espaço para a diferença, para qualquer imperfeição, onde todos deveriam ser jovens, belos, possuírem intelecto e condição física privilegiados, e todos os órgãos dos sentidos perfeitamente aguçados. Por que será, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que nos sentimos tão ameaçados, tão perturbados pela diversidade, ou mesmo pela imperfeição? Será porque ela nos põe em contato com a nossa própria imperfeição, nos lembra de que nós mesmos não nos enquadramos no figurino do conto de fadas?

Historicamente, os portadores da síndrome de Down têm sido alvo de uma tremenda carga preconceituosa, vistos como absolutamente incapazes, condenados à eterna dependência, às vezes afastados do convívio social pelos próprios pais e parentes, que se envergonhavam de ter um deficiente na família.

Felizmente, significativas mudanças têm sido observadas nesse quadro de uns anos para cá. Isso, graças aos avanços da ciência, que definiu, com bastante clareza, não se tratar a síndrome de Down de uma doença; graças a uma nova postura de muitos pais, que estimulam os seus filhos e acreditam na sua capacidade, educando-os para a independência e incentivando o desenvolvimento de suas potencialidades; e graças, também, ao esforço dos próprios portado-

res da síndrome, que, com muita luta, têm mostrado a capacidade de superar seus limites, provando que podem praticar esportes, realizar atividades artísticas, inserir-se no mercado de trabalho, manter relacionamentos afetivos e até casar.

No final do mês passado, na partida em que se despedia da Seleção Brasileira de futebol, ao comemorar seu último gol pelo escrete “canarinho”, Romário emocionou o País inteiro ao exibir uma camiseta com a frase: “Tenho uma filhinha Down que é uma princesinha”. Ao assumir com orgulho uma filha com deficiência, o atleta teve um gesto digno, bonito e corajoso. Afinal, sabe-se que ainda persiste, entre alguns pais, uma tendência a sentir vergonha, a esconder aquilo que percebem como um “problema”. Na sua posição de figura pública de grande notoriedade, o ídolo do futebol deu, assim, uma importante contribuição à luta contra o preconceito.

E esse episódio ocorreu num momento em que outros fatos marcantes também estão trazendo à baila a conveniência e a necessidade da plena inserção dos portadores dessa síndrome na nossa sociedade. Também no mês passado, saiu vencedor do Festival do Audiovisual do Recife o documentário *Do Luto à Luta*, do cineasta Evaldo Mocarzel, ele próprio pai de uma menina de cinco anos que tem a síndrome. No filme, são mostrados jovens com síndrome de Down trabalhando, surfando, filosofando, namorando e casando. Já no dia três deste mês, foi lançada, no Rio de Janeiro, a campanha “Ser Diferente é Normal”, capitaneada pela organização não-governamental Meta-Social, cuja Presidente é a Sra. Helena Werneck.

Várias figuras de destaque da nossa sociedade que têm filhos ou outros parentes com Down vêm dando, também, uma importante contribuição na luta contra o preconceito. O celebrado fotógrafo Sebastião Salgado tem um filho com a síndrome, enquanto o ex-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo Mário Amato tem uma neta. A Princesa Stella de Orleans e Bragança, mãe de Maria Cristina, de 15 anos, luta pelo acesso – garantido, aliás, por disposição legal – dos portadores de Down às escolas regulares. Com muita justeza, pondera a Princesa que “a sociedade é universal. As pessoas precisam entender que a escola inclusiva é melhor para todos, não só para as minorias. A gente aprende com a diversidade.”

Embora lentamente, a luta pela inclusão começa a se refletir nas políticas de contratação de pessoal de algumas empresas. A cadeia de restaurantes cariocas La Mole contratou, quase dois anos atrás, seu primeiro funcionário com síndrome de Down. Hoje, Thiago Borges Pompeu, de 22 anos, auxiliar de operações com salário de 340 reais mensais, utiliza suas horas vagas para treinar candidatos ao mesmo posto que também têm a síndrome. Outros três já foram contratados. Thiago tem curso de computação e é tetracampeão

estadual de natação especial. Ariel Goldenberg, de 24 anos, casado com Rita de Cássia Pokk, de 25, também portadora da síndrome, trabalha como auxiliar de escritório numa corretora de seguros. Ele lê, escreve, usa o computador e toca bateria muito bem.

Já Lucas Ronconi e Mariana Mattos, ambos de 20 anos, prestarão, em breve, a prova do sindicato da dança do Rio de Janeiro, com vistas a se profissionalizar. Praticantes de dança de salão, versados em tango, bolero, forró, suingue e samba, eles já se apresentaram duas vezes nos Estados Unidos, em congressos internacionais de síndrome de Down, dançaram com Ana Botafogo, primeira-bailarina do Teatro Municipal, e participaram do programa *Planeta Xuxa*, na **Rede Globo de Televisão**.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como mencionamos há pouco, a ciência médica já tem bem estabelecido que a síndrome de Down não é uma doença. Ela representa, isto sim, um padrão genético, caracterizado pela presença de um quadragésimo-sétimo cromossomo – excedente, portanto – por célula. Existem, contudo, diversas complicações médicas associadas à síndrome. Cerca de 40% dos bebês com Down nascem com cardiopatia. Até os dois anos de idade, as infecções respiratórias são mais freqüentes que nas demais crianças. E o portador da síndrome pode, também, nascer com malformações gastrintestinais. Os avanços da medicina, contudo, melhoraram muito os prognósticos para esses bebês. Hoje, uma pessoa com síndrome de Down tem 75% de chance de passar dos 35 anos de idade.

Os limites que os portadores da síndrome precisam superar não são desprezíveis. Além dos impostos pela deficiência mental, que acarreta aprendizagem mais lenta, e da maior suscetibilidade às doenças já referidas, há outros problemas físicos. As pessoas com Down têm a musculatura mais flácida. Por isso, fazem fisioterapia desde os primeiros meses de vida. Um pouco mais tarde, a partir dos quatro ou cinco anos de idade, a equoterapia traz excelentes resultados. Exercitando-se em um cavalo, os pequenos portadores de Down trabalham a musculatura, o equilíbrio, a coordenação motora. Os efeitos desse tratamento são também muito positivos no que diz respeito à auto-estima. Aprendendo a dominar o cavalo, as crianças Down sentem-se mais seguras e felizes por conseguir fazer algo que outras crianças não conseguem.

O que não podemos admitir é que, além das inevitáveis dificuldades acarretadas pela síndrome, seus portadores tenham, ainda, de enfrentar o ônus do preconceito. Qualquer forma de preconceito é odiosa. Quando, porém, o preconceito é dirigido às pessoas portadoras de deficiência, ele se torna ainda mais atroz, pois implica um gravame extra para quem já tem obstáculos tão significativos a transpor.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, afirmei, no início desta fala, que o preconceito é filho dileto da

ignorância. Felizmente, na medida em que retrocede a ignorância a respeito da síndrome de Down, vai também ruindo o preconceito contra seus portadores.

É muito animador ver o amadurecimento dessa nova compreensão a respeito desse padrão genético diferenciado. Nosso craque Romário bem expressou essa nova perspectiva ao declarar, em entrevista, que sua filhinha é uma dádiva, um presente; que sua chegada fez dele um homem mais alegre, paciente e tolerante, com melhor entendimento da vida.

Para concluir, gostaria de reportar as palavras do jovem Ariel Goldenberg, no documentário *Do Luto à Luta*, já mencionado, referindo-se a ele próprio e à sua esposa. Com simplicidade e tocante humanismo, Ariel afirmou: “Perante a sociedade, nós somos Down. Mas, perante Deus, são todos normais”.

Creio que essas singelas palavras contêm muita verdade, e constituem um forte libelo contra todas as formas de preconceito. Vamos todos sair da ignorância, e entender que “ser diferente é normal”.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

Às 15:30 horas

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2000 (Votação nominal)

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças*.

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2002 (Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador

Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).*

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

3

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Relatora Senadora Serys Slhessarenko, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2004
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 87, DE 2003
(Votação nominal, se não houver emendas)**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições*

Constitucionais (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2003**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral.*

Parecer sob nº 463, de 2005, do relator Senador José Jorge, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ que apresenta.

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2004 (nº 4.338/2001, na Casa de origem), que *denomina Presidente Juscelino Kukitscheck a Rodovia BR-020, Brasília-Fortaleza.*

– Parecer favorável, sob nº 551, de 2004, da Comissão de Educação, Relator: Senador Aelton Freitas; e

– Adendo ao Parecer nº 551, de 2004, de autoria do Senador Aelton Freitas, corrigindo contradição constatada entre o projeto e a legislação vigente, a ser lido.

8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – “Desmanche”, que *altera a redação do art. 126 da lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os §§ 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os artigos 126-A e 126-B.*

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 18 horas e 24 minutos.*)

Ata da 104ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 5 de julho de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Tião Viana, Efraim Moraes, Luiz Otávio,
Hélio Costa e Garibaldi Alves Filho*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 5/7/2005 07:34:04 até 5/7/2005 22:40:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS		X	PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO		X
PMDB	PI	ALBERTO SILVA		X	PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO		X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE		X	PMDB	AP	JOSÉ SARNEY		X
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X	PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA		X
PMDB	RO	AMIR LANDO		X	PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA		X
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA		X	PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES		X	PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO		X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X	Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA		X
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE		X	PMDB	GO	MAGUITO VILELA		X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO		X	PMDB	PI	MÃO SANTA		X
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO		X	PFL	PE	MARCO MACIEL		X
PFL	BA	CÉSAR BORGES		X	PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI		X
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE		X	PMDB	PB	NEY SUASSUNA		X
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL		X	Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR		X
PFL	MA	EDISON LOBÃO		X	PDT	PR	OSMAR DIAS		X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO		X	PMDB	AP	PAPALÉO PAES		X
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS		X	PFL	DF	PAULO OCTÁVIO		X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY		X	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X
PFL	PB	EFRAIM MORAIS		X	PMDB	RS	PEDRO SIMON		X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE		X	PMDB	MS	RAMEZ TEBET		X
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA		X	PSDB	CE	REGINALDO DUARTE		X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS		X	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS		X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X	Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO		X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO		X	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA		X
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR		X	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI		X
PMDB	ES	GERSON CAMATA		X	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO		X
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO		X	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO		X
PMDB	MG	HÉLIO COSTA		X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI		X
P-SOL	AL	HELOISA HELENA		X	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA		X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES		X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI		X	PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ		X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES		X					
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA		X					
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE		X					
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN		X					

Compareceram: 68 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 68 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 748, DE 2005

Requeiro, com base no art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nº 100, de 2004, que institui o Programa Nacional do Gás (Progás), 101, de 2004, que institui o Plano Setorial de Desenvolvimento do Gás, e 226, de 2005, sobre a importação, exportação, processamento, transporte, armazenagem, liquefação, regaseificação, distribuição e comercialização de gás natural, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 5 de julho de 2005. – **César Borges**.

REQUERIMENTO Nº 749, DE 2005

Requer Voto de Lembrança pelo transcurso do 10º aniversário de falecimento do jornalista Umberto Calderaro Filho, criador da Rede Calderaro de Comunicações, do Amazonas.

Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Lembrança pelo transcurso do 10º aniversário de falecimento do notável criador da Rede Calderaro de Comunicações, do Amazonas.

Requer, ainda, que este voto seja levado ao conhecimento dos familiares de Umberto Calderaro Filho e à Rede de Comunicações por ele fundada.

Justificação

Umberto Calderaro Filho, insere-se na história do Amazonas pela sua coragem pessoal e política. Com destemor e visão, implantou moderna e vitoriosa rede de comunicações, inicialmente com o lançamento do jornal **A Crítica**. Umberto Calderaro Filho, jamais se desviou de uma conduta de empreendedor responsável, ousado e lúcido, ser humano imune a atitudes pequenas e mesquinhas. Foi um grande amigo, com quem manteve convivência elevada e leal por anos a fio. Com ele aprendi muito e pude perceber a razão

do grande apreço que lhe devotava a população de meu Estado.

Sala das Sessões, 5 de julho de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento lido será publicado e posteriormente incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, inciso II, alínea **c**, VIII, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

MENSAGEM Nº 170, DE 2005

(Nº 414/2005, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, envio a Vossa Excelência, com vistas ao encaminhamento à Comissão de Assuntos Econômicos dessa Casa do Congresso Nacional, a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2005.

Brasília, 1º de julho de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência encaminhará o voto de lembrança solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lida a seguinte:

EM nº 16/2005-BCB

Brasília, 1º de julho de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho à consideração de Vossa Excelência, de acordo com o que estabelece o art. 6º, da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a anexa Programação Monetária para o trimestre de 2005, aprovada pelo Conselho Monetário Nacional, em sessão de 23 de junho de 2005, para que seja enviada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Respeitosamente, – **Henrique de Campos Meirelles**, Presidente.

Diretoria Colegiada
Departamento Econômico - DEPEC

Programação Monetária

2005

Junho - 2005

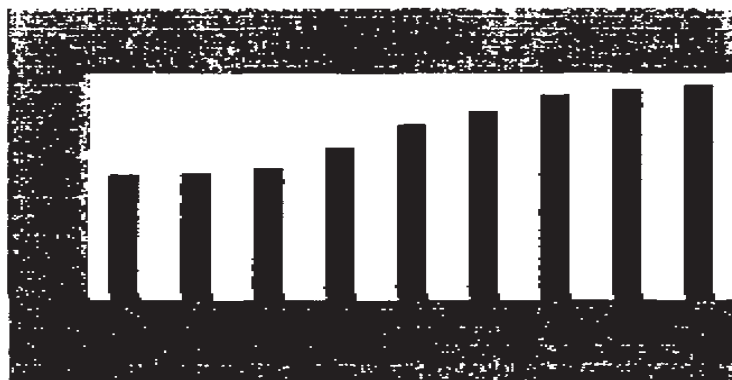


BANCO CENTRAL DO BRASIL

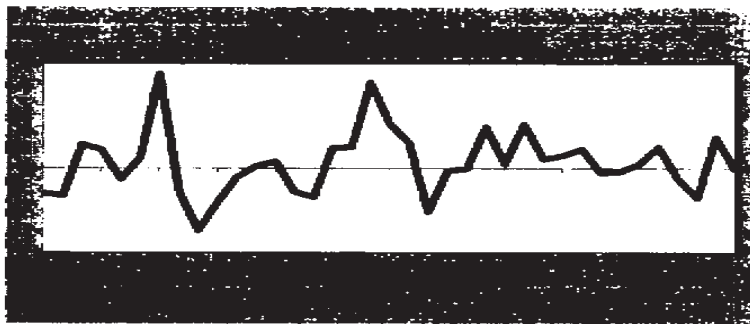
Programação Monetária para o terceiro trimestre e para o ano 2005

A. A economia brasileira no segundo trimestre de 2005

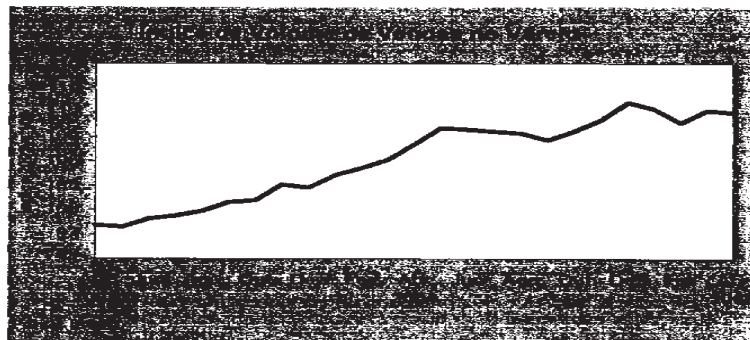
1. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,9% no primeiro trimestre de 2005, em relação ao mesmo período de 2004, de acordo com o IBGE. O resultado ratifica o arrefecimento da atividade econômica esperado para o período, após a forte recuperação expressa pelas taxas de 5,9% e de 4,7% registradas no terceiro e quarto trimestres de 2004, em relação a iguais períodos de 2003. Por setores, a maior taxa de expansão ocorreu na agropecuária, 4,2%, reflexo do desempenho favorável da pecuária e de lavouras com peso no primeiro trimestre do ano. A indústria cresceu 3,1%, com destaque para a recuperação da atividade extrativa, e o setor de serviços, 2%, acompanhando o desempenho positivo registrado nos demais setores da economia.



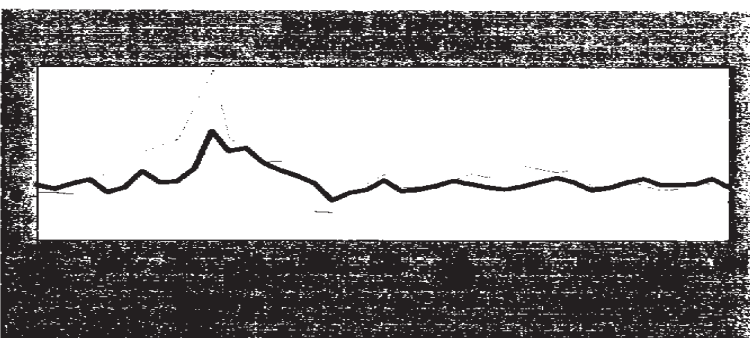
2. De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física, do IBGE, a produção industrial apresentou queda de 0,4% no trimestre fevereiro a abril, em relação ao trimestre encerrado em janeiro, consideradas estatísticas dessazonalizadas. A produção de bens de capital registrou redução de 1,6% no período, seguindo-se as taxas negativas relativas às produções de bens intermediários, 1,3%, e de bens de consumo semidurável e não durável, 0,7%. A categoria bens de consumo durável foi a única a apresentar aumento da produção nessa base de comparação, 7,4%, resultado atribuído tanto à continuidade da expansão do crédito ao consumidor quanto aos resultados favoráveis das exportações.



3. Os indicadores do comércio varejista, interrompendo a tendência ascendente observada ao longo do ano anterior, indicam estabilidade, em patamar elevado, do volume de vendas nos primeiros meses de 2005. Observou-se retração na demanda por bens de consumo não duráveis, que vinha mostrando tendência expansionista até janeiro, e continuidade na expansão das vendas de bens de consumo duráveis, favorecidas pelas condições de crédito. Segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice de Volume de Vendas no Varejo decresceu 0,51% no trimestre encerrado em abril de 2005, ante o resultado do trimestre finalizado em janeiro, considerada a série ajustada sazonalmente.

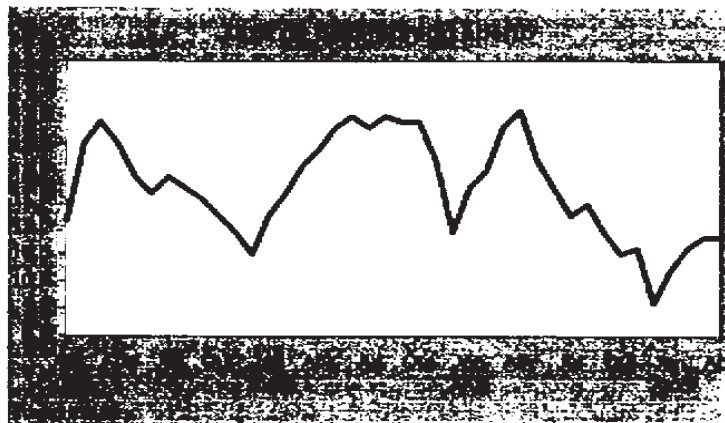


4. O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), após apresentar variação de 0,99% em março e de 0,51% em abril, recuou 0,25% em maio. Essa desaceleração refletiu, principalmente, o comportamento do índice de preços no atacado (IPA), que aumentou 0,48% no trimestre março a maio, ante 0,95%, no trimestre encerrado em fevereiro. As variações mensais do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apuradas pelo IBGE, têm se situado em níveis elevados desde outubro de 2004, registrando taxas de 0,61% em março; 0,87% em abril; e 0,49% em maio de 2005. A inflação nesses três meses, a exemplo do observado no trimestre encerrado em fevereiro, alcançou 2%, sustentada, basicamente, pela elevação de 2,7% nos preços monitorados, cuja participação na composição do índice atinge cerca de 30%. O IPCA variou 3,18% nos cinco primeiros meses do ano, ante 2,75% no mesmo período de 2004.



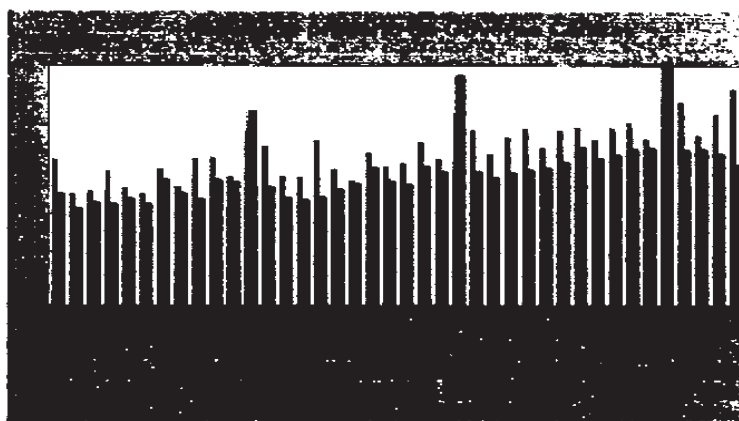
5. A taxa de desemprego aberto manteve-se em trajetória ascendente no

primeiro quadrimestre de 2005, alcançando 10,8% em abril, ante 9,6% em dezembro de 2004, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE (PME). Esse aumento refletiu, fundamentalmente, a sazonalidade desfavorável do período. A taxa média de desemprego no quadrimestre encerrado em abril decresceu 1,8 p.p. em relação à registrada no período correspondente de 2004, evidenciando expansão de 3,8% no número de ocupados e retração de 13% no número de desocupados. O aumento do número de ocupados, no quadrimestre, decorreu da criação de 710 mil novas vagas, das quais 490 mil no segmento com carteira assinada e 206 mil no mercado informal.

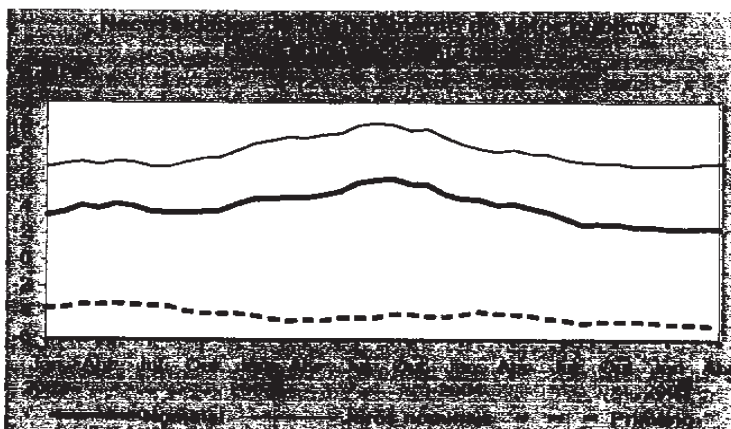


6. O superávit primário do setor público não financeiro somou R\$16,3

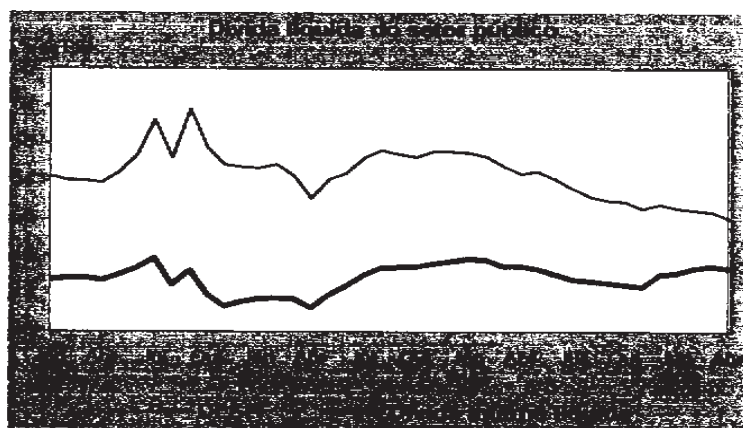
bilhões em abril, o melhor resultado mensal desde o início da divulgação da série, em 1991. O superávit do Governo Central atingiu R\$14,3 bilhões, o dos governos regionais, R\$1,8 bilhão, e o das empresas estatais, R\$219 milhões. No primeiro quadrimestre de 2005, o superávit atingiu R\$44 bilhões, 7,3% do PIB, ante R\$32,4 bilhões, 6,1% do PIB, no mesmo período do ano anterior. O aumento registrado no período, de 1,2 p.p. do PIB, refletiu crescimentos nos superávits do Governo Central, 0,5 p.p. do PIB; dos governos regionais, 0,3 p.p. do PIB; e das empresas estatais, 0,3 p.p. do PIB. Assinale-se que o superávit primário observado no primeiro quadrimestre de 2005 ultrapassou em 23% a meta definida para o período.



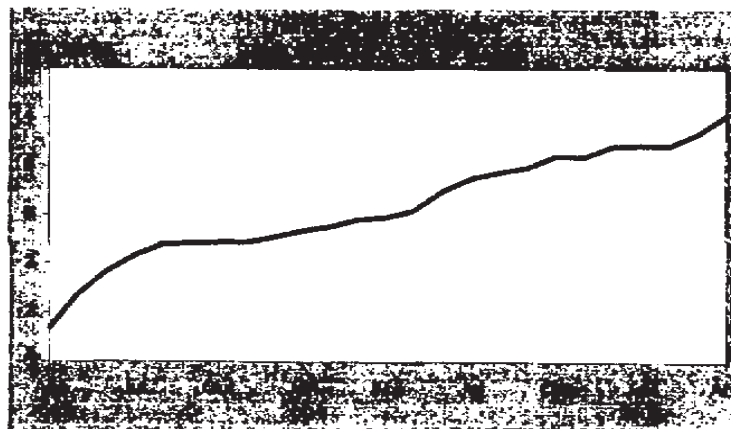
7. Os juros nominais, apropriados pelo critério de competência, somaram R\$13,3 bilhões em abril. No ano, o total apropriado alcançou R\$51,2 bilhões, 8,4% do PIB, comparativamente a R\$41,3 bilhões, 7,8% do PIB, em 2004. As necessidades de financiamento do setor público não financeiro, que abrangem o resultado primário mais os juros nominais apropriados, apresentaram déficit de R\$7,2 bilhões, 1,6% do PIB, no primeiro quadrimestre de 2005, ante R\$8,8 bilhões, 1,7% do PIB, em igual período de 2004.



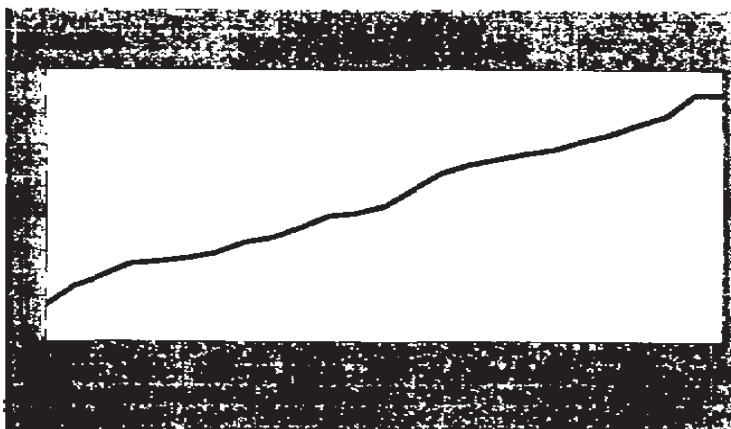
8. A dívida líquida do setor público (DLSP) alcançou R\$956,7 bilhões, 50,1% do PIB, em abril, ante R\$965,9 bilhões, 50,8% do PIB, em março, e R\$957 bilhões, 51,6% do PIB, em dezembro de 2004. A redução da DLSP em abril refletiu o superávit nominal de R\$3,1 bilhões registrado no mês, assim como o impacto de R\$7,4 bilhões decorrente da apreciação cambial de 5,1% assinalada no período. A DLSP como proporção do PIB manteve-se em trajetória declinante no primeiro quadrimestre de 2005. Em abril, o indicador apresentou queda de 1,5 p.p. em relação a dezembro de 2004 e de 7,1 p.p. em relação a dezembro de 2003. Destacaram-se como fatores determinantes desse comportamento o desempenho fiscal, o crescimento econômico e a evolução da taxa de câmbio.



9. O superávit em transações correntes atingiu US\$3,5 bilhões nos quatro primeiros meses de 2005, ante US\$861 milhões no mesmo período do ano anterior, desempenho associado, fundamentalmente, à trajetória crescente do superávit comercial, influenciada pelo dinamismo das exportações, e, em menor grau, ao resultado em transferências unilaterais. Em doze meses, o superávit em transações correntes atingiu US\$14,2 bilhões, equivalentes a 2,21% do PIB, constituindo-se, tanto em valor como em percentual do produto, em novo recorde para a série histórica.



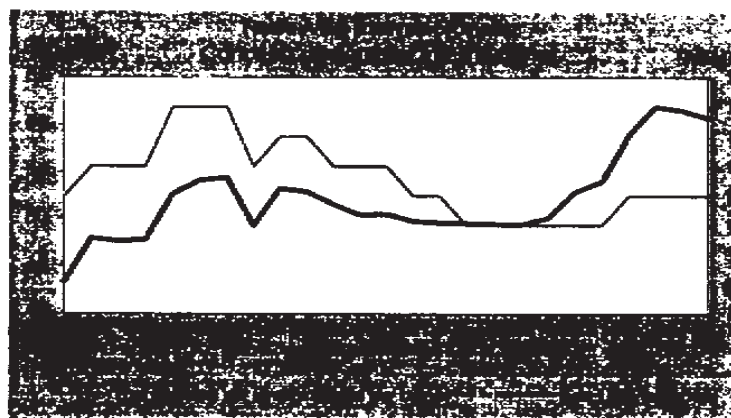
10. O superávit da balança comercial somou US\$3,5 bilhões em maio. No ano, até maio, o superávit alcançou US\$15,6 bilhões, recorde para o período, 39,6% superior ao recorde anterior, alcançado em 2004. A corrente de comércio totalizou US\$16,2 bilhões em maio e US\$71,3 bilhões no ano. Esses totais, igualmente recordes, representaram aumentos de 26,7% e 25,6%, respectivamente, em relação aos mesmos períodos de 2004. As exportações totalizaram US\$9,8 bilhões em maio, recorde histórico e terceiro mês consecutivo em que atingiram patamar superior a US\$9 bilhões. No acumulado do ano, até maio, as exportações alcançaram US\$43,5 bilhões, novo recorde nessa base de comparação, superando em 27,9% o valor do mesmo período de 2004. As importações, também recordes em valores absolutos e médios, somaram US\$6,4 bilhões em maio. No acumulado do ano, as importações totalizaram US\$27,8 bilhões, igualmente recorde histórico, correspondendo a aumento de 22,2% em relação ao período equivalente de 2004.



11. Os investimentos estrangeiros diretos líquidos somaram US\$6,5 bilhões de janeiro a abril de 2005, apresentando aumento superior a 100% em relação aos ingressos líquidos observados no mesmo período do ano anterior. Desse total, US\$4,4 bilhões ocorreram sob a forma de participação e US\$2,1 bilhões foram relativos a empréstimos intercompanhias.



12. As reservas internacionais brutas atingiram US\$60,7 bilhões ao final de maio, ante US\$52,9 bilhões em dezembro de 2004. As reservas internacionais líquidas ajustadas, no conceito do Banco Central, cresceram US\$11,7 bilhões no período, somando US\$39,2 bilhões. Devido à maior oferta de divisas no mercado interno, especialmente ao longo do primeiro trimestre, o Banco Central adquiriu US\$10,2 bilhões no mercado à vista de câmbio. Com relação às operações externas, destacaram-se os desembolsos de US\$3,4 bilhões de bônus da República e a despesa líquida de US\$3,9 bilhões com o serviço da dívida externa, notadamente em juros de bônus, US\$2,6 bilhões; amortizações de bônus, US\$945 milhões; juros ao FMI, US\$626 milhões; e amortizações ao Clube de Paris, US\$177 milhões, além da receita de US\$520 milhões com a remuneração das reservas. As amortizações ao FMI somaram US\$1,2 bilhão e as liquidações de compras do Tesouro Nacional, US\$1,5 bilhão, enquanto as demais operações geraram despesa de US\$2,3 bilhões.



B. Política monetária no primeiro trimestre de 2005

13. Os saldos da base monetária restrita, da base monetária ampliada e dos meios de pagamentos, nos conceitos M1 e M4, situaram-se nos intervalos estabelecidos pela Programação Monetária para o primeiro trimestre do ano.

14. A base monetária restrita, no conceito de média dos saldos diários, atingiu R\$81,4 bilhões em março, apresentando redução de 1,8% no mês e expansão de 22% em

12 meses. O papel-moeda emitido alcançou R\$55,1 bilhões, resultando em contração de 2,5% no mês e em crescimento de 21,1% em relação a março de 2004. As reservas bancárias atingiram R\$26,3 bilhões, com retração de 0,3% e elevação de 23,8%, respectivamente, nas mesmas bases de comparação consideradas.

15. A base monetária ampliada, que inclui a base restrita, os depósitos compulsórios e os títulos públicos federais fora da carteira do Banco Central, aumentou 1,9% em março, alcançando R\$1,03 trilhão, no conceito de saldo de final de período. A expansão de 12,6% em 12 meses refletiu as elevações de 13,5% no saldo de títulos do Tesouro Nacional, de 19,3% nos depósitos compulsórios em espécie e de 24% na base restrita, enquanto o saldo de títulos do Banco Central reduziu-se em 50,5%.

Quadro 1. Resultados previstos pela programação monetária e ocorridos no primeiro trimestre de 2005 ^{1/}

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Varição percentual em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Varição percentual em 12 meses
M1 ^{3/}	99,6-134,7	18,5	119,8	21,1
Base restrita ^{3/}	68,4-92,6	20,6	81,4	22,0
Base ampliada ^{4/}	898,8-1216,0	15,3	1032,2	12,6
M4 ^{4/}	972,3-1315,5	14,8	1154,9	16,1

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

16. Os meios de pagamento (M1), mensurados pela média dos saldos diários, totalizaram R\$119,8 bilhões em março, com retração de 0,7% no mês e aumento de 21,1% em 12 meses. O saldo do papel-moeda em poder do público atingiu R\$45,6 bilhões, correspondendo a decréscimo de 2,6% no mês e expansão de 20,1% em 12 meses. Os depósitos à vista alcançaram R\$74,2 bilhões, com elevações de 0,4% e de 21,7%, respectivamente, nas mesmas bases de comparação.

17. O agregado monetário M4 totalizou R\$1,15 trilhão em março, registrando crescimentos de 1,7% no mês e de 16,1% em 12 meses.

18. As operações com títulos públicos federais, incluídas as de ajuste de liquidez realizadas pelo Banco Central, determinaram impacto contracionista de R\$26,4 bilhões no primeiro trimestre. No mercado primário, verificou-se colocação líquida de US\$17,1 bilhões em papéis pelo Tesouro Nacional. No mercado secundário, a venda líquida de títulos pelo Banco Central totalizou R\$9,4 bilhões.

19. O Copom decidiu, em janeiro de 2005, por unanimidade, elevar a meta para a taxa Selic em 0,5 p.p., para 18,25% a.a., sem viés, considerando os riscos ao processo de convergência da inflação para a trajetória de metas, riscos esses representados pelos fatores de autopropagação do ciclo econômico e pela resistência da inflação à queda. Em fevereiro, considerou que o processo de ajuste da taxa de juros básica deveria ser mantido, e decidiu, por unanimidade, aumentar a meta para a taxa Selic para 18,75% a.a., sem viés. Em março, o Comitê ponderou que a existência de alguns focos localizados de pressão na inflação corrente e a deterioração no cenário externo aumentaram os riscos a que estavam sujeitas as perspectivas de convergência da inflação para a trajetória de metas, decidindo, por unanimidade, aumentar a meta para a taxa Selic para 19,25% a.a., sem viés.

C. Política monetária no bimestre abril-maio de 2005

20. A base monetária restrita, calculada pela média dos saldos diários, somou R\$80,4 bilhões em maio, apresentando redução de 0,1% no mês e crescimento de 17,2% em 12 meses. Considerando-se a evolução dos componentes, o papel-moeda emitido apresentou recuo de 0,4% no mês e elevação de 16,7% em 12 meses, totalizando R\$54,3 bilhões. As reservas bancárias, com saldo de R\$26,1 bilhões, aumentaram 0,6% em relação ao mês precedente, e 18,3% nos últimos 12 meses.

21. A base monetária ampliada expandiu-se 0,8% em maio, totalizando R\$1,04 trilhão. Em 12 meses, o crescimento de 11,9% refletiu aumentos de 13,1% no saldo de títulos do Tesouro Nacional e de 16,6% nos depósitos compulsórios em espécie, enquanto o saldo de títulos do Banco Central e a base restrita declinaram 54,4% e 3,7%, respectivamente.

22. Os meios de pagamento (M1), avaliados pela média dos saldos diários, alcançaram R\$116,3 bilhões em maio, registrando decréscimo de 1,2% no mês e expansão

Quadro 2. Resultados previstos pela programação monetária para o segundo trimestre de 2005 e ocorridos no período abril/maio^{1/}

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{3/}	102,3-138,4	15,7	116,3	13,4
Base restrita ^{3/}	69,6-94,2	15,7	80,4	17,2
Base ampliada ^{4/}	909,9-1231,1	14,3	1040,0	11,9
M4 ^{4/}	1014,0-1371,9	16,1	1169,7	15,3

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

de 13,4% no ano. O papel-moeda em poder do público situou-se em R\$44,9 bilhões, apresentando estabilidade no mês e aumento de 15,9% em 12 meses. Os depósitos à vista atingiram R\$71,5 bilhões, com declínio de 1,8% no mês e aumento de 11,9% em 12 meses.

23. O agregado monetário mais amplo (M4) totalizou R\$1,17 trilhão em maio, registrando expansões de 1% no mês e de 15,3% em 12 meses.

24. As operações com títulos públicos federais, incluídas as de ajuste de liquidez realizadas pelo Banco Central, resultaram em expansão monetária de R\$15,9 bilhões no bimestre abril–maio. No mercado primário, o resultado líquido determinou impacto expansionista de R\$5,5 bilhões, em virtude dos resgates líquidos de R\$4,7 bilhões e de R\$761 milhões em títulos do Tesouro Nacional e do Banco Central, respectivamente. No mercado secundário, as operações com títulos públicos exerceram impacto expansionista de R\$10,5 bilhões.

25. Em abril, o Copom decidiu, unanimemente, aumentar a meta para a taxa Selic para 19,5% a.a., sem viés, em virtude da identificação da existência de fatores que

Reunião do Copom	Aplicação do viés de baixa	Meta para a taxa Selic (% a.a.) ^{1/}
22.01.2003	-	25,50
19.02.2003	-	26,50
19.03.2003	-	26,50
23.04.2003	-	26,50
21.05.2003	-	26,50
18.06.2003	-	26,00
23.07.2003	-	24,50
20.08.2003	-	22,00
17.09.2003	-	20,00
22.10.2003	-	19,00
19.11.2003	-	17,50
17.12.2003	-	16,50
21.01.2004	-	16,50
18.02.2004	-	16,50
17.03.2004	-	16,25
14.04.2004	-	16,00
19.05.2004	-	16,00
16.06.2004	-	16,00
21.07.2004	-	16,00
18.08.2004	-	16,00
15.09.2004	-	16,25
20.10.2004	-	16,75
17.11.2004	-	17,25
15.12.2004	-	17,75
19.01.2005	-	18,25
16.02.2005	-	18,75
16.03.2005	-	19,25
20.04.2005	-	19,50
18.05.2005	-	19,75

1/ Vigência a partir do primeiro dia útil seguinte à reunião ou à aplicação do viés.

aumentaram os riscos a que está submetido o processo de convergência da inflação para a trajetória de metas. Esses riscos estavam associados à persistência de focos localizados de pressão na inflação corrente e à deterioração no cenário externo. Posteriormente, considerando a persistência de focos de pressão na inflação corrente, que contaminaram a inflação de abril, fizeram com que se deteriorassem as expectativas para 2005 e provocaram a permanência dos núcleos em níveis elevados. o Copom decidiu, mais uma vez por unanimidade, aumentar a meta para a taxa Selic para 19,75% a.a., sem viés, em maio.

D. Perspectivas para o terceiro trimestre

26. O desempenho recente da atividade industrial e das vendas do comércio, bem como a evolução do PIB no primeiro trimestre do ano, ratificaram a acomodação do ritmo de crescimento da economia brasileira nos primeiros meses de 2005, relativamente ao padrão observado ao longo do ano anterior. Esses indicadores apresentaram variações positivas, mas decrescentes, nas comparações com iguais períodos de 2004, e relativa estabilidade ou crescimento discreto nas comparações na margem. O arrefecimento da atividade produtiva, após alcançar patamar elevado, constitui aspecto favorável à perspectiva de crescimento sustentável, em cenário de estabilidade de preços.

27. A acomodação do nível da atividade tem sido acompanhada por uma alteração na composição da demanda, com maior participação do setor externo em detrimento do mercado doméstico. No âmbito externo, o crescimento da economia mundial mantém-se como principal fator de dinamismo das exportações, compensando eventuais efeitos decorrentes da recente apreciação cambial. No cenário interno, a evolução do consumo tem sido influenciada pelos mecanismos de autopropagação da renda – emprego e rendimento real – e tende a sustentar-se em patamar alto, a despeito da discreta queda registrada pelas contas nacionais no primeiro trimestre deste ano, após seis trimestres de crescimento. Por outro lado, os investimentos mostraram contração significativa desde o final de 2004, em parte refletindo a perda da renda agrícola, mas também como reação à evolução recente da demanda diante do ciclo de política monetária. Os níveis de confiança do empresário, o patamar do risco país, bem como os resultados obtidos por sondagens realizadas junto ao empresariado industrial indicam a retomada dos investimentos assim que se reduzirem as incertezas relativas à evolução da demanda interna.

28. O mercado de trabalho seguiu apresentando indicadores favoráveis nos primeiros meses de 2005, particularmente taxas de desemprego mais reduzidas, comparativamente às registradas em iguais períodos de 2004. Observou-se, também, redução do ritmo de contratações e do crescimento da População Economicamente Ativa (PEA), evolução consistente com o arrefecimento da atividade produtiva.

29. As operações de crédito do sistema financeiro, no trimestre terminado em maio, mantiveram-se em trajetória expansionista. Essa evolução esteve associada à demanda

por crédito bancário por parte das famílias, destacando-se os empréstimos consignados em folha de pagamento, contratados a taxas de juros mais atrativas para o tomador e de reduzido risco para as instituições financeiras. Ao mesmo tempo, observou-se moderado crescimento dos empréstimos contratados pelas empresas, tanto no segmento de crédito livre quanto no de crédito direcionado, movimento consistente com a evolução da atividade econômica no período.

30. Assinale-se, ainda, a continuidade do significativo crescimento das formas de financiamento alternativas ao crédito bancário, com ênfase para as captações por emissões de debêntures, em especial as emitidas pelas sociedades de arrendamento mercantil, refletindo a expressiva recuperação das operações de *leasing* no decorrer dos últimos dois anos.

31. O resultado fiscal primário alcançado no quadrimestre superou a meta estabelecida para o período e reforça a tendência de cumprimento das metas estabelecidas para o ano. Além disso, observa-se continuidade das ações visando a manutenção da sustentabilidade do endividamento, refletidas, inclusive, na proposta de diretrizes orçamentárias para o período seguinte.

32. Os principais fatores determinantes da evolução da relação da dívida líquida do setor público (DLSP)/PIB continuam registrando comportamento favorável, com destaque para o desempenho fiscal em todos os segmentos do setor público, o crescimento do PIB valorizado e o comportamento da taxa de câmbio.

33. A evolução recente da balança comercial, mesmo incorporando os efeitos sobre as importações decorrentes da retomada da atividade econômica, corrobora a projeção de expressivo superávit em 2005. Esse resultado favorecerá, embora em patamar inferior ao assinalado em 2004, a obtenção de superávit em transações correntes.

34. Nos primeiros cinco meses do ano, a balança comercial registrou superávit de US\$15,6 bilhões e as transferências unilaterais correntes apresentaram melhora sensível em relação ao resultado de janeiro a abril de 2004. Mesmo com a elevação das remessas líquidas nas contas de serviços e de rendas, o superávit em transações correntes relativo ao primeiro quadrimestre do ano foi quatro vezes maior que o obtido no mesmo período de 2004. Considerando o resultado acumulado em doze meses, o saldo positivo em transações correntes totalizou US\$14,2 bilhões, equivalentes a 2,21% do PIB, o melhor resultado da série.

35. De fato, a melhora significativa nas contas externas observada no passado recente deverá permitir que o nível de reservas internacionais aumente em 2005. A reversão registrada nas necessidades de financiamento do balanço de pagamentos, a partir de 2003, esteve associada ao desempenho em transações correntes, fundamentalmente pela excepcional performance da balança comercial. Os sucessivos superávits em transações correntes,

somados aos fluxos líquidos de investimentos estrangeiros diretos, passaram de 3,04% do PIB, em doze meses até abril de 2004, para 5,56% do PIB, na mesma base de comparação de 2005.

36. A manutenção de elevados superávits comerciais, a redução do estoque de endividamento externo, os fluxos líquidos de investimentos estrangeiros diretos e a manutenção dos níveis atuais de reservas internacionais constituem variáveis favoráveis para a posição externa brasileira. Fortalecendo esse cenário, o fluxo positivo registrado no mercado de câmbio contratado, nos cinco primeiros meses do ano, e as recentes emissões soberanas, permitem sustentar a expectativa de que não haverá dificuldades para o financiamento do balanço de pagamentos em 2005.

37. A inflação situou-se em patamar relativamente elevado nos primeiros cinco meses de 2005, sobretudo, se considerados os preços ao consumidor. Embora o comportamento dos índices tenha sido marcadamente influenciado por pressões sazonais e por reajustes concentrados em itens monitorados, a maior disseminação de aumentos de preços e a persistência dos núcleos de inflação em níveis relativamente altos indicaram que pressões de demanda estiveram também presentes no conjunto de fatores que concorreram para a resistência da inflação à queda. Apesar desse comportamento, a desaceleração dos índices em maio e as perspectivas para junho sugerem a superação das pressões observadas ao longo do primeiro semestre de 2005.

38. Nesse contexto, deve-se destacar a contribuição do ciclo de política monetária, impedindo a maior propagação de aumentos de preços. Com efeito, as medidas adotadas vêm se mostrando fundamentais para que, superados os impactos pontuais observados ao longo dos últimos meses, os índices de preços convirjam para as metas para a inflação estabelecidas pelo CMN, como apontam as perspectivas e têm, efetivamente, evidenciado as últimas taxas de inflação divulgadas.

E. Metas indicativas da evolução dos agregados monetários para o terceiro trimestre e para 2005.

39. A programação dos agregados monetários para o terceiro trimestre e para o ano de 2005 considerou o cenário provável para o comportamento do PIB, da inflação, das taxas de juros e do câmbio e outros indicadores pertinentes, além de ser consistente com o atual regime de política monetária, baseado no sistema de metas para a inflação.

Quadro 3. Programação monetária para 2005^{1/}

Discriminação	Terceiro Trimestre		Ano	
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses ^{2/}
M1 ^{3/}	106,4-144,0	14,4	125,2-169,4	15,9
Base restrita ^{3/}	71,5-96,8	15,0	86,8-117,5	17,0
Base ampliada ^{4/}	934,9-1264,9	15,7	972,7-1316,0	16,9
M4 ^{4/}	1049,1-1419,4	16,2	1091,9-1477,2	15,8

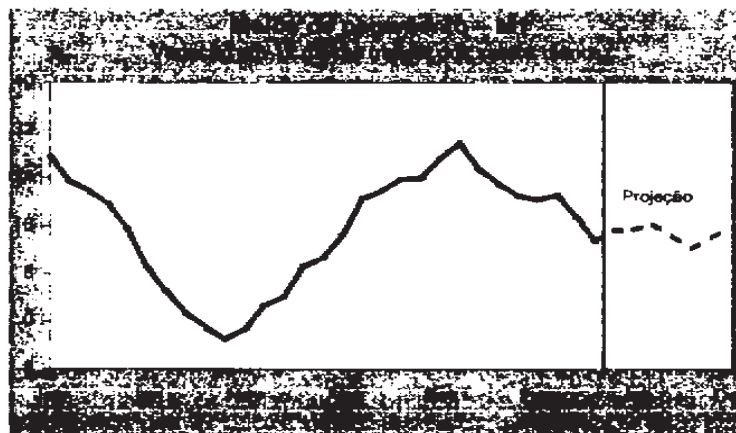
1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo da variação percentual considera-se o ponto médio das previsões

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

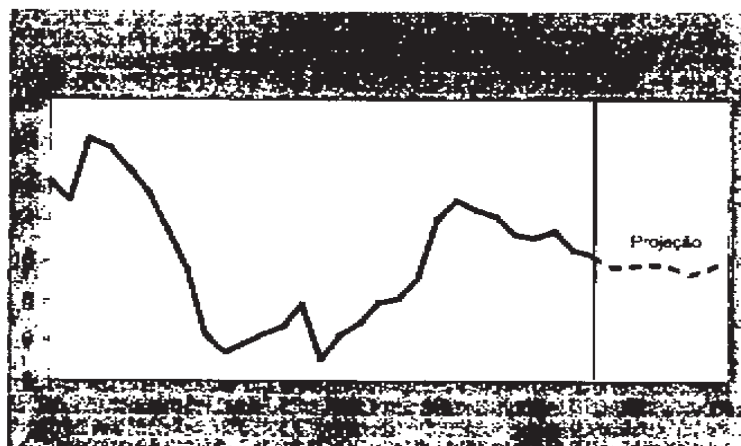
4/ Saldos em fim de período.

40. As projeções dos meios de pagamento foram efetuadas com base em modelos econométricos para a demanda por seus componentes. Considerou-se ainda o crescimento esperado do produto, a trajetória esperada para a taxa Selic e a sazonalidade característica daqueles agregados. Em decorrência, a variação em 12 meses da média dos saldos diários dos meios de pagamento foi estimada em 14,4% para setembro e em 15,9% para dezembro de 2005.

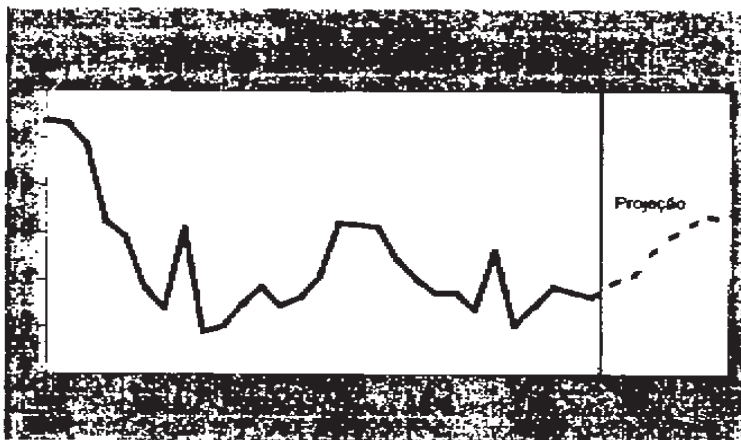


41. Considerou-se ainda, para a projeção dos meios de pagamento, a expansão das operações de crédito do sistema financeiro e, como variáveis exógenas, a elevação do salário-mínimo e as liberações do FGTS, ao amparo da Lei Complementar 110, de 29.6.2001.

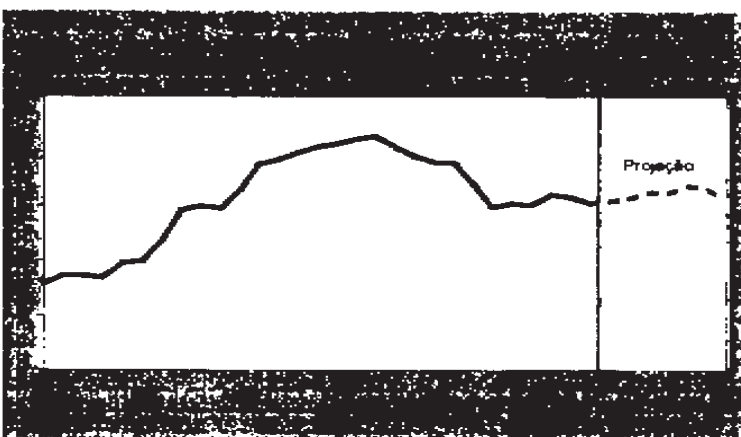
42. Tendo em vista a projeção feita para a demanda por papel-moeda e por depósitos à vista, que são relacionadas à demanda por meio-circulante e por reservas bancárias, e considerando-se a atual alíquota de recolhimentos compulsórios sobre recursos à vista, projeta-se elevação em 12 meses para o saldo médio da base monetária de 15% em setembro e de 17% em dezembro de 2005.



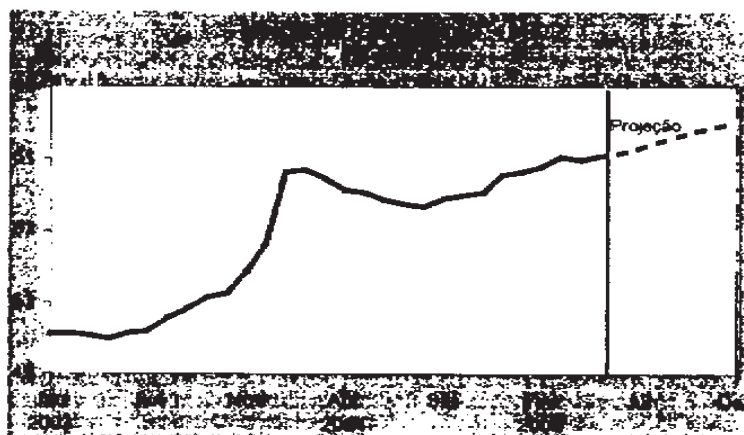
43. As projeções da base monetária ampliada, que consiste de uma medida da dívida monetária e mobiliária federal, foram efetuadas adotando-se cenários para resultados primários do governo central, operações do setor externo e emissões de títulos federais, assim como estimativas de taxas de juros e de câmbio para projetar a capitalização da dívida mobiliária federal. Os resultados indicam variação em 12 meses de 15,7% em setembro e de 16,9% em dezembro de 2005.



44. Para os meios de pagamento ampliados, as previsões estão baseadas na capitalização de seus componentes e nos fatores condicionantes de seu crescimento primário, que correspondem às operações de crédito do sistema financeiro, aos financiamentos com títulos federais junto ao setor não financeiro e às entradas líquidas de poupança financeira externa. Em decorrência, o crescimento em 12 meses esperado para o M4 corresponde a 16,2% em setembro e 15,6% em dezembro de 2005.



45. A proporção entre o M4 e o PIB não deverá apresentar expansão significativa ao longo de 2005, consistente com o comportamento esperado para as respectivas variáveis.



46. A evolução dos agregados monetários é resumida no quadro a seguir, onde são apresentados os valores ocorridos no bimestre abril-maio de 2005, bem como os valores previstos para o terceiro trimestre e para 2005.

Quadro 4. Evolução dos agregados monetários^{1/}

Discriminação	2005					
	Abril-Maio		Terceiro Trimestre ^{2/}		Ano ^{2/}	
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões ^{3/}	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões ^{3/}	Var. % em 12 meses
M1 ^{4/}	116,3	13,4	125,2	14,4	147,3	15,9
Base restrta ^{4/}	80,4	17,2	84,2	15,0	102,2	17,0
Base ampliada ^{5/}	1040,0	11,9	1099,9	15,7	1144,3	16,9
M4 ^{5/}	1169,7	15,3	1 234,2	16,2	1 284,5	15,6

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Ponto médio das previsões.

4/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

5/ Saldos em fim de período.

47. A evolução dos diversos multiplicadores, implícita na programação monetária, é resumida no quadro a seguir:

Quadro 5. Multiplicador monetário^{1/}

Discriminação	2005					
	Abril-Maio		Terceiro Trimestre ^{2/}		Ano ^{2/}	
	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses
M1 / Base restrita ^{3/}	1,447	-3,2	1,487	-0,6	1,442	-1,0
Res.bancarias / dep.vista ^{3/}	0,365	5,8	0,339	0,0	0,344	0,0
Papel-moeda / M1 ^{3/}	0,386	2,4	0,382	0,3	0,403	0,5
M4 / Base ampliada ^{4/}	1,125	3,0	1,120	0,2	1,120	-1,3

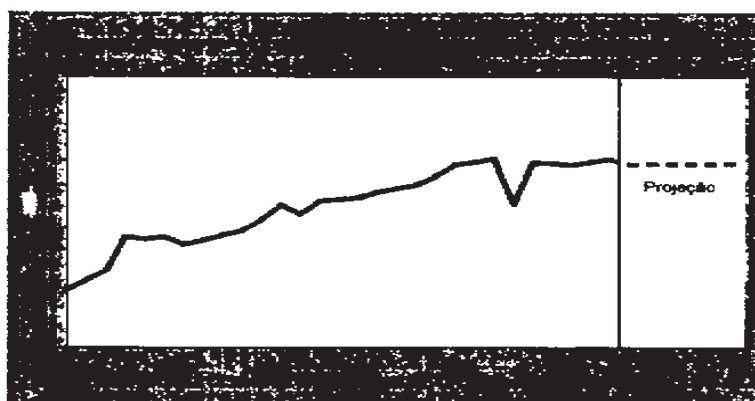
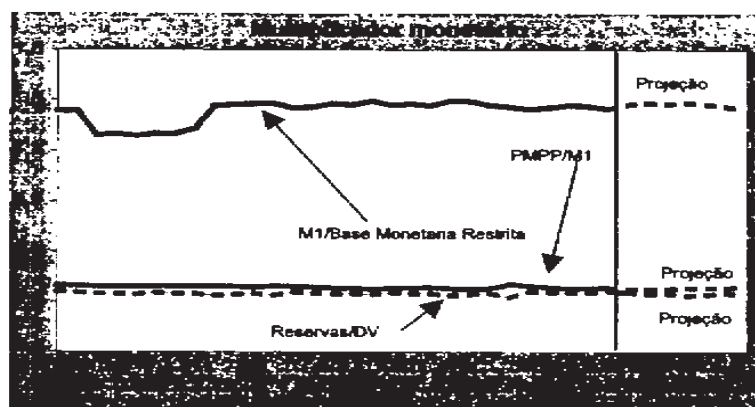
1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

4/ Saldos em fim de período.

48. Os multiplicadores da base monetária restrita e da base monetária ampliada não deverão apresentar tendência pronunciada em qualquer direção ao longo de 2005.



Resumo das projeções

Quadro 1. Resultados previstos pela programação monetária e ocorridos no primeiro trimestre de 2005 ^{1/}

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{3/}	99,6-134,7	18,5	119,8	21,1
Base restrita ^{3/}	68,4-92,6	20,6	81,4	22,0
Base ampliada ^{4/}	898,8-1216,0	15,3	1032,2	12,6
M4 ^{4/}	972,3-1315,5	14,8	1154,9	16,1

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

Quadro 2. Resultados previstos pela programação monetária para o segundo trimestre de 2005 e ocorridos no período abril/maio ^{1/}

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{3/}	102,3-136,4	15,7	116,3	13,4
Base restrita ^{3/}	69,6-94,2	15,7	80,4	17,2
Base ampliada ^{4/}	909,9-1231,1	14,3	1040,0	11,9
M4 ^{4/}	1014,0-1371,9	16,1	1169,7	15,3

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

Quadro 3. Programação monetária para 2005 ^{1/}

Discriminação	Terceiro Trimestre		Ano	
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses ^{2/}
M1 ^{3/}	106,4-144,0	14,4	125,2-169,4	15,9
Base restrita ^{3/}	71,5-96,8	15,0	86,8-117,5	17,0
Base ampliada ^{4/}	934,9-1264,9	15,7	972,7-1316,0	16,9
M4 ^{4/}	1049,1-1419,4	16,2	1091,9-1477,2	15,6

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo da variação percentual: considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

4/ Saldos em fim de período.

Quadro 4. Evolução dos agregados monetários^{1/}

Discriminação	2005					
	Abril-Maio		Terceiro Trimestre ^{2/}		Ano ^{2/}	
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões ^{3/}	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões ^{3/}	Var. % em 12 meses
M1 ^{4/}	116,3	13,4	125,2	14,4	147,3	15,9
Base restrita ^{4/}	80,4	17,2	84,2	15,0	102,2	17,0
Base ampliada ^{5/}	1040,0	11,9	1099,9	15,7	1144,3	16,9
M4 ^{5/}	1169,7	15,3	1 234,2	16,2	1 284,5	15,6

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Ponto médio das previsões.

4/ Média dos saldos nos dias úteis do mês

5/ Saldo em fim de período.

Quadro 5. Multiplicador monetário^{1/}

Discriminação	2005					
	Abril-Maio		Terceiro Trimestre ^{2/}		Ano ^{2/}	
	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses
M1 / Base restrita ^{3/}	1,447	-3,2	1,487	-0,6	1,442	-1,0
Res. bancárias / dep. vista ^{3/}	0,365	5,8	0,339	0,0	0,344	0,0
Papel-moeda / M1 ^{3/}	0,386	2,4	0,382	0,3	0,403	0,5
M4 / Base ampliada ^{4/}	1,125	3,0	1,120	0,2	1,120	-1,3

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

4/ Saldo em fim de período.

Aviso nº 665 – C. Civil.

Brasília, 1º de julho de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Programação Monetária.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República referente à Programação Monetária para o 3º trimestre de 2005.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.069, DE 29 DE JUNHO DE 1995

Dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências.

Art. 6º O Presidente do Banco Central do Brasil submeterá ao Conselho Monetário Nacional, no início de cada trimestre, programação monetária para o trimestre, da qual constarão, no mínimo:

I – estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários compatíveis com o objetivo de assegurar a estabilidade da moeda; e

II – análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre, e justificativa da programação monetária.

§ 1º Após aprovação do Conselho Monetário Nacional, a programação monetária será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, trimestre a que se destina, fica o Banco Central do Brasil autorizado a executá-la até sua aprovação.

.....
(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com referência à **Mensagem nº 170, de 2005**, que acaba de ser lida, a Presidência comunica ao Plenário que a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em regime de urgência, tendo em vista o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 25 de junho de 1995, que preceitua:

O Congresso Nacional poderá, com base em parecer da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, rejeitar a programação monetária a que se refere o **caput** deste artigo, mediante decreto legislativo, no prazo de dez dias a contar do seu recebimento.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 171, DE 2005

(Nº 422/05, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que me ausentarei do País no período de 6 a 7 de julho de 2005, em virtude de viagem a Gleanegles, na Escócia, a fim de participar de reunião ampliada do G-8 com Brasil, África do Sul, China, Índia e México.

Brasília, 4 de julho de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O expediente que acaba de ser lido, juntado ao processado da Mensagem nº 11, de 2005, vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 22, de 2005** (nº 244/2005, na origem), de 29 de junho último, do Ministério da Fazenda, encaminhando, nos termos do inciso

II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de maio de 2005, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

O expediente, anexado ao processado do Aviso nº 11, de 2005, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu do **Aviso nº 23, de 2005** (nº 246/2005, na origem), de 30 de junho último, do Ministério da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, nos meses de abril e maio de 2005, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

O Senhor Ministro esclarece, ainda, que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelas unidades da Federação, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

O expediente, anexado ao processado do Aviso nº 9, de 2005, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, DE 2005

Cria o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas e dá outras providências

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criado o “Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas” (FUNGET), destinado a assegurar o pagamento dos créditos decorrentes das sentenças proferidas pela Justiça do Trabalho, na falta de quitação da dívida em execução judicial.

Art. 2º O Funget é constituído pelos depósitos a que se refere esta lei, pelas multas impostas por sentenças ou ajustadas em acordos nos processos trabalhistas, e ainda pelas multas administrativas resultantes da fiscalização do trabalho, além de outros recursos a ele incorporados, devendo ser aplicados com atualização monetária e juros, de modo a assegurar a cobertura de suas obrigações.

§ 1º Constituem recursos incorporados ao Funget, nos termos do **caput** deste artigo:

- a) dotações orçamentárias específicas;
- b) resultados das aplicações dos recursos do Funget;
- c) multas, correção monetária e juros moratórios devidos;
- d) demais receitas patrimoniais e financeiras.

§ 2º Os depósitos do FUNGET são absolutamente impenhoráveis.

Art. 3º O Funget será regido por normas e diretrizes estabelecidas por um Conselho Curador, composto por representação de trabalhadores e empregadores, Justiça do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, Ministério do Trabalho e Emprego, Caixa Econômica Federal e Banco Central do Brasil, na forma estabelecida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

§ 1º A Presidência do Conselho Curador será exercida pelo representante da Justiça do Trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho.

§ 2º O Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, o Procurador-Geral do Trabalho, o Ministro do Trabalho e Emprego e os Presidentes das entidades mencionadas neste artigo serão os membros titulares do Conselho Curador, cabendo, a cada um deles, indicar o seu respectivo suplente ao Presidente do Conselho, que os nomeará.

§ 3º Os representantes dos trabalhadores e dos empregadores e seus respectivos suplentes serão indicados pelas respectivas centrais sindicais e confederações nacionais e nomeados pelo Ministro do Trabalho e Emprego, e terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.

§ 4º O Conselho Curador reunir-se-á ordinariamente, a cada bimestre, por convocação de seu Presidente. Esgotado esse período, não tendo ocorrido convocação, qualquer de seus membros poderá fazê-la, no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo necessidade, qualquer membro poderá convocar reunião extraordinária, na forma que vier a ser regulamentado pelo Conselho Curador.

§ 5º As decisões do Conselho serão tomadas com a presença da maioria simples de seus membros, tendo o Presidente voto de qualidade.

§ 6º As despesas porventura exigidas para o comparecimento às reuniões do Conselho constituirão ônus das respectivas entidades representadas.

§ 7º As ausências ao trabalho dos representantes dos trabalhadores no Conselho Curador, decorrentes das atividades desse órgão, serão abonadas, computando-se como jornada efetivamente trabalhada para todos os fins e efeitos legais.

§ 8º Competirá ao Ministério do Trabalho e Emprego proporcionar ao Conselho Curador os meios

necessários ao exercício de sua competência, para o que contará com uma Secretaria Executiva do Conselho Curador do Funget.

§ 9º Aos membros do Conselho Curador, enquanto representantes dos trabalhadores, efetivos e suplentes, é assegurada a estabilidade no emprego, da nomeação até um ano após o término do mandato de representação, somente podendo ser demitidos por motivo de falta grave, regularmente comprovada através de processo judicial.

Art. 4º A gestão da aplicação do Funget será efetuada pelo Ministério Público do Trabalho, cabendo à Caixa Econômica Federal (CEF) o papel de agente operador.

Art. 5º Ao Conselho Curador do Funget compete:

I – estabelecer as diretrizes e os programas de alocação de todos os recursos do Funget, de acordo com os critérios e objetivos definidos nesta lei;

II – acompanhar e avaliar a gestão econômica e financeira dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas aprovados;

III – apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do Funget;

IV – pronunciar-se sobre os depósitos do Funget, antes do seu encaminhamento aos órgãos de controle interno para os fins legais;

V – adotar as providências cabíveis para a correção de atos e fatos dos agentes gestor e operador, que prejudiquem o desempenho e o cumprimento das finalidades no que concerne aos recursos do Funget;

VI – dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, relativas ao Funget, nas matérias de sua competência;

VII – aprovar seu regimento interno;

VIII – fixar as normas e valores de remuneração do agente operador e dos agentes financeiros;

IX – fixar critérios para parcelamento de recolhimentos em atraso;

X – fixar critério e valor de remuneração para o exercício da fiscalização;

XI – divulgar, no **Diário Oficial** da União, todas as decisões proferidas pelo Conselho, bem como as contas do Funget e os respectivos pareceres emitidos.

XII – fixar critérios e condições para composição de dívida com o Funget.

Art. 6º. Ao Ministério Público do Trabalho, na qualidade de gestor da aplicação do Funget, compete:

– praticar todos os atos necessários à gestão da aplicação do Fundo, de acordo com as diretrizes e programas estabelecidos pelo Conselho Curador;

II – expedir atos normativos relativos à alocação dos recursos para implementação dos programas aprovados pelo Conselho Curador;

III – elaborar orçamentos anuais e planos plurianuais de aplicação dos recursos, discriminando-os por Unidade da Federação, submetendo-os até 31 de julho ao Conselho Curador do Fundo;

IV – acompanhar a execução dos programas decorrentes de aplicação de recursos do Funget, implementados pela CEF;

V – submeter à apreciação do Conselho Curador as contas do Funget;

VI – subsidiar o Conselho Curador com estudos técnicos necessários ao aprimoramento operacional dos programas relativos ao Fundo;

VII – definir as metas a serem alcançadas nos programas propostos.

Art. 7º À Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente operador, cabe:

I – centralizar os recursos do Funget, manter e controlar os depósitos respectivos, e emitir os extratos correspondentes e participar da rede arrecadadora dos recursos do Fundo;

II – expedir atos normativos referentes aos procedimentos administrativo-operacionais dos bancos depositários, dos agentes financeiros, dos empregadores e dos trabalhadores, integrantes do sistema do Funget;

III – definir os procedimentos operacionais necessários à execução dos programas estabelecidos pelo Conselho Curador com base nas normas e diretrizes de aplicação elaboradas pelo Ministério Público do Trabalho;

IV – elaborar as análises jurídica e econômico-financeira dos projetos a serem financiados com recursos do Funget;

V – emitir Certificado de Regularidade do Funget;

VI – elaborar as contas do Funget, encaminhando-as ao Ministério Público do Trabalho;

VII – implementar os atos emanados do Ministério Público do Trabalho relativos à alocação e Aplicação dos Recursos do Funget, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Curador.

Parágrafo único. O Ministério Público do Trabalho e a Caixa Econômica Federal deverão dar pleno cumprimento aos programas anuais, aprovados pelo Conselho Curador, sendo que eventuais alterações somente poderão ser processadas mediante prévia anuência daquele colegiado.

Art. 8º O Ministério Público do Trabalho, a Caixa Econômica Federal e o Conselho Curador do Funget,

serão responsáveis pelo fiel cumprimento e observância dos critérios estabelecidos nesta lei.

Art. 9º As aplicações com recursos do Funget poderão ser realizadas diretamente pela Caixa Econômica Federal, exclusivamente segundo critérios fixados pelo Conselho Curador do Funget, em operações que preencham os seguintes requisitos:

I – garantias:

a) hipotecária;

b) caução de créditos hipotecários próprios, relativos a financiamentos concedidos com recursos do agente financeiro;

c) cessão de créditos do agente financeiro, derivados de financiamentos concedidos com recursos próprios, garantidos por penhor ou hipoteca;

d) seguro de crédito;

e) garantia real ou vinculação de receitas, inclusive tarifárias, nas aplicações contratadas com pessoa jurídica de direito público ou de direito privado a ela vinculada;

f) aval em nota promissória;

g) fiança pessoal;

h) alienação fiduciária de bens móveis em garantia;

i) fiança bancária;

j) outras, a critério do Conselho Curador do Funget;

II – correção monetária igual à dos depósitos da Fundo;

III – taxa de juros média mínima, por projeto, de 3 (três) por cento ao ano;

IV – prazo máximo de 30 (trinta) anos.

§ 1º A rentabilidade média das aplicações deverá ser suficiente à cobertura de todos os custos incorridos pelo Fundo e ainda à formação de reserva técnica para o atendimento de gastos eventuais não previstos, sendo da Caixa Econômica Federal o risco de crédito.

§ 2º Os recursos do Funget poderão ser aplicados em programas capazes de proporcionar benefícios diretos ou indiretos aos trabalhadores e seus familiares, tais como creches, escolas, qualificação profissional e lazer. As disponibilidades financeiras devem ser mantidas em volume que satisfaça as condições de liquidez e remuneração mínima necessária à preservação do poder aquisitivo da moeda.

§ 3º O programa de aplicações deverá destinar, no mínimo, 60% (sessenta por cento) para assegurar o pagamento dos créditos decorrentes das sentenças proferidas pela Justiça do Trabalho, na falta de quitação da dívida pelo devedor.

§ 4º As garantias, nas diversas modalidades discriminadas no inciso I do **caput** deste artigo, serão admitidas singular ou supletivamente, considerada a suficiência de cobertura para os empréstimos e financiamentos concedidos.

Art. 10. O Conselho Curador fixará diretrizes e estabelecerá critérios técnicos para as aplicações dos recursos do Funget, visando:

I – exigir a participação dos contratantes de financiamentos nos investimentos a serem realizados;

II – assegurar o cumprimento, por parte dos contratantes inadimplentes, das obrigações decorrentes dos financiamentos obtidos;

III – evitar distorções na aplicação entre as regiões do País, considerando para tanto a demanda de emprego, a população e outros indicadores sociais.

Art. 11. A Caixa Econômica Federal assumirá o controle de todas os depósitos do Fundo, nos termos do tem I do art. 7º, enquanto que os demais estabelecimentos bancários serão agentes recebedores e pagadores do Funget, mediante recebimento de tarifa, a ser fixada pelo Conselho Curador.

Art. 12. Os depósitos efetuados do Fundo serão corrigidos monetariamente com base nos parâmetros fixados para atualização dos saldos dos depósitos de poupança e capitalização de juros de 3% (três por cento) ao ano.

§ 1º A atualização monetária e a capitalização de juros correrão à conta do Fundo e o respectivo crédito será efetuado no dia 10 (dez) de cada mês, com base no saldo existente no dia 10 (dez) do mês anterior ou no primeiro dia útil subsequente, caso o dia 10 (dez) seja feriado bancário, deduzidos os saques ocorridos no período.

§ 2º O saldo dos depósitos do Funget é garantido pelo Governo Federal, podendo ser instituído seguro especial para esse fim.

Art. 13. Para os fins previstos nesta lei, todos os empregadores ficam obrigados a depositar, até o dia 7 (sete) de cada mês, em conta bancária vinculada, a importância correspondente a 1% (um por cento) da remuneração paga ou devida, no mês anterior, a cada trabalhador, incluídas na remuneração as parcelas de que tratam os arts. 457 e 458, da CLT, e o 13º salário.

§ 1º Entende-se por empregador a pessoa física ou a pessoa jurídica de direito privado ou de direito público, da administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que admitir trabalhadores a seu serviço, bem assim aquele que, regido por legislação especial, encontrar-se nessa condição ou figurar como fornecedor ou tomador

de mão-de-obra, independente da responsabilidade solidária e/ou subsidiária a que eventualmente venha obrigar-se.

§ 2º Considera-se trabalhador toda pessoa física que prestar serviços a empregador, a locador ou tomador de mão-de-obra, excluídos os eventuais, os autônomos e os servidores públicos civis e militares sujeitos a regime jurídico próprio.

§ 3º O depósito de que trata o **caput** deste artigo é obrigatório nos casos de interrupção do contrato de trabalho, de afastamento para prestação do serviço militar obrigatório e de licença por acidente do trabalho.

§ 4º Não se incluem na remuneração, para os fins desta lei, as parcelas elencadas no § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 5º Os contratos de aprendizagem terão a alíquota a que se refere o **caput** deste artigo reduzida para 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento).

Art. 14. A conta do Funget poderá ser movimentada nas seguintes situações:

I – para assegurar o pagamento dos créditos decorrentes das sentenças proferidas pela Justiça do Trabalho, na falta de quitação da dívida em execução judicial;

II – pelos empregadores, em caráter excepcional, para aplicação em programas que tragam benefícios diretos ou indiretos aos trabalhadores e seus familiares, tais como creches, escolas e qualificação profissional, nos termos da regulamentação desta lei, desde que não tenham provocado a movimentação judicial dos depósitos do Fundo no ano anterior à movimentação da conta.

Parágrafo Único. O Conselho Curador disciplinará o disposto no inciso II, visando beneficiar os trabalhadores e preservar o equilíbrio financeiro do Funget.

Art. 15. O levantamento do Funget, na hipótese do inciso I do art. 14, será efetuado mediante mandado judicial, após o trânsito em julgado da decisão, se o devedor não pagar o débito no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da citação em execução perante a Justiça do Trabalho.

Art. 16. Se não houver pagamento, no prazo estabelecido no artigo anterior, o juízo da execução determinará a movimentação do Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas, para efeito de imediato pagamento ao credor trabalhista.

§ 1º Efetuado o pagamento na forma deste artigo, o Fundo, sub-rogando-se no crédito do trabalhador, executará o devedor, perante a Justiça do Trabalho, nos próprios autos da ação trabalhista.

§ 2º Para a efetivação da tutela executória, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a impositão de multa

por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial.

§ 3º O juiz poderá, de ofício, modificar o valor ou a periodicidade da multa, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva.

Art. 17. O empregador que não realizar os depósitos previstos nesta lei, no prazo fixado no art. 13, responderá pela incidência da Taxa Referencial – TR sobre a importância correspondente.

§ 1º Sobre o valor dos depósitos, acrescido da TR, incidirão, ainda, juros de mora de 0,5% a.m. (cinco décimos por cento ao mês) ou fração e multa, sujeitando-se, também, às obrigações e sanções previstas no Decreto-Lei nº 368, de 19 de dezembro de 1968.

§ 2º A incidência da TR de que trata o **caput** deste artigo será cobrada por dia de atraso, tomando-se por base o índice de atualização das contas Funget.

§ 3º A multa referida no § 1º deste artigo será cobrada nas condições que se seguem:

I – 5% (cinco por cento) no mês de vencimento da obrigação;

II – 10% (dez por cento) a partir do mês seguinte ao do vencimento da obrigação.

§ 4º Para efeito de levantamento de débito para com o Funget, o percentual de 1% (um por cento) incidirá sobre o valor acrescido da TR até a data da respectiva operação.

Art. 18. Competirá ao Ministério Público do Trabalho a verificação, em nome da Caixa Econômica Federal, do cumprimento do disposto nesta lei, especialmente quanto à apuração dos débitos e das infrações praticadas pelos empregadores ou tomadores de serviço, notificando-os para efetuarem e comprovarem os depósitos correspondentes e cumprirem as demais determinações legais, podendo, para tanto, contar com o concurso do Ministério do Trabalho e Emprego e de outros órgãos do Governo Federal, na forma que vier a ser regulamentada.

§ 1º Constituem infrações para efeito desta lei:

I – não depositar mensalmente o percentual referente ao Funget;

II – omitir as informações relativas às suas obrigações decorrentes desta lei;

III – deixar de computar, para efeito de cálculo dos depósitos do Funget, parcela componente da remuneração;

IV – deixar de efetuar os depósitos e os acréscimos legais, após notificado pela fiscalização.

§ 2º Pela infração do disposto no § 1º deste artigo, o infrator estará sujeito às seguintes multas por trabalhador prejudicado:

a) de 2,0000 a 5,0000 UFIR, no caso do inciso II;

b) de 10,0000 a 100,0000 UFIR, no caso dos incisos I, III e IV.

§ 3º Nos casos de fraude, simulação, artifício, ardil, resistência, embaraço ou desacato à fiscalização, assim como na reincidência, a multa especificada no parágrafo anterior será duplicada, sem prejuízo das demais cominações legais.

§ 4º Os valores das multas, quando não recolhidas no prazo legal, serão atualizados monetariamente até a data de seu efetivo pagamento, através de sua conversão pela UFIR (Unidade Fiscal de Referência).

§ 5º O processo de fiscalização, de autuação e de imposição de multas rege-se pelo disposto no Título VII da CLT, respeitado o privilégio do Funget à prescrição trintenária.

§ 6º Quando julgado procedente o recurso interposto na forma do Título VII da CLT, os depósitos efetuados para garantia de instância serão restituídos com os valores atualizados na forma de lei.

§ 7º A rede arrecadadora e a Caixa Econômica Federal deverão prestar ao Ministério do Trabalho e Emprego as informações necessárias à fiscalização.

Art. 19. Por descumprimento ou inobservância de quaisquer das obrigações que lhe compete como agente arrecadador, pagador e mantenedor do cadastro de contas do Fundo, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador, fica o banco depositário sujeito ao pagamento de multa equivalente a 10% (dez por cento) do montante da conta relativa ao empregado, independentemente das demais cominações legais.

Art. 20 Poderá o próprio trabalhador, seus dependentes e sucessores, ou ainda o Sindicato a que estiver vinculado, acionar diretamente a empresa por intermédio da Justiça do Trabalho, para compeli-la a efetuar o depósito das importâncias devidas, nos termos desta lei.

Parágrafo único. A Caixa Econômica Federal e o Ministério Público do Trabalho deverão ser notificados da propositura da reclamação.

Art. 21. É competente a Justiça do Trabalho para julgar os dissídios entre os trabalhadores e os empregadores decorrentes da aplicação desta lei, mesmo quando a Caixa Econômica Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho e Emprego figurarem como litisconsortes.

Parágrafo único. Nas reclamações trabalhistas que objetivam o ressarcimento de parcelas relativas ao Funget, ou que, direta ou indiretamente, impliquem essa obrigação de fazer, o juiz determinará que a empresa sucumbente proceda ao recolhimento imediato das importâncias devidas a tal título.

Art. 22. A apresentação do Certificado de Regularidade do Funget, fornecido pela Caixa Econômica Federal, é obrigatória nas seguintes situações:

a) habilitação e licitação promovida por órgão da Administração Federal, Estadual e Municipal, direta, indireta ou fundacional ou por entidade controlada direta ou indiretamente pela União, Estado e Município;

b) obtenção, por parte da União, Estados e Municípios, ou por órgãos da Administração Federal, Estadual e Municipal, direta, indireta, ou fundacional, ou indiretamente pela União, Estados ou Municípios, de empréstimos ou financiamentos junto a quaisquer entidades financeiras oficiais;

c) obtenção de favores creditícios, isenções, subsídios, auxílios, outorga ou concessão de serviços ou quaisquer outros benefícios concedidos por órgão da Administração Federal, Estadual e Municipal, salvo quando destinados a saldar débitos para com o Funget;

d) transferência de domicílio para o exterior;

e) registro ou arquivamento, nos órgãos competentes, de alteração ou distrato de contrato social, de estatuto, ou de qualquer documento que implique modificação na estrutura jurídica do empregador ou na sua extinção.

Art. 23. São isentos de tributos federais os atos e operações necessários à aplicação desta lei, quando praticados pela Caixa Econômica Federal, pelos trabalhadores e seus dependentes ou sucessores, pelos empregadores e pelos estabelecimentos bancários.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo às importâncias devidas, nos termos desta lei, aos trabalhadores e seus dependentes ou sucessores.

Art. 24. Os depósitos, efetuados nos termos desta lei, constituirão despesas dedutíveis do lucro operacional dos empregadores e as importâncias levantadas a seu favor implicarão receita tributável.

Art. 25. Quaisquer créditos relativos à correção dos saldos das contas relativas ao Funget serão liquidados mediante lançamento pelo agente operador na respectiva conta do trabalhador.

Art. 26. A penhora em dinheiro, na execução fundada em título judicial em que se determine crédito complementar de saldo de conta vinculada do Funget, será feita mediante depósito de recursos do Fundo em conta vinculada em nome do exequente, à disposição do juízo.

Parágrafo único. O valor do depósito só poderá ser movimentado, após liberação judicial, nas hipóteses previstas no art. 14 ou para reversão ao Fundo.

Art. 27. Os depósitos do valor da condenação, para efeito de recurso, embargos, garantia do juízo ou da execução, indenizações, multas, sanções decorrentes de dano de qualquer natureza, encargos por litigância de má-fé, custas, despesas processuais e demais ônus da sucumbência ou resultantes da conciliação, no âmbito dos processos que tramitam na Justiça do Trabalho, devem ser efetuados no Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas, à disposição do juízo ou tribunal competente, podendo reverter, se for o caso, em favor do Funget, a critério da autoridade judiciária.

Art. 28. O Poder Executivo expedirá o Regulamento desta lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua promulgação.

Art. 29. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

O objetivo desta proposta é a criação do Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas – Funget, previsto no art. 30 da Emenda Constitucional 45, de 2004, e cuja finalidade principal é assegurar o pagamento dos créditos decorrentes das sentenças proferidas pela Justiça do Trabalho, na falta de quitação da dívida em execução judicial. Ele será constituído por depósitos definidos na proposição, pelas multas impostas por sentenças ou ajustadas em acordos nos processos trabalhistas e ainda pelas multas administrativas resultantes da fiscalização do trabalho, além de outros recursos a ele incorporados.

Os trabalhadores brasileiros há muito vêm reivindicando solução rápida dos litígios trabalhistas, conforme prevê o artigo 765 da Consolidação das Leis do Trabalho. Hoje, mesmo quando ocorre o proferimento de decisões e essas transitam em julgado, muitas vezes depois de anos, não são devidamente cumpridas. Isso porque grande parcela de empresas contratantes de mão-de-obra extinguem-se e caem, invariavelmente, no mundo da informalidade. Tal situação é frustrante para o trabalhador que busca seus direitos e que deixa de receber seus direitos.

O Funget poderá minimizar o problema, já que poderia ser acionado em seguida ao trânsito em julgado da decisão. Antes mesmo da sentença transitada em julgado, na fase de conhecimento, a execução estará garantida, total ou parcialmente, com os recursos advindos do depósito recursal realizado pela empresa que teve seu pedido negado. Não havendo obrigatoriedade do pagamento dos depósitos recursais, o juízo da execução determinará a movimentação do mesmo, garantindo assim o crédito trabalhista.

Outra grande vantagem da proposição é permitir às empresas, eventualmente, utilizar os recursos do Funget para aplicação em programas que tragam benefícios diretos e indiretos aos trabalhadores e seus familiares, tais como creches, escolas, qualificação profissional, lazer etc.

Por fim, o projeto de lei em tela inclui ainda a instituição do Conselho Curador, semelhante ao disposto na legislação sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que deverá servir de paradigma para as adaptações necessárias.

Sem sombra de dúvida, a proposta contribui para a solução das agruras dos credores trabalhistas, ao proporcionar o recebimento imediato de créditos de trabalhadores que vêm frustradas suas expectativas quando das execuções trabalhistas.

Essa proposta tem origem em estudo defendido pelo renomado Juiz Togado do TRT da 8ª Região, Dr. Vicente Malheiros da Fonseca, a quem agradeço a generosidade de tê-la trazido ao meu conhecimento. Sua tese data de mais de 25 anos, quando foi publicada, em 1979, em revista do TRT, e baseia-se em estudo sobre o caso espanhol do “Fondo de Garantia Salarial”.

Esperamos encontrar no Senado Federal o apoio necessário para concretizar essa proposta, que representa os anseios de milhares de trabalhadores e traz celeridade ao nosso processo judicial.

Sala das Sessões, 5 de julho de 2005. – Senadora **Ana Júlia Carepa**.

LEGISLAÇÃO CITADA

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45,
DE 8 DE DEZEMBRO DE 2004

Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103.8, 111-A e 130-A, e dá outras providências.

.....
Art. 3º A lei criará o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas, integrado pelas multas decorrentes de condenações trabalhistas e administrativas oriundas da fiscalização do trabalho, além de outras receitas.
.....

DECRETO-LEI Nº 5.452 DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho
.....

Art. 457. Compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber. (Redação dada pela Lei nº 1.999, de 1-10-1953).

§ 1º Integram o salário não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens e gratificações ajustadas, diárias para viagens e abonos pagos pelo empregador. (Redação dada pela Lei nº 1.999, de 1-10-1953).

§ 2º Não se incluem nos salários as ajudas de custo, assim como as diárias para viagem que não excedam de 50% (cinquenta por cento) do salário percebido pelo empregado (Redação dada pela Lei nº 1.999, de 1-10-1953).

§ 3º Considera-se gorjeta não só a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado, como também aquela que for cobrada pela empresa ao cliente, como adicional nas contas, a qualquer título, e destinada a distribuição aos empregados. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28-2-1967).

Art. 458 Além do pagamento em dinheiro, compreendem-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações **in natura**, que a empresa, por f&ça do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado. Em caso algum será permitido o pagamento com bebidas alcoólicas ou drogas nocivas. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28-2-1967).

§ 1º Os valores distribuídos às prestações in natura deverão ser justos e razoáveis, não podendo exceder, em cada caso, os dos percentuais das parcelas componentes do salário-mínimo (arts. 81 e 82) Incluído pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967).

§ 2º Para os efeitos previstos neste artigo, não serão considerados como salário as seguintes utilidades concedidas pelo empregador: (Redação dada pela Lei nº 10.243, de 19-6-2001).

I – vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos ao empregado e utilizados no local de trabalho, para a prestação dos respectivos serviços; (Incluído pela Lei nº 10.243, de 19-6-2001).

II – educação, em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos a matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático; (Incluído pela Lei nº 10.243, de 19-6-2001).

III – transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público; (Incluído pela Lei nº 10.243, de 19-6-2001).

IV – assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde; (Incluído pela Lei nº 10.243, de 19-6-2001).

V – seguros de vida e de acidentes pessoais; (Incluído pela Lei nº 10.243, de 19-6-2001).

VI – previdência privada; (Incluído pela Lei nº 10.243, de 19-6-2001).

VII – (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.243, de 19-6-2001).

§ 3º A habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a 25% (vinte e cinco por cento) e 20% (vinte por cento) do salário contratual. (Incluído pela Lei nº 8.860, de 24-3-1994).

§ 4º Tratando-se de habitação coletiva, o valor do salário-utilidade a ela correspondente será obtido mediante a divisão do justo valor da habitação pelo número de co-ocupantes, vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família. (Incluído pela Lei nº 8.860, de 24-3-1994).

Art. 765. Os Juízos e Tribunais do Trabalho terão ampla liberdade na direção do processo e velarão pelo andamento rápido das causas, podendo determinar qualquer diligência necessária ao esclarecimento delas.

.....
LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

.....
PUBLICAÇÃO CONSOLIDADA DA LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991, DETERMINADA PELO ART. 12 DA LEI Nº 9.528, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997

.....
Art. 28. Entende-se por salário-de-contribuição:

§ 9º Não integram o salário-de-contribuição para os fins desta Lei, exclusivamente: (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10-12-1997)

a) Os benefícios da previdência social, nos termos e limites legais, salvo o salário-maternidade; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10-12-97)

b) As ajudas de custo e o adicional mensal recebidos pelo aeronauta nos termos da Lei nº 9.529, de 30 de outubro de 1973;

c) a parcela **in natura** recebida de acordo com os programas de alimentação aprovados pelo Minis-

tério do Trabalho e da Previdência social, nos termos da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976;

d) as importâncias recebidas a título de férias indenizadas e respectivo adicional constitucional, inclusive o valor correspondente à dobra da remuneração de férias de que trata o art. 137 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10-12-97)

e) as importâncias: (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10-12-97)

1. previstas no inciso I do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10-12-97)

2. relativas à indenização por tempo de serviço, anterior a 5 de outubro de 1988, do empregado não optante pelo Fundo de garantia do Tempo de Serviço – FGTS; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10-12-1997)

3. recebidas a título da indenização de que trata o art. 479 da CLT; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10-12-1997)

4. recebidas a título da indenização de que trata o art. 14 da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10-12-1997)

5. Recebidas a título de incentivo à demissão; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10-12-1997)

6. recebidas a título de abono de férias na forma dos arts. 143 e 144 da CLT; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10-12-1997)

7. recebidas a título de ganhos eventuais e os abonos expressamente desvinculados do salário; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10-12-1997)

8. Recebidas a título de licença-prêmio indenizada; (Incluído pela Lei nº 9.711, de 20-11-198)

9. recebidas a título da indenização de que trata o art. 9º da Lei nº 7.238, de 29 de outubro de 1984; (Incluído pela Lei nº 9.711, de 20-11-98)

g) a ajuda de custo, em parcela única, recebida exclusivamente em decorrência de mudança de local de trabalho do empregado, na forma do art. 470 da CLT; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10-12-1997)

h) as diárias para viagens, desde que não excedam a 50% (cinquenta por cento) da remuneração mensal;

i) a importância recebida a título de bolsa de complementação educacional de estagiário, quando paga nos termos da Lei nº 6.494, de 7 de agosto de 1977;

j) a participação nos lucros ou resultados da empresa, quando paga ou creditada de acordo com lei específica;

l) o abono do Programa de Integração social – PIS e do Programa de Assistência ao Servidor Pú-

blico – PASEP; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10-12-1997)

m) os valores correspondentes a transporte, alimentação e habitação fornecidos pela empresa ao empregado contratado para trabalhar em localidade distante da de sua residência, em canteiro de obras ou local que, força da atividade, exija deslocamento e estada, observadas as normas de proteção estabelecidas pelo Ministério do Trabalho; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10-12-1997)

n) a importância paga ao empregado a título de complementação ao valor do auxílio-doença, desde que este direito seja extensivo à totalidade dos empregados da empresa; (Redação dada pela lei nº 9.528, de 10-12-97).

o) as parcelas destinadas à assistência ao trabalhador da agroindústria canavieira, de que trata o art. 36 da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10-12-97).

p) o valor das contribuições efetivamente pago pela pessoa jurídica relativo a programa de previdência complementar, aberto ou fechado, desde que disponível à totalidade de seus empregados e dirigentes, observados, no que couber, os arts. 90 e 468 da CLT; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10-12-97).

q) o valor relativo à assistência prestada por serviço médico ou odontológico, próprio da empresa ou por ela conveniado, inclusive o reembolso de despesas com medicamentos, óculos, aparelhos ortopédicos, despesas médico-hospitalares e outras similares, desde que a cobertura abranja a totalidade dos empregados e dirigentes da empresa; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10-12-97).

r) o valor correspondente a vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos ao empregado e utilizados no local do trabalho para prestação dos respectivos serviços; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10-12-97).

s) o ressarcimento de despesas pelo uso de veículo do empregado e o reembolso creche pago em conformidade com a legislação trabalhista, observado o limite máximo de seis anos de idade, quando devidamente comprovadas as despesas realizadas; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10-12-97).

t) o valor relativo a plano educacional que vise ao ensino fundamental e a cursos de capacitação e qualificação profissionais vinculados às atividades desenvolvidas pela empresa, desde que todos os empregados e dirigentes tenham acesso ao mesmo; (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 20-11-98).

u) a importância recebida a título de bolsa de aprendizagem garantida ao adolescente até quatorze anos de idade, de acordo com o disposto no art. 64 da

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10-12-97).

v) os valores recebidos em decorrência da cessão de direitos autorais; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10-12-97).

x) o valor da multa prevista no § 80 do art. 477 da CLT. (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10-12-97).

.....
LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

.....
DECRETO-LEI Nº 368,
DE 19 DE DEZEMBRO DE 1968

Dispõe sobre efeitos de débitos salariais e dá outras providências.

.....
(*Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, cabendo a última a decisão terminativa.*)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, DE 2005

Dispõe sobre a proteção aos colaboradores para o combate ao crime organizado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei trata das medidas a serem adotadas para assegurar a proteção e a incolumidade daqueles que estão expostos a grave e atual perigo, em decorrência de sua colaboração ou de declarações prestadas em inquérito policial ou processo penal relativos aos crimes contra a administração pública.

Art. 2º As medidas de proteção referidas no artigo 1º poderão ser estendidas aos familiares próximos, definidos como cônjuge, ascendentes, descendentes e colaterais até 3º grau, daqueles que colaboram com a Justiça e que, por isso, também estão expostos a perigo grave e atual.

Parágrafo único. Ao colaborador e à sua família será garantido sigilo absoluto de todos os atos praticados em razão do previsto nesta lei.

Art. 3º Será definido um programa especial de proteção para o colaborador da Justiça, compreendendo, se necessário, medidas de assistência pessoal.

Art. 4º O programa especial de proteção será elaborado por Comissão especialmente designada pelo Ministro da Justiça, que, preferencialmente, designará para sua composição, não membros do Ministério

Público e representantes do Ministério da Justiça e da Fazenda.

Parágrafo único. A Comissão poderá ter representantes em cada Estado da Federação para adequar o programa especial de proteção às peculiaridades de cada Estado.

Art. 5º Caberá ao Ministro da Justiça estabelecer as normas administrativas referentes à atuação da Comissão, as medidas de proteção e assistência, os critérios de formulação do programa especial e demais normas pertinentes à matéria tratada nesta lei.

Art. 6º A admissão no programa especial de proteção, o conteúdo e a duração do mesmo serão fixados tendo em vista o risco para o colaborador, em razão das declarações que prestou e serão apreciados pela Comissão, a cada caso, mediante provocação da autoridade judiciária e do Ministério Público.

Parágrafo único. Em casos urgentes, as medidas necessárias à admissão referida no **caput** serão adotadas pela autoridade policial, que informará ao juiz competente e ao Ministério Público oficiante, em até cinco dias.

Art. 7º O pedido de proteção dirigido à Comissão deverá conter a notícia e os elementos concernentes à gravidade e à atualidade do perigo ao qual as pessoas estão ou podem estar expostas, em razão de sua decisão de colaborar com a Justiça. No pedido, devem ser elencadas as eventuais medidas de proteção já adotadas ou a serem adotadas, além dos motivos pelos quais tais medidas não resultaram plenamente eficazes para a efetiva segurança do colaborador.

Art. 8º Na motivação do pedido de proteção, deverá a autoridade requerente referir-se, especificamente, à importância das declarações oferecidas pelo colaborador ou que possam vir a ser oferecidas pelo mesmo, ou ainda por pessoas de suas relações para o desenvolvimento das investigações ou para o juízo criminal.

Art. 9º As pessoas para as quais for requerida a admissão no programa especial de proteção deverão apresentar, à autoridade proponente, documentação completa referente ao seu estado civil, à sua família, ao seu patrimônio, às suas obrigações civis, procedimentos penais, civis e administrativos pendentes, grau de instrução, profissão e quaisquer outras informações referentes a direitos, concessões ou licenças de que sejam titulares. Deverão indicar, também, um procurador legal, ou especial, para representá-las, quando necessário.

Art. 10. O programa especial de proteção será firmado pelo colaborador, que se obrigará a:

I – observar as normas de segurança prescritas e colaborar ativamente para a execução do programa;

II – cumprir as obrigações previstas na lei e nas obrigações contratuais.

Art. 11. O programa especial de proteção poderá compreender a transferência de domicílio ou residência do colaborador, mantendo-se em sigilo o local para onde for transferido e, neste caso, não se aplicarão as disposições referentes à execução das penas.

Art. 12. Para os fins acima, poderá ser autorizada a utilização temporária de um documento especial de transferência. O uso do documento fora dos casos autorizados será punido, na forma das leis penais vigentes.

Art. 13. Quando ocorrer graves e urgentes motivos de segurança, o Ministério Público e a autoridade judiciária poderão autorizar o colaborador a eleger domicílio próximo ao de pessoa de sua confiança ou a uma repartição policial.

Art. 14. Por graves e urgentes motivos de segurança, o Ministério Público poderá autorizar a Polícia a transferir as pessoas presas para local diverso do cárcere onde estejam, pelo tempo estritamente necessário para a definição do programa especial de proteção. Pelos mesmos motivos e com a mesma finalidade, a autorização poderá ser determinada pelo juiz quando decretar prisão cautelar.

Art. 15. Nos casos em que as medidas fixadas pelo programa especial de proteção revelem-se inadequadas, os interessados poderão requerer ao Ministro da Justiça a modificação das medidas, por outras não previstas, garantindo-se, neste caso, o sigilo também quanto aos atos da Administração Pública.

Art. 16. O programa especial de proteção observará:

I – sigilo e rapidez do procedimento para modificação da identidade, com exclusão de qualquer forma de publicidade preventiva e sucessiva;

II – inscrição de nova identidade junto ao órgão competente e previsão de que os assentos de estado civil e os relativos à nova identidade possam ser substituídos por outros do mesmo órgão, após autorização judicial, ouvido o Ministério Público;

III – validade dos atestados, com a finalidade de inscrição de residência e com relação aos atos da administração pública, em relação à nova identificação;

IV – previsão de que os atos da anotação, inscrição e transcrição nos registros do novo estado civil sejam apostos nos mesmos locais onde há a identificação anterior;

V – possibilidade, aos genitores, de pedido de mudança de identificação para os filhos menores;

VI – previsão de que a mudança de identificação não tenha efeito sobre os assuntos de natureza civil, penal, administrativa, substanciais e processuais, em

curso na data da mudança de identificação e disciplina desses assuntos com relação à nova identificação;

VII – instituição de garantias para tutela dos direitos de terceiros de boa fé; determinação dos casos em que os terceiros têm direito a conhecer a existência de nova identificação. Deverá haver declaração judicial sobre essa autorização de dar conhecimento a terceiros sobre nova identificação;

VIII – adoção de procedimentos para notificação, comunicação e outras correspondências para a pessoa sob proteção;

IX – possibilidade da pessoa protegida agir mediante representante para solução dos assuntos materiais e processuais de natureza civil e administrativa anteriores à troca de identificação;

X – previsão de modalidade especial para inscrição, no distribuidor judicial, para emissão de certificados de condenações por crimes eventualmente cometidos em data anterior e posterior à troca de identificação;

XI – outras medidas eventualmente necessárias, de cunho individual, atendendo aos princípios dessa lei.

Art. 17. Quando se tratar de pessoa submetida a medidas cautelares pessoais e quando o juiz não revogar ou modificar a medida; ou ainda de pessoa presa, mesmo que esteja submetida às medidas alternativas já indicadas, a transferência para o exterior poderá ser prevista em convenções ou acordos entre os Governos dos Países interessados que prevejam:

I – a transferência para o exterior dos presos e das pessoas submetidas a medidas preventivas de privação ou restrição da liberdade;

II – aplicação das medidas de segurança ou de proteção necessárias;

III – disponibilidade da pessoa para ser transferida a pedido da autoridade judiciária brasileira.

§ 1º A transferência será ultimada pelo Ministro da Justiça, após proposta fundamentada da Comissão, e depois de autorizada pelo Poder Judiciário, salvo se a convenção, acordo ou tratado internacional estabelecer modalidades diversas para a transferência de pessoas sujeitas ao programa especial de proteção.

§ 2º Os documentos temporários eventualmente emitidos têm termo de validade prefixado, que não deverá ser indicado no documento.

Art. 18. O programa especial de proteção terá duração mínima de seis meses e máxima de três anos, podendo ser prorrogado, modificado ou revogado em relação à atualidade do perigo, à sua intensidade e à idoneidade das medidas adotadas, levando-se em consideração a conduta da pessoa interessada e a sua observância às medidas adotadas. As modificações, prorrogação e revogação serão requeridas à Comis-

são, mas, em caso de absoluta urgência, poderão ser adotadas pela autoridade policial, que, em 48 horas, comunicará à Comissão.

Art. 19. As medidas de assistência e proteção às pessoas que colaborarem com a Justiça são:

I – medidas técnicas de segurança na moradia das pessoas interessadas, com expressa autorização destas, incluindo medidas de controle das telecomunicações;

II – escolta de segurança, quando se tratar de pessoa presa;

III – transferência de residência, para aqueles que estão em liberdade, para lugar diverso, incluindo o exterior ou locais protegidos;

IV – modalidades especiais de prisão, permitindo-se, para tal fim, a derrogação de normas em matéria penitenciária;

V – modalidades especiais de documentação e comunicações para o serviço de informática, a fim de tutelar o sigilo dos dados concernentes à pessoa protegida e daqueles com quem possa ter qualquer relacionamento;

VI – modalidades especiais de tratamento penitenciário, para que não haja agravamento da situação da pessoa protegida, que se encontra presa;

VII – modalidades especiais de execução das traduções, dos plantões e dos serviços de vigilância internos dos institutos penitenciários ou locais de detenção;

VIII – medidas de assistência pessoal;

IX – medidas de assistência econômica, por tempo determinado, não superior a doze meses, salvo motivo de reexame do programa de proteção, compreendendo:

a) sistemas de alojamento e transferências;

b) despesas com necessidades sociais e sanitárias, quando não for possível, por motivo de segurança, utilizar-se da estrutura pública comum;

c) despesas de manutenção, no caso de impossibilidade, por motivo de segurança, de desenvolver qualquer trabalho, compatível com o número de pessoas e a renda que era percebida anteriormente pela pessoa protegida;

d) assistência judiciária legal.

Art. 20. Outras medidas de proteção, bem como as questões não explicitadas por esta lei, serão decididas pela Comissão prevista no art. 4º

Parágrafo único. As decisões da Comissão terão caráter normativo.

Art. 21. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Justificação

Mais uma vez, submeto à consideração de meus ilustres Pares projeto de lei que trata da proteção aos colaboradores, ou seja, àquelas pessoas que, por motivos vários, se dispõem a prestar informações ou declarações em procedimentos criminais que possibilitem o desenvolvimento das investigações ou das ações penais. A primeira vez que apresentei esta proposição – o PLS-188/97 –, ela não prosperou. Por considerar que a matéria é conveniente e oportuna trago-a, novamente, a exame de meus Pares, com os mesmos argumentos fundamentais, que ainda assim os reafirmo:

“Observo, desde logo, que tais medidas aplicam-se, exclusivamente, àqueles que colaboram com a Justiça nas investigações e procedimentos relativos aos crimes contra a Administração Pública.

A regulamentação dessa colaboração e os modos de dar-se proteção a estas pessoas têm origem na legislação italiana que, a partir do início dos anos 80, estendeu, progressivamente, estas normas dos delitos de terrorismo para os da máfia e, posteriormente, para a legislação comum.

No Brasil, não existe qualquer previsão legal quanto à matéria, daí o socorro ao direito comparado.

Entretanto, face à situação de criminalidade difusa existente, hodiernamente, no nosso País, no momento, é inviável ampliar-se o espectro dos beneficiários, em tese, pela normalização que ora se apresenta.

Desse modo, o objeto do benefício serão, inicialmente, os envolvidos em delitos contra a Administração Pública. Se bem adaptada ao Brasil, a colaboração certamente se difundirá para outros tipos de delitos e criminosos.

A inserção dos colaboradores dependerá, em princípio, de um programa especial de proteção a ser elaborado por uma Comissão de escolha do Ministro da Justiça, que normatizará o funcionamento e aplicação desse projeto.

Será essa Comissão, prevista no art. 4º, que definirá o programa especial de proteção, apreciará o pedido de inclusão de pessoas no programa, definirá as medidas para efetivar a segurança dessas pessoas, além de normatizar e decidir sobre situações específicas.

Define, o projeto, os princípios do programa especial de proteção (art. 16), inovando, no tocante à modificação dos documentos pessoais do colaborador e de seus familiares.

Regula, ainda, situações processuais que ocorrem com a admissão da pessoa presa, no programa especial de proteção, e dá determinações aos membros do Ministério Público, Judiciário e Polícia.

Toda a legislação constante do projeto é inovadora e, portanto, alguns assuntos nela tratados dependerão de interpretação jurídica e de regulamentação posterior.

Todavia, isso não impede a aplicabilidade imediata das normas ali contidas para que, do mesmo modo como ocorre no exterior, sejam elas um eficiente meio de combate à criminalidade dirigida contra a Administração Pública.”

Sala das Sessões, 5 de julho de 2005. – Senador **Pedro Simon**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em Decisão Terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 2005

Acrescenta à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o art. 72-A, que limita os gastos com publicidade oficial.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 72-A:

“Art. 72-A As despesas com publicidade oficial não poderão exceder, anualmente, os seguintes percentuais dos investimentos realizados pelo poder público, no exercício anterior:

I – 0,1% (um décimo por cento), no caso da União e

II – 0,3% (três décimos por cento), no caso dos Estados e do Distrito Federal e

III – 0,5% (cinco décimos por cento), no caso dos municípios.

Parágrafo único. Os limites indicados neste artigo não se aplicam aos gastos com publicações obrigatórias de caráter fiscal, como editais, balanços e avisos.

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O § 1º do art. 37 da Constituição Federal, dispõe:

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

O preceito nem sempre tem sido observado com critério e com os cuidados que a lei requer. Como tem sido possível constatar ao longo dos anos, há muito o caráter educativo, informativo e de educação social prescrito pela Constituição, cedeu a vez à promoção pessoal, à propaganda abusiva e à manipulação da opinião pública, com o único e exclusivo propósito de ilaquear a boa fé dos cidadãos e a atrair a simpatia e a adesão dos eleitores, propagando virtudes inexistentes, pregando falsas qualidades e alardeando promessas em lugar de conquistas. Estes, porém, não são os únicos problemas das táticas e das práticas da propaganda política que tomaram a vez da publicidade educativa.

II – Interesse coletivo, proveito pessoal

Mais grave do que essas distorções, têm sido as relações promíscuas que se estabeleceram entre o público e o privado, entre o interesse coletivo e o proveito pessoal entre agentes e empresas de publicidade e governos, partidos e candidatos, beneficiando-se todos mutuamente do que uns têm a oferecer e do que outros se dispõem a desfrutar. A equação segundo a qual empresas e agências servem a candidatos, candidaturas e partidos e a contrapartida dos vencedores que passam a propiciar proveitos aos que os serviram, transformou-se num rondó de interesses que está, lamentavelmente, contaminando o sistema político brasileiro, desvirtuando o processo eleitoral e contagiando os serviços públicos do país. Já não há mais limites éticos nem fronteiras morais entre relações que, em lugar de institucionalizadas e regidas pelas regras impessoais das leis e de normas de comportamento equilibradas e isentas, foram substituídas por trocas onerosas em que os custos são sempre pagos pelos cidadãos e pelos contribuintes e os lucros auferidos pelos mesmos beneficiários de sempre. As primeiras vítimas desse consórcio de interesses e conivências mútuas têm sido sempre, invariavelmente, a liberdade e a isenção da informação.

Nessa teia de interesses recíprocos, soa como ironia a existência de um Conselho Nacional de Auto

Regulamentação Publicitária, destinado a regular, disciplinar, julgar e decidir infrações éticas entre anunciantes e agências de publicidade, arbitrando seus conflitos. Em contraste, não há limites nas relações entre os que contratam profissionais, agências, empresas e marqueteiros para suas campanhas políticas e, depois de eleitos, lhes retribuem com generosos contratos que lhes proporcionam benesses de toda natureza. Essa simbiose entre financiados e financiadores termina por se transformar numa guerra sem leis, cujo objetivo é embair, primeiro a boa fé dos eleitores e, depois de enganá-los, iludi-los para que continuem fiéis aos que vivem de vender o paraíso e entregar o purgatório. Os cânones da propaganda política estão, por isso mesmo, cada vez mais jungidos a duas leis da conveniência política. A de Voltaire, submissa ao princípio do enunciando “menti, menti, alguma coisa ficará”, e a outra ainda mais cruel, a do assecla de Hitler que o vendeu como um grande líder ao povo alemão, o Dr. Joseph Goebbels, segundo o qual “u’a mentira mil vezes repetida toma-se uma verdade”.

III – Excessos e Abusos

Os excessos ocorrem em todas as esferas de governo e em quase todos os governos. Por isso, os abusos tendem a se generalizar. Pelo menos três governadores utilizaram e admitiram a prática de pagar por propaganda sob a forma dissimulada de reportagens. Tais excessos não se cingem ao Poder Executivo, no entanto. Ocorrem, também, em alguns Legislativos estaduais. Um deles, em apenas um exercício financeiro, aumentou em mais de 300% a dotação para publicidade. O orçamento da União de 2001, por exemplo, estipulou para o Governo Federal uma despesa máxima em publicidade institucional de R\$124,6 milhões, mas os números do Tesouro mostraram que os dispêndios com essa atividade atingiram R\$303 milhões. Segundo se explicou na época em que o fato foi constatado, isto ocorreu porque os gastos excedentes eram contabilizados num sub elemento de despesa que constava de todos os 365 diferentes programas de governo. No Ministério da Saúde, naquele mesmo exercício, a despesa autorizada pela lei orçamentária tinha sido de R\$ 15,8 milhões, mas os gastos efetivos atingiram R\$81,3 milhões.

No último ano do governo anterior, mesmo tratando-se de ano eleitoral, o problema voltaria a se repetir. A autorização orçamentária era para uma despesa de R\$147,1 milhões. Até o dia 17 de maio, porém os gastos efetivos já tinham alcançado R\$115 milhões, isto é, 78,5% de toda a verba, já que, pela legislação eleitoral, os governos ficam proibidos de fazer publicidade, depois do dia 5 de julho.

Um acordo assinado no mês de maio daquele ano procurou coibir o abuso, sem sucesso. No primeiro semestre de 2003, as edições dos jornais em 20 de julho noticiavam que o novo governo tinha gastado proporcionalmente mais em publicidade do que em obras. O que ocorre na administração direta, verifica-se também no âmbito das estatais. As despesas da área de Comunicações da Petrobrás, passaram de R\$253 milhões em 2002 para R\$461 milhões em 2003 e atingiram R\$614 milhões em 2004. Os números são significativos e guardam relação direta com o ano eleitoral de 2006. A Resolução nº 21.610 do Tribunal Superior Eleitoral proíbe, em seu art. 43, que despesas com publicidade de órgãos públicos ou entidades da administração indireta, que é o caso de nossa mais importante estatal, excedam a média dos gastos nos três anos anteriores ao pleito, ou a do ano imediatamente anterior ao da eleição, prevalecendo o que for menor. Como as eleições gerais ocorrem a cada 4 anos, quanto mais for empregado nessa rubrica no triênio anterior, mas lhe será permitido gastar no ano eleitoral.

IV – Mais que meras coincidências

Podem tratar-se de mera coincidência, mas a mesma empresa que fez a campanha do atual presidente, em 2002, foi uma das vencedoras da licitação para controlar a maior conta de publicidade da Esplanada dos Ministérios em 2004, assinando contrato de um ano, prorrogável por mais quatro. Ela substituiu sua antecessora, pertencente a outro publicitário que, também por coincidência, fez as campanhas presidenciais de seu antecessor, em 1994 e 1998. É o rondos dos interesses cruzados que nem o emaranhado da legislação brasileira consegue coibir. Melhor do que fatos e evidências são os números. O quadro a seguir, que ilustrou a reportagem do jornalista Fernando Rodrigues da **Folha de São Paulo**, na edição de 10 de novembro de 2003, mostra que apenas as despesas dos governos federal e estaduais de São Paulo e Paraná e mais as da Prefeitura de São Paulo, somando 493,1 milhões de dólares, representavam 7,13% de todo o mercado publicitário, a maior proporção entre 14 países selecionados, entre os quais Canadá, Reino Unido, Estados Unidos, Alemanha e Itália.

EXEMPLOS DE GASTOS COM PUBLICIDADE

Valores de 2002	MERCADO		GOVERNOS		% da propaganda de governos sobre o mercado total
	Total (US\$ milhões)	Gasto per capita (US\$)	Total (US\$ milhões)	Gasto per capita (US\$)	
BRASIL	6.920,4	39,32	493,1	2,8	7,13
Peru	833,0	31,43	40,7	1,53	4,88
Austrália	5.204,2	266,88	196,8	10,09	3,78
Equador	439,1	33,52	16,4	1,25	3,74
Canadá	4.544,6	145,2	119,8	3,83	2,64
Espanha	5.120,3	128,33	121,0	3,03	2,36
Países Baixos	3.265,1	204,07	73,3	4,58	2,25
Reino Unido	12.192,2	204,22	229,9	3,85	1,89
Estados Unidos	111.957,5	388,07	1.823,3	6,32	1,63
Suíça	2.422,8	336,5	30,2	4,2	1,25
Uruguai	380,1	111,8	4,6	1,37	1,22
Itália	6.700,9	116,74	74,1	1,29	1,11
Alemanha	15.627,4	190,58	102,0	1,24	0,65
China	16.875,2	13,04	5,5	0,0043	0,03

O país é um dos que mais investe em propaganda estatal

No Brasil, a propaganda governamental, entregue a agências e a marqueteiros profissionais, costuma, tal como na publicidade das empresas privadas, substituir o real pelo virtual. Para se contrapor aos efeitos negativos do episódio Valdomiro Diniz, a Secretaria de Comunicação do Governo Federal encomendou, em março de 2004, à agência do publicitário que embalou os sonhos eleitorais de 2002, uma campanha pela televisão que tinha como mote “O trabalho sério já começa a dar resultados”. O primeiro dos comer-

ciais relatava, por meio de uma apresentadora, o que o governo estava fazendo em prol da agricultura familiar, informando já ter empregado “R\$5,4 bilhões, com crédito sem burocracia e juros extremamente baixos”, para logo concluir que “isto nunca aconteceu no Brasil”. Entretanto, como tantas vezes acontece no mundo dos negócios, tratava-se apenas de propaganda enganosa. O cenário cinematográfico nada tinha a ver com uma pequena propriedade agrícola de cunho familiar. As cenas tinham sido filmadas em uma das cinco fa-

zendas de um empresário paulista de Cotia, em São Paulo, com 1 milhão de metros quadrados que, juntas, produzem diariamente dez toneladas de verduras. A realidade do Pronaf nada tinha a ver com o cenário virtual falso e enganoso da propaganda oficial, tal como é praticada em nosso País. A ética da publicidade, como se vê, pode até se assemelhar a algumas das piores práticas da má política. Não importa que público se deseja enganar.

Uma consulta à lista dos maiores anunciantes do setor público revela algumas surpresas. Entre os dez maiores estão, por ordem decrescente, em 2004, Banco do Brasil, Petrobrás, Justiça Eleitoral, Caixa Econômica, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Correios e os governos estaduais do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais. A maior curiosidade, porém, resulta da geografia política da publicidade estatal. O governo do Rio de Janeiro, onde pontifica um dos permanentes candidatos ao pleito presidencial de 2006, empenhou para 2005 a importância de R\$ 100 milhões, superando de longe dois governadores supostamente seus futuros concorrentes, o de São Paulo, responsável por gastos de R\$36,9 milhões e do de Minas, com despesas previstas de R\$ 37,2 milhões. Nunca a política serviu tanto ao mercado publicitário.

V – Propaganda antes, o fracasso depois

No atual governo, há dois exemplos de como a propaganda se torna inútil e a publicidade inócua. Quando se trata de atividade pública, não há qualquer relação entre causa e efeito. Sabe-se que os critérios para a distribuição de recursos de investimentos em propaganda, na iniciativa privada, resultam de uma relação biunívoca: se a publicidade vende mais, aplica-se mais em publicidade. Se não vende, não se anuncia. Na esfera pública, aplica-se a lógica inversa: investe-se em propaganda, sem se esperar bons resultados. Quanto menos os resultados aparecem, mais se investe em propaganda e publicidade. O primeiro desses casos é o do programa primeiro emprego. Em 2004, o Governo investiu nesse projeto R\$29,4 milhões para empregar 2.585 jovens, ou seja, 1% da meta fixada de 250.000 novos postos de trabalho. Os investimentos do governo em publicidade institucional, porém, foram quatro vezes maiores, ou seja R\$119,3 milhões, 83% do total autorizado para o ano. E isto porque tratava-se de programa considerado prioritário pelo próprio presidente da República. O segundo exemplo já foi denunciado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Trata-se do projeto do Banco Popular. São tão aberrantes os números que merecem ser citados. Criado por medida provisória,

em setembro de 2003, só entrou em operação efetiva 10 meses depois, em julho de 2004. Em dezembro, tinha aplicado em operações de crédito R\$20 milhões, enquanto em publicidade já tinham sido gastos R\$25 milhões! A publicidade, como se vê, vem sempre antes. Os fracassos depois.

A melhor evidência de como o setor de propaganda se tomou uma atividade suspeita, quando usada como instrumento de interesses políticos, são as revelações trazidas a público, em decorrência do escândalo que atualmente ocupa a atenção do Congresso. A constatação de que duas agências de publicidade de um mesmo proprietário realizaram retiradas em dinheiro de R\$ 20,9 milhões, entre julho de 2003 e maio de 2005 não só a tornou alvo de investigação do Conselho de Controle de Atividades Financeiras do Ministério da Fazenda e do Ministério Público, como também constituiu indício de que poderia ser ou teria sido a operadora do escândalo que se tornou conhecido como “mensalão”. Os saques em dinheiro de mais de R\$20 milhões são compatíveis e em grande medida correlatos com a comissão legal das agências, que incidu sobre o valor de R\$507,7 milhões, montante dos contratos conseguidos por ambas as empresas, no atual governo.

VI – Sem limites

Abusos e excessos, como já assinalamos, proliferaram em todo o país. No meu Estado, a maciça divulgação dos atos e promessas do Poder Executivo constitui atividade prioritária sobre as mais relevantes funções de Estado. Enquanto o orçamento da Saúde do ano em curso dispõe de poucos R\$6 milhões, as dotações para propaganda e publicidade somam mais que o dobro dessa importância, R\$13 milhões, valor suficiente para cooptar virtualmente quase todo o setor privado de comunicações do Estado e algo inédito na história política do Acre. Os métodos utilizados já foram tomados públicos na edição de 24 de junho último do jornal **Folha de São Paulo**. Cinjo-me, para documentar o fato, a transcrever a referida reportagem dos jornalistas Fernando Rodrigues, da sucursal de Brasília e Fernando Canzian, enviado especial a esta cidade:

“Alvo de investigação no plano federal por conta do escândalo do mensalão, o setor de publicidade também apresenta suspeitas de irregularidades no governo estadual do Acre, administrado pelo petista Jorge Viana desde 1999. Viana já autorizou 13 aditamentos a um contrato de publicidade em vigor há cinco anos com uma empresa de Belo Horizonte, a Asa Comunicação. O documento original foi

firmado em abril de 2001, pelo valor inicial de RS4 milhões”.

“Somente três dos aditivos, os 11º, 12º e 13º, todos publicados no **Diário Oficial** do Acre entre janeiro e fevereiro deste ano somaram R\$57,1 milhões – valor 177% superior do contrato original. A lei de licitações proíbe tanto a extensão contratual pelo período adotado pelo Acre quanto o acréscimo aos valores praticados pelo Estado. O governo do Acre alega ter outro entendimento. A Secretaria de Comunicação do Acre e a empresa que publica o **Diário Oficial** do Estado se negaram a fornecer à **Folha** cópias ou informações relativas a todos os aditivos contratuais”.

“(…) Américo Antunes, diretor da Asa Comunicação, defendeu os contratos, mas disse que é o Acre quem define ‘as dotações e os limites dos aditamentos’. Antunes, que já foi candidato a Deputado pelo PT de Minas, entrou na Asa em julho de 2003, no primeiro ano do governo Lula. Segundo a lei de licitações (8.666), nenhum aditivo contratual pode ultrapassar 25% do valor original do contrato. Também não haveria base legal para a interpretação do governo do Acre de que o contrato firmado em 2001 seria válido por 60 meses. Segundo a Lei nº 8.666 e sua interpretação normativa correspondente (número 18), a extensão contratual seria possível somente para ‘serviços contínuos’, nos quais a publicidade não se encaixa, segundo Patrícia Nachard, especialista da área na Fundação Getúlio Vargas e ex-procuradora federal”.

“(…) O orçamento da área de comunicações do governo do Acre para 2005, por exemplo (e cuja maior parcela deve ser dirigida individualmente à Asa) supera as dotações de várias secretarias juntas e é três vezes maior do que os gastos previstos com a Polícia Militar. Se forem levados em conta valores com pessoal e em campanhas em áreas como saúde e educação, os gastos com comunicação atingirão R\$19,7 milhões neste ano, segundo análise da lei orçamentária do Estado, feita pelo advogado João Veras, do escritório de advocacia acreano Neóricio Alves de Souza”.

Abusos e excessos, como se vê, que estão por toda a parte. Em alguns casos, trata-se, como no do governo acreano, de uma versão tropical do “Miniver”, o Ministério da Verdade do famoso romance do escritor britânico George Orwell, a versão contemporânea

da ditadura, encarregado de reescreva a cada dia, a versão jornalística dos fatos, segundo a ótica peculiar dos donos do poder. Ou estabelecemos um limite aos gastos de propaganda para conter o culto à personalidade dos governantes e evitar abusos e excessos como esses, ou vamos continuar sujeitos a escândalos que hoje, lamentavelmente, estão contaminando, deteriorando e enxovalhando, em escala nunca vista, o panorama político brasileiro.

Sala das Sessões, 5 de julho de 2005. – **Geraldo Mesquita Júnior**, PSOL-AC

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

.....
§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....
Art. 72. A despesa com serviços de terceiros dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 não poderá exceder, em percentual da receita corrente líquida, a do exercício anterior à entrada em vigor desta lei complementar, até o término do terceiro exercício seguinte.

.....
(*Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais.*)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.057, DE 200

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2003, de autoria do Senador Paulo Octávio, que altera a redação dos arts. 50 e 52 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento urbano e dá outras providências.

Relator: Senador **Antonio Carlos Magalhães**

I – Relatório

De autoria do Senador Paulo Octávio, o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2003, altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento urbano, para aumentar a duração das penas relativas aos tipos penais definidos nos arts. 50 e 52. O art. 1º do projeto aumenta as penas cominadas no art. 50, o art. 2º modifica a natureza da pena imposta pelo art. 52 e aumenta sua duração e o art. 3º determina que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

De acordo com o art. 50 da referida lei, constitui crime contra a administração pública:

I – dar início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos, sem autorização do órgão público competente, ou em desacordo com as disposições desta lei ou das normas pertinentes do Distrito Federal, Estados e Municípios;

II – dar início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos sem observância das determinações constantes do ato administrativo da licença;

III – fazer ou veicular em proposta, contrato, prospecto ou comunicação ao público ou a interessados, afirmação falsa sobre a legalidade de loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos, ou ocultar fraudulentamente fato a ele relativo.

É cominada a pena de reclusão, de um a quatro anos, e multa, de cinco a cinqüenta vezes o maior salário mínimo vigente no País. O parágrafo único determina que o crime definido neste artigo é qualificado, se cometido:

I – por meio de venda, reserva de lote ou quaisquer outros instrumentos que manifestem a intenção de vender lote em loteamento ou

desmembramento não registrado no Registro de Imóveis competente;

II – com inexistência de título legítimo de propriedade do imóvel loteado ou desmembrado, ressalvado o disposto no art. 18, §§ 4º e 5º, desta lei, ou com omissão fraudulenta de fato a ele relativo, se o fato não constituir crime mais grave.

Pelo projeto, a pena, no primeiro caso, passa a ser de reclusão de dois a oito anos e multa. Na hipótese de crime qualificado, aumenta-se o tempo de reclusão para o intervalo de quatro a dez anos e multa.

Já o art. 52 da lei tipifica o crime de registrar loteamento ou desmembramento não aprovado pelos órgãos competentes, registrar o compromisso de compra e venda, a cessão ou promessa de cessão de direitos, ou efetuar registro de contrato de venda de loteamento ou desmembramento não registrado. A pena é de detenção, de um a dois anos, e multa de cinco a cinqüenta vezes o maior salário mínimo vigente no País, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis. O projeto sob exame altera a natureza da pena, de detenção para reclusão, com aumento de seus limites para o intervalo de quatro a dez anos, acrescido de multa.

O projeto não recebeu emendas.

II – Análise

Nos termos do art. 101, I e II, **d**, do Regimento Interno do Senado Federal, esta Comissão deve se manifestar sobre a constitucionalidade, juridicidade, a regimentalidade e o mérito da proposição em análise.

O PLS nº 264, de 2003, que esta Comissão examina em decisão terminativa, conforma-se aos requisitos de juridicidade e regimentalidade, boa técnica legislativa e não conflita com a Constituição Federal. Com efeito, o Congresso Nacional é competente (art. 48 da Constituição Federal) para iniciar projeto de lei destinado a alterar lei ordinária em vigor, no caso a Lei nº 6.766, de 1979. Conforme dispõe o inciso XX do art. 21, constitui competência da União instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano. A competência para legislar sobre normas gerais de direito urbanístico é da União, concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal, conforme determina o art. 24 da Constituição Federal.

Quanto ao mérito, o autor argumenta, em defesa da proposição, que a finalidade de prevenção de crimes contra a administração pública não vem sendo alcançada pela Lei nº 6.766, de 1979, pois apesar dos esforços das autoridades em coibir os abusos no parcelamento do solo urbano, a sua ocupação irregular vem aumentando com o passar dos anos. O aumento

das penas tenha assim o objetivo de reforçar o caráter preventivo da norma. Ressalta, ainda, que as condutas tipificadas nos dispositivos são difíceis de provar, o que demanda maior esforço do Ministério Público. Com o aumento das penas, o Ministério Público terá mais tempo para realizar o seu trabalho, principalmente porque a prescrição da pretensão punitiva, que hoje não ultrapassa 12 anos, será de até 16 anos, em alguns casos.

Quando o sujeito ativo do delito for o agente do Estado responsável pelo registro imobiliário, a pena será a mesma imposta àquele que vender ou prometer vender lote não registrado, conforme determina o projeto, na nova redação do art. 52. Tal agravamento da pena é importante para assegurar o caráter preventivo da norma penal e a equidade na aplicação da lei, porque atualmente quem lotear terrenos irregularmente é punido com maior rigor do que a autoridade responsável pelo registro falso. A conduta ilícita da autoridade responsável pelo registro deve ser punida com maior rigor, motivo pelo qual o projeto institui, para o agente público responsável pelo registro de loteamento ou desmembramento irregular, pena idêntica à daquele que vendeu ou prometeu vender lote não registrado.

Desde a edição da Lei nº 9.714, de 25 de novembro de 1998, conhecida como lei das penas alternativas, os juizes vêm substituindo penas privativas de liberdade por prestação de serviços à comunidade, o que, nos delitos de que trata o presente projeto, acaba desnaturando os objetivos da pena imposta. Isto porque a referida lei, que modificou os arts. 43, 44, 45, 46, 47 e 77 do Código Penal, permitiu ao juiz a aplicação de penas alternativas às penas privativas de liberdade com tempo não superior a quatro anos e se o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo.

Assim, a elevação dos limites das penas, para o crime de parcelamento irregular do solo para fins urbanos, tornará mais difícil a substituição das penas privativas de liberdade por penas alternativas, o que faz mais rigorosa a punição dos responsáveis pelos loteamentos irregulares e, assim, ajuda a coibir prática extremamente danosa ao ordenamento urbanístico. Conforme estabelece o art. 3º da Lei nº 6.766, de 1979, somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas pelo plano diretor ou aprovadas por lei municipal. Tal dispositivo, por sua vez, concretiza o princípio constitucional inscrito no § 2º do art. 182 da Constituição Federal – o princípio da função social da propriedade, que se traduz da seguinte maneira: assegura-se

o direito de propriedade imobiliária urbana desde que cumprida a sua função social, ou seja, quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

O projeto substitui as multas, de cinco a cinqüenta vezes o maior salário mínimo vigente no País por multa, simplesmente, deixando ao juiz a definição de seu montante. Em consonância com os objetivos punitivos do projeto, sugere-se a determinação de multa proporcional aos danos urbanísticos e ambientais.

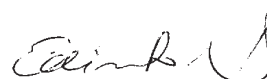
III – Voto


Á vista do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2003, adotada a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1-CCJ (ao PLS nº 264, de 2003)

Acrescente-se, ao final do art. 1º e ao final do art. 2º do PLS nº 264, de 2003, após a palavra “multa”, a expressão “de valor proporcional aos danos urbanísticos e ambientais”.

Sala da Comissão, 30 de março de 2005.

 , Presidente *Eventual*

 , Relator

EMENDA Nº 2-CCJ Emenda ao PLS 264/2003)

“Altera a redação dos arts. 50 e 52 da Lei nº 6.766/79 que dispõe sobre o parcelamento urbano e dá outras providências”

Art. 1º O Art. 50 da Lei nº 6766/79 passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido do §§ 1º, tornando-se o § único o § 2º:

Art. 50.....

Pena – Reclusão de dois a oito anos e multa de valor proporcional aos danos urbanísticos e ambientais.

§ 1º: Nos casos dos incisos I e II do presente artigo, o desmembramento não resultar na aferição de vantagens pecuniárias por locação ou alienação do imóvel.

Pena: Reclusão de um a quatro anos.

§ 2º.....

Pena – Reclusão de quatro a dez anos e multa de valor proporcional aos danos urbanos e ambientais.

Senador **Aloízio Mercadante**.

EMENDA AO PLS 264/2003

Em primeiro lugar, toma-se imprescindível separarmos os sujeitos ativos que podem cometer os crimes previstos nos artigos citados. São eles:

1) O agente que efetue o loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos, sem autorização do órgão público competente ou em desacordo com as leis federais, estaduais ou municipais;

2) O agente que efetue o loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos sem observar a licença;

3) O agente que fizer ou veicular em proposta, contrato, prospecto ou comunicação ao público ou interessado, afirmação falsa sobre a legalidade de loteamento ou desmembramento de solo para fins urbanos ou ocultar fraudulentamente fato a ele relativo;

4) O agente que registrar loteamento ou desmembramento não aprovado pelos órgãos competentes, compromisso de compra e venda, a cessão ou promessa de cessão de direitos ou efetuar registro de contrato de venda de loteamento ou desmembramento não registrado.

Há que se fazer uma diferenciação. De um lado, temos a conduta tipificada nos itens 1 e 2. Num segundo plano, temos a conduta tipificada no item 3, e por último a conduta tipificada no item 4.

Essa separação faz-se necessária, até pelos motivos expostos pelo próprio autor do projeto quando da justificação deste.

É inegável que a estagnação econômica e o aumento do desemprego são, em parte, responsáveis pela ocupação irregular do solo urbano no país.

É verdade também que esse quadro de desorganização advinda de um “caos” social, como bem relata o nobre Senador Paulo Otávio, tem sido aproveitado pelas classes mais abastadas, motivo pelo qual vem crescendo em todo o país loteamentos irregulares, tanto os mais populares, como também os mais nobres.

Quando falamos das condutas tipificadas nos incisos I e II do art. 50, devemos recordar que nem sempre essa atitude realiza-se com objetivos econômicos. Muitas das pessoas que loteiam ou desmembram terreno

urbano, mesmo sem licença ou em desacordo com a lei, o fazem em virtude de mera necessidade.

Muitas vezes esse desmembramento ocorre para abrigar toda uma família ou comunidade que, por motivos econômicos, não possuem outra alternativa que não seja a divisão de uma área integral.

Por outro lado, há que se coibir ação de motivação distinta. É evidente que muitos desmembramentos e parcelamentos do solo ocorrem com o intuito de percepção de vantagens econômicas. No Distrito Federal, por exemplo, essa prática vem sendo cada vez mais utilizada, permitindo-se que o crescimento desses condomínios irregulares se realize de maneira assustadora.

Fica difícil, ao menos a priori, distinguir por meio da legislação o agente de má fé, daquele que pratica a mesma conduta por necessidade, pois precisa dividir sua gleba para permitir o mínimo de dignidade habitacional a familiares e pessoas próximas.

Na conduta tipificada no inciso III, fica evidente a má-fé do agente. Isso porque veicula, por interesse próprio, informação inverídica com o intuito de obter vantagens.

O mesmo ocorre com o agente público quando age de acordo com o descrito no art. 52 da lei. Não pode ser outro o seu interesse que não o econômico. Como bem ressaltou o relator, trata-se de agente do Estado, responsável pelo registro imobiliário, imbuído de fé pública, de quem se espera lisura e transparência na execução de seus atos.

Impera a necessidade de diferenciarmos as ações tipificadas, entre aquelas que tem como resultado percepções meramente econômicas e aquelas que são adotadas como sendo uma medida de necessidade diante das questões econômicas e sociais. Essa sim é uma questão a ser enfrentada.

Por esse motivo distinguir os agentes que podem cometer a infração tipificada nos incisos I e II do artigo 50 é uma questão de justiça. Dessa forma, penalizar pecuniariamente de maneira mais severa os agentes que desmembram ou loteiam terreno de alto valor em desacordo com a legislação ou sem autorização, que se encontram em condições financeiras para tanto, parece-nos uma medida de justiça.

Por outro lado é necessário não penalizar de maneira mais severa aqueles que realizam o desmembramento do solo por necessidade. Até porque a atual legislação já os penaliza. Nesse sentido propomos a manutenção da atual pena àqueles que praticam a ação sem interesses econômicos, retirando ainda a multa nesses casos, mantendo-se as penalidades previstas pelo autor do Projeto nos demais casos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 264 DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 30/03/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[assinatura]</i>	
RELATOR: <i>[assinatura]</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (RELATOR)	1-ROMEU TUMA <i>[assinatura]</i>
CÉSAR BORGES <i>[assinatura]</i>	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES <i>[assinatura]</i>	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO (Presidente Eventual)	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE <i>[assinatura]</i>	5-RODOLPHO TOURINHO <i>[assinatura]</i>
ALMEIDA LIMA <i>[assinatura]</i>	6- TASSO JEREISSATI
ÁLVARO DIAS <i>[assinatura]</i>	7-EDUARDO AZEREDO <i>[assinatura]</i>
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) *	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR(**)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE <i>[assinatura]</i>	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLICY <i>[assinatura]</i>	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA <i>[assinatura]</i>	3-SÉRGIO ZAMBIASI
FRANCISCO PEREIRA <i>[assinatura]</i>	4-JOÃO CAPIBERIBE
IDELI SALVATTI <i>[assinatura]</i>	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[assinatura]</i>	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO <i>[assinatura]</i>	7-MARCELO CRIVELLA
PMDB	
RAMEZ TEBET <i>[assinatura]</i>	1-NEY SUASSUNA
JOÃO BATISTA MOTTA <i>[assinatura]</i>	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO <i>[assinatura]</i>	3-SÉRGIO CABRAL
MAGUITO VILELA <i>[assinatura]</i>	4-GERSON CAMATA
(VAGO) **	5-LEOMAR QUINTANILHA
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 22/03/2005

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(**) O Senador Romero Jucá afastou-se do exercício do mandato em 22/03/2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado da Previdência Social.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 264, DE 2003

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PEL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PEL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS MAGALHAES	X				1 - ROMEL TUMA	X			
CÉSAR BORGES	X				2 - MARIA DO CARMO ALVES				
DEMÓSTENES TORRES	X				3 - JOSÉ AGRIPINO				
EDISON LOBÃO					4 - JORGE BORNHAUSEN				
JOSÉ JORGE					5 - RODOLPHO TOURINHO	X			
ALMEIDA LIMA	X				6 - TASSO JERESSATI				
ÁLVARO DIAS					7 - EDUARDO AZEREDO	X			
ARTHUR VIRGÍLIO					8 - LEONEL PAVAN				
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) *					9 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR (*)				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOÍZIO MERCADANTE	X				1 - DELCÍDIO AMARAL				
EDUARDO SÚPLICY	X				2 - PAULO PAIM				
FERNANDO BEZERRA					3 - SÉRGIO ZAMBIASI				
FRANCISCO PEREIRA					4 - JOÃO CAPIBERIBE				
IDELI SALVATHI	X				5 - SIBA MACHADO				
ANTONIO CARLOS VALADARES					6 - MOZARILDO CAVALCANTI				
SERY SHELHARENKO	X				7 - MARCELO CRIVELLA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMEZ TEBET					1 - NEY SUASSUNA				
JOÃO BATISTA MOTTA	X				2 - LUIZ OTÁVIO				
JOSÉ MARANHÃO	X				3 - SÉRGIO CABRAL				
MAGUITO VILELA					4 - GERSON CAMATA				
VAGO					5 - LEOMAR QUINTANILHA				
PEDRO SIMON					6 - GARIBALDI ALVES FILHO				
TITULAR - PDT					SUPLENTE - PDT				
JEFFERSON PERES					1 - OSMAR DIAS				

TOTAL: 14 SIM: 13 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

Edison Lobão

SALA DAS REUNIÕES, EM 30 / 03 / 2005

Senador EDISON LOBÃO

Presidente EVENTUAL

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO. CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RIS U:\CCJ\2005\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 22/03/2005)

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

JULHO 2005

ANAIS DO SENADO FEDERAL

313

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

EMENDA N.º 1-CCJ AC
PROPOSIÇÃO: PLS N.º 264, DE 2003

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PEL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS MAGALHAES	X				1 - ROMEL TUMA	X			
CÉSAR BORGES	X				2 - MARIA DO CARMO ALVES				
DEMOSTENES TORRES	X				3 - JOSÉ AGRIPINO				
EDISON LOBÃO					4 - JORGE BORNHAUSEN	X			
JOSE JORGE					5 - RODOLPHO TOURINHO	X			
AI MÍDIA LIMA	X				6 - TASSO JEREISSATI				
ALVARO DIAS					7 - EDUARDO AZEREDO	X			
ARTHUR VIRGILIO					8 - LEONEL PAVAN				
JUVÊNIO DA FONSECA (PDT) *					9 - GERALDO MESQUITA JUNIOR(*)				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL, PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL, PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOIZIO MERCADANTE	X				1 - DELCÍDIO AMARAL				
EDUARDO SUPLICY	X				2 - PAULO PAIM				
FERNANDO BLZERRA					3 - SÉRGIO ZAMBIASI				
FRANCISCO PEREIRA					4 - JOÃO CAPIBERIBE				
IDLEI SALVATTI	X				5 - SIBA MACHADO				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				6 - MOZARILDO CAVALCANTI				
SIRYS SHIBSARENKO	X				7 - MARCELO CRIVELLA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMEZ TEBEL					1 - NEL SUASSUNA				
JOÃO BATISTA MOTA	X				2 - LUTZ OTAVIO				
JOSÉ MARANHÃO	X				3 - SÉRGIO CABRAL				
MAGUITO VILHA					4 - GERSON CAMATA				
VAGO					5 - LÍOMAR QUINTANILHA				
PEDRO SIMON					6 - GARBALDI ALVES FILHO				
TITULAR - PDT					SUPLENTE - PDT				
JEFFERSON PÉRES					1 - OSMAR DIAS				

TOTAL: 44 SIM: 13 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 30/03/2005



Senador EDISON LOBÃO
Presidente EVENTUAL

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESEÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)
(:CCJ2005\Reuniao\Votacao nominal.doc (atualizado em 22/03/2005)

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

EMENDA Nº 4 - UCL AU
PROPOSIÇÃO: PLS Nº 264, DE 2003

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X				1 - ROMEL TUMA	X			
CÉSAR BORGES	X				2 - MARIA DO CARMO ALVES				
DEMÓSTENES TORRES	X				3 - JOSÉ AGRIPINO	X			
EDISON LOBÃO					4 - JORGE BORNHAUSEN				
JOSE JORGE					5 - RODOLPHO TOURINHO				
ALMIDATIUMA	X				6 - TASSO JEREISSATI				
ALVARO DIAS					7 - EDUARDO AZEREDO	X			
ARTHUR VIRGÍLIO					8 - LEONEL PAVAN				
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) *					9 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*)				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOIZIO NEGRADANTE					1 - DELCÍDIO AMARAL				
EDUARDO SUPLICY	X		X		2 - PAULO PAIM				
FERNANDO BEZERRA					3 - SÉRGIO ZAMBIASI				
FRANCISCO PEREIRA					4 - JOÃO CATIBERIBE				
IDEELI SALVATI	X				5 - SIBA MACHADO				
ANTONIO CARLOS VALADARES					6 - MOZARILDO CAVALCANTI				
SFRYS SHESSARENKO	X				7 - MARCLIO CRIVELLA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMÉZ TEBET					1 - NEY SUASSUNA				
JOÃO BATISTA MOTA	X				2 - LUIZ OTÁVIO				
JOSE MARANHÃO	X				3 - SÉRGIO CABRAL				
MAGNETO VILELA					4 - GERSON CAMATA				
VAGO					5 - LEOMAR QUINTANILHA				
PEDRO SIMON					6 - GARIBALDI ALVES FILHO				
TITULAR - PDT					SUPLENTE - PDT				
JEFFERSON PIRES					1 - OSMAR DIAS				

TOTAL: 14 SIM: 12 NÃO: - ABSTENÇÃO: - AUTOR: 1 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 30 / 03 / 2005



Senador EDISON LOBÃO
Presidente EVENTUAL

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF) : :CCJ2005\Reuniao\Votacao nominal.doc (atualizado em 22/03/2005)

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

TEXTO FINAL

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2003,
NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E CIDADANIA**

“Altera a redação dos arts. 50 e 52 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento urbano e dá outras providências.”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 50 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido do § 1º, tornando-se o parágrafo único o § 2º:

“Art. 50.

.....
Pena – Reclusão de dois a oito anos e multa de valor proporcional aos danos urbanos e ambientais.

§ 1º Nos casos dos incisos I e II do presente artigo, o desmembramento não resultar na aferição de vantagens pecuniárias por locação ou alienação do imóvel.

Pena – Reclusão de um a quatro anos.

§ 2º O crime definido neste artigo é qualificado, se cometido:

I – por meio de venda, promessa de venda, reserva de lote ou quaisquer outros instrumentos que manifestem a intenção de vender lote em loteamento ou desmembramento não registrado no Registro de Imóveis competente;

II – com inexistência de título legítimo de propriedade do imóvel loteado ou desmembrado, ressalvado o disposto no art. 18, §§ 4º e 5º, desta lei ou com omissão fraudulenta de fato a ele relativo, se o fato não constituir crime mais grave. (Redação dada pela Lei nº 9.785, 29-1-99).

Pena – Reclusão de quatro a dez anos e multa de valor proporcional aos danos urbanos e ambientais.” (NR)

Art. 2º O art. 52 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 52.

.....
Pena – Reclusão de quatro a dez anos e multa de valor proporcional aos danos urbanos e ambientais.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 30 de março de 2005. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

*LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 21. Compete à União:

.....
XX – instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;

.....
Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

II – orçamento;

III – juntas comerciais;

IV – custas dos serviços forenses;

V – produção e consumo;

VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII – proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII – responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

IX – educação, cultura, ensino e desporto;

X – criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;

XI – procedimentos em matéria processual;

XII – previdência social, proteção e defesa da saúde;

XIII – assistência jurídica e Defensoria pública;

XIV – proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

XV – proteção à infância e à juventude;

XVI – organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI – criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19-12-2003)

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 2º – A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979

Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.

Art. 3º Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas pelo plano diretor ou aprovadas por lei municipal. (NR) (Redação dada pela Lei nº 9.785, 29-1-99)

Parágrafo único. Não será permitido o parcelamento do solo:

I – em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas;

II – em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados;

III – em terreno com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes;

IV – em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação;

V – em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção.

LEI Nº 9.714, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1998

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Mensagem de Veto nº 1.447

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 43, 44, 45, 46, 47, 55 e 77 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Penas restritivas de direitos

Art. 43. As penas restritivas de direitos são:

I – prestação pecuniária;

II – perda de bens e valores;

III – (VETADO)

IV – prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas;

V – interdição temporária de direitos;

VI – limitação de fim de semana.”

Art. 44. As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando:

I – aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com

violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo;

II – o réu não for reincidente em crime doloso;

III – a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente.

§ 1º (VETADO)

§ 2º Na condenação igual ou inferior a um ano, a substituição pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos; se superior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos.

§ 3º Se o condenado for reincidente, o juiz poderá aplicar a substituição, desde que, em face de condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime.

§ 4º A pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta. No cálculo da pena privativa de liberdade a executar será deduzido o tempo cumprido da pena restritiva de direitos, respeitado o saldo mínimo de trinta dias de detenção ou reclusão.

§ 5º Sobrevindo condenação a pena privativa de liberdade, por outro crime, o juiz da execução penal decidirá sobre a conversão, podendo deixar de aplicá-la se for possível ao condenado cumprir a pena substitutiva anterior.”

“Conversão das penas restritivas de direitos

Art. 45. Na aplicação da substituição prevista no artigo anterior, proceder-se-á na forma deste e dos arts. 46, 47 e 48.

§ 1º A prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima, a seus dependentes ou a entidade pública ou privada com destinação social, de importância fixada pelo juiz, não inferior a 1 (um) salário mínimo nem superior a 360 (trezentos e sessenta) salários mínimos. O valor pago será deduzido do montante de eventual condenação em ação de reparação civil, se coincidentes os beneficiários.

§ 2º No caso do parágrafo anterior, se houver aceitação do beneficiário, a prestação pecuniária pode consistir em prestação de outra natureza.

§ 3º A perda de bens e valores pertencentes aos condenados dar-se-á, ressalvada a legislação especial, em favor do Fundo Penitenciário Nacional, e seu valor terá como teto – o que for maior – o montante do preju-

ízo causado ou do provento obtido pelo agente ou por terceiro, em consequência da prática do crime.

§ 4º (VETADO)”

“Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas

Art. 46. A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas é aplicável às condenações superiores a seis meses de privação da liberdade.

§ 1º A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas consiste na atribuição de tarefas gratuitas ao condenado.

§ 2º A prestação de serviço à comunidade dar-se-á em entidades assistenciais, hospitais, escolas, orfanatos e outros estabelecimentos congêneres, em programas comunitários ou estatais.

§ 3º As tarefas a que se refere o § 1º serão atribuídas conforme as aptidões do condenado, devendo ser cumpridas à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, fixadas de modo a não prejudicar a jornada normal de trabalho.

§ 4º Se a pena substituída for superior a um ano, é facultado ao condenado cumprir a pena substitutiva em menor tempo (art. 55), nunca inferior à metade da pena privativa de liberdade fixada.”

“Interdição temporária de direitos

Art. 47.

IV – proibição de freqüentar determinados lugares.”

“Art. 55. As penas restritivas de direitos referidas nos incisos III, IV, V e VI do art. 43 terão a mesma duração da pena privativa de liberdade substituída, ressalvado o disposto no § 4º do art. 46.”

“Requisitos da suspensão da pena

Art. 77.

§ 2º A execução da pena privativa de liberdade, não superior a quatro anos, poderá ser suspensa, por quatro a seis anos, desde que o condenado seja maior de setenta anos de idade, ou razões de saúde justifiquem a suspensão.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ofício nº 44/05 – Presidência/CCJ

Brasília, 26 de abril de 2005

Assunto: decisão terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada em

30 de março de 2005, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2003, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ, que “Altera a redação dos artigos 50 e 52 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento urbano e dá outras providências”, de autoria do Senador Paulo Octávio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

FRAGMENTOS DAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DE COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, REFERENTES À APRECIÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2.674, DE 2003, REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2005.

.....
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – De autoria do Senador Paulo Octávio, o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2003, altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento urbano, para aumentar a duração das penas relativas aos tipos penais definidos nos art. 50 e 52.

O art. 1º do projeto aumenta as penas cominadas no art. 50 e modifica a natureza da pena imposta pelo art. 52.

De acordo com o art. 50 da referida lei, constitui crime contra a administração pública dar início de qualquer modo ou efetuar loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos, sem autorização do órgão público competente ou em desacordo com as imposições dessa lei, pertinentes ao Distrito Federal, Estados e Municípios.

II – Dar início de qualquer modo ao efetuar loteamento a desmembramento do solo para fins urbanos sem a observância das determinações constantes do ato administrativo de licença; fazer veicular proposta, contrato, prospecto de comunicação ao público ou interessados de afirmação falsa sobre a legalidade do loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos; ou ocultar fraudulentamente fato a ele relativo.

Nos termos do art. 101 do Regimento Interno, temos de nos manifestar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e o mérito da proposição em análise, o PLS nº 264, de 2003, que esta Comissão examina em decisão terminativa, conforme os requisitos de juridicidade, regimentalidade e de boa

técnica legislativa, não se conflitando com a Constituição Federal.

Com efeito, é o Congresso Nacional competente (art. 48 da Constituição Federal) para iniciar o projeto de lei destinado a alterar a lei ordinária em vigor, no caso a Lei nº 6.766.

Conforme dispõe o Inciso XX do art. 21, constituirá a União instituir diretrizes do desenvolvimento urbano.

Voto.

Tendo em vista o exposto, é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, quanto ao mérito, pela aprovação do projeto de lei do Senado, adotada a seguinte Emenda nº 1, desta CCJC:

Acrescente-se ao final do art. 1º e ao final do art. 2º do PLS nº 264, de 2003, a palavra “multa” à expressão de valor proporcional aos danos urbanísticos e ambientais.

Esse é o relatório.

Há uma emenda, do Senador Aloízio Mercadante.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, gostaria de expor ao nosso Relator e ao autor do projeto o espírito da nossa emenda. E que temos dois problemas decorrentes do parcelamento desordenado do solo urbano. Claramente, há um movimento de indivíduos que tentam se beneficiar da desordem do parcelamento, ter ganhos econômicos, fraudar o interesse público, prejudicar a cidade. Está muito bem feito o projeto no sentido de aumentar as penalidades e as multas para esse tipo de problema que está desorganizando a cidade brasileira.

Mas existe um outro público que é objeto da pobreza, da carência e da necessidade e que muitas vezes incorre no parcelamento pela absoluta precariedade da vida, nas favelas, na periferia, para poder abrigar os familiares.

Então, propusemos que, para esse público, cuja motivação é claramente a pobreza, a falta de informação e de condições econômicas e que faz parte da história, por sermos uma sociedade muito desigual – e isso se manifesta nos grandes centros urbanos. Lembro-me de uma ata que li na Comarca de São Paulo de Piratininga, de 1525. A discussão era a de que alguns indígenas estavam usando a murada da cidade para fazer residência. Isso há pelo menos quinhentos anos. Os dois vereadores que existiam na cidade questionavam que não poderia ser usada, que era um bem público etc.

Para esse público, objeto da pobreza, da carência, é preciso manter a legislação atual. Não há aumento de penalidade, do ponto de vista da reclusão, e nem

o acréscimo nos valores das multas. A legislação já proíbe e estabelece algumas regras punitivas.

Para aqueles de motivação econômica, que são os que querem ter uma vantagem pessoal no parcelamento desordenado que prejudica toda a comunidade, há a pena severa da reclusão e o agravo da multa. Com isso, daremos uma boa dimensão ao projeto, preocupando-nos com as duas questões e tratando de forma diferente aqueles que são tão desiguais na vida e na extensão desse problema urbano relevante. Falo do parcelamento desordenado do solo urbano.

Em Brasília, por exemplo, há fundamentalmente o interesse econômico criminoso contra a cidade. É o que inspira o Senador Paulo Octávio. Na periferia das grandes cidades do Brasil, é a situação social que leva a esse desordenamento. Não podemos estabelecer a prisão, a multa, como forma de punição.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a pode ler como ficou a emenda?

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – O art. 50, da Lei nº 6.766/79, passa a vigorar com a seguinte redação acrescida do § 1º, tomando-se o parágrafo único o § 2º.

Art. 50. Pena: reclusão de dois a oito anos e multa de valor patrimonial aos danos urbanísticos e ambientais.

§ 1º Nos casos dos Incisos I e II do presente o artigo, se o desmembramento não resultar na aferição de vantagens pecuniárias por locação ou alienação do imóvel, reclusão de um a quatro anos;

§ 2º Pena: reclusão de 4 a 10 anos e multa no valor proporcional aos danos urbanísticos e ambientais.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA) – Com a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não quem deixar de dar razão ao Senador Aloízio Mercadante. Na minha atividade de polícia, havia muito loteamento clandestino. Em São Paulo, há muitos loteamentos clandestinos. Tínhamos a responsabilidade de apurar. Há aqueles que falsificam a documentação, como se proprietários fossem, e vendem os lotes. Não existe nada que comprove, amanhã, a propriedade do lote que, com sacrifício o trabalhador, o operário, comprou e nele construiu.

É preciso que haja uma visão um pouco mais generosa, socialmente falando, com as pessoas que são vítimas e que se puna com gravidade aqueles que fazem os loteamentos clandestinos. Difícilmente,

consegue-se enquadrar aqueles que fazem um loteamento clandestino. E praticamente uma indústria de loteamentos clandestinos. V. Ex^a sabe que em São Paulo, isso é, um problema horroroso. É o que se vê até aqui. Se V. Ex^a manifestou-se nesse sentido é porque tem acontecido e o Governo tem dificuldade de alcançar. Creio que teremos de fazer um pouco de modificação, mas sem esquecer de punir com vigor aqueles que vendem clandestinamente terrenos que não são de sua propriedade real.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – O projeto, inclusive, prevê também a punição dos cartórios que estiverem envolvidos nesses ilícitos. Portanto, é muito bem construído. Para aqueles que desmembrarem e não auferirem vantagens pecuniárias, seja locação ou alienação, manter-se-á a legislação atual. Onde há vantagens pecuniárias, caberá a duplicação da pena.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O Relator é favorável à aprovação da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA) – Encerrada a discussão.

O Relator manifestou-se favoravelmente à emenda de Plenário.

Vou fazer uma votação nominal por tratar-se de matéria que o exige. Falo do projeto com a emenda sugerida pelo Relator e Senador Aloízio Mercadante.

(Procede-se à votação.)

Está encerrada a votação.

São 13 votos “sim” nenhum voto “não”; uma abstenção, que é a do Presidente.

A matéria foi aprovada, inclusive com as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Ofício nº 44/05 – PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 26 de abril de 2005

Assunto: decisão terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada em 30 de março de 2005, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do Projeto de Lei

do Senado nº 264, de 2003, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ, que “Altera a redação dos artigos 50 e 52 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento urbano e dá outras providências”, de autoria do Senador Paulo Octávio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2003**, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O Senhor Presidente da República adotou, em 1º de julho de 2005 e publicou, em 4 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 255, de 2005**, que “prorroga o prazo para opção pelo regime de Imposto de Renda Retido na Fonte de Pessoa Física dos participantes de planos de benefícios e dá outras providências”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares **Suplentes**

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

José Jorge (PFL)	Eduardo Azeredo(PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	Rodolpho Tourinho (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	Demóstenes Torres (PFL)
César Borges (PFL)	4.vago

PMDB

Ney Suassuna	Luiz Otávio
Maguito Vilela	Gerson Camata
Hélio Costa	Leomar Quintanilha

Bloco de Apoio ao Governo(PT/PSB/PL)

Delcídio Amaral (PT)	vago
Sibá Machado (PT)	vago
Antônio Carlos Valadares (PSB)	vago

PDT

Osmar Dias	vago
------------	------

PTB

Mozarildo Cavalcanti	Sérgio Zambiasi
----------------------	-----------------

PP*

Valmir Amaral	vago
---------------	------

DEPUTADOS

Titulares **Suplentes**

PT

Paulo Rocha	Fernando Ferro
Colombo	Henrique Fontana

PMDB

José Borba	Benjamin Maranhão
Mendes Ribeiro Filho	Asdrúbal Bentes

Bloco (PFL/Prona)

Rodrigo Maia	Murilo Zauith
Roberto Brant	Kátia Abreu

PSDB

Alberto Goldman	Eduardo Paes
-----------------	--------------

PP

Francisco Dornelles	Enivaldo Ribeiro
---------------------	------------------

PTB

José Múcio Monteiro	Ricarte de Freitas
---------------------	--------------------

PL

Sandro Mabel	Miguel de Souza
--------------	-----------------

PPS

Dimas Ramalho	Rogério Teófilo
---------------	-----------------

PSB

Renato Casagrande	Dr. Ribamar Alves
-------------------	-------------------

PV*

Marcelo Ortiz	Leonardo Mattos
---------------	-----------------

* Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO: 4-7-2005**
- Designação da Comissão: **5-7-2005**
- Instalação da Comissão: **6-7-2005**
- Emendas: **até 10-7-2005** (7º dia da publicação)

- Prazo final na Comissão: **4-7-2005 a 17-7-2005** (14º dia)
- Remessa do processo à CD: **17-7-2005**
- Prazo na CD: **de 18-7-2005 a 31-7-2005** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **31-7-2005**
- Prazo no SF: **de 1º-8-2005 a 14-8-2005** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **14-8-2005**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 15-8-2005 a 17-8-2005** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **18-8-2005** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **1º-9-2005** (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

- Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

OF. PSDB Nº 700/2005

Brasília, 4 de julho de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, como membro titular, o Deputado Silvio Torres, em substituição ao Deputado Paulo Bauer, para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Respeitosamente, – Deputado **Alberto Goldman**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

- Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

- Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, sem prejuízo da lista de oradores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

- Pela ordem, com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.) – Para uma comunicação inadiável, peço para falar no momento mais adequado da nossa sessão do Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

- V. Exª está inscrito, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
 – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, dentre todos os Estados da Federação, o de Roraima é, sem som-

bra de dúvida, aquele que mais tem áreas destinadas a reservas indígenas, reservas ambientais, sob as diversas denominações, áreas arrecadadas pelo Incra, áreas outras institucionais, restando ao Estado apenas 9% da sua área territorial.

Os diversos Estados da Amazônia sofrem desse mesmo problema. A União tem, de maneira equivocada, de maneira exagerada em determinado momento e displicente em outros, feito com que os Estados amazônicos, de modo geral, não sejam titulares das suas próprias terras.

A transformação dos Territórios Federais de Roraima e do Amapá em Estados se deu por um dispositivo da Constituição Federal, nas Disposições Constitucionais Transitórias. Diz, textualmente, o artigo que “os Territórios Federais de Roraima e do Amapá são transformados em Estados Federados, mantidos seus atuais limites geográficos”.

Isso quer dizer, portanto, que todos os imóveis da União localizados dentro desses limites geográficos passaram a ser do Estado a partir da instalação deste, com a posse do primeiro Governador eleito. Essa tese se tornou jurisprudência do Supremo Tribunal Federal quando este julgou uma ação, movida pelo Ministério Público Federal, que tentava impedir o Governo do Estado de vender um conjunto de casas construídas para abrigar os secretários quando o Estado ainda era Território.

Senador Papaléo Paes, como V. Exª sabe, como o Governador também não conhecia o Território, ele trazia consigo um séquito de secretários. E como estes não tinham casa, pois não moravam lá, o Território lhes fornecia casas funcionais. No caso do Estado de Roraima, havia o chamado “conjunto dos executivos”, um conjunto de casas muito boas, construídas com o dinheiro farto da União.

Depois, quando o Estado foi implantado, quis-se vender aquele conjunto para arrecadar dinheiro a fim de construir casas populares. O Ministério Público Federal entrou com uma ação contra o Estado dizendo que aquele conjunto de casas era propriedade da União.

Depois de muitos anos, recentemente, o Supremo Tribunal Federal decidiu que todos os bens imóveis pertencentes à União passaram a ser do Estado com a posse do primeiro Governador eleito, portanto a partir de 1º de janeiro de 1991.

Mesmo assim, Senador Papaléo Paes, continuamos com essa figura esdrúxula de semi-Estado e semiterritório federal, porque a União não pratica os atos necessários... Aliás, não entendo que seja necessário praticá-los, porque, se a Constituição,

que é a Lei Maior, diz, claramente, que passara a pertencer ao Estado de Roraima tudo que estava nos limites geográficos do ex-território e se o Supremo diz que até as casas que foram construídas com recursos da União passaram ao patrimônio do Estado, por que temos que discutir se as terras que estão nesse limite são da União ou são do Estado? Mas chegamos a este ponto e ainda hoje estamos discutindo. Foi criado um grupo gestor, que agora foi prorrogado por mais trinta dias, até o dia 31 de agosto, para o Governo Federal definir quais são as terras do Estado de Roraima.

Tenho aqui um quadro que é realmente alarmante. Estou com duas ações no Supremo Tribunal Federal. Uma é contra a União, por causa da demarcação da Reserva Indígena Raposa/Serra do Sol, que foi demarcada de maneira equivocada, de maneira ilegal, porque o Supremo decidiu uma coisa baseado numa portaria que não existia e, no outro dia, o Presidente, instado pelo Sr. Ministro da Justiça, baixou decreto demarcando. A outra ação que tenho é contra o Incra, porque entendo que o Incra não tem que ter terras. O Incra é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, não um instituto de terras.

Senador Amir Lando, vou ler algo aqui antes de lhe conceder o aparte, porque creio que no seu Estado deva haver coisa parecida, mas não como em Roraima, com certeza. Dados oficiais: "O Estado de Roraima possui uma área de 22.298.980 hectares, que corresponde a 4% da Amazônia Legal e 2,6% da superfície do território nacional, com uma população de 357 mil habitantes. É composto por 15 municípios, onde o Incra criou 34 projetos de assentamento, abrangendo uma área de 1.241.579,12 hectares, com aproximadamente 15 mil famílias. São dados do Incra. Se houver algum equívoco, é do Incra.

A situação fundiária do Estado de Roraima, segundo o próprio Incra, é: dos 22.298.980 hectares que compõem o Estado de Roraima, 10.922.011 hectares são terras arrecadadas pelo Incra, ou 48,97% do meu Estado. Desses 10 milhões, 1.241.579 hectares estão ocupados por projetos de assentamento; 1.279.190 hectares, por unidades de conservação; 1.858.775 hectares, por reservas indígenas/Funai; 23.593 hectares, pelo Ministério da Defesa; 1.156.968 hectares, por imóveis rurais cadastrados; e 5.363.905 hectares são terras a destinar, na mão do Incra. Agora vejam bem: 48,97% estão sob o domínio do Incra ou já foram concedidos pelo Incra à Funai, ao Ibama etc.

Mas os outros 43% de terras públicas federais no meu Estado estão assim divididos: 4,70% são ocupados por unidades de conservação; e 38,29%, por reservas indígenas. Se se somarem os 38,29% com os 8,34%, que estão computados no Incra, a porcentagem passa para 46% – na verdade, para 50% hoje, atualizando com a demarcação da reserva Raposa/Serra do Sol.

As terras arrecadadas pelo Estado significam 10,05%, mas não chega a 10% na verdade.

Vejam que absurdo, Sr^{as} e Srs. Senadores. A União é composta de quê? A União é composta pelos Estados. A União não tem que ter terras, a União tem que ter as terras necessárias para a defesa da integridade territorial do País, para a defesa da soberania. A faixa de fronteira, por exemplo, não é uma terra da União, é uma terra de interesse da União.

Então, a União inverteu o papel. Ninguém vive na União, o cidadão vive no município, vive no estado, não vive na União.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Em seguida, terei muito prazer em conceder o aparte aos Senadores Almir Lando, Papaléo Paes e Romeu Tuma. Antes, quero mostrar o mapa em que se vê muito claramente a situação do meu Estado.

Essa parte em vermelho, toda, são terras indígenas; as verdes, terras do Ibama; as azuis, terras alagadas; essa parte amarela, que sobraria para o Estado, na verdade, está cheia de pequenas manchas vermelhas e de outras cores. São terras indígenas demarcadas ou a demarcar.

Portanto, o Estado do Roraima está parecendo mais São Sebastião, ensangüentado por tantas flechadas.

Onde estão essas reservas? Na fronteira do Brasil com a Venezuela, na fronteira do Brasil com a Guiana, portanto, em áreas fronteiriças perigosíssimas. Nós no Senado já produzimos uma comissão externa que estudou esta questão e uma outra comissão externa que está aprovando seu relatório agora.

Concedo o aparte ao Senador Amir Lando inicialmente e, depois, aos Senadores Papaléo Paes e Romeu Tuma.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Nobre Senador, V. Ex^a aborda com muita propriedade esta questão das terras, do território do seu Estado, Roraima. Há todo um histórico da formação jurídico-fundiária do Estado de Roraima que está sendo esquecido, que está sendo vilipendiado. Sobre as ocupações do Esta-

do de Roraima, é preciso que se diga neste plenário que são antigas, que datam do século passado. Era o Estado de Roraima o grande fornecedor de carne para toda a Amazônia Legal. Era lá no Tacutu, lá na divisa, onde hoje é terra indígena, que a família Acácio Ferreira do Vale, no século passado, no século anterior ainda, em 1800 ou 1900, detinha vastas terras e produção de gado.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Eram de lá os fornecedores de toda a Amazônia e dos seringais da Amazônia. Agora, de repente, o local vira terra indígena. Onde está o **habitat** natural, que era exatamente a posse histórica e permanente? Ali era posse do branco. Há uma violência de apropriação, por parte da União, das terras devolutas do Estado, que se compõe de povo, território e governo. Cadê o território do Estado de Roraima? É isso o que quero salientar. Não dá, num aparte, para levantar esta questão. Apenas quero abordar um ponto sobre essa arrecadação, pela União, nas terras devolutas do estado, porque na faixa de fronteira sabemos que isso é histórico. Desde a Lei nº 601, de 1850, as terras realmente necessárias à defesa nacional pertencem à União. Fora daí, há todo um processo – eu diria assim – de vilipêndio e, mais do que isso, de pressa no sentido de arrecadar. Arrecadar para quê? Para destinar, porque só tem sentido a ...

(Interrupção do som.)

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Infelizmente, Sr. Presidente, é um tema muito importante, mas vou encerrar. Deveríamos discutir porque estamos abordando uma questão federativa. V. Ex^a tem toda razão. Parabéns! Devo dizer que gostaria de dar uma contribuição, pelo que conheço da questão fundiária da Amazônia. Infelizmente, o tempo não me permite.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Agradeço. V. Ex^a se referiu a um ponto muito importante. Este é um tema que precisa ser discutido no Senado, pois é federativo, sim. Inclusive, sobre com relação a essa questão da faixa de fronteira, somente poderá ser feito algo ali se for ouvido o Conselho de Defesa Nacional, o que nunca foi feito.

Concedo o aparte ao Senador Papaléo Paes, com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Mozarildo, o tempo de V. Ex^a está esgotado, e peço brevidade do nobre Senador.

O Sr. Papaléo Paes (PMDB – AP) – Serei breve, Sr. Presidente. Senador Mozarildo, parabéns pelo tema que está levantando, porque somente nós, ex-territórios, sabemos o sacrifício que passamos e a dificuldade que temos em abrir horizontes para o nosso desenvolvimento, principalmente quando precisamos das nossas terras, porque essas terras são nossas.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Papaléo Paes (PMDB – AP) – O Estado do Amapá tem 57% de seu espaço destinado à preservação ambiental. O restante das terras é propriedade do Incra. Não temos expectativa de o investidor da agricultura ir para nosso Estado ter sua terra para poder investir com segurança, conseguir financiamento e outras medidas que devem ser tomadas. Quero parabenizá-lo, dizer que devemos discutir este tema, um tema extremamente importante. Não podemos deixar adiar a discussão desta questão, que é fundamental para nossos Estados. Parabéns a V. Ex^a. Que continuemos a debater num tempo maior esta questão muito importante para os ex-territórios e, principalmente, para o Estado do Amapá.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Senador Papaléo Paes, agradeço seu aparte. V. Ex^a, como eu, conhece muito bem esta questão, porque é natural do Amapá, um ex-território como Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a tem sido um extraordinário colaborador da Mesa. Peço que não conceda mais apartes, sob pena de prejuízo aos demais oradores inscritos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Quero, portanto, pedir desculpas ao Senador Romeu Tuma e ao Senador Sibá Machado, que, com certeza, enriqueceriam muito este debate, mas espero que possamos aprofundá-lo, porque, como disse o Senador Amir Lando, é um tema federativo que precisa ser encarado sob o viés realmente federativo, e não ideológico ou de outras coisas que não sejam o interesse da Federação.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O ESTADO DE RORAIMA

O Estado de Roraima possui uma área de 22.298.980 hectares, que corresponde a 4% da Amazônia Legal e 2,6% da superfície do território nacional, com população de 357.302 habitantes. É composto por 15 municípios onde o Incra criou 34 Projetos de Assentamento, abrangendo uma área de 1.241.579.1200 ha, com aproximadamente, 15.000 famílias assentadas.

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DO ESTADO DE RORAIMA

DISCRIMINAÇÃO	ÁREA(ha)	PERCENTUAL
SUPERFÍCIE ESTADUAL	22.298.980,00	100,00%
TERRAS ARRECADADAS PELO INCRA	10.922.011,10	48,97%
Ocupadas por Projetos de Assentamentos	1.241.579,12	5,58%
Ocupadas por Unidades de Conservação	1.279.190,00	5,71%
Ocupadas por Reservas Indígenas/FUNAI	1.859.775,75	8,34%
Ocupadas pelo Ministério da Defesa	23.593,71	0,11%
Imóveis Rurais Cadastrados	1.156.968,80	5,18%
Terras a Destinar	5.363.905,72	24,05%
OUTRAS TERRAS PÚBLICAS FEDERAIS	9.592.413,01	43,00%
Ocupadas por Unidades de Conservação	1.050.667,00	4,70%
Ocupadas por Reservas Indígenas/FUNAI	8.539.614,25	39,29%
Ocupadas pelo Ministério da Defesa	2.131,76	0,01%
TERRAS ARRECADADAS PELO ESTADO	2.241.190,00	10,05%
DIFERENÇA	456.624,11	2,04%

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, ao Senador Sibá Machado e ao Senador Osmar Dias.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pela ordem.)

– Solicito a minha inscrição para uma comunicação urgente quando for possível. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a está inscrito para uma comunicação inadiável.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Solicito duas inscrições, então, Sr. Presidente: a primeira, pela Liderança, se possível para imediatamente; e a segunda, para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a tem a palavra pela Liderança para uma comunicação neste momento pelo Bloco de Apoio ao Governo, de acordo com o art. 66, parágrafo único.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, pela ordem.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem.)

– Peço apenas uma inscrição, Sr. Presidente, para falar como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a deseja falar a seguir ou aguardará alguns momentos?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Posso falar após o Senador Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a está inscrito, Senador Osmar Dias.

Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana passada, o Senador Tião Viana fez um pronunciamento importante sobre o Prêmio Nobel da Paz, e eu gostaria de hoje dar continuidade a este assunto, colocando o que se segue:

O Prêmio Nobel da Paz acompanha outros prêmios como o de Física, o de Química, o de Literatura e o de Medicina, e é um legado do inventor sueco Alfred Nobel.

Nobel tornou-se milionário por causa de suas numerosas descobertas na área de explosivos, em especial a dinamite, a qual descobriu em 1866 e que passou a ser comercializada em grande escala no final do século XIX. Detentor de mais de 350 patentes, entre elas a borracha sintética, fundou companhias e laboratórios em cerca de 20 países. Idealista e consciente dos perigos que envolviam o uso indevido de sua invenção, sempre apoiou os movimentos em prol da paz.

Dono de um gigantesco império industrial, Nobel deixou, ao falecer, em 1896, uma grande fortuna destinada à criação de uma fundação que deveria financiar, anualmente, cinco grandes prêmios internacionais. A idéia original era permitir que as pessoas laureadas continuassem a trabalhar ou pesquisar, sem pressões financeiras.

Os prêmios são concedidos anualmente desde 1901.

Dentre esses prêmios, quatro deveriam destinar-se àqueles que se destacassem em suas descobertas em Física, Química, Medicina e Literatura. Seu testamento especificava também um prêmio para quem mais se empenhasse em prol da paz e da amizade entre as nações. E, em 1969, foi acrescentado mais um prêmio, para as Ciências Econômicas.

São atribuídos, anualmente, no dia 10 de dezembro, dia da morte de Alfred Nobel, em Oslo, capital da Noruega, e em Estocolmo (Suécia), às pessoas que fizeram pesquisas importantes, inventaram técnicas pioneiras ou deram contribuições destacadas à sociedade.

Várias instituições participam da escolha dos premiados, entre as quais a Academia Real de Ciências da Suécia para Física, Química e Economia; a Academia de Literatura da Suécia; e o Comitê Nobel da Noruega, esse último responsável pela entrega do Prêmio da Paz.

Anualmente, cada comitê manda convites aos meios científicos de vários países, pedindo-lhes para nomear seus eventuais candidatos. As nomeações são recebidas pelos Comitês e, depois de serem estuda-

das e analisadas por especialistas, são transmitidas às instituições, que votam para escolher os vencedores. Os nomes das pessoas laureadas são anunciados em outubro pelos diferentes comitês e instituições que realizam a seleção para os prêmios. O prêmio consiste numa medalha de ouro, um diploma com a citação da condecoração e uma soma em dinheiro que varia de acordo com os rendimentos da Fundação Nobel, que podem chegar a mais de um milhão de euros ou de dólares.

Basicamente, esse é o Prêmio Nobel, concedido todos os anos pela Real Academia de Ciências da Suécia aos que se destacam nas áreas técnico-científicas.

Mas vamos ao que interessa, Sr. Presidente: a indicação e a lembrança do nome da Ministra, Senadora e companheira Marina Silva, para receber o Prêmio Nobel da Paz, juntamente com outros tantos nomes da sociedade brasileira e de outros países, a quem também quero registrar minhas felicitações.

De acordo com a filosofia de Alfred Nobel, o prêmio deveria distinguir “a pessoa que tivesse feito a maior ou melhor ação pela fraternidade entre as nações, pela abolição e redução dos esforços de guerra e pela manutenção e promoção de tratados de paz”.

Os Prêmios Nobel, Sr. Presidente, tornaram-se a recompensa mais prestigiosa nos meios acadêmicos do planeta. Os laureados, além de modelos em pesquisa científica, são também os mais dignos representantes no campo da defesa e promoção dos direitos humanos.

E é exatamente neste aspecto que tudo me leva à pessoa dessa figura ímpar chamada Marina Silva: a luta pela defesa dos direitos humanos; a luta contra a exclusão social, contra a fome, que marcou sua atuação aqui nesta Casa enquanto vice-Presidente da Comissão de Combate à Pobreza, em 1999, que se transformou na grande porta-voz da causa ambiental no Brasil e, por que não dizer, uma das vozes que são ouvidas no mundo todo em prol da preservação ambiental.

Sua luta pela preservação da natureza, pela utilização racional dos recursos das florestas, pelo direito de termos uma economia sustentável para os habitantes principalmente da floresta amazônica a respaldam para a lembrança desse prêmio.

E essa marca de luta que permeia sua vida vem de longe, lá do seringal onde nasceu.

Farei aqui um pequeno resumo da vida de Marina Silva:

Marina nasceu, de fato, numa colocação de seringa chamada Breu Velho, no Seringal Bagaço, a 70 quilômetros de Rio Branco, capital do Estado do Acre. Hoje, o local é um projeto de assentamento de refor-

ma agrária do Incra, mas, em 8 de fevereiro de 1958, data de seu nascimento, não havia estradas e a longa viagem pelo rio tornava quase impossível qualquer assistência médica.

Dos onze filhos do Sr. Pedro Augusto e de Maria Augusta, três morreram ainda pequenos. Marina ficou sendo a segunda mais velha dos oito sobreviventes, sendo sete mulheres e um homem.

A família baixou o rio para tentar a vida em Belém do Pará. Não deu certo. O pai retornou, trouxe todo mundo ao seringal, fazendo uma enorme dívida no barracão, com o patrão seringalista, que pagou as despesas da viagem. As filhas foram o auxílio de que se valeu para pagar a dívida: Marina e as irmãs cortaram seringas, plantaram roçados, caçaram, pescaram, ajudaram a restabelecer as finanças e a estabilidade da família no seringal.

Tenho mais um minuto, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a dispõe de mais um minuto, Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Marina começou a freqüentar as aulas do Mobral, depois o curso de Educação Integrada, onde aprendeu a ler e escrever. Antes dos 20 anos, já se preparava para fazer o vestibular e entrar na universidade. Nas lutas dos moradores de seu bairro, descobriu a política não-partidária dos movimentos sociais. Na escola, aproximou-se das lideranças do movimento estudantil.

Na universidade, descobriu o marxismo. Entrou para o Partido Revolucionário Comunista, um dos vários grupos semiclandestinos que atuavam na oposição ao regime militar. Começou a dar aulas de História e a freqüentar as reuniões do movimento sindical dos professores.

(Interrupção do som.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O povo do Acre surpreendeu-se ao ver na televisão aquela jovem professora que se declarava socialista e despejava um torrencial discurso contra a corrupção e as injustiças sociais. Nas eleições municipais de 88, Marina foi a Vereadora mais votada em Rio Branco e conquistou a única vaga da Esquerda na Câmara Municipal.

Em dois anos de mandato como Vereadora, Marina promoveu polêmicas que mudaram a política daquele Município.

Em 1990, candidatou-se a Deputada Estadual, e obteve novamente a maior votação até aquele momento.

No final do primeiro ano de mandato, começaram seus problemas de saúde, um longo período de sofrimento, com seu estado agravando-se progressivamente sem que os médicos conseguissem detectar as

causas. Mesmo assim, enfrentou uma campanha para o Senado Federal, que exigiu freqüentes viagens por todo o Estado, em alguns casos de barco, de avião e até mesmo algumas caminhadas.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Derubou velhos caciques da política regional, rompendo com uma antiga tradição pela qual só chegavam ao Senado Federal ex-Governadores ou mesmo grandes empresários. Marina foi uma grata surpresa para todos nós.

O Acre elegeu “uma seringueira”, como anunciaram alguns jornais do centro-sul do País.

Vencida a campanha, o passo seguinte era corresponder às grandes esperanças que o povo acreano depositou em sua atuação no Senado Federal. Marina fez mais que isso: em pouco tempo, tornou-se não apenas a principal voz da Amazônia, mas também uma importante referência na política nacional.

Mas o que continua surpreendendo e animando todos nós que conhecemos a “Senadora e agora Ministra da Floresta” é a sua sinceridade, a sua poderosa intuição e o seu profundo sentido ético, que trazem para a política um novo estilo, uma nova linguagem que pode ser entendida por todos. Quem a vê e a ouve renova sempre as esperanças de um futuro melhor.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex^a.

Das mil mulheres que estão participando desse novo método adotado para participação na disputa do Prêmio Nobel da Paz, 52 são brasileiras e, dessas, duas do nosso Estado, o Acre. Uma delas, já muito bem referendada por V. Ex^a, é Concita Maia, que é de batalha e que luta bastante pela mulher da floresta amazônica – não só da Amazônia brasileira, mas de toda a Amazônia. A outra é Marina Silva. Com certeza, todos estamos irmanados nesse grande reconhecimento de uma mulher que não tem medido esforços para garantir o bem-estar naquela distante região do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Solicito dar como lido o restante do meu pronunciamento.

SEGUE NA ÍNTEGRA O DISCURSO DO SR. SENADOR SIBÁ MACHADO.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – **O Prêmio Nobel**

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Nobel da Paz (a sílaba tônica é a segunda, pronúncia original) é um dos cinco (os outros são Física, Química, Literatura, Medicina), legado pelo inventor .

Nobel tornou-se milionário por causa de suas numerosas descobertas na área de explosivos, em

especial a dinamite, a qual descobriu em 1866 e que passou a ser comercializada em grande escala no final do século XIX. Detentor de mais de 350 patentes, entre elas a , fundou companhias e laboratórios em cerca de 20 países.

Idealista e consciente dos perigos que envolviam o uso indevido de sua invenção, sempre apoiou os movimentos em prol da paz. Dono de um gigantesco império industrial, Nobel deixou, ao falecer em 1896, uma grande fortuna destinada à criação de uma fundação que deveria financiar, anualmente, cinco grandes prêmios internacionais. A idéia original era permitir que as pessoas laureadas continuassem a trabalhar ou pesquisar, sem pressões financeiras.

Os prêmios são concedidos anualmente desde .

Dentre esses prêmios, quatro deveriam destinar-se àqueles que se destacassem em suas descobertas em Física, Química, Medicina e Literatura. Seu testamento especificava também um prêmio para quem mais se empenhasse em prol da paz e da amizade entre as nações. E em 1969, foi acrescentado mais um prêmio, para as Ciências Econômicas.

São atribuídos anualmente no dia , dia da morte de , em Oslo, capital da Noruega, e em Estocolmo (Suécia), às pessoas que fizeram pesquisas importantes, inventaram técnicas pioneiras, ou deram contribuições destacadas à sociedade.

Várias instituições participam da escolha dos premiados, entre as quais a Academia Real de Ciências da Suécia para a Física, Química e Economia; a Academia de Literatura da Suécia; e o Comitê Nobel da Noruega, este último responsável pela entrega do Prêmio da Paz.

Anualmente, cada comitê manda convites aos meios científicos de vários países, pedindo-lhes para nomear seus eventuais candidatos. As nomeações são recebidas pelos comitês e, depois de serem estudadas e analisadas por especialistas, são transmitidas às instituições que votam para escolher os vencedores. Os nomes das pessoas laureadas são anunciados em outubro pelos diferentes comitês e instituições que realizam a seleção para os prêmios.

(O prêmio consiste numa medalha de ouro, um diploma com a citação da condecoração e uma soma em dinheiro que varia de acordo com os rendimentos da - mais de um milhão de euros ou dólares).

Basicamente, este é o Prêmio Nobel, concedido todos os anos pela Real Academia de Ciências da Suécia aos que se destacam nas áreas técnico-científicas.

Mas vamos ao que interessa, Sr. Presidente. A indicação, a lembrança do nome da companheira Marina Silva para receber o memorável Prêmio No-

bel da Paz, juntamente com outros tantos nomes da sociedade brasileira, a quem também quero registrar minhas felicitações.

De acordo com a filosofia de Alfred Nobel, o prêmio deveria distinguir “a pessoa que tivesse feito a maior ou melhor ação pela fraternidade entre as nações, pela abolição e redução dos esforços de guerra e pela manutenção e promoção de tratados de paz”.

Os prêmios Nobel, Sr. Presidente, tornaram-se a recompensa mais prestigiosa nos meios acadêmicos do planeta. Os laureados, além de modelos em pesquisa científica, são também os mais dignos representantes no campo da defesa e promoção dos direitos humanos.

E é exatamente neste aspecto que tudo me leva à pessoa desta figura ímpar chamada Marina Silva: a luta pela defesa dos direitos humanos, a luta contra a exclusão social, contra a fome, que marcou sua atuação aqui nesta Casa enquanto vice presidente da Comissão de Combate à Pobreza, de 1999. Que se transformou na grande porta voz da causa ambiental no Brasil e porque não dizer, uma das vozes que são ouvidas no mundo todo em prol da preservação ambiental.

Sua luta pela preservação da natureza, pela utilização racional dos recursos da nossas florestas. Pelo direito de termos uma economia sustentável para os habitantes principalmente da Floresta Amazônica, a respaldam para a lembrança deste prêmio.

E esta marca de luta que permeia sua vida vem de longe, lá do seringal onde nasceu.

Resumo do texto biográfico de Toinho Alves para subsidiar fala sobre a trajetória da ministra Marina.

MARINA SILVA

Marina nasceu, de fato, numa colocação de seringa chamada Breu Velho, no Seringal Bagaço, a 70 quilômetros de Rio Branco. Hoje o local é um projeto de assentamento de agricultores executado pelo INCRA, mas em 8 de fevereiro de 1958, data de seu nascimento, não havia estradas e a longa viagem pelo rio tornava quase impossível qualquer assistência médica.

Dos onze filhos de Pedro Augusto e Maria Augusta, três morreram ainda pequenos. Marina ficou sendo a segunda mais velha dos oito sobreviventes, sete mulheres e um homem.

A família baixou o rio para tentar a vida em Belém do Pará. Não deu certo. O pai trouxe todo mundo de volta ao seringal, fazendo uma enorme dívida com o patrão seringalista que pagou as despesas da viagem. As filhas foram o auxílio de que se valeu para pagar a dívida: Marina e as irmãs cortaram seringa, plantaram roçados, caçaram, pescaram, ajudaram a restabelecer as finanças e a estabilidade da família no seringal.

Escola não havia.

Aos 14 anos Marina aprendeu a conhecer as horas no relógio e as 4 operações básicas da matemática para não ser enganada pelos regatões na venda da borracha. Aos 15 ficou órfã de mãe e, como a irmã mais velha havia casado, assumiu a chefia da casa e a criação dos irmãos mais novos. Mas aos 16 anos contraiu hepatite e teve que ir para a cidade, em busca de tratamento médico. Resolveu ficar, trabalhando como empregada doméstica, porque queria estudar.

Começou a freqüentar as aulas do Mobral, depois o curso de Educação Integrada, onde aprendeu a ler e escrever. Antes dos 20 anos, já se preparava para fazer o vestibular e entrar na universidade. Nas lutas dos moradores de seu bairro, descobriu a política não-partidária dos movimentos sociais. Na escola, aproximou-se das lideranças do movimento estudantil.

Na universidade descobriu o marxismo. Entrou para o PRC, um dos vários grupos semi-clandestinos que atuavam na oposição ao regime militar. Começou a dar aulas de História e freqüentar as reuniões do movimento sindical dos professores.

Os horizontes políticos se ampliavam e a chamavam para a vida.

O povo do Acre surpreendeu-se ao ver na televisão aquela jovem professora que se declarava socialista e despejava um torrencial discurso contra a corrupção e as injustiças sociais. Nas eleições municipais de 88, Marina foi a vereadora mais votada em Rio Branco e conquistou a única vaga da esquerda na Câmara Municipal.

Em dois anos de mandato como vereadora, Marina promoveu polêmicas que mudaram a política do Acre.

Em 1990, candidatou-se a deputada estadual. Obteve novamente a maior votação.

No final do primeiro ano de mandato, começaram os problemas de saúde, um longo período de sofrimento, com seu estado agravando-se progressivamente sem que os médicos conseguissem detectar as causas.

Mesmo assim, enfrentou uma campanha para o Senado que exigiu freqüentes viagens por todo o Estado, de carro, avião, barco e até mesmo longos deslocamentos a pé.

Derrubando velhos caciques da política regional e rompendo com uma antiga tradição pela qual só chegavam ao Senado os ex-governadores ou grandes empresários, a jovem professora Maria Osmarina Silva Souza, a Marina do PT, elegeu-se senadora com a maior votação e tornou-se objeto da curiosidade nacional.

O Acre elegeu “uma seringueira”, como anunciaram alguns jornais do centro-sul...

Vencida a campanha, o passo seguinte era responder às grandes esperanças que o povo acreano depositava em sua atuação no Senado. Marina fez mais que isso: em pouco tempo tornou-se não apenas a principal voz da Amazônia mas também uma importante referência na política nacional.

Mas o que continua surpreendendo e animando todos aqueles que conhecem a “Senadora e agora Ministra da Floresta” é sua sinceridade, sua poderosa intuição e seu profundo sentido ético, que trazem para a política um novo estilo e uma nova linguagem que pode ser entendida por todos. Quem a vê e ouve, renova, sempre as esperanças de um futuro melhor.

A motivação do discurso:

Mulheres brasileiras foram indicadas para o prêmio Nobel da Paz, entre elas a ministra do Meio Ambiente Marina Silva

(O anúncio das mil mulheres que vão concorrer juntas ao prêmio Nobel da Paz foi feita em mais de 40 países do mundo na semana passada. Cinquenta e duas brasileiras fazem parte desse grupo (ver relação)).

O projeto “1000 Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz” foi criado no ano passado pela Fundação de Mulheres Suíças pela Paz. Desde a criação do prêmio, há 104 anos, apenas 13 mulheres ganharam o Nobel. O movimento indicou coletivamente ao prêmio mil mulheres que trabalham pela construção de uma cultura de paz. O resultado deve sair em outubro. Elas vão concorrer, por exemplo, com o ativista e cantor Bono Vox e com presidente dos Estados Unidos, George Bush).

Lista das brasileiras indicadas ao Prêmio Nobel da Paz:

Albertina Duarte Takiuti – médica ginecologista

Alzira Rufino – ativista feminista e anti-racista

Ana Maria Machado – escritora

Ana Montenegro – advogada e ativista política

Benedita da Silva – líder política

Concita Maia – educadora popular, ambientalista

Creuza Maria Oliveira – sindicalista

Eliane Potiguara – líder indígena

Elizabeth Teixeira – líder camponesa

Elza Berquó – demógrafa

Elzita Santa Cruz Oliveira – dona de casa

Eva Alterman Blay – pesquisadora e professora universitária

Fátima Oliveira – médica, ativista feminista
 Givânia Maria da Silva – ativista, vereadora
 Heleieth Saffioti – socióloga e professora
 Helena Greco – ativista política
 Heloneida Studart – escritora, deputada estadual
 Hilda Dias dos Santos – ialorixá
 Jacqueline Pitanguy – socióloga, cientista política
 Joênia Batista de Carvalho – advogada
 Jurema Batista – ativista anti-racista, deputada estadual
 Lair Guerra de Macedo – infectologista, gestora pública
 Leila Linhares Barsted – advogada, ativista feminista
 Lenira Maria de Carvalho – líder comunitária
 Luci teresinha Choinacki – deputada federal
 Luiza Erundina de Souza – líder política, deputada federal
 Maninha Xucuru – líder indígena
 Mara Régia Di Perna – radialista, comunicadora social
 Margarida Genevois – ativista pelos direitos humanos
 Maria Amélia de Almeida Teles – ativista feminista e de direitos humanos
 Maria Berenice Dias – desembargadora
 Maria José de Oliveira Araújo – médica, ativista feminista/saúde da mulher
 Maria José Motta – atriz
 Maria José Rosado Nunes – ativista feminista, professora universitária
 Maria Osmarina Marina Silva de Lima – ministra do Meio Ambiente
 Maria Stella de Azevedo Santos – ialorixá
 Mayana Zatz – cientista
 Moema Libera Viezzer – socióloga, educadora popular
 Niède Guidon – arqueóloga
 Nilza Iraci – ativista feminista e anti-racista
 Procópio dos Santos Rosa – líder quilombola calunga
 Raimunda Gomes da Silva – líder camponesa

Rose Marie Muraro – escritora e ativista feminista
 Ruth de Souza – atriz
 Schuma Schumacher – ativista feminista, pedagoga
 Sílvia Pimentel – advogada, professora universitária
 Sueli Pereira Pini – juíza de direito
 Therezinha de Godoy Zerbini – advogada, ativista política
 Vanete Almeida – líder camponesa
 Zenilda Maria de Araújo – líder indígena
 Zilda Arns Neumann – médica, gestora social
 Zuleika Alembert – ativista política, feminista

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Sibá Machado, V. Ex^a será atendido com muita satisfação no tocante ao pronunciamento em homenagem à indicação da Ministra Marina Silva como uma das mulheres brasileiras indicadas ao Prêmio Nobel da Paz.

A Mesa terá o cuidado de determinar à Secretaria que encaminhe à Ministra o pronunciamento de V. Ex^a na íntegra.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, por permuta com o Senador Heráclito Fortes, pelo prazo de até 12 minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, saí nesta madrugada, às 5h30m, do Rio Grande do Sul, tendo conversado, no sábado e no domingo, com um sem-número de pessoas.

Fazia tempo que eu não ia ao Rio Grande, mais de vinte dias, e senti as reações do povo. É impressionante o sentimento de tristeza, de mágoa, eu diria de dor até que as pessoas estão sentindo.

Interessante que, em outras oportunidades, por exemplo, quando houve o *impeachment* do Collor, havia uma euforia na rua, os jovens vibravam e pediam a cabeça do Collor. Hoje, mesmo as pessoas que nunca foram do PT estão machucadas, estão sofredas, estão doloridas. Acho isso muito interessante e tenho dito isso.

Eu primeiro lugar, não vejo aqui no Senado; em segundo lugar, não vejo na imprensa e não vejo na sociedade ninguém que não esteja rezando para que o Lula saia dessa.

O PT, nesses vinte e cinco anos em que atirou pedras em todos, deve ter feito algumas injustiças; deve ter atingido alguém injustamente. Mas nem essas pessoas estão agora torcendo para que as coisas caiam

e desapareçam. Eu sinto muito mais o movimento positivo do que o movimento destrutivo.

Agora, o que as pessoas se perguntam e o que as pessoas estão esperando, estão aguardando é uma ação do Governo no meio disso tudo que aconteceu. Que aconteceu, aconteceu!

Creio, embora muitos riam de mim, que o Lula não sabia! Aí, então, respondem: “Mas, se o Lula não sabia, então é mais grave; é porque ele não enxerga”. Não. Penso que, num Governo cercado de amigos e de companheiros da mais absoluta confiança, as coisas estão andando, e ele não sabia. Mas o problema é que agora ele sabe! E a questão é que ele tem de dar um rumo ao Governo dele! Tem de dar um rumo! As coisas que aconteceram aconteceram; o tempo perdido é o tempo perdido! Pedimos a CPI do Waldomiro há um ano e oito meses; se tivesse saído naquela época, não estaríamos vivendo isso hoje. Se tivesse sido constituída a CPI e se tivesse sido apurado, não haveria o que há hoje, porque o povo se quedaria com medo. A equipe, essa gente que andou por aí pararia para pensar: “Olha, a coisa é séria!” Mas, como não aconteceu nada, como a CPI foi arquivada...

Mas, a esta altura, acredito que a Câmara não vá cometer o absurdo de não criar a CPI do Mensalão, porque, caso contrário, vai nos deixar numa posição incômoda – e tem razão o Renan –, pois ele terá de criar a CPI mista. E nós, do Senado, que não queremos nos intrometer, porque achamos que é uma questão da Câmara, se a Câmara não convocar, teremos de criar a mista!

Mas, nesta altura, com tanta comissão, o Presidente tem que tomar uma posição! O Presidente tem que falar à Nação e tomar realmente a posição de uma nova realidade: hoje, o Lula mudou – mudou, não digo; ele voltou a ser o que era. Quando vejo no jornal que ele convidou Antônio Ermírio de Moraes para Ministro da Saúde, dou nota 10. Quando fui Líder do Governo Itamar Franco, também convidamos o Antônio Ermírio. Só que o convidamos para a Pasta de Minas e Energia. Ele foi ao Palácio – eu estava lá com o Itamar –, sentiu-se emocionado com o convite, mas disse: “Não posso aceitar, porque minha empresa trabalha muito com minérios, e quem orienta, quem dirige o setor de minérios é a Pasta de Minas e Energia. Vão dizer que estou lá para favorecer a Votorantim”. Fez um gesto de grandeza e não aceitou. Mas o Sr. Antônio Ermírio, vinte anos depois, é um santo na Beneficência Portuguesa: chega lá às 6 horas da manhã de sábado e sai às 11 horas da noite de domingo. Ele conhece e tem condição de ser o ministro. E é um exemplo positivo do que pode ser o novo Governo do Senhor Lula.

Acho que é por aí. Um Governo constituído, preocupado com a Nação.

Uma hora ele deve se reunir, chamar o Líder do PMDB, o do PDT, os de todos os Partidos e dizer: “Agora, até o meu Partido que me perdoe, mas eu vou governar para a Nação, eu vou governar para a sociedade brasileira. Eu vou governar como tem que ser”.

E há nomes bons. Está aí o Ministro da Fazenda, um homem que todo mundo respeita. Os Ministros da Exportação e do Planejamento, todo mundo respeita. O Ministro da Agricultura todo mundo respeita. O Ministro das Relações Exteriores todo mundo respeita. E há do PT: o Ministro Tarso Genro todo mundo respeita pelo trabalho que vem desenvolvendo. O Tarso Genro está fazendo um grande trabalho no Ministério da Educação. Mas vamos trazer gente que soma.

Vamos desaparecer, mas desaparecer, neste ano e meio do Governo Lula, com a palavra corrupção; não vai existir. Não digo que se faça como no Oriente: cortar as mãos do que rouba. Mas quem rouba vai ficar com uma manchete tão ridícula e tão brutal que ninguém vai ter coragem de fazer. Mas ele tem que fazer. O Lula tem que iniciar. A impressão que se tem é que ele é tímido para dizer não; ele é tímido para decidir. Renunciou o tesoureiro do PT porque quis. Renunciou o secretário-geral do PT porque quis. Quanto aos diretores de Furnas, é o primeiro gesto que ele fez. Ele os afastou, é verdade. Mas Lula precisa traçar uma diretriz de guerra. Nós estamos numa guerra, a guerra está mal, o inimigo está nos rodeando, estamos cercados, temos que encontrar uma saída! Convocamos todos para sair. E a saída é por aqui. É isto que ele tem que fazer: vamos reunir, vamos fazer os planos prioritários, como é que podemos levar adiante para valer o Programa Fome Zero, como é que podemos levar para valer os planos para a educação. Traçar um plano e caminhar para frente. E tenho certeza de que, se ele vier e pedir uma reunião no Congresso e falar aqui, o PSDB, o PFL, como nós do PMDB, como todo mundo estará solidário a um Governo de entendimento nacional, numa hora como esta. Temos de sair dessas manchetes dolorosas, que ficam mal para ele, ficam mal para o Congresso, ficam mal para todo mundo. Cá entre nós, fica mal para o Congresso. Lá no Rio Grande do Sul, ninguém quer saber quem está do lado de lá ou do lado de cá. É político? Logo, não é grande coisa. Há uma mágoa generalizada da classe política. Enganam-se aqueles que torcem para que o Lula caia, para que volte o PSDB ou entre o PMDB. Não! Podemos ganhar, seja quem for, na normalidade. O Governo já teve o desgaste; agora, o baque é ruim para todos. Quando houve o baque no passado, nós, do PMDB, parecíamos uma maravilha. No entanto, nosso

candidato, Ulysses Guimarães, teve 3% dos votos. Na eleição anterior, tínhamos feito todos os governadores menos um – o de Sergipe – e ainda fizemos dois terços da Câmara e dois terços do Senado. Aí nos preparamos para a eleição, e nosso candidato fez 3%. Por quê? O mesmo PMDB – veja o PT –, que vinha de uma euforia da eleição do Tancredo, das Diretas Já, de uma vitória espetacular, que era aplaudido por todo o povo, dois anos e meio depois, viu o seu maior líder, o grande, talvez um dos maiores políticos da história do Brasil, Dr. Ulysses Guimarães, ter 3% dos votos. Porque o povo é frio, o povo não olha para a história. O povo olha para a frente. E se isso acontecer hoje, se aprovar – dizem que a Câmara dos Deputados aprovou, não acredito – lista fechada nas eleições... Só que a lista é fechada com os nomes dos atuais deputados, mas vai ter 70% de votos em branco. É o que todo mundo diz. Em primeiro lugar, não consigo mais candidato a deputado. – “Não, você tem candidato a deputado. Eu vou entrar para quê? Para fazer papel de palhaço?”

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Pedro Simon, agradeço o aparte que V. Ex^a me concede. Hoje tivemos uma daquelas excelentes aulas quando V. Ex^a vai à tribuna da Casa. Os temas são vastos. Muitos requerem, com certeza, alguns comentários, mas quero me centrar em dois. Primeiro, quero falar sobre a posição do Presidente Lula com respeito à rapidez das tomadas de decisão. Para quem o conheceu pessoalmente, como é o meu caso, pois o conheço desde 1986, sabe que ele é muito seguro das coisas que quer, mas sempre aposta muito nas pessoas que trabalham com ele. Sempre quer insistir em que todo o mundo é sério até que se prove o contrário, diversamente do que se diz costumeiramente no Brasil, que todo o mundo é errado até que se prove a seriedade de alguém. Com certeza, o Presidente está agora tentando formar uma equipe com a presença de pessoas apartidárias. Ele insiste também que é preciso ter a presença e a configuração dos partidos, para que cumpram a missão histórica de ajudar na condução da Nação. Então, nesse chamamento, quero dizer a V. Ex^a que fico feliz, embora também concorde com o comentário sobre o atraso deste – poderia ter antecipado os fatos. Estou aguardando a decisão interna do meu Partido quanto a isso. Também quero concordar aqui, conforme já foi dito pelo Senador Tião Viana, pelo Senador Delcídio Amaral e outros, que nenhum de nós está incriminando as pessoas do PT que foram citadas, mas acho que elas deveriam ter pedido, de próprio punho, para sair, deixando o Partido livre para a condução do debate político, fazendo a sua defesa no momento adequado. Quanto a isso, concordo com V. Ex^a que o pedido de

afastamento veio atrasada e forçadamente, mas antes tarde do que nunca. Vamos aguardar o resultado dos fatos. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Falando em afastamento, dou solidariedade ao companheiro Suassuna. Eu também acho que nosso líder na Câmara tem que se licenciar, tem que se afastar. Ele não pode esperar que amanhã a secretária venha amanhã à CPI e diga um milhão de coisas para depois ele se afastar. Ele tinha que se afastar agora. Isso não significa que ele seja culpado. Vamos supor que uma secretária diga um milhão de coisas em relação a mim; se eu não sou líder, agüento no peito; mas, se sou líder, não posso pôr minha Bancada na jogada. Eu me afasto para me defender sozinho. O afastamento dele hoje não significa que seja culpado. Quero dizer que não interpreto assim; interpreto isso como a atitude de um homem de respeito, que se afastou para se defender e não atingir a sua Bancada. Agora, se amanhã vier a secretária e dizer um milhão de coisas – não sei se vai dizer, mas dizem que vai dizer – com relação a ele, aí ele vai ser afastado; não é ele que vai se afastar, ele vai ser afastado. Essas coisas são importantes.

Sr. Presidente, não sei se meu santo é forte, mas continuo rezando todos os dias pelo Governo Lula e para ele pessoalmente. Dá para vermos na televisão o sofrimento do Presidente. Realmente, só pintando de branco que ele podia ficar com o cabelo tão branco com uma rapidez tão grande. Dá para ver a amargura, o sofrimento que o Presidente está vivendo. Mas eu o vejo com toda a sinceridade. Não há com relação ao Presidente Lula um sentimento que não seja de angústia e de torcida para que ele saia dessa. Agora, ele tem que sair, Sr. Presidente. Ele tem condições. Digo aqui com a maior tranqüilidade: ele tem condições. Que ele bata na mesa e escolha uma equipe de gabarito, escolha os melhores. Isso porque não será um Governo PT/PMDB que vai resolver o problema que está aí. Isso é capaz de terminar pior do que está agora. Ele deve chamar o que tem de melhor na sociedade – pode ser dos partidos também –, e aí a situação muda de figura.

Essa é a grande saída e o grande apelo que eu faço ao meu Presidente e ao amigo, Lula da Silva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias, como Líder do PDT, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno, por até 7 minutos.

A seguir, falará o Senador João Batista Motta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Concedo a palavra pela ordem ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– V. Ex^a está inscrito nos termos do art. 158, § 2º, na prorrogação da Hora do Expediente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Pedro Simon é um Senador que todos admiramos pela sua inteligência, mas quando fala com a razão e o coração fica melhor ainda. Agora ele falou – tenho certeza – com grande dose do enorme coração que tem. Isso coincide com aquilo que tenho dito, aqui da tribuna, desde quando começou a crise. Aprendi muito com o Senador Pedro Simon que precisamos ter serenidade, equilíbrio e sobretudo não se pode, nestes momentos, querer tirar proveito político. Isso porque quem paga a conta daqueles que querem tirar proveito político, daqueles que querem fazer palanque, é a sociedade brasileira. A crise que está aí não é brincadeira! Esta crise política... Eu li o que disse o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que os fundamentos da economia são tão fortes que a economia está apartada, separada da crise política. Pode ser, mas os reflexos da crise política já começam a acontecer, principalmente para a classe trabalhadora.

Hoje o Paulinho, da Força Sindical, esteve numa reunião do Conselho Político do PDT e nos disse que as empresas já começam a anunciar férias coletivas e demissões. Não há, no mercado consumidor, confiança suficiente no Governo nem nas instituições – e o Congresso Nacional é uma das instituições mais desacreditadas.

Neste momento, é preciso ter muito equilíbrio e pensar no País. Quando o Senador Pedro Simon fala que acredita no Presidente Lula, é um ato de bondade e, ao mesmo tempo, de coragem. Disse isso aqui outro dia e me chamaram a atenção. Essa é a opinião de um opositor que leva em conta a razão e o coração. Não podemos, de repente, rasgar toda a história de um homem, jogá-la no lixo e dizer: esse homem enganou o Brasil durante todo o tempo. Não é possível. Quero continuar acreditando no Presidente Lula, como disse o Senador Pedro Simon.

Hoje o PDT reuniu o seu Conselho Político. Havia aqueles que queriam que o Partido saísse com a decisão de propor o **impeachment** do Presidente Lula. Confesso que fui contra, assim como o foram também

o Senador Jefferson Péres e o Senador Juvêncio da Fonseca. Fomos contra, porque, neste momento, temos de pensar no País, na sociedade brasileira. Aí, alguém mais radical pode dizer: mas essa é uma atitude cômoda. Não, é uma atitude responsável. O que estou aqui, agora, anunciando são três medidas que o Conselho Político do PDT adotou, que considero, aí sim, responsáveis. É claro que houve um debate de horas hoje de manhã – terminou agora há pouco a reunião – e o Conselho Político do PDT, aliás, algumas pessoas do Conselho Político queriam que o PDT saísse com uma única decisão: propor o **impeachment** do Presidente Lula. Mas nós fizemos um posicionamento que vai na linha daquilo que falou aqui agora o Senador Pedro Simon. Os ensinamentos do Pedro Simon parece que estiveram presentes lá na reunião do PDT.

Quais foram as nossas decisões? Primeiro, o aprofundamento das investigações, com a participação do PDT no Conselho de Ética da Câmara, nas CPIs instaladas, tanto na Câmara quanto no Senado, na CPI Mista. Nós vamos participar efetivamente. Eu, como Líder, fiz as indicações, e o PDT vai participar e exigir o aprofundamento das investigações. Outra decisão adotada: no dia 28 deste mês, haverá um ato público no Rio de Janeiro, com a participação de vários partidos que desejam a investigação de fato, ou a investigação dos fatos, e não que esse momento se transforme em momento de aproveitamento ou oportunismo político. Queremos falar sério sobre esse assunto, porque a sociedade está pelo pescoço, aliás, a água está batendo no queixo. Ninguém agüenta mais. O noticiário da televisão virou só notícia sobre corrupção, sobre novas denúncias, sobre novos acontecimentos que estão atormentando a sociedade brasileira e tirando a credibilidade do País.

Então, a decisão é agilizar os procedimentos das CPIs, investigar logo, limpar essa questão, clarear, dar os nomes dos envolvidos e exigir a punição deles, e reafirmar que, na classe política, existem pessoas sérias, com moral, com ética, que merecem o respeito também da mídia e da sociedade. É preciso separar o joio do trigo e não misturá-los, como se todos fossem iguais àqueles que fizeram a prática do mensalão.

A terceira decisão, Sr. Presidente, para a qual peço a atenção da Casa, é importante, não é oportunista, não é casuística. Já disse aqui e vou repetir: a reeleição foi uma das decisões mais infelizes do Congresso dos últimos anos. A reeleição, no nosso entendimento, é a causa principal dos desmandos políticos que ocorrem em Estados e que ocorreram com o atual Governo Federal.

A reeleição leva o Presidente da República e o Governador a se eleger, governar um ano e já co-

meçar a campanha para a reeleição. E, nesse caso, começa a se gastar demasiadamente com propaganda, publicidade, como acontece nos Estados onde os Governadores são candidatos à reeleição. Aqui essa prática não ocorreria se não houvesse o instituto da reeleição.

Sr. Presidente, nunca pedi, mas hoje vou pedir um minuto a mais para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a terá dois minutos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Vou concluir porque é um posicionamento importante que um Partido assume perante a crise, e que acho tem que ser colocado. Então, a reeleição, Senador Romeu Tuma, no nosso entendimento, foi uma iniciativa equivocada. Primeiro, eu nunca vi ninguém concluir o seu segundo mandato melhor do que o primeiro. Sempre há o desgaste natural, a desmotivação, e aqueles que se reelegem acabam fazendo um segundo mandato pior do que o primeiro. Mas, sobretudo, trata-se do custo disso para a sociedade. São os Estados, que gastam de forma exagerada na propaganda porque o Governador está como candidato à reeleição; é o País, que, como está acontecendo agora, convive com esse nível de corrupção, de compra de apoio político.

Eu duvido que o Governo Lula precisasse desse tipo de prática. Eu ainda digo que espero que o Presidente Lula esteja fora disso. Mas digo a V. Ex^a, Presidente Tião Viana, que não se precisaria disso, caso fossem colocados para votar aqui projetos de interesse da Nação – os partidos votariam. E os partidos votariam porque, sendo de interesse do País, eles seriam cobrados pela sociedade se não o fizessem.

Então, nós vamos encampar. O PDT está propondo a todos os Partidos, inclusive ao PT, que tem hoje, como Presidente da República, o Presidente Lula, para harmonizar para que possamos dar ao Presidente Lula a oportunidade de ele concluir o mandato honrando a sua história, consertando o que está errado, fazendo um Ministério com pessoas que entendam do assunto, e não com pessoas indicadas para compor um quadro político, uma aliança que não é uma aliança política, mas sim uma aliança negociada, uma aliança com outros interesses, como foi feito até agora. Que o Presidente Lula comece agora a fazer o Governo que prometeu durante a campanha eleitoral, porque até agora não o fez. Vamos dar essa oportunidade, mas pedir a Sua Excelência que esclareça todas essas denúncias, mostre que realmente está de fora delas.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Que faça um Ministério técnico, baseado na eficiência, na compe-

tência – pode ser político, mas tem que conhecer o assunto – e não um Ministério formado por indicações de partidos, para depois isso virar uma barganha política e negociata como a que foi denunciada.

Queremos, Sr. Presidente, ao encerrar, dizer que o PDT vai tratar esse assunto com a seriedade que ele merece, sem marola, sem estripulia, sem discursos demagógicos, mas com respeito à sociedade para que tudo seja investigado, esclarecido. E que, se Deus quiser, o Presidente Lula possa concluir seu mandato mantendo a história que construiu, mas sem a reeleição, que é o que o PDT está propondo e para o qual está pedindo o apoio dos outros partidos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao nobre Senador Osmar Dias.

Concedo a palavra ao Senador João Batista Motta, por cessão do Senador Valdir Raupp. S. Ex^a dispõe de até 12 minutos.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, completando o que falava o Senador Osmar Dias, eu queria dizer mais o seguinte: o povo acaba de eleger o seu governante, prefeito, governador ou presidente, pensa que ele vai sentar na cadeira como presidente, ou como governador ou como prefeito, mas ele senta já como candidato à reeleição. Maior vergonha ainda, Sr. Presidente, é a descoincidência de mandatos. De dois em dois anos, eleições; de dois em dois anos, o Brasil pára; de dois em dois anos, há novas despesas, novos conflitos. Um governador governar com dois prefeitos e um prefeito com dois governadores é outra vergonha!

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a campanha para a eleição presidencial de 2002 veio acender a chama da esperança para uma parcela significativa da população brasileira, que esperava do Governo Lula uma grande transformação dos métodos do trato da coisa pública.

A nomeação do Ministro Roberto Rodrigues para a pasta da Agricultura, Pecuária e Abastecimento criou novas expectativas de manutenção de programas que estavam dando certo, pois a agricultura e a pecuária têm sido o sustentáculo da economia nacional, gerando emprego, renda e os superávits necessários para o equilíbrio da economia nacional.

Por que a nomeação do Ministro Roberto Rodrigues gerou tanta expectativa?

Como ele próprio define, com justo orgulho, formado em Agronomia pela Unesp, filho de engenheiro agrônomo, casado com agrônoma, filhos e noras agrônomos. Quer dizer, nasceu e cresceu no laborioso trato da terra. Teve uma vivência muito rica no associativismo e cooperativismo, foi presidente de importantes insti-

tuições nacionais e internacionais: Sociedade Rural Brasileira, Organização das Cooperativas Brasileiras e da Aliança Cooperativista Internacional.

No Ministério da Agricultura, implantou uma estrutura técnica e agrônômica, o Secretário Executivo Agrônomo (1º e 2º), chefe de gabinete, assessores especiais, diretor de execução orçamentária, secretários técnicos, secretário de defesa agropecuária (1º e 2º), diretor de programa e Diretor de Defesa Vegetal (óbvio), todos engenheiros agrônomos.

Com efeito, um Ministério talhado para dar certo na área agrônômica, para cumprir com objetividade a missão institucional.

Mas qual é essa missão, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores? O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento foi criado com a missão de “formular e implementar as políticas para o desenvolvimento do agronegócio, integrando os aspectos de mercado, tecnológicos, organizacionais e ambientais, para o atendimento dos consumidores do País e do exterior, promovendo a segurança alimentar, a geração de renda e emprego, a redução das desigualdades e a inclusão social”.

Isso significa que o Ministério da Agricultura foi criado para estimular o aumento da produção agrícola e pecuária, fomentar o desenvolvimento do agronegócio, com o objetivo de atender o consumo interno e formar excedentes para exportação.

A consequência dessa política é a geração de emprego e renda, a promoção da segurança alimentar, a inclusão social e a redução das desigualdades sociais.

Para cumprir sua missão, o Ministério da Agricultura deveria formular e executar políticas para o desenvolvimento do meio rural, integrando aspectos mercadológicos, tecnológicos, científicos, organizacionais e ambientais, para um melhor atendimento dos consumidores brasileiros e conquistar e manter o mercado internacional.

Dessa forma, a atuação do Ministério baseia-se na busca de sanidade animal e vegetal, da organização da cadeia produtiva do agronegócio, da modernização da política agrícola, do incentivo às exportações, do uso sustentável dos recursos naturais e do bem-estar social.

O que se presencia hoje, Sr^{as} e Srs. Senadores, é uma dualidade de atuação do Governo na área rural. Dois Ministérios da Agricultura. Um tradicional, criado há 145 anos, por decreto imperial, com a missão exemplificada, mas hoje totalmente engessada, com uma estrutura estagnada, uma reforma mal feita, pouco discutida com a sociedade, funcionários novos (que querem acertar) mas ainda despreparados,

pouco treinados, exercendo cargos de direção sem o devido amadurecimento, e outros trazidos de fora, sem o conhecimento e a especialização devida para o exercício do mister.

Esse despreparo da equipe organizacional gera um quadro de arrogância (de cima para baixo) e uma subserviência (de baixo para cima), fomentando insegurança nos que têm na agricultura a atividade econômica e produtiva.

Como mencionei anteriormente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministro Roberto Rodrigues chegou ao cargo trazendo em sua bagagem um currículo de vivência rica no agronegócio, despertando grande esperança, mas que, ao passar desses dois anos e meio de governo, tem decepcionado a todos os que militam no trato das coisas da agricultura, porque a máquina governamental não permite que a política agrícola tenha a fluidez que a economia do País requer.

Por essa razão, os produtores prepararam uma grande marcha sobre Brasília para demonstrar ao Governo o descontentamento e o tanto que a sufocante política nacional tem desestimulado o setor agrícola do País. Não temos garantia de preços e nem tampouco seguro agropecuário. O agronegócio, como os Srs. Senadores sabem, é o responsável pela estabilidade da economia nos seus diversos aspectos, gerando emprego, renda para o campo e para a cidade e os saldos na balança de pagamentos de que tanto o Brasil precisa.

O outro Ministério – o do Desenvolvimento Agrícola – dos sem-terra, da agricultura familiar, que tem os recursos e que tem tentado, de uma forma ou de outra, fazer a inclusão social, às vezes financiando grupos que invadem fazendas, órgãos públicos, obstrução de estradas e outras que as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores já conhecem.

O Ministério da Agricultura tem deixado a desejar, provocando o descontentamento da sociedade organizada do setor cooperativista, das federações de agricultura e da cadeia produtiva do agronegócio. Não consegue ultrapassar a barreira da burocracia e da incompetência de outros órgãos do Governo Federal.

Essa introdução, Sr. Presidente, é para relatar um fato concreto acontecido no Estado do Espírito Santo, fato esse de estarrecer a qualquer cidadão que tenha o mínimo de sensibilidade. Quero relatar o caso do Daniel, que trabalha desde os 18 anos de idade na atividade da mamocultura, inicialmente como terceirizado e, depois, organizando a sua própria cultura, seguindo a expansão do mamão no Estado do Espírito Santo. Mudou-se para o norte onde continuou trabalhando na lavoura de mamão com a experiência adquirida ao longo de 12 anos na atividade. Constituiu lavoura

própria dentro dos padrões que o mercado requer. Contou, para isso, com importante apoio do Sicoob, Cooperativa de Crédito de São Mateus, banco do sistema de cooperativas de crédito que, acreditando em sua potencial experiência, emprestou-lhe, inicialmente, R\$33 mil, com os quais juntamente com seus irmãos, Joel e Manoel, constituiu uma primeira lavoura de 15 mil pés de mamão em terras arrendadas.

Daniel conhecia muito bem a atividade, tanto a lavoura quanto o processo de comercialização dessa fruta, que possui um forte mercado nacional e internacional. Com sua experiência e seriedade, conduzia sua lavoura com grande zelo e eficiência, produzindo mamão de excelente qualidade. Por isso mesmo, a maior parte de sua produção era absorvida pela Distribuidora Sanches Comércio de Frutas Ltda., de São Paulo, que abastecia a rede do Grupo Pão de Açúcar daquele Estado. O restante de sua produção era comercializado com diversos outros centros consumidores do País, como Porto Alegre, onde Daniel abastecia o mercado local a partir de um *box* no Ceasa, adquirido para esse fim. O sucesso de Daniel permitiu que estruturasse seu negócio e expandisse sua atividade. Adquiriu trator, sistema de irrigação, veículos para uso na atividade, cinco alqueires de terra e um *box* no Ceasa de Porto Alegre, conforme já mencionado acima, para ajudar a absorver a sua crescente produção, que, no final de 2001, já contava com mais de 30 mil plantas entrando em fase de produção e mais 25 mil plantas em formação, gerando 40 empregos diretos na lavoura.

Daniel era um produtor independente. Construiu seu patrimônio sem se sujeitar ao grupo que controlava a atividade da mamocultura do Espírito Santo. Não buscou o financiamento da Associação de Produtores e de Exportadores de Mamão do Norte Capixaba nem tampouco tornou-se dependente dessas instituições para vender seu mamão.

A atividade da mamocultura no Espírito Santo é controlada por um grupo de grandes produtores que dominam todo o processo, desde a constituição da lavoura e quantidade produzida quanto a comercialização interna e externa da fruta, não permitindo que a atividade fuja desse controle.

Sr. Presidente, foi o Ministério da Agricultura, responsável pela fiscalização das culturas vegetais de valor econômico do Estado, através da então DFA, Delegacia Federal da Agricultura, que fiscais federais, certamente, atuando para atender a interesses escusos, destruíram a lavoura de Daniel, sem qualquer laudo técnico ou motivação maior.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Senador João Batista Motta, peço a V. Ex^a que conclua o seu discurso. V. Ex^a dispõe de mais um minuto.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES)

– Sr. Presidente, estou concluindo.

O Ministério da Agricultura reconheceu o erro depois de concluso o processo administrativo disciplinar, demitindo os fiscais federais agropecuários, que atuaram diretamente no caso, a bem do serviço público, e punindo outros superiores hierárquicos.

Conforme foi amplamente caracterizado e comprovado na sindicância e no processo administrativo disciplinar instituídos pelo Ministério da Agricultura para apurar as irregularidades praticadas na erradicação da lavoura, a qual foi feita de forma totalmente ilegal e arbitrária, eliminou-se da atividade um produtor estabelecido de forma independente.

Foram, Sr. Presidente, 70 mil pés de mamão erradicados de forma ilegal, arbitrária e reconhecida pelo próprio Ministério, sem, no entanto, indenizar o produtor. Quer dizer, o Ministério causa prejuízo ao produtor, reconhece a culpa,...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concederei mais um minuto a V. Ex^a.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) –

...como demonstrado no inquérito administrativo, pune seus fiscais com a demissão a bem do serviço público e depois diz ao agricultor prejudicado: “Se quiser, procure a Justiça. Lá você poderá ganhar a questão”.

Como V. Ex^a, Sr. Ministro, pode permitir que um fiscal federal agropecuário do Ministério da Agricultura, com a conivência e com a participação de outros funcionários do mesmo órgão, ao arrepio da lei, como ficou demonstrado no inquérito administrativo, destrua não somente a plantação, mas a vida de um pequeno produtor de mamão, por não indenizá-lo dos prejuízos causados pelo seu Ministério?

Hoje, o Daniel vive a sua via-crúcis, de favores de amigos, na luta incessante de buscar...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador João Batista Motta, a Mesa lhe dará mais um minuto, improrrogável.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES)

– ...buscar, no Ministério e noutros órgãos da Administração Federal, a reparação dos prejuízos causados diretamente pelo Ministério da Agricultura, a sua justa e devida indenização, para que possa recuperar a sua condição de cidadão pleno e voltar a fazer a única coisa que sabe na vida, que é ser agricultor.

Ao Ministério da Agricultura não basta a punição de funcionários que, investidos da autoridade pública e

em nome da instituição, destruíram a cultura e a vida de um pequeno agricultor. É preciso indenizá-lo adequadamente, de forma justa.

A bem da Justiça, Sr. Ministro Roberto Rodrigues, é necessário que Daniel seja imediatamente ressarcido dos prejuízos causados pelas atitudes inconfessadas e discricionárias dos funcionários do seu Ministério. Caso contrário, o Ministério estará exonerando-se de sua missão e do cumprimento de seu cívico dever.

O Ministério, com sua estrutura agrônoma, não pode falhar diante desse episódio, sob pena de exonerar-se da história.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Antônio Leite, por permuta com o Senador Marco Maciel, pelo prazo de até 12 minutos.

O SR. ANTÔNIO LEITE (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do Orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, relatório recente, produzido e divulgado pelo Banco Mundial, afirma que a redução da pobreza se dá, de forma duradoura e com solidez, pelo crescimento econômico, que se torna o motor propulsor do desenvolvimento e da superação da pobreza. Implanta estruturas de produção de bens, gera empregos, emprego gera renda. E com renda a população concebe e executa planos de crescimento.

Estudos existem que demonstram não ser a quantidade de recursos públicos liberados a causa do desenvolvimento. Esses estudos revelaram que Municípios com menos recursos, mas com população desenvolvida do ponto de vista da cidadania, desenvolveram-se muito mais do que outros com mais recursos públicos, mas cuja população tem menor maturidade política, menor participação, menor exigência em relação a seus administradores.

Outro dado relevante é o fato de que uma população menos preparada em termos de visão política elege com mais facilidade personalidades pouco confiáveis para administrarem as prefeituras e os Governos Estaduais.

Ora, diante dessas constatações, fica evidente que um governo é eficiente quando concebe e implementa planos concretos e bem integrados de desenvolvimento, especialmente planos sintonizados com as realidades regionais do seu território.

O Brasil, com aproximadamente 8,5 milhões quilômetros quadrados de superfície, tem uma configuração espacial com regiões bastante diferenciadas, com desigualdades gritantes em termos de desenvolvimento social e econômico. A Constituição Federal, preocupada em reduzir as desigualdades, estabeleceu como objetivo fundamental da Nação a superação desse problema.

O capítulo VII, Seção IV, relativamente à Administração Pública, aborda a questão das regiões. No seu art. 43, estabelece que “para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais”.

Nos parágrafos 1º e 2º desse artigo, a Constituição cita algumas condições para a integração das regiões em desenvolvimento, tudo disciplinado por meio de lei complementar.

A ocupação das áreas interioranas do País desencadeada pela transferência da Capital Federal do Rio de Janeiro para o Planalto Central está dando nova visualidade ao espaço brasileiro, redimensionando o sistema de transporte – setor que tradicionalmente acompanha a dinâmica do comércio inter-regional. No contexto da intensa exploração econômica do Centro-Oeste e do rápido avanço sobre a Amazônia, o sistema brasileiro dos transportes necessita ser reorientado de forma apropriada a fim de, gradualmente, assumir e desempenhar seu nobre papel na indução do desenvolvimento.

A zona do cerrado oriental, com 1,800 milhão quilômetros quadrados, representa um recurso com enorme potencialidade se for abordado com planejamento e decisão; tem condições de dar retorno rápido aos investimentos, e agirá como propulsor do progresso das regiões circunvizinhas, beneficiando o País todo no campo econômico e social.

Sou médico, com especialização em radiologia. Minha visão, no entanto, não se restringe ao ser humano como paciente precisando de cuidados porque atacado por uma doença. Minha visão vai além, sente a realidade humana como constituída de seres inseridos em uma sociedade e em um meio, seres que evoluem, com ordem ou sem ordem. O ideal é que evoluam com ordem, em decorrência de um plano, de um projeto, isto é, da manifestação programática daquilo que se quer para o País, para uma região ou para uma comunidade.

Essa é uma tarefa para governo.

É sob esse prisma que olho o Projeto de Lei nº 138, Complementar, de 22 de maio de 2002, apresentado pelo então Senador Francisco Escórcio e relatado, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, pelo eminente Senador Edison Lobão. O projeto “autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento...” Institui como área de abrangência do Corredor Centro-Norte os Estados do Maranhão, do Piauí, do Tocantins e do

Distrito Federal, em sua totalidade, e parte dos Estados de Goiás e do Pará.

Ao tomar conhecimento da proposta, achei-a de grandiosa importância para os Estados beneficiários. Filho do Estado de Goiás, conhecedor do Planalto Central, em particular de Brasília, em cuja Universidade fiz meus estudos superiores, conhecedor também do Estado do Maranhão, em especial da região tocantina, onde tenho exercido minha profissão de médico e educador, vislumbro nessa iniciativa a ação governamental que falta para completar a grande projeção do Presidente Juscelino ao conceber e desencadear o processo de transferência da Capital do País do Rio de Janeiro para Brasília: a interiorização dos investimentos públicos, para induzir o desenvolvimento integrado do Brasil. Nesse sentido, é preciso completar aquela concepção para colocar em movimento a dinâmica que o País espera para deslanchar de forma corajosa, materializando seus enormes recursos e potencialidades.

É preciso abrir caminhos para que, por eles, o povo trilhe, construindo um futuro com mais igualdade e mais sólida democracia!

Certo de que a proposta que o Projeto de Lei nº 138 encerra tem condições de transformar a região que atinge, dirigi-me ao eminente Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, solicitando que coloque em votação o projeto. Tenho certeza de que essa iniciativa de S. Ex^a prestará grande benefício à região e ao País, descortinando para o laborioso e criativo povo brasileiro um horizonte de crescimento econômico certo, auto-sustentável e seguro na superação da desigualdade regional e da pobreza.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma por cossão da Senadora Serys Slhessarenko.

S. Ex^a dispõe de até 12 minutos, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, ao ler o jornal **O Estado de S. Paulo**, fiquei bastante preocupado com a notícia: “Ameaçado pelo narcotráfico, juiz federal vive confinado em Fórum.” Esse juiz, cujo nome é Odilon de Oliveira, trabalha na cidade de Ponta Porã, na fronteira com o Paraguai, e já condenou 114 traficantes.

Ponta Porã é uma área bastante conflitante pela passagem facilitada dos narcotraficantes. Já tive alguns problemas sérios nesse local, não só como diretor da Polícia Federal, mas como membro da CPI dos Precatórios, quando lá estive para buscar informações sobre

a lavagem de dinheiro, que não se fazia somente em Foz do Iguçu, mas em Ponta Porã também.

Juntamente com outro membro da CPI e um procurador do Paraguai, atravessamos a fronteira. Bate-mos à porta de uma das casas, onde residia um dos principais elementos envolvidos em toda a movimentação financeira, e saiu de lá um cidadão portando uma calibre 12, que nos apontou a arma e pediu que nos retirássemos da porta da residência que ele guardava. Insistimos em falar com o proprietário, e ele armou a calibre 12, dizendo que iria atirar. O procurador, bastante preocupado, pediu que nós o acompanhássemos, porque eles atirariam e não teríamos uma razão jurídica pronta para nos defendermos da ação criminosa, que poderia realmente levar a nossa vida ou a do nosso companheiro que lá se encontrava. Então, Ponta Porã é uma região realmente difícil.

Ao ler toda a matéria, que ocupou uma página inteira do jornal **O Estado de S. Paulo**, deparei-me com uma notícia bastante preocupante. Sabemos, Senador Cristovam Buarque, que V. Ex^a investiga, por requerimento do Senador Demóstenes Torres, a participação, não em evento político, das Farc – e V. Ex^a está conduzindo o trabalho com equilíbrio, com sensatez, para que haja realmente uma conclusão correta e honesta –, e assustamo-nos com a explicação do juiz. Ele detectou nos seus processos que, na fronteira de Ponta Porã, havia evidências da atuação de guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) no treinamento de bandidos ligados ao Primeiro Comando da Capital (PCC) e ao Comando Vermelho (CV) para seqüestros.

O Primeiro Comando da Capital tem sua base logística em São Paulo, e o Comando Vermelho, no Estado do Rio de Janeiro. O PCC já fez várias operações voltadas para o crime politicamente perfeitas, trazendo conseqüências graves para o enfrentamento das autoridades policiais com respeito a essas ações criminosas. Então, alertamos para esse fato e pedimos – e sei que a Polícia Federal se mantém vigilante – que realmente se controle essa possibilidade de invasão do território brasileiro. O juiz faz um alerta aqui sobre a possibilidade de instalação em território brasileiro de grupos das Farc, o que traria terríveis conseqüências, até internacionais, não só para nossa segurança, mas para o Estado político brasileiro.

Faço o registro dessa informação na esperança de que realmente as fronteiras sejam bem guardadas e possam impedir o avanço dessas organizações, primeiramente revolucionárias, em defesa de um governo que eles pretendiam impor pela força, e depois com uma ligação clara, insofismável, indiscutível com o crime organizado, com o narcotráfico, com graves

conseqüências não só para a Colômbia mas também para todos os Países que fazem fronteira com esse Estado do Continente sul-americano.

Assim, fazemos um alerta no sentido de que as Farc estão “coçando” ao derredor das fronteiras brasileiras.

Sr. Presidente, como ainda disponho de tempo, peço licença para falar um pouco sobre o Calha Norte. Os representantes do Congresso oriundos dos Estados da Amazônia sabem da importância desse projeto.

O Brasil possui um dos territórios mais extensos do mundo; porém, sua ocupação pelo homem, tirante a de seus aborígenes, se deu de forma extremamente irregular, concentrando-se bem mais na faixa litorânea.

No Século XX, começou-se a dar atenção à necessidade de expansão do povoamento desse território, até mesmo no interesse de mantê-lo íntegro e sob domínio brasileiro.

Nesse aspecto, devemos fazer justiça ao empenho de grandes homens que tornaram possível a atual configuração territorial do Brasil. Para isso, além do notável Barão do Rio Branco, não podemos deixar de mencionar o “Conquistador do Acre” Plácido de Castro; o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, um desbravador inigualável, responsável por estender a comunicação telegráfica por partes quase inexpugnáveis deste nosso País; e o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, responsável pela grande interiorização do desenvolvimento, com a transferência da Capital para o centro do País e a construção da rodovia que liga Belém a Brasília, tornando possível o percurso terrestre do extremo norte ao extremo sul do País.

Depois, veio a construção da rodovia Transamazônica, no Governo do Presidente Médici, com a intenção de ligar o extremo leste brasileiro ao Oceano Pacífico. Infelizmente, até hoje essa estrada não cumpriu seus objetivos primordiais de levar desenvolvimento à região amazônica e tem trechos em situação lastimável, intransitáveis aos veículos de transporte de pessoas ou de cargas.

Porém, apesar de todos os percalços, avançou-se muito no conhecimento do potencial da Amazônia, não apenas da borracha, cujo ciclo produtivo perdera terreno. Evidenciou-se o potencial das reservas de minérios os mais variados, que poderiam transformar-se em enormes riquezas para o País.

O fato é, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, até 1985, não houve um programa articulado de governo que levasse em conta a importância estratégica de ocupar a Amazônia, evitando que olhos cheios de cobiça de nações e de particulares estrangeiros pudessem assenhorear-se de suas terras e de suas riquezas.

Nesse aspecto, torna-se imprescindível uma ação voltada a preservar a integridade territorial, o que se faz principalmente com uma ocupação ordenada da faixa de fronteira, que, no caso da Amazônia, considerando-se apenas os seis Estados que formam a região Norte – Amapá, Pará, Amazonas, Roraima, Acre e Rondônia –, representa uma extensão de 10.938 quilômetros.

E foi há 20 anos, duas décadas atrás, no Governo do Presidente Sarney, que se concebeu um programa de desenvolvimento estratégico, contendo ações de caráter social, econômico e militar para essa imensa região de fronteira. O Programa Calha Norte, como é chamado até hoje, é mais um feito invejável a engrandecer o currículo de realizações do Presidente Sarney.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pois não, Senador.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Quero cumprimentá-lo pelo brilhante pronunciamento que faz V. Ex^a, que, não sendo um homem nascido na Amazônia, é um amazônida de coração, porque é um homem que conhece e ama a região. Os pontos que V. Ex^a aborda são muito importantes e deveriam ser levados muito a sério por quem conduz esta Nação e também por este Senado. Desfazer, desmerecer certas informações fortes, como essa questão das Farc’s na Amazônia, cujos rastros já estão muito além da Amazônia, e desconsiderar também a importância de um projeto como o Calha Norte são coisas que não podemos deixar acontecer. E V. Ex^a tem sido uma pessoa que tem apoiado muito a Bancada da Amazônia nesse particular. O Calha Norte tem que ser reforçado, revitalizado e, acima de tudo, levado como uma prioridade maior para o País, nunca se esquecendo que a Amazônia representa 60% do território nacional.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado a V. Ex^a, que, há pouco, usando da tribuna, teve a qualidade de descrever o que vem acontecendo no seu Estado. Eu iria lhe perguntar, num aparte que não foi possível fazer, o que sobrou para Roraima, com todo aquele sangue vermelho que V. Ex^a demonstrou no seu mapa, que seria de São Sebastião. V. Ex^a é um homem que sempre, da tribuna, defende os investimentos em sua região. O nosso Presidente Tião Viana, representante do Acre, igualmente mantém essa observação da necessidade de investimentos ali, e seu irmão, com grande galhardia, tem sabido cumprir o seu dever como Governador, exemplo de dignidade e de respeito de todos os brasileiros que vivem naquela região.

Vou tentar ler todo o meu pronunciamento. Se não for possível, peço que V. Ex^a autorize sua publicação na íntegra.

A partir da definição do programa, foram revitalizados os batalhões de fronteira, pequenas unidades militares localizadas no âmago da floresta inívia, sentinelas em permanente vigília, zelando pelo nosso patrimônio nacional representado por nosso território e por nossas riquezas.

Aqui faço um parêntese. Senhor Presidente Lula, diante de todo esse quadro de amargura e angústia em que vivemos, não se esqueça da importância dos militares na conjuntura brasileira. Eles não merecem que viremos as costas e deixemos de atender todas as reivindicações, justas e corretas, que fazem ao longo do tempo, sem uma resposta que possa dignificar essa profissão tão importante para a Pátria.

Senti-me na obrigação de fazer o registro de tão importante programa, que está completando vinte anos de existência, porque participei do primeiro mutirão do Programa Calha Norte, na qualidade de Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal no Governo do Presidente José Sarney.

O Presidente José Sarney acolheu proposta constante da Exposição de Motivos nº 18, de 19 de junho de 1985, da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN). Para levá-la adiante, criou um grupo de trabalho interministerial com a incumbência de apresentar medidas visando a atender às carências mais sérias, particularmente as de natureza socioeconômica, além de assegurar a soberania e a integridade territorial daquela região.

Reconhecendo, depois, as limitações do grupo de trabalho, decidiu aprovar, em 1º de dezembro de 1985, a Exposição de Motivos da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República (Seplan), assinada pelos Ministros da Seplan, das Relações Exteriores, do Interior e da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, instituindo nessa data o Projeto Calha Norte, hoje Programa Calha Norte.

Foram tantas as ações que beneficiaram as localidades de fronteira, antes tão relegadas à própria sorte, que é impossível, no pouco tempo de que dispomos, enumerá-las para conhecimento de V. Ex^{as}. Entretanto, há muitas informações disponíveis na Internet, de fácil acesso, para informar sobre a história e as ações de tão importante programa.

Já de início, previa-se a necessidade de atuação conjunta de diversos órgãos federais e estaduais, sob uma coordenação atenta. Algumas ações, então, mostraram-se prioritárias: medidas de revisão dos esquemas de comércio fronteiriço, atenção aos problemas indígenas, implantação de marcos limítrofes, combate

ao narcotráfico e ao contrabando, além das ações de caráter social e das relacionadas à saúde da população. Assim é que surgiram ações de governo englobadas em “Projetos Especiais”, a serem implantados já a partir de 1986, a saber:

- Projetos Especiais para Incremento das Relações Bilaterais;
- Projetos Especiais para Aumento da Presença Militar na Área;
- Projeto Especial para o Incremento das Ações da Funai;
- Projeto Especial para Intensificação das Campanhas de Recuperação dos Marcos Limítrofes;
- Projeto Especial para Ampliação da Infra-Estrutura Viária;
- Projetos Especiais para Ampliação da Oferta de Recursos Sociais Básicos.

Todas essas ações ...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Vou terminar, Sr. Presidente.

Todas essas ações ajudaram a consolidar a presença brasileira sobre essa região tão importante num momento muito oportuno, dadas as demonstrações de interesse de organizações e de governos estrangeiros que se evidenciaram nos últimos tempos.

Sr. Presidente, ainda falta a leitura de duas páginas. Pediria a V. Ex^a que determinasse a publicação por inteiro.

Agradeço a V. Ex^a.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil possui um dos territórios mais extensos do mundo, porém sua ocupação pelo homem, tirante a de seus aborígenes, se deu de forma extremamente irregular, concentrando-se bem mais na faixa litorânea.

No Século XX, começou-se a dar atenção à necessidade de expansão do povoamento desse território, até mesmo no interesse de mantê-lo íntegro e sob domínio brasileiro.

Nesse aspecto, devemos fazer justiça ao empenho de grandes homens que tornaram possível a atual configuração territorial do Brasil. Para isso, além do notável Barão do Rio Branco, não podemos deixar de mencionar o “Conquistador do Acre”, Plácido de Castro; o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, um desbravador inigualável, responsável por estender a comunicação telegráfica por partes quase inexpugnáveis deste nosso País; e o Presidente Juscelino Kubitschek

de Oliveira, responsável pela grande interiorização do desenvolvimento, com a transferência da Capital para o centro do País e a construção da rodovia que liga Belém a Brasília, tornando possível o percurso terrestre do extremo norte ao extremo sul do País.

Depois, veio a construção da Rodovia Transamazônica, no Governo do Presidente Médici, com a intenção de ligar o extremo leste brasileiro ao Oceano Pacífico. Infelizmente, até hoje essa estrada não cumpriu seus objetivos primordiais de levar desenvolvimento à região amazônica e tem trechos em situação lastimável, intransitáveis aos veículos de transporte de pessoas ou de cargas.

Porém, apesar de todos os percalços, avançou-se muito no conhecimento do potencial da Amazônia, não apenas da borracha, cujo ciclo produtivo perdera terreno. Evidenciou-se o potencial das reservas de minérios os mais variados, que poderiam transformar-se em enormes riquezas para o País.

O fato é, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, até 1985, não houve um programa articulado de governo que levasse em conta a importância estratégica de ocupar a Amazônia, evitando que olhos cheios de cobiça de nações e de particulares estrangeiros pudessem assenhorear-se de suas terras e de suas riquezas.

Nesse aspecto, torna-se imprescindível uma ação voltada a preservar a integridade territorial, o que se faz principalmente com uma ocupação ordenada da faixa de fronteira, que, no caso da Amazônia, considerando-se apenas os seis Estados que formam a Região Norte, Amapá, Pará, Amazonas, Roraima, Acre e Rondônia, representa uma extensão de 10.938 quilômetros.

E foi há 20 anos, duas décadas atrás, portanto, no Governo do Presidente Sarney, que se concebeu um programa de desenvolvimento estratégico, contendo ações de caráter social, econômico e militar para essa imensa região de fronteira. O Programa Calha Norte, como é chamado até hoje, é mais um feito invejável a engrandecer o currículo de realizações do Presidente Sarney.

A partir da definição do programa, foram revitalizados os batalhões de fronteira, pequenas unidades militares localizadas no âmago da floresta ínvia, sentinelas em permanente vigília, zelando pelo patrimônio nacional representado por nosso território e por nossas riquezas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senti-me na obrigação de fazer o registro de tão importante programa, que está completando 20 anos de existência, porque participei do primeiro mutirão do Programa Calha Norte, na qualidade de Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal no Governo do Presidente José Sarney.

O Presidente Sarney acolheu proposta constante da Exposição de Motivos nº 18, de 19 de junho de 1985, da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN). Para levá-la adiante, criou um grupo de trabalho interministerial com a incumbência de apresentar medidas visando a atender às carências mais sérias, particularmente as de natureza socioeconômica, além de assegurar a soberania e a integridade territorial daquela região.

Reconhecendo, depois, as limitações do grupo de trabalho, decidiu aprovar, em 1º de dezembro de 1985, a Exposição de Motivos da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República (Seplan), assinada pelos Ministros da SEPLAN, das Relações Exteriores, do Interior e da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, instituindo nessa data o Projeto Calha Norte, hoje Programa Calha Norte.

Foram tantas as ações que beneficiaram as localidades de fronteira, antes tão relegadas à própria sorte, que é impossível no pouco tempo de que dispomos enumerá-las para conhecimento de V. Ex^{as}. Entretanto, há muitas informações disponíveis na Internet, de fácil acesso, para informar sobre a história e as ações de tão importante programa.

Já de início, previa-se a necessidade de atuação conjunta de diversos órgãos federais e estaduais, sob uma coordenação atenta. Algumas ações, então, mostraram-se prioritárias: medidas de revisão dos esquemas de comércio fronteiriço, atenção aos problemas indígenas, implantação de marcos limítrofes, combate ao narcotráfico e ao contrabando, além das ações de caráter social e das relacionadas à saúde da população. Assim é que surgiram ações de governo englobadas em "Projetos Especiais", a serem implantados já a partir de 1986, a saber:

- Projetos Especiais para Incremento das Relações Bilaterais;
- Projetos Especiais para Aumento da Presença Militar na Área;
- Projeto Especial para o Incremento das Ações da FUNAI na Faixa de Fronteira;
- Projeto Especial para Intensificação das Campanhas de Recuperação dos Marcos Limítrofes;
- Projeto Especial para Ampliação da Infra-Estrutura Viária; e
- Projetos Especiais para Ampliação da Oferta de Recursos Sociais Básicos.

Todas essas ações ajudaram a consolidar a presença brasileira sobre essa região tão importante num momento muito oportuno, dadas as demonstrações de interesse de organizações e de governos estrangeiros que se evidenciaram nos últimos tempos.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

Nada podia mostrar-se tão alvissareiro neste momento, quanto ter conhecimento de que o Presidente Lula vem dando ao Programa Calha Norte a importância que ele merece. E a esse respeito posso invocar o testemunho dos nobres Colegas que representam os Estados da Região Norte.

Nesse sentido, foram realizadas, em 2003, obras de construção e conclusão de instalações militares; construção e recuperação de rodovias; manutenção de aeródromos; recuperação e manutenção de embarcações do Comando Naval da Amazônia e do Centro de Embarcações desse Comando; construção de um tanque de piscicultura para a Comunidade Indígena do Balaio (índios Tucanos), próximo a São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, e obras de infra-estrutura nessa aldeia; apoio às escolas situadas nos Pelotões Especiais de Fronteira; manutenção de três pequenas centrais elétricas de Pelotões Especiais de Fronteira; realização de atividades cívico-sociais na Região da Calha Norte.

Conforme correspondência que recebi do Gerente do Programa Calha Norte, Coronel Roberto de Paula Avelino, em que reconhece o empenho dos parlamentares, que resultou na ampliação de recursos destinados ao programa em 2005, de aproximadamente 20 milhões de reais para mais de 235 milhões de reais, muito pode ser feito pela região, se houver interesse do governo e liberação dos recursos programados.

A correspondência cita um sem-número de realizações em 2004, que fica difícil relatar aqui. Mas elas podem ser agrupadas em: pavimentação, manutenção e ampliação de pistas de pouso; construção de quatro pequenas centrais hidrelétricas; construção e reforma de instalações militares; construções aeroportuárias; construção de rodovias e de pontes; construção de edifícios para a administração pública, com ênfase na fiscalização; realização de obras de infra-estrutura; apoio a comunidades carentes pela distribuição de material escolar e de equipamentos para as escolas nelas situadas; realização de obras portuárias; construção de escolas; reforma e modernização de instalações hospitalares; aquisição e reforma de embarcações destinadas ao uso militar e ao serviço público.

Tudo isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, tem como finalidade o desenvolvimento sustentável da Amazônia como um todo, permitindo que os habitantes da região possam firmar-se no território, com os benefícios sociais de que são merecedores na qualidade de cidadãos brasileiros. Assim, também poderemos confirmar a nossa soberania sobre a integridade do território, eliminando de vez o olho grande e cheio de cupidez que os mais

diversos agentes internacionais, públicos e privados, colocam sobre essa parcela tão significativa e tão rica de nosso território.

Sr. Presidente, quero finalizar este pronunciamento, afirmando que não podemos esmorecer na tarefa ingente de dotar a fronteira amazônica, que protege tão grande parcela de nosso Brasil, das condições necessárias à permanência do homem comum nessa região.

Com a ocupação e o desenvolvimento sustentável, ela produzirá riquezas e será mais fácil protegê-la de agentes externos, que, em geral, se preocupam apenas em praticar atividades ilícitas e perniciosas a nossa gente e ao País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Nobre Senador Romeu Tuma, V. Ex^a será atendido na forma do Regimento. Agradeço a colaboração com a Mesa.

Prorrogação da Hora do Expediente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim.

Senador Paulo Paim, V. Ex^a dispõe de até 5 minutos para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

Em seguida, fará uso da palavra o Senador Flexa Ribeiro.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu só gostaria de me inscrever, pela Liderança do PSDB, após o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa registra a inscrição de V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senadores e Senadoras, em primeiro lugar, eu queria deixar registrado nos Anais da Casa um documento que fiz em apoio à nova Central Sindical dos Trabalhadores, que, em congresso recente, com a presença de mais de cinco mil sindicalistas, elegeu como presidente o companheiro José Calixto Ramos.

Essa central, Sr. Presidente, reúne a maioria das confederações. Ao longo do meu discurso, dedicarei algumas palavras de incentivo a esses líderes sindicais. Tenho certeza de que, neste momento difícil da vida nacional, essa nova central saberá, de maneira firme e decidida, defender os direitos dos trabalhadores do campo e da cidade, exigir que as investigações das CPIs sejam feitas com muita firmeza, ao mesmo

tempo que a defesa do processo democrático e da governabilidade.

Enfim, percebi que essa central sindical tem um compromisso com seus filiados, cerca de 12 milhões de trabalhadores, bem como com a defesa intransigente dos direitos do conjunto da população brasileira.

Além disso, Sr. Presidente, também quero homenagear a Casa, se assim me permitirem, e principalmente o Relator Rodolpho Tourinho e V. Ex^a, Senador Tião Viana, porque hoje à noite, numa sessão, tenho certeza, histórica do Congresso – repito, num momento tão difícil da vida nacional –, vamos promulgar a PEC Paralela.

Sr. Presidente, tenho recebido milhares de correspondências cumprimentando o Senado da República pela aprovação da PEC Paralela, que vai garantir, não me canso de dizer, a integralidade dos vencimentos, a paridade para aposentados e pensionistas, a regra de transição, a não contribuição dos inativos com doenças incapacitantes, a aposentadoria para a dona-de-casa e o controle social. Por isso, o Senado e a Câmara acertaram, e, com esta PEC, traremos, a partir de hoje, pois será promulgada esta noite, benefício direto para mais de dez milhões de brasileiros.

Mas tenho também recebido correspondência demonstrando a preocupação dos professores. Nesse sentido, encaminho aos registros da Casa, de forma definitiva, a contribuição que recebi do consultor Gilberto Guerzoni Filho, aqui do Senado, cuja visão, que é a mesma minha, é a de que está garantida também a regra de transição para os professores.

Terei um encontro amanhã de manhã com Jussara Dutra, que preside e coordena os professores em todo o País, e apresentarei a visão que tenho, analisada com muita competência e precisão por esse consultor do Senado da República, de que os professores de todo o País também terão direito à regra de transição. Os outros pontos em destaque não suscitam nenhuma preocupação, mas a regra de transição estará também garantida, pela análise que faz Guerzoni.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sua defesa é incisiva, forte, competente e me dá esta segurança na tribuna de afirmar que milhares e milhares de professores estarão contemplados com a regra de transição.

Leio a parte final do parecer, Sr. Presidente:

Do exposto, concluímos que, ainda que isso não conste expressamente no dispositivo, é possível, numa visão sistemática da Constituição, construir a interpretação de que os professores da educação infantil, do ensino

fundamental e médio têm direito ao tratamento diferenciado na regra de transição constante no art. 3º da PEC paralela da reforma da Previdência, na mesma proporção do tratamento que lhes é atribuído pelo § 5º do art. 40 do corpo permanente da Carta Magna.

Sr. Presidente, eu me reuni, minutos atrás, com uma delegação de produtores de todo o País, que estavam muito preocupados com uma reunião que tinha sido marcada naquele dia do tratorço. Liguei para o Líder Mercadante e para o Ministro Roberto Rodrigues, e a reunião está confirmada: será hoje à tarde, para fechar o entendimento. É uma grande preocupação por parte dos arrozeiros que o preço mínimo da saca fique em R\$25,00.

O Ministro Roberto Rodrigues e o Ministro Antonio Palocci, que, se não puder estar presente, mandará um representante, junto com outros ministérios, haverão de construir, tenho certeza, esse grande entendimento ainda no dia de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, preocupado com a questão que envolve a categoria dos professores quanto à regra de transição instituída pela PEC Paralela solicitei estudo junto à Assessoria Legislativa desta Casa no que se refere à questão.

Mediante a Nota Técnica nº 1.390/05, o Consultor Gilberto Guerzoni Filho apresentou a seguinte análise.

Efetivamente, a proposta introduz uma nova opção para a aposentadoria dos servidores públicos, constante do seu art. 3º, cujo texto resulta de emenda apresentada pelo ilustre solicitante quando da tramitação inicial da matéria no Senado Federal:

Art. 3º. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal, ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I – trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II – vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;

III – idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 40, § 1º, inciso III, alínea a, da Constituição Federal, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I deste artigo.

Parágrafo único. Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base neste artigo o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com este artigo.

Na redação aprovada pela Câmara dos Deputados, esse dispositivo continha um § 1º, que determinava:

Art. 3º

§ 1º Para o professor que comprove tempo de efetivo exercício exclusivamente nas funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio serão reduzidos em cinco anos os requisitos a que se refere o inciso I deste artigo e serão considerados, para efeito de redução da idade mínima a que se refere o inciso III deste artigo, os limites decorrentes do art. 40, § 5º, da Constituição Federal.

§ 2º (atual parágrafo único)

Esse parágrafo foi suprimido por esta Casa, que acolheu argumento do ilustre relator da matéria de que o tema não tinha constado do texto originalmente aprovado pelo Senado Federal.

Passando a analisar o assunto, registre-se, inicialmente, que se impõe trabalhar com o texto tal qual ele se transformou em norma jurídica, harmonizando-o com os demais dispositivos. A informação acima acerca da gênese do dispositivo é ilustrativa, mas não vincula a interpretação.

Com certeza, a primeira interpretação possível do art. 3º da “PEC Paralela” é aquela que exclui dele qualquer norma especial destinada aos professores, uma vez que isso não consta dele. Trata-se, aqui, tão somente, de ler o dispositivo, de forma isolada.

Nessa hipótese, para usufruir a transição, os professores seriam equiparados a todos os demais servidores públicos, sem qualquer forma de tratamento próprio.

Essa não é, entretanto, a única interpretação possível do tema.

Efetivamente, ensinam os melhores hermeneutas que a Constituição e suas emendas devem, sempre, ser interpretadas como um sistema. Conforme Carlos Maximiliano, in “**Hermenêutica e aplicação do Direito**”, p. 128-9:

Por umas normas se conhece o espírito das outras. Procura-se conciliar as palavras antecedentes com as conseqüentes, e do exame das regras em conjunto deduzir o sentido de cada uma.

.....
Não se encontra um princípio isolado, em ciência alguma; acha-se cada um em conexão íntima com outros. O Direito objetivo não é um conglomerado caótico de preceitos; constitui vasta unidade, organismo regular, sistema, conjunto harmônico de normas coordenadas, em interdependência metódica, embora fixada cada uma no seu lugar próprio. De princípios jurídicos mais ou menos gerais deduzem corolário; uns e outros se condicionam e restringem reciprocamente, embora se desenvolvam de modo que constituem elementos autônomos operando em campos diversos.

.....
Já não se admitia em Roma que o juiz decidisse tendo em mira apenas uma parte da lei; cumpria examinar a norma em conjunto: **Incivite est, nisi tota perspecta, una aliqua particula ejus proposita, judicare, vel respondera** – é contra o Direito julgar ou emitir parecer, tendo diante dos olhos, ao invés da lei em conjunto, só uma parte da mesma.

Ora, desde a Emenda Constitucional nº 18, de 30 de junho de 1981, as Constituições brasileiras prevêem que têm os professores direito a normas especiais para a sua aposentadoria. Essas normas sempre permitiram a eles passarem à inatividade com um redutor de cinco anos sobre as exigências gerais destinadas aos demais trabalhadores.

Desde a Emenda Constitucional nº 41, de 2003, a aposentadoria especial dos professores no serviço público é prevista da seguinte forma:

Art. 40.....

§ 5º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco

anos, em relação ao disposto no § 1º, III, a, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

.....

Essa discriminação somente pode ser entendida pelo reconhecimento, pelos constituintes, das condições especiais de trabalho a que são submetidos os docentes.

Dentro desse entendimento, observa-se que quando ocorreram reformas da previdência, as suas regras de transição sempre buscaram ser neutras no tema, mitigando as suas exigências na mesma proporção da regulamentação geral da matéria, prevista no acima transcrito § 5º do art. 40 da Constituição.

Foi assim tanto na Emenda Constitucional nº 20, de 1998, quanto na Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

Vejamos o art. 8º daquele primeiro diploma legal:

Art. 8º Observado o disposto no art. 4º desta Emenda e ressalvado o direito de opção a aposentadoria pelas normas por ela estabelecidas, é assegurado o direito à aposentadoria voluntária com proventos calculados de acordo com o art. 40, § 3º, da Constituição Federal, àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública, direta, autárquica e fundacional, até a data de publicação desta Emenda, quando o servidor, cumulativamente:

I – tiver cinqüenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II – tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria;

III – contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.

.....

§ 4º O professor, servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que, até a data da publicação desta Emenda, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo

de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no *caput*, terá o tempo de serviço exercido até a publicação desta Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício das funções de magistério.

.....

A Emenda Constitucional nº 41, de 2003, estabeleceu as regras de transição em seu art. 6º, que prevê:

Art. 6º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelo art. 2º desta Emenda, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação desta Emenda poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no § 5º do art. 40 da Constituição Federal, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

I – sessenta anos de idade, se homem, e cinqüenta e cinco anos de idade, se mulher;

II – trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

III – vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e

IV – dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

.....

Ou seja, em todos os seus dispositivos, ambas as Reformas da Previdência prevêem que, quando se tratar da aposentadoria de professor na educação infantil e no ensino fundamental e médio, os requisitos de idade e tempo de contribuição neles especificados são reduzidos em cinco anos.

Trata-se, aqui, do reconhecimento da necessidade da aplicação à matéria do princípio da igualdade, cláusula pétrea da nossa Carta Magna, o primeiro de seus princípios, que condiciona e conduz os demais. E, já é lugar comum lembrar que estamos cumprindo esse princípio fundamental não apenas quando trata-

mos os iguais igualmente como quando tratamos os desiguais desigualmente.

Ora, se a Constituição afirma que os professores são diferentes no tocante à sua aposentadoria, estaríamos descumprindo o princípio da igualdade se os tratássemos de forma idêntica aos demais trabalhadores nas regras de transição, uma vez que isso se traduziria em tratar desiguais igualmente.

Assim, entender que o art. 3º da “PEC Paralela” não incluiu, implicitamente, tratamento diferenciado aos professores discriminados no texto permanente da Constituição poderia significar atentado à interpretação sistemática da nossa Carta Magna.

Ou seja, nessa linha, impor-se-ia dar ao dispositivo interpretação conforme a Constituição, estendendo-o aos professores na proporção adequada ao tratamento que a Lei Maior lhes dá.

Essa interpretação pode ser feita tanto administrativa quanto judicialmente, cabendo, com certeza, ao Supremo Tribunal Federal, no limite, espancar todas as dúvidas sobre a matéria, cabendo registrar que aquela alta Corte tem, reiteradamente, firmado o entendimento do primado do princípio da igualdade.

Do exposto, concluímos que, ainda que isso não conste expressamente do dispositivo, é possível, numa visão sistemática da Constituição, construir a interpretação de que os professores da educação infantil e do ensino fundamental e médio têm direito a tratamento diferenciado na regra de transição constante do art. 3º da “PEC Paralela” da Reforma da Previdência, na mesma proporção do tratamento que lhes é atribuído pelo § 5º do art. 40 do corpo permanente da Carta Magna.

Outro assunto sobre o qual me reporto é que, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há poucos dias, tive a honra de participar aqui em Brasília, do congresso de fundação da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST).

Essa nova entidade nasceu por iniciativa de Confederações Nacionais de Trabalhadores integrantes do Fórum Sindical de Trabalhadores que sonharam com uma central comprometida com o trabalhador; autônoma e independente e que seja capaz de defender intransigentemente os direitos trabalhistas e sindicais.

A Nova Central já nasce grande, representando cerca de doze milhões de trabalhadores de todo Brasil, com a filiação de mais de mil entidades exclusivamente sindicais.

A Nova Central Sindical de Trabalhadores segue o princípio da defesa da manutenção integral do Artigo oitavo da Constituição Federal que, dentre outros aspectos, determina a unicidade sindical.

Segundo seus fundadores, a nova entidade também tem como objetivo unir representantes de confederações, federações e sindicatos de todo o Brasil que lutam contra os rumos dados à discussão da reforma sindical coordenada pelo Fórum Nacional do Trabalho (FNT).

De acordo com a carta de princípios e estatutos, a nova central nasce como uma organização unitária e classista, construída de baixo para cima, soberana e independente, livre do assédio do patronato, isenta do contágio de partidos e imune à ingerência governamental.

Os cerca de cinco mil sindicalistas e trabalhadores que participaram do Congresso escolheram para presidente o companheiro José Calixto Ramos, que considero ser um dos ícones do movimento sindical brasileiro.

Tenho absoluta certeza que neste momento crucial para a vida da nação brasileira, a Nova Central saberá se colocar de maneira firme e decidida em defesa das instituições democráticas e pelos direitos dos trabalhadores e pela cidadania plena.

Vida longa a Nova Central Sindical de Trabalhadores!

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno, por cinco minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quanto mais adentramos o século XXI, mais aguda se torna a necessidade de implementação de políticas públicas que levem à superação de nossas desigualdades sociais e que, ao mesmo tempo, permitam aumentar a produtividade e a competitividade de nossa economia. Essas políticas, no entanto, não se podem guiar pelo simples assistencialismo. A distribuição de recursos aos grupos em desvantagem social deve ser acompanhada pela transferência de conhecimentos, pela educação e pela capacitação de seus destinatários, sob pena de resvalar para o desperdício ou, pior, para a demagogia.

O caso da Coréia do Sul, Senador Antonio Carlos Magalhães, que, no intervalo de pouco mais de uma geração, passou de um estágio agrário tradicional para uma sociedade de informação, é o mais claro exemplo de utilização eficaz de recursos públicos para a modificação definitiva e para melhor da textura social de um país.

No Brasil, muito se avançou nos últimos anos no tocante à aceitação de políticas destinadas a promo-

ver a emancipação da sociedade civil. Entre as novas políticas, deve ser destacado o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicação. Criado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, esse Fundo se destina a complementar o processo de privatização das telecomunicações, contrabalançando alguns de seus efeitos menos desejáveis.

O modelo anterior das telecomunicações baseava-se, como sabemos todos, na forte presença do Estado, na qualidade de operador, legislador e regulador do mercado. Esse modelo teve o mérito de criar uma base técnica extremamente competente, bem como de lançar os fundamentos para a expansão e modernização do sistema. Esgotada a capacidade de financiamento do Estado, o modelo estatal, passou, no entanto, a representar um entrave ao crescimento do País.

Sem dinheiro para investir, mantendo pesados subsídios, o Estado não teve alternativa senão privatizar o sistema. Os resultados obtidos, Senador Cristovam Buarque, foram excelentes. Tanto a qualidade quanto a disponibilidade dos serviços deram um salto; enormes investimentos garantiram a modernização de nossas telecomunicações.

Houve, no entanto, alguns efeitos adversos. O fato de o Estado não mais manter o controle direto das empresas implicou a eliminação do sistema de subsídios e controle de preços que mantinha comparativamente baixos os preços ao consumidor, bem como o fim da intervenção direta na atuação das empresas.

Consciente desses efeitos negativos, o Governo divisou um meio de manter a ação social no campo das telecomunicações pela criação do Fundo de Universalização do Sistema de Telecomunicações. O Fust, como é chamado, é financiado pela cobrança do percentual de 1% da receita operacional bruta das operadoras de telecomunicações, não apenas das telefônicas. O Fundo recebe ainda aportes decorrentes do exercício do poder fiscalizador da Anatel. O montante arrecadado pelo Fundo, no ano de 2004, atinge a imensa quantia de R\$3,7 bilhões, conforme relatório emitido pelo Tribunal de Contas da União.

Tanto dinheiro, poderíamos pensar, deve estar bancando o imenso programa de ações sociais, Presidente Tião Viana. No entanto, diz o TCU, a ausência de diretrizes governamentais claras impede o uso desses recursos.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Em outros termos, Sr. Presidente, neste momento, R\$3,7 bilhões estão simplesmente parados nos cofres do Governo por falta de orientação política. R\$3,7 bilhões que nem sequer estão sendo remunerados!

Em parte para compor o superávit fiscal que é demandado pelos organismos internacionais e em parte por pura e simples incapacidade gerencial, o Governo Federal deixa guardado um montante de recursos superior a US\$1 bilhão!

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pois não, Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador, desculpe interrompê-lo, mas é porque se trata de um assunto que já me levou à tribuna mais de uma vez. Realmente, é uma questão grave. Estamos com quase R\$4 milhões parados nesses fundos que todos nós pagamos. Ao pagarmos a conta de telefone, 1% do valor vai para esse Fundo, que tem quase R\$4 milhões. Uma das funções desses recursos seria levar computadores às escolas públicas.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Portanto, gostaria de me solidarizar com V.Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Eduardo Azeredo, o aparte de V.Ex^a muito me honra e enriquece meu pronunciamento.

Uma afirmação desse teor seria inacreditável mesmo em países ricos, que houvessem equacionado sua questão social de forma mais justa, tal como o Canadá ou a Alemanha. Em um país pobre como o nosso, o desperdício desses recursos é absolutamente escandaloso.

E, no entanto, é exatamente o que acontece. Programas importantes como o de informatização das escolas públicas estão praticamente paralisados, com conseqüências deletérias.

Esse programa, aliás, é um exemplo do vacilante comportamento do Governo quanto à aplicação de recursos sociais.

Iniciado durante o Governo passado, já em 2002 o Programa foi paralisado por ordem judicial, em ação movida por dois Deputados de partidos que hoje compõem a base governista, que discordavam da utilização do sistema operacional.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Flexa Ribeiro, V.Ex^a dispõe de 1 minuto, improrrogável.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço a generosidade.

Do sistema operacional *Windows* nas máquinas compradas.

Independentemente do mérito da questão, o fato é que, com o advento do novo Governo, a verba ain-

da não investida foi tragada pelo desejo irrefreável de fazer caixa e, desde então, está, juntamente com o restante dos recursos do Fust, mofando em algum cofre do Governo.

Essa inapetência para utilização dos recursos do Fust é duplamente cruel se lembrarmos que, em média, sobre os serviços de telecomunicações, já incide uma carga tributária da ordem de 40%.

A não utilização desses recursos elimina essa dimensão social e transforma o Fust em apenas mais um tributo para saciar a fome de recursos do Governo e onerar a sofrida sociedade brasileira.

Também como preocupação, percebemos que, para aplacar as críticas, o Governo pode utilizar os recursos do Fust de forma pouco criteriosa, como base de um programa indiscriminado de obras com fins eleitorais.

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Alberto Silva, para uma comunicação inadiável, nos termos do inciso II do § 2º do art. 158 do Regimento Interno.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveito este pequeno espaço que me acaba de ser cedido para continuar o que ontem eu dizia.

Gostaria de salientar que o Presidente Lula declarou, certa vez, que envidaria todos os esforços no sentido de gerar renda, principalmente no campo. Como o problema de assentamento do Incra não tem sido satisfatório, lembro, aqui e agora, que temos, como se diz vulgarmente, a faca e o queijo na mão: o Projeto Biodiesel, que, infelizmente, está sem dono. Veio uma medida provisória, fizemos algumas alterações, mas quem está comandando o Programa Biodiesel no que se refere a quem plantará a oleaginosa para dela extrair o óleo e deste fazer o *biodiesel*? Não há nada regulamentado. A Petrobras diz que é possível misturar 2% do *biodiesel* ao óleo mineral comum. Qual é o objetivo? Essa medida resolve ou não o problema do lavrador?

Faço um resumo. O Brasil poderia perfeitamente, neste momento, cuidar do *biodiesel* como uma saída para o mundo, que precisa de combustível renovável. Os países que assinaram o Protocolo de Kyoto compram toda a produção brasileira – os da Europa, a

China e o Japão. Por que não produzir o *biodiesel* em grande escala?

Há milhares, milhões de lavradores plantando mandioca, milho e feijão, obtendo uma pequena renda pelo menos na região do semi-árido do Nordeste. É aquela vida de menos de metade de um salário mínimo, se tanto. Fazem, então, biscates de um lado e de outro. Qual a solução, senhores?

Por que não criamos um programa como o Pro-Álcool? Vamos criar a Biobrás. Não seria interessante? A Petrobras cuida de gás e de combustíveis fósseis, e a Biobrás, ou qualquer outro nome que seja, criaria as condições para o Brasil produzir não 800 milhões de litros ou toneladas, como faz, mas a exemplo do Pro-Álcool, vamos produzir 14 bilhões de litros de álcool/ano. Mas o Pro-Álcool não gera empregos. As máquinas cortam, moem e transformam a cana em álcool.

Podemos plantar mamona e feijão e empregar milhares de lavradores. Com três hectares de mamona e de feijão, aproveitando o pé de mamona para produzir adubo orgânico, é possível obter uma renda entre R\$700,00 a R\$800,00 por mês, o que é um bom começo.

Agora, vamos pensar na soja. O Brasil exporta quarenta milhões de toneladas. Quem compra os grãos diz: “Muito obrigado, Brasil. Vocês nos vendem uma riqueza imensurável. Por que não industrializam isso?” E nós ficamos olhando o quê? Mandamos milhões de toneladas de grãos, e lá eles retiram o que podem da soja, do óleo aos flavonóides, pois a soja é um alimento riquíssimo tanto para o homem como para qualquer animal.

O que poderíamos fazer se existisse um órgão regulador? A Biobrás – vamos chamar por enquanto de Biobrás –, que regulamentaria e seria um programa como a Petrobras, que cuida de gás e petróleo? Vamos cuidar do combustível alternativo. Podemos fazer isso, em um espaço muito curto de tempo. Querem ver? De 10 milhões de toneladas de soja, 20% é óleo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Concluo, Sr. Presidente, dizendo apenas que, com 2 milhões de toneladas de soja, obtenho 2 bilhões de litros de *biodiesel*. E o farelo? Modifico as condições em que se encontra hoje, e transformo em farinha panificável. É possível? É absolutamente viável. Vamos economizar, do trigo que importamos, US\$240 milhões, porque a farinha de soja, misturada com 30% de farinha de trigo, produz um pão muito mais nutritivo do que o de trigo apenas.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Estão inscritos os Senadores Eduardo Azeredo, César Borges, Ney Suassuna e V. Ex^a

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2005

Altera o Código Penal e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para elevar o período mínimo de cumprimento da pena na concessão do livramento condicional a condenados por crimes hediondos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso V do art. 83 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com redação determinada pela Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Requisitos do livramento condicional

Art. 83.

.....

V – cumprido mais de quatro quintos da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza.

..... (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o art. 5º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990.

Justificação

O condenado por crime hediondo deve cumprir a pena em regime integralmente fechado, conforme dispõe o § 1º do art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990. Portanto, aqueles que praticam homicídio qualificado, latrocínio, estupro, extorsão mediante seqüestro, falsificação de remédios, entre outros crimes definidos na legislação como hediondos, não têm direito a progressão para regimes penitenciários mais brandos (semi-aberto ou aberto).

No entanto, contraditoriamente, a Lei nº 8.072, de 1990, permitiu a concessão de livramento condicional na hipótese de crime hediondo, desde que o condenado cumpra dois terços da pena e não seja reincidente em crimes da mesma natureza. Eis o inaceitável paradoxo: primeiro, a referida lei determina textualmente que “a pena por crime previsto neste artigo [art. 1º] será cumprida integralmente em regime fechado”; depois, no art. 5º, permite a concessão do livramento condicional, que, em tese, é mais favorável do que a própria progressão de regimes.

Ao apresentarmos o Projeto de Lei do Senado nº 113, de 2003, que revoga inciso V, do artigo 83, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, pretendíamos eliminar a apontada contradição, acabando de vez com a possibilidade de concessão de livramento condicional no caso de crimes hediondos. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), porém, rejeitou a proposição. Nos debates, prevaleceram razões de ordem técnica, bem como a indefinição do Supremo Tribunal Federal quanto à constitucionalidade do § 1º do art. 2º da Lei nº 8.072, de 1990, que trata justamente da vedação da progressão de regime (consultar, a propósito, o **Habeas Corpus** nº 82.959/SP). Vários Senadores, no entanto, dispuseram-se a construir uma solução intermediária, cientes de que a concessão do livramento condicional para crimes hediondos pode representar um elevado risco à sociedade.

É nesse contexto que surge a presente proposição legislativa. Seu objetivo é o de colocar a legislação brasileira em termos minimamente equilibrados, pois consideramos inadmissível que um homicida, depois de executar a vítima com requintes de crueldade, possa ganhar a liberdade ao cumprir apenas dois terços da pena. Essa permissividade da legislação redundante, em última análise, na banalização da própria sentença penal condenatória. De que vale o juiz ou o tribunal do júri condenar o criminoso, sendo que, logo adiante, ele será solto para cumprir em liberdade uma parte significativa da pena? Isso não seria justiça inteira, no máximo dois terços de justiça.

Para retificar essa falha gritante da legislação, estamos propondo a elevação do percentual de cumprimento da pena como requisito à concessão do livramento condicional no caso de crime hediondo. Se aprovada a proposição, o agente terá que cumprir quatro quintos da pena, isto é, sua liberdade condicional ficará restrita à vigésima parte restante da pena.

Embora não seja essa a solução ideal, porquanto nosso objetivo primeiro era a vedação do livramento condicional, reiteramos nossa vontade de restringir os benefícios penais aos condenados por crimes he-

diondos, que merecem uma reação firme e decidida do Estado.

Sala das Sessões, em 5 de julho de 2005. – Senador **Hélio Costa**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte lei:

Requisitos do livramento condicional

Art. 83. o juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a dois anos, desde que:

I – cumprida mais de um terço da pena se o condenado não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes;

II – cumprida mais da metade se o condenado for reincidente em crime doloso;

III – comprovado comportamento satisfatório durante a execução da pena, bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído e aptidão para prover à própria subsistência mediante trabalho honesto;

IV – tenha reparado, salvo efetiva impossibilidade de fazê-lo, o dano causado pela infração.

Parágrafo único. Para o condenado por crime doloso, cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, a concessão do livramento ficará também subordinada à constatação de condições pessoais que façam presumir que o liberado não voltará a delinquir.

LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º São considerados hediondos os crimes de latrocínio (art. 157, § 3º, **in fine**), extorsão qualificada pela morte, (art. 158, § 2º), extorsão mediante seqüestro e na forma qualificada (art. 159, **caput** e seus §§ 1º, 2º e 3º) estupro (art. 213, **caput** e sua combinação com o art. 223, **caput** e parágrafo único), atentado violento ao pudor (art. 214 e sua combinação com o art. 223, **caput** e parágrafo único), epidemia com resultado

morte (art. 267, § 1º), envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal, qualificado pela morte (art. 270, combinado com o art. 285), todos do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), e de genocídio (arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956), tentados ou consumados

Art. 5º Ao art. 83 do Código Penal é acrescido o seguinte inciso:

“Art. 83.

V – cumprido mais de dois terços da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza.”

(À Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Passa-se à

ORDEM DO DIA

A Presidência propõe ao Plenário a inclusão na Ordem do Dia dos Requerimentos dos Srs. Senadores Sérgio Guerra e Tasso Jereissati, de audiência na Comissão. (Pausa.)

Não havendo objeção, assim será feito.

Os itens de nºs 1 a 4 ficam com a votação transferida para a sessão de amanhã.

São os seguintes os itens que tiveram a votação transferida:

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 31, DE 2000

(Votação nominal)

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorá-

vel, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 29, DE 2002

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef)*.

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 12, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 12, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da*

União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Relatora Senadora Serys Slhessarenko, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT - AC)

– Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 457, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 457, de 2005, do Senador Sérgio Guerra, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

Votação do requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e, posteriormente, retorna à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 457, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 457, de 2005, do Senador Sérgio Guerra, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

Votação do requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e, posteriormente, retorna à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 458, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 458, de 2005, do Senador Sérgio Guerra, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 336, de 1999, Complementar, além

da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a de Agricultura e Reforma Agrária.

Votação do requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam quiseram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria, juntamente com o Projeto de Lei do Senado nº 566, de 1999-Complementar, que tramita em conjunto, vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e, posteriormente, retorna à de Assuntos Econômicos e à de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 459, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 459, de 2005, do Senador Sérgio Guerra, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2003, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a de Agricultura e Reforma Agrária.

Votação do requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam quiseram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e, posteriormente, retorna à Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 460, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 460, de 2005, do Senador Sérgio Guerra, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 654, de 1999, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a de Agricultura e Reforma Agrária.

Votação do requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam quiseram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e, posteriormente, retorna à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 483, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 483, de 2005, do Senador Sérgio Guerra, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2003, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a de Agricultura e Reforma Agrária.

Votação do requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam quiseram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e, posteriormente, à de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 484, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 484, de 2005, do Senador Sérgio Guerra, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2003, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a de Agricultura e Reforma Agrária.

Votação do requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam quiseram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e, posteriormente, à de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 485, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 485, de 2005, do Senador Sérgio Guerra, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2003, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a de Agricultura e Reforma Agrária.

Votação do requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam quiseram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e, posteriormente, à de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 486, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 486, de 2005, do Senador Sérgio Guerra, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 395, de 2003, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a de Agricultura e Reforma Agrária.

Votação do requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e, posteriormente, à de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 487, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 487, de 2005, do Senador Sérgio Guerra, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2003, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a de Agricultura e Reforma Agrária.

Votação do requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e, posteriormente, à de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 499, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 499, de 2005, do Senador Sérgio Guerra, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado 201, de 2004, além das comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a de Agricultura e de Reforma Agrária.

Votação do requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e, posteriormente, às de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Sociais e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo a esta última a decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 500, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 500, de 2005, do Senador Sérgio Guerra, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 64, de 2005, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a de Agricultura e Reforma Agrária.

Votação do requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e, posteriormente, à de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 501, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 501, de 2005, do Senador Sérgio Guerra, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2004, além das comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a de Agricultura e Reforma Agrária.

Votação do requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e, posteriormente, às de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 651, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 651, de 2005, do Senador Sérgio Guerra, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a de Agricultura e Reforma Agrária.

Votação do requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e, posteriormente, à de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 652, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 652, de 2005, do Senador Sérgio Guerra, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2003, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja também ouvida a de Agricultura e Reforma Agrária.

Votação do requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e, posteriormente, à de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 653, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 653, de 2005, do Senador Sérgio Guerra, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 360, de 2003, além da comissão constante do despacho inicial da distribuição, seja ouvida também a de Agricultura e Reforma Agrária.

Votação do requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e, posteriormente, à de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 654, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 654, de 2005, do Senador Sérgio Guerra, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2003, além da comissão constante do despacho inicial da distribuição,

seja ouvida também a de Agricultura e Reforma Agrária.

Votação do requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e, posteriormente, à de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 454, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 454, de 2005, do Senador Tasso Jereissati, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 511, de 2003, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Votação do requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e, posteriormente, retorna à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 455, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 455, do Senador Tasso Jereissati, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 433, de 2003, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Votação do requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e, posteriormente, retorna à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 456, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 456, do Senador Tasso Jereissati, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do

Senado nº 228, de 2003, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Votação do requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e, posteriormente, retorna à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 498, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 498, de 2005, do Senador Tasso Jereissati, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2002, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Votação do requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e, posteriormente, retorna à de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 556, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 556, de 2005, do Senador Tasso Jereissati, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 195, de 2002; 207, 339 e 361, de 2004, por regularem a mesma matéria.

Votação do requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 195, de 2002; 207, 339 e 361, de 2004, passam a tramitar em conjunto e retornam ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Volta-se ao **Item 5:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2003

(Votação nominal, se não houver emendas)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais* (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Na sessão deliberativa extraordinária realizada em 30 de junho passado, a Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, constou da Ordem do Dia como item 6. Colocada em discussão, esta Presidência declarou como encerrada a quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno.

Entretanto, havia uma emenda que deixou de ser lida naquela oportunidade. Conteúdo neste momento a emenda, não há número suficiente, precisando de subscritores.

Em discussão a proposta.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A matéria será votada oportunamente.

A SR^a FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, era apenas para obter esse esclarecimento, porque hoje o **quorum**...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A matéria será votada oportunamente, Senadora Fátima Cleide...

A SR^a FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Muito obrigada pelo esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – ...embora a Mesa afirme que a matéria continua na Ordem do Dia para ser votada a qualquer momento.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – **Item 6:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2003

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral.

Parecer sob nº 463, de 2005, do relator Senador José Jorge, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ que apresenta.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quinta-feira, quando teve sua discussão encerrada.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a segunda sessão de discussão.

Em discussão a proposta e a emenda.

Concedo a palavra ao eminente Senador Marco Maciel.

S. Ex^a dispõe de até dez minutos.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Para discutir. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente Tião Viana, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo, na oportunidade em que a proposta de emenda constitucional de autoria do nobre Senador Pedro Simon vem à discussão neste Plenário, com parecer do Senador José Jorge, proferido na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tecer sobre o assunto algumas considerações que me parecem apropriadas.

Em primeiro lugar, gostaria de destacar que há um fenômeno que ocorre em todo o mundo, mas de modo especial no Brasil, que é o aumento da expectativa de vida da população. No Brasil, na década de 1950, portanto, há pouco mais de cinqüenta anos, havia uma expectativa de vida inferior a 50 anos. Hoje, felizmente, a expectativa de vida está próxima dos 70 anos.

É importante destacar que a Constituição de 1934 e a famigerada Constituição “polaca”, de Getúlio Vargas, de 1937, já estabeleciam que a aposentadoria compulsória ocorreria aos 68 anos; portanto, numa idade acima da expectativa de vida à época.

Os textos constitucionais posteriores: a Constituição de 1946, a Constituição de 1967, a Emenda Constitucional nº 1, de 1969, bem assim, a Constituição em vigor, de 1988, passaram a abrigar como limite para a aposentadoria compulsória a idade de 70 anos. Essa é praticamente a expectativa de vida do brasileiro hoje, o que significa dizer que, assim como aconteceu com a Constituição de 1946, em relação à de 1937, houve ampliação do limite para a aposentadoria.

É natural agora, no momento em que cresceu mais significativamente a expectativa de vida dos brasileiros, que se cogite ampliar, conseqüentemente, a ida-

de para a aposentadoria compulsória dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores.

Aliás, se formos nos valer do modelo norte-americano, verificamos que, sob esse aspecto, a Constituição americana é mais liberal ainda, porque não estabelece para os membros da Suprema Corte limite de idade para aposentadoria. Em tese, o Ministro da Suprema Corte nos Estados Unidos permanece como integrante da Corte até sua morte ou, se o desejar, somente se o desejar, poderá se retirar antes.

A Constituição brasileira se louva no modelo norte-americano. É bom lembrar que a Constituição de 1891, que institucionalizou a República no Brasil, seguiu em suas linhas mestras o modelo da Constituição americana de 1787. Então, esse argumento é extremamente procedente, porque estamos tomando como paradigma algo que inspirou sucessivas constituições brasileiras, inclusive a de 1988, que consagrou a continuidade daquelas instituições que marcam a República federativa, bicameral, presidencialista, com a tripartição dos Poderes.

Na verdade, se se estabelecer em 75 anos a idade da aposentadoria compulsória para os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores não quer dizer que o magistrado fique impedido de se aposentar, se o desejar, por tempo de contribuição. A proposta aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania condiciona a eficácia plena da emenda constitucional à existência de uma lei complementar que regule o assunto.

Minha opinião, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é no sentido de que possamos acolher a emenda apresentada pelo nobre Senador Edison Lobão, que estabelece que, com relação aos Ministros do Supremo Tribunal Federal, a regra determinada na emenda constitucional, acaso acolhida pelo Congresso Nacional, venha a ser, imediatamente, aplicada, isto é, tenha eficácia plena a partir da sua promulgação, como, aliás, sói acontecer com as emendas constitucionais cuja vigência ocorre, salvo cláusula expressa em contrário.

Ouçó, com satisfação, o nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Senador Marco Maciel, V. Ex^a aborda esse assunto com a propriedade de sempre e fala na aprovação dele na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania. Tivemos esse problema lá e, como não se queria retardar, foi votado dessa maneira, mas folgo em dizer que, na ocasião, o Senador Aloizio Mercadante teve a mesma opinião que V. Ex^a está esboçando neste instante em relação à emenda do Senador Edison Lobão. De modo que eu acho que será útil, e a Mesa

deve providenciar com urgência essas votações para que haja tempo hábil e possamos votá-la, já que há praticamente um acerto entre Governo e Oposição no sentido de aprová-la nos termos da emenda Edison Lobão, que V. Ex^a, com tanto brilhantismo, defende agora. Muito obrigado.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, o aparte e o esclarecimento que presta, criando condições, assim, para conscientizar o Plenário, se assim posso dizer, no sentido do acolhimento da emenda proposta.

Feitas essas considerações de caráter formal, de caráter legal, eu gostaria de tecer agora considerações de caráter substantivo.

A primeira delas certamente é a de que se exige dos Magistrados que integram as mais altas Cortes de Justiça do País, a serenidade. Serenidade é, sabemos, algo que se adquire com a idade. Aliás, num depoimento recente que prestou à imprensa, o escritor Ariano Suassuna afirmou: “*Se ganhei algo com a velhice, foi uma certa serenidade*”.

Certamente, se se exige do Juiz bom senso, espírito público, discernimento, competência, não se pode deixar também de mencionar que dele se deve exigir também serenidade. Serenidade que Bobbio uma vez chamou de virtude fraca, entre muitas virtudes fortes. Ele dizia que a serenidade é uma virtude fraca, que ajuda a que se pratiquem as virtudes fortes. Em acolhendo esta emenda, estaremos criando condições para termos nos Tribunais Superiores e, sobretudo, no Supremo Tribunal Federal, como tem sido, caracterizado por ser uma Casa serena, que aprecia os mais difíceis e intrincados feitos dentro de um ambiente de reflexão, de sensatez de julgadores de idades mais avançadas.

Feitas essas observações, Sr. Presidente, eu gostaria de apresentar sugestão à Mesa, no sentido de que pudéssemos dar urgência à tramitação dessa matéria.

Semana passada, aprovamos em regime de urgência a chamada PEC Paralela, que permitiu aprimorar a legislação no que diz respeito à condição daqueles que estão aposentados ou pretendem se aposentar em nosso País. Essa emenda tem um certo caráter de urgência, pois, na medida em que ela seja logo acolhida, propiciará frutos, porque evitará que magistrados próximos da aposentadoria deixem de fazê-lo e não sejam excluídos pela compulsória, pelo

fato de não haver o Congresso Nacional a aprovado em tempo hábil. .

Concluo, Sr. Presidente, as minhas palavras, fazendo votos para que, a exemplo do que declarou o Senador Antonio Carlos Magalhães, possamos diligenciar no sentido da mais rápida aprovação dessa emenda constitucional, dando assim uma contribuição para o aperfeiçoamento das nossas instituições, sobretudo do Poder Judiciário do País.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Marco Maciel.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para prosseguimento da discussão.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Eduardo Suplicy, indago a V. Ex^a, já que teremos ainda outras sessões sobre o mesmo tema, se não poderia discutir a matéria no dia de amanhã, já tendo passado a oportunidade? Eu já faço a inscrição de V. Ex^a para o dia de amanhã.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, então eu fico inscrito para o dia de amanhã, mas gostaria, pela ordem, de dar uma informação relevante.

Na última quinta-feira, já de madrugada, fiz uma série de perguntas ao Deputado Roberto Jefferson, que ficou de me entregar as respostas na data de hoje, mas até o momento eu não recebi as 23 respostas prometidas por S. Ex^a. Considero essa questão de muita importância e, por isso, estou fazendo o registro. Que o Deputado Roberto Jefferson mantenha a sua palavra.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – **Item 7:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2004 (nº 4.338/2001, na Casa de origem), que *denomina Presidente Juscelino Kubitschek a Rodovia BR-020, Brasília-Fortaleza*.

Parecer favorável, sob nº 551, de 2004, da Comissão de Educação, Relator: Senador Aelton Freitas; e

Adendo ao Parecer nº 551, de 2004, de autoria do Senador Aelton Freitas, corrigindo contradição constatada entre o projeto e a legislação vigente, a ser lido.

A Presidência esclarece ao Plenário que a matéria foi aprovada em 11 de outubro de 2004. No entanto, ao encaminhar o texto à sanção, foi constatada a existência da Lei nº 10.434, de 2002, que já denomina Rodovia Luiz Carlos Prestes parte do trecho da BR-020, de que trata a presente proposição.

Nessas condições, de acordo com o art. 325, inciso I, do Regimento Interno, esta Presidência encaminhou a matéria à Comissão de Educação para se manifestar sobre o assunto.

A Comissão de Educação, em sua reunião do último dia 28 de junho, aprovou adendo ao Parecer nº 551, de 2004-CE, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

ADENDO

Ao Parecer nº 551, de 2004 – CE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2004, que “denomina Presidente Juscelino Kubitschek a rodovia BR-020, Brasília–Fortaleza”.

Em revisão pelo Senado Federal, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 7, de 2004, aprovado sem alterações, nos termos do Parecer nº 551, de 2004, da Comissão de Educação, acolhido pelo Plenário desta Casa em sessão realizada no dia 19 de outubro de 2004, após o que a matéria foi enviada à sanção presidencial.

Enquanto era aguardada a sanção, apurou-se que a rodovia BR-020 – eleita para receber a denominação “Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek” em homenagem ao ilustre presidente – já fora objeto de iniciativa semelhante, a qual se encontra consubstanciada na Lei nº 10.434, de 24 de abril de 2002, que deu ao trecho compreendido entre Brasília (DF) e Formosa (GO) a denominação “Rodovia Luís Carlos Prestes”.

Considerando que o texto aprovado não fazia qualquer previsão de revogação da lei preexistente, a atribuição do nome do presidente JK a toda a extensão da BR-029 resultaria em indesejável superposição de denominações no trecho Brasília (DF) – Formosa (GO). Com efeito, a convivência de duas denominações diferentes no mesmo trecho rodoviário é inadmissível, porque compromete a possibilidade de pronta identifi-

cação de componentes da malha viária pelos usuários do sistema rodoviário federal.

Diante do entendimento de que o conflito com a lei anterior não poderia persistir, tratou o Senado de solicitar ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República a devolução dos autógrafos do projeto, a fim de proceder-se, nesta Casa, à adequação do texto do projeto em face das novas condicionantes.

É o que se faz com a incorporação ao Parecer nº 551, de 2004, de duas emendas destinadas a remanejar a denominação em homenagem a JK, dentro da mesma rodovia, para o trecho compreendido entre as cidades de Formosa (GO) e Fortaleza (CE), sobre o qual não incide outra denominação legalmente atribuída. Admite-se que, diferentemente da superposição, a hipótese de duas denominações distintas aplicadas a segmentos isolados de uma mesma rodovia pode ser assimilada sem maiores problemas pelos usuários.

Considera-se, outrossim, que a despeito de a nova delimitação não incluir Brasília – ponto de grande significado quando se trata de homenagear o fundador da Capital -, não perderam sentido os elementos sobre os quais os autores da proposição original construíram a sua justificação. Entre esses, destacamos especialmente a causa da integração nacional – símbolo máximo da obra de Juscelino Kubitschek – e a escolha da BR-020 – rodovia que ele próprio chamou de “Estrada da Integração Nacional” – para a homenagem. Tampouco a nova redação fere a decisão anterior do Senado Federal que resultou na aprovação do projeto, haja vista que estão preservados a essência e o espírito da homenagem pretendida.

Ao concluir, apresentamos as emendas julgadas necessárias à correção das impropriedades constatadas no texto do projeto. Aprovadas as emendas, a matéria deverá retomar à Câmara dos Deputados para apreciação das alterações delas decorrentes.

EMENDA Nº 01-CE

Dê-se à ementa do projeto a seguinte redação:

Denomina “Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek” o trecho da rodovia BR-020 compreendido entre as cidades de Formosa (GO) e Fortaleza (CE).

EMENDA Nº 2-CE

Dê-se ao art. 1º do projeto a seguinte redação:

Art. 1º Fica denominado “Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek” o trecho da rodovia BR-020 compreendido entre as cidades de Formosa, no Estado de Goiás, e de Fortaleza, no Estado do Ceará.

Sala da Comissão, em 28 de junho de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O ADENDO AO PLC Nº 7/04 NA REUNIÃO DE 23/06/05
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA:

(Senador Augusto Aras)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

HÉLIO COSTA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
WIRLANDE DA LUZ	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- NEZINHO ALENCAR

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

(Sem voto)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. PT – AC) – O adendo ao Parecer nº 551, de 2004-CE, conclui pela aprovação da matéria, com apresentação das Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Educação.

Uma vez que a Comissão de Educação apresentou emendas à proposição, esta Presidência submeterá novamente a matéria, com as alterações, à deliberação do Plenário.

Discussão do projeto e das emendas, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Educação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2004, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.058, DE 2005

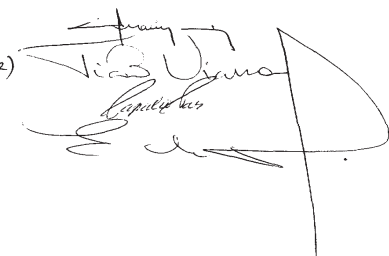
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2004 (nº 4.338, de 2001, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2004 (nº 4.338, de 2001, na Casa de origem), que denomina Presidente Juscelino Kubitschek a rodovia BR-020, Brasília–Fortaleza, consolidando as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Educação, aprovadas pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 5 de julho de 2005.

(RELATOR)



ANEXO AO PARECER Nº 1.058, DE 2005

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2004 (nº 4.338, de 2001, na Casa de origem).

Denomina ‘Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek’ o trecho da rodovia BR-020 compreendido entre as cidades de Formosa (GO) e Fortaleza (CE)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominada ‘Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek’ o trecho da rodovia BR-020 compreendido entre as cidades de Formosa, no Estado de Goiás, e de Fortaleza, no Estado do Ceará.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – **Item 8:**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – “Desmanche”, que *altera a redação do art. 126 da lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os §§ 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os artigos 126-A e 126-B.*

A Presidência esclarece ao Plenário que a matéria será submetida a dois turnos de discussão e votação, nos termos do art. 143 do Regimento Comum.

Ao Projeto poderão ser oferecidas Emendas até o encerramento da discussão, nos termos da alínea “c” do art. 143 do Regimento Comum.

Transcorre, hoje, a segunda sessão de discussão, em primeiro turno.

Sobre a mesa, Emendas que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidas as seguintes:

EMENDA Nº 1 – PLEN
(Ao PLS nº 142, de 2005)

Dê-se ao art. 126, **caput** contido no art. 1º do PLS nº 142, de 2005, a seguinte redação:

Art. 1º O art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumerado o seu parágrafo único, passando-o para § 1º, e acrescentados os §§ 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º passa a vigorar com a seguinte Redação.

“Art. 126. O proprietário de veículo irrecuperável ou desmontado, deverá requerer a baixa do registro no prazo de sessenta dias, sendo vedada a remontagem do veículo sobre o mesmo chassi, de forma a manter o registro anterior.”

Justificação

A nova redação proposta para o **caput** do art. 126 contido no artigo 1º do PLS nº 142/2005, possibilita que o proprietário possa, dentro de um prazo razoável e por meio de perícia técnica, rever a condição de recuperabilidade do veículo, conforme previsão contida no § 5º do artigo 126 proposto.

Sala das Sessões, 5 de julho de 2005. – Senador **Edison Lobão**.

EMENDA Nº 2 – PLEN
(Ao PLS nº 142, de 2005)

Dê-se ao § 3º do art. 126, **caput** contido no art. 1º do PLS nº 142, de 2005, a seguinte redação:

Art. 1º O art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumerado o seu parágrafo único, passando-o para § 1º, e acrescentados os §§ 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º passa a vigorar com a seguinte Redação.

§ 3º O veículo acidentado, segurado ou não, será obrigatoriamente avaliado pela autoridade de trânsito ou seu agente, para constatar se é recuperável ou não, no momento da ocorrência do evento.

Justificação

Trata-se de emenda que visa dar maior precisão de definição do agente que será responsável pela avaliação do veículo acidentado, o que por cedo eliminará dúvidas de interpretação na aplicação da lei.

Sala das Sessões, 5 de julho de 2005. – Senador **Edison Lobão**.

EMENDA Nº 3 – PLEN
(Ao PLS nº 142, de 2005)

Dê-se ao § 5º do art. 126, **caput** contido no art. 1º do PLS nº 142, de 2005, a seguinte redação:

Art. 1º O art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumerado o seu parágrafo único, passando-o para § 1º, e acrescentados os §§ 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º passa a vigorar com a seguinte Redação.

§ 5º Constatada por perícia técnica a recuperabilidade do veículo inicialmente classificado como irrecuperável, proceder-se-á a expedição de novo certificado de propriedade que conterà a expressão: “veículo recuperado”, após a reforma do veículo pelo proprietário ou pela seguradora, e mediante apresentação do Certificado de Segurança Veicular na forma definida no artigo 106 desta lei.

Justificação

A redação proposta pelo projeto não faz distinção entre a ação do perito e dos organismos que emitem o Certificado de Segurança Veicular – CSV. A perícia deve ser realizada para constatar a situação do veículo antes da reparação, para confirmar ou não a sua irrecuperabilidade, esta é uma ação específica de um perito. Uma vez realizada a reparação, o veículo deve ser inspecionado para verificar a qualidade da recuperação, quanto aos aspectos de segurança e dirigibilidade, sendo emitido então o Certificado de Segurança Veicular, sendo esta uma ação específica de instituição técnica credenciada pelo Inmetro, conforme previsto no próprio Código de Trânsito Brasileiro.

Sala das Sessões, 5 de julho de 2005. – Senador **Edison Lobão**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Em discussão o projeto e as emendas, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para exame das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo, como Líder. S. Exª tem a palavra por vinte minutos. A seguir, falará o nobre Senador Jorge Bornhausen.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL BA) – Sr. Presidente, eu estava inscrito, salvo engano.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a é o quarto ou quinto inscrito. Deve haver pelo menos uns oitenta minutos à frente de V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL BA) – V. Ex^a não havia anunciado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Eu havia anunciado: Senador Ney Suassuna, Senador César Borges, Senador João Capiberibe; o Senador Bornhausen foi o primeiro a enviar a inscrição como Líder e, depois, o Senador Eduardo Azeredo. E haverá intercalação da fala de um Líder com a de um orador regularmente inscrito. É o caso do Senador Bornhausen, que está inscrito como Líder e como orador regular, e fará uso como orador regular, para que possamos valorizar a inscrição de V. Ex^a como Líder.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje à tribuna desta Casa reafirmar a posição do meu Partido, o PSDB, acerca de notícias veiculadas no fim de semana, segundo as quais o nosso Partido estaria interessado em fazer acordo com o Governo para conter a investigação em andamento na CPI dos Correios.

Além de maldosa e inspirada certamente por intrigas daqueles que desejam misturar joio ao trigo, a versão sobre esse suposto acordo carece de sentido. Basta recapitular-se toda a trajetória do nosso Partido. Desde janeiro de 2003, quando iniciamos a atual legislatura, ela mostra, de forma clara e cristalina, que o PSDB nunca vacilou ou tergiversou em fazer oposição ao Governo.

Nem poderia ser outro o nosso posicionamento, primeiro porque o PSDB foi a principal força política a pagar o preço da vitória daqueles que se diziam salvadores da pátria e vendiam ilusão embrulhada no invólucro da esperança; segundo porque, antes mesmo de sermos oposição, nunca nos identificamos com as ações intolerantes e preconceituosas que os nossos adversários então oposicionistas moviam contra todos os governos tucanos, no Planalto e nos Estados e Municípios que governamos.

Assim, para não deixar qualquer dúvida a respeito do nosso posicionamento em relação ao atual Governo, ao PT e aos seus aliados, fiz questão de divulgar ontem nota oficial da direção nacional do PSDB, desautorizando, taxativamente, a versão do suposto acordo aventado pelo noticiário. A íntegra da nota acha-se no *site* do PSDB.

A mencionada nota não permite dúvidas acerca da coerência do nosso Partido, que, na oposição, tem por compromisso jamais repetir o tipo de oposição

imatura, inconseqüente e até irresponsável que nos fizeram o PT, em parte, e alguns dos seus aliados, dentro e fora do Congresso.

Não desejamos o caos já dissemos mais de uma vez. Buscamos que o País tenha o seguimento, tenha desenvolvimento, que o País não pare, mas não podemos, de maneira alguma, admitir que confundam nossas posições, confundam nossa forma equilibrada de dirigir o meu Partido com suposta vontade de fazer com que as questões sejam interrompidas.

Reiteramos, pois, que não deixamos nem deixaremos passar despercebido nenhum ato de corrupção, ou mesmo de deslize do Governo. Não fazemos nem faremos concessões nem vista grossa, sob justificativas de que as instituições e a governabilidade correm risco.

O PSDB tem, sim, compromissos com o Estado Democrático de Direito. Pautamos sempre a nossa conduta oposicionista com responsabilidade, espírito construtivo e voltado para o bem público e os altos interesses do País.

Essa atitude, com base em princípios, caracteriza não só o PSDB como organização...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB MG) – Sim, Senador Arthur Virgílio, com muita honra.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Eduardo Azeredo, V. Ex^a faz exatamente aquilo que é do comportamento dos homens de bem. Apesar de ser da sua geração, como comecei antes a vida parlamentar, tive a honra de ter sido colega de seu pai, Renato Azeredo, que, por sua vez, sendo da geração de meu pai, foi colega de meu pai na Câmara dos Deputados. Entendo que, em pé de mamoeiro, não dá melão. Em pé de mamoeiro, dá mamão mesmo. V. Ex^a faz aquilo que compete a um homem de bem injustamente acusado, e sem perder a serenidade, que é a marca da sua atuação pública, seja como gestor, seja como Parlamentar. O que devo dizer, de maneira bem sucinta, é que V. Ex^a está acima disso. Acabei de me reunir com Lideranças do Governo neste Parlamento, para dizer a eles que ou se autocritica nessa tentativa ignóbil, torpe, tola e absurda de tentarem dividir uma crise que é deles com outros, ou não terão mais nenhum espaço para dialogar com este PSDB, sempre tão fácil de com ele dialogar. Foi dito com todas as letras, conforme acerto em nossa reunião de Senadores ainda há pouco. Ou seja, repito: ou assumem uma crise que é deles e discutem conosco como trabalharmos o futuro do País, ou não terão mais nenhum espaço para dialogar com um partido tão fácil de com ele dialogar, como é o caso do PSDB. Portanto, a solidariedade da

Liderança do seu Partido, a certeza de que V. Ex^a governou, com honra, Minas Gerais. Esse episódio que V. Ex^a vai relatar não tem nada a ver com mensalão, com diarismo, com mensalinho, com quinzenão, não tem nada a ver com nada. V. Ex^a apenas é um homem de bem. E estão investigando pessoas que mostraram, ao longo de suas trajetórias últimas, que talvez não sejam tão de bem assim. V. Ex^a, portanto, faz o que o Governo não está fazendo. O Governo não se defende com essa altanería. O Governo finge que dá para bancar o avestruz: rabo de fora e cabeça para dentro da terra. Parabéns a V. Ex^a. Seu pai deve estar orgulhoso de seu gesto.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio, meu Líder nesta Casa. V. Ex^a é testemunha de que aqui tenho procurado honrar o mandato que o povo mineiro me concedeu, na sua maioria.

Quero ainda, antes de, com muita honra, conceder novos apartes, avançar um pouco.

Além da coerência e solidez de posições que temos em nosso Partido, seguimos também nesse comportamento como pessoas e homens públicos. Por essa razão, pessoalmente estou também tranqüilo em relação a conotações de que haveria interesse pessoal meu no suposto acordo aludido pela nota que emitimos ontem.

Interpretações malévolas têm tentado desviar a atenção dos graves problemas do presente, associando o meu nome a uma questão administrativa de sete anos atrás.

Essa tentativa busca remontar a 1998, quando eu era Governador do Estado. Duas empresas estatais de Minas, a Comig e a Copasa, detentoras de autonomia financeira, destinaram cotas de patrocínio a três eventos internacionais: o Iron Bike, o Campeonato Mundial de Supercross e o Enduro da Independência, sendo que este último era promovido em Minas há cerca de vinte anos, desde 1983. As competições esportivas tinham relação com o apelo à preservação do patrimônio natural de sítios históricos de Minas Gerais. Levaram ao Estado inúmeros participantes de diversos países. E aconteceram com ampla cobertura da imprensa e farta documentação fotográfica e televisiva.

Por causa de confusão feita entre patrocínio dos eventos e veiculação de publicidade, o Ministério Público de meu Estado iniciou ação, alegando suposta irregularidade administrativa. Ocorre, porém, que exatamente por ser patrocínio de eventos e não publicidade, o caso em questão não exigia ser licitado nem mesmo ter processo de dispensa de licitação, conforme o art. 26, parágrafo único, incisos I, II e III da Lei nº 8.666, de 1993.

A agência que realizou os eventos detinha sua exclusividade, tornando impossível a concorrência prevista pela legislação, ou seja, os três eventos internacionais foram patrocinados nos mesmos moldes em que, há tempos, empresas estatais, federais e estaduais patrocinam eventos esportivos ou clubes de futebol. Também nesses casos, a estatal não precisa licitar o patrocínio, que é implementado por meio de agência publicitária escolhida anteriormente para atender a empresa, aí, sim, mediante procedimento licitatório, o mesmo que aconteceu em Minas Gerais.

Deve-se acrescentar ainda que o patrocínio daqueles três eventos observou deveres próprios do Estado de divulgar o nome de Minas no País e no exterior, de incentivar práticas desportivas, despertar a consciência da necessidade de preservação do meio ambiente, incentivar o turismo e gerar receitas e divisas. Além disso, observou o disposto pelo art. 217, inciso II, da Constituição Federal, que estabelece como “dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais como direito de cada um, observada a destinação de recursos públicos para a promoção do desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto de alto rendimento”.

A questão, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, encontra-se sob a devida análise e apreciação do Supremo Tribunal Federal. Portanto, quanto às tentativas de se fazer prejulgamento de um caso que surgiu sob o equívoco de interpretação da lei, coloco minha biografia pessoal e minha carreira política ao exame não só desta Casa, mas também do povo do meu Estado, Minas Gerais.

Graças a Deus, minha história de vida não contém atos indignos ou desabonadores. Prova disso é que, durante os períodos em que eu não tinha mandatos eleitorais ou cargos públicos a cumprir, sempre precisei trabalhar para arcar com os compromissos de sustento de minha família.

Quando terminei o mandato de Prefeito de Belo Horizonte, voltei a trabalhar na Datamec e no Serpro. Assim também, quando deixei o Governo de Minas Gerais, tornei-me funcionário da BMS – Belgo Mineira Sistemas, empresa privada subsidiária da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, voltando à área profissional da tecnologia da informação, na qual comecei em 1972, trabalhando como Analista de Sistemas da IBM, durante 11 anos.

Senador Jorge Bornhausen, com muita honra, ouço V. Ex^a.

O Sr. Jorge Bornhausen (PFL – SC) – Senador e Presidente do PSDB Eduardo Azeredo, conheço V. Ex^a de longa data: a sua trajetória política, a sua vida familiar, os seus atributos de inteligência e trabalho. Nossa

convivência como presidentes de partidos de Oposição tem sido excelente. V. Ex^a conduz, com serenidade e competência, o PSDB, como anteriormente o fez em relação aos negócios administrativos da Prefeitura de Belo Horizonte, de onde saiu com grande saldo administrativo e político. Também no Governo do Estado de Minas Gerais, com honra, dignidade e competência, V. Ex^a concluiu um excelente mandato. Por isso, receba a nossa solidariedade no discurso que ora faz.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senador Jorge Bornhausen, agradeço as suas palavras e peço que compreenda minha emoção, porque, como dizem sempre, eu fico vermelho. Fico vermelho, sim, porque as pessoas de honra se enrubescem quando são agredidas injustamente!

Senador Sérgio Guerra, com muita honra, ouço V. Ex^a.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Eduardo Azeredo, não é difícil perceber os fatos. Há uma reação do PT e do Governo que considero de todas a mais precária em relação às acusações feitas contra o PT, o Governo e a sua base, não pelo PSDB ou pelo PFL, mas pela imprensa brasileira de maneira geral. É absolutamente elementar essa história de querer remeter a crítica e o desgaste aos que antecederam este Governo. Quando não há argumento, esta é a primeira tentativa de argumento, a mais elementar: “Quando vocês governavam, fizeram isso ou fizeram aquilo. Fizemos, mas vocês também fizeram”. Frases dessa precariedade são ditas, mas os fatos devem ser esclarecidos. E, se há partidos, como o PFL, o PSDB e outros, que não cederam um centímetro para que esses fatos fossem investigados, são exatamente esses partidos, especialmente o nosso PSDB. Não abrimos um centímetro. Dizer que somos golpistas não procede, pois não o somos; dizer que queremos derrubar o Governo também não procede, pois não temos essa intenção. Todavia, queremos que o Governo derrube quem o compromete e queremos que as ruas e as urnas derrubem este Governo daqui a um ano e meio, o que estamos certos de que vai ocorrer. Com relação às acusações feitas contra o Senador Eduardo Azeredo, não as considero boas ou más. São ridículas! O Senador Eduardo Azeredo é uma pessoa que tem uma vida pública e pessoal conhecida e reconhecida por seus adversários e aliados. É uma pessoa limpa, segura, cordial, conciliadora ao extremo, porém, absolutamente coerente, lúcido e incisivo naquilo que concorda com seus princípios e que são a base de sua atividade pública. Acusá-lo neste momento faz parte desse *show* de precariedade que está nos comprometendo aqui. Ou olhamos para a rua e vemos o que está acontecendo, transformamos essa investigação

de fato no que ela tem que ser, ou estaremos desautorizando mais do que o PT e o Governo, ou seja, as instituições no plural. Não vamos abrir mão disso. Não nos vamos afastar um centímetro. Evidentemente, haverá tentativas desesperadas visando a remeter contra quem não merece acusações, mas que comprometem aqueles que as fazem; ao invés de levá-los, compromete-os mais ainda, tornando-os mais submetidos a uma enorme sanção pública. Basta sair, ouvir e ver – não cegar –, avistar o que todo o mundo mostrando. Tenho certeza de que qualquer acusação feita contra o Senador Eduardo Azeredo no campo da sua vida pública e privada tem grande chance de ser absolutamente não reconhecida por todos, por mais demagógica ou vestida que seja. Não se preocupe com isso. Conversei com 10, 20, 30 Senadores, e nenhum deles admite que, na vida pública de V. Ex^a, Senador Eduardo Azeredo, algum desvio possa ser levantado, comprometendo a sua atividade e idoneidade. Então, vamos continuar seguindo o nosso caminho. Não vamos aceitar provocação. Vamos dar a resposta que esperam do Congresso e do Senado, de maneira especial: a punição dos responsáveis, a responsabilização de quem está comprometendo a democracia no Brasil, que não está na Oposição – não está no PSDB, no PFL, no PDT; está no Governo, na base do Governo e no Partido dos Trabalhadores.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senador Sérgio Guerra, agradeço a sua intervenção. Quis trazer aqui o relato sucinto sobre esse patrocínio em Minas. Que fique bem claro, de uma vez por todas, que foram eventos internacionais que aconteceram por mais de um dia e que tiveram todos os procedimentos legais observados por empresas estatais com autonomia financeira. Que isso fique bem claro, para que não continuem a querer explorar esse fato e mudar as atenções em vez de focá-las no que realmente é necessário investigar.

Senador Antonio Carlos Magalhães, com muito prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – O Senador Eduardo Azeredo talvez seja dos Senadores o que mais de perto conheço ou há mais tempo pelo menos. Posso dar o testemunho de que V. Ex^a tem uma vida notável como homem público, inclusive muita coisa herdada do seu pai, que foi um dos políticos mais decentes da República, íntimo do Presidente da República, mas cujo nome ninguém usou, a não ser para elogiar: Renato Azeredo. Então, V. Ex^a já vem por tradição e a cumpre honrando o nome do seu pai e dando aos seus filhos também um nome honrado. V. Ex^a é impecável como político e, por isso mesmo, sempre trabalhou quando as suas missões políticas

terminaram. V. Ex^a é um homem sério, digno, humilde, e talvez, por sua humildade, os canalhas pensem que V. Ex^a é outra coisa. V. Ex^a faz bem em vir para a tribuna, porque recebe o testemunho geral, desta Casa, da sua dignidade. E aqueles que fazem as coisas imorais e querem passá-las para terceiros ficam desmoralizados, inclusive com os órgãos de imprensa que usaram. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senador Antonio Carlos, agradeço muito as palavras de V. Ex^a, que conheceu meu pai e sabe que este é o maior patrimônio que tenho, a herança honrada que recebi dele, que foi Deputado Federal por seis mandatos aqui em Brasília. De maneira que agradeço muito o seu testemunho.

Ouçó o nobre Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Eduardo Azeredo, V. Ex^a se recorda mais ou menos do valor desse patrocínio?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Duas cotas de R\$1,5 milhão.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – A números de hoje de publicidade, parecem-me ridículos esses números. Gostaria de dizer que, nesta Casa, se formos pesquisar cada um dos Senadores, não há o menor resquício de dúvida, zero, quanto a V. Ex^a. V. Ex^a, aqui nesta Casa, como certamente em todos os lugares em que exerceu a sua vida pública e profissional, tem a imagem e a convicção de todos aqueles que conviveram com V. Ex^a sobre a sua absoluta integridade em todos os aspectos. Costumo dizer, Senador Antonio Carlos, que infelizmente o Senador Eduardo Azeredo é casado com Dona Heloísa, porque ele é o genro que eu sonhei para as minhas filhas.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Não há a menor necessidade de V. Ex^a vir aqui fazer esses esclarecimentos, mas, mesmo assim, o faz. E mais do que fazer esclarecimentos, coloca todos os pontos sem atacar ninguém; coloca todos os pontos, se coloca à disposição da Casa. São levantados assuntos de sete anos atrás, envolvendo, em quatro anos de Governo, patrocínio de um enduro. V. Ex^a não ataca ninguém, nada joga para os outros. É esta a postura que nós queríamos que o Governo tivesse agora: humildemente, viesse a público e explicasse à Nação essa torrente de milhões e milhões de reais de desvios de recursos públicos claramente – em alguns casos, comprovadamente – desviados para uso dos partidos políticos, inclusive e principalmente do PT. É oportuna a observação que V. Ex^a coloca por último: se as pessoas não entendem a moderação e o equilíbrio típicos do seu

temperamento como um sinal de sensatez, não ousem se enganar com a tentativa de acomodação ou com a possibilidade de não se punir aqueles que fizeram uso indevido dos recursos públicos. Portanto, queria dizer a V. Ex^a que o sentimento de solidariedade a V. Ex^a é absolutamente geral por parte de todos os partidos dentro desta Casa.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB.) – Senador, quero comunicar que, em se tratando de um pronunciamento para explicação pessoal, vamos dar tempo livre a V. Ex^a. Para isso, queremos pedir a compreensão do Plenário no sentido de liberar esse tempo e, também, no de diminuir, dentro do possível, o tempo para os apartes. Basta que se use o tempo regimental.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Obrigado, Presidente.

Estava agradecendo a manifestação do Senador Tasso Jereissati, que sempre brinca comigo dizendo que fico vermelho com qualquer assunto. Realmente, essa é uma característica minha. Agradeço muito pelas suas palavras, Senador. V. Ex^a é testemunha de minha vida pública, desde a época em que eu era Prefeito de Belo Horizonte até hoje, quando somos companheiros no Senado.

É importante, sim, como eu disse no início de meu pronunciamento, que não se confunda o joio com o trigo. Essa é uma preocupação que este Congresso tem de ter presente neste momento.

Ouçó, com prazer, o Senador Agripino, Líder do PFL, e o Senador Tião Viana, em seguida.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Eduardo Azeredo, vou procurar atender à recomendação do Presidente e ser o mais breve possível, até porque desagravo a V. Ex^a não precisa de muito tempo não. V. Ex^a é uma figura marcada pela afabilidade, pela cordialidade, é um adepto da conciliação, mas é um homem de posição. Governou Minas Gerais e governou com decência. O curioso é que, depois de seis ou sete anos, venham com insinuações, insinuações que dizem respeito a ligações claras com pessoas com quem V. Ex^a poderia até ter tido algum tipo de relação ou possa ter conhecido no passado, mas foram relações limpas, ocorridas antes dessas pessoas terem, ao longo do tempo, entrado pelo campo da mazela, o que hoje é denunciado. V. Ex^a nem precisava vir a esta tribuna, porque o seu conceito em Minas Gerais, em Brasília ou no País é o conceito de um homem limpo. V. Ex^a é um homem sério com cara de homem sério, diferente de alguns por aí, que nem são sérios nem têm

cara de homens sérios. Os fatos é que estão impondo a investigação, e não há fato algum que deponha contra V. Ex^a: não há saque de dinheiro envolvendo V. Ex^a, não há fita gravada, não há fita de vídeo, não há ninguém pegando dinheiro com a ponta dos dedinhos envolvido com V. Ex^a. Fique tranqüilo, esta Casa guarda de V. Ex^a o mesmo conceito que sempre guardou. De minha parte V. Ex^a tem o que nem precisava ter: o absoluto e peremptório desagravo pelas calúnias de que foi alvo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador José Agripino. V. Ex^a, como Líder do PFL, sempre tem demonstrado que participa dessa busca da conciliação em favor do interesse maior do País, que é o desejo que todos devemos ter permanentemente.

Ouço V. Ex^a, Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Nobre Senador Eduardo Azeredo, é com muita satisfação e tranqüilidade que também uso o microfone do Plenário do Senado para apartear V. Ex^a neste momento em que faz uma manifestação para reafirmar a responsabilidade política do PSDB com a crise que estamos atravessando no País, para reafirmar a imparcialidade do PSDB, o senso crítico e a responsabilidade com a Nação. Ao mesmo tempo, V. Ex^a faz referência ao ataque pessoal que V. Ex^a supostamente está sofrendo ou está na iminência de sofrer. Eu deixo claro um testemunho aqui, com muita tranqüilidade: o seu mandato é um mandato a serviço do Brasil; V. Ex^a é, de fato, um Senador da República, não é um Senador localizado em Minas Gerais, em seu Estado. V. Ex^a é um Senador que olha para o Brasil com muita responsabilidade no dia-a-dia do seu mandato. Exemplos disso foram os debates de que V. Ex^a participou sobre os portadores de deficiência; sobre as minorias na reforma da Previdência Social; sobre segurança do processo eleitoral respeitando o sufrágio universal do voto, que sempre norteou o mandato de V. Ex^a, e sobre outros temas relativos ao desenvolvimento nacional e regional. Respeito-o muito pela condução do seu mandato parlamentar. Entendo que V. Ex^a, em momento algum, abriu mão de se mostrar humilde, responsável politicamente, responsável socialmente, sempre procurou transigir em seus pontos de vista. V. Ex^a nunca estreitou suas ações, sempre procurou dialogar com o seu partido para defender aquilo que entendia ser bom para o Brasil, colocando-se acima de posições partidárias; sempre procurou nos tratar, seus adversários político-partidários que estamos no Governo hoje, com absoluto respeito e com personalidade elevada. Por tudo isso, acho que é mais do que necessário um testemunho como esse para que V. Ex^a caminhe tranqüilo. Quaisquer que sejam os ataques, V.

Ex^a precisa estar tranqüilo de consciência no seu dia-a-dia, porque o seu mandato está a serviço do Brasil. Eu não tenho dúvida que V. Ex^a vai ter sempre o respeito de todos nós do Senado Federal.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senador Tião Viana, o testemunho de V. Ex^a é muito importante para mim. E V. Ex^a aborda pontos fundamentais, que dizem respeito à discussão de temas que interessam à população brasileira. Isso é que as pessoas, às vezes, confundem: quando se busca o interesse maior e a conciliação é porque estão em jogo questões de interesse da população; nesses momentos, não se pode ficar apenas nas brigas políticas, nas disputas políticas, nas fiscalizações, nas denúncias.

Agradeço a sua intervenção, que é importante neste sentido: o do esclarecimento que faço aqui, hoje, com relação à posição do meu partido, que presido com muita honra, e com relação à minha posição pessoal sobre atos referentes ao meu Governo no Estado de Minas Gerais.

Ouço, com muito prazer, o Senador César Borges. Em seguida, o Senador Flexa Ribeiro e o Senador Flávio Arns.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Eduardo Azeredo, neste momento não poderia, de forma alguma, me furtar a fazer este aparte para prestar inteira solidariedade a V. Ex^a, que é efetivamente um homem público que honra as tradições brasileiras e honra este Senado. A sua trajetória é uma trajetória de amor a Minas Gerais e, por isso mesmo, de amor ao Brasil. V. Ex^a foi um prefeito competente, sério. Quando Governador, tive oportunidade de recebê-lo na Bahia – na época, eu era Vice-Governador –, onde V. Ex^a havia ido para divulgar as suas Minas além das Gerais. Sei de sua probidade, de sua seriedade, de sua honestidade. Nesta Casa, V. Ex^a sempre tem atuado com muita correção e com muita cordialidade e, acima de tudo, Senador Eduardo Azeredo, com muita honestidade de princípios e de posições. Creio ser desnecessário enfatizar essas suas qualidades, mas o faço por uma questão de consciência, para ficar bem com a minha consciência, porque não gostaria de vê-lo sofrendo nenhum tipo de ataque. Por isso, neste momento, quero estar ao seu lado para defendê-lo contra esses tipos de ataque que, tenho certeza, são totalmente infundados e partem daqueles que não querem, neste momento que vive o País, dar curso a uma apuração séria que possa, efetivamente, mostrar a este País que precisamos extirpar de vez os maus homens públicos. V. Ex^a está entre os melhores homens públicos do nosso País. Continue sua trajetória, Senador Eduardo Azeredo, que é de sucesso, pelo bem do Brasil!

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador César Borges. V. Ex^a, com a experiência de Governador da Bahia e, hoje, como Senador, sabe bem como é a vida pública: é difícil, e temos de estar preparados sempre para enfrentar questões que, às vezes, são colocadas e mal colocadas, como essa a que me refiro.

Ouçõ aqui o Senador Cristovam Buarque. Depois, concederei apartes aos Senadores Flávio Arns e Flexa Ribeiro.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Senador Eduardo Azeredo, creio que nenhum de nós pode se furtar a dar o testemunho de quando teve qualquer contato com V. Ex^a, e eu tive. Fomos Governadores ao mesmo tempo, fui a Minas Gerais fazer campanha pela sua reeleição e não tive nenhuma razão, de lá para cá, para me arrepender. Se fui fazer campanha é porque tinha toda a confiança em seu trabalho e na sua dedicação. Fico feliz de ver que, no primeiro momento em que sai qualquer denúncia, qualquer rumor, V. Ex^a vem aqui, de público, manifestar-se e dizer que está absolutamente a favor da apuração de tudo o que for dito contra qualquer um de nós, políticos, no Brasil de hoje. Parabéns por ter vindo aqui! Fico muito feliz por ser seu colega e amigo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque. V. Ex^a enriquece meu pronunciamento. Agradeço sua palavra, seu testemunho e sua amizade para comigo.

Concedo aparte ao Senador Flávio Arns, também do Partido dos Trabalhadores.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Senador Eduardo Azeredo, gostaria de me solidarizar, mesmo que todos aqui, em todos os pronunciamentos, estejamos ressaltando que seria desnecessário isso acontecer. Mas quero destacar os dois aspectos do pronunciamento de V. Ex^a. Primeiro, na qualidade de Presidente do PSDB, diria que todo o trabalho de V. Ex^a nessa condição vem-se direcionando no sentido que o Brasil mais precisa hoje, que é a busca de alternativas, a busca de caminhos, de projetos para um Brasil desenvolvido, justo, com total tranqüilidade, diálogo, composições seguras, serenas. Eu diria que é disso que o Brasil precisa. Como V. Ex^a diz, muitas pessoas confundem isso com adesismo ou querer participar junto com uma situação. Mas V. Ex^a assume, na condição de Presidente do Partido, felizmente, eu diria, uma posição clara e da qual todos temos de nos orgulhar. Em relação a questões pessoais, já tornei pública várias vezes a minha manifestação no sentido de enaltecer o trabalho pessoal de V. Ex^a. Quando V. Ex^a foi eleito Presidente da Subcomissão de Assuntos Sociais para as Pessoas com Deficiência no Senado,

eu disse para todo o Brasil e para todas as pessoas que quisessem ouvir a mensagem: o Senador Eduardo Azeredo é sério, é ético. Vocês podem confiar no Senador. É uma pessoa que busca a justiça, que busca a cidadania, o bem-estar das pessoas. Não existe dúvida nesse sentido. Outro dia ainda, quando me manifestei no plenário, eu disse que o Brasil e Minas Gerais tinham de se orgulhar de políticos como V. Ex^a. Então, nesse sentido, eu diria que não existe qualquer dúvida. E qualquer dúvida que se levante, na verdade, deve ser questionada também, porque V. Ex^a vem fazendo um trabalho de alta qualidade, de compromisso e de ética com o Estado de Minas Gerais e com o nosso País. Então, a solidariedade, sem dúvida alguma, de todos nós aqui que o conhecemos há muito tempo!

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns. V. Ex^a, na verdade, é o nosso guru nessas questões ligadas às pessoas com deficiência. Agradeço muito a sua manifestação aqui hoje no plenário, principalmente porque V. Ex^a e os Senadores Cristovam Buarque e Tião Viana são membros do Partido dos Trabalhadores. Agradeço a sua manifestação neste momento.

Ouçõ, com muito prazer, o Senador Flexa Ribeiro. Em seguida, ouvirei os Senadores Garibaldi Alves Filho, Heráclito Fortes e Marco Maciel e a Senadora Lúcia Vânia.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Eduardo Azeredo, é com muita honra que me associe aos Senadores que me antecederam para solidarizar-me com V. Ex^a e dizer que, para nós do PSDB, que temos a honra de ser presididos por V. Ex^a – e tenho certeza de que não só o povo mineiro, mas todo o povo brasileiro reconhece a sua competência, a sua honorabilidade –, não haveria necessidade de V. Ex^a vir aqui trazer explicações a respeito de um episódio que, como disse aqui, aconteceu há seis ou sete anos e que foi trazido à tona na tentativa, muito bem abordada aqui pelo Senador Sérgio Guerra, de trazer para esse episódio tão lamentável que vive a Nação brasileira, esse episódio do mensalão, da CPMI dos Correios, as gestões anteriores. Nós, do PSDB – e isso já foi dito pelo nosso Líder, Senador Arthur Virgílio, e pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso – não tememos seja investigada a gestão anterior, do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – E V. Ex^a diz aqui, de forma inequívoca, que também tem a sua vida transparente tanto na gestão do Governo mineiro quanto na Prefeitura. Tenha dos seus Pares do PSDB e, de forma unânime, do PT, do PFL e de todos os

Partidos o reconhecimento da sua honradez e da sua conduta ética na política e na condução do Governo de Minas Gerais.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro. É exatamente esta a minha preocupação: que não fique dúvida sobre a posição do PSDB, o Partido que dirijo, e as posições que temos de assumir na busca do desenvolvimento do País.

Concedo aparte ao Senador Marco Maciel. Depois, eu o concederei à Senadora Lúcia Vânia.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador Eduardo Azeredo, quero dizer a V. Ex^a que tive a honra de conhecer o seu pai, o Deputado Federal Renato Azeredo, com quem convivi por duas legislaturas consecutivas. Com ele aprendi muitas lições de política e de administração. Admirava a correção da sua conduta, a forma proba e conseqüente com que desempenhou os mandatos no Congresso Nacional, de onde só saiu para secretariar o então Governador Tancredo Neves que então assumia. Ele foi, posso assim dizer, o braço direito do Governador Tancredo Neves, alçado que foi à Secretaria do Governo. Iniciei, pois, o meu aparte dizendo que tenho por V. Ex^a uma admiração por hereditariedade...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Obrigado, Senador.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – V. Ex^a é uma grande figura da política brasileira e, mais do que isso, uma pessoa que dignifica a tradição dos pró-homens que Minas envia ao Congresso Nacional. V. Ex^a é uma pessoa indene a qualquer restrição de caráter ético ou moral. Pelo contrário, V. Ex^a tem, a enriquecer o seu currículo, excelente trabalho feito na iniciativa privada. Conheci-o na década de 1980, quando trabalhava na área de informática, era um dos papas no assunto e, se não me engano, dirigia uma empresa mineira de prestação de serviços de informática. Foi também um dirigente da Sucessu e talvez até seu Presidente. Algumas vezes, tive a oportunidade de estar com V. Ex^a quando se discutia, no Brasil, a questão – na época, momentosa – da formulação de uma política de informática. Aprendi a apreciar V. Ex^a não somente como político – que depois se revelou, de forma mais clara, como Prefeito de Belo Horizonte e Governador de Minas Gerais –, mas também como administrador competente e capaz. Portanto, V. Ex^a tem o reconhecimento de seus Pares, como o vem recebendo, do povo de seu Estado e de toda a Nação brasileira. V. Ex^a, a exemplo de seu pai, já ultrapassou as fronteiras de Minas – e olhe que Minas é muito grande – e tem um conceito, conseqüentemente, muito bem alojado na cidadania brasileira. Portanto, meu aparte é para

dizer da minha estima e do meu apreço por V. Ex^a e para reiterar aquilo que disse: V. Ex^a enriquece a representação mineira trazendo não somente sua competência, honradez, probidade, mas, sobretudo, seu espírito público. Concluindo, quero dizer a V. Ex^a que conte com nossa solidariedade. V. Ex^a sabe que a tem, mas certamente dela não precisará.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel. V. Ex^a foi Vice-Presidente da República e lembrou-me de momentos importantes de minha vida pessoal e também profissional, em relação à área da tecnologia da informação. Discutimos tanto a política nacional de informática, o recadastramento eleitoral – na época, eu era Presidente da Prodemge, uma empresa de Minas. Lembro-me até mesmo de quando se iniciou o uso da urna eletrônica, pela qual lutei tanto. Tive uma pequena participação para que ela fosse esse avanço tecnológico que o Brasil tem hoje.

Concedo um aparte à Senadora Lúcia Vânia.

A Sr^a Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Senador Eduardo Azeredo, gostaria de cumprimentá-lo pela análise que V. Ex^a faz da conduta do PSDB durante esse período de crise. V. Ex^a mencionou muito bem que o Partido tem sido firme, contundente – quando necessário –, mas, acima de tudo, sereno nos momentos mais críticos. Com relação aos ataques à pessoa de V. Ex^a, acredito que sua serenidade e o depoimento de seus colegas revelam o homem que V. Ex^a é: ético, probo, honesto, trabalhador, competente na área econômica e com grande sensibilidade na área social. Nós, que militamos pelos deficientes, pelos trabalhadores e pelas mulheres, temos que dar um testemunho do seu compromisso com o ser humano. É muito duro para uma pessoa que tem a sensibilidade de V. Ex^a lidar com acusações tão fúteis, tão irresponsáveis quanto essas. Portanto, receba da sua colega, que o admira profundamente, a solidariedade, o apoio e, acima de tudo, a crença de que a cada dia V. Ex^a cresce no nosso conceito. Muito obrigada.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia, que foi Presidente da Comissão de Assuntos Sociais e traz seu testemunho desta preocupação fundamental para todos nós, as questões sociais no Brasil.

Ouçõ, com muito prazer, o Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Meu caro Senador Eduardo Azeredo, vou ser bem rápido. Todos os companheiros já manifestaram o quanto V. Ex^a é benquisto e respeitado nesta Casa. Minas Gerais sabe disso e sabe que V. Ex^a está sendo vítima, se não de uma campanha dirigida, maldosa, pelo menos de um

equivoco. Fique certo V. Ex^a de que seu conceito não está em jogo nesta Casa; pelo contrário, seu conceito é inoxidável, resiste ao tempo e à chuva. De forma que minha palavra, neste momento, é para emprestar a V. Ex^a meu apoio, meu apreço e minha amizade pessoal, pedindo inclusive que a estenda à Heloísa, sua mulher, e aos seus filhos, porque sei que, num momento como esse, a família toda sofre junto. Mas é assim mesmo, a vida pública nos impõe determinadas situações como essa. Mas Eclesiastes está aí: “Mais cedo ou mais tarde, a virtude triunfa sempre”. Muito obrigado a V. Ex^a pelo aparte.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes. Realmente a vida pública nos traz alguns dissabores, apesar de ser uma questão pequena, mas fiz questão de trazer essas explicações, porque acho que meus nobres colegas as mereciam, para que não parem dúvidas.

Senador Garibaldi Alves Filho, com muita honra, ouço V. Ex^a.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Eduardo Azeredo, quero também me associar a todos os colegas de Bancada e dizer que V. Ex^a é uma unanimidade nesta Casa. Todos que o apartearam fizeram elogios merecidos à conduta de V. Ex^a, uma conduta ilibada, de um homem de bem. V. Ex^a é um político mineiro talhado no sentido de lutar pelo bem comum, um homem habilidoso, criterioso, do qual me orgulho hoje de ser colega.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Garibaldi Alves Filho. V. Ex^a também é ex-Governador de Estado e sabe bem como são as agruras da vida pública. Tantos anos depois, temos de estar aqui, nesta tribuna, para fazer uma exposição. Agradeço o testemunho de V. Ex^a.

Ouço o Senador João Capiberibe, do Amapá.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Nobre Senador Eduardo Azeredo, a atividade que desenvolvemos é essencial para a sociedade. A atividade política é fundamental, mas sofre uma desqualificação permanente. Evidentemente, isso nos atinge até do ponto de vista da nossa vida pessoal. Somatizamos essa desqualificação permanente. Estou convencido de que suscitar e levantar situações do passado para atingir-lhe, com certeza, faz parte dessa estratégia da desqualificação. Portanto, quero manifestar-lhe a minha solidariedade e dizer-lhe que é difícil conviver com essa desqualificação, mas faz parte da luta política. Tenho certeza de que V. Ex^a, que já venceu tantas batalhas, com a solidariedade de todos nós aqui e, principalmente, dos mineiros, vai superar mais esse obstáculo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador João Capiberibe, realmente

é o que volto a dizer aqui: não podemos deixar que as coisas mudem, que se mudem as atenções para questões secundárias.

Concedo o aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Eduardo Azeredo, a manifestação coletiva do Senado Federal, com o pronunciamento de Senadores de todos os partidos – da Oposição e do Governo –, demonstra por A mais B que todos conhecem V. Ex^a e todos o admiram. Todos o conhecem pelo seu passado limpo, ilibado, sem manchas. V. Ex^a passou pelo Governo do Estado e deixou um rastro de obras que o credenciaram a eleger-se Senador da República; e, aqui, no Senado, tem tido uma atuação marcante. Apesar de integrar um partido de Oposição, sabemos do equilíbrio, da moderação, do cavalheirismo, da cordialidade com que V. Ex^a age em todos os momentos, seja no plenário, seja nas Comissões. V. Ex^a é um exemplo de Senador. Orgulho-me de tê-lo ao meu lado na Comissão de Assuntos Sociais – eu, como Presidente, e V. Ex^a presidindo uma das subcomissões –, lutando bravamente para o fortalecimento das condições sociais dos brasileiros. Portanto, quero me solidarizar tanto quanto os meus colegas por tudo que V. Ex^a foi no passado e continua sendo: um grande homem público, um grande político.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares. V. Ex^a, pelo Partido Socialista Brasileiro, o PSB, traz a esta Casa um testemunho importante. Agradeço-lhe muito. Somos ainda companheiros na frente da defesa da saúde, que é um outro ponto importante pelo qual o brasileiro deve estar sempre lutando.

Senador Eduardo Suplicy, ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Eduardo Azeredo, primeiro, quero transmitir a V. Ex^a um testemunho, porque, desde que V. Ex^a chegou a esta Casa, tornamo-nos colegas. E, no convívio diário, V. Ex^a me tem passado a impressão de ser um homem de grande seriedade, um Senador que tem uma enorme bagagem, inclusive como ex-Prefeito e Governador de Belo Horizonte. V. Ex^a traz a esta Casa uma experiência das mais notáveis, e todos aqui aprendemos muito uns com os outros; e com V. Ex^a eu também tenho aprendido. V. Ex^a, como colega na Comissão de Assuntos Econômicos, na de Relações Exteriores – que presidi e da qual hoje V. Ex^a é Vice-Presidente –, tem tido uma postura ímpar e tem tomado inúmeras iniciativas com as quais normalmente estou de acordo. Embora sejamos de partidos diferentes, quero aqui manifestar esse testemunho e a afinidade que muitas vezes te-

mos com respeito àquilo que considero do interesse da Nação brasileira, do interesse público. É importante essa iniciativa de V. Ex^a, de imediatamente assomar à tribuna e procurar esclarecer esse episódio, cujos detalhes não conheço. Sinceramente, defendo que sempre que surgir um problema de qualquer natureza, como a questão desses contratos ou como aqueles que agora são objeto de apuração na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios – e, talvez, a do mensalão –, que as pessoas envolvidas se disponham a esclarecer tudo. Permita-me aqui dizer, Senador Eduardo Azeredo: participei, hoje, de manhã, da reunião da Executiva Nacional. Silvinho Pereira confirmou o seu ato de pedir licença, e Delúbio Soares, o tesoureiro do PT, resolveu seguir o mesmo caminho. Então, ambos o fizeram, de maneira condizente com a que eu mesmo havia sugerido. É do interesse do PT dedicar todo o seu tempo para esclarecer completamente os episódios que são importantes para a vida do Partido dos Trabalhadores. Quero aqui manifestar, Senador Eduardo Azeredo, os meus cumprimentos a V. Ex^a, que, de pronto, veio esclarecer esse episódio, cujos detalhes ainda não conheço. Li sobre o assunto em um breve noticiário, mas é capaz de haver muitas outras notícias a esse respeito. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Obrigado, Senador Suplicy.

Pensando no interesse do Brasil, V. Ex^a, há alguns dias, foi testemunha da minha posição contrária a uma radicalização de posições. A minha preocupação é a de que exatamente posições como essa sejam mal compreendidas. E foi o que aconteceu nessa questão. Compreenderam que o meu Partido, no momento em que defendo que não haja radicalização no País, pudesse querer contemporizar. E não é essa a posição.

Agradeço a V. Ex^a pelo seu testemunho.

Muito obrigado.

Senador Gilberto Mestrinho, do Amazonas.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito o obrigado, Senador Suplicy.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Senador Azeredo, conheci seu pai, de quem fui amigo no Governo Juscelino, no Governo Tancredo e acompanhei o Governo de V. Ex^a, porque, na mesma época, éramos Governadores. V. Ex^a está acima de qualquer suspeita. A manifestação do Plenário de solidariedade a V. Ex^a diz muito bem o conceito que V. Ex^a goza nesta Casa. Assim, acredito que o Brasil inteiro não deu a menor importância ao que se diz, mesmo porque, em se tratando de um Governador como foi V. Ex^a, um homem educado, responsável, sério, é comum

conhecer, atender e receber pessoas. Não importa se são bandidos ou não, porque, muitas vezes, o político é levado a isso. V. Ex^a dispensa comentários e tem a nossa solidariedade.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senador Mestrinho, muito obrigado também pelo testemunho de V. Ex^a nesta nossa caminhada em defesa do Brasil. Nós, que já tivemos a oportunidade de governar os nossos Estados, sabemos que um governo é extremamente amplo. Deve-se confiar em diversas pessoas, e não é possível que se debite ao governador a culpa por tudo o que acontece, seja positivo ou negativo.

Lembro-me bem de que, uma vez, ao inaugurar luz em uma cidade, creditaram-me o mérito. Eu disse: “Não, esse mérito não é meu; esse é do governador” de então, que estava até do meu lado. Vejam bem como as coisas acontecem.

Senador Augusto Botelho, com muito prazer ouço V. Ex^a.

O Sr. Augusto Botelho (PDR – RR) – Senador Eduardo Azeredo, convivo com V. Ex^a há dois anos e seis meses. Eu gostaria de testemunhar nesta Casa que tenho percebido em V. Ex^a uma pessoa com um sentimento muito apurado; está sempre defendendo as causas humanas, está sempre presente nas reuniões onde se trata de saúde, tanto que cheguei a pensar que o senhor era médico, de tanto que V. Ex^a defendia a saúde. Então, eu gostaria de dizer, perante o povo de Minas e do Brasil e em nome dos roraimenses e dos mineiros – há muitos por lá que o admiram – que me sinto orgulhoso de trabalhar com V. Ex^a. Tenho certeza de que essa é uma tentativa de enlamear o seu nome, mas não vai lhe atingir. Aceite a solidariedade do povo de Roraima, especialmente dos vários amigos mineiros que existem por lá. Sabemos que V. Ex^a não merece ser incluído nessa poça de lama.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Augusto Botelho. Agradeço também aos mineiros de lá. Sou muito grato ao que Deus me deu na vida, como Prefeito da minha capital, da cidade onde eu nasci; Governador do meu Estado e, hoje, Senador por Minas Gerais.

Ouçó o Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador Azeredo, quero dizer a V. Ex^a que, se alguns dos 80 colegas de V. Ex^a deixarem de apartá-lo neste momento para confirmar o conceito de seriedade e de responsabilidade de que V. Ex^a desfruta, pela sua história, pela sua biografia, é porque não sabem que houve uma tentativa de atingir precisamente esse conceito, porque, do contrário, aqui estariam manifestando solidariedade sob forma de um dever; um dever para com V. Ex^a e

para com a instituição, que possui representantes do caráter, da honradez, da magnitude de V. Ex^a. Quero cumprimentá-lo exatamente por ter tomado a iniciativa de vir à tribuna e dar a sua explicação, apesar de ela ser absolutamente desnecessária, principalmente pelo conceito de que V. Ex^a desfruta.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senador Roberto Saturnino, agradeço-lhe as palavras, mas foi exatamente isso o que me moveu. Sei que, ao vir aqui, muitos não sabiam do que eu estava falando. Sei disso. Mas eu quis exatamente trazer uma explicação, para que, de uma vez por todas, fique claro que essa é uma questão administrativa, de sete anos atrás, que está **sub judice**. Não tentem fazer confusão! Uma coisa é essa; outra são as questões desse momento, que estão sendo investigadas, que estão sendo denunciadas. Que não se confundam as coisas, que não se mude o foco para tentar atingir o meu Partido.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sim, Senador Osmar.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Senador Eduardo Azeredo, eu também gostaria de me solidarizar com V. Ex^a neste momento. Acabei inclusive de dizer ao Senador Suplicy que o maior perigo, neste momento, é a generalização, é querer colocar todos na mesma situação, sendo que há políticos que merecem todo o respeito, que merecem toda a consideração. Convivo com V. Ex^a neste Senado, tempo em que conheci as atitudes e o comportamento de V. Ex^a. Por isso, deixo aqui a minha confiança absoluta de que V. Ex^a não tem nada a ver com aquilo que querem imputar inclusive a outras pessoas também, porque vejo que querem generalizar em relação aos partidos. Esse é um perigo. Quero aqui, como Líder do PDT, depositar, em meu nome pessoal, a minha confiança em V. Ex^a, confiança na dignidade de V. Ex^a. Que V. Ex^a possa ter, como sempre, a credibilidade dos mineiros, entre os quais tem um conceito excelente, já que foi Governador e Senador de um Estado tão importante quanto Minas Gerais. Tenho certeza de que isso acontecerá. Deixo aqui a minha confiança e a minha solidariedade.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Obrigado, Senador Osmar Dias. V. Ex^a, pelo PDT, traz a sua palavra nessa mesma linha.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, concederei apenas mais dois apartes e concluirei.

Quero apenas agradecer ao Senador Osmar, exatamente porque S. Ex^a, em nome de outro Partido, traz a sua opinião.

Ouvirei o Senador Arthur Virgílio, depois o Senador Ney Suassuna e concluirei. Mais dois minutos e terminarei.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O Senador Arthur Virgílio já aparteu. A Mesa está bastante liberal com V. Ex^a. Imagine se todos os Srs. Senadores repetissem, embora isso ainda seja pouco pelo que V. Ex^a merece?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Mas é apenas porque se trata do Líder.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – É um apelo que faço a V. Ex^a.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Sr. Presidente, afinal de contas, trata-se de um colega nosso que foi injuriado, difamado e que, portanto, tem todo direito à defesa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex^a já o aparteu.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Já, mas como Líder do Partido a que pertence o Senador Eduardo Azeredo...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Não, V. Ex^a não tem direito, como Líder, de apartear-lo.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Não, não. Estou falando como Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – A Mesa já está sendo liberal e pede a V. Ex^a rapidez para que possamos dar oportunidade a outros Senadores.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Pois não. Eu já poderia até ter completado o aparte, juro. Senador Eduardo Azeredo, eu disse a V. Ex^a que seria esse o resultado. V. Ex^a recebe – e esse é o único saldo –, por causa dessa tolice de desesperados que tentaram contra a sua figura pública, a consagração merecida a que faz jus a sua posição de honra neste Senado. Esse é o saldo. Que todos tivessem calma e consciência tranqüila ao virem a esta tribuna, para serem consagrados pelos seus colegas como o foi V. Ex^a, Presidente Nacional do meu Partido.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, ouvirei apenas o Senador Ney e o Senador Mozarildo e terminarei.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senador, em nome do PMDB, solidarizo-me com V. Ex^a. Realmente, numa época de tantas acusações, a generalização é muito ruim. Tenho a honra de ter convivido com V. Ex^a durante todo este mandato e tenho visto a lisura com que sempre se mantém à frente dos interesses mineiros. Mais ainda, as referências de todos que o conhecem – de todos, sem exceção – são as melhores possíveis. Lamento que, nesta hora, os estilhaços estejam batendo em pessoas indevidamente.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Obrigado, Senador Ney Suassuna, pelo PMDB. Senador Mozarildo Cavalcanti.

Logo em seguida, Sr. Presidente, terminarei com uma breve frase.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Eduardo Azeredo, pouca coisa eu poderia acrescentar depois de tudo o que já foi dito, mas eu gostaria de deixar o meu depoimento, também, de solidariedade e de reconhecimento. Quem conhece a trajetória política de V. Ex^a não tem a menor dúvida de que qualquer colocação, da forma como foi feita, é uma infâmia, uma calúnia que não tem acolhimento, de forma nenhuma, pela opinião pública. Portanto, tenha a certeza de que toda sociedade brasileira está do seu lado e confiante de que essas coisas não o atingiram.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Mozarildo.

Sr. Presidente, agradeço muito a sua boa vontade de me dar o tempo necessário para que eu pudesse ouvir todos os meus companheiros que se manifestaram.

Reitero a importância de que o País não confunda as coisas. Que possamos ter, realmente, o encaminhamento correto para que essa crise não prejudique o nosso País.

Quero, finalmente, dizer que o meu compromisso com a ética e a seriedade de atos e propósitos é permanente. São valores que desde cedo aprendi com meus saudosos pais – meu pai, Renato Azeredo, foi Deputado Federal por seis mandatos –, que, por sua vez, herdaram de suas famílias as melhores virtudes da tradicional política de Minas Gerais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Senador Azeredo, em nome da Mesa Diretora desta Casa, solidarizo-me com V. Ex^a.

Sabemos que V. Ex^a é um político correto e dedicado ao seu Estado e ao Brasil, por isso tem nossa solidariedade, não somente a do Senador Efraim Moraes, que preside os trabalhos da Casa neste momento, mas a de toda a Mesa Diretora do Senado Federal.

Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento e só os apartes já mostrariam o quanto esta Casa lhe quer bem.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Azeredo, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer um registro do interesse desta Casa.

A Executiva do PT, reunida hoje durante dia inteiro, tomou a decisão de convocar o Diretório neste final de semana para apreciar os pedidos de afastamento do Secretário-Geral Silvio Pereira e do Tesoureiro Delúbio Soares, os quais autorizam, de imediato e de próprio punho, também, a quebra dos seus sigilos bancário, fiscal e telefônico, colocando-os à disposição de todos.

Considero a medida um pouco atrasada, mas muito importante, por isso faço este registro. Ao final desta semana, com certeza, o PT vai-se pronunciar de maneira forte e contundente sobre todos esses episódios. Pretendo participar da reunião para defender a tese de que se faça uma comissão provisória e que aguardemos as eleições internas do PT, que vão ocorrer em 17 de setembro, para renovação completa.

Não vou ler a nota oficial do PT, mas eu pediria que V. Ex^a a desse como lida.

Obrigado a V. Ex^a.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Carta à Comissão Executiva Nacional

As investigações em andamento na Administração e no Congresso Nacional voltam-se contra mim.

Não temo. Tenho a plena consciência de nunca haver transgredido os princípios éticos da prática política. Prova eloqüente disso é meu reduzido patrimônio.

Conduzi com seriedade e honestidade os assuntos financeiros do PT durante o tempo em que exerci a Secretaria de Finanças e Planejamento.

Como não temo a investigação, estou tomando a iniciativa de colocar à disposição da CPI meus sigilos bancário, fiscal e telefônico.

Acredito que o partido seja maior do que qualquer um dos seus dirigentes. Para permitir a normal condução dos assuntos do PT, estou apresentando à Executiva Nacional meu pedido de licença, pelo tempo em que perdurar a apuração.

Delúbio Soares

Secretário de Finanças e Planejamento

RESOLUÇÃO DA CEN

A Comissão Executiva Nacional do PT, reunida no dia 05 de julho de 2005, após tomar conhecimento e acatar os pedidos de licença de Silvio Pereira (secretário geral nacional) e Delúbio Soares (secretário nacional de Finanças e Planejamento), convoca o Diretório Nacional para reunião nos dias 09 e 10 de julho próximo, para decidir acerca da proposta de resolução sobre o momento político e a recomposição da CEN.

São Paulo, 05 de julho de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Concedo a palavra ao Senador Jorge Bornhausen.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo Lula, envolto nas chamas da corrupção que cerca sua incompetência continuada, completou dois anos e meio na semana passada.

É importante analisá-lo, dissecá-lo, expor as frustrações que provocou, especialmente naqueles que no atual Presidente votaram e nos que, sem lhe confiar o voto, deram-lhe um crédito de confiança. Não é esse o meu caso, já que nunca acreditei que alguém, por mais honrosa fosse sua trajetória de vida, pudesse dirigir um País como o Brasil sem a mínima experiência administrativa e sem nunca ter-se preocupado em obter conhecimentos profundos sobre o mundo e o País, apesar de não lhe terem faltado oportunidades.

Vou recordar o discurso que pronunciei quando o Governo completou cem dias. Foi um “aviso aos navegantes”: a nau estava à deriva. Faltava comandante e a tripulação era medíocre.

No dia 9 de abril de 2003, declarei desta tribuna:

O Governo completa amanhã cem dias: cem dias de contradições, cem dias de paralisia, cem dias de retrocesso, cem dias de imprudências.

A maior contradição, sem dúvida, é o desprezo ao discurso da campanha eleitoral, substituído na área econômica, pelo neoconservadorismo. (...)

Os mecanismos ontem satanizados pela Oposição – hoje Governo – são utilizados sem nenhuma cerimônia ou pedido de desculpas. (...)

Em 2002, o Governo obteve, no Congresso Nacional, contra os votos do PFL, o aumento das alíquotas do Imposto de Renda, da Cide e da Contribuição Sobre o Lucro Presumido, penalizando o setor produtivo.

Esperava-se do Presidente, do Governo eleito, o enxugamento da máquina, mas tal não ocorreu. Criaram-se Ministérios, Secretarias de Estado, sem a menor preocupação com a qualificação de seus integrantes. (...)

Outra contradição está diretamente ligada à fixação por medida provisória do salário mínimo, com ganho real de apenas 1,85%. O discurso de dobrar em quatro anos o salário mínimo ficou muito mais difícil. (...)

Há paralisia no projeto Fome Zero, farto programa de propaganda, com muitas divergências internas e anêmicos resultados. A paralisia também atingiu o setor de segurança pública. Cem dias de retrocesso! Vários Ministros se levantaram contra as agências

reguladoras. Sinalizar contra as agências é sinalizar para a retração de investimentos, é sinalizar para o desemprego.

Retrocesso no Ministério do Desenvolvimento Agrário. A ameaça de retirar o dispositivo legal que impede a desapropriação para fins de reforma agrária, por dois anos, das propriedades invadidas.

A partidarização no IBGE, da Funasa, órgãos que sempre mantiveram técnicos à sua frente, significou mais um retrocesso. E denunciei isso nos cem dias de Governo.

Cem dias de imprudência, especialmente no setor de política externa, quando o Presidente deu preferência a políticos como Fidel Castro e Hugo Chávez.

Cem dias, que recorro para lembrar a coerência do meu Partido na seqüência desses dois anos e meio.

Em 16 de dezembro de 2003, analisei, desta tribuna, o primeiro ano do Governo Lula, e quero repetir, aqui, para lembrar a todos o comportamento do meu Partido.

Disse, na ocasião: “Não vou falar sobre segurança pública, que nada aconteceu para melhorar. Não vou falar sobre a paz do campo, que o candidato prometeu e não conseguiu. Não vou falar das políticas sociais, objeto de grandes campanhas publicitárias, tais como o Fome Zero, cujos resultados são anêmicos e frustrantes. Não vou falar do tratamento desumano dado aos velhinhos, aos excepcionais, aos pacientes do Inca*, para não renovar seus sofrimentos. Não vou falar da política externa brasileira, cujo comportamento nos levou a prestigiar ditadores e a obter resultados zero nos avanços da negociação da Alca. Vou falar hoje sobre o que interessa mais de perto a qualquer sociedade organizada: o emprego, o posto de trabalho, a aquisição mais importante à cidadania”.

O que ocorreu no primeiro mandato? O Presidente aumentou o número de Ministérios e Secretarias. Mau início. Sinalizou para a “gastança”. Não teve a preocupação com o gasto público e perdeu-se na administração.

A renda do trabalhador brasileiro, em 2003, caiu 13%, o que é lamentável para quem anunciou mudar o modelo econômico.

E a geração de empregos? A promessa de 10 milhões de empregos novos redundou, em 2003, em mais um milhão de desempregados.

A classe média, com o resultado negativo que obtivemos no crescimento naquele ano, perdeu 2,5 milhões de brasileiros, que foram deslocados para a pobreza – e o Governo só aumentou impostos.

No dia 1º de maio de 2004, o Presidente Lula completou um terço de seu Governo. E, como Presi-

dente do PFL, voltei a esta tribuna para analisar os 487 dias – 16 meses – totalmente perdidos, desperdiçados, sacrificados à incompetência, à leniência e, principalmente, à infidelidade aos compromissos assumidos na campanha de 2002. Aí, exortei o Presidente, os partidários e aliados, que acompanham o Governo, para corrigir os erros cometidos, os mais grosseiros que este País já viu.

Podem reverter, por exemplo, o incentivo à corrupção, com a impunidade caracterizada pelo abafamento da CPI do caso Waldomiro Diniz ou pelo loteamento de cargos públicos e a sua distribuição a amigos e “indicações de amigos” sem quaisquer qualificações, quando negociadas nos troca-trocas ou nos cala-bocas imorais com Partidos e grupos políticos. Falei isso em 29 de abril de 2004, antevendo o que hoje vivemos neste mar de sucessivas ondas de corrupção.

Chegamos, finalmente, aos dois anos de Governo. Novamente subi à tribuna para comentá-los. Disse, com clareza: “As oposições democráticas não são voluntárias, mas mandatárias. Foram as urnas de 2002 que nos colocaram no caminho da oposição”. E essa oposição o PFL tem exercido, com destemor e extraordinária eficiência, por todos os companheiros, especialmente pelos seus Líderes: o Deputado José Carlos Aleluia, na Câmara, e, no Senado, o eminente Senador José Agripino. Nenhum combate oposicionista, no Congresso ou fora dele, deixou de ter o apoio, a presença e, quase sempre, a iniciativa do PFL. Não foi difícil, mas foi constrangedor, pois nunca um Governo errou tanto, falseou tanto, fracassou tanto, sofismou tanto, corrompeu tanto e gastou tanto em publicidade.

Fiz, desta tribuna, a análise dos aumentos de tributos ocorridos em 2003 e 2004: “Transformaram o contribuinte brasileiro em burro de carga”. E salientei: “Não há o que comemorar, apenas a lamentar”. “Às vésperas de completar o seu segundo ano, o Governo Lula trilha a mesma linha de mediocridade”.

Agora, chegamos aos dois anos e meio de Governo. É preciso que, mostrando as advertências que fizemos por meio do nosso Partido e das oposições, saibamos a que posição chegamos passados seis meses de 2005 e dois anos e meio de Governo. Graças a Deus só falta um ano e meio!

Que triste 2005! Começamos o ano convivendo com uma fraude e com um novo avanço no bolso do contribuinte brasileiro.

No dia 3 de janeiro, o **Diário Oficial**, com a falsa data de 30 de dezembro, publicava a Medida Provisória nº 232. O Presidente Lula havia se comprometido publicamente com as centrais sindicais para fazer uma correção na tabela do Imposto de Renda de 10%

quando, na verdade, o menor índice já corresponderia a 17%.

A fraude e a mentira se juntaram para penalizar, novamente, as prestadoras de serviço e agora, também, os produtores rurais.

O PFL, no mesmo dia 3 de janeiro, expediu nota combatendo, denunciando, a trama forjada do Governo com a emissão da Medida Provisória nº 232.

Juntamo-nos às reações da classe empresarial. Fizemos um protesto, alertamos o Governo.

Vimos ao Congresso e, finalmente, depois de 90 dias, o Presidente Lula tornou sem efeito a Medida Provisória que penalizava as prestadoras de serviço e os agricultores brasileiros.

Nesse íterim, enquanto desenvolvíamos o movimento de resistência, ocorreu a eleição para a Câmara dos Deputados. Ora, o mesmo Partido, o mesmo Governo autoritário, que quis impor um Conselho Nacional de Jornalismo, a Ancinav, a censura prévia ao IBGE, quis também impingir um Presidente à Câmara dos Deputados, dividindo seu Partido e a já apodrecida base aliada, e se viu batido na eleição da Mesa daquela Casa.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Eu o concederei em seguida, Senador Eduardo Suplicy.

O PFL cumpriu seu papel de Oposição e lançou seu Líder, o Deputado José Carlos Aleluia, para deixar claro que não compactuava com as lamentáveis opções apresentadas.

Nesse íterim, chegou o Aerolula, que custou US\$55 milhões, símbolo da arrogância de um Presidente despreparado.

Mas 2005 nos preparava amargas surpresas.

Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Jorge Bornhausen, gostaria apenas de expressar um sentimento. V. Ex^a descortina um quadro que pode ser aquele que um Senador do PFL, oposicionista, com grande persistência nessa sua função, procura fazer, mas assinalo que, em muitos dos aspectos ressaltados por V. Ex^a, os fatos são diferentes. Vou citar alguns, embora V. Ex^a tenha mencionado tantos. Permita-me registrar que, com respeito à atividade econômica, o ano de 2004 apresentou a maior taxa de crescimento dos últimos dez anos. É fato que os últimos oito trimestres têm apresentado taxas de crescimento positivas, ainda que esteja havendo uma diminuição recentemente. Avalio muito importante que todos estejamos a alertar o Ministro Antônio Palocci e as autoridades econômicas sobre as medidas necessárias para fa-

zer voltar o ritmo de crescimento acentuado. V. Ex^a se referiu à questão do emprego, mas não reconheceu que, nesses 30 meses, houve a criação de 2,5 milhões de novos empregos, enquanto que, nos oito anos do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o crescimento foi da ordem de 750 mil. Ou seja, nesse plano, o Governo do Presidente Lula, ainda que não tenha chegado aos dez milhões que constituíam sua meta, avançou sobremaneira. No que diz respeito aos programas sociais, que foram minimizados por V. Ex^a, na verdade, quando o Governo Lula assumiu, havia cerca de dois milhões de famílias inscritas nos diversos programas – Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e demais, que foram unificados em outubro de 2003. Na época, então, eram 2,3 milhões, e agora já são 7,2 milhões de famílias inscritas; no próximo ano, serão 11,2 milhões, que correspondem a um quarto da população recebendo um benefício que é de valor médio três vezes superior ao que era anteriormente, no Governo apoiado por V. Ex^a. São diversos exemplos; eu poderia estender-me mais. Ressalto, assim, que o quadro não é apenas de fatos negativos, embora haja alguns erros. E, no que diz respeito à ética na Administração Pública, que sempre defendemos muito e para a qual V. Ex^a apresenta também um quadro desastroso, em primeiro lugar, saliento que é dever do PFL cobrar, como nós o fazíamos, o esclarecimento de todos os episódios e que queremos colaborar. V. Ex^a tem sido testemunha da palavra do Presidente Lula – e, hoje, do Ministro Márcio Thomaz Bastos – de que a apuração será feita de maneira rigorosa. Quem quer que seja, amigo da base aliada ou da Oposição, de qualquer setor, que tiver responsabilidade por atos irregulares será punido na forma da lei. Queremos colaborar, para que a Comissão Parlamentar de Inquérito, seja a dos Correios, seja outra, realize seu trabalho o mais serena e equilibradamente possível. Agradeço a oportunidade de apartear-lo.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Agradeço a V. Ex^a me ter permitido levar a debate as posições que considero corretas, **data venia** o pensamento de V. Ex^a.

O crescimento de 2004, de 5,2%, foi sobre o do ano anterior, que foi zero. Países em desenvolvimento tiveram um crescimento de 7%, 8%, 9% sobre os mesmos índices do ano anterior, razão pela qual o resultado de empregos, que foi o segundo ponto mencionado, revelou-se negativo no primeiro ano. Conforme dados que tenho do maior especialista do setor, que é o Professor José Pastore, com o crescimento de 5,2%, em 2004, sobre o crescimento zero, repito, houve o crescimento de 1,2% de empregos formais e de 6% de empregos informais. Cinco vezes mais os

empregos informais cresceram neste País, mesmo no momento em que o crescimento existia, apesar de o Governo tê-lo atrapalhado com o aumento constante de tributos.

Quero também dizer a V. Ex^a que não posso concordar com o resultado dos programas sociais. Na verdade, o Fome Zero...

(Interrupção do som.)

O SR. JORGE BORHAUSEN (PFL – SC) – Gostaria que a minha palavra fosse garantida, Sr. Presidente.

O Fome Zero teve um resultado absolutamente negativo, só valeu para a publicidade; o Primeiro Emprego desapareceu, morreu, foi sepultado; o Bolsa-Família foi uma maquiagem dos programas existentes anteriormente, de que o Governo quis apropriar-se.

Na questão ética, respeito V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, sempre respeitei, mas não podemos concordar com aquilo que vem ocorrendo e que foi abafado nesta Casa, na CPI que não se deixou fazer, a CPI dos Bingos, do caso Waldomiro. O Governo impediu que ela se instalasse, deixando de cumprir com o dever ético de punir aqueles que ocupavam postos de relevância e que foram flagrados pedindo ou recebendo propinas.

Concedo um aparte ao meu eminente Líder, Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Jorge Borhausen, queria fazer uma constatação rápida. O Governo está hoje envolto em crises sucessivas, criadas por ele próprio, pela base aliada e pelos seus, os petistas. E V. Ex^a vem aqui, de forma serena – não fala da crise, não toca nesse assunto que, há quinze dias, enrodilha o Governo –, para mostrar ao País a face real do Governo nesses dois anos e meio. Esse é o retrato perfeito e acabado, sem retoque, do Governo de Sua Excelência, o Presidente Lula, ao longo desses dois anos e meio. Gostaria de ouvir as contestações por parte daqueles que o representam; gostaria que desmentissem a V. Ex^a as considerações feitas ao Primeiro Emprego, ao Fome Zero, ao MST, ao sucesso e ao insucesso da reforma agrária, ao compromisso dos dez milhões de empregos, de dobrar o salário mínimo, porque esse é o Governo do cotidiano. E V. Ex^a, com serenidade absoluta, vem à tribuna num momento de crise e não toca na crise política, fala sobre aquilo que interessa ao povo brasileiro, que é a administração do dia-a-dia, é aquilo que o Governo prometeu e não cumpriu, é aquilo que significa a decepção do povo brasileiro. Meus cumprimentos a V. Ex^a!

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Agradeço a V. Ex^a, que tem, como Líder do PFL, nesses

dois anos e meio, defendido com brilhantismo o papel que o nosso Partido tem exercido como Oposição responsável e fiscalizadora.

Concedo um aparte ao eminente Líder, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Meu prezado amigo e Presidente Jorge Bornhausen, os pronunciamentos de V. Ex^a são sempre impactantes e sempre destinados a uma análise pela qualidade, até porque meditados, maturados, sintetizando a sua brilhante trajetória pública. Tenho V. Ex^a como um homem público. Se alguém me pedisse uma definição de V. Ex^a numa frase curtinha, eu diria: um homem público. V. Ex^a é um homem público. Senador Jorge Bornhausen, aproveito para corrigir uma omissão grande feita pelo Senador Eduardo Suplicy no aparte a V. Ex^a. O número de beneficiados só pelo Bolsa Escola no Governo Fernando Henrique Cardoso, longe de serem apenas 2 milhões de famílias, foram 5 milhões de famílias. Mas agora vou falar a V. Ex^a de algo – eu não tenho como não falar da crise, Senador José Agripino. Estou lendo uma nota que me disseram ser mesmo do Líder do PMDB na Câmara, Deputado José Borba, porque, se fosse 1^o de abril, eu diria que estariam brincando com o nome do Deputado, não é dele. Mas é dele. Muito bem. Então, ele explica algumas coisas sobre essa história de Marcos Valério, dizendo o seguinte, no item **c** da sua nota – atenção, Senador José Agripino: “Nunca recebi do Sr. Marcos Valério qualquer numerário ou recursos financeiros, limitando-se o relacionamento ao fato de que o mesmo fazia parte do Grupo do PT que exercia efetiva influência político-administrativa junto ao Governo Federal”. Item **d**: “O meu relacionamento com Líderes do PT, integrantes de sua Executiva Nacional e o Sr. Marcos Valério sempre foi delimitado pela tratativa da ocupação de cargos públicos...”. É o Sr. Marcos Valério, portanto, nomeando no Governo do Presidente Lula. Volta agora para o Líder do PMDB: “...em razão de pleitos de integrantes de nossa Bancada, sendo leviana e politiqueira qualquer especulação de favorecimento financeiro a Deputados do PMDB”. Ou seja, favorecimento, se não era financeiro, poderia até ser cargo. E o Sr. Marcos Valério é dito pelo Líder do PMDB como alguém que nomeava neste Governo. Então, se isso não é... Item **e**: “O que discuti com Dirigentes do PT e o Sr. Marcos Valério é o que as lideranças partidárias discutem hoje e sempre discutiram em todos os governos: a nomeação de seus partidários para cargos na Administração”. Muito bem, se o Sr. Marcos Valério não é Ministro deste Governo, se ele não tem nenhuma participação concreta nos caminhos deste Governo, algo de muito grave está ocorrendo no Reino da Dinamarca, Senador Jorge Bornhausen. Por

isso, não vejo melhor pronunciamento do que o de V. Ex^a para, ao homenageá-lo, homenagear o seu pronunciamento, homenagear V. Ex^a, inserir aqui a minha preocupação, a preocupação do meu Partido com os rumos ou falta de rumos, com os descaminhos, com os desvios por onde vai adentrando este nosso indigitado País. Parabéns a V. Ex^a pelo seu discurso, patriótico como sempre!

O SR. JORGE BORNAHUSEN (PFL – SC) – Agradeço ao eminente Líder Arthur Virgílio, que realmente concorda integralmente com a preocupação apresentada na leitura do documento que hoje ele trouxe ao conhecimento do Senado.

Vou procurar encerrar, Sr. Presidente.

Repito: 2005 nos preparava amargas surpresas, o escândalo dos Correios, as denúncias sobre as irregularidades e ilicitudes no IRB e em outras estatais, caracterizando uma corrupção espalhada no Executivo. E ainda a denúncia, pela palavra de um Presidente de um partido da base aliada, da vergonhosa ação do Executivo sobre o Legislativo, corrompendo Parlamentares com a operação chamada “mensalão”.

Sem prejuízos, cumprindo o dever sagrado de uma Oposição responsável e fiscalizadora, que assumimos publicamente em 31 de outubro de 2002, exigimos, na ocasião, a instalação de uma CPI. Lutamos contra o abafa, a retirada de assinaturas, a composição chapa branca, mas ela está aí para buscar a verdade e punir os culpados.

Antes de terminar o semestre, junto com partidos da Oposição, obtivemos duas importantes vitórias no Supremo Tribunal Federal.

(Interrupção do som.)

O SR PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – O Senador tem mais um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR JORGE BORNAHUSEN (PFL – SC) – Espero que V. Ex^a seja mais generoso antes de assumir o Ministério.

A primeira, reconhecendo o direito das minorias e determinando a abertura da CPI dos Bingos, trazendo de volta ao cenário o Sr. Waldomiro Diniz, ex-Subchefe da Casa Civil da Presidência da República, flagrado pedindo propina. A segunda, quando o Ministro Marco Aurélio reconheceu a inconstitucionalidade da medida provisória que, desumanamente, entre outros, prejudicou os que necessitam de auxílio-doença, a MP nº 242.

Podemos dizer à Nação que o PFL não errou no seu diagnóstico desde o primeiro dia quanto à incompetência do Presidente Lula e de seu Governo. Mas foi surpreendido com a facilidade e a forma com que

a corrupção e a impunidade tomaram conta de grande parte do Governo.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – O senhor conta, com a generosidade da Presidência, com mais um minuto, Senador.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Estamos aqui em nome do PFL para reafirmar que exigimos a apuração de toda verdade e a punição dos culpados.

Aos corruptos do Governo e aos corrompidos do Parlamento, queremos as penas da lei e as cassações de seus mandatos.

Continuaremos a votar os projetos que são do interesse do Brasil, pois fazemos oposição ao Governo e não ao País.

Não acreditamos que a economia seja infeccionada pela crise política. Pelo contrário, o Governo, sofrendo de gás paralisante, perplexo, amedrontado, gastará menos, o superávit vai aumentar, os juros poderão cair e o dólar, subir.

Recusamo-nos a participar de qualquer tipo de diálogo com o Governo. A democracia está forte e não há lugar para transigir. A nossa linha de oposição será inflexível do primeiro ao último dia do Governo Lula.

Desejamos que o Presidente cumpra integralmente o seu mandato, e queremos que exerça o seu direito de concorrer à eleição, pois, aí sim, será julgado pelos brasileiros e, graças a Deus, teremos um basta definitivo à sua incomensurável incompetência.

Durante o discurso do Sr. Jorge Bornhausen, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelos Srs. Luiz Otávio e Hélio Costa, sucessivamente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Na seqüência dos oradores inscritos, vou passar a palavra ao Senador César Borges pelo tempo que resta da sessão, pela Liderança do PFL.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem. Quanto tempo resta da sessão?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Vinte minutos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Eu gostaria de tomar apenas um minuto do Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, como eu estou inscrito para amanhã, prefiro fazer o pronunciamento no dia de amanhã senão ficarei impedido já que falei ontem. Portanto, cedo o tempo ao Senador Osmar Dias, com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Senador César Borges, pela Liderança do PFL, V.

Ex^a não fica impedido de, amanhã, usar da palavra pela ordem de inscrição. V. Ex^a está inscrito para falar pela Liderança.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, Sr. Presidente, falarei rapidamente. Agora, quero deixar aqui...

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Eu gostaria de falar pela ordem, se houver a concordância do Senador César Borges.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Então, pela ordem, concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Hélio Costa, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebi hoje um pedido dos representantes do setor agropecuário do País para que este Congresso não vote a LDO enquanto o Governo não cumprir os compromissos assumidos na semana passada. Vim a este plenário para dizer isto: o PDT não vai votar a LDO enquanto o Presidente da República e os seus ministros não cumprirem o que fizeram aqui o movimento chamado tratoração. Prometeram na semana passada, e, até agora, as medidas não foram implementadas. Estamos procurando uma reunião em que as Lideranças busquem a solução para este impasse. E esse impasse não é mais dos agricultores. A indústria está demitindo, os empregos estão sumindo, e a economia começa a ser afetada fortemente em função da falta de atitude e de posicionamento do Governo. O PDT não vota a LDO enquanto as medidas anunciadas não forem cumpridas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB – MG) – Muito bem. Passo a palavra agora, então, pela Liderança do PFL, ao ilustre Senador da Bahia César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu pediria ao Senador Rodolpho Tourinho que S. Ex^a estivesse...

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Eu vou ficar aqui.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ah, S. Ex^a vai ficar presente à sessão. Eu estava agora, Sr. Presidente, a conversar com o Senador Rodolpho Tourinho um assunto relevante para toda uma região, para o Nordeste brasileiro, assunto que sei que é caro ao Senador Rodolpho Tourinho em razão do seu interesse pela matriz energética brasileira e, em particular, pela carência energética no Nordeste brasileiro.

O Senador Rodolpho Tourinho, ex-ministro, que fez um grande trabalho, sério e competente, conhece a fundo essa questão e tem lutado para que tenhamos

segurança energética em toda essa região do País, constituída por nove Estados. A Região Nordeste, hoje, é deficitária na sua matriz energética e precisa importar energia de outras regiões, e estas não têm, muitas vezes, condições de fornecer energia para o Nordeste numa situação de crise. Isso eventualmente pode acontecer caso o regime pluviométrico dos dois últimos anos não se repita.

Entretanto, Sr. Presidente, a maior preocupação é que a solução para esses problemas são as usinas termelétricas, que trabalham com a matriz do gás, a nova matriz que se revela a mais adequada às necessidades econômicas e políticas do nosso País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores – chamo a atenção dos Senadores do Nordeste particularmente –, o que nos preocupa são as notícias publicadas recentemente em todos os jornais, principalmente em **O Globo**. Senão vejamos, no dia 2 de julho, saiu uma notícia na prestigiada coluna de Anselmo Goes, onde ele diz: “Sobrou para o mais fraco. Gasene adiado”. Ou seja, o Nordeste brasileiro tem mais uma vez o adiamento da construção do Gasene. Ontem, a Secretária de Petróleo e Gás, Maria das Graças Foster, disse que o Gasene, o gasoduto que garantiria o abastecimento do Nordeste numa parceria da Petrobras com os chineses, foi postergado em função dos problemas com a Bolívia, que aumentaram as incertezas quanto à oferta de gás.

Nesse mesmo dia, também saiu no jornal **O Globo**, na parte econômica: “Gasoduto entre o Nordeste e o Sudeste pode ser adiado”. Isso saiu no dia 2. Segundo o Governo, o campo de Mexilhão pode ter menos gás que o esperado, o que atrasaria o projeto. Quer dizer, em um momento é a questão com a Bolívia; no outro, é a superavaliação da produção do campo de Mexilhão, onde se prevê uma redução da sua capacidade para 15 milhões de m³ diários.

E, no dia de hoje, saiu uma notícia taxativa. A outra era condicional: poderia, pode ser adiado. Hoje, não, está confirmado: “Adiado gasoduto para o Nordeste. Petrobras revê projeto devido a custo maior e oferta menor do produto”.

Agora, mais uma questão. Primeiro, era a questão com a Bolívia; depois, a superavaliação da capacidade do campo de Mexilhão e, agora, o custo maior. Segundo a nota, a Sinopec, estatal chinesa sócia e financiadora do projeto, dobrou custos de 1,1 bilhão para 2,3 bilhões.

O novo cronograma do Gasene vai fazer parte do resultado da revisão do plano estratégico da Petrobras que está sendo feito. E isso é algo extremamente preocupante para todo o Nordeste brasileiro, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Recordo-me bem quando o Ministro Luiz Fernando Furlan* veio a esta Casa. Quando perguntado sobre sua ação para o desenvolvimento econômico do Nordeste brasileiro, disse que o Governo está fazendo diversas ações. Falou em duplicação da BR-101, na qual, até agora não foi duplicado nenhum quilômetro; falou em transposição do São Francisco, uma obra extremamente questionada e que divide o Nordeste; e falou no Gasene como sendo uma grande obra para o Nordeste brasileiro. E veja agora a situação com que o Nordeste se depara com o adiamento **sine die** dessa grande obra!

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas quem conhece bem essa questão, Sr. Presidente, é o Senador Rodolpho Tourinho, e vou solicitar que S. Ex^a faça esse aparte que, com certeza, será extremamente ilustrativo para o meu pronunciamento.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador César Borges, acho muito oportuno o pronunciamento de V. Ex^a sobre esse problema do Gasene. E tenho conclamado – estive várias vezes aqui na tribuna – os Senadores do Nordeste a defenderem essa posição. Na semana passada, até recebi dois apartes que considero importantes sobre este problema: do Senador Antonio Carlos Magalhães e do Senador José Sarney. O Senador José Sarney apontava que isso não é uma coisa nova – e vou explicar exatamente –, esse preconceito contra o Nordeste em relação à questão do gás. S. Ex^a mostrou que isso é algo antigo. A primeira notícia que saiu a respeito parece-me a mais verdadeira, e inclusive fiz um requerimento ao Ministro de Minas e Energia para saber as verdadeiras razões disso dez dias atrás. A primeira notícia foi de que o Gasene foi postergado para que se pudesse garantir a segurança do Sudeste, e aí veio aquele aparte do Senador Sarney sobre o preconceito. Parece-me que é isso o que está acontecendo. Na medida em que se faz esse esquema de proteção ao Sudeste, o Nordeste, mais uma vez, fica esquecido. E o pior: está esquecido e isso gera várias outras versões. V. Ex^a apresentou mais três, eu conheço mais duas...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A do Mexilhão, que está superavaliado, e a do custo.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Então, há várias versões, nenhuma consistente. O Governo precisa dizer por que não foi apresentada alternativa. Chamo a atenção para isso. Pode dizer que o Gasene não será feito ou que será suspenso, mas precisa dar uma alternativa; do contrário, faltará energia no Nordeste. O rio São Francisco, independente da transposição, que V. Ex^a combate e eu também, pior ainda: não

tem mais aproveitamento algum em termos de hidroeletricidade, e não há outra alternativa. Não há como levar mais linhas de transmissão, pois não se tem de onde tirar. Portanto, só há uma solução, o gás. Se o gás não pode ir por gasoduto, que o Governo diga que levará de outra forma, por meio do GNL, do gás que é resfriado. É um processo muito complicado e caro, que talvez custaria duas vezes mais do que o gás do Sul. Na sexta-feira, no Rio, onde estava a Secretária – ela não ouviu, mas estava lá antes –, disse que o Nordeste também não aceitaria isso. O Nordeste não vai aceitar ter um insumo duas vezes mais caro. Tenho certeza de que V. Ex^a vai somar comigo, com o Presidente, Senador Garibaldi. Essa é uma luta nossa, temos de ficar muito alertas para esse problema, senão vai faltar energia no Nordeste. No ano passado quase faltou, porque não havia gás – é aquele campo que está sendo feito, de Manati para Salvador, que segura um pouco. Se não se pode fazer o Gasene, que se mostrem alternativas, pelo menos isso deve ser feito. Louvo o pronunciamento de V. Ex^a, que considero muito oportuno. Este é um tema grave com o qual todos os Senadores do Nordeste têm que se preocupar.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador César Borges, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Concederei em seguida o aparte ao Senador do Estado de Sergipe, nosso valoroso vizinho nordestino, Senador Antonio Carlos Valadares. Quero apenas comentar as observações feitas pelo Senador Rodolpho Tourinho no valioso aparte que fez ao meu discurso, Sr. Presidente, V. Ex^a que também é um nordestino do nosso querido Estado do Rio Grande do Norte.

O que vemos é que não há nenhuma ação do Governo Federal no sentido de se preparar para a demanda futura ou para um eventual regime pluviométrico desfavorável. Quer dizer, não há energia nova alguma. Senador Rodolpho Tourinho, não sei de nenhuma termoelétrica que esteja sendo construída no momento, muito menos hidroelétrica. Como disse bem V. Ex^a, já se esgotou a capacidade do Rio São Francisco, quer dizer, a qualquer momento, caso haja uma queda na vazão do Rio São Francisco – em decorrência de uma seca no Estado de Minas Gerais por exemplo –, com certeza, todo o Nordeste terá um regime muito ruim de fornecimento de energia.

Aliás, parece-me que essa não é uma situação exclusiva do Nordeste. Em todo o Brasil, não vejo o Governo Federal possibilitar novos investimentos para melhorar a matriz energética brasileira. O Senador Rodolpho Tourinho destacou o raciocínio que parece nortear as decisões governamentais: entre o Nordeste

e o Sudeste, vamos preservar o Sudeste; não vamos fazer Gasene porque estaremos com o gás reservado para atender uma eventual necessidade energética no Sudeste brasileiro. E o Nordeste ficaria extremamente vulnerável e desprotegido no caso da queda do nível de nossos rios, como ocorreu no passado em decorrência de um problema climático.

Concedo um aparte, com muita satisfação, ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador César Borges, V. Ex^a toca num assunto vital para o desenvolvimento da nossa região. A construção de um gasoduto ligando as regiões Sudeste e Nordeste é uma reivindicação que aqui foi colocada. Tive ocasião de, depois, ler o seu discurso por indicação do Senador Rodolpho Tourinho, colega de V. Ex^a, do Estado da Bahia, que foi Ministro de Minas e Energia e que tem toda autoridade técnica e política, tanto quanto V. Ex^a, para tratar do assunto.

Quero crer, Senador César Borges, que poderíamos contribuir mais ainda, além do brilhante discurso que V. Ex^a está fazendo, convocando, quem sabe, o futuro Ministro das Minas e Energia e a Presidência da Petrobras para discutirmos, na Comissão de Infra-Estrutura, a realização dessa obra. A Petrobras anuncia que tem recursos já previstos, da ordem de US\$3 bilhões, para a ampliação de gasodutos, naturalmente incluindo esse. Isso vai beneficiar as indústrias e prevenir uma possível crise de energia elétrica com, quem sabe, Deus nos livre, um apagão como o que aconteceu há poucos anos. Quero me solidarizar com V. Ex^a e disser-lhe que, como Senador do Nordeste, estou inteiramente de acordo que esse gasoduto seja construído para o suprir a demanda de energia das indústrias que precisam de gás e também para suprir os postos de gasolina que estão sendo instalados ao longo de rodovias e nas próprias cidades, contribuindo, assim, decisivamente, com mais uma alternativa de energia para nossa região. Quero parabenizar V. Ex^a e me somar a essa luta que vem sendo encetada pelos Senadores da Bahia e também pelo Senador Garibaldi Alves Filho, do Rio Grande do Norte.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço-lhe o aparte e o incorporo inteiramente, Senador Antonio Carlos Valadares.

Essa é uma preocupação que nós, efetivamente, temos de ter, nós, os representantes dessa região, que já é sofrida, que já possui uma série de obstáculos para vencer o subdesenvolvimento, para avançar na sua procura de melhorar a renda para todos seus habitantes.

Claro que a questão energética é fundamental, até para segurar os investimentos que já foram feitos

naquela região. Os Estados têm procurado, por meio de suas empresas estaduais de distribuição de gás, ampliar sua rede de gasodutos. Concluo assim em função do exemplo que temos na Bahia, onde uma empresa tripartite, a Bahiagás – dela participam o Governo do Estado, a Petrobras e uma empresa privada –, tem procurado ampliar nossa distribuição de gás, tanto dentro da cidade de Salvador como em direção à cidade de Feira de Santana, que é a maior cidade do interior do Estado, procurando atender nossa matriz industrial com esse combustível mais barato e que tem utilização também como insumo industrial.

Entretanto, lamentavelmente, temos essa notícia. Sr^{as} e Srs. Senadores, esse gasoduto seria fundamental, porque, já existindo o gasoduto que liga Camaçari, Mossoró e Fortaleza, faríamos a interligação entre o sistema do Nordeste e o sistema do Sudeste, que é abastecido pelo gás da Bolívia. Seria extremamente positivo para a nossa região se esse gasoduto Gasene fosse realizado e concluído o mais rapidamente possível – a expectativa era que sua conclusão se daria no ano de 2007. Diante das notícias mais recentes, ficamos sem qualquer previsão para a conclusão da ligação entre o que seria a bacia produtora do Rio de Janeiro, e provavelmente de Santos, onde há a perspectiva desse Campo de Mexilhão, e o sistema do Nordeste brasileiro, quando, então, teríamos uma nova matriz energética. Agora, ficamos sem qualquer previsão.

O atual Governo não tem dado atenção para o Nordeste brasileiro. Ele não investe, não há uma obra de infra-estrutura importante em toda a região. Desafio o Governo a apontar uma única obra de infra-estrutura.

Vejam o exemplo do Prefeito da cidade de Luís Eduardo Magalhães, no oeste da Bahia, que é uma nova fronteira agrícola com imenso potencial e que precisa escoar a sua produção com custo mais baixo. Hoje a região tem imensas dificuldades, porque as estradas federais estão destruídas e não há portos. Tenta-se escoar a produção pelo porto da cidade de Ilhéus, criando imensos problemas àquela cidade. Assim, há um custo adicional aos grãos produzidos no oeste da Bahia, que tem índices de produtividade inigualáveis no mundo inteiro, bate recordes mundiais. A despeito dessa altíssima produtividade, na hora de escoar a produção, enfrentam-se grandes dificuldades, porque não temos estradas. As alternativas seriam a 242, que poderia ser toda recuperada; o canal que precisa ser duplicado para a Bahia da BR-116, que vai do Rio Paraguassu até a cidade de Feira de Santana – é

inimaginável que fique sem duplicação aquele trecho, principalmente da cidade de Santo Estevão à Feira de Santana, ceifando milhares de vidas de baianos, além de trazer o encarecimento no transporte dos grãos –; o canal da BR-324, que é uma estrada duplicada, mas que está em estado lastimável, sem nenhuma condição para suportar o tráfego que a percorre todos os dias – essa estrada é a ligação principal entre a cidade de Salvador, que é uma península e que tem praticamente essa única saída até a cidade de Feira de Santana, para daí se irradiar para as outras regiões do Estado da Bahia e do Brasil. Então, essa é a situação de um Governo que não investe na infra-estrutura, comprometendo o desenvolvimento do País.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. *Fazendo soar a campainha.*) – Senador César Borges, permita-me interrompê-lo...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, já estou encerrando o discurso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador, tenho que prorrogar a sessão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, mas já estou encerrando o discurso. De minha parte, não seria necessário prorrogar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas tenho que realmente prorrogá-la porque o Senador Alberto Silva vai suceder a V. Ex^a. Prorrogo, então, a sessão por mais dez minutos para que V. Ex^a possa concluir seu discurso e o Senador Alberto Silva proferir o dele.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Encerro, Sr. Presidente, dizendo que o Brasil, hoje, além de uma grave crise política que paralisa todas as ações do Governo, por conta de que não se tem como pensar em outra coisa a não ser em dar explicações sobre a questão do mensalão e dos recursos públicos utilizados para essa ação nefasta aos princípios republicanos, tem essencialmente um Governo que nunca deu importância para a infra-estrutura do País como um todo e, de modo particular, para a região Nordeste, que é sofrida e está mais sofrida ainda sob este Governo que não tem atuado com a responsabilidade devida para com o Nordeste.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Hélio Costa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Alberto Silva, que terá nove minutos para proferir seu discurso.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, estou voltando à tribuna, hoje, pela segunda vez: agora como inscrito e, anteriormente, porque o Presidente me passou a palavra.

Queria dizer, neste instante, que o povo brasileiro está atônito – e nós também, aqui no Congresso. São declarações relativamente ao que está acontecendo no País – ora aqui, ora ali – que nos deixam intranquilos.

Uma coisa é certa: as CPIs instaladas estão dispostas – e acreditamos nos seus dirigentes, nos seus relatores – a apurar o que está sendo denunciado. Enquanto isso, no entanto, penso no meu Partido, penso nos outros partidos que, neste instante, estão diante da opinião pública que pensa que, de alguma maneira, nós, aqui no Congresso, temos culpa. De certa forma sim; de certa forma não. Não dirigimos os acontecimentos; estamos aqui para fazer leis, para trabalharmos para que essas leis sejam cumpridas. Somos o Poder Legislativo. Mas dentro desse Poder Legislativo a maior parte dos seus Líderes aqui são ex-Governadores, a maioria foram Governadores, foram homens que comandaram empresas e, como tal, temos obrigação de oferecer ao povo brasileiro, por intermédio do próprio Presidente... Porque temos um Presidente, o País não está, suponho, à deriva, existe um Presidente. Creio naquela Ministra que está lá na Casa Civil. A conversa que tive com S. Ex^a me deu a entender claramente que ela é uma mulher firme e decidida, e tem uma posição que é clara.

Então, o que o nosso Partido vai fazer e já estamos fazendo? Falei aqui na destruição das estradas brasileiras e disse que através delas circula tudo o que os brasileiros produziram no campo. E o que os brasileiros produziram? Milhões de toneladas de grãos, veículos e tudo mais. Veículos nas fábricas; grãos nos campos. E a perda por causa da destruição das estradas é enorme.

Vou ser repetitivo, mas tenho que ser. Gastamos 30% a mais, os dois milhões de carretas que circulam no Brasil gastam 30% a mais de combustível inutilmente. Vou repetir pausadamente para quem está me ouvindo, os engenheiros ou os que entendem de estradas e de veículos sabem que estou falando o que

é real. Se uma carreta de 60 toneladas, 50 ou o que for, vai numa velocidade de 60 quilômetros e, numa curva, o motorista descobre um buraco, ele mete o pé no freio, mas tira o pé da embreagem. Nesse caso, o motor fica solto, fica vazio, ele não tem carga, e até que volte ao ritmo normal joga óleo fora sem queimar ou queima mal.

Fiz várias aproximações sucessivas e cheguei ao número de 30% a mais que os veículos gastam por causa das estradas esburacadas. Ora, 30% de 14 bilhões de litros que se gasta por ano temos quatro bilhões de litro de óleo diesel jogado fora, e a Petrobras importando óleo diesel. Ora, quatro bilhões de litros a R\$1,50 dá R\$6 bilhões. Então, estamos gastando e o povo está pagando, porque a Petrobras importa, vende para os postos e os postos vendem para o povo. Então, são R\$6 bilhões jogados fora.

E sabem quanto custa o reparo de 32 mil quilômetros de estradas em 24 meses? R\$3 bilhões por ano. Com R\$3 bilhões no primeiro ano e R\$3 bilhões no segundo, estaremos com 32 mil quilômetros de estradas novas, porque se troca toda a capa de asfalto e as bases no lugar onde elas estiverem deterioradas. Isso é viável? É absolutamente viável.

Quero dar uma informação aqui que me encheu de satisfação. Fiz uma consulta, depois de ter os dados na mão, que foi confirmada. Amanhã terei um encontro com o Presidente da Federação Brasileira dos Construtores de Estradas. É a engenharia brasileira. O País tem que se orgulhar disso. Não se chame uma construtora de estrada de empreiteira. Empreiteiro é construtor de muro. O que temos são empresas de engenharia rodoviária, ferroviária, aquaviária, que fazem barragens do tipo da de Itaipu. E o País deve-se honrar ao ter a sua engenharia e mais de 100 empresas trabalhando no exterior, tal a eficiência de nossos técnicos.

E eles consideram interessante a minha proposta de uma comissão especial, comandada diretamente pela Presidência da República, com um conselho. Seria uma réplica daquela Câmara de Gestão, pois não podemos fazer a Câmara de Gestão, porque ali era calamidade e não posso dizer que as estradas quebradas são calamidade... É calamidade no termo! Mas não é calamidade, porque calamidade é terremoto, é tufão; enfim, são coisas que não dependem do homem. Agora, as estradas dependem. Então, não é calamidade. Mas é calamidade porque o estado é calamitoso. As estradas estão arreventadas. Então, senhores, o meu Partido...

Amanhã teremos uma reunião de Bancada, e proporei ao meu Partido: “Estamos com tudo pronto”. O PMDB vai oferecer ao Presidente da República o conserto das estradas brasileiras em 24 meses com o dinheiro da economia... Ouçam bem, brasileiros que estão me assistindo, com a economia de combustível gasto, inutilmente, R\$6 bilhões por ano, fora o aumento de frete e outras coisas mais que prejudicam a perda dos grãos no transporte para os portos. Só aí já se vão R\$2 bilhões. O PMDB fará essa oferta ao Presidente da República. E estou inserido porque brigo por isso há muito tempo. Então, o documento está pronto. Cento e poucas empresas de engenharia poderão começar a trabalhar já, logo que isso esteja em funcionamento.

E tudo começará ao mesmo tempo, em todos os Estados – ao mesmo tempo. Isso traz uma esperança ao povo, isso traz economia para o País. De saída, logo, posso garantir, são dois milhões de empregos diretos, porque 100 empresas de engenharia trabalhando, nesse mister de fazer base, tirar asfalto, recompor os acostamentos, as pontes e tudo o mais. Isso é engenharia mesmo. E o Brasil, que optou pelo rodoviarismo, está com as suas estradas arrebitadas por falta de uma ação.

No meu Estado, diz-se que, por falta de um grito, se perde uma boiada. Pois, aqui, por falta de uma proposição, as estradas estão paradas, e ninguém as conserta. E o Ministério dos Transportes, com todo o respeito que tenho, não tem estrutura para executar uma tarefa desse porte.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiros e brasileiras que estão me ouvindo, vamos apresentar essa proposta ao Presidente da República. Tenho certeza de que a Ministra Dilma Rousseff vai aprová-la. O Brasil vai ver o que é um volume de obras feitas rapidamente com economia, com competência, com criatividade.

Se me for permitido pela Mesa, concedo com muito prazer o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a abordou um assunto que me chamou a atenção pela oportunidade, pelo momento grave por que estamos passando: as estradas precisam ser recuperadas o quanto antes. O Governo Federal precisa fazer economia, é bem verdade, para obter o seu superávit primário, mas, na medida em que as estradas estão retardando o crescimento da economia, esse superávit, ao invés de contribuir para a nossa econo-

mia, está prejudicando o progresso do País. Portanto, parabeno V. Ex^a pelo pronunciamento!

(Interrupção do som.)

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares.

Sr. Presidente, concluo.

Tenho esperança de que seja levado a sério esse trabalho que venho fazendo há cinco anos e que apresentei ao Governo anterior, que o meteu na gaveta, e ao Governo atual, que também não o levou em consideração. É dever nosso economizar dinheiro, gerando emprego e riqueza. O PMDB e – creio – todos os Partidos desta Casa, enfim, o Congresso inteiro aprovará essa iniciativa.

Espero em Deus e peço as Suas luzes, para que isso aconteça em favor do Brasil e do seu povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares pelo tempo que resta até o encerramento da sessão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço um registro neste breve tempo que nos resta.

Tive o prazer e a alegria de fazer uma visita ao ex-Governador, hoje Deputado Federal e Presidente do nosso Partido, o PSB, Miguel Arraes, no último domingo, no Hospital Esperança, em Recife, onde o nosso companheiro encontra-se internado, atingido por uma doença grave. Contudo, graças a Deus, ele se recupera a olhos vistos. É bom que isso aconteça, porque o Governador Miguel Arraes tem provado em sua existência um grande amor ao Brasil, um grande idealismo, contribuindo inestimavelmente para a recuperação da nossa democracia.

Como Governador, deu exemplo de coragem, de destemor e, acima de tudo, de tino administrativo. Pontifica à frente do PSB por uma postura discreta, porém efetiva, no sentido de assegurar ao Brasil a tranquilidade de que precisa para realização do sonho em favor dos mais humildes, trabalhando por uma política de desenvolvimento econômico com prioridade no social.

É um homem que começou a sua vida como Deputado Estadual, passando pelos mais elevados cargos sem jamais ser atingido pela pecha de desonesto. Antes, pelo contrário, ele é um espelho, um

modelo para todos nós, que compomos o Congresso Nacional.

Nesta hora, manifesto a minha alegria pela sua recuperação. Trata-se de um homem forte não só do ponto de vista moral, de sua honradez, de sua postura ética, mas também forte fisicamente, porque está ultrapassando, quem sabe, a fase mais difícil de sua saúde em toda sua vida.

Desejo que o Dr. Miguel Arraes se recupere totalmente o mais rápido possível. E esse é o desejo, tenho certeza, desta Casa, do Senador Pedro Simon, que está ali levantando o dedo, e também do nosso Presidente.

O retorno à atividade política de um homem como o Dr. Miguel Arraes, em uma conjuntura tão difícil como a que estamos atravessando, é fundamental para que mergulhemos definitivamente no caminho do progresso, da ética, da decência e da honradez. É isso que desejamos ao Brasil, o Dr. Miguel Arraes e todos nós que integramos esta Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 750, DE 2005

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 78 do Regimento Interno do Senado Federal, subsidiando o art. 58, § 1º da Constituição Federal, seja revista a composição dos representantes do Senado Federal, da Comissão Mista Temporária, criada através do Requerimento nº 1, de 2005-CN, destinada a, num prazo de 90 dias, analisar e consolidar as Propostas Legislativas de Redivisão Territorial, vez que o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB não mais integra o Bloco de Apoio ao Governo.

Sala das Sessões, 5 de julho de 2005. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**, Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido e em consonância com a decisão tomada por esta Presidência na sessão de 08 de junho do corrente ano, tendo em vista que se trata de Comissão Temporária e que esta ainda não foi designada, a Presidência determina à Secretaria-Geral da Mesa a feitura de nova proporcionalidade partidária, em função do desligamento do PTB do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Antes de encerrar a sessão, trago minha palavra de solidariedade, em nome da Mesa Diretora dos trabalhos, ao discurso do Senador Antonio Carlos Valadares, fazendo também questão de fazer chegar a este Plenário a palavra de solidariedade do Senador Pedro Simon. Para alegria de todos, o Senador Antonio Carlos Valadares referiu-se à recuperação do estado de saúde do Deputado Miguel Arraes, um verdadeiro modelo, um exemplo para todas as gerações futuras da política brasileira. Esperamos que brevemente esteja de volta ao plenário da Câmara dos Deputados o Deputado Miguel Arraes, Presidente de Honra do Partido Socialista Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Leonel Pavan, Flexa Ribeiro, Papaléo Paes, Arthur Virgílio, Valmir Amaral e Teotônio Vilela Filho enviaram discursos à Mesa alusivos ao presente evento, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Exª serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a tribuna neste momento para fazer o registro dos artigos intitulados “Desencanto petista” e “A cara da crise”, publicados na revista **IstoÉ** em sua edição de 15 de junho do corrente.

Segundo os artigos, o governo do Presidente Lula está mergulhado em gravíssimas denúncias de corrupção, tentando sobreviver à instalação de uma CPI e, segundo os institutos de pesquisa, enfrentando uma profunda decepção dos eleitores que se surpreendem com os descaminhos adotados pelo o atual governo petista.

No centro de todos estes problemas se encontra o tesoureiro-geral do Partidos dos Trabalhadores, Delúbio Soares, que convocou uma coletiva para tentar explicar o seu envolvimento no pagamento de propinas aos deputados e não conseguiu apresentar respostas convincentes.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que os artigos acima citados sejam considerados partes integrantes deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A CARA DA CRISE

No centro do furacão, Delúbio Soares tenta se explicar, mas não consegue livrar o governo Lula do abraço de afogado

INES GARÇONI
E MAX G. PINTO (FOTOS)

Ele iniciou seu comunicado gaguejando: "Boa tarde. E-eu é... que-queiro cumprimentar a... aos que lutam por um país melhor." Estava tão nervoso que atropelava até as expressões mais simples. Durante a entrevista coletiva concedida na última quarta-feira 8, Delúbio Soares parecia

longe daquela figura que os amigos descrevem conferindo características como simpático, afável, brincalhão. Firmeza, mesmo, só na hora de acusar: "É uma chantagem." Tentava disfarçar, mas o nervosismo era visível. O todo-poderoso tesoureiro do PT não passava de um homem abatido, prostrado, cujo olhar implorava pela ajuda do companheiro José Genoíno, presidente do partido. Mas este, embora tenha controlado a entrevista com mãos

de ferro, deixou para trás, abandonada sobre a mesa, uma folha de papel dobrada em quatro que denunciava a enorme aflição do ex-guerrilheiro, hoje capaz de apelar até ao Espírito Santo: "(...) amor do Pai e do Filho, inspire-me sempre aquilo que devo pensar, aquilo que devo dizer, como devo dizê-lo *(leia mais à pág. 38)*."

Mesmo para um marxista, a oração é compreensível. Naquela hora, toda ajuda era bem-vinda. Pouco antes, Ge-

noino saíra de uma reunião da Executiva Nacional do PT para enfrentar o momento político mais tenso de sua vida pública até então. Em frente à sede do diretório, em São Paulo, uma centena de jornalistas se aglomerava. As credenciais de imprensa que duram um mês na recepção acabaram em poucas horas. Atônitos, os funcionários, em sua maioria militantes petistas, tentavam organizar o tumulto. Um deles não escondeu a insatisfação: "Estes abutres ainda estão aqui?", reclamou, referindo-se aos repórteres. Enquanto isso, lá dentro, Delúbio - que chegou num carro blindado e protegido por batedores - jurava inocência aos colegas. E *Genoino ganhou a votação*: a Executiva decidiu que Delúbio fica no cargo, para desespero do Planalto. Em Brasília, o presidente Lula não se conforma e manda recados pedindo sua saída.

Lula quer distância de um amigo do qual sempre esteve perto. Pertíssimo. Delúbio pertence - ou pertencia? - à cúpula governamental: negocia cargos de confiança, participa de reuniões, opina. Circula com desenvoltura pelos gabinetes do alto escalão. Não houve ministro que não tenha visitado. Em 2003, mesmo sem possuir cargo no governo, acompanhou o presidente numa viagem à África. Receptivo à imprensa, deu diversas entrevistas, nas quais aparecia como o competente secretário de Finanças que alavancou o caixa do PT em milhões. Seu comportamento nada reservado lhe rendeu broncas do próprio Lula. Afinal, a discrição, ressaltam os manuais da política, deve ser aliada constante de um tesoureiro de partido. Mas para Delúbio isso é difícil.

Bons charutos - O garoto pobre nascido em Buriti Alegre (GO), que foi sindicalista e professor de matemática, é vaidoso. A simplicidade ficou para trás. Hoje, aos 49 anos, ainda preserva o forte sotaque goiano, mas gosta de roupas finas e fuma caros charutos Cohiba. A mudança no estilo de vida deixou alguns petistas resabiados e, conforme Delúbio ia se envolvendo em episódios suspeitos, as restrições só aumentavam. Foi acusado de pedir ao Banco do Brasil que patrocinasse um show para arrecadar fundos para o PT. Depois, durante investigações sobre a Máfia dos Vampiros, do Ministério da Saúde, seu nome surgiu como um dos beneficiários do esquema. Agora, o "mensalão" bombardeia definitivamente sua imagem e aba-

la suas pretensões eleitorais - ele sonhava com o governo de Goiás.

Tanta confiança depositada em Delúbio hoje tem um alto preço, a ser pago pela cúpula do PT e do governo. Blindá-lo pode ser uma parte do pagamento. Curiosamente, a palavra "delúbio", de origem latina, significa dilúvio: "Cataclismo. Inundação universal", segundo dicionário *Novo Aurélio*. Talvez seja por medo dos estragos causados por um dilúvio, capaz de arrasara toda a terra ao seu redor, que nem a atrapalhada entrevista do tesoureiro fez o PT desistir de protegê-lo. Ele conseguiu decepcionar ainda mais aos que esperavam declarações enfáticas. "Deixou a desejar. Falta a reação indignada do caluniado, até porque parto do pressuposto de que não há nada contra ele", avaliou o deputado Chico Alencar (PT-RJ).

Intriga - A entrevista que revirou estômagos em Brasília foi mais uma demonstração da inépcia do PT e de seus métodos para gerir a crise. Puderam. Enquanto as redes de tevê transmitiam ao vivo o evento mais importante do País no momento, Mônica Valente, mulher

de Delúbio e secretária de Assuntos Institucionais do partido, entregava bilhetinhos a Genoino. Um deles, esquecido no cenário ao final do espetáculo, tratava-se apenas de uma pequena intriga que mostra como andam as relações internas do PT: "Ô Gê: Cadê a Marta? Depois eu é que sou 'oportunistista'!" Marta Suplicy, vice-presidente do PT e virtual candidata ao governo paulista, participou da reunião, mas foi embora antes da entrevista. E Mônica, que foi sua chefe de gabinete e secretária de Administração Pública, quis agradecer Genoino, defensor da candidatura do senador Aloizio Mercadante, na hora em que o marido, Delúbio, estava na berlinda. A assessoria de Marta explicou que a ex-prefeita "cumpriu seu papel e saiu para honrar outros compromissos". Mas isso não deveria interessar ao PT no meio da mais grave crise política já vivida por seu governo. Se não ficar mais atento, o partido pode ver a profecia de Roberto Jefferson se cumprir. E haverá "carne e sangue aos chacais". ■

Colaboraram: Flôrencina Costa e Max G. Pirto

Agora e/ cuidado
e depois rasgue.

O Gê:
Cadê a Marta?
Depois ^(que) eu sou "oportunistista"?

O' Espírito SANTO!

O' Espírito Santo,
amor do Pai e do Filho
inspiraime sempre
aquilo que devo pensar,
aquilo que devo dizer,
como devo dizê-lo,
aquilo que devo calar,
aquilo que devo escrever,
como devo agir,
aquilo que devo fazer,
para procurar a Vossa glória,
o bem das almas
e minha própria santificação. Amém.

Sua mãe que mandou

O' ESPÍRITO SANTO!

O' Espírito Santo,
amor do Pai e do Filho
inspira me sempre
aquilo que devo pensar,
aquilo que devo dizer,
como devo dizê-lo,
aquilo que devo calar,
aquilo que devo escrever,
como devo agir,
aquilo que devo fazer,
para procurar a Vossa glória,
o bem das almas
e minha própria santificação. Amém.

DESEN CANTO PETISTA

Mergulhado em denúncias de corrupção e acusado de paralisia política, Lula tenta sobreviver à CPI e à decepção de brasileiros – petistas ou não –, que se surpreendem com os descaminhos do governo. Para atenuar a crise, o presidente tenta dar a volta por cima: deve anunciar uma reforma, que promete reduzir de 36 para 20 o número de ministérios e sangrar “companheiros” como José Dirceu e Aldo Rebelo

FLORÊNCIA COSTA E LUIZ CLÁUDIO CUNHA

Eo desencanto venceu a esperança. Atordoado com o impacto da mais grave crise política do governo Lula, envolvendo a denúncia de uma mesada para comprar a fidelidade de deputados da base aliada à custa dos cofres de empresas estatais, o Brasil começou a se debater com uma dúvida impensável na crônica corrupção que assola o País: até tu, PT? Há quatro semanas, desde que um diretor dos Correios se revelou nas telas da tevê embolsando R\$ 3 mil de propina, o espanto aumenta, junto com a gula dos maus políticos pelo dinheiro público. Na semana passada, enfim, o manto da moralidade foi estraçalhado numa entrevista à *Folha de S. Paulo* do deputado Roberto Jefferson (RJ), presidente nacional do PTB – quarto maior partido da base aliada, com 47 deputados e três senadores –, acusando o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, de dar uma mesada de R\$ 30 mil (o “mensalão”) a parlamentares aliados do PL e PP em troca do apoio ao Palácio do Planalto.

A denúncia incendiou o Congresso, paralisou o governo, derrubou a Bolsa de Valores, disparou o dólar, charuscou a bandeira ética do PT, ocupou manchetes da imprensa internacional e, mais do que tudo, chocou o País. Cinco ministros, um governador de Estado e o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegaram a tomar conhecimento do “mensalão” ainda no ano passado, mas nenhuma providência foi tomada. Constrangido, Lula não se inibiu na terça-feira 7 com a presença de tantos estrangeiros em Brasília no IV Fórum Global de Combate à Corrupção, evento patrocinado pela ONU, para esboçar uma reação: “Não vamos acobertar ninguém”, avisou, apontando o dedo para o partido ao qual ajudou a fundar, 25 anos atrás, envolto na bandeira da ética política. “Cortarei na própria carne, se necessário.” E será. Na quinta-feira 9, o Congresso instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os Correios, com o apoio, inclusive, do PT – num contorcionismo inédito para um partido que brigava havia dias para abafar a CPI e foi forçado pelo próprio Lula a engofir a investigação que pode devassar suas entranhas.

No rastro do incêndio, o Planalto desencadeou uma reforma política de emergência para, em 45 dias, tentar modelar um novo sistema partidário imune à roubalheira e à compra de consciências, que o próprio PT estimulou para não repartir os gabinetes do poder com os aliados. De quebra, vem aí uma implosão na máquina administrativa e um solavanco ministerial que o Planalto deve ao País. Na quarta-feira 8, Lula anunciou a dois ministros de sua confiança, numa reunião no Palácio: “Vou fazer uma reforma ministerial profunda, reduzindo os ministérios de 36 para 20 pastas.” O tsu-

nami da Esplanada pode varrer José Dirceu e Aldo Rebelo de suas cadeiras na Casa Civil e na Coordenação Política. Outros membros do primeiro escalão que estão sendo investigados também devem perder os cargos, como o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e o ministro da Previdência, Romero Jucá. Para o lugar de Meirelles no BC já há substituto: Murilo Portugal, secretário executivo do Ministério da Fazenda. O governo vai sangrar, como já sangra o PT, com sua mística e sua história, perante o desencantado eleitor brasileiro.

O mais decepcionado deles é o petista número 1 do País, Lula, que já começa a admitir aos amigos mais íntimos o que ninguém imaginava antes do vendaval: ele pode não disputar a reeleição. Dois anos e cinco meses depois de assumir, amparado por mais de 53 milhões de votos, o próprio Lula se perguntava, irritado, numa conversa com assessores na terça-feira 7, como e quando começaram os erros do governo. A resposta estava na própria entrevista de Jefferson. “É mais barato pagar o exército mercenário do que dividir poder. É mais fácil alugar um deputado do que discutir um projeto de governo. Quem é pago não pensa”, definiu, impiedoso, o acusador. Ou numa declaração anterior, mais branda, de outro aliado mais refinado, o ex-presidente José Sarney: “Falta política com P maiúsculo no governo.”

Pouco antes de assumir, o presidente Lula declarou que pretendia fazer um governo de coalizão com outros partidos. As negociações envolviam o maior partido do Congresso, o PMDB. E começaram marcadas por um caráter institucional – o tal “P” maiúsculo de que fala Sarney. Lula e o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, encontraram-se com os então líderes do PMDB na Câmara, Eunício Oliveira, e no Senado, Renan Calheiros, além do próprio Sarney e do presidente do partido, Michel Temer, para discutir a participação que teriam no governo. É claro, incluía-se aí a divisão dos ministérios entre o PT e os aliados e a definição de uma política comum. Mas logo o presidente se viu amarrado por seu partido. Do chamado Campo Majoritário à Democracia Socialista, passando pela Articulação de Esquerda ao Movimento PT, todas as tendências queriam ser contempladas e não havia tanto espaço assim para os novos parceiros. Talvez aí tenha surgido a idéia de que era mais barato comprar os aliados fisiológicos sem precisar dar-lhes poder. A aliança formal com o PMDB foi techaçada e, mesmo assim, Lula acabou fazendo um Ministério de 34 pastas.

Engorda – Foi por essa época que começou a política com “p” minúsculo. Resolveu-se liberar às vésperas de cada votação, em troca do voto favorável ao governo, o pagamento das emendas que os parlamentares fazem ao Orçamento

No fim, a explicação que tem de ser dada não é a dos suspeitos para os jornais e as CPIs, é a do PT para os seus militantes e eleitores, para aquele cara acenando sua bandeira vermelha na esquina, sozinho, de graça, porque acreditava e confiava. E o que precisam lhe explicar é por que mágica seu voto no PT deu num Roberto Jefferson com tantos poderes no governo, inclusive o de derrubá-lo

LUIZ FERNANDO
VERISSIMO,
exa sua coluna
publicada em vários
jornais, na
quinta-feira 9

O troglodita não perdeu a pegada

Quando o presidente Lula decidiu apostar fichas em Roberto Jefferson como um interlocutor na montagem da bancada governista, tinha elementos de sobra para medir os riscos da convivência fraternal com alguém tão polêmico. Aos 51 anos, o deputado chega à maior encruzilhada de sua explosiva carreira com um currículo recheado de histórias fortes. Já assumiu seis mandatos na Câmara, todos marcados pelo estilo falastrão, emocional, incisivo e, muitas vezes, explosivo.

O salto do anônimo advogado para a notoriedade se deu nos anos 80 com o programa *O povo na TV*, da extinta Tupi. Quem o viu no plenário defendendo-se das denúncias da corrupção nos Correios pôde ter uma noção da teatralidade que o caracterizava na tela. Era uma espécie de advogado do grotesco: sentenciava culpa ou inocência de maridos, esposas, amantes, vizinhos ou bandidos, pessoas sempre humildes. Não usou o público carente só como figurante no espetáculo sensacionalista, mas também para se eleger deputado em 1982, pelo PTB.

Os 175 quilos que distinguem sua silhueta ficaram mais visíveis quando ele marchou à frente da tropa de choque do presidente Collor, assumindo uma postura truculenta para remar, de peito aberto, contra o impeachment de 1992 e a opinião pública. No ano seguinte, foi citado na CPI que apurou as propinas na Comissão de Orçamento. Em 1994, teatral como sempre, chorou em público, afirmando que sua família estava exposta. Escapou da cassação e tentou renovar a imagem: fez terapia e se submeteu à cirurgia de redução do estômago que mudaria os contornos de seu físico – mas não o espírito turbulento e o caráter oportunista. No governo FHC, fez um bloco com o PSDB para eleger Aécio Neves presidente da Câmara. No governo Lula, aliou-se “com afeto” aos petistas que chamara de “demônios” e passou a negociar cargos com mais apetite do que antes. Roberto Jefferson costuma dizer que era um “troglodita” e que mudou bastante, mas não a ponto de “virar uma Mary Poppins”. O governo Lula que o diga.

AZIZ FILHO

“

Tudo isso é previsível. O governo é prisioneiro da aliança que não controla. E vai piorar, viu? Para citar García Márquez, é a crônica de uma crise anunciada. O governo Lula acabou. Agora, será um governo de coabitação; ele vai depender da moderação do PSDB para continuar até o fim de seu mandato. Lula só governa com o consentimento de tucanos e pefelistas. Esse é o resultado da inépcia política do PT

CHICO DE OLIVEIRA,
sociólogo



pedindo obras para suas bases eleitorais. Depois, promover uma política de engorda dos pequenos partidos, como o próprio PTB, o PP e o PL, cujos líderes estavam sob maior controle do Planalto. Daí, segundo Jefferson, veio a mecânica do “mensalão”, que ele promete dissecar na terça-feira 14, quando irá depor no Conselho de Ética da Câmara. Jefferson vai repetir o que já disse a outros aliados: o morego petista – na figura do tesoureiro do partido, Delúbio Soares – sobrevoava algumas estatais, retalhadas entre os partidos e seus aliados, recolhia contribuições e as repassava para mãos de confiança em Brasília. A essas “mãos de confiança” Jefferson dá nome e número do título de eleitor: o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, e o líder do PP na Câmara, José Janene. Testemunhas constrangidas contaram à reportagem de ISTOÉ que, num apartamento da Superquadra 311 Sul, onde fica a residência oficial de muitos deputados, o dinheiro pousava regularmente em maços de notas previamente separados. “Os

carros estacionavam, um ao lado do outro, e o deputado subia ao andar quando recebia o sinal de que o outro já estava descendo. Mas às vezes congestionava no corredor. Era muito chato”, conta um motorista que se lembra, envergonhado, da cena.

O escândalo do “mensalão” fez com que o medo invadisse a constelação petista, hoje assustada com o exemplo dos venerandos partidos socialistas europeus que nos anos 80 e 90 se afundaram em denúncias de corrupção – como o PS de Bettino Craxi, primeiro líder socialista a governar a Itália (1983-1987). Atingido em cheio por denúncias a partir da famosa “Operação Mãos Limpas”, ele acabou sendo obrigado a se refugiar na Tunísia, onde morreu cinco anos atrás. O PT enrolou a bandeira do socialismo na vitoriosa campanha de 2002, para desconforto da esquerda do partido, mas a perda do estandarte ético no lamaçal do “mensalão” pôde ser uma trombada fatal com sua história e sua militância mais fiel. A denúncia de Jefferson deixou os po-

tistas vermelhos de vergonha dentro e fora do Congresso, onde até mesmo parlamentares de outros partidos estavam surpresos com o intenso sentimento de repúdio e asco da sociedade com a classe política. Ao embarcar no voo de São Paulo para Brasília,

“**Não estou desencantado com o PT. O problema não está com o partido nem com o governo. E, sim, com a velha estrutura política do Brasil**”

SÓCRATES,
ex-jogador

na segunda-feira 6, o deputado Devanir Ribeiro (PT-SP), um dos parlamentares mais próximos a Lula, sentiu a espinha gelar: “Eu estava com vergonha de tudo isso. **Temo que alguém fosse fazer**

alguma piada comigo.” A pressão sobre os petistas começa agora em casa. Um dos 13 parlamentares petistas ameaçados de punição há uma semana por ter assinado requerimento pela CPI, Walter Pinheiro (BA), desabafava nos corredores da Câmara: “Os meus três filhos estão revoltados. Os governos passam, mas os partidos ficam.” Do mesmo grupo dissidente, Ivan Valente (SP) é um dos mais revoltados com a cúpula nacional da sigla e com o próprio governo: “A fronteira da ética para o PT é vital. O PT é um patrimônio maior do que aqueles que se sentem donos do partido, são autoritários”. Chico Alencar (RJ) teme que a bandeira mais cara ao PT, a da moralidade pública, começa a escapar das mãos do partido: “Cada vez mais as pessoas desacreditam da política como instrumento de mudança de suas vidas. E isso acontece justamente no governo Lula. Fomos chicoteados em nossa própria história. É uma tragédia”, lamenta.

Moderação – O medo da tragédia não invade só os petistas. Na segunda-feira em que saiu a entrevista, o ex-presidente Fernando Henrique telefonou para diversos tucanos pedindo moderação. O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio Neto, foi à tribuna oferecer-se para um acordo em torno da governabilidade. O medo do PSDB é que, com o agravamento da

crise, sobrevenha o caos, pondo por terra até mesmo os planos dos tucanos de vencer as eleições de 2006. “A verdade é que o PT e o PSDB são os partidos que têm projetos de País. Podem ser discordantes, mas são os únicos que têm projetos razoavelmente consistentes. Não interessa a nenhum de nós um fracasso completo das instituições, que só beneficiaria opções extravagantes e aventureiras de poder”, explica o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante.

O espetáculo de compra em massa de lealdade forçou um fenômeno raro: da esquerda à direita, os parlamentares voltaram a falar num velho tema – a reforma política. Lula pegou o mote e, na quarta-feira 8, ao dar posse aos novos membros dos Conselhos Nacional de Justiça e do Ministério Público, anunciou uma nova moldura político-partidária para o País, a ser apresentada ao Congresso no prazo recorde de 45 dias. Na quinta-feira 9, o Tribunal Superior Eleitoral deu outra má notícia ao tesoureiro Delúbio. Com cinco dos sete votos em plenário, o TSE destruiu o dizimo cobrado por partido político de filiado em cargo comissionado – prática que só o PT tem. No ano passado, a contribuição compulsória de 800 mil filiados do PT, que morde de 1% a 20% do salário dos mais graduados, **rendeu R\$ 3,3 milhões ao caixa do doutor Delúbio.** Só na área federal, estima a oposição, o guloso PT ocupa 80% dos 19 mil postos de confiança. O escândalo do “mensalão” vai cortar na carne do PT. A decisão do TSE vai cortar no bolso. Ambos doem. ■

Francisco, um forte

Açado à condição de símbolo da honestidade nacional, depois que achou e devolveu ao dono uma mala de US\$ 10 mil – cerca de R\$ 25 mil – durante a limpeza do banheiro do Aeroporto Internacional de Brasília, o fazendeiro Francisco Basílio Cavalcante, 57 anos, anda ressabiado com a crise ética que, mais uma vez, assola o País. “Estou chateado. Não é certo o que acontece. As pessoas já ganham bem e parece que não há dinheiro que chegue. Tenho fé em Deus que um dia pare a corrupção.” Pai de cinco filhos, chegou a ser recebido pelo presidente Lula na época, março do ano passado – realizando um sonho –, e foi um dos protagonistas da campanha institucional do governo

O melhor do Brasil é o brasileiro, pela qual não cobrou cachê. Mas ganhou um computador do diretor do comercial, e depois, segundo ele, outro aparelho do ministro Ciro Gomes. Vendeu um deles. A fama repentina lhe rendeu mais. Tornou-se supervisor da limpeza e elevou seu salário de R\$ 350 para R\$ 1.150. Valor insuficiente para comprar um carro. Todo dia, faz parte do caminho da cidade de Ceu Azul, em Goiás, onde mora, a Brasília de carona com um amigo, a quem faz questão de pagar o valor equivalente da passagem do ônibus. Apesar de tudo, Francisco está feliz com a vida que leva, e avisa: “A esperança é a última que morre.”

CILSO FONSECA

**SÍMBOLO O fazendeiro e o presidente:
“Tenho fé que um dia a corrupção acabe”**

O INFERNO DO PRESIDENTE

Imitado, tenso e exausto. As típicas broncas do presidente Lula com sua voz rouca ecoaram com mais frequência nos últimos dias. A quatro meses de completar 60 anos, Lula já vive seu inferno astral. Experiente advogado criminalista e amigo do presidente, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, foi o seu principal conselheiro, uma bússula em meio à tempestade. Os desabaços presidenciais foram des-

pejados até mesmo nos ombros do jogador Ronaldo, que o visitou na segunda-feira: queixou-se da imprensa e dos inimigos políticos. Mas Lula ainda teria muito mais do que reclamar. A 1.015 quilômetros do Planalto, em São Paulo, o pânico no PT havia se instalado. Uma interminável e tensa reunião resultou em um fiasco. A reação fraca do PT às denúncias de Roberto Jefferson contra o tesoureiro Delúbio Soares irritou Lula, que telefonou para o presidente do partido, José Genoíno, para reclamar. O modo petista de administrar crises se mostrou um fracasso.

"Ele achou que o PT só quis livrar a sua cara e deixou o governo mal, ao divulgar uma nota tímida", contou um interlocutor palaciano. Lula tam-

bém não gostou da decisão da cúpula petista de manter Delúbio no cargo. O ministro Jacques Wagner deu o recado do Planalto: "Ele (Delúbio) deveria fazer um julgamento para ver se ajuda ou atrapalha o PT." Integrantes do partido, por sua vez, reclamavam que o governo é que deixava o PT em situação delicada. Os petistas se irritaram com a declaração do ministro Aldo Rebelo de que a denúncia não se referia ao governo, mas a

"um hipotético pagamento de um partido a parlamentares de outros partidos".

O PT agiu como barata tonta. Nos dois primeiros dias da crise, isolou Delúbio. Só mudou de idéia na quarta-feira: colocou-o diante das câmeras para se explicar. O partido especialista em

ATRITO
Lula quer
que Delúbio
deixe o cargo
de tesoureiro
do PT, mas o
partido resiste

exigir CPIs e marcado pela defesa da ética nunca esteve tão mal diante da opinião pública, resistindo em aceitar a investigação no Congresso. E para nutrir ainda mais o mau humor de Lula, na quarta-feira 8, em Lisboa, o ministro José Dirceu atirou na política econômica de Antônio Palocci. "O presidente ficou muito irritado com o ministro Dirceu", contou um assessor.

FLORENCIA COSTA

A BATALHA ANTES DA BATALHA

O aniversário mais estridente do deputado Roberto Jefferson, que completa 52 anos na terça-feira 14, vai coincidir com um momento de suspense nacional: neste dia, às 14h30, o presidente nacional do PTB vai contar ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados e a todo o País, em transmissão ao vivo pelas principais redes de tevê, os detalhes do "mensalão" – a mesada de R\$ 30 mil com que, segundo ele, o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, molhava a mão de deputados da base aliada. Neste mesmo dia, oposição e governo tentarão um acordo para escolher o presidente e o relator da CPI mista de deputados e senadores que vai investigar a corrupção nos Correios, flagrada pelo vídeo de um diretor da estatal, afilhado de Jefferson, embolsando uma propina de R\$ 3 mil.

A instalação da CPI, formalizada na quinta-feira 9, marcou uma das maiores reviravoltas na política brasileira. No início da semana, o PT, opositor obstinado da

investigação, com o apoio aberto do Palácio do Planalto, reagia à CPI sob o pretexto de que serviria de palanque eleitoral para o PFL e o PSDB. Numa das reuniões da bancada petista estava a surpreendente figura do tesoureiro Delúbio, que nem mandato tem. As denúncias de Jefferson justificaram depois as apreensões de Delúbio naquele momento. O impacto da denúncia foi tão grande que o presidente Lula dobrou a resistência do PT, obrigando-o a engolir a CPI exigida pela opinião pública. O deputado Inaldo Leitão (PL-RN), o mesmo que na segunda-feira julgava a CPI inconstitucional, horas depois defendia a constitucionalidade da investigação na Comissão de Constituição e Justiça. O jogo de empurra do governo esbarrou na decisão do presidente do Congresso, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que deu prazo até o final da tarde de quarta-feira para os partidos indicarem os membros da CPI. Como o PP e o PL, os dois principais suspeitos do "mensalão", não

apresentaram nomes, Renan cumpriu sua palavra. E a CPI começou a andar, aos trancos e barrancos.

“O governo não se opõe. Ao contrário, estimulará o Poder Legislativo a desenvolver suas investigações com o equilíbrio que sabemos possuir o Congresso. Este Congresso não pode estar sujeito à compra”, reconheceu Lula durante um discurso no local mais apropriado de Brasília, na terça-feira: o IV Fórum Global de Combate à Corrupção, patrocinado pela ONU. Apesar das palavras claras e firmes do presidente, o PT ainda continuou estrebuchando no Congresso para definir o comando da CPI dos Correios. Contrariando uma antiga tradição das duas Casas, em que oposição e governo se revezam nos cargos estratégicos de presidente e relator, o PT manobrava para excluir a oposição das duas cadeiras. Alegando que o PT tem a maior bancada na Câmara (91 deputados) e o PMDB a maior do Senado (22), o trator do governo jogou pesado para valer sua força. Diante do candidato opositorista a relator, o senador baiano César Borges (PFL), o PT levantou a candidatura de Edison Lobão (PFL-MA), aliado do aliado José Sarney.

“Este é um dos mais deprimentes espetáculos de meus

25 anos de Parlamento”, desabafou o senador Heráclito Fortes (PFL-PI). “Ninguém tem força para dar golpe. Quem dá golpe, hoje, é o povo nas urnas”, ecoou o baiano ACM. “O PT e o PSDB estão tentando fazer desta CPI um sepulcro caído, aparentemente democrático, mas preservando a imundície por dentro”, bradou a senadora Heloisa Helena (PSOL-AL). O líder da minoria, José Jorge (PFL-PE), reclamou que a banda governista indicou parlamentares que eram contra a CPI e deixou de fora senadores que a apoiavam, como o gaúcho Pedro Simon (PMDB) e o piauiense Mão Santa (PMDB). “Esta CPI não vai terminar em pizza. Vai começar em pizza”, desconfia Jorge. Se o cheiro ficar muito acentuado, na semana que vem a oposição promete arrancar uma CPI exclusiva do “mensalão” no Senado, em que a maioria continua rejeitando pizza.

LUIZ CLAUDIO CUNHA

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar artigo intitulado “Chega de abafa”, de autoria do articulista Tales Alvarenga, publicado na revista Veja do último dia 15 de junho do corrente.

Conforme o autor, o Presidente Lula não tem outra escolha. Ou limpa a imagem de seu Governo com o auxílio de quantas CPIs forem necessárias, ou pode desistir de chegar ao fim do mandato como um Presidente íntegro. Não tem mais jeito de continuar o jogo do acobertamento; o governo não pode mais tentar tampar o sol com a peneira. O melhor é tentar devolver a credibilidade para o governo enquanto ainda há tempo.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Outro assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que foram comemorados, dia 27 de junho, os 66 anos da fundação do Município de Sarandi, no Rio Grande do Sul, minha cidade natal, criada por decreto estadual que lhe garantiu, em 1939, autonomia em relação ao Município de Passo Fundo.

Sarandi, por sua vez, também viria dar à luz inúmeros outros municípios; mas, à época de meu nascimento, seu território ainda atingia a divisa do Estado de Santa Catarina, circunstância que, de certa forma, evoca o fio que ligou minha vida, desde o planalto gaúcho, à minha amada Camboriú, cidade onde finalmente me estabeleci, e que considero o meu lugar definitivo sobre esta Terra.

Mas se são muitos, Sr. Presidente, os caminhos que conduzem o destino de uma pessoa, basta um, o da memória, para trazer de volta as lembranças da primeira formação; para reconstruir, no registro do afeto, uma Sarandi que – mesmo não existindo tal como

dela me lembro – ainda representa, para mim, o lugar amado da infância.

Ainda posso ver, Sr^{as} e Srs. Senadores, o céu muito limpo do planalto gaúcho, onde o pôr-do-sol incendeia o horizonte, em tons violentos de vermelho, e prenuncia, no período de tempo firme, um impressionante festival de estrelas a enfeitar a noite da cidadezinha, ainda hoje pequenina, limpa e bem-cuidada. Vejo a Matriz de Nossa Senhora de Lourdes e o prédio da Prefeitura dominando a paisagem urbana. Rememoro a gente humilde e decente, mais numerosa no campo do que na cidade.

Mas já vão distantes os tempos em que a atividade econômica local se limitava à pecuária, havendo o desenvolvimento econômico trazido consigo a industrialização, que, em Sarandi, se deu principalmente no setor calçadista e no de fios têxteis, que representam, hoje, cerca de 35% da riqueza gerada no Município. Também avançou muito o setor de serviços, que hoje responde por quase metade do Produto Interno Bruto local.

A água mineral Sarandi, do tipo alcalino-bicarbonatado, é conhecida em todo o Rio Grande do Sul, sendo também consumida nos demais Estados da região.

O esforço exportador brasileiro, por sua vez, obteve, em Sarandi, um eco muito forte, havendo o município vendido ao estrangeiro, em 2004, mais de 8 milhões de reais, valor equivalente a cerca de 10% do PIB municipal.

Como parte de uma das regiões que mais crescem e se desenvolvem no Rio Grande, os índices sociais sarandienses se apresentam, em média, superiores aos do restante de nosso País, com um IDH de 0,791, no ano 2000, contra a média nacional de 0,757.

Sofre a cidade, entretanto – como sofrem, de resto, quase todas as cidades brasileiras –, dificuldades no equacionamento dos problemas sociais, em função

do baixo volume de recursos públicos à disposição dos administradores municipais, havendo sido identificada, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a existência de focos de favelização e de cortiços na malha urbana.

Como se vê, Sr. Presidente, Sarandi é uma típica cidade gaúcha e – por que não dizer? – uma típica cidade brasileira, com sua gente ordeira e industrial, com seus problemas e percalços, ambos profundamente influenciados pelas políticas públicas, pelos erros e acertos governamentais e, certamente, pela qualidade da atuação do Congresso Nacional. Espera de nós, como esperam todos os municípios brasileiros, apoio na melhoria das condições de vida, suporte às

iniciativas de desenvolvimento econômico e garantias de alcance de desenvolvimento social.

A Sarandi, minha saudade, mesmo à distância; meu agradecimento, por berço tão generoso; e meus parabéns, pelo aniversário. Saibam os sarandienses, Sr. Presidente, que são eles a minha primeira inspiração; o meu primeiro exemplo de vida cidadã e de compromisso comunitário.

Muito obrigado!

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TALES ALVARENGA

Chega de abafa

Lula não tem outra escolha. Ou limpa a imagem de seu governo com o auxílio de quantas CPIs forem necessárias, ou pode desistir de chegar ao fim do mandato como um presidente íntegro. O essencial, do ponto de vista ético, é ser honesto e não apenas parecer honesto. Do ponto de vista político, no entanto, parecer honesto é suficiente. O governo petista pode ser honesto, mas não parece.

A continuar o jogo de acobertamento, no qual o governo tenta esconder a lama com guardanapos de papel, pode-se prever que reapareçam as multidões de “caras-pintadas” exigindo a apuração das denúncias que o governo insiste em abafar. Se o Planalto e o Congresso querem evitar essa desmoralização, que tratem de fazer a faxina por conta própria. Ainda há tempo e a oportunidade é boa, não apenas para devolver credibilidade ao governo Lula como também para reformar e reforçar as instituições do Executivo e do Congresso.

O governo petista perdeu o prumo moral pela primeira vez quando o assessor palaciano Waldomiro Diniz, braço-direito do ministro José Dirceu, foi flagrado pedindo propina a um explorador do jogo. Esse caso foi abafado. Vieram as recentes denúncias sobre corrupção nos Correios e no Instituto de Resseguros do Brasil. Diante do risco de uma CPI, o governo começou a liberar verbas para deputados, em troca do abafamento número 2. Finalmente, explodiu a acusação feita pelo deputado Roberto Jefferson, do PTB, à *Folha de S. Paulo* — e, agora, é inimaginável promover o abafa número 3.

Segundo Jefferson, desta vez estaria envolvido o tesoureiro do PT, Delú-

bio Soares, braço-direito de toda a cúpula do governo. Delúbio arrecada e paga. Segundo Jefferson, ele estava dando 30 000 reais a cada deputado que aceitasse votar a favor dos projetos do governo.

Entre os políticos, a ética é um instrumento maleável. Tomar dinheiro de empresários e banqueiros antes de eleição é um ato tido como moralmente aceitável, embora seja de fato um primeiro passo para a corrupção. O PT e o governo Lula estão fazendo muito mais do que isso. Estão dando uma mesada aos deputados para monitorar seus votos. Essa denúncia não está apenas na entrevista do deputado Roberto Jefferson. Foi feita diretamente a Lula pelo governador Marconi Perillo, de Goiás, é reforçada por depoimento do deputado petista Miro Teixeira e pelo prefeito do Rio de Janeiro, Cesar Maia. Está escorada ainda numa reportagem do *Jornal do Brasil* de setembro de 2004. A matéria do jornal foi abafada no Congresso.

Não há provas de que a história da propina de Delúbio seja verdadeira. As denúncias e os indícios são, porém, avassaladores. Lula estava informado. Ministros do governo também. A coisa era abertamente comentada em Brasília. Metido na roubalheira nos Correios, o deputado Roberto Jefferson deixou claro que se fosse para o banco da CPI levaria junto para o cadafalso o ministro José Dirceu e os “operadores” do PT Delúbio Soares e Silvio Pereira. Mais claro, impossível. Jefferson pode estar mentindo. Mas, a esta altura, é melhor apurar do que abafar mais uma vez. O Brasil se cansou de tanto abafa.

**“Roberto
Jefferson pode
estar mentindo.
Mas, a esta
altura, é melhor
apurar tudo do
que abafar mais
uma vez. O Brasil
se cansou de
tanto abafa”**

Não há provas de que a história da propina de Delúbio seja verdadeira. As denúncias e os indícios são, porém, avassaladores. Lula estava informado. Ministros do governo também. A coisa era abertamente comentada em Brasília. Metido na roubalheira nos Correios, o deputado Roberto Jefferson deixou claro que se fosse para o banco da CPI levaria junto para o cadafalso o ministro José Dirceu e os “operadores” do PT Delúbio Soares e Silvio Pereira. Mais claro, impossível. Jefferson pode estar mentindo. Mas, a esta altura, é melhor apurar do que abafar mais uma vez. O Brasil se cansou de tanto abafa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “Lula em seu labirinto”, de autoria do jornalista André Petry, publicado pela revista Veja em sua edição de 22 de junho de 2005.

O artigo trata da crise que se instalou no país com as denúncias de existência de um esquema de suborno de parlamentares em troca de apoio ao governo. O esquema, conhecido como “mensalão”, seria comandado pelo tesoureiro do PT, Delúbio Soares, e pelo ex-chefe da Casa Civil, José Dirceu.

Segundo o jornalista, “Do labirinto em que foi jogado pelo mensalão, Lula tem só duas saídas, e nenhuma delas é boa. Ou o presidente sabia de tudo

(e foi conivente) ou não sabia de nada (e foi inepto)”. O autor conclui, dizendo que “É melancólico ver esse gigante da história brasileira agora apenas oscilando entre a espantosa hipótese de ter sido conivente e a mediocridade de ser inepto. É melancólico”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ANDRÉ PETRY

Lula em seu labirinto

O presidente Lula até pode superar a crise atual e, quem sabe, reeleger-se para um segundo mandato. Mas é hipocrisia esconder que foi definitivamente atingido pelos estilhaços do escândalo — e no coração. Do labirinto em que foi jogado pelo mensalão, Lula tem só duas saídas, e nenhuma delas é boa. Ou o presidente sabia de tudo (e foi conivente) ou não sabia de nada (e foi inepto). Não há uma terceira alternativa. A situação é tão lamentável, mas tão lamentável, que existe uma torcida silenciosa para que a verdade esteja na segunda hipótese. Ou seja: torce-se para que o presidente seja um inepto, apenas isso...

É melancólico, mas a outra hipótese é ainda pior. Se a verdade estiver na primeira alternativa, a de que Lula foi conivente, o desdobramento inevitável é a instalação de um processo de impeachment por prevaricação, crime no qual uma autoridade incorre quando deixa de fazer o que a lei manda que faça — no caso, investigar.

É melancólico porque, tendo sido apenas inepto, então Lula pode permanecer presidente da República. Um presidente da República que ignora o que acontece no núcleo de seu governo. Que desconhece o que seus principais auxiliares andam fazendo. Que vive alheio ao que se passa à sua volta. Mas, ainda assim, um presidente da República.

É melancólico porque, a esta altura, só farsantes são capazes de sustentar que não existia mensalão ou que jamais ouviram falar dele. E só quem faz da estupidez uma profissão de fé é capaz de acreditar, a esta altura, que o tremendo inchaço das bancadas de PL, PTB e PP se deu à base do convencimento político e ideológico.

É melancólico porque o Lula de hoje é o José Dirceu de ontem. Quan-

do veio a público o caso de Waldomiro Diniz, José Dirceu levou um tiro no peito e, dali em diante, jamais remortaria sua autoridade porque ficou patente que — na melhor das hipóteses — fora incompetente ao não saber o que fazia nem quem era o assessor de sua plena confiança. Hoje, Lula está numa situação parecida. Na melhor das hipóteses.

É melancólico porque há um visível esforço coletivo para acreditar na versão presidencial — a de que foi informado do mensalão, mandou investigar, mas, sabendo que o caso fora arquivado numa sindicância da Câmara, deu-se por satisfeito. Algo não faz sentido. Roberto Jefferson, no embalo de inocentar o presidente, diz que ele ficou chocado quando soube do mensalão. Reagiu como quem é traído, como quem leva uma facada nas costas, como quem — nas palavras de Jefferson — flagra a esposa com outro. É curioso que o presidente, depois de receber notícia tão inédita e tão dramática, se tenha dado por satisfeito com tão pouco.

É melancólico porque, em trinta meses de governo, Lula apequenou sua figura pública, cuja nobre dimensão fazia tão bem ao país e, sobretudo, às camadas mais populares — que podiam ver em sua ascensão a possibilidade real de furar o ferrenho bloqueio político e social imposto aos de origem mais humilde.

É melancólico ver esse gigante da história brasileira agora apenas oscilando entre a espantosa hipótese de ter sido conivente e a mediocridade de ser inepto.

É melancólico.

**“Ou o presidente
sabia de tudo
(e foi conivente),
ou não sabia de
nada (e foi inepto).
A situação é tão
lamentável que há
uma torcida para
que o presidente
seja um inepto”**

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando se trata dos índices sobre mortalidade infantil, os estudos dos especialistas e das organizações internacionais convergem para uma única certeza: a desnutrição ainda exerce significativa influência sobre o desaparecimento de crianças no mundo. No Brasil, o quadro não poderia ser diferente, configurando um autêntico caso de calamidade pública, contra cujas causas o Governo Federal e a sociedade brasileira deveriam articuladamente se unir. Por isso, ainda nos assusta saber que mais da metade (54%) dos casos de morte de crianças na primeira infância está associada à má nutrição.

No mundo, 62 milhões de pessoas morrem, em média, a cada ano, das quais 36 milhões (58%), direta ou indiretamente, como resultado de deficiências nutricionais, infecções, epidemias ou doenças que atacam o corpo, quando sua resistência e imunidade foram enfraquecidas pela desnutrição e fome. No Brasil, dados do Ministério da Saúde mostram que metade das gestantes e crianças brasileiras com até dois anos de idade sofrem de anemia. Isso significa que todas as crianças nessa faixa etária podem ter deficiência de ferro, já que, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), para cada pessoa com anemia, existe ao menos mais uma com insuficiência de ferro.

Nesse crítico contexto, o Brasil não pode dar-se ao luxo de desperdiçar qualquer chance que possa representar o fim da mortalidade infantil. Desse modo, foi com espírito inteiramente alvissareiro que recebemos a notícia de pesquisas que comprovam o alto valor nutritivo do leite do cupuaçu. Como é sabido, o cupuaçu é um fruto originado de árvore pequena da família das esterculiáceas, nativa da Amazônia, de folhas vernicosas e flores paniculadas. Culturalmente, são frutos bastante comestíveis ao natural na região, cujas sementes se assemelham muito às do cacau, e muito utilizados em doces.

Na verdade, trata-se de uma invenção recente, que consiste na produção de uma bebida láctea provinida do cupuaçu, com sabor semelhante ao tradicional leite com chocolate. A responsabilidade pelo produto é creditada a uma equipe de pesquisadores da Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA), da Unicamp, coordenada pelos professores Nelson García e Marisa Jackix, desde 1996.

Segundo relato da equipe, o produto foi desenvolvido exclusivamente com proteína concentrada ou isolada da própria semente do cupuaçu. As pesquisas preservam ao máximo seus componentes nutricionais e maximizam suas características sensoriais. Para chegar à bebida láctea dessa fruta, os pesquisadores

analisaram preliminarmente a obtenção de concentrado e isolado protéico das sementes, com o propósito de substituição do leite, utilizado mais tradicionalmente na dieta brasileira.

Por se tratar de um produto que será principalmente consumido por crianças, é extremamente relevante que os componentes nutricionais sejam preservados e não deteriorados. Com temperatura e duração de torração adequadas, preserva-se o valor nutricional, bem como garante-se o desenvolvimento apropriado do sabor e do aroma do produto.

Do ponto de vista da aceitação do leite cupuaçu pela garotada, deve-se destacar que suas sementes guardam um sabor tão deliciosamente exótico quanto aquele verificado no cacau. Sua polpa, com sabor doce e ligeiramente acidulado, possui inúmeras aplicações práticas, que se estendem de sucos e iogurtes a sorvetes e geléias.

Historicamente, no processo de extração da polpa, a semente do cupuaçu era praticamente descartada. No entanto, agora, sabe-se que a semente guarda 20% do peso do fruto, com razoáveis valores de proteínas e altos teores de lipídios e, conseqüentemente, com muitas calorias. É bem provável que isso proporcione, a custos módicos, a distribuição do produto a uma parcela bem expressiva da população infantil brasileira.

Não seria nada descabido enfatizar que dados do Ministério da Saúde mostram que metade das gestantes e crianças brasileiras com até dois anos de idade sofrem de anemia.

A Diretora-Executiva do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Carol Bellamy, afirmou que, embora os programas brasileiros de transferência de renda possam servir de exemplo para o mundo, são necessários maiores investimentos tanto em assistência nutricional quanto em educação. Segundo ela, as crianças estão morrendo porque suas famílias são pobres demais para sequer ficarem doentes.

Não por acaso, Carol Bellamy, durante visita ao Brasil, reiterou seu apelo às autoridades locais, destacando que o direito à sobrevivência é a primeira medida de igualdade, oportunidade e liberdade para uma criança. É, realmente, inacreditável que nessa era de maravilhas da medicina e da tecnologia, a sobrevivência de crianças seja tão frágil em tantos lugares, especialmente para os pobres e marginalizados.

De fato, se quisermos fazer uma diferença real na vida das crianças e ter uma chance de alcançar as metas sociais e econômicas da comunidade mundial, teremos que tornar os direitos dessas crianças marginalizadas e esquecidas nossa mais alta prioridade. Os direitos ao acesso à saúde, à educação e a um

ambiente de segurança e amor precisam ser realidade para todas as crianças.

Vale recordar, com desolação, que, anualmente, aproximadamente 11 milhões de meninos e meninas morrem no planeta antes de completar 5 anos de idade, por causas que poderiam ser evitadas com intervenções simples e de baixo custo. Em 1990, o mundo inteiro comprometeu-se a reduzir em dois terços, até 2015, a taxa de mortalidade de crianças nessa faixa etária. No entanto, o relatório “Progresso para as Crianças”, lançado pelo UNICEF, em outubro de 2004, mostra que o progresso lento na maioria dos países deixa o planeta longe de alcançar a meta.

O estudo da UNICEF apresenta dados sobre a taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos em todos os países e as tendências de desenvolvimento de 1990 para 2002. A pesquisa mostra que, se os países continuarem nesse ritmo, o índice deve diminuir em, no máximo, um quarto até 2015. Enquanto 90 países encontram-se no caminho certo para atingir a meta, outros 98 ainda têm uma longa trilha a percorrer.

Para satisfação nossa, o Brasil parece dar mostras de que a meta deve ser cumprida. Desde 1990, o ritmo de redução da mortalidade na primeira infância tem sido de aproximadamente 4,3% ao ano. Até 2015, o País deve conseguir reduzir a taxa de mortalidade de menores de 5 anos para 20 por mil nascidos vivos. Embora o relatório “Progresso para as Crianças” trabalhe com dados do ano 2000, o Brasil já conta com informações mais atuais. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa em 2002 era de 33,7 por mil nascidos vivos.

Contudo, nosso maior desafio consiste em reduzir a distância entre Estados e Regiões. No Nordeste, por exemplo, a taxa de mortalidade de crianças com menos de cinco anos em 2000 era de 50,9. Já na Região Sul, morriam 22 meninos e meninas nessa faixa etária. Em 2002, os países ricos tinham uma taxa média de sete mortes por mil nascidos vivos. Nos menos desenvolvidos, a taxa média chegava a 158 por mil.

Por fim, em caso de se adotar o leite de cupuaçu como medida contra a desnutrição infantil, uma comparação que mereceria consideração é aquela do Programa Leite Vida. Trata-se de um exemplo de como uma idéia simples pode transformar a vida de muitas pessoas. A partir da criação de cabras, a cidade de Timon, no interior do Maranhão, desenvolveu uma iniciativa inteligente para erradicar a desnutrição infantil em suas comunidades desfavorecidas. Com aproximadamente 130 mil habitantes, sua implantação exigiu gastos, inicialmente, de 10 a 15 mil reais. Segundo a Prefeitura, a manutenção mensal para as

cerca de 40 famílias atendidas na primeira etapa foi de quatro mil reais.

Para concluir, gostaria de dirigir um apelo às autoridades brasileiras, no sentido de abrir as portas para o desenvolvimento do leite de cupuaçu em escala nacional. Graças às exaustivas investigações da equipe da Unicamp, o Brasil pode contar, a partir de agora, com novas e interessantes alternativas contra a desnutrição infantil. Por fim, cumpre reconhecer que as altas taxas de mortalidade infantil no País não nos permitem qualquer hesitação política. Portanto, vamos abraçar o projeto da Unicamp para salvar o maior número de nossas crianças.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) –

A Sociedade Exige Transparência nos Negócios que Envolvem Interesses Públicos

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, “a sociedade exige transparência nos negócios que envolvem interesses públicos e recursos provenientes do Estado. A Associação Brasileira de Agências de Publicidade, segura de que suas associadas estão interessadas em contribuir com o sucesso das investigações, aplaude qualquer iniciativa constitucional que, respeitando o estado de direito, preserve a lisura, a verdade e a justiça.”

Essa oportuna conclamação está sendo divulgada esta semana pela Associação Brasileira de Agências de Publicidade, diante das denúncias que envolvem empresas do ramo contratadas pelo Governo Federal.

Aplaudo a iniciativa da APAP, uma entidade de 55 anos de existência e que congrega a maioria das empresas do setor publicitário.

O momento é mais do que oportuno e o que sustenta a ABAP vem ao encontro do melhor pensamento brasileiro.

Na conclamação, estampada nos principais veículos de comunicação brasileira, a ABAP esclarece e lembra que “do valor total de um contrato, apenas entre 15% e 20% competem à agência, sendo todo o restante destinado basicamente à compra de espaço publicitário nos meios de comunicação.”

Esse percentual, esclarece ademais, representa a comissão da agência, que, com base no que recebe, recolhe impostos, se remunera, paga salários e todos os seus custos operacionais.

Os esclarecimentos da ABAP dão bem uma idéia dos valores que circulam em operações ilícitas ou intermediadas de má fé entre pretensas agências, seus prepostos e entes governamentais. Em geral, os va-

lores que vêm à lume são elevados e, por isso, transportados em malas com dinheiro vivo, como a Nação vem sendo inteirada.

Parabéns à ABAP pela boa iniciativa.

Outro assunto que trago a esta tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores:

Os 19 Anos de uma Associação Dedicada ao Pólo Industrial de Manaus

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sensibilizou-me fortemente a homenagem com que me honra a Associação das Indústrias e Empresas de Serviços do Pólo Industrial do Amazonas, conferindo-me o troféu *Guerreiro Amazônico*.

Com outros agraciados, eu deveria ter recebido o troféu no dia 1º último, mas, infelizmente, a grave crise com que se debate o País impediu que eu viajasse para a Capital de meu Estado. Ainda este mês, irei com prazer à AFICAM para, com orgulho, receber tão grata honraria.

A Associação das Indústrias e Empresas de Serviços do Pólo Industrial do Amazonas completa 19 anos de existência, ao longo dos quais vem desenvolvendo exemplar luta em defesa das entidades que ali se instalaram. É uma luta que, há tempo, acompanho com entusiasmo, pelo que não tenho dúvidas em registrar neste Plenário cumprimentos a todos os dirigentes da Associação na pessoa do Presidente Luiz Eduardo Telles.

O Troféu *Guerreiro Amazônico* foi instituído para homenagear parlamentares das bancadas do Amazonas no Senado e na Câmara que venham a ser incluídos na lista dos *Cem Cabeças do Congresso* organizada pelo DIAP. Nela, este ano, meu nome figura ao lado de dois outros parlamentares do Amazonas, o Senador Jefferson Peres e o Deputado Pauderney Avelino.

Sou muito grato pela deferência e espero a ela fazer jus.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. VALMIR AMARAL (Bloco/PP – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as condições favoráveis para a vida fizeram da Terra um planeta singularíssimo. Podemos dizer que o universo já não é o mesmo quando a vida surge e se dissemina nesse pequeno planeta do sistema solar, seguindo os sábios e insondáveis desígnios do Criador.

Com o aparecimento do ser humano e de sua privilegiada consciência, temos um novo salto. O universo também se torna qualitativamente diferente no momento em que os seres humanos passam a olhar as estrelas no céu, a nomeá-las, a pensar sobre sua origem e seu significado.

O cérebro dos humanos, ou o seu aparelho cognitivo extremamente poderoso, garantiu a sobrevivência e o sucesso da espécie, que se espalha por todos os quadrantes do planeta. Mas ao fazê-lo, também passa a modificar as paisagens naturais – ou os ecossistemas – de uma maneira que nenhuma outra espécie animal jamais chegara perto de o fazer.

No início do Século XXI, essas modificações atingiram um tal grau de extensão e de profundidade que, praticamente, nenhuma parte do planeta deixou de ser alterada, quando não desequilibrada, pelas ações humanas; incontáveis espécies vivas foram extintas; e algumas amplas e seriíssimas ameaças – como a do aquecimento do clima terrestre – pairam em horizonte não muito distante.

Será essa espécie, tão admirável por suas inumeráveis realizações, capaz de deter sua tendência de destruição da natureza – que é também uma tendência auto-destrutiva?

Essa é a esperança que temos, todos nós, de acalantar. Uma esperança que não pode ser infundadamente otimista nem conformista, mas que tem de se fazer ativa e atuante. Há sinais de que a humanidade está despertando, mesmo que em um ritmo ainda muito lento, para a necessidade de mudar sua relação com o meio ambiente local, regional e planetário – o que implica em mudar seu modo de produção e seu modo de consumo.

São muitos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os problemas e perigos que ameaçam o equilíbrio entre as diversas formas de vida e destas com os fatores naturais, como a água, o clima e o solo; são muito grandes os riscos de que a inestimável riqueza do patrimônio biológico do planeta seja reduzida de modo amplo e irrecuperável.

É muito forte, ainda, Sr. Presidente, a perspectiva de que viveremos em um mundo menos bonito, em que tantos ambientes magníficos, engendrados com extrema paciência pela mãe natureza, sejam descaracterizados e destruídos, juntamente com os vegetais e animais que os compõem.

Especifiquemos, aqui, alguns desses problemas que afligem presentemente o planeta Terra e os seres humanos, mas que, quase certamente, hão de afligi-los muito mais no futuro.

Um dos maiores traduz-se no conceito de poluição. Os resíduos das atividades produtivas espalham-se pelos ambientes urbanos, rurais e naturais, causando diversos malefícios. Defensivos agrícolas, o mercúrio utilizado na atividade mineradora, os elementos pesados das pilhas e baterias, o petróleo vazado, o esgoto despejado *in natura*, tudo isso se espalha pelo meio ambiente e por seus ciclos, levando malefí-

cios a muitos seres vivos – inclusive, é evidente, aos seres humanos.

O lixo que resulta do consumo doméstico constitui problema de grandes proporções. No Brasil, sua magnitude é de 88 milhões de toneladas por ano, das quais a maior parte é encaminhada aos chamados lixões, ou sejam, lugares onde são jogadas, a céu aberto, grandes quantidades de lixo. Dos nossos 5 mil e 500 municípios, menos de 3% fazem algum tipo de coleta seletiva do lixo.

Mas, decerto, Sr. Presidente, nenhuma das substâncias poluidoras tem causado tanta apreensão quanto o gás carbônico, que sai, em quantidade cada vez maior, das chaminés das fábricas e dos canos de escape dos automóveis. Afinal, esse gás é o principal responsável pela mudança na composição da atmosfera, que pode causar – é o que diz a maioria dos estudiosos do assunto – uma perigosa elevação da temperatura global. Esse aquecimento do planeta pelo efeito estufa acarretaria, por sua vez, conseqüências desastrosas para os seres humanos e para o equilíbrio ambiental – como chuvas e secas exageradas, o degelo das calotas polares e a elevação do nível do mar.

É certo que, com a entrada em vigor do Protocolo de Quioto, houve novo alento para a expectativa de que a humanidade resolva tão angustiante problema – mas também é verdade que o governo do principal poluidor, os Estados Unidos, país responsável pela emissão de 25% de todos os gases de efeito estufa, recusou-se a ratificar o acordo, lançando dúvidas sobre a real eficácia da aplicação do protocolo.

Quero ressaltar, nobres Colegas, o fato de que curiosamente o dia da descoberta de nossa terra pelos portugueses, dando início ao processo de construção da Nação Brasileira é também destinado a comemorar o Dia mundial da Terra. Essa coincidência talvez possa ser interpretada como a responsabilidade que temos de cuidar, antes de tudo, do equilíbrio de nossa privilegiada natureza, de suas matas e praias, rios e campos, florestas e mares – e dos animais que os habitam; sem esquecer, evidentemente, os seres humanos que também habitam essas terras e constituem o povo brasileiro.

Sabemos que nosso grande desafio é conseguir pautar o desenvolvimento econômico e social, imprescindível e inadiável, por padrões sustentáveis, que não sejam predatórios para com o meio ambiente. Isso não torna dispensável a criação de amplas áreas protegidas, que preservem em parte substancial, para

nós mesmos e para o mundo, a Floresta Amazônica e outros biomas de rica e deslumbrante biodiversidade. As reservas indígenas representam também um meio de preservar toda a exuberância do meio natural, ao mesmo tempo em que se garante a continuidade das populações e culturas nativas.

Sr. Presidente, não há como superestimarmos a importância da educação em todo esse processo. Só a educação pode imbuir a população de uma consciência, sólida e irreversível, sobre a necessidade de que o meio ambiente natural seja admirado e respeitado, de que os recursos naturais sejam usados com sabedoria, de que o ambiente urbano seja o mais possível saudável. A educação constitui, por fim, um meio justo e inatacável de promoção do controle de natalidade, também necessária para o Brasil e para o mundo.

Realizando os deveres que temos para com um dos meios ambientes mais ricos e fascinantes, poderemos cobrar de outras nações e povos que ajudem a cuidar deste planeta maravilhoso, cuja natureza, embora com uma capacidade limitada de resistência, ainda tem sabido devolver as inúmeras agressões que está sofrendo com seus muitos e maravilhosos dons.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente
Muito obrigado!

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna desta Casa neste 5 de julho, para registrar o artigo intitulado “Lula traído”, publicado no **O Jornal**, de Maceió, edição de hoje, cujo original anexo, no qual teço considerações sobre os tristes e graves acontecimentos que atingem o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que nos deixa atônitos e nos obriga a profundas reflexões sobre os estarrecedores fatos revelados pela imprensa brasileira nos últimos dias, acerca dos desvios de conduta de altos dirigentes do Partido dos Trabalhadores, considerados como alta traição ao Presidente.

Solicito, para que conste dos Anais do Senado da República, a transcrição do seu inteiro teor, como parte integrante deste meu pronunciamento.

Era o que tinha a dizer!
Obrigado!

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR TEOTÔNIO VILELA
FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Lula traído

"O que ninguém esperava é que o PT se enlameasse de tal forma que respinga sujeira em quem se aproxima dele"

Tectonio Vilela Filho

www.senado.gov.br/tectonio

Antes da posse de Lula, temia-se que os petistas afrouxassem a política monetária e destruíssem o ajuste fiscal, a duras penas conseguido no governo anterior. Já na campanha, esse era o temor do mercado. Quanto mais as pesquisas favoreciam a candidatura de Lula, mais subiam o risco Brasil e a cotação do dólar. Deu-se o contrário: o governo Lula até aprofundou a política monetária e até retomou algumas reformas do governo FHC. Todo mundo parece hoje concordar em que o governo Lula não vai fazer nenhuma farra fiscal.

O que ninguém esperava é que o PT se enlameasse de tal forma que respinga sujeira em quem se aproxima dele. As notícias são cada dia mais inquietantes, e envolvem cada vez mais profundamente toda a cúpula do partido: transformação de estatais em fabriquetas de dinheiro, aparelhismo da estrutura de estado, esquemas de corrupção em estatais, pagamento de mensalão, desvio de dinheiro de Furnas e outras estatais, contratos suspeitos e promíscuos de empresas públicas e privadas.

A última da série é devastadora: o PT é sócio do publicitário mineiro suspeito de operar o mensalão. Ele chegou a avaliar um empréstimo de R\$ 2,5 milhões ao PT e, pior ainda, pagou a primeira prestação, com dinheiro saído de uma de suas agências, que mantém com a administração federal contratos de longo prazo superiores aos R\$ 400 milhões. As pri-

meiras investigações já mostram que o publicitário mineiro sacou mais de R\$ 70 milhões em espécie, na boca do caixa.

O presidente do PT, como sempre, negou. Ele nem conhece o publicitário Marcos Valério, quantas vezes é preciso repetir isso? Mas diante das evidências, terminou confessando que assinara o contrato. "Sem ler, em confiança".

Pouca gente hoje, no Brasil, duvida de que o PT está acabando com o governo Lula e destruindo a imagem do líder metalúrgico que foi emblema de esperança para mais de 50 milhões de eleitores. No Brasil todo era sempre assim: nenhum petista conseguia governar com o PT, tão complicado é esse partido de tantas tendências quanto filiados. No Congresso, por exemplo, as principais reformas propostas pelo governo Lula foram aprovadas com os votos da oposição, porque o PT deseja ser ao mesmo tempo governo e oposição, dependendo do que for mais favorável no momento. Mas antes era um problema de insuperáveis divisões políticas. Hoje é uma questão de contágio moral.

A cúpula do partido parece cada vez mais enrolada, levando a vexame filiados e militantes que nada têm a ver com essa sujeira. A maioria do partido é constituída de mulheres e homens de bem, que devem estar sofrendo o que jamais imaginaram. Sobretudo pela decepção, que, seguramente, é uma das dores mais agudas: porque afeta o coração e a alma.

Imagino como devem sentir-se petistas sérios como Eduardo Suplicy ou Cristóvão Buarque, para citar apenas dois senadores com quem convivo com admiração e respeito pessoal. Imagino como deve sentir-se o próprio Lula, que pode ser deslumbrado com o poder, mas é um homem honesto. Pode ser despreparado, mas é sério e bem-intencionado. Deve estar se sentindo, acima de tudo, decepcionado e traído.

Faço oposição ao governo Lula, porque seu governo é confuso, lerdo e ineficiente. Mas respeito o presidente. Acho discutível e perigoso que ele queira ampliar sua base parlamentar com a mesma moeda de cargos que está por trás da crise atual. Mas acredito em sua honestidade.

Confesso que, como cidadão, me incomodo quando adversários declarados de Lula garantem que o presidente é preparadíssimo, inteligente e atento a tudo o que se passa no governo. Noutras circunstâncias, isso seria motivo de festa. Hoje é de comprometimento.

Sinto, sinceramente, com o dilema que hoje se põe em Brasília: ou Lula é inepto para perceber o que acontecia ao seu redor. Ou é cúmplice do que se fazia nas ante-salas de seu gabinete ou em seu partido. De repente o Brasil todo fica torcendo para que seu presidente seja apenas inepto. Não acho isso. Não temos um inepto na presidência. Nem um cúmplice. Lula foi apenas traído. E da traição dos mais próximos ninguém escapa.

Oligarquia

"O sergipano barão de Traipu foi o único político que, no Império, conseguiu ser presidente da Província e, na República, governador de Alagoas"

Divaldo Suruagy

O barão de Traipu é eleito governador de Alagoas, no período presidencial de Prudente de Moraes. A inquietação política continua tumultuando a vida do Estado. Em maio de 1895, o governador é deposto. O presidente da República telegrafa ao Comandante do Batalhão do

do-se da implantação da "Política dos Governadores" adotada pelo presidente Campos Sales, perpetua-se no poder, instituindo a oligarquia da família. Concluído seu triênio administrativo, elege governador seu irmão Joaquim Paulo Vieira Malta. Retorna a dirigir os destinos de

República, governador de Alagoas. Empresário vitorioso, segundo consta, arcou com as despesas das homenagens prestadas ao imperador dom Pedro II, quando ele visitou a região do Baixo São Francisco. Retornando à Corte, no Rio de Janeiro, sua majestade registra sua gratidão

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2003

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 599, de 2005 – art. 336, “II”)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2003 (nº 84/99, na Casa de origem), que *altera o Decreto-Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal e a Lei nº 9296, de 24 de julho de 1996, e dá outras providências*. (Dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, e suas penalidades, dispondo que o acesso de terceiros, não autorizados pelos respectivos interessados, a informações privadas mantidas em redes de computadores dependerá de prévia autorização judicial).

Pendente de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e aguardando leitura de parecer da Comissão de Educação.

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2004

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 725, de 2005 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2004 (nº 7.212/2002, na Casa de origem), que *autoriza o Poder Executivo a efetuar contribuições ao Grupo dos 24 (G-24)*.

Pendente de parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e aguardando leitura de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 31, DE 2000

(Votação nominal)

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças*.

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 29, DE 2002

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef)*.

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 12, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Se-

nador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Relatora Senadora Serys Slhessarenko, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 87, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais* (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 12, DE 2004**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 42, DE 2003**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral.*

Parecer sob nº 463, de 2005, do relator Senador José Jorge, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 48 minutos.)

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Antonio Leite	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney	P - SOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	BLOCO - PT	Tião Viana
	GOIÁS	P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
BLOCO - PT	Serys Shlessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	BLOCO - PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim		TOCANTINS
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	BLOCO - PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUI	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Wirlande da luz

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
 E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
 E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE**(7 titulares e 7 suplentes)****Presidente:****Vice-Presidente:****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomcej@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”**

(5 titulares e 5 suplentes)

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Shessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
ALBERTO SILVA			
Apresenta a Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, um plano de recuperação das estradas brasileiras.	67	Discorre a respeito da transcrição do artigo “O despudor explícito”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal Folha de S.Paulo, edição de 28 de maio de 2005.	139
Comenta o pronunciamento do Senador Ney Suassuna acerca da crise enfrentada pelos agricultores brasileiros. Aparte ao Senador Ney Suassuna.	70	Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2005, que dá poderes aos servidores de carreira da Advocacia das Casas do Congresso Nacional para acompanhar a tramitação e intervir nos processos oriundos de Comissões Parlamentares de Inquérito, de que trata a Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000. ..	163
Sugere a criação de usina de biodiesel para atender o pequeno lavrador.	185	Justifica a apresentação de um Projeto de Lei do Senado 245, de 2005, de autoria de S.Exa., que dá poderes aos servidores de carreira da Advocacia das Casas do Congresso Nacional para acompanhar a tramitação e intervir nos processos oriundos de Comissões Parlamentares de Inquérito, de que trata a Lei 10.001, de 4 de setembro de 2000.	183
Comenta o pronunciamento do Senador Eduardo Siqueira Campos, apoiando a construção da usina hidrelétrica do Estreito. Aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos.....	222	Solicita transcrição de várias matérias referentes à corrupção, publicadas pela imprensa nacional, durante o mês de junho do corrente.	250
Discursa sobre a necessidade de adoção de uma política positiva para o setor do biodiesel.	347	Comenta as denúncias de corrupção nos Correios e os supostos pagamentos de propina a deputados conhecida como “mensalão”, e suas implicações para a governabilidade do país.	250
Discute proposta para recuperação das estradas brasileiras.	381	Tece comentários aos artigos intitulados “Desencanto petista” e “A cara da crise”, publicados na revista Isto É em sua edição de 15 de junho de 2005.	383
ALOIZIO MERCADANTE			
Parecer N° 1.055, de 2005 da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 147, de 2005 (n°1.384/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Vip FM de Promissão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pirapozinho, Estado de São Paulo.	46	AMIR LANDO	
Avalia a desaceleração do ritmo de crescimento da economia brasileira.	147	Comenta o pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti a respeito das reservas indígenas, reservas ambientais e áreas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.	322
ÁLVARO DIAS			
Comenta acerca da crise enfrentada pelos agricultores brasileiros. Aparte ao Senador Ney Suassuna.	71	ANA JÚLIA CAREPA	
Comenta sobre a CPI do mensalão.	71	Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2005, que cria o Fundo de Garantia das Execuções e dá outras providências.	292
Comenta as relações entre os Poderes Executivo e Legislativo.	71		

II

	Pág.		Pág.
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES		ARTHUR VIRGÍLIO	
Tece comentários ao pronunciamento do Senador José Agripino, sobre o empréstimo ao PT avalizado pelo Senhor Marcos Valério. Aparte ao Senador José Agripino.	231	Tece comentários sobre a crônica de Ignácio Loyola Brandão, comparando os ideais do cronista com a atual conjuntura política brasileira.	74
Comenta os acontecimentos políticos envolvendo o Partido dos Trabalhadores.	231	Requerimento nº 749, de 2005, que requer, voto de Lembrança pelo transcurso do 10º aniversário de falecimento do jornalista Umberto Calderaro Filho, criador da Rede Calderaro de Comunicações, do Amazonas.	273
Parecer Nº 1.057, de 2005 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2003, de autoria do Senador Paulo Octávio, que altera a redação dos arts. 50 e 52 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento urbano e dá outras providências.	308	Comenta a oposição realizada pelo PFL ao governo Lula. Aparte ao Senador Jorge Bornhausen.	376
Comenta as denúncias veiculadas pela imprensa sobre as irregularidades ocorridas durante o governo de Eduardo Azeredo no Estado de Minas Gerais. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo.	363	Aplauda à iniciativa da Associação Brasileira de Agências de Publicidade que fez oportuna conclamação, nos meios de comunicação, diante das denúncias que envolvem empresas do ramo contratadas pelo Governo Federal.	395
ANTÔNIO CARLOS VALADARES		Faz condecorações de S.Exa. com o troféu Guerreiro Amazônico, conferido pela Associação das Indústrias e Empresas de Serviços do Pólo Industrial do Amazonas, ocasião em que completa 19 anos de existência.	395
Elogia o Senador Eduardo Azeredo. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo.	368	AUGUSTO BOTELHO	
Comenta o adiamento da construção do Gasene, gasoduto que garantiria o abastecimento do Nordeste quanto à oferta de gás. Aparte ao Senador César Borges.	379	Tece comentários ao pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti a respeito da construção do prédio no Centro Federal de Ensino Tecnológico do Estado de Roraima (Cefet). Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.	54
Comenta a satisfação pela recuperação da saúde do ex-Governador Miguel Arraes.	382	Comenta o pronunciamento do Senador Alberto Silva, apoiando o plano de recuperação das estradas brasileiras. Aparte ao Senador Alberto Silva.	70
Comenta a proposta para recuperação das estradas brasileiras. Aparte ao Senador Alberto Silva.	382	Comenta acerca da CPI do mensalão e do desejo do povo que os políticos corruptos sejam punidos. Aparte ao Senador Álvaro Dias.	73
ANTÔNIO LEITE		Comenta a respeito da atuação do IBAMA em Roraima.	76
Apoio à aprovação do Projeto de Lei 131, de 2001, de autoria do Senador Geraldo Althoff, que cria o Serviço Social da Saúde (Sess) e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde (Senass).	194	Discorre sobre a realização de simpósio a respeito de política nacional de Saúde.	76
Defende o Projeto de Lei do Senado 138, de 2002 - Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento.	336	Comenta o pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti, apoiando a aprovação urgente de projeto de lei em tramitação do Congresso, que obriga a quebra de sigilo bancário de cidadãos eleitos para exercer cargos públicos. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.	179
		Questiona a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol.	223
		Comenta as denúncias veiculadas pela imprensa sobre as irregularidades ocorridas durante	

IV

	Pág.		Pág.
EDUARDO SUPLICY		Elogia o Senador Eduardo Azeredo. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo.	368
Tece comentários ao pronunciamento do Senador Eduardo Azeredo a respeito da posição do PSDB em relação ao Governo Federal. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo.	368	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	
Comenta a oposição realizada pelo PFL ao governo Lula. Aparte ao Senador Jorge Bornhausen.	374	Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2005, que acrescenta à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o Art.72-A, que limita os gastos com publicidade oficial.	303
EDSON LOBÃO		GILBERTO MESTRINHO	
Projeto de Resolução Nº 67, de 2005, que suspende parcialmente, sem redução de texto, a execução do art. 11 da Medida provisória nº 2.245-45, de 4 de junho de 2001.	44	Elogia o Senador Eduardo Azeredo. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo.	369
FÁTIMA CLEIDE		HÉLIO COSTA	
Comenta o pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti, apoiando a defesa do Partido dos Trabalhadores e de seus membros atingidos por denúncias de corrupção. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. ...	192	Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2005, que altera o Código Penal e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para elevar o período mínimo de cumprimento da pena na concessão do livramento condicional a condenados por crimes hediondos.	348
FLÁVIO ARNS		HERÁCLITO FORTES	
Elogia o Senador Eduardo Azeredo. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo.	366	Tece comentários sobre a aprovação da PEC Paralela. Aparte ao Senador Paulo Paim.	114
FLEXA RIBEIRO		Adverte o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, sobre queixa feita contra a Previ, o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, pelo presidente da Telecom Itália no Brasil, Paolo dal Pino.	134
Comenta sobre a matéria intitulada "Mais um na mira", publicada na revista Veja, edição de 15 de junho de 2005.	142	Comenta o acúmulo de denúncias de corrupção no Governo Lula.	188
Comenta a entrevista concedida pelo Deputado Fernando Gabeira, publicada na revista Veja, edição de 15 de junho de 2005.	266	Cobrança de investigações das denúncias de irregularidades na empresa Cobra.	188
Discursa sobre a paralisação dos recursos do Fundo de Universalização do Sistema de Telecomunicações - Fust em virtude da ausência de diretrizes governamentais claras.	345	Elogia o Senador Eduardo Azeredo. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo.	367
Elogia o Senador Eduardo Azeredo. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo.	366	IDELI SALVATTI	
Tece comentários ao artigo intitulado "Lula em seu labirinto", de autoria do jornalista André Petry, publicado pela revista Veja em sua edição de 22 de junho de 2005.	393	Justifica requerimento de voto de pesar pelo falecimento, em Santa Catarina, do Professor e Sociólogo Jacó Anderle.	190
GARIBALDI ALVES FILHO		Defesa do Partido dos Trabalhadores e de seus membros atingidos por denúncias de corrupção.	190
Participação de S.Exa. em solenidade na Escola Superior de Agricultura de Mossoró, na última sexta-feira.	238	Requerimento nº 746, de 2005, que requer homenagem, voto de pesar e condolências a família pelo falecimento do Professor e Sociólogo, Jacó Anderle, Secretário de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Santa Catarina.	193

	Pág.	V	Pág.
JOÃO BATISTA MOTTA		publicado no jornal Folha de S. Paulo, edição de 11 de junho de 2005.	141
Discursa sobre a falta de políticas agrícolas de desenvolvimento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sob a condução do Ministro Roberto Rodrigues e relata os prejuízos sofridos por produtor no Estado do Espírito Santo, causados pela Delegacia Federal da Agricultura.	333	Requerimento nº 747, de 2005, que requer homenagem, voto de pesar, condolências a família, voto de aplausos pelo falecimento do Professor e Sociólogo, Jacó Anderle, Secretário de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Santa Catarina.	193
JOÃO CAPIBERIBE		Comenta a respeito das matérias publicadas pela Revista Época, edição de 13 de junho do corrente, intituladas “O PT assombra o Planalto” e, “A reeleição de Lula corre riscos”.	240
Elogia o Senador Eduardo Azeredo. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo.	368	Comenta o artigo intitulado “Chega de abafa”, de autoria do articulista Tales Alvarenga, publicado na revista Veja do dia 15 de junho de 2005.	391
JORGE BORNHAUSEN		Comemoração, no dia 27 de junho de 2005, dos 66 anos da fundação do Município de Sarandi, no Estado do Rio Grande do Sul.	391
Comenta a concessão de liminar do Supremo Tribunal Federal proposta pelo PFL e pelo PSDB que impugnava a Medida Provisória 242/05.....	187	LÚCIA VÂNIA	
Comentários ao pronunciamento do Presidente Lula, neste último final de semana, sobre o combate à corrupção.	187	Elogia o Senador Eduardo Azeredo. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo.	367
Tece comentários aos acontecimentos políticos envolvendo o Partido dos Trabalhadores. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães.	232	MAGUITO VILELA	
Comenta as denúncias veiculadas pela imprensa acerca de irregularidades ocorridas durante o governo de Eduardo Azeredo no Estado de Minas Gerais. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo.	362	Tece comentários sobre a importância da reforma política no país.	239
Discute a oposição realizada pelo PFL ao governo Lula.	373	MARCELO CRIVELLA	
JOSÉ AGRIPINO		Parecer N° 1.050, de 2005 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 19, de 1987, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado “cópias das notas”, taquigráficas e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 103.878-1, do Estado do Rio de Janeiro, o qual declarou inconstitucionalidade da Lei nº 4.106, 26-7-62 e do Decreto nº 53.977, 22-6-64”.	20
Comenta o pronunciamento do Senador César Borges, associando-o à Comissão Parlamentar de Inquérito. Aparte ao Senador César Borges. ...	228	MARCO MACIEL	
Discorre acerca da reportagem publicada pela revista Veja, da primeira semana de julho de 2005, sobre empréstimo ao PT avalizado pelo Senhor Marcos Valério.	229	Discute a Proposta de Emenda à Constituição nº 42 de 2003, que altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público.	355
Tece comentários ao pronunciamento do Senador Eduardo Azeredo acerca das denúncias de irregularidades ocorridas no Governo de Eduardo Azeredo. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo.....	364	Elogia o Senador Eduardo Azeredo. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo.	367
Comenta a oposição realizada pelo PFL ao governo Lula. Aparte ao Senador Jorge Bornhausen.	375		
LEONEL PAVAN			
Discorre a respeito do artigo “Quem te viu, quem te vê”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi,			

VI

	Pág.		Pág.
MOZARILDO CAVALCANTI			
Discorre acerca da construção de um prédio no Centro Federal de Ensino Tecnológico do Estado de Roraima (Cefet) destinado à Educação Superior	52	volucionárias da Colômbia (Farc) em território brasileiro. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	338
Tece comentários sobre o ingresso na carreira pública mediante concurso público. Aparte ao Senador Álvaro Dias.	74	Elogia o Senador Eduardo Azeredo. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo.	371
Comenta o pronunciamento do Senador Augusto Botelho, apoiando a reforma sanitária no Sistema Público de Saúde brasileiro. Aparte ao Senador Augusto Botelho.	77	Requerimento Nº 750, de 2005, que requer, nos termos do art. 78 do Regimento Interno do Senado Federal, subsidiando o art. 58, § 1º da Constituição Federal, seja revista a composição dos representantes do Senado Federal, da Comissão Mista Temporária, criada através do Requerimento nº 1, de 2005-CN, destinada a, num prazo de 90 dias, analisar e consolidar as Propostas Legislativas de Redivisão Territorial, vez que o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB- não mais integra o Bloco de Apoio ao Governo.	383
Tece comentários sobre a aprovação da PEC Paralela. Aparte ao Senador Paulo Paim.	113	NEY SUASSUNA	
Cobra ações do Governo Federal a fim de evitar a epidemia de dengue no Estado de Roraima e solicita informações ao Ministro da Saúde sobre as providências adotadas para evitar o surto de dengue em Roraima.	116	Tece comentários ao pronunciamento do Senador Alberto Silva a respeito do estado de calamidade das estradas brasileiras. Aparte ao Senador Alberto Silva.	68
Comenta o pronunciamento do Senador Tião Viana sobre a situação mundial e nacional da hanseníase, reascendendo o entusiasmo na luta contra a prevalência da doença no Brasil. Aparte ao Senador Tião Viana.	176	Tece considerações sobre a crise enfrentada pelos agricultores brasileiros.	70
Reflete sobre o momento crítico da política brasileira e os financiamentos públicos.	177	Justificativas as palavras usadas por S.Exa. durante a interpelação ao Deputado Roberto Jefferson, em depoimento na CPI dos Correios.	136
Apelo pela aprovação urgente de projeto de lei em tramitação do Congresso, que obriga a quebra de sigilo bancário de cidadãos eleitos para exercer cargos públicos.	177	Reivindica ações urgentes do governo no sentido de que sejam providenciadas vacinas contra o vírus H5NI, prevenindo uma eventual pandemia da gripe asiática.....	237
Solicita transcrição de entrevista do Ministro Edison Vidigal, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, publicada na revista IstoÉ, edição da semana iniciada em 03/07/2005.....	177	Elogia o Senador Eduardo Azeredo. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo.	371
Comenta o pronunciamento do Senador Augusto Botelho sobre a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol. Aparte ao Senador Augusto Botelho.....	226	OSMAR DIAS	
Reivindica a criação de unidades de ensino descentralizado -Unedes em Roraima-RR ao Ministro da Educação.	233	Anuncia o posicionamento do PDT para superação da crise política.	332
Protesta contra a extensão de terras da União nos ex-territórios, sob a forma de reservas indígenas, reservas ambientais e áreas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.	321	Elogia o Senador Eduardo Azeredo. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo.	370
Comenta o registro dos 20 anos do Programa Calha Norte, criado em dezembro de 1985 pelo então presidente José Sarney. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	338	PAPALÉO PAES	
Tece comentários ao pronunciamento do Senador Romeu Tuma, apoiando-o sobre o alerta à Polícia Federal a respeito de Forças Armadas Re-		Faz reflexão sobre o preconceito generalizado.	269
		Manifesto contra o preconceito aos portadores da síndrome de Down.	269
		Tece comentários ao pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti a respeito das reservas indígenas, reservas ambientais e áreas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.	323
		Discute a influência da desnutrição sobre o desaparecimento de crianças no mundo.....	394

	Pág.	VII	Pág.
PATRÍCIA SABOYA GOMES			
Requerimento Nº 745, de 2005 (Requerimento nº 24-Cas), que requer, nos termos do art. 267 e parágrafos, do Regimento Interno do Senado Federal, a reconstituição do PLC nº 94, de 2000, por motivo de extravio, quando distribuído ao Senador Júlio Eduardo para relatar, em 9-11-2000. Sala das Sessões, 1º de julho de 2005.	20	Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2005, que dispõe sobre a proteção aos colaboradores para o combate ao crime organizado.	300
PAULO PAIM			
Discorre acerca do reajuste para os militares e reaparelhamento das Forças Armadas. Aparte ao Senador Edison Lobão.	2	Comenta as cobranças de posicionamento do Presidente Lula a fim de superar a crise política. .	329
Comenta a importância da aprovação, em 6 de junho de 2005, da PEC Paralela.	112	REGINALDO DUARTE	
Comunica a realização em Brasília, no dia 20 de novembro de 2005, da “Marcha Zumbi Mais 10”, para lembrar os dez anos da “Marcha Zumbi dos Palmares pela Cidadania e pela Vida”, realizada em 1995 e anuncia que o movimento negro espera que o Estatuto da Igualdade Racial seja promulgado no mesmo dia 20 de novembro.	165	Comenta sobre a matéria “Para socióloga, tese de golpismo é ‘erro tático’ dos governistas”, publicada no jornal Folha de S.Paulo, edição de 27 de junho de 2005.	145
Tece comentários ao pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti acerca da crise política em vigência no Partido dos Trabalhadores. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.	192	Tece comentários sobre o artigo intitulado “Vergonha de ser honesto”, de autoria do jornalista e ex-presidente do Citibank, Alcides Amaral, publicado no jornal Folha de S.Paulo, edição de 27 de junho de 2005.	260
Comenta o pronunciamento do Senador Antônio Leite, incluindo o fim da greve dos servidores públicos da Saúde e da Previdência Social. Aparte ao Senador Antônio Leite.	196	ROBERTO SATURNINO	
Discursa sobre homenagem ao Senado Federal pela aprovação da PEC Paralela, que irá ser promulgada, em 05 de julho de 2005, pelo Congresso Nacional.	341	Elogia o Senador Eduardo Azeredo. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo.	369
Solicita registro de documento em apoio à Nova Central Sindical dos Trabalhadores, fundada em um congresso realizado nos dias 28 e 29 de junho, que elegeu o Presidente José Calixto Ramos.	341	RODOLPHO TOURINHO	
PEDRO SIMON			
Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2005, que dá nova redação ao inciso XI do art. 167 da Constituição Federal.	12	Comenta o adiamento da construção do Gasene, gasoduto que garantiria o abastecimento do Nordeste quanto à oferta de gás. Aparte ao Senador César Borges.	378
Proposta de Emenda à Constituição Nº 34, de 2005, que dá nova redação ao inciso LXXVI do art. 5º da Constituição Federal.	15	ROMEU TUMA	
Comenta acerca da crise política no Governo Lula.	64	Projeto de Resolução Nº 63, de 2005, que suspende a execução da Lei nº 4.106, de 26 de julho de 1962, e do Decreto nº 53.977, de 22 de julho de 1964.	21
		Projeto de Resolução Nº 66, de 2005, que suspende a execução, no art. 133 da Constituição do Estado de São Paulo, da expressão “a qualquer título”.	39
		Discursa sobre o registro dos 20 anos do Programa Calha Norte, criado em dezembro de 1985 pelo então presidente José Sarney.	337
		Alerta a Polícia Federal sobre a possível presença de guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) em território brasileiro.	337
		SÉRGIO GUERRA	
		Comenta a posição do PSDB em relação ao governo federal. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo.	363

VIII

	Pág.		Pág.
SERYS SLHESSARENKO		TIÃO VIANA	
Parecer N° 1.052, de 2005 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício "S" n° 22, de 2000 (n° 45/2000, na origem), do Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhado ao Presidente do Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, peças referentes à decisão daquela Corte nos autos da Ação Originária n° 627-9/RS, que declarou a inconstitucionalidade do vocábulo "mensal", constante do art. 1° e de todo o texto do art. 2°, ambos da Lei n° 8.878, de 18 de julho de 1989, do Estado do Rio Grande do Sul.	32	Reflete sobre a situação mundial e nacional da hanseníase, reascendendo o entusiasmo na luta contra a prevalência da doença no Brasil.	175
Projeto de Resolução N° 65, de 2005, do Senado Federal, que suspende a execução do vocábulo "mensal", constante do art. 1° e todo o art. 2° da lei n° 8.878, de 18 de julho de 1989, do Estado do Rio Grande do Sul.	33	Faz uma leitura de "Nota de esclarecimento" sobre processo licitatório entre o Governo do Estado do Acre e a Empresa "ASA Comunicação", em resposta à matéria publicada no jornal Folha de S.Paulo, edição de hoje.	239
SIBÁ MACHADO		Parecer n° 1.058, de 2005 (Da Comissão Diretora), apresentando a redação final do Projeto de Lei da Câmara n° 7, de 2004 (n° 4.338, de 2001, na casa de origem), que denomina Presidente Juscelino Kubistchek a rodovia BR-020, Brasília-Fortaleza, que consolida as Emendas n° 1 e 2, da Comissão de Educação, aprovadas pelo Plenário.	359
Louva a indicação do nome da Ministra Marina Silva para receber o Prêmio Nobel da Paz.....	325	Comenta as denúncias veiculadas pela imprensa sobre as irregularidades ocorridas durante o governo de Eduardo Azeredo no Estado de Minas Gerais. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo.	365
Comenta o pronunciamento do Senador Pedro Simon, sobre o posicionamento do governo Lula para superar a crise política. Aparte ao Senador Pedro Simon.	331	VALDIR RAUPP	
Discursa sobre reunião da executiva nacional do PT para deliberação sobre as recentes denúncias de corrupção.	371	Reivindica investimentos nas estradas federais do Estado de Rondônia.	137
TASSO JEREISSATI		VALMIR AMARAL	
Elogia o Senador Eduardo Azeredo. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo.	364	Discursa sobre os desafios da humanidade em conseguir padrões sustentáveis que não sejam predatórios para com o meio ambiente.	396
TEOTONIO VILELA FILHO		WIRLANDE DA LUZ	
Discorre a respeito da transcrição do artigo "Contaminou", publicado no jornal Folha de S.Paulo, edição de 7 de junho de 2005.	143	Comenta o pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti, apoiando a construção do prédio no Centro Federal de Ensino Tecnológico do Estado de Roraima (Cefet). Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.	53
Discorre a respeito da entrevista concedida pelo Deputado Roberto Jefferson, ao jornal Folha de S.Paulo, publicada na edição do dia 6 de junho de 2005.	261	Discorre sobre a Avaliação da Caravana do Conselho Regional de Medicina de Pernambuco ao sertão daquele Estado que reproduziram um relatório sobre a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes.	79
Comenta a respeito da transcrição do artigo 'Lula Traído', publicado no O JORNAL, edição de hoje, de Maceió-AL.	397	Tece comentários sobre a aprovação da PEC Paralela. Aparte ao Senador Paulo Paim.	113
		Comenta o pronunciamento do Senador Augusto Botelho acerca da demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol. Aparte ao Senador Augusto Botelho.....	226